

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

HELOÍSA REIS CURVELO-MATOS

**ANÁLISE TOPONÍMICA DE 81 NOMES DE BAIRROS DE SÃO
LUÍS/MA**

FORTALEZA

2014

HELOÍSA REIS CURVELO-MATOS

ANÁLISE TOPONÍMICA DE 81 NOMES DE BAIROS DE SÃO LUÍS/MA

Tese submetida à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Linguística.

Área de concentração: Linguística

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Márluce Coan

FORTALEZA

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

C987a Curvelo-Matos, Heloísa Reis
Análise toponímica de 81 nomes de bairros de São Luís/MA. / Heloísa Reis Curvelo-Matos. –
2014.
347 f.; 30 cm.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de
Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2014.
Área de Concentração: Linguística
Orientação: Prof. Dr. Márluce Coan

1. Lexicologia. 2. Toponômica. 3. Língua portuguesa – Lexicologia. 4. Terminologia. I. Título.

CDD 413.028

A **Luísa Curvelo Matos**, Minha
Vida!

AGRADECIMENTOS

A Deus, que é Pai, por me carregar nas mãos todos os dias.

À minha Orientadora, Prof^a. Dr^a. Márluce Coan, pelo profissionalismo com que me conduz, pela afetuosa atenção a mim dispensada. Gratíssima por tudo.

À Profa. Dra. Conceição de Maria de Araujo Ramos, pela condução todos esses anos. Ao casal de amigos Mendes e Conceição, pelo incentivo constante! A Fernando Henrique M. Carvalho, Primo de coração sempre disponível.

A todos aqueles que tornaram o DINTER uma realidade para o Maranhão, especialmente, Prof. Dr. José de Ribamar Mendes Bezerra e a Prof. Dr^a. Veraluce da Silva Lima.

Às minhas famílias pelo incentivo e compreensão. Obrigada, Alexandre Matos, Luísa Curvelo e Maria Benedita, por tudo: Gratíssima!!!

Aos Professores e funcionários do PPGL: Profas. Maria do Socorro Silva de Aragão, Maria Elias Soares e Mônica Magalhães pela condução intelectual, pelo conhecimento compartilhado, pela afetuosa atenção... A Dona Antonia e Seu Eduardo pela presteza e disponibilidade.

A Lúcia Pacheco da EMARHP pelo arquivo a mim confiado; a Frederico Lago Burnett e Antonio Mendes Neto pela orientação na garimpagem da história dos bairros; a Fernanda Cardoso Silva, pela Licença; ao Presidente do INCID pela lista oficial dos bairros e mapa de arruamentos. Os meus mais sinceros agradecimentos.

Ao historiógrafo Nato Zacarias da Silva Castro, Memória Viva da História desta Terra. Agradecer toda a PARTILHA é pouco, mas mesmo assim, MUITO obrigada!

A *Flor de Ipê Amarelo*, Vanda Marly, Andrea Regina, Cássia Rodrigues, Núbia Brito e Nivaldo Barros: amigos de todo o sempre nesta caminhada. Gratíssima por tudo. Aos colegas do DINTER, pela caminhada!

A Rosângela Schalcher, Mara Calazans, Márcia Quirino e Nádia Mattar, pelas traduções. Aos irmão Ricardo e Keyse Santos, pela formatação.

A todos os *meus* Informantes pela disponibilidade em contar, retratar e mostrar a história de nossa Terra.

A todos os colegas, amigos e alunos das escolas Rio Grande do Norte e Roseana Sarney, pelo incentivo e interesse na minha pesquisa. Valeu!!

Obrigada a todos aqueles que me incentivam a continuar na construção da minha formação intelectual, a trilhar nos meandros da pesquisa. Gratidão sincera!!!

“O topônimo pode apreender o processo comunicativo através de seus sistemas e códigos, é capaz também de denotar o fenômeno social como um todo, as frases, o uso, o costume, a tradição, a conformação geral da comunidade enquanto agrupamento humano”.

(Dick, 1988, p. 84)

RESUMO

Estudar Toponomástica é estar apto não só à aquisição de conhecimento histórico, social, geográfico, cultural, econômico e político de uma região, mas de um Povo. O nome de lugar é uma testemunha do valor, da importância e das particularidades que influenciaram o denominador na hora de nomeá-lo. Fundamentada nessas premissas, a *Análise toponímica de 81 bairros de São Luís/MA* consiste no estudo de atuais 81 nomes de bairros da capital do Maranhão, sob a perspectiva da sua origem e evolução histórica, visando a mostrar como os 401 anos de São Luís podem ser conhecidos através dos nomes dos bairros, que são testemunhas do desenvolvimento social, habitacional, econômico, histórico e cultural da terra dos Tupinambás. Nosso intuito é determinar a motivação toponomástica de 81 nomes de lugares em quatro períodos sincrônicos, comprovando qual das duas categorias taxonômicas, a física ou a antropocultural, com suas taxes, é mais recorrente na formação do perfil toponomástico ludovicense. O *corpus*, fruto da pesquisa documental e de campo, é constituído de 81 topônimos oficiais usados atualmente pela Prefeitura de São Luís, e a metodologia adotada é a proposta por Dick (1990, 1994) e Curvelo (2009), que elencam 31 taxes classificatórias dos topônimos. Além desse Método Tipológico, usamos o Questionário Toponímico e Fichas Lexicográfico-Toponímicas para registrar os dados coletados em quatro áreas toponímicas: Centro, Centro-Rio Bacanga, Centro-Rio Anil e Centro-Caminho Grande. Ao final da pesquisa, constatamos que a Microtoponímia dos 81 nomes de bairros ludovicenses configura-se de 57 topônimos de natureza antropocultural, 20 de natureza física e de 04 de natureza mista, evidenciando que a motivação toponímica dos bairros foi, predominantemente, a antropocultural e não a física. Ao longo de 401 anos de história de São Luís, percebemos que a nomeação dos bairros decorre de fatores de natureza diversa: culturais, sociais, geográficos, históricos, econômicos, políticos e habitacionais.

Palavras-chave: Lexicologia, Toponomástica, Motivação toponímica, Toponímia ludovicense.

ABSTRACT

Toponomastic study is to be able not only to the acquisition of historical, social, geographic, cultural, economic and political knowledge of a region, but of a people. The name of a place is a witness, the importance and value of the particularities that have influenced the denominator when it comes to naming it. Based on these arguments, the *locative Analysis of 81 neighborhoods of São Luís/MA* consists in the study of Toponymy of 81 names of current neighborhoods of the capital of Maranhão under the perspective of their origin and historical development and also to show how the 401 years of St. Louis may be known by the names of the neighborhoods that are witnesses of social development housing, economic, historical, and cultural center of a land the Tupinambás. Our aim is to determine the motivation toponomastic of 81 Placenames proving which of two Taxonomic categories, physics or antropocultural, with their taxes, is more applicant nominations, to then form the profile toponomastic from São Luís city, divided into four synchronous periods, allowed to know the factors that influenced the nomination of neighborhoods. In this way, the corpus as a result of the documentary research and field consists of 81 official place names currently used by the city of St. Louis and the methodology adopted is the proposal by Dick (1990, 1994) and Curvelo (2009) which recommends 31 taxes classifying toponyms. In addition to this Typological Method, we use the questionnaire Toponymic and lexical tokens-place names to register the data collected on the place names of the four toponymic areas: Center road, Center-Rio Bacanga, Center-Rio Anil and Center-Caminho Grande. At the end of the research we found that the Microtoponímia of 81 names of neighborhoods of São Luis it configures of 57 toponyms of antropocultural nature, of 20The physical nature and of mixed nature 04 showing thus that, predominantly, the motivation of the locative was antropocultural and not physics. Over 401 years of São Luis history the nominator considered as most relevant cultural, social, geographic, historical, economic, political and housing factors.

Keywords: Lexicology, Toponomastic, Toponymic motivation, Ludovicense toponymy

RÉSUMÉ

L'étude Toponomastique est être prêt non pas seulement à l'aquisition de la connaissance historique, sociale, géographique, culturelle, économique et politique d'une région, mais aussi d'un peuple. Le nom d'une place est une valeur témoin, de l'importance et des particularités, qui influencent celui qui le choisit. Suivant ce raisonnement, l'Analyse_toponymique de 81 quartiers de São Luís/MA consiste à une étude de la Toponymie des actuels 81 noms de quartiers de la capital du Maranhão sous la perspective de son origine et son évolution historique et aussi montre comment les 401 ans de São Luís peuvent être connus par les noms des quartiers qui sont des temoins du developpement social, habitationnel, économique, historique, et culturel de Terre des Tupinambás. Notre but est de determiner la motivation toponomastique de 81 noms de lieu prouvant quelles des deux catégories taxonomiques, la physique ou l'antropoculturelle, avec ses taxes, qui est plus reprise entre les nominations, pour ainsi former le perfil toponomastique propre à São Luís qui, divisé sur quatres periodes synchroniques, ont permis de savoir les facteurs qui ont influencés la nomination des quartiers. Ainsi, le résultat de cette recherche documentaire et sur place est constitué de 81 toponymes officiels utilisés actuellement par la Préfecture de São Luís et la méthodologie adoptée est celle proposée par Dick (1990, 1994) et Curvelo (2009) qui listent 31 taxes classificatoires des toponymes. Au-delà de cette méthode typologique, on a utilisé un questionnaire toponymique et des fiches lexicographique – toponymiques pour la recherche des toponymes des quatres zones toponymiques: Centro, Centro-Rio Bacanga, Centro-Rio Anil e Centro-Caminho Grande. Selon notre recherche on a constaté que la microtoponymique des 81 noms des quartiers de São Luís montre 57 toponymes de nature antropoculturelle, 20 de nature physique et 04 de nature mixte, ainsi la motivation toponymique principale des quartiers a été l'antropoculturelle et non pas la physique. Le long des 401 ans de l'histoire de São Luís, le choix des noms a mis em relief les facteurs les plus pertinents: culturel, social, géographique, historique, économique, politique et du logement.

Mots clés: Lexicologie, Toponomastique, Motivation toponymique, Toponymie Ludovicense.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 01 – Questionário toponímico	59
QUADRO 02 – Distribuição dos 81 topônimos nas 04 áreas	61
FICHA 01 – Modelo da ficha lexicográfico-toponímica	63
FICHA 02 – Ficha léxicográfico-toponímica preenchida	63
QUADRO 03 – Taxes de natureza física	65
QUADRO 04 – Taxes de natureza antropocultural	65
DIAGRAMA 01 – Distribuição dos topônimos do período de 1612-1712	75
GRÁFICO 01 – Quantificação percentual das taxes de 1612-1712	88
DIAGRAMA 02 – Distribuição dos topônimos do período 1713-1812	89
GRÁFICO 02 – Quantificação percentual das taxes de 1713-1812	99
DIAGRAMA 03 – Distribuição dos topônimos do período 1813-1912	102
GRÁFICO 03 – Quantificação percentual das taxes de 1813-1912	118
DIAGRAMA 04 – Distribuição dos topônimos do período 1913-2013	125
GRÁFICO 04 – Quantificação percentual das taxes de 1913-2013	146
QUADRO 05 – Caracterização dos Topônimos do período de 1612-1712	148
QUADRO 06 – Caracterização dos Topônimos do período de 1713-1812	149
QUADRO 07 – Caracterização dos Topônimos do período de 1813-1912	150
QUADRO 08 – Caracterização dos Topônimos do período de 1913-2013	152
GRÁFICO 05 – Quantificação percentual de todas as taxes de 1612-2013	154

LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
AT	Alteração Toponímica
BNGB	Banco de Nomes Geográficos do Brasil
BNH	Banco Nacional da Habitação
CEF	Caixa Econômica Federal
CIM	Carta Internacional ao Milionésio
COHAB	Companhia de Habitação Popular
CSU	Centro Social Urbano
DOE	Diário Oficial do Estado
DOM	Diário Oficial do Município
E.F.S.L.T.	Estrada de Ferro São Luís-Teresina.
EMARHP	Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos
EMBRATEL	Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.
IAPC	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCID	Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural de São Luís.
IPASE	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado
IPEM	Instituto de Previdência do Estado do Maranhão
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
LE	Lei estadual
LM	Lei Municipal
LP	Lei Provincial
MCMV	Minha Casa Minha Vida
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SURPLAN	Secretaria de Urbanismo e Planejamento
TELMA	Empresa de Telecomunicações do Maranhão S.A.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 VISAO PANORÂMICA DA TOPONÍMIA	17
2.1 Estudos sobre Toponímia na Europa e na América	17
2.2 A Toponímia brasileira	21
2.2.1 Estudos toponímicos no Sudeste do Brasil	22
2.2.2 Estudos toponímicos no Norte do Brasil	24
2.2.3 Estudos toponímicos no Sul e Centro-Oeste do Brasil	24
2.2.4 Estudos toponímicos no Nordeste do Brasil	32
2.3 Síntese conclusiva	34
3 ASPECTOS CONCEITUAIS E CLASSIFICATÓRIOS DA TOPONÍMIA	35
3.1 Caracterização da Onomatologia, Onomástica e Toponímia ou Toponomástica	36
3.2 A interdisciplinaridade entre a Onomástica e a Toponímia	41
3.3 Particularidades do Topônimo	47
3.4 Síntese Conclusiva	57
4 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS	58
4.1 Delimitação do <i>corpus</i>	60
4.2 Etapas para a coleta de dados e identificação das fontes	62
4.3 Registro e arquivamento dos dados	63
4.4 Classificação dos topônimos por taxes	64
4.5 Análise dos dados	66
4.6 Processo habitacional ludovicense de 1612 a 2013	67
4.7 Síntese Conclusiva	74
5 SAO LUIS QUATROCENTENÁRIA PELA ANALISE TOPONÍMICA DE SEUS BAIRROS	75
5.1 Perfil toponomástico de São Luís no período de 1612-1712	75
5.2 Perfil toponomástico de São Luís no período de 1713-1812	89
5.3 Perfil toponomástico de São Luís no período de 1813-1912	99
5.4 Perfil toponomástico de São Luís no período de 1913-2013	119
6 CONCLUSÃO	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	157
APÊNDICE	183
ANEXO	346

1 INTRODUÇÃO

Ao tomarmos posse de um espaço físico-geográfico ou nos estabelecermos em um núcleo populacional, precisamos nomeá-lo com o intuito de garantir nossa localização espacial e identidade comunitária. Dessa forma, por meio da Toponímia, ramo de conhecimento da Onomástica, podemos analisar a estreita relação que há entre o homem e os lugares que designam o espaço que ele ocupa, isto é, podemos analisar, entre outras, a relação que há entre língua, cultura, sociedade e natureza, manifestada no processo de nomeação de logradouros.

O processo de nomeação dos logradouros não é feito de forma aleatória, já que o nomeador representa, nos topônimos, os elementos que deseja simbolizar, homenagear, perpetuar, memorizar. No primeiro momento dessa atividade, o ato é espontâneo, obedece às circunstâncias do tempo presente, mas quando esse *lugar* adquire *status* de município, cidade, vila ou bairro, o nome, quando não é mudado, deve se adequar a normas toponímicas estabelecidas por órgãos oficiais que podem ir da mais alta instância nacional, como é o caso do Governo Federal, à instância local, a exemplo do Governo Estadual e Municipal.

A preocupação em *normatizar* a Toponímia Brasileira é tradição que começou a ser debatida, primordialmente, nas primeiras décadas do século vinte. A esse respeito, Nascentes (2003, p. 575) afirma que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro fez uma conferência, em 1926, com o intuito de tratar sobre a organização dos nomes geográficos, de todas as procedências que temos em nosso país: estrangeiros, indígenas e africanos. Acrescenta ainda Nascentes (2003, p. 576) que a desordem da Toponímia do País durou até a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE que fez sancionar a Lei Geográfica ou o mais conhecido Decreto-Lei 311, de 02/03/1938, que versava sobre a divisão territorial do País e sobre providências que atingiram diretamente a Toponímia Nacional, como é o caso dos Artigos 10, 16 e 18 que tratam da denominação das circunscrições territoriais:

Dando sequência à Lei Geográfica, a Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia, em 1941, sancionou a Resolução nº 98, de 25 de junho, concernente às regras ortográficas dos nomes estrangeiros. Além de criar novas normas, a referida

resolução incorporou as já estabelecidas, em 1926, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em 1943, foi homologado o Decreto-Lei nº 5.901, de 21 de outubro, que, entre outras providências, estabelecia as normas para evitar a repetição de nomes de lugares. Nascentes (2003, p. 579) assevera que, graças a esse decreto, a toponímia brasileira chegou à regularidade por longas datas desejada.

No que compete à Toponímia maranhense, 37 anos depois de sancionada a Lei Geográfica, a Prefeitura de São Luís decretou a Lei nº 2.151, de 04/02/1975, que, dentre outras providências, estabelecia as normas para a nomeação dos bairros, vilas, povoados e logradouros públicos assim como a criação da *Comissão Permanente de Toponímia do Município de São Luís* que teria como função primordial não só a fiscalização da execução das leis toponímicas, mas a missão de publicar o Guia Toponímico de São Luís, devidamente atualizado. Todo o conteúdo dessa Lei deixa transparecer que ela dispõe sobre as normas para a nomenclatura local ou a Microtoponímia, isto é, a exemplo da Toponímia Nacional, o Município de São Luís também teria sua organicidade toponímica.

Ainda sobre a Toponímia do Maranhão, além da Lei nº 2.151, encontramos os trabalhos de Vieira Filho (1971) e de Melo (1990), que discorrem sobre a Microtoponímia de São Luís; a pesquisa de Dick (1995), que apresenta antropotopônimos e hagiopotônimos presentes na Macrotoponímia do Estado; a de Ramos *et al.* (2005), que mostra a contribuição das línguas indígenas na Toponímia do Maranhão; a de Pereira (2003), que apresenta um estudo da Microtoponímia do município de Arari, e a de Curvelo (2009), que aborda a Macrotoponímia dos 217 municípios maranhenses.

A pesquisa de Curvelo (2009) difere das demais mencionadas porque faz um resgate detalhado de toda a Macrotoponímia do Estado e não só de um aspecto como é o caso dos trabalhos citados que, ou se limitam aos logradouros do Centro Histórico de São Luís (Vieira Filho, Melo) ou delineiam um aspecto, classificatório ou nominativo, dos municípios pesquisados (Dick, Ramos, Pereira). O levantamento da literatura que versa sobre a Toponímia tanto maranhense quanto ludovicense possibilitou-nos constatar que ainda não existem trabalhos que delineiem o perfil toponomástico ou que resgatem a motivação toponímica da totalidade ou de parcelas de nomes dos bairros oficiais de São Luís/MA, objeto da presente pesquisa que serve como referência para

saberemos quais foram as causas denominativas dos logradouros ao longo de 401 anos de história; possibilita o conhecimento não só das tendências e/ou frequências denominativas de cada bairro, mas a saberemos qual foi a visão que teve o nomeador ao atribuir determinado nome a determinado local; revela as tradições locais que, guardadas nos topônimos, memorizam elementos da fauna, da flora, da hidrografia, do reino mineral, de fenômenos sociais, de crenças, de personalidades *ilustres*, das etnias que por estas terras passaram e que permanecem imortalizadas nos topônimos.

Assim, diante do Modelo Toponímico Taxionômico proposto por Dick (1990a), questionamos: quais são as causas denominativas, na origem e evolução histórica dos topônimos que nomeiam atualmente os bairros de São Luís? Quais são os fatores linguísticos¹ que motivaram a formação dos nomes dos bairros ludovicenses? Quais são os fatores extralinguísticos que motivaram a formação dos nomes dos bairros ludovicenses? Quais foram os fatores que motivaram a incorporação de termos genéricos na maioria dos nomes dos bairros de São Luís? Qual é a categoria toponímica que evidencia a tendência denominativa que têm os nomes dos bairros ludovicenses atualmente, as *taxes físicas* ou as *antropoculturais*?

Como já dissemos anteriormente, ainda não encontramos na literatura existente nenhum trabalho que responda satisfatoriamente aos questionamentos apresentados; em vista disso, objetivamos com esta pesquisa: analisar os fatores linguísticos e extralinguísticos que motivaram a nomeação dos bairros ludovicenses; analisar qualitativamente os topônimos para buscar sua motivação onomástica, conforme as *taxes físicas* e *antropoculturais*; distribuir quantitativamente, em gráficos, os topônimos das duas categorias taxonômicas; registrar o percurso onomástico dos topônimos com vistas ao resgate histórico de suas denominações, o que será feito com base no agrupamento de 81 topônimos em quatro períodos sincrônicos: 1612-1712, 1713-1812, 1813-1912 e 1913-2013. Esses recortes temporais ajudaram a esclarecer como as Alterações Toponomásticas – ATs foram se processando ao longo dos 401 anos de São Luís e que fatores influenciaram o processo. Analisamos a parcela de 81 nomes de bairros, especificamente, os das regiões toponímicas do Centro, Centro-Rio Bacanga, Centro-Rio Anil e Centro-Caminho Grande, considerando os seguintes critérios: a

¹ Os fatores linguísticos a que nos referimos são: a etimologia, o esvaziamento semântico e a ressemantização. Já os extralinguísticos são os: culturais, sociais, geográficos, históricos, econômicos, políticos.

ocupação habitacional de toda a área do Centro Histórico (11 bairros), a influência que os bairros do Centro Histórico tiveram no surgimento de outros das áreas adjacentes ao Centro (05 bairros do Centro-Rio Bacanga, 05 bairros do Centro-Rio Anil e 60 bairros do Centro-Caminho Grande) e o intenso processo expansionista de São Luís a partir do Caminho-Grande, única via terrestre de cesso ao restante do território da Ilha, daí sua importância e a justificativa para a maior quantidade de topônimos que agrega.

Tendo em vista os objetivos delineados para a pesquisa, organizamos esta tese em sete capítulos. O primeiro corresponde à *Introdução* que apresenta a relevância científica e social da pesquisa: conhecer o perfil toponomástico de São Luís com base em 81 nomes de bairros originados em 401 anos de História. Já o segundo mostra uma *Visão Panorâmica da Toponímia* em outros países, no Brasil, no Maranhão e em São Luís, possibilitando que conheçamos a literatura produzida nessa área.

A terceira parte trata da nomeação como atividade humana, das definições e partes da Onomatologia, Onomástica e Toponímia ou Toponomástica; mostra também o caráter interdisciplinar da Onomástica e da Toponímia assim como do topônimo com todas as suas especificidades: importância, origem, fenômenos linguísticos, estrutura e modelo classificatório. No quarto capítulo, descrevemos todas as etapas seguidas para a execução da pesquisa nos *Procedimentos Metodológicos*. Já no quinto, *Processo habitacional ludovicense de 1612 a 2013*, fazemos um estudo do processo habitacional de São Luís, já que é a partir (também) da fixação das pessoas em um logradouro que temos o surgimento de topônimos. *São Luís quatrocentenária por seus bairros* é o título do sexto capítulo em que mostramos os resultados da pesquisa com base na análise classificatória dos topônimos e da distribuição deles em quatro períodos sincrônicos. Finalizamos com o sétimo capítulo em que apresentamos as *Considerações finais* sobre as particularidades da Microtoponímia ludovicense.

Trabalhos desta natureza não versam unicamente sobre nomes de lugares, mas também sobre os aspectos que envolvem as várias *Gentes*, suas expectativas e seus sentimentos diante do seu *Rincão*; neste caso, os 81 topônimos ludovicenses são testemunhas de tudo que aconteceu em 401 anos da História de São Luís nos aspectos físico-naturais e antropoculturais. Dessa forma, como podemos inserir a *Análise Toponímica de 81 bairros de São Luís/MA* no contexto da Toponímia Nacional? Para respondermos a esse questionamento, devemos saber como se configura a Toponímia

do nosso País, a do Maranhão e de sua Capital, São Luís, tema que abordamos no capítulo a seguir, intitulado *Visão panorâmica da toponímia*.

2 VISÃO PANORÂMICA DA TOPONÍMIA

O estudo dos *topos*, objeto da Toponímia, tem se revelado de grande importância para o conhecimento de aspectos histórico-culturais de um povo ou mesmo de uma região, pois permite que identifiquemos fatos linguísticos, ideologias e crenças presentes no ato denominativo e, posteriormente, a permanência ou não desses valores numa dada comunidade. Assim, o nome atribuído a uma localidade ou a um acidente geográfico pode ser um elemento que revele tendências sociais, políticas ou religiosas dos colonizadores e da época em que a nomeação ocorreu. Com base nessas reflexões, apresentamos alguns trabalhos voltados para a aplicação dos conhecimentos da Onomástica e da Toponímia, com ênfase na explicação e descrição do Topônimo.

2.1 Estudos sobre Toponímia na Europa e na América

Segundo Dick (1987, p. 93), o aparecimento da Toponímia como ramo de estudo sistematizado surge na França por volta de 1878 com Auguste Longnon, que introduziu tal estudo na *École Pratique des Haute Études* e no Colégio de França. Posteriormente, seus alunos publicam, postumamente, em 1912, a obra *Les noms de lieux de la France*. Já em 1922, Albert Dauzat publica *Chronique de Toponymie*, na revista de *Études Anciennes*. Dauzat contribui com uma bibliografia detalhada de fontes e estudos de historiadores, geógrafos e linguistas que se prestavam a fazer pesquisas sobre os nomes antigos de lugares. Também organizou, em 1938, o I Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia. O evento despertou a atenção dos estudiosos para assuntos referentes à Onomástica e passou a ser realizado constantemente em outros países da Europa. Ainda sobre os estudos toponímicos franceses, destacamos a obra de Rostaing (1948) que retrata, pormenorizadamente, a toponímia desse País, considerando principalmente suas origens.

Na Espanha, entre os trabalhos que focalizam a Toponímia, há contribuições de Menendez Pidal (1952), Nieto Ballester (1997) e García Sánchez (2007). O primeiro publica *Toponimia prerrománica hispana*, estudo sobre a Toponímia primitiva espanhola. Nele, o autor destaca que a Toponímia não é somente o estudo da história

dos nomes de lugares, mas um testemunho, uma prova de línguas primitivas que não existem mais. É com esse olhar que Menendez Pidal descreve elementos fonéticos, morfológicos, sintáticos e semânticos próprios do espanhol antigo e apresenta-nos, no primeiro capítulo da referida obra, uma descrição detalhada das vogais ibéricas e σ dos topônimos antigos da Espanha. Em seguida, Menendez Pidal fala-nos também sobre a grande influência que há, na Onomástica hispana, de elementos da Toponímia galega, ibero-vasca e celtibera.

A respeito da rica e detalhada descrição toponímica espanhola, citamos também Nieto Ballester (1997) que nos oferece uma amostra significativa da realidade toponímica espanhola que, ao longo de sua história, recebeu influência de várias etnias em seu léxico, proporcionando, dessa forma, não só uma Toponímia com marcas pré-romanas, vascas, latino-românicas (castelhana, galega, catalana e canária), moçárabes e germânicas, mas topônimos que têm em sua base elementos físicos e antropoculturais.

Uma década depois do lançamento do dicionário de Nieto Ballester (1997), há notícias² da publicação, em 2007, pela Arcos Libros, do *Atlas Toponímico de España*. Nessa obra, García Sánchez (2007), além de evidenciar que o país já possui estudos efetivos sobre a toponímia, dá-nos uma visão panorâmica da Toponímia espanhola. A obra inclui a classificação e a explicação dos topônimos, com a ajuda de mapas ilustrativos, a partir de quatro perspectivas: a abordagem dos estratos linguísticos (pré-romanos, romanos, germânicos e árabes), a complexidade das fronteiras linguísticas (fronteiras galego-asturleonese, hispano-portuguesa e catalano-aragonesa) e os fatores de natureza física e antropocultural que originam o topônimo.

Sobre a Toponímia portuguesa, citamos os trabalhos de Vasconcelos (1931), Fernandes (1941), Piel (1945), Freire (1999) e Carvalhinhos (2003, 2004, 2005, 2007). *O opúsculo III* de Vasconcelos (1931) é um exemplar dedicado à Onomástica e está dividido em três partes: nomes pessoais ou Antroponímia; nomes geográficos ou Toponímia e nomes vários ou Panteonímia Portuguesa. No que tange à segunda parte, apresenta os seguintes capítulos: (i) Amostra da Toponímia Portuguesa, em que os nomes de lugares são classificados de acordo com as línguas que lhes deram origem, e assim podem ser: pré-romanos, romanos, germânicos, árabes, de procedência variada

² Informação disponível em: www.arcomuralla.com. Acesso em: 02 jan. 2009.

(da Espanha, da França, do Brasil)³ e portugueses propriamente ditos⁴; (ii) Modos de formação toponímica ou Gramática toponímica, isto é, as regras gramaticais a que estão sujeitos os topônimos e (iii) Categoria de nomes, segundo as causas que lhes deram origem, ou seja, a procedência dos topônimos, dentre as quais, destacamos: hidrografia, agricultura, meteorologia, fauna, flora e religião.

Piel (1945), por sua vez, aborda apenas um aspecto da Toponímia galego-portuguesa: a presença das águas, ou seja, a existência de motivos hidrológicos (Hidrotopônimos) nos nomes de lugares de Portugal e da Galícia (província espanhola que faz fronteira, ao sul, com Portugal). É assim que Piel vai descrever detalhadamente a etimologia da nomenclatura hidrotoponímica desses países, precisando não só sua origem, mas sua situação geográfica. Já Fernandes (1941) apresenta-nos um quadro detalhado da Onomatologia portuguesa com suas particularidades e curiosidades.

Freire (1999) aborda a problemática peninsular na utilização dos fonemas /p/ e /q/ entre as línguas célticas arcaicas: o celtibérico e o lusitano-galaico. O autor exemplifica a utilização desses fonemas com: *Sequana* > *Sena* (deusa do rio Sena) e *Quarisii* > *Parisii* > *Paris* (forma moderna da capital francesa). Carvalhinhos amplia as contribuições sobre a Toponímia Portuguesa ao analisar os Hidrotopônimos do Distrito de Aveiro (2003). Nessa pesquisa, a autora mostra que a influência árabe no sul de Portugal determinou nomes de muitos cursos d'água da região e que os Hidrotopônimos são provas vivas das etnias que ali viveram.

Em outro trabalho, Carvalhinhos (2004) mostra um fenômeno muito comum na toponímia: a permanência de um topônimo em um acidente físico, tanto como nome próprio quanto como designativo. Para ilustrar, apresenta a lexia *anta* que, em Portugal, significa monumento de pedra e que é de origem latina; no Brasil, é nome de animal com raiz árabe. A pesquisadora alerta que o Toponimista não deve buscar apenas a motivação etimológica, mas considerar também o contexto social e todos os elementos extralinguísticos que possam ajudar a explicar um topônimo. Já em (2005), a autora analisa e registra os motivos que determinaram as 1.195 ocorrências de uma única lexia

³ Vasconcelos (1931, p. 147) mostra como pode ser entendida a procedência variada dos topônimos portugueses ao exemplificar que da Espanha veio o topônimo *Aranguez* (Quinta em Setúbal), da França, *Recamador* (congregação de Rocamador) e do Brasil, *Mocambo* (em Lisboa).

⁴ Nomes próprios que provêm de nomes comuns, ou que se formaram com elementos morfológicos da língua comum. (Vasconcelos, 1931, p. 147).

muito usada no Norte de Portugal: Nossa Senhora. Ela constata que o emprego dessa lexia deve-se a fatores de natureza humana, quando se referem aos títulos de Maria (Senhora dos Aflitos) e a fatores físicos, quando há a associação do nome de Nossa Senhora a lexias referentes à flora (Senhor das Amoras), a minerais (Senhora das Areias), aos elementos meteorológicos (Senhora das Estrelas) e à água (Senhora da Fonte Santa). Além da abordagem dos Hierotopônimos, a pesquisadora trata também das denominações dos cursos d'água portugueses (rios, córregos, ribeiras), ou seja, dos Hidrotopônimos que também levam consigo elementos que nos permitem identificar a idade e as etnias dos topônimos aos quais estão ligadas.

De igual importância, realça a exposição, o artigo em que Carvalhinhos (2007) afirma que o estudo morfológico dos nomes de lugares pode proporcionar a recuperação do seu significado, daí que, a partir desses elementos presentes no topônimo, podemos chegar às marcas tanto étnicas quanto históricas de um lugar por meio de seu(s) topônimos. Temos também, sob a responsabilidade Carvalhinhos, o projeto Atlas Toponímico de Portugal, projeto vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do departamento em que trabalha a pesquisadora na USP.

Sobre a Toponímia da América, podemos citar, nos Estados Unidos, a divulgação da revista *Names*, publicada em 1951, em Detroit, pela American Name Society e, no Canadá, o Grupo de Estudos de Coronímia e de Terminologia Geográfica, fundado em 1966. Esse grupo de estudos é integrante do Departamento de Geografia da Universidade de Laval, situada em Québec. Ainda sobre a Toponímia no Canadá, Carvalhinho (2008, s/p) acrescenta que Henri Dorion foi o responsável pelos estudos toponímicos no país, na Universidade de Laval, desde a década de 60. O autor publicou, em 1972, *Les noms de lieux et le contacte des langues*, obra que, segundo a pesquisadora, enfatiza a perspectiva do contato entre as línguas e sua influência na Toponímia; por essa razão, o autor traz estudos não só da América, mas também de outros países como Hungria, Romênia, Polônia, Rússia. Na Rússia, existe o Instituto de Linguística da Academia de Ciências da Ucrânia e a Sociedade Geográfica Russa.

No que concerne à Toponímia chilena, Bernales Lillo (1995) descreve e analisa os topônimos pré-hispânicos e hispânicos da Nona Região ou Região de La Araucanía do sul do Chile. Além disso, mostra-nos outras perspectivas de análise dos nomes que superam a tradicional apresentação do topônimo em seus aspectos etimológicos e

semânticos, ao privilegiar a motivação inicial que inspirou o denominador da localidade no momento em que a batizou.

A partir desses estudos, podemos perceber como se configura a Toponímia em outros países, dentre eles aqueles que colonizaram o Maranhão, e também a influência da Onomástica/Toponímia estrangeira nos estudos sobre a brasileira. No Brasil, após levantamento bibliográfico, podemos apontar três tipos diferentes de vertentes em que se dividem os estudos em Onomástica/Toponímia: uma perspectiva etimológica, que toma a Toponímia como ferramenta para a reconstrução de línguas antigas; uma vertente que toma como base os trabalhos da Toponímia em conjunto com a geografia e a cartografia e outra vertentes que mescla a perspectiva etimológica com a geográfica, vertente que adotamos neste trabalho considerando a natureza do *corpus* da pesquisa.

2.2 A Toponímia brasileira

Para mostrar o panorama da história da Toponímia no Brasil, apresentamos, a seguir, uma amostra dos trabalhos produzidos nessa área por Tupinólogos, Toponimistas, Humanistas, Filólogos, Dialectólogos e Linguistas de diversas regiões do País para então situar como se configura a Toponímia maranhense e ludovicense. Ressaltamos ainda que, dentre as regiões, a Nordeste figura como a última por ser objetivo desta tese analisar dados da capital de um estado nordestino brasileiro.

Segundo Cardoso (1961, p.17), a obra mais antiga e de referência da Toponímia brasileira é *O Tupi na geografia nacional*, publicada em 1902 pelo tupinólogo Teodoro Sampaio. Cardoso (p. 323) destaca, ainda, que a referida obra é clássica por fazer uma análise criteriosa de todos os vocábulos abordados, pela profundidade dos conhecimentos tupis ali contidos e pela seriedade das investigações de Sampaio. Outra obra clássica da Toponímia brasileira é o dicionário de Souza (1927), em que o autor, além de elucidar pormenorizadamente o universo léxico-toponímico, mostra regionalismos e explicações de outros estudiosos a respeito das lexias abordadas.

Destacamos também a contribuição de Cardoso (1961), especialista nos topônimos de origem indico-caribe e aruaque da Amazônia, isto é, no caráter histórico da Onomástica indígena. Cardoso (1961, p. 314) ressalta que, no nosso país, há poucos estudos na área da Toponímia Brasileira, porque não há “um plano sistematizado, que abranja, em seu estudo, as diversas zonas de nosso território”. Mas é esperançoso ao

dizer que isso é possível com a ajuda oficial; neste caso, a do IBGE. O autor esclarece ainda alguns étimos menos conhecidos da toponímia brasileira, mais especificamente os: (i) Caribes, *Caimã*, étimo do galibí que significa jacaré (Ilha de Caimã, município de Raposa/MA); (ii) Aruacos, *Acre*, étimo do *ipurinã*, corruptela de *uaquiri* e (iii) Borôros, *Marido*, do borôro *marido* o mesmo que buriti. Vale ressaltar que, ao colher as informações diretamente dos índios e organizá-las, Cardoso objetivava contribuir com informações que pudessem interessar tanto à Toponímia quanto à Etimologia, Antropologia e Geografia brasileira.

A indicação de bibliografia referente à Toponímia está presente em Santos (1983) que publica um livro de referências remissivas. O humanista objetivava com sua obra tornar a análise da Toponímia acessível a todos os estudiosos do assunto. Em virtude disso, organizou uma bibliografia que contém 169 títulos divididos em duas partes: Toponímia em Geral, dedicada a temas geográficos, cartográficos, nomenclatura, classificação das cidades e nomes de rios brasileiros, e Linguística em Geral, que enfoca, além da linguagem e da literatura geográfica, topônimos ligados ao índio e ao folclore brasileiro.

Atestando ainda mais a crescente produção em Toponímia no Brasil, é importante destacarmos também: (i) a elaboração de atlas toponímicos; (ii) as produções dos grupos cadastrados, ou não, no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; (iii) a criação de cursos em estudos Onomásticos/Toponímicos; (iv) a implementação de disciplinas relacionadas a Toponímia, nos cursos das Instituições de Ensino Superior – IES; (v) a atuação dos grupos de discussão e divulgação da Onomástica e Toponímia; (vi) os estudos de pesquisadores especialistas na área; (vii) teses; (viii) dissertações e (ix) artigos produzidos na área.

No que tange aos atlas toponímicos em desenvolvimento ou já concluídos no Brasil, citamos: nove da região Sudeste, vinculados à Universidade de São Paulo – USP; três da região Norte, um vinculado à Universidade Federal do Tocantins – UFT, dois à Universidade Federal do Acre – UFAC; um da região Sul, vinculado à Universidade Estadual de Londrina – UEL; dois da Centro-Oeste, um vinculado à Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT e outro da Universidade Federal do

Mato Grosso do Sul – UFMS. A seguir, apresentaremos informações pormenorizadas sobre os atlas brasileiros por região.

2.2.1 Estudos toponímicos no Sudeste do Brasil

O Atlas Toponímico do Brasil: parte geral e variantes regionais – Projeto ATB, coordenado pela professora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, tem como finalidade o conhecimento da Toponímia do País, inscrita na cartografia estadual, do ponto de vista lexical, etimológico, morfossemântico e etnolinguístico. Além do Estado de São Paulo, já integram o Projeto o Rio de Janeiro, Alagoas (estes dois estados apenas com estudo dialetológico e taxionômico), Minas Gerais (Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais – Projeto ATEMIG), Mato Grosso (Atlas Toponímico do Mato Grosso – ATMT, Mesorregião de Cuiabá e Mesorregião de Tesouro); Atlas Toponímico do Mato Grosso do Sul – Projeto ATEMS; Tocantins (Atlas Toponímico do Estado do Tocantins – ATT e o Atlas Toponímico de Origem Indígena do Estado de Tocantins – Projeto ATITO). O levantamento cartográfico dos Estados da Paraíba, Maranhão e Goiás seria feito em 2008, segundo Dick⁵.

O ATB está atrelado às seguintes linhas de pesquisas: A Literatura de Viagem em Função Toponímica. Estudo Distributivo; Estudos do Homem e da Sociedade por meio da Linguagem: Inter-relação Língua, Cultura e Onomástica; Historiografia e Memorialística do Fato Onomástico; Lexicologia, Lexicografia e Terminologia em Função Onomástica. Os atlas e as diversidades regionais; Taxonomia Toponímica; Toponímia e Cartografia; Toponímia e Etnolinguística; Toponímia e Línguas Indígenas.

O Atlas Toponímico do Estado de São Paulo – Projeto ATESP (variante regional do ATB), coordenado por Dick, teve, na sua versão inicial (1980), o objetivo de levantar e descrever os 573 topônimos paulistas. Na sua versão atual, esse número sobe para 9.692 topônimos. O Projeto está atrelado às mesmas linhas de pesquisa do ATB. Já o Atlas das Cidades. Linguagem e Toponímia Diacrônica: Estudo Toponímico, coordenado por Dick, visa, principalmente, ao estudo dirigido à formação das cidades e dos aglomerados humanos oriundos de várias causas histórico-econômicas. Por estar vinculado ao ATB e ao ATESP, segue as mesmas linhas de pesquisa desses atlas. O Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais – Projeto ATEMIG (variante regional do

⁵ Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional>. Acesso em: 02 jan. 09. Acrescentamos que não sabemos se o levantamento foi feito ou não.

ATB), Projeto sobre a responsabilidade de Carvalhinhos, está vinculado ao Programa *Ensinar com Pesquisa*, da Pró-Reitoria de Pesquisa da USP.

Incluídos nessa região, Dick (1994b, p. 436) situa outros três projetos de pesquisa desenvolvidos na USP: Vocabulário geográfico de origem indígena brasileira (famílias Tupi-Guarani, Karib, Aruak e algumas do tronco Macro-Jê, presentes na Toponímia); Estudo histórico-toponímico das ruas da cidade de São Paulo (Centro Velho, Centro Novo e bairros periféricos) e Catalogação do acervo bibliográfico toponímico da USP.

2.2.2 Estudos toponímicos no Norte do Brasil

O Atlas Toponímico do Estado do Tocantins – ATT (variante do ATB), coordenado pela professora Karylleila dos Santos Andrade, objetiva o remapeamento do Estado, do ponto de vista da motivação dos designativos coletados nas cartas municipais. Da ótica da Linguística, fazem parte das etapas do estudo, a etimologia dos topônimos, o estudo dialetológico, a estrutura gramatical e a correção fonêmica. O Projeto está atrelado às seguintes linhas de pesquisas: A toponímia tocantinense no contexto da Belém-Brasília; Atlas Toponímico de origem indígena do Tocantins - ATITO; Paraupava e Iabéberi: caminho das águas, povos dos rios. Visão etnolinguística dos rios Araguaia e Tocantins⁶; o Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira – Projeto ATAQB, sob coordenação do Professor Alexandre Melo de Sousa, objetiva traçar o perfil toponímico do Estado do Acre, a partir da análise da nomenclatura dos seus acidentes físicos registrados oficialmente em cartas topográficas. Em Roraima há o Atlas Toponímico da região indígena da Serra da Lua, trabalho de mestrado de Carneiro (2007).

2.2.3 Estudos toponímicos no Sul e Centro-Oeste do Brasil

Destacamos três atlas: o Atlas Toponímico do Estado do Paraná, coordenado pela Professora Maria Antonieta Carbonari de Almeida; o Atlas Toponímico do Estado do Mato Grosso – ATEMT (variante regional do ATB) e o Atlas Toponímico do Estado do Mato Grosso do Sul – Projeto ATEMS (variante regional do ATB).

Não podemos deixar de mencionar dois grupos que também não estão cadastrados em diretórios de pesquisa, mas que funcionam como ferramentas de grande

⁶ O ATESP, ATB, Atlas das Cidades, ATT e ATITO estão cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq.

valor na divulgação de produções sobre a Toponímia brasileira: o *Blog* de discussão Toponímia Geral e do Brasil⁷ e o Grupo Toponímia – USP Yahoo!⁸. Ambos, de autoria de Carvalhinhos, têm como objetivos principais tanto a promoção da disciplina Toponímia Geral e do Brasil, ministrada no curso de Letras da USP pela professora Carvalhinhos, quanto a divulgação de material bibliográfico e informações sobre Onomástica e Toponímia.

No que concerne à criação de cursos em estudos Onomástico-Toponímicos, data de 1984 a criação e a efetivação (1989) do Curso de Pós-Graduação em estudos onomásticos (Toponímia e Antroponímia) da USP. Esse curso, segundo Dick (1994b, p. 436), tinha como objetivo a formação de pesquisadores na área, a exemplo do que já acontecia nas universidades europeias e americanas.

No que tange à implementação de disciplinas relacionadas com a Toponímia nos cursos das IES, Aguilera (2006, p. 132) afirma que *os estudos toponímicos (...) estiveram vinculados às disciplinas Etnografia e Língua Tupi (...) dos cursos de História e Geografia da USP, tendo como principal veículo de disseminação o Boletim do Instituto Histórico e Geográfico*. Dick (1994b, p. 435) destaca que a introdução dos estudos toponímicos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP deve-se à iniciativa do Professor de Etnografia e Tupi-Guarani, Plínio Ayrosa. Vale ressaltar que Ayrosa abriu as portas da USP ao estudo da Toponímia e que teve como seguidores Carlos Drumond⁹, Erasmo D’Almeida e Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick. Acrescenta ainda a pesquisadora (1994b, p. 435) que a reformulação dos cursos de Letras da USP teve como ganho a criação da disciplina Toponímia Geral e do Brasil (1987) integrada à área de Línguas Indígenas do Brasil, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas.

Na mesma linha de estudos da USP, há também os estudos desenvolvidos na Universidade Federal do Paraná – UFPR dos quais, conforme atesta Aguilera (2006, p. 134), resultam, em 1960, dois artigos na revista de Letras da Faculdade de Filosofia, intitulados: *Topônimos de Portugal no Ceará*, de Florival Serraine e *A saudade portuguesa na Toponímia brasileira*, de Antenor Nascentes. Segundo Dick (1982, p. 86-87), Serraine estudou os topônimos portugueses no Ceará, procurando explicar as

⁷ Disponível em < <http://toponimia-usp.blogspot.com>.

⁸ Disponível em < <http://br.groups.yahoo.com/group/toponimia-usp>.

⁹ Segundo Dick (1987, p. 96), Carlos Drumond muito contribuiu para que conhecêssemos a influência indígena na Toponímia brasileira, com *Contribuições do Bororo à toponímia brasileira*, publicada em 1965.

origens da transplantação destes; Nascentes, apesar de seguir a mesma linha de estudo de Serraine, foi mais além e explicou a motivação de topônimos que poderiam ter surgido, espontaneamente, no Brasil.

No que diz respeito aos estudos de pesquisadores especialistas na área de Onomástica, Toponímia e Lexicologia/Lexicografia, destacamos o projeto, em andamento, *Banco de Nomes Geográficos do Brasil*, do IBGE, alguns trabalhos produzidos por Dick da década de 80 à atualidade e os produzidos por Seabra (2006, 2007) e Isquerdo (1998, 2006) na área da Toponímia Brasileira.

Sob a coordenação do IBGE, foi realizado, em agosto de 2006, no Rio de Janeiro, o II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais – ENPUISET. Nesse evento, houve uma mesa-redonda em que os expositores¹⁰ discutiram a respeito da criação de um banco de dados com todos os nomes geográficos do Brasil e da América Latina, o *Banco de Nomes Geográficos do Brasil – BNGB*. Nesse projeto, o IBGE¹¹ se propôs a apresentar informações sobre os mais de 50 mil topônimos de municípios, rios, montanhas, baías que aparecem na Carta Internacional ao Milionésimo – CIM do Brasil.

Idealizado para finalizar em cinco anos, o IBGE havia sinalizado que até junho de 2007 o banco teria todos os topônimos previstos no CIM e assegurou ainda (cf. <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia>) que o BNGB¹² servirá de modelo para um grande banco de topônimos da América Latina, em parceria com a Venezuela (Instituto Simon Bolívar) e o México, e com financiamento do Instituto Pan-americano de Geografia e História, vinculado à Organização dos Estados Americanos.

Além das contribuições do BNGB, destacamos a criação de Leis e Decretos para a normalização da Toponímia Brasileira, que tem seu marco principal em 1926, ano em que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro fez uma conferência com o objetivo de fixar *normas* para a toponímia do nosso país. Iniciativa frutífera pois daí surgiram regras para a escrita de nomes indígenas, africanos e estrangeiros. Essas e

¹⁰ Participaram da mesa: Cláudio João Barreto dos Santos – IBGE/ Diretoria de Geociências; Luis Abrahamo – Ministério de Administração Estatal; Maria Vicentina de P. do A. Dick – USP e Mário de Salles Villar – Instituto Antonio Houaiss de Lexicografia.

¹¹ Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias>. Acesso em: 20 jan. 2009.

¹² Além do BNGB, há notícias do Índice dos topônimos contidos na Carta do Brasil 1: 1. 000.000, editado pelo IBGE em 1968, de autoria de N. Papavero (Dick, 1987/8, 1997, 2007).

outras tentativas ganharam força com a criação do IBGE que, em 02 de março de 1938, fez sancionar a Lei Geográfica ou Decreto-Lei 311. Esse Decreto, entre outras medidas, proibia a existência, no mesmo Estado, de mais de uma cidade ou vila com o mesmo nome. A partir de 31 de dezembro desse ano, todos os municípios tiveram cinco anos para se adequarem às novas regras toponímicas.

Além dessas medidas legislativas, em 1941, a Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia aprovou resoluções que normatizavam a adoção de nomes estrangeiros. Em 1943, foi homologado o Decreto-Lei nº 5.901, de 21/10, que estabelecia mais regras, entre elas, as que deveriam evitar a duplicidade de topônimos assim como a normatização do seu registro ortográfico. Não podemos deixar de lembrar que a criação do IBGE foi de suma importância para que essas leis fossem cumpridas e para que tivéssemos um órgão de referência, quando o assunto é assegurar-nos da veracidade dos dados toponímicos das Unidades Federativas Brasileiras.

Acrescentado às leis e decretos citados, temos o trabalho de Nascentes (2003) que faz um passeio pela toponímia brasileira desde seu nascimento até a criação do Decreto-Lei 5.901. O estudioso apresenta as principais resoluções, normas ortográficas e regras que *deveriam* ser usadas para a tão esperada organização da Toponímia brasileira.

Com relação a Dick, esta vem desenvolvendo pesquisas em Toponímia desde a década de 1980 e muito já contribuiu com trabalhos também em áreas interdisciplinares à Toponomástica, como a Dialetologia, a Linguística, a Etnolinguística, a Terminologia, a História e a Geografia. Em Dick (2007a), a pesquisadora divide o artigo em duas partes: uma mais teórica sobre a simbologia dos topônimos e sua classificação em categorias taxonômicas e outra mais prática, em que analisa alguns topônimos dos séculos XVI ao XVIII recolhidos pelo cientista August Saint-Hilaire, em suas viagens ao Sul e Sudeste do País. Em 1990b, a autora segue a mesma linha de pesquisa com o levantamento de designativos Tupis do século XVI documentados no vocabulário de Língua Brasília.

Dick (2007b) assevera que os conhecimentos da teoria Onomástica, o entendimento sobre os nomes próprios, suas funções antroponímicas e toponímicas, de natureza linguístico-lexical e semântica, podem se inscrever perfeitamente no campo da

Terminologia ou da Socioterminologia. Já em Dick (2006), a autora tece considerações de ordem teórica e prática sobre a Toponímia e a Onomástica ou, mais precisamente, sobre a Toponomástica (p. 103), isto é, ela enfoca o aspecto conceitual, a fundamentação teórica, a metodologia e as fontes de pesquisa da Toponímia.

Alguns hidrônimos e hidrotopônimos paulistas têm duas origens – uma indígena e uma portuguesa – segundo Dick (2004). Como exemplo, temos o atual Rio Tietê (rio verdadeiro) e sua outra denominação Anhembi (rio das aves anhumas), que desapareceu em detrimento do uso da primeira forma. Em Dick (1996, 1992a), citamos trabalhos que versam sobre a Toponímia de São Paulo, mais especificamente sobre as implicações de ordem teórica, no que diz respeito à elaboração do ATESP. Em Dick 1992b, a autora enfoca os antropônimos dos primeiros agrupamentos paulistas da vila Planalto, quando esta ainda era denominada de São Paulo do Campo.

Dick (2003) fornece importantes informações para quem está trilhando os caminhos da Toponomástica brasileira, neste caso, da paulista e carioca. A autora mostra tanto os fundamentos teóricos quanto exemplos práticos que nos levam a conhecer características linguísticas, etnolinguísticas, antropológicas e históricas das localidades estudadas. Por outro lado, em Dick (2001), a pesquisadora mostra-nos um trabalho mais detalhado sobre o ATESP que, por sua natureza, tem contribuído com dados para explicar algumas características do Português Colonial tanto no que tange aos topônimos de origem indígena (ex. Paraná) quanto aos de origem africana (ex. Cubatão). Outro importante trabalho que versa sobre os indigenismos e africanismos na Toponomástica brasileira é o de Dick (1999/2000) em que afirma que os indigenismos e africanismos que mais se destacam na Toponímia brasileira se referem aos seguintes campos léxico-semânticos: (i) os indígenas – fitonímia, zoonímia, hidronímia, geomorfonímia, ergonímia, noonímia ou cultura espiritual e os (ii) africanos – zoonímia, fitonímia, litoronímia, etnonímia, toponímia, hieronímia (no que se refere aos seus deuses e cultos).

Dick (1998a, 1994a) evidencia que projetamos no léxico virtual de uma língua a denominação de um objeto espacial ligado a ela – o topônimo – que, por sua vez, será aceito ou não dependendo de um conjunto de condutas, ou do(s) denominador(es) ou dos demais usuários da língua. Dick (1998b) segue a mesma linha de raciocínio quando nos fala sobre o processo metonímico e motivador do aparecimento dos nomes geográficos que, muitas vezes, como marca ideológica, surgem como verbalização de

ideias, pensamentos, sentimentos e simbolismo religioso de um grupo social ou de indivíduos isolados.

Dick (1995) sintetiza os antropotopônimos e hagiotopônimos presentes na nomenclatura toponímica do Maranhão. Esses traços, tipicamente locais, segundo a autora (p. 64), distinguem o Estado de outros já pesquisados que integram o ATB. Há outro trabalho (1986) em que tece considerações sobre as categorias taxonômicas, neste caso, sobre a importância e a função motivadora dos litotopônimos na Toponímia brasileira. Saindo da Toponímia nordestina e indo para a do Sudeste, citamos, em Dick (1994b), a divulgação das contribuições da USP aos estudos toponímicos, informações que já fornecemos em parágrafos anteriores.

Por quais mudanças passou a Toponímia brasileira? Tal questionamento é respondido em Dick (1990a; 1988; 1986; 1982). Em (1990a), por exemplo, a pesquisadora nos leva a conhecer detalhadamente não só as transformações da Toponímia brasileira e sua evolução fonética, mas também os princípios teóricos e modelos taxionômicos que são amplamente utilizados pelos pesquisadores toponimistas atualmente. Já em (1988), mostra-nos a influência alemã e italiana na nomeação dos topônimos de alguns estados do sul do País. No que diz respeito aos dois últimos trabalhos, Dick (1986; 1982) trata, respectivamente, da análise da origem dos estudos toponímicos e suas atuais tendências no Brasil.

Ainda em âmbito acadêmico, além das publicações que já destacamos, citamos também as contribuições de Seabra (2006; 2007) em que a pesquisadora divulga artigos produzidos por seus alunos da disciplina Lexicologia. Na referida obra, encontramos cinco estudos sobre a Toponímia mineira; dentre eles, três são de orientação toponímica. Assim, no segundo capítulo da revista, Menezes (2006) examina a Toponímia de Pompéu, seus aspectos linguísticos, culturais e históricos; no terceiro, Soares (2006) apresenta a Toponímia de Dores de Guanhães e, no quarto, Vilaça e Zaidan (2006) tratam da Toponímia do município de Crucilândia. É também de autoria de Seabra (2007) o recorte do trabalho de pesquisa de doutoramento em que a pesquisadora, além de analisar os topônimos da Região do Carmo, em Minas Gerais, mostra como se deu a formação e a fixação da Língua Portuguesa nessa localidade.

No que tange à produção de teses, dissertações e artigos sobre a Toponímia brasileira, percebemos que, nas IES de todo o país, há pesquisas nessa área. Assim,

além dos trabalhos que já foram comentados, apresentaremos, por regiões, uma síntese de alguns trabalhos produzidos nas IES ou fora delas.

Na região Sudeste, citamos as contribuições de: Vieira (2001) que analisou a Microtoponímia do município de Socorro; Possebom (1996)¹³, com o estudo dos nomes das vias públicas da cidade de São Paulo, nomes esses formados por um título militar e um nome de pessoa; Doro (2006) que resgata a memória da Vila Nova Savóia, por meio do estudo lexical de sua Microtoponímia¹⁴; Bragança Júnior (s/d), que demonstra como os sufixos *-iba*, *-uba*, *-tiba* e *-tuba* aparecem na Toponímia do Estado, e Hauila (1987)¹⁵ que estuda os topônimos fluminenses partindo do primeiro momento de suas denominações para chegar aos fatos históricos, sociais e culturais que motivaram suas designações.

Sobre a Toponímia mineira, destacamos a pesquisa de Alves (2008) com a análise da variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos jovens da comunidade de Barra Longa. Seguindo a mesma proposta, Amaral (2004) descreve a variação regional da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos em três localidades mineiras: Campanha, Minas Novas e Paracatu. E, por fim, Isquerdo (1998) explica em que proporção a produtividade de determinados topônimos e/ou de processos de formação toponímica ultrapassam as fronteiras geográficas marcando áreas toponímicas distintas, neste caso, a autora estuda as isoglossas entre Minas e Mato Grosso do Sul.

É também de autoria de Isquerdo (2006) o artigo que apresenta as designações toponímicas atribuídas à Laguna de los Xarayes (Mato Grosso do Sul) e Pantanal (Mato Grosso). Vale ressaltar que essa pesquisadora, segundo Aguilera (2006, p. 136), tem sido, desde 1996, uma das grandes incentivadoras dos estudos toponímicos na UFMS, local onde coordena o grupo de pesquisa do ATMS, projeto, que tem proporcionado a produção de muitas teses, dissertações e artigos sobre a Toponímia brasileira.

No Centro-Oeste, podem ser citadas as pesquisas de Andrade (2008a), que descreve a influência de Saint-Hilarie, Pohl, Gardner e Castelnau (viajantes naturalistas

¹³ Informação obtida sob forma de resumo, no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior–CAPES.

¹⁴ Estudo que se refere à Toponímia urbana, enquanto a Macrotoponímia se refere à Toponímia estadual, regional, nacional, entre outras.

¹⁵ Informação do Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

estrangeiros) na toponímia da Província de Goiás; Dias (2003), que pesquisa a motivação toponímica de 139 topônimos de Mato Grosso e Carvalho (2005)¹⁶, que apresenta um estudo lexicográfico-toponímico dos 2.233 topônimos da Mesorregião Centro-Sul Mato-grossense, composta por 17 municípios.

Mato Grosso do Sul é o estado da região que mais tem trabalhos sobre Toponímia. No que se refere ao Bolsão sul-mato-grossense – BSM, destacamos: Dargel e Isquardo (2005) que, ao priorizarem a análise dos estratos linguísticos presentes no processo designativo dos acidentes geográficos da localidade, demonstram que há uma forte predominância de topônimos de origem portuguesa lá. Seguindo a mesma linha de pesquisa, Dargel (2004) buscou a influência Tupi nos nomes de acidentes físico-geográficos do BSM; Castiglioni e Dargel (2003) estudaram os nomes das fazendas do município de Chapadão do Sul, localidade do BSM. Também sobre Chapadão do Sul temos: Londero e Dargel (2003), que mostram a importância dos cursos d'água no batismo de topônimos das propriedades rurais dos municípios dessa região, Santos e Dargel (2003) com a descrição dos topônimos das vias públicas de Chapadão do Sul.

Trabalhos que abordam outras localidades do Mato Grosso do Sul são os de: Figueiredo (2007), que se centra no estudo dos topônimos rurais e urbanos de Bela Vista, Jardim, Guia Lopes da Laguna e Nioaque (municípios que tiveram sua história marcada pela Guerra do Paraguai); Maeda (2006), que busca a motivação toponímica das propriedades rurais do Pantanal sul-mato-grossense; Gonsalves (2003), que priorizou o estudo dos nomes dos acidentes geográficos que integram três microrregiões do Estado: Baixo Pantanal, Aquidauana e Bodoquena; Pereira (2003), que descreve a motivação toponímica das vias públicas da cidade de Três Lagoas; Tenório e Dargel (2003), que apresentam um estudo dos Numerotopônimos da cidade de Costa Rica; Tavares (2003), que cataloga, classifica e analisa os topônimos de natureza física e humana que nomeiam os 36 municípios das Microrregiões – Dourados, Iguatemi e Nova Andradina; Cassuci Tavares (2003), que discute os topônimos designativos dos acidentes físicos e humanos do município de Campo Grande, e Schneider (2001), que estabelece a relação entre língua e cultura no processo de nomeação de acidentes físicos do Pantanal sul-mato-grossense.

¹⁶ Informação do Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

No que diz respeito à Região Norte, Andrade (2008b e 2006) leva-nos a conhecer a Toponímia indígena tocantinense. Já Cavalcante e Andrade (2008) mostram-nos como se deu o processo de nomeação dos municípios tocantinenses que se formaram ao longo da Rodovia Belém-Brasília ou BR 153. Sobre a Toponímia de Roraima, Carneiro (2007) nos apresenta um interessante trabalho: o Atlas Toponímico da região indígena da Serra da Lua. Nessa pesquisa, o autor mapeia e descreve os topônimos que nomeiam a região dos campos do Nordeste do Estado, a Morada dos Wapixuna.

Sobre a Toponímia acreana, destacamos Sousa (2007a, b, c, d). Os dois primeiros trabalhos nos dão notícias sobre a elaboração do ATAQB, já os demais que seguem mostram o que já foi pesquisado no sentido de tornar o ATAQB real. Além das contribuições do ATAQB, Araújo Sousa (2008) apresenta um estudo da Microtoponímia das ruas dos bairros Bahia e João Eduardo, em Rio Branco. Segundo o autor, o trabalho é uma contribuição ao programa de Alfabetização de Jovens e Adultos – EJA.

Sobre os estudos toponímicos do Sul do País, destacamos a pesquisa de Froisi (1998), que dá conta da origem e evolução das denominações de logradouros dos municípios de Caxias do Sul, principal cidade da Região de Colonização Italiana; Albino (2004) compara os Hidrotopônimos do Rio Iguaçu (do rio, seus afluentes e subafluentes) do século XIX com os atuais; Moreira (2006) faz um estudo dos nomes de acidentes físico-geográficos dos municípios paranaenses localizados no Caminho das Missões e na Estrada de Palmas (antigos Caminhos das Tropas); Zamariano (2006), por sua vez, numa linha mais sincrônica/diacrônica, prioriza a catalogação, a classificação taxonômica, a descrição e a análise dos nomes dos acidentes físico-geográficos dos municípios paranaenses fundados entre 1648 e 1853; por fim, Francisquini (1998)¹⁷ faz uma análise dos topônimos de 29 municípios da Microrregião de Paranavaí, no Noroeste do Estado.

2.2.4 Estudos toponímicos no Nordeste do Brasil

Na região Nordeste, destacamos Ramos (s/d) com os dados preliminares relativos à Toponímia dos municípios da região oeste do Estado da Bahia; Matos

¹⁷ Informação do Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

(2000)¹⁸, com o resgate histórico, econômico, geográfico e linguístico a partir da Toponímia da Região do Irecê e do Recôncavo Sul Baiano; Santos (1996) com a descrição dos Fitotopônimos paraibanos e, no que compete ao Maranhão, Vieira Filho (1971) e Melo (1990) com o levantamento da Microtoponímia do Centro Histórico de São Luís. Esses pesquisadores, cada um a seu turno, apresentam um índice toponímico com os diversos nomes já dados às ruas, praças, becos, fontes, largos, portos, travessas, avenidas, parques, lagos, rampas e ladeiras da cidade.

Pelo visto, não foi somente dos estudiosos que a Toponímia urbana chamou atenção, afirmamos isso pautados na Lei nº 2.151, do Palácio de La Ravardiére (1975) que, entre outras providências, além de estabelecer as normas para a nomeação de bairros, vilas, povoados e logradouros públicos da Capital do Estado, cria a *Comissão Permanente de Toponímia do Município de São Luís*.

Curvelo (2009), fazendo um estudo dos 217 topônimos maranhenses, evidencia que essa lei municipal Lei nº 2.151 não se estendeu a todos os topônimos do Estado. Ela serve como referência somente à Microtoponímia de São Luís. Mesmo tratando da toponímia local, a Lei está em desuso, uma vez que seus artigos não são respeitados ou quase não são lembrados no momento de nomeação dos Topônimos, prova disso é a denominação de monumentos arquitetônicos e logradouros públicos com nomes de políticos e personalidades ainda vivas (Elevado Alcione Nazaré, Ponte José Sarney, Bairro Cafeteira, Município Governador Edison Lobão).

Em se tratando do estudo dos nomes dos municípios, Pereira (2003) nos apresenta um estudo da Microtoponímia municipal de Arari, isto é, a pesquisadora busca a motivação semântica do nome da cidade, das avenidas, das praças, das ruas, dos rios, dos lagos e dos igarapés. Já Ramos (2005) mostra a contribuição das línguas indígenas para a Toponímia do Maranhão ao analisar alguns étimos presentes na toponímia tanto do Estado quanto da Capital.

Os estudos de Vieira Filho (1971), Melo (1990), Pereira (2003) e Ramos *et al.* (2005) tornam evidente que, no Maranhão, há uma tendência somente ao estudo da Microtoponímia, mesmo em menor escala, considerando a realidade de outros Estados. Ainda sobre a Toponímia maranhense, Curvelo (2009) apresenta uma investigação

¹⁸ Informação do Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

detalhada sobre a motivação toponomástica dos 217 nomes dos municípios maranhenses, o que nos possibilita conhecer a tendência denominativa somente dos municípios e não dos bairros da Capital do Estado, ou seja, da Microtoponímia de São Luís.

O levantamento da bibliografia sobre a Toponímia ludovicense possibilitou-nos saber que não há, em âmbito acadêmico, governamental ou particular, estudos que descrevam ou busquem detidamente a motivação de todas as designações dos bairros ludovicenses e sua contribuição para o conhecimento da História da Cidade, por isso, nosso estudo.

2.3 Síntese conclusiva

Neste capítulo, além de apresentar uma visão panorâmica de estudos sobre a toponímia, desde que esta surgiu como ramo de estudo, citamos também pesquisas referentes ao Francês, Espanhol, Português de Portugal, Inglês dos Estados Unidos, Espanhol do Chile e Português do Brasil, para, então, fazer um estudo sobre a teoria que sustenta nosso trabalho, a Onomatologia e suas subdivisões. O capítulo que segue trata especificamente da nomeação enquanto atividade humana e das Ciências relacionadas a esse ato.

3 ASPECTOS CONCEITUAIS E CLASSIFICATÓRIOS DA TOPONÍMIA

A apresentação da teoria que norteia este estudo encontra-se configurada de forma que percebamos: a importância da nomeação para o ser humano; como a Linguística e uma de suas partes, a Lexicologia, conceituam as áreas que se ocupam da nomeação de tudo que existe e dos nomes de lugares: Onomatologia, Onomástica e Toponímia ou Toponomástica; quais são as ciências que interagem com a Onomástica e Toponímia, possibilitando assim uma análise interdisciplinar do Topônimo, e quais são as características do topônimo quando abordamos sua caracterização.

Desde a criação do mundo e de tudo que há nele, sempre houve a preocupação de nomear o que existe. Exemplo disso vemos na Bíblia que conta sobre a criação do mundo e sobre a história do povo hebreu, o Gênesis. No capítulo dois, versículo dezenove a vinte desse livro, temos que Deus, depois de formar todos os animais que existem, levou-os ao homem para ver como este os chamaria. Objetivava Deus que todos os seres fossem conhecidos pelos nomes que o homem lhes desse. Assim, o homem designou com nomes todos os seres que Deus lhe apresentou. Dessa forma,

estava se configurando, nesse momento, através do ato denominativo, a posse intelectual de uma espécie sobre as outras, através da manifestação simbólica da linguagem; o “dar nomes” e o “conhecer os nomes dados”, para os primitivos em geral, tinha, realmente, uma conotação própria, porque, pressupunha toda uma recorrência ao mecanismo de domínio do ente, cujo nome de batismo, o primeiro, clânico, por certo, se tornava público. (DICK, 1987, p. 97).

Ainda hoje o processo de dar nomes é o mesmo, pois tudo que surge vai sendo nomeado e tendo existência comprovada. A respeito desse fato, Biderman (2001) afirma que o léxico está estritamente relacionado ao processo de nomeação e à forma como concebemos ou entendemos a realidade. Em vista disso, o léxico de uma língua tem como função principal designar aquilo que conhecemos no/do universo, pois, “ao dar nomes aos seres e objetos, o homem os classifica simultaneamente. Assim, a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano” (BIDERMAN, 2001, p.13).

Complementando as falas de Dick e de Biderman, Carvalhinhos (s/d) assegura que o conceito de nome vem do grego *onoma* e era empregado para designar os seres individuais, as atividades humanas e os objetos. Letelier (s/d, p. 02), por sua vez, não trata da etimologia, mas afirma ser o vocábulo *nome* derivado de *nomen*, proveniente de *noscere*, conhecer. Considerando não só a significação do verbo *noscere*, mas também do adjetivo onomástico, Vasconcelos (1959) afirma que

Onomástico é, originalmente, tirado do grego *ὀνομαστικός*, que deriva do tema de *ὀνομάζω* “chamar”, e significa “que serve para dar nome”; depois passou a significar “explicativo de nomes próprios”, relativo ao nome próprio de uma pessoa, e substantivamente “conjunto de nomes próprios”, “maneira de denominar” (...). Também há quem use substantivamente onomástica (...). (VASCONCELOS 1959, p. 213).

3.1 Caracterização da Onomatologia, Onomástica e Toponímia ou Toponomástica

A prática do saber humano de dar nomes, de fazer conhecer os nomes dados, de conhecer pelos nomes, é estudada pela Onomástica ou pela Onomatologia¹⁹, que é definida por Vasconcelos, em 1887²⁰, como sendo o ramo da Glotologia (palavra grega que significa estudo científico de uma língua) que se ocupa do estudo dos nomes próprios. Vale ressaltar que Vasconcelos entende por nome próprio não só o de batismo, registro ou crisma, mas o nome completo (1931, p. 04), ou seja, aquele que vem acompanhado de sobrenome e, às vezes, de apelido e alcunha. Dessa forma, o filólogo subdivide a ciência dos nomes próprios em três subáreas:

Antroponímia ou estudo dos nomes individuais, com o dos sobrenomes e apelidos; Toponímia, ou estudo dos nomes de sítios, povoações, nações, e bem como assim de rios, montes, vales, etc., – isto é, os nomes geográficos e; Vários nomes próprios, isto é que não estão contidos nas duas classes precedentes (...). (VASCONCELO, 1931, p. 03).

Para Carreter (1990), a Onomástica é um ramo da Linguística que está dividido em duas partes: Toponímia ou Toponomástica e Antroponímia. O autor esclarece que a

¹⁹ Vocábulo pouco usado atualmente em detrimento do termo Onomástica.

²⁰ Data da primeira formulação, em Língua Portuguesa, da definição de Onomatologia ou Onomástica, informação dada pelo próprio autor (1931, p. 03) que ressalta ter empregado a expressão pela primeira vez na primeira edição da Revista Lusitana em 1887.

Toponímia ou Toponomástica é parte da Onomástica destinada ao estudo dos nomes de lugar (p. 395)²¹.

Outro que se ocupa do estudo dos nomes próprios é Letelier (s/d). Ressalta o autor que esse estudo pode ser feito tanto do ponto de vista filológico quanto jurídico; para tanto, afirma que “se chama onomástica o sistema jurídico de denominações que seguimos em cada país para designar as pessoas, seja por estabelecimento da lei ou por costume” (p. 03)²². Já a Onomatologia, em âmbito mais abrangente, não é um sistema, mas *a ciência que estuda suas origens* [a das denominações] “etimológicas e as causas sociais de sua formação e de seu desenvolvimento”²³ (p. 03).

Segundo Salazar-Quijada (1985,²⁴ p. 09 *apud* Schneider, 2001, p. 441),

o mais antigo tesouro da lingüística e de outras realidades que não prescreveram encontra-se na toponímia. Os nomes de muitos acidentes geográficos, de todo o mundo provêm de épocas nas quais, o homem não conhecia a escritura em nenhuma de suas formas. Estes nomes chegaram a nós por tradição oral.

Letelier destaca o caráter filológico e jurídico do estudo dos nomes, Salazar-Quijada, o etnolingüístico, e Lewandowsky (2000), por sua vez, salienta, em verbete de seu dicionário, tanto o caráter lingüístico quanto o sincrônico e diacrônico, quando assim conceitua Onomástica (provém do grego a arte de dar nomes): “Estudo dos nomes. Conjunto ou sistema dos nomes ou nomes próprios como objeto de investigação lingüística. Estudo (sincrônico ou diacrônico) dos nomes próprios (nomes de batismo, sobrenomes, patrnimos, vocativos ou apelido)” (LEWANDOWSKY, 2000, p. 245)²⁵. Vale ressaltar que, para este teórico, a Onomástica, como sistema, é objeto de investigação da Linguística e que a Toponímia, como disciplina, é parte da Lexicologia, como podemos evidenciar na definição abaixo:

²¹ rama de la Onomástica destinada al estudio de los nombres de lugar (CARRETER, 1990, p. 395).

²² Se llama *onomástica* el sistema jurídico de denominaciones que se sigue en cada país para designar a las personas, sea que lo haya establecido la ley o la costumbre. (LETELIER, s/d, p. 03).

²³ la ciencia que estudia sus orígenes etimológicas y las causas sociales de su formación y su desenvolvimiento. (LETELIER, s/d, p. 03).

²⁴ SALAZAR-QUIJADA, Adolfo. La Toponimia en Venezuela. Caracas: Universidad Central de Venezuela – Publicaciones de la Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, 1985.

²⁵ (del griego el arte de dar nombres). Estudio de los nombres. Conjunto o sistema de los nombres o nombres propios como objeto de investigación lingüística. Estudio (sincrónico o diacrónico) de los nombres propios (nombres de pila, apellidos, patronímicos, apelativos o motes). (LEWANDOWSKY, 2000, p. 245).

Toponímia (do grego lugar; lugar, região). O conjunto de denominações de lugares geográficos de uma região (montes, planaltos, vales, desertos, mares, enseadas etc.). Estudo dos nomes de lugares, como disciplina que é parte da Lexicologia. (LEWANDOWSKY, 2000, p. 359)²⁶

Note-se que esse raciocínio não é adotado por Dubois (1993), para quem a classificação, tanto da Onomástica quanto da Toponímia, se inverte:

Onomástica é o ramo da Lexicologia que estuda a origem dos nomes próprios. Divide-se, às vezes, esse estudo em antroponímia (que diz respeito aos nomes próprios de pessoa) e toponímia (que diz respeito aos nomes de lugar). (p.441). E Toponímia é o ramo da Lingüística que se ocupa da origem dos nomes de lugares, de suas relações com a língua do país, com as línguas de outros países ou com línguas desaparecidas (...) (p. 590).

Dick (2007, p. 144), por sua vez, ao se referir à Onomástica, a apresenta como sendo mais do que um mero fator auxiliar das ações e da vivência individual e coletiva, “é indício de rumos tomados pelos falantes ao longo dos períodos históricos, de comportamentos presentes no cotidiano e de atitudes morais ou operosas valorizadas pela população”. No que tange à Toponímia, Dick (2007, p. 143) a situa como sendo um evento fenomenológico de múltiplas formas e sistemas. A pesquisadora acrescenta ainda que:

em sua feição intrínseca, a Toponímia deve ser considerada como fato do sistema das línguas humanas. Tanto assim que Ullmann já salientara haver o estudo dos nomes próprios se firmado recentemente, em uma quase autonomia da Lingüística, vinculado a uma ciência maior, denominada Onomástica. (DICK, 1990, p. 36).

É com esse raciocínio que Dick (2006, p. 99) explica que a Onomástica atual não afeta nem o conteúdo semântico, etimológico ou ideológico de suas ações, nem o aspecto histórico que lhe é subjacente, ou seja, a Onomástica se ocupa do estudo analítico do *nome* para explicar suas motivações denominativas e não para modificar sua significação.

²⁶ (del griego lugar; puesto, sitio, región) El conjunto de denominaciones de lugares geográficos de una región (montes, mesetas, valles, desiertos, mares, enseadas, etc.). estudio de los nombres de lugares, disciplina que forma parte de la Lexicología. (LEWANDOWSKY, 2000, p. 359).

Nieto Ballester (1997) não vincula a Toponímia a nenhuma área específica, somente dá a entender que ela é uma disciplina científica que vem do grego *topos*, lugar, *onoma*, nome. Segundo o autor, a Toponímia pode ser definida como

o estudo da origem e significação dos nomes próprios de lugar, que trata de nomes próprios de núcleos de povoações (cidades, vilas, aldeias, etc.), nomes de regiões, de montes, de lagos, de mares, etc. Como tal disciplina científica é, por sua vez, uma parte dos estudos mais gerais da onomástica, disciplina esta que pode ser definida como o estudo da origem e significação dos nomes próprios, sejam estes antropônimos (...), topônimos, etnônimos (...). (NIETO BALLESTER, 1997, p. 11)²⁷.

Outra grande contribuição do estudioso acima diz respeito à valorização de elementos extralinguísticos para o estudo e compreensão da Toponomástica, principalmente quando se trata de buscar a motivação etimológica do topônimo, nesse caso, Nieto Ballester (2007, p.12-13) esclarece que,

(...) o estudo toponomástico é uma investigação linguística, mas, porém combinada, por sua vez, com fatores extralinguísticos (...). Contudo, ainda reconhecendo previamente esta natureza essencialmente linguística dos estudos toponomásticos, convém sinalizar que frente ao estudo etimológico *clássico*, seu objeto de estudo (...), que possui características próprias, faz com que a toponomástica, como ciência linguística, enfrente algumas dificuldades especiais (...)²⁸.

Dick, por sua vez, acrescenta ainda que o *onoma* é definido, nas ciências onomasiológicas, não só por caracterizar a denominação de pessoas e lugares, o caráter diacrônico e sincrônico, a etimologia, as transformações morfológicas, mas porque incorpora, além de marcas fonéticas, traços causais, referenciais ou contextuais. Diante desse fato, a pesquisadora confirma que podemos conferir um duplo tratamento ao “onoma: tanto no plano interno (intra-código ou intra-disciplinar) ou no externo (inter-

²⁷ El estudio del origen y significación de los nombres propios de lugar, ya se trate de nombres propios de núcleos de población (ciudades, villas, aldeas, etc.) nombres de regiones, de montes, de lagos, de mares, etc. Como tal disciplina científica es, a su vez, una parte de los estudios generales de onomástica, disciplina ésta que puede ser definida más en general como el estudio del origen y significación de los nombres propios, ya sean éstos antropónimos (...), topónimos, etnônimos (...). (NIETO BALLESTER, 1997, p. 11).

²⁸ (...) el estudio toponomástico es una investigación linguística mas, pero combinada a menudo con parcelas extralingüísticas (...). Con todo, aun reconociendo de antemano esta naturaleza esencialmente lingüística de los estudios toponomásticos, conviene señalar que frente al estudio etimológico *clásico* su objeto de estudio (...), que posee características propias, hace también que la toponomástica, como ciencia lingüística, se enfrente a unas dificultades especiales (...). (NIETO BALLESTER, 2007, p. 12-13).

código ou inter-disciplinar)”. (DICK, 2002a, p. 676). No primeiro plano, podemos apreender a estrutura modeladora, as formas primitivas ou as dependentes, os radicais e afixos, os qualificadores e semas que conformam o *onoma*. No segundo, ponto de vista externo ou do contexto extraverbal, citamos o cruzamento de diferentes ciências, que permitem ampliar o campo conceitual da Toponímia, tornando-a aberta e ressaltando seu caráter dinâmico.

Finalmente, não podemos deixar de sinalizar que por meio do estudo da Toponímia não investigamos somente a significação dos nomes de lugares, mas, citando as palavras de Menendez Pidal (1952, p. 05), a Toponímia é importante porque “não é só a história dos nomes próprios mais usuais num idioma, pois contém, além disso, um singular interesse como documento das línguas primitivas, às vezes os únicos resquícios que temos delas”²⁹.

Assim, por centrar-se também na valorização dos aspectos etnológicos, lingüísticos e históricos, podemos ampliar ainda mais a definição da Toponímia seguindo os preceitos de Dick (1990, p. 19), para quem o estudo da Toponímia é importante não só por esclarecer sobre a história dos nomes de lugares presentes em qualquer espaço físico, mas por “refletir de perto a vivência do homem, enquanto entidade individual e enquanto membro do grupo que o acolhe, nada mais é que reconhecer o papel por ela desenvolvido no ordenamento dos fatos cognitivos”. Isso acontece porque, no estudo da Toponímia, vamos além da simples nomeação: podemos resgatar tanto o passado, já perdido na memória, quanto o presente, atuante no registro dos Topônimos.

Percebemos, de tudo que foi dito até agora, não haver um consenso dos estudiosos a respeito da vinculação da Onomástica e da Toponímia a uma área específica. Mesmo assim, de modo geral, todos concordam que a Onomástica e a Toponímia são, respectivamente, a ciência que trata do estudo dos nomes próprios e a parte dela que trata dos nomes de lugares, ou nomes geográficos, ou ainda, mais precisamente, dos topônimos. Neste trabalho, adotaremos as posições que relacionam a Toponímia à Lexicologia, por entendermos ser o topônimo uma unidade do léxico que

²⁹ no es sólo la historia de los nombres propios más usuales en un idioma, pues encierra, además, un singular interés como documento de las lenguas primitivas, a veces los únicos restos que de ellas nos quedan. (MENENDEZ PIDAL, 1952, p.05).

possui conteúdo semântico e referencial, ou seja, o topônimo não é apenas uma denominação que dada localidade tem para indicar o endereço de uma pessoa, mas o elemento local que nos permite conhecer os fatores sociais que permearam a habitação de uma dada localidade.

Nesse caso, o topônimo adotado, permanecendo ou não como unidade do léxico, documenta fatores antropoculturais e físicos que nos permitem conhecer, entre outros, aspectos da vida psíquica, cultural e espiritual de um grupo social (Liberdade, Coroadinho, Monte Castelo), elementos da cultura local (Vila Passos, Santo Antonio, Salina: do Sacavém, da Vila Palmeira), os processos de urbanização da Cidade (Cohab Anil I, II, III, IV), nomes de empresas que prestaram serviços à população (Radional, Coheb, Cohafuma), elementos da fauna (Vila Cascavel), da flora (Angelim), da hidrografia (Conjunto Habitacional Rio Anil), da topografia (Planalto Aurora) ou do processo expansionista da malha viária (Forquilha)³⁰.

3.2 A interdisciplinaridade entre a Onomástica e a Toponímia

As orientações e perspectivas atuais da Toponomástica revelam seu carácter interdisciplinar, isso porque, enquanto corpo teórico, podemos considerar várias possibilidades de abordagem do seu objeto de estudo. Assim, dependendo da formação e dos objetivos do pesquisador e da pesquisa a ser empreendida, a tessitura dos estudos toponomásticos pode voltar-se a várias ciências e disciplinas afins (correlatas), como pode ser o caso da História, Geografia, Antropologia, Psicologia Social, Biologia, Arqueologia e Linguística. No que se refere às áreas relacionadas diretamente com a Linguística, destacamos: Terminologia, Dialetoлогия, Lexicologia, Semântica Toponímica ou Onomástica Semântica, e subáreas como a Etnotoponímia e a Etnotoponímia Comparada.

Quanto ao carácter interdisciplinar da Onomástica e da Toponímia, Carvalhinhos (2004, p. 275) apresenta-nos o termo *Ciência Carrefour* que significa intercruzamento de várias disciplinas. Dick (1987) comenta que, nos diferentes sistemas em que os topônimos são incluídos como instrumentos de pesquisa,

³⁰ Todos esses topônimos já são exemplos do *corpus* sob análise.

Verifica-se que o sentido desses denominativos é o ponto de partida para investigações que, se antes se definiam apenas como lingüística, hoje se inscrevem, também, nos campos da geografia, da antropologia, da psicossociologia, enfim, da cultura em geral para, num aprofundamento, procurar compreender a própria mentalidade do denominador, não só como elemento isolado, mas como projeção de seu grupo social. (DICK, 1987, P. 97).

Sabemos que, a partir do instante em que reflete alguma significância para o Homem, qualquer espaço (terrestre) é nomeado, no entanto, muitas vezes, a designação não é registrada, datada ou já se perdeu na memória, mesmo assim, a identificação de um lugar assume aspectos diferenciados para uma comunidade. Esses aspectos estão relacionados, preferencialmente, aos jogos de poder, políticos, sentimentais, históricos, culturais e econômicos que podem ser estudados tanto pela Toponímia quanto pela Geografia.

Na Geografia, há uma discussão se a nomenclatura que deve ser usada para nomes de lugares é topônimo ou geônimo. Diante disso, esclarece Houaiss (1999, p. 10) que “a noção de topônimo *stricto sensu*, nome próprio de lugar, deve nesse contexto ser ampliada, razão por que (...), preferimos o neologismo geônimo, “nome próprio de qualquer acidente gráfico, físico ou político”. Essa definição de Houaiss é compartilhada e ampliada por Menezes e Santos (2006, p. 195) que afirmam ser a Geonímia a ciência do estudo dos nomes próprios de lugares e acidentes geográficos (respectivamente, Toponímia e topônimos). Por isso, esses pesquisadores, para seus estudos, adotam os termos Geonímia e geônimo por considerarem que a perspectiva geográfica diante do *geo* (terra) é mais abrangente que diante do *topos* (lugar). Dessa forma,

O termo geônimo (...) fica então conceituado como: os nomes geográficos identificadores de quaisquer feições geográficas naturais ou antrópicas, recorrentes sobre a superfície terrestre e passíveis de serem georreferenciadas. (...) Deve porém ficar bem esclarecido que essa escolha não passa a ignorar a importância fundamental do termo Toponímia e seus associados, já consagrada (...) desde o século XIX com August Longnon, na França (...). (MENEZES; SANTOS, 2006, p. 195).

Ainda sobre a interrelação Toponímia/Geografia, Dick (2007b, p. 463) salienta que, no início dos estudos toponímicos, era usado o vocabulário terminológico-geográfico, com ênfase na referencialização do acidente físico. Segundo a pesquisadora, essa perspectiva ainda é usada, constituindo o que chama de *toponimização* do fator geográfico, ou seja, há a utilização do designativo do acidente (rio, lago, morro etc.) em função denominativa, como se fosse um nome, dispensando assim o uso de expressões substitutivas ou próprias que, muitas vezes, não tinham a carga semântica pretendida. A toponimização teria então uma relação direta com o caráter icônico do topônimo.

Como adendo à premissa acima, sobre Topônimo e geônimo, Dick ressalta ainda que, “se anteriormente, pela sua etimologia, a Toponímia estudava o lugar” (sob o ponto de vista geográfico), pela sua visão, propõe que passe “a estudar não apenas o lugar, mas, conjuntamente, o espaço e o nome do espaço”. (DICK, 2006, p. 96). Deduzimos, dessa tese defendida por Dick, que a Toponímia se desenvolveu a partir de uma nomenclatura geográfica, pois geográfico era seu objeto de estudo (o *topos*) que, por sua vez, adquiriu uma significância maior, isto é, um aspecto intersemiótico.

Nieto Ballester (1997) afirma que algumas das características fundamentais dos estudos onomásticos se referem ao caráter linguístico, pois o pesquisador precisa ter conhecimento, entre outros, de Fonética histórica, Lexicologia, Morfologia, Dialectologia e de uma ou mais línguas, em função do idioma estudado.

Esta natureza lingüística, contudo, não impede que sejamos bem conscientes da área em comum que a toponímia compartilha com outros estudos humanísticos. É importante dizer que detalhes da história do lugar, de sua economia, da flora e agricultura são absolutamente imprescindíveis em nosso estudo. A toponímia, pois, precisa dos conhecimentos de todos estes campos de estudo e, por sua vez, proporciona dados de considerado valor a todos eles. (NIETO BALLESTER, 1997, p. 12)³¹.

Braga (2008) faz um estudo em que analisa as relações que existem entre a Onomástica e a Terminologia. Para a autora, as duas ciências se inter-relacionam porque um nome de lugar pode se tornar um termo e um termo pode se converter em um nome

³¹ Esta naturaleza lingüística, con todo, no obsta para que seamos bien conscientes del territorio en común que la toponimia comparte con otros estudios humanísticos. Huelga decir que detalles de historia del lugar, de su economía, de flora y agricultura son absolutamente imprescindibles en nuestros estudios. La toponimia, pues, necesita de los conocimientos de todos estos campos de estudio y a su vez proporciona datos de considerable valor a todos ellos. (NIETO BALLESTER, 1997, P. 12).

de lugar, como é o caso de *Vale do Silício* (Braga, 2008, p. 03), em que silício originou um topônimo. Isso só é possível porque

a Terminologia lida com conceitos, que fazem referência ao saber específico de uma área, enquanto a Onomástica lida com elementos mais culturais do que tecnológicos, com valores humanos, procurando demonstrar quais as influências sofridas para que certo nome fosse preferido ao invés de outro. (BRAGA, 2008, p.09).

Outra pesquisadora que aborda o caráter interdisciplinar entre a Terminologia e a Onomástica é Dick, para quem o entendimento dos nomes próprios e suas funções toponímicas podem se incluir perfeitamente no plano da Terminologia ou da Socioterminologia. A pesquisadora, nessa perspectiva, considera a Onomástica como uma disciplina que serve tanto para a organização conceitual de um conhecimento quanto como procedimento etnográfico, já que o pesquisador pode se envolver com o material de campo, interagir com a comunidade de falantes. Dick (2007b, p. 468) entende, dessa forma, que os topônimos e os antropônimos são como *unidades terminológicas*, com função significativa necessária ao entendimento daquilo que foi enunciado.

No que tange à relação existente entre a Toponímia e a Dialetoлогия, Aguilera (2006) atesta que, apesar de num passado não muito distante, essas duas disciplinas não terem mantido contato, atualmente no Brasil, graças ao interesse dos estudiosos nessas áreas, estão caminhando paralelamente. A autora assegura, ainda, que tanto a Dialetoлогия quanto a Toponímia trabalham com o mesmo objeto, o *topos*, mas sob perspectivas diferentes, uma vez que a Dialetoлогия se ocupa da variação linguística diatópica, ou seja, o *topos*, ponto de partida para o registro e para a análise dos dados (p. 129), e a Toponímia, com as designações dos *topos*, isto é, os nomes de lugares, quer sejam os atuais quer sejam os anteriores, adotando uma postura sincrônica e/ou diacrônica.

Na Onomástica, o Topônimo não encerra em si o ato de denominação. Dick (2001) assegura que, como signo linguístico, o topônimo “atinge outras dimensões culturais, voltadas aos aspectos etno e sociolinguísticos. Com isso entramos também no campo da Dialetoлогия, das variações de uso da língua dominante em determinados períodos de sua história interna e externa (...”). (DICK, 2001, p. 01). Para ilustrar essa

fala de Dick, lembramos que o topônimo, em muitos casos, é um reflexo das inquietudes e da requalificação de um grupo social em dado contexto social, exemplo disso é a alteração toponímica de *Matadouro* para *Liberdade* e também a repulsa do qualificativo de *invasão* para as *ocupações espontâneas da Terra*.

Sobre as relações que existem entre a Toponímia e a Lexicologia, Carvalhinhos (2007, p. 28) afirma que:

Como parte da Onomástica, pode-se dizer que a Toponímia pertence a um determinado universo de discurso, estando sujeita a suas leis, pois o nome de lugar é um signo de língua comum em função toponímica. Contudo, a partir do momento que este topônimo se fixa (ou se oficializa), cristaliza-se, guardando em seu interior os semas e os morfemas que caracterizam a língua no ato da denominação.

Como podemos perceber, o caráter significativo das formas linguísticas, quando em aplicação toponomástica, não pode ser estudado levando-se em consideração apenas um ângulo estrutural dos constituintes, surge daí um ramo de conhecimento que Dick (1998b, s/p) cunha como Semântica Toponímica ou Onomástica Semântica. Acerca desses termos, afirma a pesquisadora que,

em relação ao Brasil, como um todo, o estudo da Toponímia é formalizado em seu aspecto geral ou conceitual (...) ou em seus objetivos específicos, relativamente à apreensão/compreensão do significado dos nomes. Definir esse dado, segundo meu entendimento, como Semântica Toponímica ou Onomástica Semântica, esta mais geral que aquela, mas ambas pertinentes aos seus objetivos.

Outro aspecto que ressaltamos a respeito da Toponomástica é a relação que há entre os membros de um povo e o ambiente físico em que vivem, relação essa conhecida como Etnotoponímia, definida por Couto (2007, p. 250) como sendo o estudo de como uma determinada comunidade se relaciona com o meio físico. O autor explica que por Etnotoponímia deve ser entendido o mesmo que tradicionalmente dizem para Toponímia, mas abre uma ressalva, “com a restrição de que se trata de topônimos de comunidades indígenas, “caboclas”, “mestiças”, em suma, pequenas comunidades tradicionais em geral”.

Sobre a motivação etnotoponímica do topônimo, Dick (1998b, s/p) observa que, pela prática, o pesquisador deve ser capaz de delimitar o que é e o que não é próprio da localidade que está sendo estudada, isso porque os nomes de lugares são “marcas ideológicas, frutos de um pensamento particularizante de indivíduos isolados ou de um grupo social interagindo na comunidade a que pertencem, que recobrem tipicidades individuais ou regionais”. Portanto, ao isolar um topônimo para estudo, temos que considerar os fatores sociais diversos que levaram à nomeação da comunidade, pois ao designar um lugar com este ou aquele nome, o denominador tinha um objetivo específico, pensado e trabalhado intelectualmente.

Como uma subárea da Etnotoponímia, Dick (2002/2003) apresenta-nos a Etnotoponímia Comparada. Para a autora, o estudo de um topônimo traz implicações de diversas ordens porque nem sempre a significação de uma designação está ligada diretamente a uma só localidade, por isso temos que considerar não só o local em que se insere o topônimo, mas seu entorno, seu meio próximo, vizinho ou mesmo suas fronteiras, mesmo sabendo que “fronteiras políticas nem sempre se circunscrevem às fronteiras linguísticas” (p. 180).

A Etnotoponímia Comparada ou toponímia genética (Dick, 1996, p. 27) é descrita, então, por Dick (2002/2003), como uma abordagem de índole contrastiva dos estudos Onomásticos, uma vez que está projetada para as diferenças físico-culturais do sistema onomástico de duas regiões, pois há pontos em que coincidem e se diferem os topônimos presentes em duas localidades. Nesse caso, a Etnotoponímia Comparada busca as causas motivadoras das distinções, os estímulos e reações socioculturais, os aspectos ambientais e antropoculturais que se relacionam diretamente ao topônimo. Diante dos dados coletados, o pesquisador compara-os para ver em que medida convergem e/ou divergem e como isso influencia ou influenciou as comunidades envolvidas com a denominação dada.

Trabalhando com a Toponímia, percebemos que se trata de área dinâmica e de ampla significação porque ela revela fatos históricos, geográficos, linguísticos e culturais de um grupo social. Em síntese, esse caráter interdisciplinar da Toponomástica revela não só os traços semânticos vistos pelo denominador no ato da nomeação, mas também e, principalmente, os elementos culturais, valores e crenças de um povo. Portanto, devemos nos voltar para todos os aspectos das ciências e disciplinas

complementares dos quais dispõe a Toponímia para chegarmos a uma efetiva caracterização do topônimo.

Ressaltamos, ainda, que o termo considerado nesta tese é topônimo e não geônimo pelo fato de este pertencer e ser usado, mais diretamente, pela Geografia e aquele ser usado e pertencer a uma das partes da Lexicologia, a Onomástica ou Toponomástica. Mesmo tendo o mesmo significado, topônimo, em detrimento de geônimo, é o termo recorrente em estudos Linguísticos.

3.3 Particularidades do Topônimo

Sabemos que os nomes de lugares não podem ser vistos apenas como um individualizador e identificador de características de uma localidade ou como um delimitador espacial, isso acontece porque há uma relação estreita entre os fatores linguísticos e os socioculturais. Nesse sentido, os topônimos, como parte da língua de um povo, de sua documentação lexical (substratos e adstratos de etnias e falares)³² espelham seus interesses, seus valores, sua realidade, estabelecendo, assim, uma relação fundamental entre a língua e a cultura dessa comunidade. Nesse caso,

(...) os topônimos se apresentam (...) como importantes fatores de comunicação, permitindo, de modo plausível, a referência da entidade por eles designada. Verdadeiros “testemunhos históricos” de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população encerram, em si, um valor que transcende ao próprio ato de nomeação: se a Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal. (DICK, 1990 p. 21-22).

Os nomes dos *topos* também são importantes porque neles são registradas ocorrências históricas, sociais e linguísticas de um povo. Dessa forma, Câmara Júnior (1986, p. 232-233) salienta que os “topônimos são muito importantes na história de qualquer língua como testemunhos das línguas sucessivas que vigoraram no país”. Compartilhando dessa premissa, Dick (1988, p. 84) acrescenta que o topônimo é capaz de prenunciar o fenômeno social em sua totalidade, “as frases, o uso, o costume, a

³² Para Houaiss (2001), substrato é a língua de um território que, ao ser substituída por outra, deixa marcas perceptíveis nela. Já adstrato é a língua que, em virtude de fatores políticos e/ou econômicos, influencia outra (s) língua(s).

tradição, a conformação geral da comunidade enquanto agrupamento humano”. Por isso, as várias manifestações da língua poderão manter-se vivas na Toponímia local, já que, às vezes, o topônimo é o único registro das marcas do acidente físico ou das circunstâncias que motivaram seu batismo.

Não são somente Dick e Câmara Júnior que salientam o caráter documental do topônimo. Ramos (2008, s/p.) assegura que os nomes de lugares são testemunhos expressivos do passado, pois, como fenômenos históricos, se originam num determinado tempo e numa determinada etapa do desenvolvimento da língua de um povo. Por isso, muitos topônimos “difundem acontecimentos históricos como as migrações de povos, as guerras de conquista e, em geral, qualquer tipo de contato inter-étnico; portanto, são parte de nosso patrimônio cultural, e sua abordagem se fará a partir dos pontos de vista da história, da antropologia social, da lingüística antropológica e da geografia”. (RAMOS, 2008, s/p.). Portanto, não fazemos investigação documental, a partir do topônimo, sem antes considerar sua peculiar característica: a interdisciplinaridade.

Mesmo que seja um fato da linguagem e que tenha forma e função semelhantes às das demais lexias de uma língua, em sua abordagem geral, o topônimo se distancia gradativamente do vocabulário comum, pois o que o torna especial, nesse caso, de acordo com Dick (1990b, p. 95), é “a aplicação ou o uso que se faz desse signo da língua nas disciplinas onomasiológicas, fazendo com que se possa incluí-lo, semanticamente, em compartimentações distintas, nas taxonomias toponímicas”. Isso quer dizer que o topônimo deixa de ser apenas um qualificativo, um nominativo de um lugar para ser um documento dos fatores sociais que influenciaram no seu desenvolvimento. Quando o denominador da Vila de *Eussauap*, por exemplo, substituiu essa denominação por *Vila dos Vinhais*, uma de suas intenções era homenagear um aspecto de sua Terra Natal, a região dos vinhedos, mas, quando Vinhais se tornou referência para a nomeação de 11 bairros, a intenção do nomeador já não era a mesma. Inclusive as características da unidade lexical também já não eram as mesmas, pois dizemos o Vinhais (singular) e não os vinhais (plural).

Além dessa característica interna do topônimo, que o vincula a uma pesquisa lingüística e etimológica, ressaltamos também suas características externas ou semânticas. No que diz respeito a essa propriedade toponímica, Dick (1990, p. 38)

afirma que o nome de lugar é duplamente marcado, isto quer dizer que há a motivação lexical, a da própria palavra ou palavras e a motivação dada pelo denominar ou denominadores, dessa forma, o duplo aspecto da denominação toponímica transparecerá “primeiro na intencionalidade que anima o denominador (...) e, a seguir, na própria origem semântica da denominação”. (DICK, 1990, p. 39). Em suma, mesmo que não tenha se originado como tal, temos um signo da língua que se cristalizou e se converteu em um topônimo.

Se são parte da língua, então como se originam os topônimos? Para Nieto Ballester (1997, p. 11), pode-se acreditar que os topônimos têm duas origens: ou vieram de nomes próprios de pessoas (antropônimos) ou de nomes comuns, que, com o passar do tempo, deixaram de ser entendidos como tais. “Esses nomes comuns se referiram sempre (seguem se referindo e se referirão) a fatores concretos que podem servir para a identificação de um lugar determinado (...)”³³.

Sob outra ótica, podemos dizer que os topônimos surgem, por exemplo, como codificação de ideias, pensamentos, sentimentos, simbolismo religioso que nem sempre são traduzidos na sua formulação, mas, de qualquer modo, os topônimos, por recobrirem tipicidades individuais ou regionais, caracterizam, assim, o falar local, a variedade linguística da comunidade à qual estão vinculados.

Como é um fato da língua, o topônimo é suscetível às mesmas regras que regem seu léxico. Dessa forma, os nomes de lugares estão sujeitos a fenômenos linguísticos que atingem todas as palavras da língua, como exemplo disso, temos (i) a cristalização ou fossilização; (ii) o esvaziamento semântico ou mudança de significado; (iii) a ressemantização toponímica e (iv) a transformação de substantivos comuns e de adjetivos em arquétipos toponímicos.

No momento de sua institucionalização, um topônimo, enquanto signo da língua, mantém integrados todos os elementos que constituem sua estrutura e seu significado, tornando-se um signo cristalizado ou fossilizado (ex: Vinhais Velho). A esse respeito, Carvalhinhos (2007, p. 27) assegura que o termo *fóssil linguístico*,

³³ Esos nombres comunes se han referido siempre (se siguen refiriendo y se referirán) a factores concretos que pueden servir para la identificación de un lugar determinado (...). (NIETO BALLESTER, 1997, p. 11).

atribuído ao signo linguístico, foi proposto em 1925 pelo geógrafo Jean Brunhes, para quem o topônimo era um documento ou um fóssil que guardava em si elementos já desaparecidos. Essa ideia vai nortear amplamente os trabalhos de Dick, que diz serem os topônimos “verdadeiros testemunhos históricos” (DICK, 1990, p. 21), pensamento que já era defendido por Câmara Júnior em 1986 e que perpassa também os estudos de Carvalhinhos (2007) e de Ramos (2008).

Diacronicamente, o topônimo pode perder seu significado original, distanciando-se do motivo da sua adoção. Acerca desse assunto, Ramos (2008, s/p.), ao comentar sobre o caráter linguístico do signo toponímico, afirma que “sua manutenção, a despeito do desaparecimento de sua motivação semântica, faz dele um fóssil linguístico, uma expressão linguístico-social que reflete aspectos culturais de um núcleo humano (pré) existente”. Como reiteração à premissa defendida por Ramos, acrescentamos que o caráter documental do topônimo, no que concerne à sua característica enquanto fóssil, se dá porque

(...) o nome de lugar vai conservar exatamente os mesmos elementos linguísticos do tempo de sua estabilização: não haverá, por exemplo, mudanças morfológicas. Semanticamente, poderá haver esvaziamento, e mesmo que haja adaptações fonológicas de acordo com a passagem do tempo, traços fonéticos podem permanecer intactos no topônimo. (CARVALHINHOS et al., 2007, s/p).

Outro fenômeno que pode acometer o topônimo é o esvaziamento semântico que é a perda do sentido original que tinha o nome de lugar, levando-o a ficar completa ou parcialmente opaco (ex: Apicum = terreno alagadiço > Apicum = bairro). Isso se dá “seja porque sufixos latinos que lhes foram agregados não mais se usam em português, seja porque sua acomodação na toponímia criou uma similaridade a outros sufixos, conduzindo a falsas interpretações” (CARVALHINHOS et. al., 2007, s/p). Esses outros sufixos (e ou prefixos) que a pesquisadora cita, poderiam ser, por exemplo, os de origem indígena, que, por desconhecimento, acabam não sendo ou sendo mal-interpretados etimologicamente, quando buscamos analisar a motivação toponímica original que se perde (pode se perder) ao longo dos anos.

Reiteramos o que foi dito no parágrafo acima acrescentando que “por detrás dessa ação de nomear, existem, é certo, intenções bem delineadas, mas que se tornam

menos claras considerando-se o seu esvaziamento semântico pelo decurso do tempo entre a criação do termo e o seu emprego cronológico”. (DICK, 2006, p. 99). Podemos exemplificar esse fenômeno quando nos reportamos a tantas ATs que o lugar sofre ao longo de sua história. Vinhais Velho, por exemplo, sofreu sete alterações toponímicas desde que foi criado (Aldeia de Eussauap > Vila Uçaguaba > Aldeia da Doutrina > Aldeia de São João dos Poções > Vila dos Vinhais > Freguesia do Vinhais > Freguesia de São João Batista dos Vinhais > Vinhais Velho), mas mesmo que cada denominação tivesse uma motivação específica, o elemento que permaneceu até a atualidade não resgata a Aldeia de Eussauap ou os índios que foram aculturados, mas o povo que os dominou, os lusitanos, daí a permanência do topônimo Vinhais, que homenageia uma região dos vinhedos de Portugal.

Mesmo havendo o esvaziamento semântico do topônimo, pode acontecer o contrário também, pois o topônimo pode adquirir novos sentidos, ressemantizando-se. O fenômeno da ressemantização toponímica nada mais é do que o topônimo assumir “um segundo significado, para um mesmo significante”, segundo Carvalhinhos (2007, p.28). Quando observarmos, por exemplo, que COHAB, originalmente, significava Companhia de Habitação Popular e que Cohab, popularmente, é uma grande área formada de quatro bairros (Conjunto Habitacional Anil I, II, III e IV), conseguimos entender esse processo de ressemantização do topônimo.

Outro fenômeno muito frequente ao qual está sujeito o topônimo é a transformação de nomes em arquétipos toponímicos. Arquétipos toponímicos são formados por substantivos comuns (rio, lago, morro, colina, lago, sítio, planalto etc.) que funcionam como estruturas motivadas, ou seja, são formas descritivas que carregam em si a significância do topônimo que nomeiam. Para Dick (1987, p. 99), os arquétipos toponímicos são “expressões padrões que traduzem ou enfocam o mesmo ângulo em relação à caracterização do acidente geográfico. Assim, os diversos sistemas toponímicos apresentam expressões que significam (...) o mesmo fato, ou traduzem uma condição semelhante”. Como exemplo desse fenômeno, citamos, na toponímia ludovicense: Ilhinha, Rio Anil, Centro e Forquilha.

A partir dos arquétipos toponímicos, podemos perceber que os elementos constitutivos do signo toponímico podem evidenciar um vínculo estreito entre ele e seu referente, traduzindo assim a espontaneidade do denominador no ato da nomeação.

Nesse caso, o topônimo pode transparecer: cor (Aurora), forma (Forquilha, Ilhinha), tamanho (Outeiro³⁴ da Cruz), constituição natural (Ponta d'Areia), elemento constitutivo (Areinha). Em síntese, pode demonstrar uma referência direta a aspectos físicos e antropoculturais. Segundo Ramos (2008, s/p.), isso acontece porque o topônimo assume uma forma icônica, tornando-se uma projeção do real.

A respeito do topônimo enquanto símbolo icônico, Dick (1994a, p. 874) acrescenta que “a relação dialética nome/lugar desencadeia no usuário um processo de construção de uma imagem visual que reproduz o que os símbolos icônicos do aglomerado (...) denotam”. Além dos arquétipos toponímicos provenientes de substantivos, temos também os que se originam dos adjetivos, como é o caso de: (Jardim) Atlântico, (Maranhão) Novo e (Vinhais) Velho, que deixam transparecer a subjetividade do denominador no ato da nomeação, passando-se, assim, da denotação para a conotação. Isso acontece, segundo Dick (1995, p. 61), porque a “emotividade do sujeito, ou do enunciador, torna-se mais perceptível à medida que o sistema de comunicação toponímica joga com termos adjetivos, seja para precisar contornos diferenciadores ou para revelar um estado de ânimo”.

Pudemos perceber que os arquétipos toponímicos muitas vezes deixam transparecer o elemento que nomeiam, demonstrando dessa forma o caráter espontâneo da denominação (Forquilha), mas o contrário também pode acontecer, pois a individualização do lugar pelo nome pode ser resultante de uma política sistemática do(s) denominador(es), no sentido em que ele(s) determina(m) que elemento cultural, físico ou cultural e físico perpetuará no topônimo (Monte Castelo, Santa Rosa, Vila Isabel Cafeteira, Cidade Olímpica). Sobre essa característica da nomeação do topônimo, Dick (1995, p. 63-64) assegura que

Os topônimos sistemáticos são resultantes (...) do agir consciente da comunidade ao eleger determinados padrões de designação como os seus paradigmas; geralmente se opõem aos precedentes pelo aspecto dedicatório, devocional ou comemorativo de fatos ou costumes; homenageiam pessoas e reverenciam momentos de fé; podem até ser bajulatórios em sua reverência (...); de qualquer forma, são interacionais em sua pontuação (...).

³⁴ Segundo Houaiss (2001), outeiro é uma pequena elevação de terreno; colina, monte.

Como já dissemos, o topônimo não é um signo linguístico especial, mas um nome comum que adquiriu várias funções, entre elas: nomear lugares. Por isso, em sua formação gramatical, “levam consigo (...) elementos fonéticos, morfológicos, sintáticos e semânticos próprios da língua, elementos comumente fósseis e inativos, como que pertencentes a uma língua morta, entretanto ainda vivos, conservando seu valor expressivo, incorporado à nossa fala”³⁵ (MENENDEZ PIDAL 1952, p. 05). Para ilustrar essa fala de Menendez Pidal, citemos o afixo *-rama* (região das palmeiras), que aparece na formação sufixal de topônimos como *Pindorama*, e o sufixo *-rana* (semelhante a, parecido a, da feição de), que aparece na formação sufixal dos topônimos Conjunto Residencial *Jeniparana* e *Vila Jeniparana*.

Ainda sobre a formação gramatical ou quanto aos elementos constituintes do topônimo, não podemos esquecer que um nome, funcionando como topônimo, pertence à classe gramatical dos substantivos e pode apresentar uma estrutura simples (Jordoa), composta (Cruzeiro de Santa Bárbara), ou mesmo aparecer como combinação de vários elementos linguísticos que podem ser, desde um simples substantivo, acompanhado ou não de afixos ou até formas mais complexas: *Cohab Anil I*, que, por sua vez, significa Companhia de Habitação Popular do Maranhão do Rio Anil I, para diferenciar dos demais conjuntos da *Cohb Anil* (II, III e IV).

Dick (2007a, p. 146) afirma que, em sua constituição como léxico da língua, o topônimo pode compreender lexias: (i) simples, formadas por substantivo (+) adjetivo: *Cidade Operária*; substantivo (+) verbo: *Conjunto Habitar*; (ii) compostas (substantivo-adjetivo): *Primavera-Coroado*; (verbo + verbo) e (iii) complexas (estáveis): *Cohab Anil I* (Companhia de Habitação Popular do Maranhão que não é usado em detrimento de *Cohab* que se estabilizou no léxico toponímico).

Para Câmara Júnior (1986, p. 232-233), os topônimos brasileiros, ainda sem grandes mudanças fonéticas, representam: (i) nomes comuns, ou locuções substantivas, de caráter descritivo; (ii) nomes de santos padroeiros; (iii) reprodução de topônimos portugueses, ou, escolhidos por imigrantes de outros países, topônimos do seu país de

³⁵ arrastan consigo (...) elementos fonéticos, morfológicos, sintáticos y semánticos propios de la lengua, elementos por lo común fósiles e inactivos, como pertenecientes a una lengua muerta, pero alguna vez vivientes aún, conservando su valor expresivo, incorporado a nuestra habla (...). (MENENDEZ PIDAL, 1952, p. 05).

origem; (iv) tupinismos e africanismos, com intenção descritiva; (v) nomes de autoridades governamentais ou homens públicos. A exemplo do que sinaliza Câmara Júnior sobre (iii), Dick (1982, 1995) apresenta-nos a nomenclatura *nomes transplantados*, que podem ser de origem moderna ou não, como é o caso dos bairros maranhenses: Alemanha e Japão.

O topônimo, então, representa outra forma de refletirmos sobre as construções, morfológicas, fonético-fonológicas, sintáticas, estilísticas e semânticas que norteiam esse signo da língua. Em síntese, usando as palavras de Dick (2007a, 145):

Etimologia, significação dos formantes sintagmáticos, origem endógena ou exógena dos termos, influências dialetais (...), motivação do ambiente, contornos da paisagem físico-social, fatores psíquicos, presença ou ausência do referente, o gosto, o amor, a saudade, o orgulho, a vaidade, tudo são traços semânticos conformadores dos campos ou domínios da ocorrência normativa.

Diante do que foi dito na citação acima, não podemos deixar de ressaltar que a natureza estrutural e morfológica do topônimo permite-nos ir mais além em sua investigação. Na análise do signo toponímico, quase que arqueologicamente, podemos precisar a etnia e a idade aproximada do topônimo, revelando substratos linguísticos.

Quando analisamos os topônimos levando em consideração o ponto de vista interno de sua estrutura, da constituição dos elementos que o formam e da sua motivação, projetamo-lo em uma terminologia taxonômica específica ou, mais precisamente, em categorias distributivas ou em *taxes* léxico-semânticas. A terminologia taxonômica que é utilizada atualmente no Brasil foi proposta por Dick, que delineou 27 *taxes* léxico-semânticas ou *catagoremas* toponímicos, das quais, 11 são relativas ao mundo físico-natural e 16 ao antropocultural. Essas *taxes* explicativas, definidas, conforme suas expressões denominativas e as marcas semântico-terminológicas, têm por finalidade a transmissão das causas que justificam a denominação dos nomes de lugares sem que precisemos recorrer ao denominador propriamente dito, como ressalva Dick (1998b, s/p):

Esta classificação tem resolvido, satisfatoriamente, o entendimento funcional dos topônimos, a sua motivação, dispensando o retorno ao denominador, porque sua natureza é lingüística, depreendida de seus

elementos formadores e não apenas de uma carga semântico-casual. Ou seja, pelo reconhecimento do significado lingüístico, de acordo com a concepção teórica do signo de língua (Saussure) e com a utilização do modelo triangular de Ogden & Richards (significado-significante-referente), pode-se entender, com facilidade, o emprego de cada um desses formantes, em contextos determinados.

A organização do quadro geral das taxes constituiu-se um modelo ou padrão de nomes que Dick (2007a, p. 142) denominou de Sistema Toponímico Taxionômico. Nesse sistema, a taxe é composta por um elemento genérico (*fito*), definidor da classe onomástica à qual o nome de lugar pertence (*vegetal*), e pela palavra *topônimo*, que mostra a procedência do estudo específico da Toponímia. Essa classificação semântico-terminológica dos nomes em função toponomástica só foi possível porque Dick considerou o que era mais relevante socialmente para a comunidade em que o signo toponímico estava inserido.

O estudo semântico de cada um dos elementos genéricos que formam as taxes levou a pesquisadora a formular dois campos motivadores das taxes: o de ordem física e o antropocultural. “Mas a palavra ou a unidade lexical, recortada em um desses dois universos de ocorrências, examinada do ponto de vista lingüístico ou das famílias envolvidas, é que norteou a sua inclusão seja no campo físico ou no antropocultural” (DICK, 1990, p. 37-40). A partir desse raciocínio, a pesquisadora faz um alerta de fundamental importância, no que diz respeito às dificuldades de recuperação dos motivos primários dos topônimos, de seus condicionantes, de sua classificação em um ou outro campo, em uma ou noutra classe. Nesse caso, Dick (2006, p. 107) afirma que

nem sempre as lexias têm um sentido único que permita a sua correta inclusão em um campo semântico incontroverso. Alternam-se, por isso, monossemia, como ponto de partida opcional do denominador, no plano paradigmático da língua, e polissemia sígnica, a exigir uma definição dos sujeitos actanciais, do início ao fim do percurso gerativo da enunciação com o reconhecimento dos motivos causais ou determinativos de todo esse processo.

Dissemos anteriormente que Dick agrupa as taxes explicativas considerando o aspecto físico e o antropocultural. O primeiro trata dos elementos da paisagem, do ambiente ou do espaço físico. Esses elementos, por exemplo, podem se referir (i) aos

nomes dos corpos celestes (*astrotopônimos*); (ii) às posições geográficas em geral (*cardinotopônimos*); (iii) à escala cromática (*cromotopônimos*); (iv) às características dimensionais do acidente geográfico, como extensão, comprimento, largura, grossura, altura, profundidade (*dimensiotopônimos*); (v) aos nomes de vegetais (*fitotopônimos*); (vi) às formas topográficas (*geomorfotopônimos*); (vii) aos acidentes hidrográficos (*hidrotopônimos*); (viii) aos nomes de minerais (*litotopônimos*); (ix) aos fenômenos atmosféricos (*meteorotopônimos*); (x) às formas geométricas em geral (*morfotopônimos*); e (xi) aos nomes de animais em geral (*zootopônimos*).

No que compete ao aspecto antropocultural, os elementos podem se referir: (i) à vida psíquica e à vida cultural e espiritual (*animotopônimos* ou *nootopônimos*); (ii) aos nomes próprios e individuais (*antropotopônimos*); (iii) aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais (*axiotopônimos*); (iv) aos nomes de cidades, países, regiões ou continentes (*corotopônimos*); (v) às indicações cronológicas representadas em Toponímia, pelos qualificativos: novo/nova, velho/velha (*cronotopônimos*); (vi) a habitações em geral (*ecotopônimos*); (vii) aos elementos da cultura (*ergotopônimos*); (viii) aos elementos étnicos isolados ou não (*etmotopônimos*); (ix) a frases ou expressões linguísticas (*dirrematopônimos*); (x) aos nomes sagrados do hagiológico romano (*hagiotopônimos*); (xi) aos nomes sagrados de diferentes crenças: às associações religiosas, às efemeridades (*hierotopônimos*); (xii) aos movimentos histórico-sociais, às suas datas e seus membros (*historiotopônimos*); (xiii) às vias de comunicação rural ou urbana (*hodotopônimos*); (xiv) às entidades mitológicas (*mitotopônimos*); (xv) aos adjetivos numerais (*numerotopônimos*); (xvi) aos vocábulos aldeia, vila, povoação e arraial (poliotopônimos); (xvii) às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos moradores de uma comunidade (*sociotopônimos*); e (xviii) às relações metafóricas das partes do corpo humano ou animal (*somatopônimos*).

Curvelo (2009, p. 94) propõe que os Dirrematopônimos sejam agrupados tanto na categoria de topônimos de origem antropocultural quanto física já que, dependendo do Dirrematopônimo, podemos ter um aspecto antropocultural e também um físico espelhados num mesmo topônimo, a exemplo: Salina do Sacavém = salina (aspecto físico) + Sacavém (aspecto antropocultural); Outeiro = planalto (aspecto físico) + da Cruz (aspecto antropocultural). Logo, à classificação de Dick, é acrescido o

Dirrematopônimo misto e também outra taxa, o Siglatopônimo, topônimo que se refere às siglas de modo geral (Radional, Coheb, Cohafuma).

Observamos que há uma incidência significativa de topônimos formados por siglas que se esvaziaram semanticamente, isto é, não são reconhecidas nem na ortografia e nem usualmente como tal. Dessa forma, os Siglatopônimos são topônimos que se originaram de siglas de nomes de instituições, empresas, casas comerciais, indústrias, marcas de fábrica, de propaganda e afins. Nesse caso, a sigla que deu origem ao topônimo não é mais reconhecida como tal, mas como uma nova palavra, estabilizada na língua.

O Siglatopônimo pode ser obtido por: letra(s) inicial(is): Coheb = **C**ompanhia **H**idrelétrica de **B**oa Esperança; (ii) justaposição de sílabas: Radional = **R**ádio **I**nternacional do Brasil; (iii) justaposições arbitrárias de componentes dos nomes, expressões ou frases já usadas gráfica ou circunstancialmente: Cohatrac = **C**ooperativa **H**abitacional dos **T**rabalhadores **C**omerciários.

Logo, consideramos, nesta pesquisa, as taxas de Dick (1990), as de Curvelo (2009) e a nova categoria que propusemos (Siglatopônimos). Essa perspectiva de ampliação das taxas é necessária porque há 24 anos os processos habitacionais eram outros, logo, não previstos por Dick quando propôs as taxas e nem observados por Curvelo no *corpus* de sua pesquisa de 05 anos atrás.

3.4 Síntese Conclusiva

Neste capítulo, de natureza teórica, abordamos a nomeação como atividade humana, sobre a área de conhecimento encarregada dessa atividade, a Onomatologia, a Onomástica e, dentro destas, a parte que trata especificamente da denominação dos lugares, a Toponímia ou Toponomástica com suas áreas interdisciplinares: História, Geografia, Antropologia, Psicologia social, Biologia, Arqueologia e Linguística, Terminologia, Dialetoлогия, Lexicologia, Semântica Toponímica ou Onomástica Semântica e subáreas como a Etnotoponímia e a Etnotoponímia Comparada. Além disso, tratamos do topônimo e de suas particularidades como unidade do léxico de uma língua. A partir desse arcabouço teórico, podemos delimitar os procedimentos metodológicos adotados para a execução desta pesquisa.

4 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Na investigação e demonstração de uma verdade científica, não é lícito improvisar. O pesquisador deverá excluir de suas pesquisas a possibilidade de conseguir resultados confiáveis por via de improvisos e de tentativas ocasionais. Ele tem que precisar, ordenar e planejar adequadamente os passos que dará frente a seu objeto de estudo.

Para determinarmos quais serão os procedimentos que adotaremos ao fazermos uma pesquisa científica, é necessário delinear a metodologia a ser seguida. Nesse caso, a metodologia não é apenas uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizados, mas também a indicação dos principais instrumentos e procedimentos para a delimitação do *corpus*, da coleta, da organização e da análise de dados. De forma resumida, a metodologia é a forma que temos de ordenar a produção do conhecimento científico, é a forma sistemática para obtermos o resultado esperado. Nesse caso, o método de abordagem que usamos foi o Indutivo, e o de procedimento, o Tipológico.

Como método de abordagem desta pesquisa, utilizamos o Indutivo uma vez que este permite que partamos da observação de fatos particulares para chegarmos à generalização de uma verdade. Em virtude disso, utilizamos o Método que possibilitou o estudo descritivo dos 81 topônimos que nomeiam os bairros ludovicenses atuais para chegarmos a seu perfil e sua classificação geral, pautados tanto na taxonomia onomástica proposta por Dick (1990) quanto a apresentada por Curvelo (2009).

No que diz respeito às etapas mais concretas da investigação, o método de procedimento refere-se ao planejamento, ao delineamento, ao desenvolvimento da pesquisa. Assim, dentre os vários métodos de procedimento que existem, optamos pelo Tipológico, já que ele nos possibilitou descrever e classificar de forma concreta os 81 topônimos que nomeiam os bairros ludovicenses, uma vez que tivemos de verificar *in loco* (aplicação de inquéritos, entrevistas) ou em documentos oficiais, a veracidade das informações sobre cada bairro pesquisado. Além de classificarmos a pesquisa considerando o método de abordagem, o método de procedimento e o objetivo geral, levamos em consideração também os procedimentos práticos utilizados para sua execução, isto é, consideramos as técnicas e as etapas de coleta do *corpus* da pesquisa.

As técnicas que adotamos para a coleta do *corpus* desta pesquisa foram tanto a investigação de documentação indireta quanto a direta, já que os órgãos públicos tanto do Estado quanto do Município não dispõem de nenhum material bibliográfico que contenha informações sobre os históricos dos bairros, suas denominações toponímicas ou mesmo seu surgimento (datas, processos de criação planejado ou espontâneo). Não há, na Capital, uma equipe do INCID que trabalhe diretamente com a Lei Toponímica nº 2.151 que, dentre outras disposições, trata das normas para a nomeação de logradouros públicos.

A pesquisa indireta foi feita em documentos oficiais do INCID, órgão municipal, que forneceu mapas, a lista dos nomes dos bairros, e também em documentos do IBGE, órgão que atualiza os dados dos indicadores sociais, servindo assim como referência aos dados usados pelo INCID para atualizar várias informações sobre a população ludovicense, inclusive dos bairros onde mora. Nosso banco de dados é constituído de informações como: mapas, lista dos nomes dos bairros, artigos científicos, monografias, leis, decretos, resoluções, editais, resumos enciclopédicos (Enciclopédia dos Municípios Brasileiros) e, também, de informações, em áudio, obtidas a partir de aplicação de inquéritos a informantes dos bairros pesquisados.

A pesquisa direta foi realizada basicamente, por meio do Questionário toponímico que foi aplicado aos moradores das localidades que tenham vivido pelo menos uma década lá, a líderes comunitários, a artistas ou profissionais que desempenham/desempenharam alguma atividade social naquela área. Esse perfil nos permitiu conhecer particularidades da comunidade que somente quem vivencia sua rotina, quem presenciou seu surgimento ou quem conheceu seus primeiros moradores pode detalhar com precisão.

Quadro 01: Questionário toponímico

FICHA DO MORADOR	
Nome/apelido:	Ocupação/Idade:
Endereço:	Tempo de moradia na localidade:
PERGUNTAS:	
01. Por que o bairro tem esse nome? Quando o bairro começou a ser povoado?	
02. Quais são os bairros vizinhos a este?	
03. Quais são as melhorias que beneficiaram o bairro?	
04. Quais são os problemas que os moradores daqui enfrentam?	
05. Tem algo significativo sobre o bairro que queira comentar (algo que chamou a atenção/envolveu os moradores)?	

4.1 Delimitação do *corpus*

A lista dos bairros de São Luís, fornecida pelo INCID, é composta de 210 topônimos oficializados pela Prefeitura. Nela não constam, por exemplo, algumas localidades de criação espontânea, conhecidas pejorativamente como invasões, os bairros surgidos dentro de outros bairros, e nem os bairros mais novos, criados a partir da construção de condomínios de luxo, os famosos jardins ou dos conjuntos habitacionais do Programa Federal Minha Casa, Minha Vida (MCMV). Portanto, o *corpus* da pesquisa é constituído somente do recorte de 81 nomes de bairros oficiais distribuídos nas quatro áreas toponímicas: Centro (11 bairros), Centro-Rio Anil (05 bairros), Centro-Rio Bacanga (05 bairros) e Centro-Caminho Grande (60 bairros). Esse montante significativo da área do Antigo Caminho Grande é justificado por causa do processo expansionista da Cidade que cresceu, prioritariamente, pela porção da Ilha que não era limitada por água (Centro-Caminho Grande) e sim por caminhos ou vias, nesse caso, os 60 bairros encontram-se localizados em avenidas que têm acesso direto ou indireto ao Antigo Caminho Grande, ou seja, com todo o trecho compreendido por ele que abrange as Avenidas: Getúlio Vargas, São Marçal e João Pessoa.

As principais vias que têm relação direta ou indireta com todo o trecho do Antigo Caminho Grande e que dão acesso aos seus 60 bairros são a Estrada da Vitória e as Avenidas: dos Africanos, Brasil, Casemiro Júnior, dos Franceses, Edson Brandão, Guajajaras, Jeronimo de Albuquerque, Kennedy, Lourenço Vieira da Silva, São Luís Rei de França, São Sebastião, Venceslau Braz e Vitorino Freire.

São Luís teve vários *Caminhos* ou *estradas*, dentre elas podemos destacar: o Caminho da Boiada (Rua das Cajazeiras) que, como o próprio nome já salienta arquetipicamente, local por onde os bois, que desembarcavam no porto da Praia Grande, trafegavam para o matadouro da Madre Deus e depois, para o da Liberdade (CZS, 20/06/2013); a Estrada Real, via de acesso aos atuais municípios de Paço do Lumiar e São José de Ribamar, e o Antigo Caminho Grande, estrada que começava no Centro (Rua Grande) e se estendia até o Bairro do Anil. Dessa forma, os 60 bairros que figuram nesse caminho são resultantes do natural processo expansionista de São Luís, por isso, tanto o Antigo Caminho Grande quanto os bairros que o configuram ou surgiram a partir dele, são importantes histórica, geográfica e culturalmente porque resgatam,

também, as várias etapas habitacionais que possibilitaram com que a Capital tivesse a característica imobiliária que tem atualmente.

QUADRO 02: Distribuição dos 81 topônimos nas 04 áreas

CENTRO	Centro, Apicum, Vila Passos, Madre Deus, Diamante, Lira, Goiabal, Fabril, Desterro, Camboa, Coréia.
CENTRO-RIO ANIL	São Francisco, Ponta d'areia, Ponta do Farol, São Marcos, Ilhinha.
CENTRO-RIO BACANGA	Anjo da Guarda, Vila Mauro Fecury I, Vila Mauro Fecury II, Sá Viana, Vila Bacanga.
CENTRO-CAMINHO GRANDE	Alemanha, Anil, Apeadouro, Areinha, Bairro de Fátima, Barreto, Bom Jesus, Bom Milagre, Caratatiua, Chácara Brasil, Cidade Olímpica, Cidade Operária, Cohafuma, Coheb, Conj. Habitacional Bequimão, Conjunto Habitacional Angelim, Conjunto Habitacional Anil I, Conjunto Habitacional Anil II, Conjunto Habitacional Anil III, Conjunto Habitacional Anil IV, Conjunto Habitacional Rio Anil, Conjunto Habitacional Turu, Conjunto Habitacional Vinhais, Coroadinho, Cutim Anil, Fé em Deus, Filipinho, Forquilha, Itapiracó, Ivar Saldanha, Jardim América, Jardim América Central, Jardim Atlântico, João Paulo, Jordoá, Liberdade, Maiobinha, Monte Castelo, Novo Angelim, Olho d'água, Outeiro da Cruz, Parque Amazonas, Planalto Aurora, Radional, Retiro Natal, Sacavém, Salina do Sacavém, Santa Cruz, Santa Efigênia, Santa Rosa, Santo Antonio, São Bernardo, Túnel do Sacavém, Turu, Vila Airton Senna, Vila Cascavel, Vila Isabel Cafeteira, Vila Janaína, Vila Palmeira, Vinhais Velho.

A partir do recorte e da distribuição dos topônimos nas referidas áreas, respondemos, ao longo da análise desta pesquisa, como se deu a dinâmica de expansão de São Luís do Centro Histórico ao Antigo Caminho Grande e se os 11 bairros mais antigos da Capital influenciaram tanto no surgimento quanto na motivação toponímica dos mais novos, uma vez que a adoção da maior parte dos termos genéricos (cidade, conjunto, jardim, parque, planalto, vila) que qualificam alguns topônimos só surgiram depois que os bairros do Centro já haviam se desenvolvido, se estabilizado.

4.2 Etapas para a coleta de dados e identificação das fontes

Como etapas para a coleta de dados, seguimos: a identificação das fontes (mapas fornecidos por órgãos públicos); a Lei de zoneamento, arruamento e ocupação do solo de São Luís e a transcrição e análise das informações obtidas na aplicação dos inquéritos aos informantes; a análise dos dados encontrados em material bibliográfico ou em documentos como dicionários, enciclopédias, mapas, artigos científicos, monografias, leis, decretos, resoluções, editais, certidões de registro e hipotecas de imóveis, resumos, entre outros.

Os 81 topônimos descritos e analisados nesta pesquisa foram recolhidos tanto da lista quanto do *Mapa Temático dos bairros e arruamentos de São Luís*, escala numérica aproximada de 1: 40. 000, fornecido pelo INCID (2012) que, por sua vez, o atualizou seguindo os dados do censo do IBGE realizado em 2010. Mesmo que o Município use a Lei 3.253, de 29/12/1992, que dispõe sobre o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano, não há como identificar, no referido documento, onde começa ou termina a Zona de cada bairro, somente pontos de referência que servem para demarcar as 38 Zonas de São Luís. Portanto, só foi possível agrupar os bairros em quatro áreas toponímicas porque levamos em consideração não a divisão do Município em Zonas, mas seu processo de ocupação habitacional ao longo de 401 anos e a conseqüente urbanização do território de São Luís a partir do Centro Histórico.

Em síntese, os 81 nomes de bairros das 04 áreas toponímicas encontram-se localizados também em 26 zonas, divididas da seguinte forma pela Lei 3.253: 11 residenciais, 02 zonas turísticas, 01 administrativa, 01 central, 01 de Preservação Histórica, 02 de Proteção Ambiental, 01 de Segurança ao Aeroporto, 01 de Reserva Florestal, 02 de Interesse Social, 03 Industriais, 01 rural e também em 12 corredores: 01 Primário, 02 Consolidados e 09 Secundários. A Lei 3.253 (29/12/1992, p. 66) entende que Corredor Primário é a faixa de terreno cortada por vias primárias³⁶ com utilização de uso do solo adequado, principalmente, a serviços e comércio; Corredor Consolidado é a faixa de terreno cortada por vias secundárias com sua conformação, uso e ocupação

³⁶ Segundo a Lei 3.253 (29/12/1992, p. 69), Via Primária, também denominada de via arterial ou preferencial, é aquela destinada à circulação de veículos entre áreas distintas, com acesso às áreas limítrofes (limítrofes), devidamente controladas. Já a Via Secundária é aquela que possibilita a circulação de veículos entre as vias primárias e o acesso às vias coletoras.

já definidos e Corredor Secundário, a faixa de terreno cortada por vias (secundárias ou coletoras) com utilização de uso do solo adequado a, principalmente, serviços e comércio.

4.3 Registro e arquivamento dos dados

As informações de cada bairro que compõe o *corpus* foram registradas em fichas lexicográfico-toponímicas elaboradas e usadas por Curvelo (2009)³⁷. O referido instrumento contém os seguintes campos: (i) topônimo: nome do lugar, que, segundo Dick (2007^a, p. 146) pode ser motivado tanto etimológica quanto circunstancialmente; (ii) localização do bairro: local onde encontra-se o bairro, neste caso, além de informar quais são os bairros vizinhos do topônimo que está sendo estudado, informamos também o número que corresponde a ele na legenda do *Mapa de bairros arruamentos de São Luís*, ex: Cidade Olímpica (209)³⁸; (iii) taxonomia: taxes de natureza física ou antropocultural que permitem interpretar, descrever e classificar os topônimos com maior segurança do ponto do vista semântico; (iv) nota linguística: informações sobre a formação morfológica do vocábulo; (v) nota histórica: informações esclarecedoras dos fatos históricos motivadores das alterações toponímicas; (vi) nota enciclopédica: informações adicionais sobre o topônimo, que podem ser de fontes primárias ou secundárias.

FICHA 01: Modelo da ficha lexicográfico-toponímica

Fonte: Curvelo (2009, p. 70-73)

Topônimo	
Localização do bairro	
Taxonomia	
Nota linguística	
Nota histórica	
Nota enciclopédica	

FICHA 02: Ficha lexicográfico-toponímica preenchida

Topônimo	Bom Milagre (94)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Monte Castelo, Retiro Natal, Apeadouro e Bairro de Fátima.
Taxonomia	Dirrematopônimo
Nota linguística	

³⁷ A ficha que usamos em nossa dissertação de mestrado foi adaptada a partir do modelo proposto por Dick (2004).

³⁸ Verificar a legenda do Anexo A.

Nota histórica	<p>A história do Dirrematopônimo Bom Milagre é igual a muitas outras no que trata do surgimento de bairros, ou seja, é oriundo de sítios que se localizavam fora do Centro da Cidade. Em 1949 o Diário Oficial do Estado publicava a Lei Municipal nº 111, promulgada pelo então Prefeito Antonio E. Costa Rodrigues, que tratava dos pontos de demarcação das zonas urbanas e suburbanas da Capital. Na referida Lei o Bom Milagre figura como sítio, estrada e igarapé na descrição tanto da zona urbana quanto da suburbana de São Luís, conforme podemos evidenciar a seguir.</p> <p>O perímetro da zona urbana de São Luís (...) começa no eixo da via férrea São Luís-Teresina no ponto em que o mesmo é cortado pelo eixo da rua Veneza (...) desse ponto segue até a sua interseção com a Avenida Getúlio Vargas (...) segue pelo eixo da dita avenida até o ponto de contacto do mesmo, com o da pequena estrada que, procedendo do sítio Bom Milagre, sai paralela ao muro do lado leste, que circunda o edifício da Escola Técnica de São Luís; desse ponto de contacto segue pelo eixo a dita estrada de Bom Milagre, até o ponto em que a mesma atravessa o pequeno igarapé de Bom Milagre (...) (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, 24/05/1949, p. 05).</p> <p>A pesar de alguns topônimos que se originaram de sítios já terem <i>status</i> de bairro em 1938, o Bom Milagre ainda era denominado e conhecido como Sítio pertencente a João Goitacazes Ribeiro, segundo consta na Relação das alterações verificadas no valor locativo dos prédios, palhoças e terrenos situados nos Bairros proletariados de São Luís, divulgada pela Prefeitura Municipal em 28/02/1938. Mas esse fato não tira o mérito do Bom Milagre como topônimo, uma vez que este era usado como referência não só como ponto de demarcação da zona urbana e suburbana de São Luís, mas por ser via de acesso entre bairros (Centro, Monte Castelo, Apeadouro, Bairro de Fátima e Retiro Natal) e fornecedor de água potável para as áreas adjacentes, juntamente o Rio das Bicas.</p>
Nota enciclopédica	

4.4 Classificação dos topônimos por taxes

Para a classificação dos dados levantados e catalogados levaremos em consideração o Modelo Metodológico de Dick (1990) e Andrade (2006) composto de 29 (vinte e nove) taxes, das quais: 11 (onze) são de natureza física, relacionadas ao meio ambiente, e 18 (dezoito) são de natureza antropocultural, relacionadas aos aspectos sócio-histórico-culturais.

A esse modelo das referidas pesquisadoras, acrescentamos: a subclasse dos dirrematopônimos físicos, pois, como assegura Curvelo (2009, p. 93-94), faz falta uma classificação toponímica que especifique de forma mais evidente a natureza antropocultural, física ou mista dos dirrematopônimos, e a taxa dos Siglatopônimos, que propomos neste trabalho porque não existe uma classificação que se ocupe dos topônimos surgidos a partir de siglas e abreviaturas, processos de formação de palavras amplamente usados, também, no que tange a nomes de empresas ou estabelecimentos comerciais que se tornaram referências toponímicas: COHEB, RADIONAL, COHAFUMA, COHAB. Portanto, o modelo que segue contém 31 taxas: 12 físicas e 19 antropoculturais.

Quadro 03: Taxas de natureza física

CLASSIFICAÇÃO	DEFINIÇÕES
Astrotopônimos	Topônimos referentes aos nomes dos corpos celestes: Rua do Sol (Centro Histórico de São Luís).
Cardinotopônimos	Topônimos referentes às posições geográficas em geral: Centro.
Cromotopônimos	Topônimos referentes à escala cromática: Aurora
Dirrematopônimos	Topônimos constituídos de frases ou expressões linguísticas: Cidade Olímpica
Dimensiotopônimos	Topônimos referentes às características dimensionais do acidente geográfico, como extensão, comprimento, largura, grossura, altura, profundidade: Caminho Grande.
Fitotopônimos	Topônimos referentes aos nomes de vegetais: Goiabal.
Geomorfotopônimos	Topônimos referentes às formas topográficas: Ilhinha.
Hidrotopônimos	Topônimos referentes aos acidentes hidrográficos: Rio Anil.
Litotopônimos	Topônimos referentes aos nomes de minerais: Diamante.
Meteorotopônimos	Topônimos referentes aos fenômenos atmosféricos: Primavera (Cohajap).
Morfotopônimos	Topônimos referentes às formas geométricas em geral: Redondo (primeiro nome do município maranhense Cândido Mendes).
Zootopônimos	Topônimos referentes aos nomes de animais em geral: (Vila) Cascavel.

Quadro 04: Taxas de natureza antropocultural

CLASSIFICAÇÃO	DEFINIÇÕES
Animotopônimos	Topônimos referentes à vida psíquica, cultura e espiritual: Liberdade.
Antropotopônimos	Topônimos referentes aos nomes próprios e individuais: Ivar Saldanha.
Axiotopônimos	Topônimos referentes aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais: Vila Dom Luís.
Corotopônimos	Topônimos referentes aos nomes de cidades, países, regiões ou continentes: Sacavém.
Cronotopônimos	Topônimos referentes às indicações cronológicas: novo/nova, velho/velha: Novo Angelim (em detrimento de Conjunto

	Habitacional Angelim).
Ecotopônimos	Topônimos referentes a habitações em geral: Chácara (Brasil).
Ergotopônimos	Topônimos referentes aos elementos da cultura: Salina (do Sacavém, da Vila Palmeira).
Etnotopônimos	Topônimos referentes aos elementos étnicos isolados ou não: Camboa.
Dirrematopônimos	Topônimos constituídos de frases ou expressões linguísticas: Outeiro da Cruz
Hagiotopônimos	Topônimos referentes aos nomes sagrados do hagiológico romano: São Francisco.
Hierotopônimos ³⁹	Topônimos referentes aos nomes sagrados de diferentes crenças: às associações religiosas, às efemeridades: Santa Cruz.
Historiotopônimos	Topônimos referentes aos movimentos histórico-sociais, às suas datas e seus membros: Apeadouro.
Hodotopônimos	Topônimos referentes às vias de comunicação rural ou urbana: Forquilha
Mitotopônimos	Topônimos referentes às entidades mitológicas: Conjunto Centaurus.
Numerotopônimos	Topônimos referentes aos adjetivos numerais: Cohatrac IV.
Poliotopônimos	Topônimos constituídos pelos vocábulos aldeia, vila, povoação e arraial: Vila Janaína.
Siglatopônimos	Topônimos construídos de siglas de nomes de instituições, empresas, casas comerciais, indústrias, marcas de fábrica, de propaganda e afins: Coheb – Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança.
Sociotopônimos	Topônimos referentes às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontros dos moradores de uma comunidade: Fabril.
Somatopônimos	Topônimos referentes às relações metafóricas das partes do corpo humano ou animal: (Olho) d'Água.

4.5 Análise dos dados

Para descrever o léxico onomástico da parcela dos 81 topônimos que nomeiam atualmente os bairros de São Luís com a finalidade de demonstrar quais foram as suas causas denominativas ao longo da sua origem e evolução histórica, consideramos as seguintes etapas de análise dos dados obtidos: (i) análise dos fatores linguísticos e extralinguísticos que deixaram marcas na formação dos nomes dos bairros ludovicenses, com o intuito de buscar a motivação onomástica dos topônimos, conforme as taxas de natureza física, antropocultural ou mista; (ii) estudo das siglas e dos termos genéricos presentes em alguns topônimos, com a finalidade de depreender os motivos que levaram à incorporação destes elementos aos nomes dos bairros e descobrir se houve ou não

³⁹ Segundo Dick (2007b, p.466), os Hierotopônimos apresentam a subclasse de Hagiotopônimos e Mitotopônimos, além das próprias particularidades da identificação do sagrado, como as designações dos templos religiosos, títulos eclesiásticos ou de congregações.

ressignificação toponímica e (iii) distribuição quantitativa das três categorias toponímicas, as físicas, as antropoculturais e as mistas, em gráficos do tipo pizza 3D, para demonstrar a tendência denominativa que têm os nomes dos bairros ludovicenses na atualidade.

Nas etapas 01 e 02, as informações usadas foram as catalogadas nas fichas lexicográfico-toponímicas e as dos inquéritos aplicados aos informantes. Nesse caso, esses dois procedimentos nos ajudaram a responder os questionamentos frutos de nossos objetivos e problematização desta tese: Quais são as causas denominativas, na origem e evolução histórica, dos 81 topônimos que nomeiam atualmente os bairros de São Luís? Quais são os fatores linguísticos⁴⁰ que motivaram a formação dos nomes dos bairros ludovicenses? Quais são os fatores extralinguísticos⁴¹ e extralinguísticos que motivaram a formação dos nomes dos bairros ludovicenses? Quais foram os fatores que motivaram a incorporação dos termos genéricos na maioria dos nomes dos bairros de São Luís? A última das etapas, a terceira, está relacionada, mais especificamente, aos questionamentos: Qual é a categoria toponímica que evidencia a tendência denominativa que têm os nomes dos bairros ludovicenses atualmente, as físicas ou as antropoculturais? Quais foram as alterações toponímicas que os topônimos sofreram ao longo de sua história?

4.6 Processo habitacional ludovicense de 1612 a 2013

O povoamento marítimo de São Luís começou nas primeiras décadas do século XVII (08/09/1612) como propósito expansionista dos franceses de fundar a França Equinocial no Meio-Norte brasileiro, dessa forma, o processo habitacional maranhense iniciou-se a partir da Baía de São Marcos, local composto pelas embocaduras dos Rios Bacanga e Anil e que era propício à instalação de fortes e fortalezas para a orientação marítima e também para a defesa militar da Capitania.

D'Evreux (2002, p. 73-74) descreve a construção do Forte que homenageava o Rei-Menino da França e Navarra, Luís XIII, como sendo uma edificação de defesa em que, primordialmente, trabalharam os índios e suas famílias, inclusive crianças.

⁴⁰ Os fatores linguísticos que nos referimos são: a etimologia, o esvaziamento semântico, a ressemantização.

⁴¹ Os fatores extralinguísticos que nos referimos são os aspectos: culturais, sociais, geográficos, históricos, econômicos, políticos.

Acrescenta o Padre francês que, chegada a ocasião de trabalhar nas fortificações da praça, designada à defesa dos franceses,

fincada a madeira segundo o plano dado para servir de cercadura do Forte e de sustentar as terras, mandou-se então avisar por todas as aldeias da ilha e da província de Tapuitapera que viessem índios uns após outros conduzir a terra tirada dos fossos para o terraço das cortinas, e esporões e plataformas, depois cobertas por grandes e grossas *aparituries*, mangues, arvores duras como ferro e incorruptíveis, de forma que seria contra ela quase inútil o tiro de canhão, e mui difícil a escalada: assim se disse e assim se fez (...). Apenas chegavam estes selvagens, entregavam-se ao trabalho com incompatível dedicação [acompanhados] das mulheres e filhinhos (...), perguntei a alguns velhos porque consentiam que trabalhassem os meninos (...) Respondeu-me assim o interprete: temos muito prazer vendo nossos filhos conosco trabalhando neste forte, para que um dia aos seus filhos e estes aos seus descendentes: eis a fortaleza, que nós e nossos pais fizemos para os franceses, que trouxeram padres, que levantaram casas a Deus, e que vieram defender-nos de nossos inimigos.

A partir de descrição feita por D'Evreux, deduzimos que os locais estratégicos não eram somente as Ponta d'Areia, de São Marcos e do São Francisco, mas a porção de terra entre o Bacanga e o Anil onde foi fundado o *Fort Saint Louis*, sede da Colônia. Começava aí a implantação da Capital do Maranhão, que ainda hoje está situada no mesmo local eleito por seus fundadores franceses, Daniel de La Touche e François de Rasily – atual Palácio dos Leões, na Avenida Pedro II, Beira-Mar, Centro de São Luís. A partir daí, o povoamento seguiu pelo Largo do Carmo, Praia Grande, Desterro e Praia do Caju (Praia Grande). Para Tribuzi (2012, p. 272), a escolha do local da construção do *Fort Saint Louis*

obedeceu tanto a razões econômicas pelo aproveitamento do ancoradouro fácil em região povoada por tribos indígenas de acesso tranquilo, com disponibilidade de produtos para escambo, quanto a razões de estratégias militar.

Upaon Açú (do Tupinambá Ilha Grande) foi conquistada e incorporada ao domínio português em 1615, três anos depois de fundada pelos franceses. Ao tomarem posse da Ilha, os portugueses deram ao forte o nome de São Felipe e mantiveram a denominação que a ilha já tinha. Mais tarde, porém, esse local seria alvo também de

holandeses que foram expulsos pelos portugueses em 1644, segundo consta na literatura do IBGE (1959, p. 341). Dessa forma, começa definitivamente nossa colonização portuguesa. E, segundo o IBGE (s/d, *apud* sebrae-legal), é dessa época o conjunto urbanístico composto de sobrados revestidos de azulejos portugueses que compõem nosso Centro Histórico.

Depois de tomar posse definitivamente destas terras, os desbravadores portugueses, além de manter as melhorias já efetivadas pelos franceses, tiveram que tomar medidas administrativas para a organização de sua estadia e exploração da terra recém-possuída, dentre as providências tomadas entre 1650 e 1750, elencamos: (i) a vinda de missionários para evangelizar, batizar, banir as *falsas crenças* e *exorcizar os demônios* dos cativos, o que culminaria, posteriormente na implantação de freguesias e vilas; (ii) a implantação e construção de igrejas (ermidas) que serviam não só à aculturação indígena, mas também para manter os cultos e tradições religiosas dos colonizadores e instituir a religião Católica Apostólica e Romana na Colônia; (iii) a dominação/escravização e contato com os índios através de missões de reconhecimento das aldeias do território que eram marcadas com o fincamento de uma cruz; (iv) a divisão da terra em grandes propriedades fundiárias (sesmarias), para alojar e fincar moradia dos colonos: soldados, religiosos, burocratas, mestres de ofício, gentis-homens, mercadores; (v) a edificação e manutenção de fortes/fortalezas com equipamentos e armamentos para a defesa terrestre/militar da Ilha e (vi) a introdução da mão-de-obra escrava dos africanos, principalmente para o trabalho da lavoura do algodão e cana-de-açúcar.

A partir de medidas como essas foi que a feitoria de São Luís, a partir do Centro, foi sendo povoada, foi tecendo-se como referência aos topônimos que seriam criados ao longo de 401 anos e passou a desempenhar importante papel na economia nacional. Para o IBGE (s/d *apud* sebrae-legal), o fato de a Capital do Maranhão ter sido formada sobre o estuário dos rios Anil e Bacanga fez com que ela fosse caracterizada como porto fluvial e marítimo que desempenhou importante papel na produção econômica do Brasil – Colônia dos séculos XVII ao XIX. São Luís foi considerada, nos referidos séculos, como o quarto centro exportador de algodão e arroz, depois de Salvador, Recife e Rio de Janeiro.

Contudo, esse tênue surto de atividade econômica organizada chegou a permitir a acumulação de renda por um pequeno número de famílias

escravagistas que alternavam a moradia da Casa Grande dos latifúndios, a cidade de São Luís e a coleta de rendas pela administração provincial capaz de manter uma burocracia numerosa (...). Esse crescimento da burocracia civil e militar, da classe senhoria escravista e mercantil, e a diversificação dos serviços não foram suficientes para transformar o núcleo populacional de São Luís numa cidade significativa até os começos do século XVIII (TRIBUZI 2012, p. 272).

Em dois séculos de existência, todo o núcleo inicial de São Luís (Cento), que era toda a cidade, já estava povoado. Tribuzi (2012, p. 273-374) ressalta que, nas primeiras décadas do século XIX, a população ludovicense, em 1820, era estimada em torno de 30 mil habitantes, isto é, a quarta população urbana do País na época da Independência do Brasil.

É também no século XIX que o Maranhão foi fértil em acontecimentos decisivos para o desenvolvimento de sua economia, como é o caso: do ciclo algodoeiro, ainda em voga, que no final do século, possibilitou a instalação de fábricas têxteis; da abolição da escravatura e a introdução da mão-de-obra livre, mudanças que se refletiram na cidade de São Luís e em todo o Estado do Maranhão.

Em São Luís, especificamente, podemos destacar, de 1841 a 1906 os seguintes benefícios que contribuíram significativamente para o desenvolvimento econômico e demográfico da Capital: (i) construção do Cais da Sagração (Camboa) e da Casa dos Educandos Artífices (Diamante); (ii) inauguração das obras do Canal do Arapapá (área Itaqui-Bacanga); (iii) reforma do Hospital Militar (Madre Deus); (iv) criação da Companhia de Abastecimento de Água do Anil (Anil), da Companhia de Navegação costeira do porto de São Luís (área Itaqui-Bacanga); (v) fundação da Escola Agrícola do Cutim (Cutim); (vi) inauguração do Passeio dos Remédios (atual Praça Gonçalves Dias/Camboa); (vii) primeiras ferrovias de bondes⁴² puxados a cavalo, que seriam substituídos posteriormente pelos a vapor, que não circulariam somente pelo Centro, mas por toda a extensão do Caminho Grande (Centro); (viii) construção do prédio do atual Ministério da Fazenda (Fabril) e (ix) aprovação da instalação da estrada de Ferro

⁴² A Ulen Management Company forneceu tanto serviço de bondes quanto de energia elétrica para São Luís, por isso tivemos, ao mesmo tempo, tanto a chegada da iluminação elétrica pública quanto o transporte dos bondes elétricos.

São Luís-Teresina – E.F.S.T., que seria inaugurada nos idos de 1920 assim como a implantação de rodovias estaduais e federais para o escoamento de produtos agrícolas.

Todos esses benefícios observados no século XIX em São Luís vão se estender também ao século XX, que, segundo Tribuzi (2012, p. 274), das décadas de 20 a 60, teve, além de administradores municipais mais eficientes, um lento crescimento da área urbana, que permitiu a aos Prefeitos Municipais aplicarem recursos mais significativos em urbanização, saúde, educação, transporte, energia e saneamento. A partir da década de 50, o crescimento demográfico de São Luís eleva-se consideravelmente. Segundo dados do recenseamento de 1950, a população de São Luís era de 119.785 habitantes. Dentre dessa composição, tínhamos 569 estrangeiros e 69 naturalizados brasileiros. Seis anos depois, segundo o IBGE (*s/d apud sebrae-legal*), a população de São Luís era de 144.304 habitantes.

São Luís, além de expandir sua área urbana central, muda de característica socioeconômica, isto é, de feição mercantil, passa a ser fabril, agregando dessa forma uma nova classe social, a proletariada, que por sua vez fez surgir os bairros urbanos (cortiços), os suburbanos, os proletariados, as vilas e as Vilas Operárias. No que se refere aos núcleos residenciais (conjuntos habitacionais) destinados ao trabalhador e construídos com verbas públicas federais, o primeiro de que temos notícia é o Núcleo Residencial Timon-Areal (Monte Castelo), inaugurado em 01/05/1948, seguido, em 1950, pelo Conjunto do Filipinho ou Cidade Residencial do Filipinho, financiado, segundo dados de Burnett (2012, p. 97), pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários – IAPC.

Com a consolidação dos bairros do corredor Centro-Anil, outro importante fator de crescimento ocupacional da Capital foi a construção de duas pontes na década de 1970: a Barragem do (Rio) Bacanga, que liga o Centro ao Porto do Itaqui, e a Ponte José Sarney, acesso sobre o Rio Anil aos bairros do São Francisco e à orla marítima adjacente ao Centro, como as Praias da Ponta d'Areia, São Marcos, Calhau e Olho d'água⁴³.

A Barragem sobre o Rio Bacanga ou área/eixo Itaqui-Bacanga, como é conhecida, situa-se a oeste do Centro. Sua instalação foi um avanço significativo não só

⁴³ Antes da Ponte José Sarney o acesso era feito somente por terra, pelo Bairro do Anil.

na ocupação do solo, pelo desenvolvimento e surgimento de mais de 34 bairros para além do Bacanga, mas também por abrigar a Estrada de Ferro São Luís-Carajás (PA), órgãos e estabelecimentos ou vias de transportes importantes na manutenção da educação, cultura e economia maranhense, como é o caso: (i) do Campus da Universidade Federal do Maranhão; (ii) da Vale S.A (Companhia Vale do Rio Doce) e de sua estação de passageiros de trem, que liga o Porto de Itaqui ao município de Parauapebas (PA); (iii) do Consórcio de Alumínio do Maranhão – ALUMAR; (iv) da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMARP e do Complexo Portuário de São Luís; (v) da Avenida dos Portugueses e da BR 135 que dão acesso o Estreito dos Mosquitos, ao Porto do Itaqui e (vi) do *Viva Anjo da Guarda*, local onde acontece o imponente espetáculo tradicional da Senama Santa: a Via Sacra, evento realizado há mais de 30 anos no bairro do Anjo da Guarda e que atrai espectadores de todas as partes de São Luís e do Estado.

A Ponte Governador José Sarney, a conhecida Ponte do São Francisco, que dá acesso à área para do Rio Anil, viabilizou o desenvolvimento do chamado crescimento vertical (habitação em prédios residenciais). Nesse caso, ressaltamos a incidência massiva tanto de prédios habitacionais quanto comerciais que possibilitaram com que a área do São Francisco e adjacências atraísse investimentos imobiliários e funcionasse como ponto privilegiado de uma pequena para morar e investir comercialmente.

Percebemos agora que é inevitável a ocupação habitacional, planejada ou espontânea, de São Luís em todos os seus lados. A ilha cresce economicamente, o que atrai investidores, mas principalmente migrantes tanto de dentro quanto de fora do Estado. O crescimento demográfico desordenado ocasiona dois tipos de ocupação do solo para construção de moradias: a planejada, com a construção de conjuntos habitacionais por órgão estatais da União, construtoras ou cooperativas, e as espontâneas ou chamadas apropriação irregular da terra (invasões). A maior parte das ocupações espontâneas não aconteceu em terrenos aforados, mas em propriedades privadas ociosas, construídas ou não, que atraíram a atenção tanto de quem não tinha moradia quanto de quem se aproveitava/aproveita da situação por interesses políticos e econômicos, como é o caso de cabos eleitorais e posseiros.

Com a expansão urbana de São Luís a partir do Caminho Grande, do eixo Itaqui-Bacanga e a ponte sobre o Rio Anil, além do IAPC, vão surgir outros órgãos que

estimularão a fixação de moradias, não só para funcionários públicos (federais, estaduais e municipais), mas também para os da iniciativa privada ou à população em geral. Dentre os órgãos que vêm construindo/construíram conjuntos habitacionais em São Luís do século XX ao atual, destacamos: (i) o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado – IPASE⁴⁴; (ii) o Instituto de Previdência do Estado do Maranhão – IPEM⁴⁵; (iii) a Companhia de Habitação Popular – COHAB; (iv) a Cooperativa Habitacional dos Trabalhadores Comerciais – COHATRAC⁴⁶; (v) a Fundação da casa Popular e tantos outros cujo agente financiador poderia ser os extintos BNH, Banco Estadual do Maranhão, ou a Caixa Econômica Federal que atua como agente financiador e promotor dos Programas de habitação popular *Habitar Brasil* e MCMV.

Depois dessa explanação sobre o processo habitacional ludovicense, questionamos: como os 401 anos de São Luís podem ser conhecidos através dos 81 nomes de bairros, testemunhas do desenvolvimento social, econômico, histórico e cultural? Como o topônimo não é apenas um nome de lugar, mas um invólucro da identidade social da Gente que se instala numa localidade, a Análise Toponímica dos 81 bairros de São Luís/MA tem como um dos objetivos responder a esse e outro questionamento elencado neste estudo: Quais são as causas denominativas, na origem e evolução histórica, dos 81 topônimos que nomeiam atualmente os bairros de São Luís? Quais são os fatores linguísticos que motivaram a formação dos nomes dos bairros ludovicenses? Quais são os fatores linguísticos e extralinguísticos que motivaram a formação de nomes dos bairros ludovicenses? Quais foram os fatores que motivaram a incorporação dos termos genéricos na maioria dos nomes dos bairros de São Luís? Qual é a categoria toponímica que evidencia a tendência denominativa que têm os nomes dos bairros ludovicenses atualmente, as taxes físicas ou as antropoculturais?

É interessante ressaltarmos que, inicialmente, os topônimos faziam referência a um local específico, às suas particularidades (sítio, quinta, ermida, rio, ponta litorânea, forte, fortaleza). Com o passar dos anos, foram agregando às características locais, outros elementos que passaram a identificar, por exemplo, o grupo social que habitava a

⁴⁴ Memorizado no nome do bairro Ipase.

⁴⁵ Memorizado nos nomes dos bairros Ipem Turu e Ipem São Cristóvão.

⁴⁶ Memorizada nos nomes dos bairros: Cohatrac I, Cohatrac II, Cohatrac III, Cohatrac IV e Primavera Cohatrac.

localidade, o nome de empresas ou estabelecimentos instalados na localidade, atividades decorrentes da malha viária da localidade, entre outros (vilas operárias, educandários, cemitérios, hospitais, igrejas, matadouros, estação de telecomunicação, conjuntos habitacionais). Logo, essas particularidades influenciaram mormente no surgimento tanto de bairros planejados quanto de ocupações espontâneas.

4.7 Síntese Conclusiva

Neste capítulo que trata, especificamente, dos procedimentos metodológicos, descrevemos as técnicas e etapas para a coleta do *corpus* e identificação das fontes (busca de informações em fontes como jornais populares, Diário Oficial, documentos oficiais, pesquisa acadêmica, inquéritos, visitas a associações de moradores), delimitamos o *corpus* (81 nomes de bairros de São Luís), definimos os elementos que compõem tanto o Questionário toponímico quanto a ficha lexicográfico-toponímica e apresentamos as taxas de natureza física e antropocultural com suas exemplificações. A partir dessas informações, tecemos os três capítulos de análise.

Nesta parte da tese, fizemos também um breve histórico do processo habitacional ludovicense de 1612 a 2013, considerando informações sobre edificação e manutenção de fortes, fortalezas, sobre a divisão da terra em grandes propriedades fundiárias (sesmarias), sobre o ciclo de prosperidade algodoeira e sobre a instalação de fábricas têxteis na tentativa de desenhar o cenário que possibilitou a consolidação dos bairros de São Luís. Basicamente, os critérios que pautaram a escolha dos 81 topônimos se referem a todos esses fatores de expansão do território da Grande Ilha, principalmente aqueles que influenciaram a criação dos 11 bairros do Centro Histórico e como esses bairros influenciaram no surgimento dos demais adjacentes, localizados nas áreas do Centro-Rio Bacanga, Centro-Rio Anil e, mormente, no Caminho Grande. É nesse cenário que traçamos o perfil toponomástico ludovicense. No próximo capítulo, apresentamos os perfis em quatro sessões: Perfil Toponomástico de São Luís no período de 1612-1712, Perfil Toponomástico de São Luís no período de 1713-1812, Perfil Toponomástico de São Luís no período de 1813-1912 e Perfil Toponomástico de São Luís no período de 1913-2013. A análise em quatro períodos sincrônicos é relevante porque nos permite saber qual a tendência denominativa em cada *século* e como essas tendências se mantiveram ou não na nomeação dos bairros.

5. SÃO LUÍS QUATROCENTENÁRIA PELA ANÁLISE TOPONÍMICA DE SEUS BAIRROS

5.1 PERFIL TOPONOMÁSTICO DE SÃO LUÍS NO PERÍODO DE 1612-1712

São Luís é uma ilha cercada pelas águas de dois rios que desembocam na Baía de São Marcos, o Anil, que liga o Centro Histórico ao bairro do São Francisco (área Centro-Rio Anil), e o Bacanga, que liga o Centro à área Itaqui-Bacanga (área Centro Rio-Bacanga). No que tange aos topônimos surgidos no primeiro século da Cidade (1612-1712), podemos evidenciar, no diagrama abaixo, que, no universo de 81, foram encontrados 10 que se localizam nas três áreas citadas e também na antiga via conhecida como Caminho Grande, ou seja, na área Centro-Caminho Grande.

DIAGRAMA 01: Distribuição dos topônimos do período de 1612-1712.



Dessa forma, podemos perceber que os nomes dos bairros do período sincrônico, que vai da fundação de São Luís à primeira década do século XVIII, é composto de 10 topônimos caracterizados da seguinte forma: 01 Cardinotopônimo (Centro); 01 Geomorfotopônimo (Ponta d'Areia); 04 Etnotopônimos (Cutim Anil, Vila Bacanga, Turu, Camboa); 01 Cronotopônimo (Vinhais Velho); 02 Hagiotopônimos (Desterro, São Francisco) e 01 Dirrematopônimo de natureza mista (Outeiro da Cruz).

➤ O Cardinotopônimo **Centro** (cf. p. 214-215)

Quando os franceses, primeiros colonizadores, aportaram na capital do Maranhão, eles encontraram por aqui os verdadeiros donos destas terras, os índios. Em virtude de a terra já ser habitada, adotaram a denominação toponímica que era vigente, Upaon Açu, ou seja, Ilha Grande em Tupinambá. Com o domínio político da Capitania e, conseqüentemente, de seus habitantes, o nome original foi substituído para homenagear o Rei da França e de Navarra, Luís XIII. Destarte, o Cardinotopônimo Centro representa não só o local onde foi implantada e permaneceu a sede de São Luís, mas também a localidade que desempenhou importante papel econômico por caracterizar-se como porto fluvial e marítimo que desempenhou importante papel na produção e exportação de algodão e arroz do Brasil-Colônia do século XVII ao XIX.

O Centro, nesse caso, não foi habitado de forma aleatória, mas planejada, já que ficava entre dois rios e à beira da Baía de São Marcos. São Luís, então, era literalmente uma ilha servida de água doce e salgada. Dessa forma, depois de construído o *Fort Saint Louis*, como proteger a terra recém-conquistada de prováveis corsários? Expandindo o processo habitacional e protegendo a Capitania militarmente com a construção de fortalezas equipadas por fortes na entrada ou *pontas* da Grande Ilha.

No que se refere ao povoamento planejado de São Luís a partir do seu Centro, este começou, como já frisamos anteriormente, em duas frentes: pelo Largo do Carmo (atual Praça João Lisboa) seguindo pela Praia Grande para bairro do Desterro e também, a partir das pontas marítimas de terras ao atravessarmos o Rio Anil, ou seja, pelo atual bairro do São Francisco e, deste, pela praia da Ponta d'Areia.

➤ Os Hagiopônimos **Desterro** (cf. p. 216-218) e **São Francisco** (cf. p. 186-188)

Quando *Upaon Açu* foi conquistada e incorporada *definitivamente* ao domínio lusitano em 1615, depois de apossarem-se das terras, esses desbravadores, além de manter as melhorias já efetivadas pelos franceses, tiveram que adotar medidas administrativas para a organização de sua estadia e exploração da terra recém-possuída. Dentre as providências tomadas pelos portugueses, temos a vinda de missionários para evangelizar os nativos, o que culminou na implantação de freguesias e na construção de ermidas para manter os cultos e tradições religiosas dos colonizadores, culminando na

disseminação da religião Católica em São Luís, nesse momento representada pelos Hagiotopônimos Desterro, São Francisco e, principalmente, pelos bispos, que, a partir de suas freguesias, auxiliavam na administração político-religiosa da Colônia.

As freguesias (paróquias) agregavam não só a função de aculturar os índios, mas também a disseminação e implantação da Igreja Católica na terra conquistada. Dessa forma, além de manter os cultos e tradições religiosas dos colonizadores, o bispo diocesano, e abaixo dele os párocos (padres), tinham o poder de administrar as terras compreendidas pelas suas freguesias, poder esse agregado ao do Presidente da Província.

Grande tem sido, desde muitos anos, a luta e a confusão, já para se criarem freguesias e já para se traçarem e discriminarem os seus limites (...). Já vem de muito longe essa confusão, a pesar de, em 21. Jul.1772, Joaquim de Melo é Póvoas pedir a S.M. que determinasse que os distritos das vilas (...) fossem também os das freguesias, não só para evitar contestações, como também para melhor serviço da Igreja (MARQUES, 2008, p. 488).

Na Divisão da Província do Maranhão, além de figurarem 08 cidades e 20 vilas, havia também as 53 freguesias representadas na Divisão Eclesiástica do Estado. Dentre essas, as da Capital eram a de Nossa Senhora da Vitória (Centro); da Sé (Centro); de Nossa Senhora da Conceição (Caminho Grande); de São João Batista (Matriz do Centro); de São João Batista de Vinhais (Vinhais); de São Joaquim do Bacanga (Bacanga) e a de Santa Filomena (Cutim/Maiobinha).

É perceptível que o Centro agrupava um grande número das freguesias, mas onde começava e terminava o limite territorial de cada uma? E onde figuram os Hagiotopônimos Desterro e São Francisco? Para responder a esses questionamentos nos reportamos à Lei Provincial nº 402, de 27/08/1856, promulgada pelo Presidente da Assembleia Provincial do Maranhão, Barão do Coroatá, que estabelecia a divisão do território de São Luís em cinco Freguesias: (i) de Nossa Senhora da Vitória, que compreendia a parte leste do Centro, delimitada pela Rua do Ribeirão e a Rua do Sol; (ii) da Sé, também leste, que compreendia a Rua do Sol, do canto do Teatro Artur Azevedo até a Rua da Manga; (iii) de Nossa Senhora da Conceição, que compreendia a parte sul da Cidade, iniciando-se na Rua da Paz e percorrendo toda a extensão do

Caminho Grande até o rio Cutim; (iv) de São João Batista, ao norte, sendo a freguesia matriz do Centro e englobando as outras áreas da Cidade assim como seu subúrbio até o rio Cutim e (v) a Santa Filomena, que, na Lei Provincial nº 402, localizava-se na Maiobinha, mas na Lei Provincial nº 460, de 06/11/1857, sediava-se no Cutim.

Logo, pela descrição feita do território das cinco freguesias, o Bairro onde foi construída a primeira igreja de São Luís, a de Nossa Senhora do Desterro, protetora e padroeira dos imigrantes, pertencia ao domínio da Matriz, ou seja, da Freguesia da Sé. Já o bairro do São Francisco, além de pertencer à Sé, por estar, do outro lado da Ilha, separada desta pelo Anil, pertencia prioritariamente ao território da Freguesia de São João Batista de Vinhais (Vinhais).

Versa na história do Hagiotopônimo Desterro que este originou-se da construção de uma ermida dedicada a Nossa Senhora do Desterro, edificação que ainda hoje resiste ao tempo. A Praia do Desterro ou simplesmente Desterro, como é conhecido o bairro, faz parte do núcleo inicial da Cidade que é composto pela Praia Grande, que representava o centro comercial de São Luís e o Desterro, que abrigava as residências e o porto, por isso é permeado de becos, ladeiras, sobrados e solares de azulejaria portuguesa. Nesse caso, a ermida serviu não só para abrigar a imagem da santa dos católicos portugueses, mas também representava os sentimentos de esperança e desolação dos imigrantes diante de um novo chão.

Vale ressaltar que, no Brasil, a devoção à referida Santa deve-se principalmente ao período Colonial, “talvez pelo sentimento dos portugueses de encontrar na Virgem exilada o consolo que necessitavam para o seu próprio desterro” (ZANON, 2008, p. 101). Esse apego aos santos do hagiológico romano também está presente na devoção a São Francisco, Hagiotopônimo que serviu para nomear a Fortaleza, construída na Ponta de São Francisco em 1615, para auxiliar na defesa da Capitania juntamente com outras fortalezas, como é o caso da Fortaleza e do Farol da Barra de Santo Antônio, o atual Geomorfotopônimo Ponta d’Areia.

No que diz respeito às sucessivas alterações toponímicas dos Hagiotopônimos Desterro e São Francisco, frisamos que a atual denominação de ambos ainda conserva a motivação religiosa. Desterro, por exemplo, nasceu como Praia das Mercês (Praia onde se situava a Igreja e o Convento de Nossa Senhora das Mercês), depois, por causa do

nome de santo, passou a chamar-se Praia da Igreja São José do Desterro, suprimindo-se o *qualificativo* de santo e a denominação de igreja, já que deixava de sê-lo para obter o *status* de bairro, passa, então, a denominar-se Praia do Desterro ou simplesmente Desterro. Processo semelhante ocorreu com o São Francisco que foi Forte do Sardinha, para homenagear o diretor responsável pelas obras da guarnição, denominação alterada para Forte/Fortaleza de São Francisco em virtude da devoção do Capitão-Geral da Província, Bernardo Pereira de Berredo, a esse santo. Tendo sido desativado o Forte e a Fortaleza, permaneceu somente a homenagem a São Francisco. Portanto, as ATs tanto do Desterro quanto do São Francisco não mudaram em nada a motivação toponímica dos nomeadores originais: continuar cultuando os santos da Pátria Natal, Portugal.

Em síntese, os dois Hagiotopônimos, Desterro e São Francisco simbolizam e homenageiam não só a religião Católica, mas o sentimento de consolação dos imigrantes *desterrados* diante da nova morada que também deveria ser protegida. Essas funções de auxílio e defesa caberiam à santa para a qual oravam os europeus no Centro da Capitania (Nossa Senhora do Desterro) e ao santo que protegia uma das entradas da Grande Ilha, São Francisco.

➤ O Geomorfotopônimo **Ponta d'Areia** (cf. p. 184-185)

Já dissemos anteriormente que o povoamento marítimo de São Luís começou nas primeiras décadas do século XVII (08/09/1612) como propósito expansionista dos franceses em fundar a França Equinocial no Meio-Norte brasileiro. Dessa forma, o processo habitacional maranhense iniciou-se a partir da Baía de São Marcos, local composto pelas embocaduras dos Rios Bacanga e Anil e que era propício à instalação de fortes e fortalezas para a orientação marítima e defesa militar da Capitania. Os fortes e fortalezas da recém-conquistada São Luís vão ser memorizados pelo Hagiotopônimo São Francisco, do qual já nos ocupamos acima, pelo Hagiotopônimo São Marcos e pelo Dirrematopônimo Ponta do Farol, pertencentes ao período sincrônico compreendido entre 1713 e 1812 e, principalmente, pelo Geomorfotopônimo Ponta d'Areia.

A Praia da Ponta d'Areia começou a ser habitada no século XVII, 1689, e tem sua história atrelada à construção da Fortaleza e do Farol da Barra de Santo Antônio, edificações estratégicas de defesa e proteção da Província de São Luís. A fortaleza, em si, não prosperou por vários motivos: construção em lugar inadequado,

bombardeamento de sua estrutura e precário estado de conservação; mesmo assim, o farol serviu de orientação a marinheiros e pescadores que se acercavam de São Luís. Mas o grande mérito do Geomorfotopônimo Ponta d'Areia, assim como do Hagiopônimo São Francisco, foi ter possibilitado moradia a militares e a habitantes de São Luís que necessitavam de banho salgado por medidas profiláticas.

Segundo Marques (1870, p. 283), a primeira notícia que temos da Ponta d'Areia data de 18/02/1689, momento em que o lugar era nomeado pelo topônimo Fortaleza da Ponta de João Dias, alterado em 1755 para Fortaleza da Barra de Santo Antônio, e em 1822, com a construção do farol, para Farol da Barra ou da Ponta da Areia, topônimo atual que corresponde, literalmente, a uma ponta de areia à beira do mar da Baía de São Marcos.

Mesmo que as sucessivas alterações toponímicas tenham se perdido nos 401 anos de história de São Luís, mesmo que não haja mais a Fortaleza protegendo o Forte, o bairro da Praia da Ponta d'Areia justifica seu nome atualmente e é um dos mais privilegiados locais de especulação imobiliária para a construção de condomínios de luxo, de alto padrão social, distanciando-se completamente da original povoação de pescadores ou das *aldeias* dos silvícolas que habitavam este litoral, aqui representados pelos Etnotopônimos Camboa, Vila Bacanga, Cutim Anil e Turu.

- Os Etnotopônimos **Cutim Anil** (cf. p. 290-291), **Turu** (cf. p. 203-206), **Camboa** (cf. p. 221-225) e **Vila Bacanga** (cf. p. 313-317)

Os Etnotopônimos encontrados no período de 1612 a 1712 representam as etnias que já habitavam estas terras, assim, os topônimos Cutim Anil, Turu, Camboa e Vila Bacanga vão regatar não só a lembrança dos índios que aqui viveram, mas seus hábitos de pesca, ainda vigentes, (Camboa), a hidrografia, presente nas denominações de rios importantes para a sobrevivência dos habitantes da Grande Ilha (Bacanga, Cutim e Anil), a fauna, representada por um tipo de inseto encontrado em determinadas regiões da Ilha (Turu).

A herança toponímica de origem indígena em 05 Topônimos, 04 Etnotopônimos e 01 Cronotopônimo (Vinhais Velho) se justifica porque, quando São Luís começou a ser povoada, os desbravadores franceses travaram contato com os indígenas

principalmente para obter mão-de-obra e aculturá-los. Desse contato nada amistoso é que conhecemos os nomes de algumas aldeias que deram origem a alguns bairros ludovicenses. Segundo Marques (2008, p. 104), no início da colonização, os franceses encontraram, no território de São Luís, 27 aldeias Tupinambás situadas em lugares ainda hoje conhecidos com topônimos indígenas originais ou com formas afrancesadas, aporuguesadas ou alteradas toponimicamente.

Dentre as aldeias elencadas por Marques (2008, 104) e acrescentadas por Meireles (1980, p. 49-50), destacaremos somente aquelas cujos topônimos⁴⁷ são reconhecidamente pertencentes ao território de São Luís e que podemos resgatar neste trabalho: *Coep* (Cutim), *Eussaouap/Uçaguaba* (Vinhais), *Gapara*⁴⁸ (*Gapara*), *Ianouarem* (Jaguarema), *Itapary* (Forte/Fortaleza de Itapari ou do município de São José de Ribamar), *Iuniparan* (Jeniparana), *Maecan* (Bacanga), *Oury-Ouiisson-Eupê/Mayoüe* (Maioba) e *Toroeupe/Torooup* (Turu). Desses étimos temos a presença do nome original da Praia do Olho d'água no topônimo Jaguarema, do nome de um rio da área da Maioba em Jeniparana e do nome de um bairro da área Itaquí Bacanga, Gapara.

No que se refere ao Etnotopônimo Turu, vale a ressalva de que na região em que os bairros herdaram essa denominação (Turu, Residencial Primavera Turu, Conjunto Habitacional Turu, Vivendas do Turu, Planalto Turu II, e Ipem Turu) não encontramos os tipos de moluscos descritos por Bordoni (s/d, p. 690) e Cunha (1989, p. 300) que elencam turu como um étimo Tupi correspondente a um molusco típico de mangues, mas a apresentada por Marques (2009, p. 104): *Toroeupe* ou *Torooup*, que designa lagartas com abundantes, longos e finíssimos pelos urticantes que queimam a pele ao menor contato por causa da toxina que expelem para se defenderem de seus predadores, nesse caso, turu corresponde às lagartas conhecidas como taturanas, lagarta-cabeluda, lagarta-de-fogo, lagarta-urticante ou suçarana.

A tese que defendemos é a de que o Etnotopônimo Turu resgata não o molusco de mangues, mas a lagarta-de-fogo, conhecida pelos maranhenses, pelos ludovicenses e pelos moradores do Turu como sendo um inseto típico da mata fechada que originou os bairros do Turu, informação confirmada por RMJ (19/07/2013), uma das primeiras

⁴⁷ Figuram entre parênteses os topônimos atuais e fora deles os afrancesados, ou seja, os de uso corrente.

⁴⁸ Gapara, Jaguarema e Jeniparana não figuram como objeto de nosso estudo, os citamos aqui e nas fichas dos bairros do Bacanga, Maioba e Olho d'água porque figuram na Microtoponímia ludovicense como nomes de aldeias com forte ligação com os referidos bairros.

moradoras do Conjunto habitacional Turu, ao se referir à flora e fauna na localidade da década de 1970, momento em que o Conjunto Habitacional Turu foi entregue.

Aqui em frente da minha casa era só mato alto. Quando eu me mudei prá cá, São Luís se resumia até o Anil, de lá prá cá era tudo mato alto. Creio que, por ser esse tipo de vegetação ai existia muita espécie de bichos (...). Meus parentes de Brasília me perguntam por que turu, turu eu conheço como um inseto, aquela lagarta que queima a pele da gente quando pegamos nela, um inseto, né? Devia ter muita aqui prá ter dado nome a todos esses bairros! (RMJ, 19/07/2013).

Além dos esclarecimentos sobre a etimologia do topônimo turu, devemos frisar que não encontramos mais nenhum resquício literário, além do de Marques (2008, 104) e do de Meireles (1980, p. 49-50), das condições de aldeia tanto do Turu quanto do Cutim Anil e da Vila Bacanga. No que se refere ao Cutim e ao Turu, por exemplo, essas aldeias foram visitadas pelo Comandante francês François de Razilly em 1612 na oportunidade em que este e sua comitiva estavam reconhecendo o território e travando contato com seus habitantes, conforme evidenciamos no capítulo Processo habitacional ludovicense de 1612 a 2012.

O Etnotopônimo Cutim Anil foi importante no cenário São Luís do século XVII por vários motivos, dentre os quais, destacamos que: o lugar tanto pertenceu aos domínios da Freguesia de Santa Filomena quanto a sediou; foi considerado importante via de acesso do Caminho Grande ao Anil e deste ao Vinhais e outros *lugares* vizinhos como o Outeiro da Cruz; foi sede de uma escola de agricultura da Capital e um dos mais importantes afluentes do Rio Anil. O Cutim Anil só perde sua hegemonia quando o Governador da Província, Pedro César de Meneses, manda instalar nas margens desse rio uma fábrica de anil em 1893, o que possibilitou ao Anil adquirir *status* de Vila e distrito, nesse caso, segundo o Decreto Municipal nº 57 (DIÁRIO OFICIAL DO MARANHÃO, 02/01/1933), os lugares Grande Cutim e Alto do Cutim vão figurar como terras sob a jurisdição do Anil, 1ª Zona de Fiscalização do Interior da Ilha.

Mesmo o Cutim Anil tendo perdido espaço socioeconômico para o Anil ele manteve sua motivação toponímica original. Das cinco ATs que sofreu à atual (Aldeia *Coep*, Regato do Cutim, Rio Cutim, Lugar do Cutim e Freguesia de Santa Filomena do Cutim), não deixou de resgatar a etnia indígena que representa a Aldeia *Coep*. Mas é

interessante ressaltarmos que isso só foi possível através do viés topográfico (hidrografia) e não social (aldeamento), pois houve uma ressignificação semântica para o Etnotopônimo; logo, a partir da etimologia, Cutim Anil significa literalmente *o rio do rio Anil*, isto é, o rio que desagua no Anil e não uma aldeia do Anil. Nesse caso, houve a alteração da motivação toponímica antropocultural para a física.

No que diz respeito ao nome da aldeia *Maecan*, mesmo que o topônimo só exista explicitamente na denominação de um bairro, Vila Bacanga, o étimo Bacanga figura no cenário maranhense como nome: de um dos Rios que desagua na Baía de São Marcos; da Freguesia de São Joaquim do Bacanga; da área onde está situado o Polo industrial de São Luís; do Parque Estadual do Bacanga e do Parque Ambiental e Recreativo do Itaqui/Bacanga.

Como já dissemos anteriormente, o Etnotopônimo Vila Bacanga nasceu como a denominação de aldeia de *Maecan*, mas, a partir da catequização do indígena, foram implantadas, na Capitania, as Freguesias, nesse caso, cai em desuso o qualificativo de aldeia em detrimento da adoção da denominação Freguesia de São Joaquim do Bacanga. Mas não podemos esquecer que este último topônimo também sofrerá alteração para Vila Bacanga, em virtude do Ato Régio de 07/06/1755 que libertava temporariamente os índios do domínio dos jesuítas.

Dessa forma, em seu surgimento, o Etnotopônimo Vila Bacanga, originalmente e literalmente, vai significar uma povoação de categoria inferior a uma cidade, mas superior a uma aldeia, fato que não acontece com os topônimos mais modernos que surgiram a partir do século XIX, que se referem a povoações que ficam fora do centro da cidade e que surgiram de forma espontânea ou de posse irregular, pejorativamente, *invasão*. Na área Itaqui-Bacanga, onde se situa a Vila Bacanga, por exemplo, há 09 bairros que adotaram o qualificativo moderno de vila: Vila Ariri, Vila Bacanga, Vila Conceição, Vila Dom Luís, Vila Embratel, Vila Isabel, Vila Maranhão, Vila Nova e Vila São Luís.

Mesmo tendo havido duas ATs (Aldeia de *Maecan* e Freguesia de São Joaquim do Bacanga), no caso de Vila Bacanga, não houve alteração da motivação toponímica nem física e nem antropocultural, mas o acréscimo de um termo genérico que reforçou ainda mais o caráter social do Etnotopônimo que nasceu como aldeia, passou a freguesia

e, depois, emprestou seu nome ao rio. É importante destacar também que tanto *Maecan* quanto *Ibacanga/ybácanga* foram termos aportuguesados que originaram o topônimo atual Bacanga. Será que com o Enotopônimo Camboa aconteceu o mesmo processo toponímico?

Ao contrário do que aconteceu com o Cutim Anil, Turu e Vila Bacanga, a Camboa não figurou como uma das 27 aldeias listadas por Marques (2008, 104), Meireles (1980, p. 49-50) e tampouco é evidente a sua característica etnotoponímica na história de São Luís por razões conhecidas após dissolvermos o equívoco de que o topônimo originou-se do nome da Fábrica de Fiação e Tecidos Camboa S.A. O lugar foi que nomeou a fábrica e não o contrário. Quando o estabelecimento foi implantado, a localidade já existia, não mais com o qualificativo de aldeia ou comunidade de pescadores, mas como Vila Proletariada.

Por ser um dos 11 bairros que integram o Centro Histórico da Capital, a Camboa não foi aldeada quando os desbravadores aportaram em São Luís porque eles desembarcaram na localidade onde já havia índios morando. O que aconteceu foi que, de imediato, os franceses tiveram contato com os indígenas, que inclusive trabalharam *cortesmente* na construção do *Fort Saint Louis* e da cidade em si, como atesta D'Evreux (2002, p. 73-74), quando afirma que “apenas chegavam estes selvagens, entregavam-se ao trabalho com incompatível dedicação acompanhados das mulheres e filhinhos (...)”.

Etimologicamente, camboa/cambôa, gamboa/gambôa, significa cercado de tranqueiras ou fecho de paus e cipós, ou seja, armadilha para pegar peixe ou técnica muito usada pelos tupinambás para pescar, que foi herdada pelo maranhense, como podemos atestar na descrição de Cunha (1989, p. 90), quando define câmbua/gamboa como “lago artificial a beira-mar, cercado por uma estacada de paus e pedras, onde, na maré cheia, entra o peixe miúdo, o qual na maré baixa, fica aprisionado e é recolhido”. Especificamente em São Luís, esse costume dos índios foi memorizado no Enotopônimo Camboa, bairro situado à margem esquerda do Rio Anil onde foi construída a Fábrica de Fiação e Tecidos Camboa S.A. Com o crescimento demográfico nas cercanias das fábricas e, conseqüentemente, em São Luís, tivemos os chamados núcleos de população proletariada, os cortiços ou as vilas operárias e não a criação de novos bairros, isso aconteceu, por exemplo, com o Anil (Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil), Madre Deus (Companhia de Fiação e Tecidos de Cânhamo) e

com a aldeia de pescadores da Cambôa do Mato. A fábrica só agregou a seu nome a denominação da localidade que já existia e não o contrário.

Em síntese, mesmo com duas ATs no Etnotopônimo Camboa (supressão do acento circunflexo e do qualificativo *do Mato*), o étimo resgata a presença dos hábitos de pesca dos tupinambás, índios que viveram também na área do Centro da Capital do Maranhão, comprovando, dessa forma, a forte influência indígena na Microtoponímia ludovicense nos primeiros 100 anos de São Luís. Portanto, em Camboa, não houve alteração da motivação toponímica nem física e nem antropocultural.

➤ O Cronotopônimo **Vinhais Velho** (cf. p. 194-196)

O Cronotopônimo Vinhais Velho, na sua gênese, passou pelos mesmos processos toponímicos do Cutim Anil, do Turu e da Vila Bacanga, ou seja, originou-se de uma das 27 aldeias encontradas aqui pelos franceses e portugueses, neste caso, a Aldeia de *Eussauap*, posteriormente, sofre AT para Aldeia da Doutrina e depois para Aldeia de São João dos Poções, por causa da presença de missionários jesuítas, que permaneceram na localidade até 1755 em virtude do Ato Régio que libertava temporariamente os índios dos domínios dos jesuítas. Por isso é que o Cronotopônimo vai sofrer duas outras ATs: Vila Uçaguaba e Vila dos Vinhais, sendo esta última nomeação a que permaneceu na Microtoponímia ludovicense, não resgatando a etnia indígena, mas a portuguesa, já que pode se referir tanto à região quanto aos vinhedos/vinhas (vinhal) dos portugueses ou dos Frades da Ordem de Santo Antônio, que deram à localidade a denominação de Aldeia de São João dos Poções.

Como podemos perceber, a forte presença tanto dos portugueses quanto da religião Católica na região do Cronotopônimo Vinhais Velho fez com este perdesse completamente sua referência toponímica de origem indígena e adquirisse a de natureza coronímica, ou seja, deixou de nomear os índios e passou a nomear a terra dos missionários que catequizaram nas aldeias. É bem evidente que a AT foi imposta pelo nomeador que considerou não o nativo da terra recém-conquistada, mas a homenagem às peculiaridades (região dos vinhais, religião) da Terra Natal do desbravador, Portugal.

Outro fator importante que merece ser frisado é a transformação do Cronotopônimo em uma freguesia, o que lhe deu mais autonomia e destaque na Capital,

a ponto de ter sido um dos Distritos da Província. Com o *status* de freguesia, o Vinhais Velho teve duas denominação toponímicas: Freguesia do Vinhais e Freguesia de São João Batista dos Vinhais e, com a destituição das freguesias, permaneceu somente o designativo coronímico *vinhais* (forma pluralizada de *vinhal*, usada no singular pelos ludovicenses) que, por sua vez será qualificado com o adjetivo *velho* para lembrar que o Vinhais Velho foi o primeiro bairro surgido de uma série de 12 outros novos bairros: Vinhais I, Vinhais II, Vinhais III, Vinhais IV, Vinhais V, Vinhais VI, Recanto dos Vinhais, Loteamento Vinhais, Residencial Vinhais III, Residencial Planalto Vinhais I, Residencial Planalto Vinhais II e Conjunto Habitacional Vinhais.

Em síntese, com o Cronotopônimo Vinhais Velho, afirmamos que (i) não houve a alteração da motivação toponímica física para a antropocultural, mas sim a adoção de um termo coronímico (Vinhais) que ocasionou a perda, na memória ludovicense, do significado original do ex-etnotopônimo, fenômeno também ocorrido com o Etnotopônimo Camboa e, (ii) a adoção e a manutenção de um substantivo pluralizado, (*vinhais/vinhal*) com valor de singular só foi possível porque, no momento de sua institucionalização, um topônimo, enquanto signo da língua, mantém integrados todos os elementos que constituem sua estrutura e seu significado, tornando-se um signo cristalizado ou fossilizado, portanto, Vinhais é um terno fóssil ou uma nova palavra.

O Cronotopônimo Vinhais Velho representa, então, outra forma de refletirmos sobre as construções, morfológicas, fonético-fonológicas, sintáticas, estilísticas e semânticas que norteiam esse signo da língua que passa a guardar em si não só a significação original, mas primordialmente a nomeação de outro lugar, em outro contexto.

➤ O Dirrematopônimo **Outeiro da Cruz** (cf. p. 276-277)

Para respondermos satisfatoriamente ao questionamento acima, temos que explicar os dois elementos que compõem o enunciado linguístico de Outeiro da Cruz, isto é, esse Dirrematopônimo é composto pela palavra *oiteiro*, que significa pequena elevação de terreno, planalto, colina, monte e *cruz*, símbolo máximo do Cristianismo. Nesse caso, o bairro Outeiro da Cruz vai se referir à atual localidade onde os portugueses derrotaram os holandeses, em uma das muitas batalhas de expulsão destes, em 1642.

Além dos franceses, São Luís já foi dominada também pelos holandeses antes de ser domínio de Portugal por três longos séculos. Conta a História oficial do Maranhão que, a mando de Maurício de Nassau, os holandeses ocuparam São Luís de 1641 a 1644. Quando chegaram à Ilha, saquearam a igreja do Desterro, tomaram todos os mantimentos e fundos monetários que encontraram, imprimiram terror na população, enforcaram e *degredaram* os revoltosos, tomaram a Vila de Tapuitapera (atual município de Alcântara) e os cinco engenhos açucareiros da Ribeira do Itapecuru (atual município de Itapecuru), mas foram expulsos no levante chefiado pelo grupo de militares portugueses composto pelo capitão-mor Antônio Muniz Barreiros Filho, pelo Sargento-mor Antonio Teixeira de Melo, pelo Capitão Paulo Soares de Avelar e pelos chefes indígenas Henrique Albuquerque e Joacaba Mitagaí.

Como a batalha resultou na aniquilação quase completa dos soldados das tropas holandesas, pois só restaram seis soldados, os portugueses fincaram uma cruz bem tosca na localidade para lembrar as vidas ali perdidas. Esse local onde alçaram a cruz ainda existe, resistiu às intempéries do tempo. Quem passa pelo Outeiro da Cruz, além de ver duas placas que sinalizam o monumento histórico, pode observar também uma cruz elevada numa simbólica meseta de pedras onde consta a seguinte afirmação gravada em pedra de mármore: “a tradição popular consagrou este monumento à memória dos bravos que, ao mando de Moniz Barreiros e Texeira de Mello expulsaram os holandeses da Capitania, 30 IX-1642”.

Em síntese, com Dirrematopônimo Outeiro da Cruz, podemos afirmar que não houve alteração da motivação toponímica original, isso significa que o topônimo originou-se de um costume, ainda vigente, de fincar cruzes em lugares onde tivemos alguma morte; neste caso específico, os portugueses erigiram uma cruz numa colina onde houve uma sangrenta batalha entre eles e os invasores de São Luís, para lembrar e encomendar os mortos a Cristo. Outro fator interessante sobre o Dirrematopônimo diz respeito à grafia oficial e original *outeiro* e não *oiteiro*, como é popularmente usado o nome do bairro. Mesmo que os dois termos se equivalham, talvez por tradição e/ou economia, e facilidade de pronuncia, *outeiro* caiu em desuso na coloquialidade. Dessa forma, o Dirrematopônimo misto Outeiro da Cruz tanto agrega a natureza antropocultural, resgatada por um símbolo (cruz) e costumes dos Cristãos europeus e

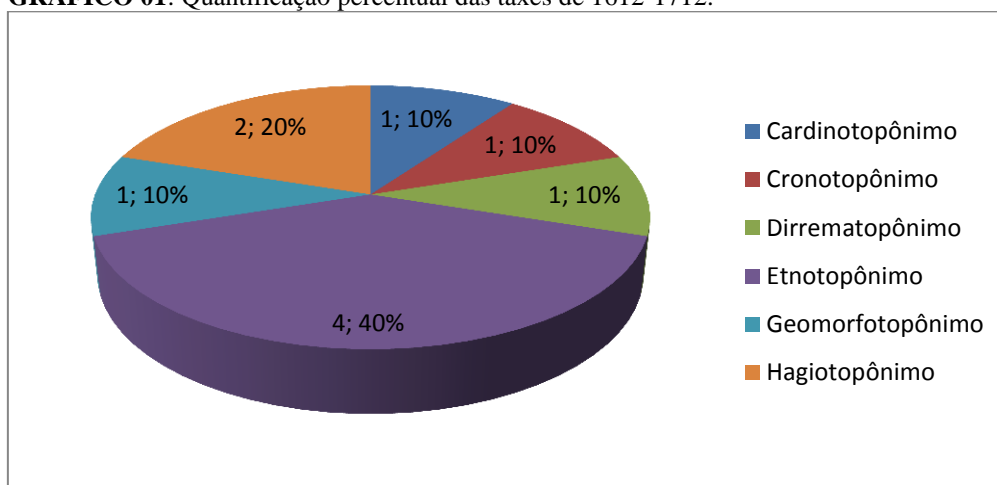
brasileiros quanto ressalta um aspecto físico da topografia maranhense (outeiro), o alto relevo ou colina onde vemos boa parte dos bairros de São Luís.

As conclusões a que chegamos

A partir da análise pormenorizada dos 10 topônimos que figuram no primeiro século de existência de São Luís, encontramos 02 de natureza física e 08 de natureza antropocultural. Isso evidencia que o nomeador memorizou em 30% a presença dos elementos que se referem aos aspectos naturais da terra conquistada (posição e forma do terreno para construção de fortes: Ponta d'Areia, Centro) e em 70% dos nomes de lugares aspectos sociais como: (i) implantação e manutenção da religião Católica representada pelos nomes de santos do hagiológico romano (São Francisco, Desterro); (ii) a importante influência da etnia indígena nativa presente nos seus hábitos de pesca (Camboa), na sua fauna (Turu) e na hidrografia (Cutim Anil, Vila Bacanga); (iii) a posse definitiva do lusitano da Ilha de Upaon-Açu, simbolizada pelo memorial de expulsão dos holandeses (Outeiro da Cruz) e, também, a saudade da Terra Natal, homenageada com a memorização de uma de suas regiões ou aspectos (Vinhais Velho).

A porcentagem dos 06 topônimos de natureza antropocultural (Etnotopônimos, Hagiotopônimos), dos 03 de natureza física (Cardinotopônimo, Geomorfotopônimo, Cronotopônimo) e 01 de natureza mista (Dirrematopônimo), presentes no período sincrônico de 1612-1712, encontra-se no gráfico que segue.

GRÁFICO 01: Quantificação percentual das taxes de 1612-1712.

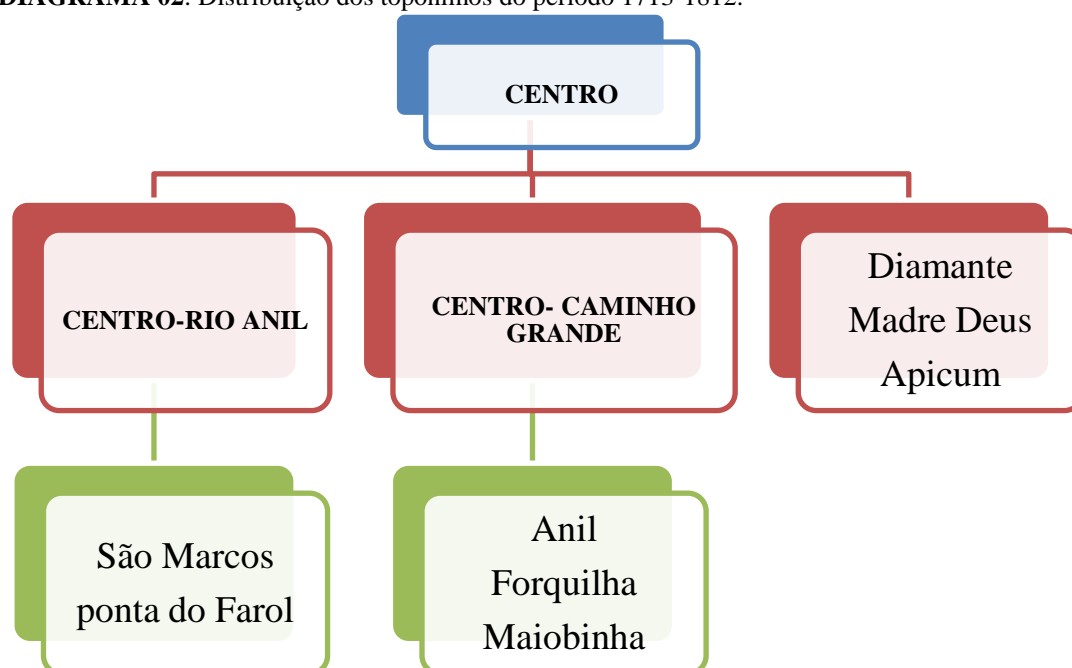


5.2 PERFIL TOPONOMÁSTICO DE SÃO LUÍS NO PERÍODO DE 1713-1812

A partir da análise do período sincrônico que compreende o primeiro século de ocupação de São Luís, pudemos perceber que a tendência toponímica correspondente a 1612-1712 denuncia as estratégias militares e econômicas dos europeus de explorar novos territórios além-mar, a partir das grandes navegações, e que tanto os franceses quanto os portugueses aculturaram os índios, principalmente, para ter mão-de-obra gratuita e acesso facilitado às riquezas da Terra recém-conquistada. Por isso é que os 10 topônimos do período de 1612 a 1712 se referem à ocupação planejada de Upaon-Açu e também à etnia que a ocupava no momento da invasão dos franceses e, posteriormente, dos portugueses e holandeses.

O período sincrônico de 1713 a 1812 também vai enunciar essa ocupação estratégica da Grande Ilha, mas também vai mostrar como o referido território foi expandindo-se a partir de três áreas topográficas: Centro, representado pelo Litotopônimo Diamante, pelo Hagiotopônimo Madre Deus e pelo Etnotopônimo Apicum; Centro-Rio Anil, representado pelo Hagiotopônimo São Marcos e pelo Dirrematopônimo Ponta do Farol, e Centro-Caminho Grande, representado pelo Hidrotopônimo Anil, pelo Hodotopônimo Forquilha e pelo Etnotopônimo Maiobinha. No diagrama abaixo, podemos evidenciar como essa parcela de 08 topônimos, do universo de 81, encontra-se organizada nas três referidas áreas toponímicas.

DIAGRAMA 02: Distribuição dos topônimos do período 1713-1812.



- Os Hagiopônimos **Madre Deus** (cf. p. 228-230) e **São Marcos** (cf. p. 191-193)

Os Hagiopônimos Madre Deus e São Marcos, assim como o Desterro e o São Francisco, vão servir para manter, em São Luís, os nomes de santos que os portugueses cultivavam na sua Terra Natal e que agora os acompanhavam numa terra onde eles teriam que recomeçar a vida, implantar seus hábitos e guardar sua cultura, reafirmando ainda mais a hegemonia da religião Católica não só na Grande Ilha, mas no Estado e no País.

O Hagiopônimo Madre Deus, da mesma forma que o Desterro, surgiu no Centro Histórico de São Luís a partir da imagem da santa homônima que foi trazida de Portugal pelo Capitão-Mor Manuel da Silva Serrão e pela esposa dele. Esse casal, acompanhado de moradores locais, oravam à Santa Mãe de Cristo no Sítio da Roça, propriedade de Serrão; este, por sua vez tomou a iniciativa de construir uma ermida para abrigar a imagem de Nossa Senhora da Madre Deus em 04/10/1713. Posteriormente, a capela passou ao domínio dos padres jesuítas que a transformaram em seminário. Com a expulsão desses religiosos da Capitania, o governador Joaquim de Melo Póvoas transforma o estabelecimento em colégio destinado à educação da nobreza de São Luís e do Piauí.

Essa larga tradição religiosa da Madre Deus como igreja, seminário e colégio comprova que, além do Desterro, o Centro já contava com outras igrejas e estabelecimentos encarregados de cultivar o Catolicismo, presente também no Hagiopônimo São Marcos que, ao contrário da Madre Deus, não teve a função de oratório, mas a de posto de defesa da Capital São Luís, ou seja, foi Fortaleza e Farol de São Marcos, local de onde os desbravadores poderiam (ainda podemos!) apreciar toda a Baía de São Marcos o que possibilitava ver tropas inimigas e prováveis invasoras ou orientar os marinheiros para que não encalhassem suas embarcações no Parcel de Manuel Luís.

O Hagiopônimo São Marcos, nesse caso, recebeu essa denominação toponímica dos padres da Companhia de Jesus que aí levantaram uma ermida sob a invocação do referido evangelista. É interessante frisar que tanto o Forte quanto a Fortaleza herdaram a mesma denominação e que foram mantidas mesmo com a

expulsão dos jesuítas porque homenageavam não um santo evangelista em particular, de um grupo de simpatizante, mas o discípulo e intérprete de Pedro presente no hagiológico romano, fato percebido também na denominação da Madre Deus que homenageia a Mãe de Cristo, Maria, senhora da Igreja Católica Apostólica e Romana.

É interessante frisarmos também que tanto o Hagiotopônimo São Marcos quanto o Madre Deus sofreram ATs. No caso de São Marcos, ao perder a função de ponto estratégico militar, perde junto os qualificativos que indicavam essa função (forte e fortaleza), restando, dessa forma, somente a motivação do denominador em homenagear ou recordar o Evangelista Marcos. No que se refere à Madre Deus, também houve a perda de elementos toponímicos constitutivos, mais necessariamente os qualificativos de *ponta* (cabeceira de Santo Amaro) e *sítio* (da Roça). O que subjaz a este último qualificativo é a sua função de sediar a ermida dedicada à Santa Mãe de Deus e não o sítio do Capitão-Mor Manuel da Silva Serrão, por isso foi substituída para Madre Deus. Esse processo das ATs de São Marcos e Madre Deus não verificamos nem em Apicum e nem em Maiobinha, Etnotopônimos que se mantiveram íntegros etimológica e ortograficamente.

➤ O Hidrotopônimo **Anil** (cf. p. 293-297)

Anil é o nome do rio que nasce no leste de São Luís, desagua no Bacanga e banha a Ilha ao sul na Baía de São Marcos. Etimologicamente, remete à denominação da planta cultivada pelos índios que os invasores do Maranhão encontraram nessas terras, a científica *Indigofera tinctoria*. Desse vegetal era extraída uma substância de cor azul utilizada como corante de roupas e tecidos pelos habitantes de Upaon-Açu.

As etnias que habitavam São Luís, na época da colonização, tinham o hábito de macerar as folhas do anil para retirar sua substância azul nas margens de rios, daí resultou a denominação de um dos rios mais importantes da Capital, o Anil, também conhecido como Rio Azul. Ressaltamos também que, ainda hoje o anil é utilizado artesanalmente na coloração de roupas e tecidos, pois, algumas pessoas têm o hábito de *botar a roupa para quarar no anil*, isto é, dissolvem uma pedrinha de anil em uma porção de água, colocam roupa branca dentro e expõem ao sol para realçar o tom branco da roupa ou para que os tecidos fiquem com a tonalidade azulada.

Morar perto de rio é propício porque, além de usar a água em proveito particular, as pessoas podem desenvolver atividades econômicas como a agricultura e instalação de fábricas ou indústrias, foi o que propiciou o Rio Anil aos povoadores de nossas terras no início do século XVII, época em que esse lugar passou a ser explorado pelos colonizadores da Ilha de São Luís. A exemplo dessa atividade econômica, em 14/05/1728 Pedro Miguel pediu licença ao rei de Portugal para instalar uma fábrica de beneficiamento do anil em São Luís, não levando o projeto adiante, foi substituído por seu filho, José Miguel Aires, que, pelo Alvará de 01/04/1729 foi autorizado a montar a referida fábrica desde que o fizesse no prazo de 24 meses.

Foi sob o governo de Pedro César de Meneses (1671-1678) que se concretizou a fundação de uma fábrica de anil às margens do Cutim, em São Luís. Para a instalação desse estabelecimento, trouxeram de Portugal “um operário anileiro e mandaram buscar cinquenta negros em Angola. Não obstante fosse boa a produção, foi pequena, por motivo das chuvas, e o Governador, transferindo-se para Belém, vendeu o estabelecimento” (MEIRELES, 1980, p. 132). O anil produzido por José Miguel Aires foi exportado para Lisboa, teve boa aceitação e foi requisitada maior produção e qualidade deste. Segundo Marques (1870, p. 83), em 1762, “exportaram-se 42 libras e à vista delas mandou o Ministério que se fizessem grandes plantações, o que se cumpriu, havendo uma nas imediações do Rio Anil e outra em São João de Côrtes”. A fábrica para a preparação do anil, apesar de conseguiu manter o padrão de qualidade europeu exigido, não preparava a quantidade que justificasse o investimento Del-Rei, por isso foi destituída em 24/12/1771.

Além da fábrica de anil, houve duas tentativas de implantação de uma Companhia de abastecimento de água no Anil. A Lei Provincial n° 287, de 04/12/1850 autorizava o Presidente da Província de São Luís, Antônio Cândido da Cunha Machado, a abastecer a Capital com águas do Rio Anil, este por sua vez, assinou contrato para tal fim com o Tenente-coronel Raimundo de Brito Gomes, que não cumpriu as cláusulas do acordo, sendo a empresa embargada pelo então Presidente da Província, Antônio Manuel de Campos Melo em 22//12/1862. Segundo Marques (1870, p. 83), nova tentativa foi feita em 28/10/1867 pelo Presidente da Província Franklin Américo de Meneses Dória, mas sem êxito, pois este obrigava o empresário John a implantar a Empresa de Abastecimento em dez meses, o que não foi cumprido.

Na jurisdição do Capitão da *Companhia Geral do Comércio do Maranhão e Grão-Pará*, o Tenente-coronel José de Carvalho, instalou, em 1766, nas margens do Rio Anil, uma fábrica de socar arroz, da qual, segundo Marques (1870, p. 83), não resta nenhum vestígio atualmente. No ano de 1893 houve a implantação da Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil (atual Colégio Cintra). Esse marco trouxe inúmeros benefícios para a localidade, dentre eles podemos elencar a implantação de linha de bonde que ligavam o Distrito do Anil ao Centro da Ilha; a criação de vilas de operários na localidade ou em sua cercania; a valorização de propriedades como sítios, chácaras e vivendas de famílias abastadas de São Luís; a geração de emprego e uma expectativa financeira atrativa que impulsionou a economia do Distrito do Anil e da Capital.

Depois da implantação da fábrica, em 1893, o local ficou conhecido como Vila do Anil pela Lei Provincial n.º.867 de 05/04/1919. Em 28/12/1932 o local passava ser sede da 1ª Zona de Fiscalização do Interior da Ilha, criada pelo Decreto Municipal n.º 57, publicado no Diário Oficial do Maranhão de 02/01/1933. A Lei Municipal n.º 111, de 20/05/1949, (DIÁRIO OFICIAL DO MARANHÃO, ano XLIV, n.º 117, 24/05/1949) do prefeito Antonio E. Costa Rodrigues que determinava os perímetros das Zonas Urbanas e Suburbanas de São Luís, denominava o Anil como Distrito Administrativo que compreendia tanto uma zona urbana quanto uma suburbana. Tal importância não se aplicava somente ao âmbito distrital, mas ao social, já que abrigava a elite ludovicense que passava temporada em casas de veraneio, sítios ou chácaras e que desfrutavam dos clubes sociais.

Como o Anil já foi um local servido por muitos grupos escolares, educandários (Preventório Santo Antonio, Lar de José), cinemas (Rialto, Anil), clubes (Grêmio Recreativo Litero Português e o Jaguarema) praças, igrejas, convento (Santa Cruz), portos, agência de Prefeitura, posto fiscal, estradas pavimentadas, linha de bondes, ônibus e de um comércio atrativo, “essa infraestrutura colocava o Anil entre as vilas mais importantes de São Luís, com uma área de influência considerável na zona rural, situada a leste da Ilha” (Oliveira, 2012, p. 26). Mas esse apogeu não durou muito, pois, assim como as demais fábricas do bairro, a Companhia de Fiação e Tecidos do Maranhão, que funcionou por 68 anos, deixou de operar em 17/11/1961. Oliveira (2012, p. 33) afirma que a partir desse momento foram vendidas as ações, os maquinários e os terrenos da empresa, comprados pela COHAB para a construção dos conjuntos

habitacionais Cohab Anil I, Cohab Anil II, Cohab Anil III, Cohab Anil IV. Além desses lugares, a denominação Anil sobrevive atualmente como referência toponímica do: Cutim Anil, Cruzeiro do Anil, Planalto Anil, Planalto Anil I, II e III.

- Os Etnotopônimos **Apicum** (cf. p. 218-220) e **Maiobinha** (cf. p. 326-330)

Água, um dos elementos essenciais à vida, é fator determinante para que o Homem fixe moradia num lugar. Freática, pluvial, fluvial ou marítima, quando a água aparece na Toponímia, tem a função de batizar, reforça a importância que a hidrografia tem para o nomeador. Do mar, dos rios e das fontes, por exemplo, podem vir o alimento, fruto da pesca, as possibilidades de transporte, a extração do sal, a água que irriga as plantações, que mata a sede do homem e de suas criações. Neste caso específico, os Etnotopônimos Apicum e Maiobinha, além de resgatarem a influência indígena na Microtoponímia ludovicense, agregam em si a natureza hidrotponímica, pois se referem à água potável de uma das fontes do Centro Histórico de São Luís (Apicum) e à de um dos rios afluentes do Anil (Maiobinha).

Afirmamos anteriormente que o Etnotopônimo Apicum tem uma ligação forte com os elementos hídricos fundamentados não só em sua tradicional história como fonte e porto de abastecimento de água potável aos moradores do Centro antigo de São Luís, mas e, além disso, por referir-se etimologicamente a todo o contexto geográfico onde se situa, no Centro, caracterizado como: elevação de areia formada pelo movimento do mar, terreno alagadiço situado à beira mar, brejo/pântano ou mesmo a vegetação típica desse terreno, terreno arenoso impróprio para a plantação da cana-de-açúcar, local limite da terra firme com o mangue e lagoa ou brejo de água salgada à beira-mar. Ler esses significados do étimo apicum é o mesmo que se reportar à descrição de todas as características geográficas de Upaon-Açu, dos primeiros anos de ocupação europeia à atualidade.

A partir da descrição etimológica do Etnotopônimo Apicum podemos afirmar que temos uma relação *metafórica* qualificativa de continente pelo conteúdo e de conteúdo pelo continente que se equivalem, isto é, São Luís, além de ser um grande apicum agregou vários outros. Se considerarmos que Upaon-Açu significa Ilha Grande e

que dentro dela já existiram vários apicuns⁴⁹, torna-se evidente a adoção de todas as descrições geofísicas de um de seus continentes (apicum/fonte) para qualificar todo o seu conteúdo literal, ilha cercada por todos os lados, neste caso, de água salgada da Baía de São Marcos e de água doce dos Rio Bacanga e Anil, estuário do Maiobinha.

O Etnotopônimo Maiobinha é um substantivo diminutivo de Maioba ou *Mayoüe*, nome de uma das 27 aldeias encontradas aqui pelos desbravadores franceses. No caso do etno Maioba, este se refere ainda a nome de rio e de três bairros: Maioba (município de Paço do Lumiar), Maiobão (município de São José de Ribamar) e Maiobinha (município de São Luís), nome de um dos rios que desaguava no Anil.

A característica hidrográfica de Maiobinha se perdeu com o tempo, mas a de povoação se tornou significativa para os ludovicenses, pois se refere a uma importante área rural de São Luís por ter sediado a Freguesia de Santa Filomena, o Aprendizado Agrícola Christino Cruz e, também, por ser o principal fornecedor de produtos hortifrutigranjeiros a todas as partes da Região Metropolitana da Ilha durante o século XX. Neste caso, houve a alteração da motivação toponímica física (rio) para a antropocultural (povoado), mas a natureza etnotoponímica foi mantida (étimo indígena).

Em síntese, tanto o Etnotopônimo Apicum quanto o Maiobinha simbolizam importantes fatores da Microtoponímia ludovicense por manterem íntegras e equivalentes características toponímicas antropoculturais, por serem etnotopônimos indígenas e características toponímicas físicas, isto é, são elementos hídricos que se referem a curso d'água (rio) e a local onde era extraída água potável (fonte). Esta última característica se ajusta perfeitamente ao Litotopônimo Diamante, já que este, assim como Apicum, também figurou como fonte de água potável que abasteceu o Centro de São Luís.

➤ O Litotopônimo **Diamante** (cf. p. 225-228)

A importância histórica do Litotopônimo Diamante não é tão diferente da história do Etnotopônimo Apicum, pois o bairro também sediou uma das mais importantes fontes de água potável da Capital, a Fonte do Mamoim. Historicamente, o local onde se localizava essa fonte teve muito destaque na vida de São Luís no segundo

⁴⁹ Segundo Marques (2008, p. 478-479), além do Apicum, figuram em São Luís as Fontes: do Bispo, do Mamoim, do Marajá, das Pedras e do Ribeirão.

século de sua existência por sediar órgãos como a Casa de Pólvora (1796) e a Casa dos Educandos Artífices (1843), estabelecimentos que emprestaram suas denominações à localidade e que foram referências, respectivamente, na confecção de armas e na instrução de meninos e rapazes desvalidos da Cidade.

Não tivemos como precisar a motivação do Litotopônimo Diamante, mas acreditamos ter sido nome de alguma propriedade local, pois, nos primeiros séculos de vida da Capital, era costume alguma característica familiar (nome, sobrenome, alcunha, credo religioso, profissão) de determinado morador servir de referência toponímica para a localidade. Esse fenômeno toponomástico aconteceu, por exemplo, com: o Sítio da Machadinha ou Quinta do Machadinho (Vila Passos), o Sítio Barreto (Barreto), o Sítio Filipinho (Filipinho), o Sítio João Paulo (João Paulo), o sítio de Antonia Maria de Assunção Martins Lyrio (Lira) e, também, com o Diamante, que já foi chamado de Sítio da Vila Maria.

Segundo Lopes (2008, p. 31), “a localização do Diamante próxima ao Centro explica a presença maciça de vegetação remanescente das antigas quintas, chácaras e propriedades rurais (sítios)”. Em pesquisa de Lopes 2008, vemos fotos de vestígios do sítio que deu origem ao Parque de Proteção Ambiental do Diamante, mas a respeito do nome da Fonte do Mamóim e da Casa de Pólvora, nada podemos afirmar que tenha influenciado na adoção do termo diamante como topônimo, por isso é que consideramos a natureza do nome do bairro como Litotopônimo e não como Ecotopônimo.

É importante frisarmos também que, mesmo tendo sofrido sete ATs, até chegar à atual, nenhum dos topônimos que já teve o Diamante oferece informações que se refiram ao termo *diamante*, por isso, sem a presença de documentos, de depoimentos ou de quaisquer outros resquícios que comprovem a veracidade da motivação toponímica o mais acertado é considerar, na análise do topônimo, a sua etimologia e o seu contexto de uso para classificá-lo objetivamente. Esse fato, não acontece, por exemplo, com o Dirrematopônimo Ponta do Farol porque temos como resgatar o porquê dos elementos que formam o enunciado que resultou no nome do bairro: *ponta e farol*.

➤ O Dirrematopônimo **Ponta do Farol** (cf. p. 188-191)

Ao contrário do que aconteceu com o Litotopônimo Diamante, cuja história da motivação toponímica se perdeu com o tempo, o enunciado linguístico que resultou no atual Dirrematopônimo Ponta do Farol provém literalmente da extremidade formada pelo terreno situado entre a praia da Ponta d'Areia e a de São Marcos, onde fica o Farol do bairro. O que separa o bairro da Ponta d'Areia do bairro São Marcos é a Rua do Farol.

A análise histórica dos elementos que compõem o Dirrematopônimo Ponta do Farol, porém, deixa uma dúvida no que tange ao termo *farol*, pois tanto o Geomorfotopônimo Ponta d'Areia quanto o Hagiotopônimo São Marcos já tiveram fortalezas equipadas com faróis para servir de orientação tanto para miliares quanto para marinheiros e pescadores. Logo, não podemos afirmar que o farol construído em 1753 na Praia de São Marcos, por ser o mais antigo historicamente, foi o que serviu para denominar o Bairro e não o construído na Ponta d'Areia em 1822.

Eis a questão: Ponta do Farol da Praia da Ponta d'Areia, Ponta do Farol da Praia de São Marcos? Sendo um ou outro, o Dirrematopônimo de natureza física (ponta marítima, farol) serviu para memorizar tanto um aspecto geográfico da Baía de São Marcos (extremidade marítima, litorânea) quanto um luzeiro para orientação (farol). O Hodotopônimo Forquilha também resgata aspectos importantes da Quatrocentenária São Luís porque tem uma relação estreita com duas significativas vias de transportes da Capital. Vejamos a seguir.

➤ O Hodotopônimo **Forquilha** (cf. p. 301-303)

Já dissemos noutras oportunidades que o processo de expansão do território de São Luís foi mais intenso a partir do Antigo Caminho Grande do que por meio dos Rios Bacanga e Anil. Além de servir para a fixação de moradias ao longo de seu percurso, o Caminho Grande, no contexto de 1713 a 1812, serviu (e ainda serve) também como importante e a mais usada via de acesso às Vilas de São Luís por mais de três séculos. É somente a partir dessa relação rodoviária-terrestre entre a Capital, o Paço do Lumiar e São José de Ribamar que podemos entender a motivação toponímica do Hodotopônimo Forquilha.

A palavra forquilha refere-se à forma de duas linhas que se bifurcam resultando em uma figura geométrica com formato da letra **Y**, isto é, de entroncamento que resulta em divisão de linhas. Essa explicação ajusta-se perfeitamente ao Bairro que indica o vértice entre as Rodovias MA 201, que segue para o Município de São José de Ribamar, e a MA 202, que dá acesso ao Município de Paço do Lumiar, a partir de terras da Capital. Logo, a natureza antropocultural do Hodotopônimo Forquilha reforça não só o seu caráter documental, já que testemunhou o processo expansionista do território de São Luís, mas sua função de arquétipo toponímico, ou seja, mesmo que não tenha se originado como tal, temos um signo da língua (forquilha) que se cristalizou e converteu-se em um topônimo.

O substantivo comum (forquilha) que funciona como estrutura motivada (elementos que se bifurcam resultando no formato de um *Y*), agora passará a ser uma forma descritiva que carrega em si a significância do topônimo que nomeia, isto é, a divisão em duas vias da carroçável, da estrada, do caminho ou da rodovia que poderia e ainda pode partir de São Luís tanto para o Paço do Lumiar (MA 202) quanto para São José de Ribamar (MA 201).

Em síntese, a partir da análise do Hodotopônimo Forquilha, podemos perceber que os arquétipos toponímicos, como elementos constitutivos do signo toponímico, podem evidenciar um vínculo estreito entre ele e seu referente, traduzindo assim a espontaneidade do denominador no ato da nomeação. Nesse caso, o topônimo pode transparecer: a cor (Aurora), a forma (Forquilha), o tamanho (Outeiro da Cruz), a constituição natural (Ponta d'Areia) ou quaisquer outros aspectos físicos e antropoculturais, assumindo, assim, uma forma icônica, tornando-se uma projeção do real.

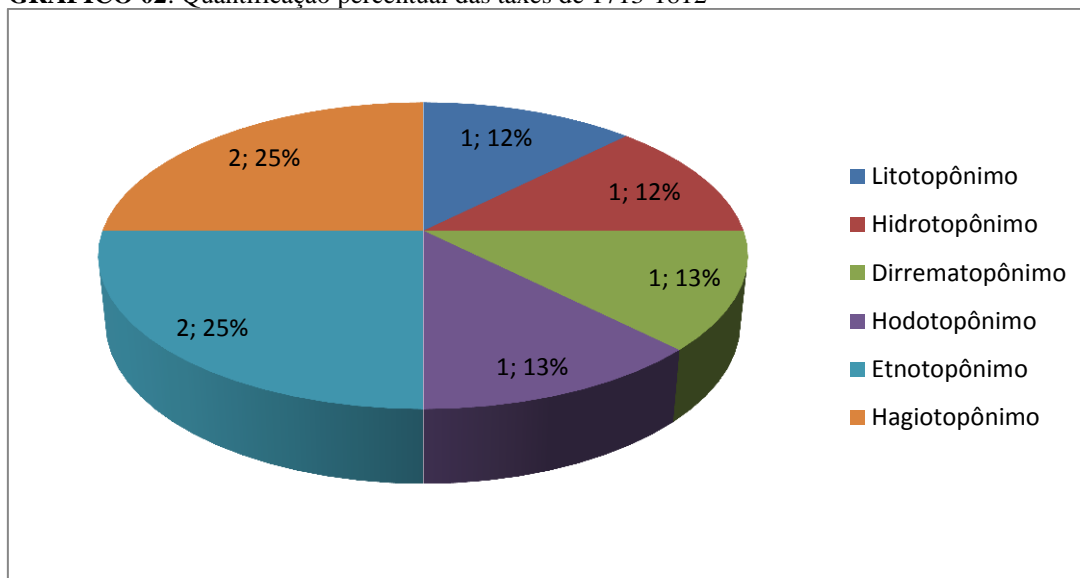
As conclusões a que chegamos

A partir da análise pormenorizada dos 08 topônimos que figuram no segundo século de existência de São Luís, encontramos 03 de natureza física e 05 de natureza antropocultural. Isso evidencia que o nomeador memorizou em 37% a presença dos elementos que se referem aos aspectos naturais e físicos da terra conquistada, como a posição e a forma do terreno para construção de fortes e instalação de faróis (Ponta do Farol), a hidrografia (Anil) e, provavelmente, um mineral (Diamante). Evidencia

também, que o nomeador memorizou, na parcela dos 63% dos nomes de lugares de natureza antropocultural, a implantação e manutenção da religião Católica, representada pelos nomes de santos do hagiológico romano (Madre Deus, São Marcos), a importante influência da etnia indígena nativa, presente na hidrografia (Apicum, Maiobinha) e a expansão do domínio lusitano no território do Maranhão a partir do Antigo Caminho Grande, que sai de Ilha de Upaon-Açu e segue tanto para a Vila do Paço do Lumiar quanto para a Vila de São José de Ribamar (Forquilha).

A quantificação e a porcentagem dos 05 topônimos de natureza antropocultural (Etnotopônimos, Hagiotopônimos, Hodotopônimos) e dos 03 de natureza física (Dirrematopônimo, Litotopônimo, Hidrotopônimo), presentes no período sincrônico de 1713-1812, encontra-se no gráfico que segue.

GRÁFICO 02: Quantificação percentual das taxes de 1713-1812



5.3 PERFIL TOPONOMÁSTICO DE SÃO LUÍS NO PERÍODO DE 1813-1912

A partir da análise do período sincrônico que compreende o segundo século de ocupação de São Luís, pudemos perceber que a tendência toponímica correspondente a 1713-1812, apesar de ainda lembrar a ocupação planejada do território, o credo religioso dos portugueses e as etnias indígenas que viviam em Upaon-Açu, vai mostrar a necessidade de obtenção e manutenção de elementos essenciais para a vida, como a água, assim como o processo natural de exploração/expansão de São Luís a partir da

ocupação e do consequente tráfego a outras partes do território que não fosse somente o Centro Histórico, sede da Capitania.

Em três séculos de existência todo o Cento de São Luís já estava povoado, isso significa que já existiam e estavam habitados os 11 bairros mais antigos da Capital, incluindo o Centro: Apicum, Vila Passos, Madre Deus, Diamante, Lira, Goiabal, Fabril, Desterro, Camboa e Coréia. Tribuzi (2012, p. 273-374) ressalta que, nas primeiras décadas do século XIX, a população ludovicense era de aproximadamente 30 mil habitantes, o que representava a quarta população urbana do Brasil na época da Independência (1822). Diante desses dados nos questionamos o que ocasionou esse crescimento demográfico em São Luís e como oferecer condições dignas de moradia e prestação de serviços públicos de qualidade para tanta gente. Para responder a esses questionamentos e relacioná-los ao surgimento dos 17 topônimos representativos do século XIX e XX, temos que nos reportar aos acontecimentos sociais, histórico e econômicos que influenciaram o desenvolvimento habitacional de São Luís nessa época.

No século XIX, o Maranhão viveu acontecimentos decisivos para o desenvolvimento de sua economia, como é o caso: do ciclo de prosperidade algodoeira, que possibilitou a instalação de fábricas têxteis; da abolição da escravatura, que possibilitou a substituição da mão-de-obra escrava pela proletariada; da Revolta da Balaiada, causada pela insatisfação da população em relação às autoridades municipais e do contínuo investimento na agricultura e pecuária que refletia beneficemente na economia não só do Estado, mas de sua Capital.

Em São Luís, especificamente, podemos destacar, de 1841 a 1907 as seguintes ações governamentais que contribuíram significativamente para o desenvolvimento econômico e demográfico da Capital e, consequentemente, de seus bairros. São iniciativas que, em maior ou menor proporção, possibilitaram o acesso da população a saúde, transporte e educação, por exemplo. Dessa forma, destacamos o início das obras do Cais da Sagração (Camboa) e a fundação da Casa dos Educandos Artífices (Diamante), que possibilitaram não só o acesso de desvalidos à educação, mas o avanço no transporte marítimo da Capital (governo de João Antonio de Miranda, 1841-1842), também impulsionado pela inauguração do Canal do Arapapaí (Itaqui-Bacanga) durante a administração de Joaquim Franco de Sá (1846-1848).

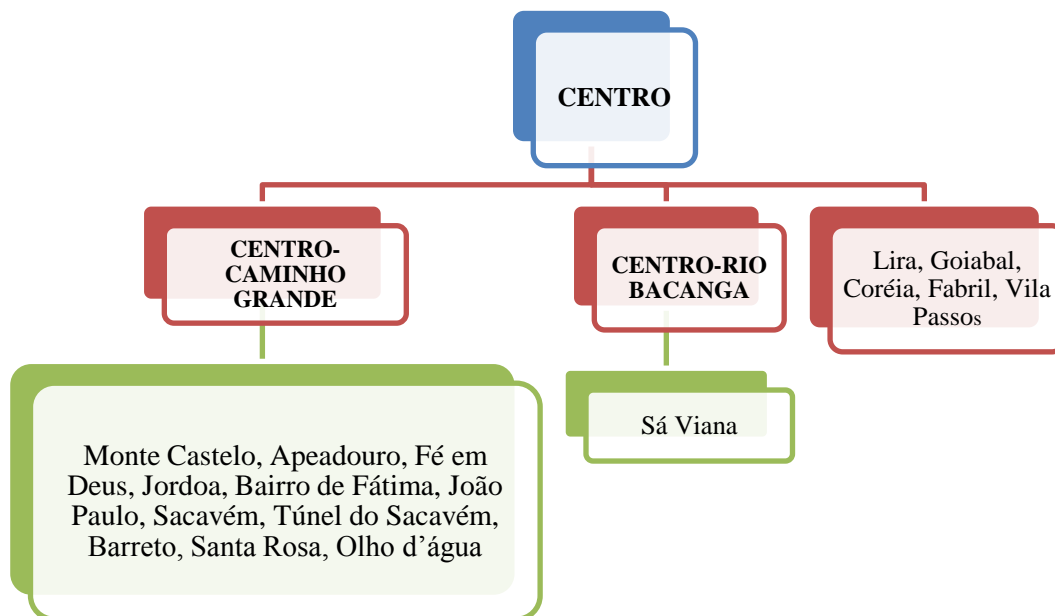
No governo de Eduardo Olímpio Machado (1851-1855), a reforma do Hospital Militar da Madre Deus (iniciada no governo de Joaquim Franco de Sá, 1846-1848), a fundação do Asilo Santa Tereza, o início da construção do Dique das Mercês e do edifício da Companhia Confiança, possibilitaram mais acesso da população a tratamentos de saúde e à substituição das barracas de venda de mercadorias da Praia Grande, surgindo, dessa forma, a Praça do Mercado da Praia Grande (Centro Histórico). Outro fator decisivo para o desenvolvimento socioeconômico de São Luís foram as medidas tomadas pelos presidentes da Província Antônio Cândido da Cruz Machado e João Lustosa da Cunha Paranaguá (1855-1857) que possibilitaram a incorporação de uma companhia para o encanamento das águas do Rio Anil (Anil), da companhia que possibilitou a navegação costeira entre o Porto de São Luís (Itaqui-Bacanga), os de Fortaleza e Belém e também da fundação da Escola Agrícola do Cutim (Cutim), melhorando não só o escoamento de produtos, mas a qualificação de mão-de-obra especializada na Agricultura e Pecuária.

A inauguração do Passeio Público do largo dos Remédios, atual Praça Gonçalves Dias (Camboa), durante o governo do Barão de Anajatuba, José Maria Barreto Júnior (1859), e o início da iluminação pública de São Luís, a gás hidrogênio, no governo de Antônio Manoel de Campos Melo (1862-1863), assim como a manutenção e criação de novos serviços como os: da biblioteca, do registro civil, da reorganização da Escola Normal, da Escola Modelo e de seus cursos anexos, de grupos escolares na Capital, de serviços de bombeiros e sanitários, da Imprensa Oficial, da instalação de linhas telegráficas, do estudo do orçamento da linha férrea entre São Luís e Caxias, durante o governo de Benedito Pereira Leite (1905-1907), fecham, mas não encerram, um ciclo de prosperidade que atraiu para São Luís, tanto investidores quanto famílias a procura de melhores condições de vida na Capital.

Dessa forma, os Topônimos representativos do período sincrônico que vai de 1813 à primeira década do século XX é composto de 17 nomes de lugares que estão caracterizados da seguinte forma: 01 Fitotopônimo (Goiabal), 01 Hagiopônimo (Santa Rosa), 01 Hierotopônimo (Vila Passos), 01 Mitotopônimo (Olho d'água), 01 Sociotopônimo (Fabrill), 02 Corotopônimos (Coréia, Sacavém), 02 Historiotopônimos (Monte Castelo, Apeadouro), 03 Dirrematopônimos (Fé em Deus, Bairro de Fátima, Túnel do Sacavém) e 05 Antropotopônimos (Lira, Barreto, João Paulo, Sá Viana,

Jordoa). No diagrama abaixo, podemos evidenciar como essa parcela de 17 topônimos, do universo de 81, encontra-se organizada em três áreas toponímicas: Centro, Centro-Rio Bacanga e Centro-Caminho Grande.

DIAGRAMA 03: Distribuição dos topônimos do período 1813-1912



➤ O Fitotopônimo **Goiabal** (cf. p. 230-231)

O Fitotopônimo Goiabal, um dos 11 bairros que formam o Centro Histórico de São Luís, assim como o Hagiopotônimo Madre Deus e o Antropotopônimo Lira, seus vizinhos, é fundamental para que conheçamos a história da Capital não só por resgatar e homenagear um elemento da flora da localidade, o nome da fruta goiaba, mas por perpetuar uma das tendências toponomásticas ludovicenses corrente no século XVIII e XIX que era a de denominar logradouros com nomes de frutas típicas do Estado. Dentre os lugares que perpetuam os elementos da flora na Microtoponímia do Centro Histórico de São Luís, destacamos aqui, além do Bairro Goiabal, outros que memorizam a variedade de frutas que tínhamos e ainda temos no Estado e na Capital: Rua da Ingazeira, Rua da Manga, Rua da Mangueira, Rua da Amendoeira, Rua das Cajazeiras, Rua do Coqueiro, Porto do Genipapeiro, Beco das Laranjeiras e Rampa da Praia do Caju.

Como a tendência toponomástica da época era a adoção, tanto de nomes como de sobrenomes próprios como topônimos, de alguns elementos que se destacavam e que serviam de referência para a identificação da localidade, acreditamos que o Fitotopônimo Goiabal tenha surgido da abundância da fruta goiaba na localidade onde surgiu o bairro ou de algum sítio/quinta onde encontrávamos goiabas ou plantação destas, a exemplo do que aconteceu com a Rua das Ingazeiras (Apicum) que recebeu essa denominação em virtude dos pés de ingá que a localidade do Apicum abrigava.

Em síntese, a formação do substantivo próprio *Goiabal* a partir do comum *goiaba* comprova que, no momento de sua institucionalização, um topônimo, enquanto signo da língua, mantém integrados todos os elementos que constituem sua estrutura e seu significado, tornando-se um signo cristalizado ou fossilizado. Nesse caso, temos a função arquetípica de Goiabal porque podemos perceber que os elementos constitutivos desse signo toponímico podem evidenciar um vínculo estreito entre ele e seu referente, traduzindo assim a espontaneidade do denominador no ato da nomeação: destacar um elemento de seu contexto geográfico, a flora (fruta).

É a partir dessa tendência toponomástica de perpetuar um elemento local no topônimo que vão surgir vários topônimos ao longo dos séculos XVIII e XIX da história de São Luís. Vale ressaltar também que os topônimos servirão não só para nomear os lugares desse contexto histórico, mas também que servirão de referência toponomástica ao longo dos quatro séculos de São Luís. É dessa forma, por exemplo, que surgem os Antropotopônimos que homenageiam e perpetuam nomes e sobrenomes de personalidades e profissionais, ilustres ou não, presentes na sociedade ludovicense oitocentista: o Jurista Sá Vianna, o médico-cirurgião português José Maria Barreto e seu filho, o Barão de Anajatuba, José Maria Barreto Júnior, a proprietária da Quinta/Sítio Lyra, Antonia Maria de Assunção Martins Lyrio, e o dono do sítio que deu origem ao bairro homônimo, João Paulo das Chagas.

➤ Os Antropotopônimos **Sá Viana** (cf. p. 317-319), **Lira** (cf. p. 231-233), **João Paulo**, (cf. p. 265-268), **Jordoa** (cf. p. 270) e **Barreto** (cf. p. 277-281).

O que todos esses cinco Antropotopônimos têm em comum, além de serem nomes e sobrenomes de pessoas? Todos foram topônimos surgidos de sítios dentro do Centro Histórico ou em suas adjacências, situados às margens do Bacanga ou ao longo

do Antigo Caminho Grande e que, fundamentalmente, guardam algum elemento que resgata o desenvolvimento social, econômico e demográfico da Capital.

O Antropotopônimo do Sá Viana, localidade da área Itaqui-Bacanga, assim como muitos outros bairros de São Luís, surgiu de um sítio, neste caso, o de propriedade do Jurista e professor de Direito Sá Vianna, dono das terras onde hoje temos não só o referido Bairro, mas também o Campus da Universidade Federal do Maranhão e onde poderia ter funcionado um hospital-colônia, mantido pelo Serviço de Profilaxia Rural do Maranhão, para abrigar e tratar enfermos de lepra.

Mesmo que as instalações do hospital-colônia que abrigaram os lazarentos do Hospital do Gavião não tenham funcionado, a localidade foi sede de uma das fábricas de socar arroz da Capital, a Fábrica São Félix, estabelecimento da Firma intitulada *Sá Viana & Cia*, de propriedade da viúva do Jurista Sá Vianna. Daí, a importância de um dos lugares mais antigos, situados após a Barragem do Rio Bacanga.

É importante frisarmos também que o Antropotopônimo, ao longo de sua história, não sofreu nenhuma AT na sua motivação toponomástica, homenagear uma pessoa, mas um ajuste ortográfico, nesse caso, a supressão da letra *n* que figura dobrada no sobrenome *Vianna*. Portanto, conserva fielmente a intenção do nomeador de perpetuar o nome da família ou do importante jurista brasileiro e ludovicense, Sá Vianna.

Outro que também resgata personalidades de renome no cenário ludovicense é o Antropotopônimo Barreto, sobrenome de uma tradicional família do médico-cirurgião português José Maria Barreto e de seu filho, o médico político conhecido como o Barão de Anajatuba, José Maria Barreto Júnior. Consta na literatura sobre os hospitais da Capital, que José Maria Barreto, nomeado Cirurgião da Casa Real pela Junta Provisória e Administrativa da Província do Maranhão, foi um dos benfeitores do Hospital Nossa Senhora da Conceição, trabalhou como médico homeopata da Santa Casa de Miericórdia e, pelos bons serviços prestados à Nação durante 30 anos, o Rei Dom Pedro II o nomeou cirurgião honorário da Câmara Imperial. Dentre os bens que tinha, destacamos o sítio homônimo que deu origem ao Barreto.

O atual bairro do Barreto já figurou como importante área econômica de São Luís porque essas terras abrigaram: a sede da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo do Maranhão–EMATER, o primeiro parque agropecuarista da Cidade, uma Granja denominada White Hoope, horta, pedreira para extração de pedra e barro, fazendas, estação de rádio, fábrica de ração para gado e área de lazer tanto de famílias abastadas quanto das humildes.

É importante frisarmos também que o Antropotopônimo Barreto, ao longo de sua história, não sofreu nenhuma AT na sua motivação toponomástica, homenagear o sobrenome da família do dono do sítio que se tornou referência toponímica, mas convém comentar que, por ser uma área de muitos declives com acentuadas barreiras, alguns moradores da localidade consideram, erroneamente, sua natureza física litotoponímica e não a antropocultural, mantida historicamente até hoje.

Outro Antropotopônimo que conservou sua natureza histórica e antropocultural é o João Paulo, localidade surgida com base no do nome próprio de João Paulo das Chagas, proprietário de um sítio situado às margens do Antigo Caminho Grande. De sítio à vila e de vila a núcleo residencial, o João Paulo foi adquirindo importância socioeconômica até obter *status* de um dos bairros comerciais mais importantes de São Luís, atualmente. As principais melhorias que contribuíram para o desenvolvimento e notoriedade desse logradouro foram: ser reconhecido como Zona de Habitações Operárias, ter seus logradouros nomeados, escolas, praças, mercados, igrejas e avenidas que possibilitassem o acesso de pessoas e meios de transportes à localidade e a seus bairros vizinhos, caso, por exemplo, da Jordoá, do qual não temos nenhum resgate da motivação toponímica.

Como classificar um topônimo como sem a sua motivação toponímica? Para respondermos a esse questionamento nos reportamos a Dick (1998b, s/p.) quando esta afirma que as *taxes explicativas*, definidas, conforme suas expressões denominativas e as *marcas semântico-terminológicas*, têm por finalidade a transmissão das causas que justificam a denominação dos nomes de lugares sem que precisemos recorrer ao denominador propriamente dito, dessa forma, Jordoá é um substantivo próprio que, hipoteticamente, pode referir-se a nome ou sobrenome de moradores da área. Afirmamos isso porque essa era uma *tenência* da época, por esse motivo, classificamos Jordoá como Antropotopônimo.

No que tange ao item transporte público, o Antropotopônimo Jordoa, destaca-se como sendo um dos locais que agregava uma das estações dos bondes que trafegavam pelo Caminho Grande em direção ao Anil e também como ponte de referência na demarcação da Área de Proteção Ambiental do Sacavém em 1934. Vale a ressalva que os bairros que surgiram ao longo do Caminho Grande dispunham de algum elemento de prestação de serviço público que se tornava referência para os transeuntes da via, que poderia ser: um cemitério (Vila Passos), fábricas (Fabrill, Monte Castelo, Anil), escola (Diamante), matadouro (Liberdade), sítios, chácaras (João Paulo), trechos por onde passavam trens (Outeiro da Cruz) ou bondes (Apeadouro e Jordoa).

Mesmo que não esteja situado ao longo do Caminho Grande como o João Paulo, a Jordoa e o Barreto, o Lira, bairro do Centro Histórico, também foi importante área no processo de ocupação demográfica de São Luís por sediar a Quinta ou Sítio Lyra, propriedade de Antonia Maria de Assunção Martins Lyrio, onde foi implantado o Hospital de Isolamento mantido pela Santa Casa de Misericórdia de São Luís, o Leprosário do Gavião e o Cemitério do Gavião. Esse estabelecimento era destinado a abrigar os tuberculosos que, desabrigados e entregues à própria sorte, perambulavam pelas ruas da Capital ameaçando a saúde pública e pedindo esmolas.

Dessa forma, o Antropotopônimo Lyra ou Lira surgiu entre 1830 e 1916, época em que foram adquiridas propriedades (Sítio do Gavião e Quinta do Lira) para a construção do Leprosário do Gavião (1830), do Cemitério do Gavião (1855) e do Hospital de Isolamento (1916). Atualmente, a área ocupada pelo bairro Lira corresponde a que era ocupada nos séculos XIX e XX pelos referidos órgãos.

Como justificar o surgimento de um núcleo populacional numa localidade tão insalubre como o Lira? Para responder a esse questionamento, devemos lembrar que, quando o Leprosário do Gavião foi transferido para a Colônia do Bonfim, os terrenos do Lira, que pertenciam aos Domínios da União, começaram a ser aforados, cedidos ou alugados pelo Serviço Regional do Domínio da União, a pessoas humildes que construía palhoças para sua moradia nesses terrenos impróprios para habitar, porque o local ficava muito próximo do Centro, o que facilitava o acesso a serviços públicos, como escolas, transporte, hospitais, cemitérios e, o mais importante, conseguir serviços em fabricas ou outras vantagens nas próximas do Lira, caso, por exemplo, do Sociotopônimo Fabrill.

Contudo, antes de tratarmos das particularidades da Fabril, analisemos as ATs que sofreu o Antropotopônimo Lyra ou Lira. Em praticamente três séculos de existência, a motivação toponomástica do Lira manteve-se a mesma, porém, verificamos duas ATs, uma ortográfica e outra morfológica. Do sobrenome Lyrio ao nome do sítio Lyra e, deste, ao Antropotopônimo Lira, verificamos que houve a alteração toponímica ortográfica da substituição do *y* por *i* (*lyra*>*lira*) e a troca do gênero do substantivo masculino para o feminino (Lyrio > Lira), alterando também a significação da palavra, de planta a instrumento musical. Etimologicamente, *lira* provém do latim *lyra*>*lira*. Logo, houve um ajuste tanto idiomático quanto toponomástico do nome/sobrenome original Lyrio.

Fenômeno semelhante aconteceu com o topônimo Alto do Bode, que se transformou em Alto da Carneira (sítio de Francisco Carneiro/Monte Castelo) com o passar dos anos. Segundo CZS (20/06/13), Historiador e ex funcionário do Arquivo Público de São Luís, essa era uma prática comum, uma vez que os descendentes de uma mesma família mudavam alguns traços da grafia, mas mantinham outros que identificavam seu nome ou sobrenome. O que aconteceu com o Alto do Bode/Alto da Carneira e com o Sítio da Machadinho ou Quinta do Machadinho (sítio de José de Oliveira de Abreu Machado/Vila Passos), justifica perfeitamente a motivação da AT ortográfica do Antropotopônimo Lyra, por dois motivos: é o mesmo fenômeno linguístico, e os três topônimos subsistiam na mesma época.

➤ O Sociotopônimo **Fabril** (cf. p. 236-238)

Já dissemos anteriormente que, no século XIX, o Maranhão viveu acontecimentos decisivos para o desenvolvimento de sua economia, como é o caso do ciclo de prosperidade algodoeira, que viabilizou a instalação de fábricas têxteis e a abolição da escravatura, que, por sua vez, possibilitou a substituição da mão-de-obra escrava pela proletariada. É nesse contexto que inserimos a Fábrica de Fiação e Tecidos Camboa S.A, propriedade da Companhia de Fiação e Tecidos Maranhenses.

Em 1887, teve início a implantação da Companhia de Fiação e Tecidos Maranhenses ou Fábrica de Fiação e Tecidos Camboa S.A na área suburbana do Centro conhecida como Camboa do Mato. Essa fábrica têxtil mudou de razão social em 1890 para Francisco Aguiar & Cia, ocasião em que foi sucedida pelas fábricas Santa Isabel e

São Jorge, popularmente conhecidas como Fabril. Os operários que trabalhavam nessas fábricas se alojavam em seu entorno, ocasionando assim o surgimento de bairros fabris ou mesmo as chamadas vilas Operárias, dessa forma foi que o nome da Companhia da fábrica serviu de referência à denominação do Sociotopônimo Fabril.

Construída no início do Caminho da Boiada e do Grande Caminho, a Companhia Fabril Maranhense – Santa Isabel produzia tecidos de algodão, riscado, linha de pesca e tecido para uso doméstico. Marques (2008, p. 464) ressalta que essa fábrica, em 1921, contava com um patrimônio de 574 teares, 14.148 fusos e máquinas de 570 cavalos. Atualmente nem a Companhia Fabril Maranhense – Santa Isabel nem a Fábrica de Fiação e Tecidos Camboa S.A existem, mas contribuíram mormente para o desenvolvimento econômico e demográfico de São Luís porque atraíram investidores e um grande contingente de migrantes que vieram, principalmente do interior do Estado, para a Capital em busca de melhores condições de vida.

Com o crescimento demográfico nas cercanias das fábricas e conseqüentemente em São Luís, tivemos os chamados núcleos de população proletariada, os cortiços ou as vilas operárias e não a criação de novos bairros, isso aconteceu, por exemplo, com o Anil (Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil), Madre Deus (Companhia de Fiação e Tecidos de Cânhamo), Cambôa do Mato (Companhia de Fiação e Tecidos Maranhenses/Fábrica de Fiação e Tecidos Camboa S.A) e, com a Fabril, sucessora da Fábrica de Fiação e Tecidos Camboa S.A. Nesse caso, mesmo que a Fabril tenha sido fundada em 1890, as comunidades da Camboa do Mato e as do Caminho Grande já existiam antes de sua instalação, por isso podemos considerar somente a motivação toponomástica, com a implantação da fábrica, e não o surgimento do logradouro, propriamente dito.

Fabril ou Canto da Fabril? Eis a questão! No que tange à motivação toponímica, acontece um fato curioso: mesmo que o topônimo oficial seja Fabril, uma palavra só, quando usado popularmente, vem acompanhado do qualificativo que especifica exatamente a localização geográfica onde a referida fábrica estava instalada (canto). Nesse caso, o uso vai evidenciar não a localidade onde ainda existem as ruínas da fábrica, mas a localidade forquilha onde se encontra o início da Avenida Getúlio Vargas. A fabril, ou simplesmente, Canto da Fabril pode ser descrita então, como o

bairro que fica *espremido*, literalmente, num cantinho entre o Monte Castelo, o Diamante e a Vila Passos.

➤ O Hierotopônimo **Vila Passos** (cf. p. 234-236)

Podemos resumir a história do Bairro Vila Passos à trajetória dos seus três topônimos: Sítio da Machadinha, Quinta do Machadinho, Cemitério da Santa Cruz dos Passos de Nosso Senhor Jesus Cristo ou Cemitério da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, estabelecimento que, a princípio, servia apenas para enterrar os membros da referida confraria, mas por causas humanitárias, a Irmandade passou a acolher também os mortos da Casa dos Educandos Artífices, do Asilo de Santa Teresa e os desvalidos que morriam no Hospital da Real Sociedade Humanitária 1º de Dezembro.

Assim como o Sociotopônimo Fabril, o Dirrematopônimo Bairro de Fátima e o Historiotopônimo Monte Castelo, o Hierotopônimo Vila Passos também figura no cenário ludovicense por ter sido local de um importante recinto/órgão/estabelecimento que só figura na história documental de São Luís. Do fechamento do Cemitério ao desenvolvimento do alegre *arrabalde* que se formou a seu redor só restou o resquício toponomástico *passos*, presente tanto no nome do cemitério quanto na denominação da irmandade (Cemitério da Santa Cruz dos *Passos* de Nosso Senhor Jesus Cristo ou Cemitério da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos *Passos*). Isso comprova a natureza antropocultural do topônimo de motivação religiosa.

Em síntese, as várias ATs sofridas pelo Hierotopônimo Vila Passos não fizeram com que este perdesse sua motivação original. Sítio da Machadinha, Quinta do Machadinho, Cemitério da Santa Cruz dos Passos de Nosso Senhor Jesus Cristo e Cemitério da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, todos foram topônimos que passaram por mudanças e supressões de elementos linguísticos: as expressões toponomásticas cederam lugar ao topônimo Vila Passos. Nesse caso, o qualificativo de *vila* não terá a mesma significação daquela adotada para a Vila Bacanga (povoação inferior a cidade, mas superior a uma aldeia), já que vai se referir às casas de recreação nos arrabaldes das cidades, o mesmo que quintas, sítios (Sítio da Machadinha, Quinta do Machadinho).

A mesma motivação toponomástica de Vila Passos, perpetuação de um elemento religioso no topônimo (nome de uma irmandade filantrópica e de seu cemitério católico) é perceptível no Hagiotopônimo Santa Rosa e no Corotopônimo Sacavém, que se referem a um símbolo do credo religioso, a Santa Maria.

➤ O Hagiotopônimo **Santa Rosa** (cf. p. 207-210)

Assim como a história da Vila Passos se resume a de seus topônimos, a história da Santa Rosa se resume à dos descendentes da família Soares. O nome do bairro Santa Rosa originou-se do nome do sítio pertencente à primeira família que começou a morar na localidade, a Soares. Segundo CMSC (19/07/2013), que nasceu, foi criada e ainda vive na Santa Rosa, seu bisavô passou a responsabilidade a seu pai e este a ela, de continuar fazendo um festejo tradicional, da família ,em homenagem a Nossa Senhora do Bom Parto na atual localidade da Santa Rosa. Como a santa venerada era uma e o nome do povoado era outro, a bisneta dos Soares ganhou, de uma benemérita da localidade, a imagem de Santa Rosa de Lima, isto é, a imagem da santa que veio da capital do Peru. Foi dessa forma que o Hagiotopônimo Santa Rosa passou a existir oficialmente na localidade.

O esforço para manter a simbologia religiosa na Toponomástica local comprova não só a crença e a fé na santa, mas também a perpetuação, a obediência dos moradores a quem lhes dá auxílio, a quem serve de intermediário entre eles e Deus, por isso veneraram a imagem e levantaram um templo a ela, tornando o topônimo que surge desse processo, a única testemunha dessa motivação. Mesmo que cultuasse outra santa (Nossa Senhora do Bom Parto), a comunidade Santa Rosa só adquiriu identidade local com a presença da santa/imagem que lhe nomeava, que lhe identificou durante três gerações. Muitas vezes, o topônimo existe, mas precisa de um elemento real que o represente visualmente.

A motivação toponímica da Santa Rosa, com o passar dos anos não se alterou, nasceu como Hagiotopônimo que resgata a figura não de Maria, Mãe de Cristo, mas da santa que pertenceu à Ordem Terceira de São Francisco, Isabel Flores y Oliva (apelidada de Rosa por sua singular beleza). O topônimo foi mantido por séculos, mesmo sem ter o símbolo que o representava visualmente. Igual decurso pode ser observado nos Corotopônimos Sacavém e Coréia? No que se refere a Sacavém, sim,

porque esse lugar também se refere à importação para São Luís de um topônimo de natureza religiosa.

➤ Os Corotopônimos **Sacavém** (cf. p. 273-276) e **Coréia** (cf. p. 233-234)

Não temos notícia da etimologia do topônimo Sacavém no Maranhão, mas há fortes indícios de que esse topônimo tenha sido adotado nestas terras por influência portuguesa, já que é registrado por Castro (1762-1763, p. 487) como nome de rio, lugarejo e também freguesia lusitana.

O lugarejo Sacavém, situava-se às margens do rio Tejo e ficava distante de Lisboa duas léguas. Suas terras eram valiosas por causa de um porto da Paróquia dedicada a Nossa Senhora da Purificação, que tinha sob suas ordens, conforme Castro (1762-1763, p. 487-488), os templos do Mosteiro de Nossa Senhora dos Martyres e as Ermidas do Espírito Santo, de São José, de Nossa Senhora Madre de Deos, de Nossa Senhora da Saúde, de São Sebastião e de Nossa Senhora da Vitória. É a partir dessa última santa que acreditamos ter entrado em São Luís o topônimo ao qual ela estava ligada em Portugal: Sacavém.

No contexto compreendido pelo período sincrônico de 1813-1912, Nossa Senhora da Vitória tem importante presença em São Luís não só por representar a Hagiologia portuguesa, mas por converter-se em referência toponímica. Um expressivo exemplo disso é que a Igreja de Nossa Senhora da Vitória, além de originar uma freguesia de mesmo nome nesta Capital, ainda nomeia a estrada que serve de acesso às terras do Sacavém, do Túnel do Sacavém e do Outeiro da Cruz: a Estrada da Vitória.

Portanto, na Microtoponímia ludovicense, mesmo que o Corotopônimo Sacavém tenha perdido sua significação original, agrega duas funções primordiais: homenagear a Freguesia de Nossa Senhora da Purificação de Sacavém, situada nas terras da capital de Portugal (Lisboa) e, conseqüentemente, marcar a presença do Catolicismo europeu a partir de uma santa da dita freguesia lisboeta: Nossa Senhora da Vitória.

Podemos afirmar que o mesmo processo não aconteceu com o Corotopônimo Coréia (antiga Vila Nova) porque a área onde essa povoação surgiu, mesmo tendo pertencido à Vila Passos, esta, expandiu suas terras, origina a Vila Nova e esta, a

Coréia, motivação coronímica que referir-se à Guerra da Coréia ocorrida de 1950 a 1953.

Em síntese, a natureza antropocultural tanto do Corotopônimo Sacavém quanto do Corotopônimo Coréia reúnem duas funções: homenagear outros países (Portugal, Coréia) e elementos do Catolicismo: nomes de santa, irmandade e cemitério. Se considerarmos que esses são elementos toponomásticos que desvelam a São Luís oitocentista, sua sociedade e seu processo habitacional, a mesma característica será evidente também nos Historiotopônimos Monte Castelo e Apeadouro.

- Os Historiotopônimos **Monte Castelo** (cf. p. 244-252) e **Apeadouro** (cf. p. 260-261)

Para analisarmos a contribuição dos Historiotopônimos Monte Castelo e Apeadouro na Microtoponímia ludovicense, temos que ressaltar, primeiramente, que, a produção de bens de consumo e de exportação propiciada pelas fábricas (Anil, Fabril, Camboa, Madre Deus) e a prestação de serviço de utilidade pública (hospitais, escolas, cemitérios) vão ser complementadas pela iluminação elétrica e pelas primeiras ferrovias de bondes e de transporte interestadual que foram implantadas na Capital.

Os primeiros bondes ludovicenses eram de tração animal (puxados a cavalo), posteriormente foram substituídos pelos movidos a vapor e, em 1909, pelos elétricos. A Ulen Management Company, representada pela Companhia de Ferro Carril, forneceu tanto serviço de bondes quanto de energia elétrica para São Luís, por isso tivemos tanto a chegada da iluminação elétrica pública quanto a dos bondes elétricos que não circulariam somente pelo Centro, mas por toda a extensão do Caminho Grande. As pessoas que não se serviam do transporte público e sim de cavalos próprios, para se locomoverem até o Centro, por exemplo, eram obrigadas a apeiar de seus animais em locais conhecidos como apeadouros, por isso surgiu o Historiotopônimo Apeadouro, de uma norma de conduta resultante da implantação do transporte público em São Luís.

A medida higiênica estipulada pela Ulen Management Company de proibir a circulação de cavalos no Centro pode ser entendida de duas formas: manter as ruas livres de dejetos animais (fezes e urina), mas, principalmente, aumentar seus lucros, haja vista que dos apeadouros para o Centro era longe e as pessoas teriam que pagar, no

mínimo, duas passagens para se locomover. Essa necessidade, ou seja, o ato de *apear* do cavalo, amarrá-lo num local específico, andar ou *tomar* o bonde até o Centro se tornou referência toponímica porque, no *apeadouro* em questão, foram surgindo atividades comerciais que atendiam às necessidades dos transeuntes que por lá passavam (venda de comida e gêneros alimentícios, guardador e cuidador de animais etc.).

Vale destacar que, no contexto histórico em questão (1813-1912), havia vários apeadouros, pois o bonde transitava tanto no Centro quanto no Caminho Grande. Nesse caso, esse meio de transporte vai influenciar não só no surgimento do Antropotopônimo Jordoa e do Historiotopônimo Apeadouro, mas, sobretudo no surgimento e desenvolvimento do bairro mais importante socioeconômica e topograficamente, depois do Centro, o Historiotopônimo Monte Castelo, que tem sua história confundida, fundida à do Caminho Grande porque agregou ou teve relação direta com órgãos e estabelecimentos importantes na História de São Luís dos séculos XIX e XX.

Dentre os sítios ou lugares situados ao longo do antigo Caminho Grande, todos têm uma relação direta com o Monte Castelo ou por situar-se após o Caminho Grande ou por sediar empresas e órgãos públicos instalados no Bairro do Monte Castelo. Entre os sítios que eram acessados por via do Caminho Grande, situados antes, dentro, perto ou depois do Monte Castelo, destacamos: Céu, ex-Monte Cristo, início do Caminho Grande; Machadinha (Cemitério/Vila Passos); Cavaco (Fazenda Real/Bairro de Fátima); João Paulo (João Paulo); João Força (Apeadouro); Alto e Baixo Paraíso (Alemanha); Itamacaca (Matadouro Público/Monte Castelo e Liberdade); Dois Leões (Hospital-Colônia Nina Rodrigues/Monte Castelo); Timon e Areal (primeiro conjunto habitacional destinado à classe operária/Monte Castelo) e o Roma, que foi desmembrado após sucessivas vendas, surgindo, dessa forma, os Sítios Roma Nova, Roma Velha e Rominha (onde funcionavam fábricas de socar arroz).

Já dissemos anteriormente que todo o Centro de São Luís nos séculos XIX e XX já estava habitado, esse fato é importante para que percebamos que, cada um a seu turno, os dois Historiotopônimos Monte Castelo e Apeadouro resgatam as regras para o uso do transporte público, como a proibição do tráfego de cavalos pelo Centro da Capital (Apeadouro) e também como foi se processando a expansão urbana da Cidade ao Longo do Antigo Caminho Grande, atual Avenida Getúlio Vargas (Monte Castelo).

No que diz respeito à motivação toponomástica do Apeadouro, é evidente que esse topônimo surgiu do verbo *apear*. Mesmo tendo sofrido ATs, a motivação original permaneceu (lembrar o local onde as pessoas deixavam seus cavalos para irem ao Centro). No que se refere à motivação toponímica de Monte Castelo, esta vai perpetuar a homenagem aos soldados das Forças Armadas do Brasil – FAB que lutaram na Itália na Batalha do *Monte Castello* em 1945. Nesse caso, mesmo que a localidade tivesse outros topônimos resultantes de sítios (Roma, Aerial), esse aspecto não foi considerado pelo nomeador, que preferiu adotar uma motivação coronímica e não ecotoponímica no Historiotopônimo. Esse mote toponímico vai ser usado também nos Dirrematopônimos Túnel do Sacavém e Bairro de Fátima.

- Os Dirrematopônimos **Fé em Deus** (cf. p. 243-244), **Bairro de Fátima** (cf. p. 256-259) e **Túnel do Sacavém** (cf. p. 271-273)

Já dissemos que o Antropotopônimo Jordoa e o Historiotopônimo Apeadouro têm uma relação direta com a circulação de bondes em São Luís. Outro topônimo que também tem sua história atrelada a elementos que resgatam um meio de transporte é o Dirrematopônimo de natureza mista Túnel do Sacavém, que perpetua na Microtoponímia maranhense a presença da Estrada de Ferro São Luís-Teresina – E.F.S.L.T. Logo, para entendermos a história do Dirrematopônimo Túnel do Sacavém, devemos nos reportar literalmente à história da E.F.S.L.T., já que foi essa ferrovia que serviu de referência toponímica à origem da povoação de um dos bairros do Sacavém, a Túnel do Sacavém, ou seja, o *túnel* por onde passava o trem no Sacavém.

A E.F.S.L.T. começou a ser construída por trechos, o primeiro a ser pavimentado teve início em 1888, foi inaugurado em 1895 e se estendia de Caxias (MA) a Cajazeiras (PI), posteriormente foram feitos os outros trechos tanto em municípios do Maranhão quanto do Piauí. O trecho que corresponde a São Luís começou a ser construído em 1905. Em 1986, a E.F.S.L.T. foi desativada, no entanto, na ativa, percorreu os seguintes municípios maranhenses até chegar ao Piauí: São Luís, Rosário, Itapecuru-Mirim, Coroatá, Timbiras, Codó, Caxias e Timon, último município entre os dois Estados.

No Prédio da REFESA, como é conhecida atualmente a antiga estação da E.F.S.L.T., ainda é possível ver um vagão/reliquia do trem que vinha de Teresina,

guardado em um espaço que preserva na memória do Maranhense a passagem do trem por estas terras. Outro local onde é possível rever os trilhos é o túnel, a ponte e uma extensa faixa da E.F.S.L.T. que ficam dentro do Parque Estadual do Bacanga, lugar onde *nasceram* os bairros do Sacavém e deste o Dirrematopônimo Túnel do Sacavém.

Nesse caso, o Dirrematopônimo Túnel do Sacavém, no que tange à sua motivação toponímica, assim como a Forquilha, funciona como arquétipo toponímico porque, de substantivo comum (túnel), passa a estrutura motivada toponimicamente, ou seja, é uma forma descritiva que carrega em si a significância dos elementos que nomeia: túnel ou trecho da E.F.S.L.T. por onde o trem passava (Sacavém). Outro topônimo que também assume essa mesma função de arquétipo toponímico é o Dirrematopônimo Bairro de Fátima, ou seja, o lugar de propriedade da santa que veio de Fátima (Portugal).

A nomeação/qualificação das localidades de São Luís com o termo *bairro* é perceptível somente a partir da promulgação da Lei Municipal nº 413, de 24/11/1928, que oficializava a divisão das quatro zonas municipais de São Luís e nomeava seus bairros proletariados, caso que foi aplicado, oportunamente, ao Dirrematopônimo Bairro de Fátima, classificado como *bairro proletariado*. Posteriormente, o qualificativo proletariado seria substituído por aquele que homenageia a santa portuguesa: *bairro de Fátima*.

Dessa forma, a história do Dirrematopônimo Bairro de Fátima ou Bairro da Igreja/santa Nossa Senhora de Fátima figura no cenário ludovicense na segunda metade do século XIX com o Sítio Cavaco, propriedade de José Maria Henriques Cavaco. Todavia esse topônimo, de 1863 à atualidade, sofreu mais duas ATs antes chegar a Bairro de Fátima: Sítio Nova Olinda e Fazenda Estadual. Esses três topônimos que a localidade teve em toda sua existência, serão substituídos porque os Sítios Nova Olinda e Cavaco, ao mudarem de donos mudaram também de denominações. No entanto, o topônimo Fazenda Estadual não teve vida longo porque não satisfaz aos objetivos para os quais fora pensado.

Em síntese, a motivação toponímica do Dirrematopônimo Bairro de Fátima também é arquetípica porque o termo bairro não significa somente a localidade onde as pessoas moram, mas o espaço geográfico guardado por Nossa Senhora de Fátima como

propriedade sua, reforçando, dessa maneira, a crença religiosa nos santos do hagiológico romano. A natureza antropocultural desse Dirrematopônimo é, portanto, hagiológica porque homenageia um santo vindo de Portugal para São Luís, a exemplo do que aconteceu com Nossa Senhora: do Desterro, da Madre Deus, da Purificação de Sacavém, São Francisco e São Marcos.

O Dirrematopônimo Fé em Deus também tem essa motivação hagiológica, mas, ao contrário do Bairro de Fátima, não pudemos resgatar sua real motivação. Como era um entre muitos sítios, acreditamos que nomeava esse tipo de habitação muito frequente em São Luís nos seus primeiros séculos de ocupação. Logo, tanto Bairro de Fátima quanto Fé em Deus são Dirrematopônimos que se referem ao Catolicismo português. O Mitotopônimo Olho d'água também resgata um elemento étnico, mas necessariamente a presença indígena na Toponomástica ludovicense.

➤ O Mitotopônimo **Olho d'água** (cf. p. 198-203)

O Mitotopônimo Olho d'água tem sua explicação na lenda do amor de uma cunhã por um índio que foi levado pela Mãe-d'água. Segundo Coaracy (2012, p. 185), a silvícola, inconformada por ver seu amado levado pelo mar, sentou-se na areia da praia, chorou durante vários dias até ficar cega, cansada e morrer. Como a índia foi sepultada nesse local, “lá nasceram dois olhos d'água que nunca mais secaram” (COARACY, 2012, p. 185), dando origem à praia que é farta de água tanto marítima quanto fluvial.

Oportunamente já destacamos que essa relação estreita que o ludovicense tem com o elemento hídrico aplica-se às suas necessidades de sobrevivência. O surgimento do Mitotopônimo Olho d'água vai suprir, principalmente, a carência que os moradores da Grande Ilha tinham de um lugar para os banhos profiláticos. Isso é justificado porque pessoas, por recomendação médica ou superstição, precisavam tomar banho em água salgada, mas não alimentavam o costume de fazê-lo na orla marítima de São Luís por vários motivos, dentre os quais destacamos o difícil acesso às praias ou às águas delas, já que algumas eram lamacentas ou localizadas em mangues, tornando-se, dessa forma, inadequadas para o banho profilático ou não atrativa para o lazer, nesse caso, era mais comum os ludovicenses atravessarem a Baía de São Marcos para tomar banho salgado no Município de Alcântara do que se banharem nas praias de São Luís. É dessa necessidade de atender aos anseios dos moradores da Ilha que o Coronel Alexandre

Collares Moreira Júnior, Vice-Governador do Estado, institui a Lei Estadual nº 394, de 28/04/1905, que autorizava a criação de uma estação/cidade balneária no lugar Olho d'água.

A institucionalização da Cidade Balneária propiciou muitos benefícios à população de São Luís, não só por resolver as questões relacionadas aos banhos profiláticos ou mais áreas de lazer e veraneio, mas também por criar uma importante via de acesso, por terra, aos bairros do Anil, Turu e às praias, a Rodovia *Anil/Olho D'água*. Dessa forma, o Mitotopônimo Olho d'água pode ter perdido sua motivação toponímica original que é a de resgatar as lendas indígenas no imaginário local, mas continua contribuindo para que conheçamos a relação íntima que o ludovicense tem com a água que o cerca por todos os lados.

As conclusões a que chegamos

A partir da análise pormenorizada dos 17 topônimos que figuram no período de 1813-1912 da história de São Luís, encontramos 01 de natureza física e 16 de natureza antropocultural. Isso evidencia que o nomeador memorizou em 06% a presença de um elemento que se refere ao aspecto natural e físico da terra ocupada, a flora, representada pelo Fitotopônimo Goiabal e, em 94% dos nomes de lugares, os elementos de natureza antropocultural.

Os elementos de natureza antropocultural, por sua vez, vão resgatar e perpetuar a manutenção e disseminação da religião Católica, representada pelos nomes de santos do hagiológico romano e latino, como é o caso de Nossa Senhora de Fátima (Bairro de Fátima), Nossa Senhora da Purificação de Sacavém/Nossa Senhora da Vitória (Sacavém, Túnel do Sacavém), Santa Rosa de Lima (Santa Rosa) e de expressões linguísticas ou nomes de instituições que têm uma relação estreita com o Catolicismo: Cemitério da Santa Cruz dos *Passos* de Nosso Senhor Jesus Cristo ou Cemitério da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos *Passos* (Vila Passos) e do Sítio Fé em Deus (Sítio Fé em Deus).

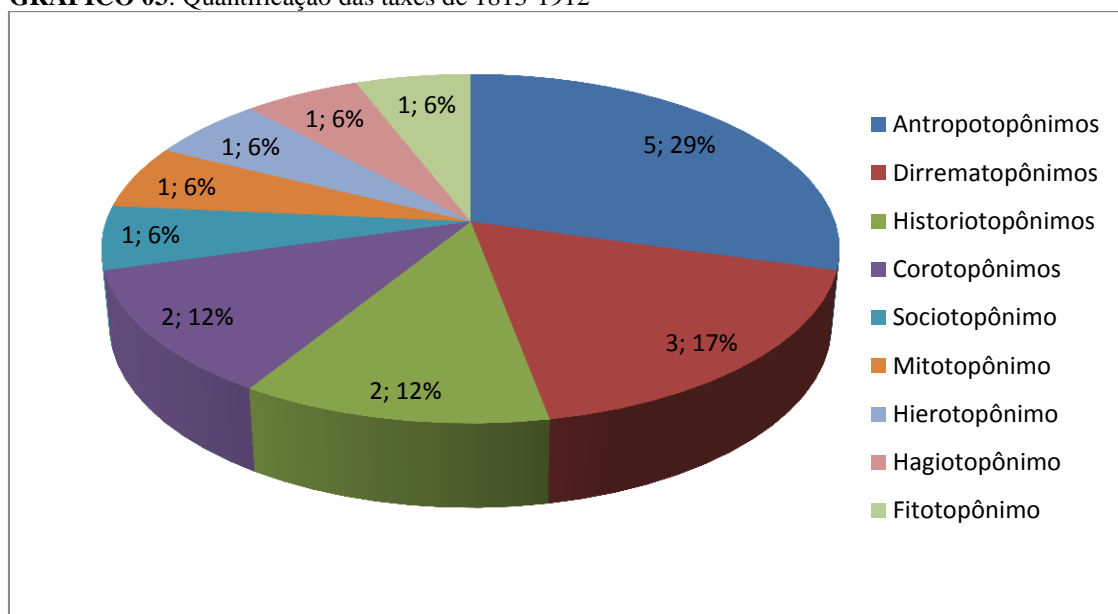
Além da manutenção da religião europeia e de sua Coronímia (Coréia, Sacavém), vai ser mantida também a influência da etnia indígena nativa, representando tanto a hidrografia quanto as lendas do imaginário ludovicense (Olho d'água); o resgate

de membros da sociedade que eram proprietários de terras, como empresários, políticos e médicos (Lira, Barreto, João Paulo, Sá Viana, Jordoa); o acesso a meios de transportes que circulavam no município e fora dele (Apeadouro, Túnel do Sacavém); a implantação de órgãos e estabelecimentos destinados à prestação de serviços públicos como cemitérios (Vila Passos, Goiabal), igrejas católicas (Bairro de Fátima, Sacavém) e hospitais (Hospital-Colônia Nina Rodrigues/Monte Castelo).

A junção de todos esses elementos a outros como: fazendas (Bairro de Fátima/Barreto), fábricas têxteis e de beneficiamento de arroz (Fabrill, Monte Castelo), vilas operárias e conjuntos habitacionais como o Núcleo Residencial do Timon-Areal (Monte Castelo) e o Vila Nova do João Paulo (João Paulo) vão mostrar uma São Luís industrializada e inchada demograficamente. Esse desenvolvimento social, econômico e, principalmente, populacional vai exigir cada vez mais a ampliação e a melhoria da prestação de serviços públicos básicos como saúde, educação, transporte, esgoto, moradia, água encanada e energia elétrica que possibilitem melhores condições de vida para os migrantes e para os moradores da Cidade.

A porcentagem dos 16 topônimos de natureza antropocultural (Antropotopônimos, Dirrematopônimos, Historiotopônimos, Corotopônimos, Sociotopônimo, Mitotopônimo, Hierotopônimo, Hagiotopônimo) e 01 de natureza física (Fitotopônimo), presentes no período sincrônico de 1813-1912, encontra-se no gráfico que segue.

GRÁFICO 03: Quantificação das taxes de 1813-1912



5.4 PERFIL TOPONOMÁSTICO DE SÃO LUÍS NO PERÍODO DE 1913-2013

Além das medidas emergenciais tomadas pelos desbravadores franceses e portugueses nos primeiros séculos de vida da Colônia (aldear os índios, proteger a Terra com fortes/fortalezas, construir igrejas e permitir a implantação de freguesias), devemos saber também como foi a criação de lugares, vilas e bairros, para entendermos como surgiu a denominação do termo *bairro* que caracteriza os topônimos que hoje utilizamos em São Luís.

Em virtude do Ato Régio de 07/06/1755, que libertava temporariamente os índios dos domínios dos jesuítas, “as aldeias ou missões da Companhia de Jesus no Maranhão foram elevadas às categorias de lugar ou vila, conforme sua importância e população” (MARQUES, 2008, 104). Vale ressaltar aqui que tanto a denominação de *lugar* quanto a de *vila* foram estendidas não só às aldeias dos índios libertos, mas também aos lugares já habitados da Província naquela época ou que foram habitados posteriormente, como é o caso, por exemplo, do: Lugar da Ponta de Santo Amaro ou Sítio da Madre Deus (Madre Deus); denominado Lugar Turúh, (Turu); Lugar ou Povoado Angelim; Lugar Camboa do Mato; Lugar do Cutim e também das Vilas: Passos, Uçaguaba (Vinhais), Bacanga, Airton Sena, Janaína e Isabel Cafeteira.

Dessa forma, as denominações: *lugar, vila, quinta e sítio*⁵⁰ vão anteceder os topônimos que hoje correspondem aos chamados *bairros*. Já estes, por sua vez, podem figurar, toponimicamente, com expressões compostas pelas referidas denominações ou também por outras correspondentes: Alameda (dos Sonhos), Bairro (de Fátima), Cantinho (do Céu), Cidade (Operária), Chácara (Brasil), Conjunto (Habitacional Anil IV), Jardim (América Central), Loteamento (Vinhais), Parque (Vitória), Planalto (Aurora), Recanto (dos Pássaros), Residencial (Primavera Turu), Solar (dos Lusitanos) e Vivenda (do Turu).

Versa a bibliografia que trata da definição da palavra *bairro* que este pode ser formado geralmente por condomínios horizontais (casas, mansões, sobrados, bangalôs e chalés) ou verticais (apartamentos dispostos em vários blocos ou em unidade), logo, as

⁵⁰ Ainda encontramos em São Luís áreas predominantemente de sítios e topônimos que adotaram essa denominação, que literalmente espelham um sítio (pequena propriedade agrícola): Sítio Leal.

denominações que podem entrar nos Dirrematopônimos se aplicam tanto a conjuntos residenciais de casas quanto de apartamentos.

Além do Ato Régio de 07/06/1755 que criava as vilas e os lugares, São Luís contava também com as freguesias que eram administradas pelo bispo diocesano. O fato de ter vilas, lugares e freguesias onde os habitantes da Capital construía suas moradias, aliado ao desenvolvimento econômico, fez com que a Grande Ilha expandisse seu território para além do Centro, principalmente pelo antigo Caminho Grande. Assim, como São Luís começou a se expandir pela porção da cidade que não era água, as Freguesias de Nossa Senhora da Conceição, São João Batista e Santa Filomena influenciaram mormente no surgimento dos bairros intimamente ligados ao desenvolvimento das áreas adjacentes ao chamado Caminho Grande.

O Caminho Grande, atual Av. Getúlio Vargas e João Pessoa, era a estrada de chão batido, que, depois de um tempo, passou a agregar a linha de bonde que ia ao Distrito do Anil. Foi por esse lugar que a Ilha começou sua primeira expansão porque suas outras extremidades eram rios (Bacanga e Anil) e o acesso por eles era mais difícil. Essa via começava onde atualmente temos a Rua Grande, percorria toda a extensão do Canto da Fabril até o Anil. Modernamente, podemos estendê-lo também por toda a Av. São Luís Rei de França por causa da pavimentação da antiga Rodovia Anil/Olho d'água que dava/dá acesso à Cidade Balneária do Olho d'água.

Foi a partir dessa importante via de acesso que surgiram os bairros fabris ou mesmo as chamadas vilas Operárias de São Luís porque o Caminho Grande abrigou as primeiras fábricas da cidade, o Matadouro Modelo, o Cemitério da Vila dos Passos, os apeadouros e as paradas dos bondes que saíam do Centro, originando, assim, os primeiros bairros ao seu entorno: Diamante, Fabril, Liberdade, Vila Passos, Monte Castelo, Jordoa, João Paulo, Túnel do Sacavém, Filipinho, Outeiro da Cruz, Cutim, Anil. Esse não foi o único motivo da expansão do Centro, mas a tentativa de torná-lo bonito esteticamente, isto é, os cortiços e as habitações proletariadas contrastavam com os imponentes prédios de azulejaria portuguesa e francesa, por isso era necessário inibir a presença de moradias que destoassem do conjunto arquitetônico representativo da alta elite ludovicense.

A Lei Municipal nº 381, de 11/10/1927, promulgada pelo Prefeito Jaime Tavares, no seu 2º artigo desapropriava, por utilidade pública, bem do estado sanitário e estética do progresso da Capital, todos os terrenos particulares constituídos em núcleos de população proletariada mais ou menos densas em sete bairros do Centro Histórico de São Luís. Os lugares considerados como *núcleos de população proletariada mais ou menos densas* eram as chamadas Vilas Operárias.

Um ano depois de promulgada a Lei Municipal nº 381, a Lei Municipal nº 413, de 24/11/1928 oficializava a divisão das quatro zonas municipais de São Luís, assim como a denominação do que era considerado bairro proletário e onde estariam localizados.

Art. 1º Para efeito de fiel aplicação as Leis em vigor, o município de São Luiz fica dividido em quatro zonas: a) Primeira zona, central ou principal; b) Segunda zona ou urbana; c) Terceira zona ou suburbana; d) Quarta zona ou rural (...). Art. 4º A Terceira zona compreende toda a área edificada, em agrupamento mínimo de vinte casas, entre os rios Anil e Bacanga e que não fôr atingida pelas demais zonas, até onde cheguem as divisas do Município. § 1º Os bairros proletários designados e outros agrupamentos operários de mais de cinquenta casas (...) são classificados como zona suburbana, mesmo quando localizados em zonas diferentes (DIÁRIO OFICIAL, 29/11/1928, p. 06-07).

As fábricas que estavam sendo implantadas em São Luís ficavam em zonas suburbanas, permitindo, dessa forma, o desenvolvimento ou ocupação de bairros de operários, estimulando o comércio, a especulação imobiliária e a exigência de serviços urbanos públicos que garantissem qualidade de vida aos moradores das localidades, por isso, a Lei Municipal nº 381 deixava subjacente que as terras municipais aforadas não deveriam servir de fonte de renda aos foreiros, já que faziam casas para alugar. Quanto aos cortiços, eram repudiados porque consideravam-nos como áreas que ofereciam danos à saúde pública e à estética da Cidade, assim, o Município, querendo ter lucro com suas terras e afastar do Centro a classe operária, promulgou as referidas Leis que impulsionavam a expansão da Cidade para áreas além das adjacentes, as dos Caminhos (da, Boiada, o Grande).

Vale ressaltar que é a partir da Lei Municipal nº 413 que vamos encontrar pela primeira vez a denominação de *bairro*, que, neste caso, eram lugares localizados em zonas suburbanas, rurais e deveria compreender uma população, em média, de 50 habitantes operários. Essa denominação não mudou muito do século passado para a atualidade já que *bairro*, segundo Houaiss (2009), é uma área povoada, de determinado território, perto de uma cidade ou mesmo partes em que dividimos uma cidade ou vila com o intuito de facilitar tanto a orientação das pessoas quanto a administração pública, que deveria usar os indicadores sociais para ser *mais* eficaz na prestação de serviços básicos como saúde, educação, transporte. Houaiss acrescenta ainda que bairro pode ser denominado como *área urbana geralmente ocupada por pessoas de uma mesma classe social*, o mesmo previsto pelas Lei Municipal nº 381 e Lei Municipal nº 413 para Vilas Operárias e bairros proletários, respectivamente.

Se os operários não podiam morar perto do Centro da Cidade, onde então iriam se alojar? A Lei Municipal nº 429, de 16/09/1929, trata das providências que deveriam ser tomadas para o aforamento de lotes de terrenos do Patrimônio Público destinados à classe proletária e operária que quisesse construir sua residência. Estes poderiam solicitar da Prefeitura Municipal o aforamento de terrenos por meio de um simples requerimento selado. Mas o Artigo 3º da referida Lei advertia que, “deferido o pedido será expedida a carta de aforamento, mediante os foros de mil réis anuaes, para o máximo de cem metros quadrados de superfície”, ou seja, poderiam usar as terras públicas, mas teriam que pagar por elas.

Apesar de a Lei Municipal nº 429 deixar claro que as classes proletária e operária poderiam pedir aforamento de terrenos por simples requerimento, os operários estavam sujeitos não só ao pagamento de imposto predial anual para a ocupação do solo municipal, mas a fazer benfeitorias no terreno e não deixá-lo a ermo, nesse caso, a gleba seria reincorporada a seu dono original que poderia ser o Município, o Estado ou a União (Governo Federal).

Devemos lembrar também que qualquer pessoa, de qualquer nível social, poderia ser foreira das terras do Município, bastava, para tanto, ajustar-se às normas de empréstimo da Terra. Com o passar dos tempos, a Prefeitura começou a desapropriação das terras ou para construções públicas ou para a venda dos terrenos. Dessa e de outras

formas, foram surgindo as quintas, os sítios, as Vilas Operárias e os bairros que hoje temos na Grande Cidade.

O crescimento *demográfico desordenado* de São Luís vai ocasionar dois tipos de ocupações do solo para construção de moradias: a planejada, com a construção de conjuntos habitacionais por órgão estatais, da União, de construtoras ou de cooperativas e as ocupações diretas, espontâneas ou as chamadas apropriações irregulares da terra, vulgarmente conhecidas como invasões. A maior parte das ocupações espontâneas não aconteceu em terrenos aforados, mas em propriedades privadas ociosas, construídas ou não, mas que atraíram a atenção tanto de quem não tinha moradia quanto de quem se aproveitava da situação por interesses políticos e econômicos, como é o caso de cabos eleitorais e posseiros ou grileiros.

No que se refere à ocupação planejada, ou seja, aos conjuntos habitacionais destinados aos trabalhadores e construídos com verbas públicas, o primeiro que temos notícia é o Antropotopônimo Conjunto do Filipinho ou Cidade Residencial do Filipinho (no Caminho Grande), inaugurado em 1950 e financiado, segundo Burnett (2012, p. 97), pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes – IAPC. Esse conjunto de residências planejadas vai ser sucedido por outros que favorecerão o surgimento de ocupações espontâneas não só em suas imediações, mas em todo o território da Cidade.

Na segunda metade do século XX e início do XXI, a expansão urbana de São Luís, que começou a partir do Caminho Grande, se estenderá e intensificará também em outras direções, caso, por exemplo, do eixo Itaqui-Bacanga e Centro-São Francisco⁵¹ em virtude do crescente investimento em prestação de serviços públicos, geração de empregos e de programas que incentivam a construção de moradias populares. Além do IAPC vão surgir outros órgãos que estimularão a fixação de moradias não só para funcionários públicos (federais, estaduais e municipais), mas também para os da iniciativa privada (empresas, empreendimentos). Dentre os órgãos que construíram moradias populares em São Luís, destacamos: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado – IPASE, Instituto de Previdência do Estado do Maranhão – IPEM, Cooperativa Habitacional dos Trabalhadores do Comércio – COHATRAC e Companhia de Habitação Popular– COHAB.

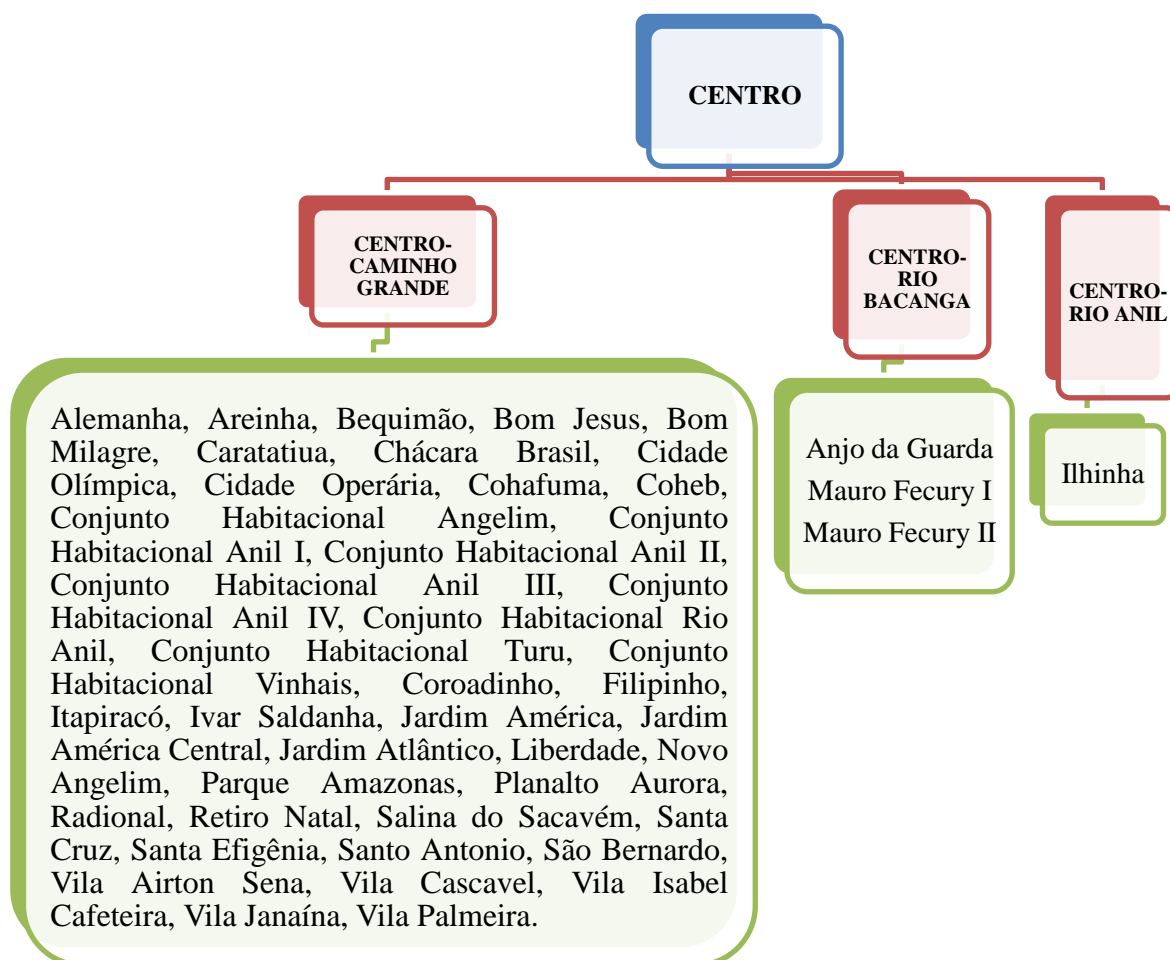
⁵¹ A partir deste momento denominaremos a área Centro-Rio Anil de Centro-São Francisco por causa da construção da ponte que liga os dois bairros e que atualmente identifica popularmente a localidade.

A Companhia de Habitação Popular – COHAB foi criada durante a ditadura militar (1964-1985) e tinha como objetivo a construção de habitação popular de massa. É a partir da COHAB-MA que vamos ter a construção de moradias que influenciaram consideravelmente na Microtoponímia ludovicense ou por se transformarem em bairros ou por servirem de referência para o surgimento de bairros de ocupação espontânea ou planejados. Os treze conjuntos habitacionais construídos pela inativa COHAB-MA são os Conjuntos Habitacionais: Angelim, Anil I, Anil II, Anil III, Anil IV, Bequimão, Cidade Operária, Eney Santana-Radional, Jardim América, Rio Anil, Sacavém, Turu e o Conjunto Habitacional Vinhais.

Dessa forma, os Topônimos representativos do período sincrônico que vai de 1913-2013 são 46 nomes de lugares assim caracterizados: 02 Animotopônimos (Liberdade e Coroadinho), 08 Antropotopônimos (Filipinho, Ivar Saldanha, Vila Airton Sena, Vila Janaína, Vila Isabel Cafeteira, Mauro Fecury I, Mauro Fecury II e Bequimão), 02 Corotopônimos (Alemanha e Parque Amazonas), 01 Cronotopônimo (Novo Angelim), 16 Dirrematopônimos (Bom Jesus, Retiro Natal, Bom Milagre, Cidade Olímpica, Conjunto Habitacional Anil I, Jardim América Central, Cidade Operária, Planalto Aurora, Conjunto Habitacional Angelim, Conjunto Habitacional Vinhais, Conjunto Habitacional Turu, Conjunto Habitacional Anil IV, Conjunto Habitacional Anil III, Conjunto Habitacional Anil II, Conjunto Habitacional Rio Anil e Salina do Sacavém), 01 Ecotopônimo (Chácara Brasil), 02 Etnotopônimos (Caratatiua e Itapiracó), 01 Fitotopônimo (Vila Palmeira), 03 Hagiotopônimos: (Santa Cruz, São Bernardo e Santa Efigênia), 01 Hierotopônimo (Anjo da Guarda), 01 Litotopônimos (Areinha), 01 Poliotopônimo (Jardim Atlântico), 03 Siglatopônimos (Radional, Cohafuma e Coheb), 01 Sociotopônimo (Santo Antonio) e 01 Zootopônimo (Vila Cascavel). 01 Geomorfotopônimo (Ilhinha)

No diagrama abaixo, podemos evidenciar como essa parcela de 46 topônimos, do universo de 81, encontra-se organizada nas três áreas toponímicas.

DIAGRAMA 04: Distribuição dos topônimos do período de 1913-2013



➤ Os Antropotopônimos **Filipinho** (cf. p. 271), **Ivar Saldanha** (cf. p. 268-270), **Vila Airton Sena** (cf. p.340-341), **Vila Janaína** (cf. p. 341-343), **Vila Isabel Cafeteira** (cf. p. 303), **Mauro Fecury I** (cf. p. 312-313), **Mauro Fecury II** (cf. p. 312) e **Bequimão** (cf. p. 212-213).

Os oito Antropotopônimos presentes no período de 1913-2013, assim como os demais já analisados, referem-se a personalidades de destaque no âmbito nacional e local. Dessa maneira, temos o tributo ao esportista Ayrton Senna (Vila⁵² Airton Sena),

⁵² Além de figurar nos já citados topônimos Vila: Airton Sena, Bacanga, Isabel Cafeteira, Janaína e Passos, o termo genérico vila qualifica também os bairros ludovicenses da Vila: 07 de Setembro, América, Ariri, Brasil, Cascavel, Conceição, Cruzado, Dom Luís, dos Frades, dos Nobres, Embratel,

morto no mesmo ano em que o bairro surgiu e, também, a pessoas relacionadas à área da Política, como é o caso: do Prefeito Mauro de Alencar Fecury, que viabilizou o loteamento que recebe seu nome (Mauro Fecury II, Mauro Fecury I); do Prefeito Ivar Figueiredo Saldanha, que motivou a AT do Conjunto Habitacional Iolanda Costa e Silva (Ivar Saldanha) e, também, de membros da família do Governador do Estado Eptácio Cafeteira Afonso Pereira, a filha (Vila Janaína) e a esposa (Vila Isabel Cafeteira) desse Político, homenageadas como forma de gratidão por terem intermediado o acesso à terra e o apoio à permanência das pessoas que ocuparam espontaneamente as localidades em questão.

Mesmo não tendo encontrado a motivação toponímica de Filipinho, o classificamos como Antropotopônimo porque, segundo Dick (1998b, s/p.) as taxes explicativas, definidas, conforme suas expressões denominativas e as marcas semântico-terminológicas, têm por finalidade a transmissão das causas que justificam a denominação dos nomes de lugares sem que precisemos recorrer ao denominador propriamente dito, dessa forma, Filipinho é um substantivo próprio que, hipoteticamente, pode referir-se ao nome de morador da localidade. Afirmamos isso porque essa era uma tenência da época, por esse motivo, classificamos o substantivo próprio no diminutivo, Felipe > Felipinho, como Antropotopônimo.

No que tange ao Antropotopônimo Filipinho, não sabemos qual foi a motivação toponímica desse lugar, nem quando nos reportamos à sua natureza de sítio e nem quando investigamos sua função como sede da Empresa Industrial Koblitz cujos donos eram os sócios Antonio Luiz de Castro, Arthur Koblitz e Nestor Madureira. Esse processo não é verificado com o Antropotopônimo Bequimão, cuja motivação original é fundamentada na figura do revolucionário Manuel Beckman, alcunhado de Bequimão.

Em síntese, todos os Antropotopônimos do período de 1913-2013 atendem à sua natureza antropocultural porque resgatam e memorizam personalidades que tiveram algum destaque social ou político na Cidade (Mauro de Alencar Fecury), no Estado (Eptácio Cafeteira Afonso Pereira, Janaína e Isabel Cafeteira, Manuel Beckman) e também fora e dentro do País (Ayrton Senna). A respeito desse último topônimo, vale a ressalva de que sofreu duas ATs: a ortográfica que, além de simplificar a escrita do

nome próprio (Ayrton>Airton), possibilitou a supressão da letra dobrada do sobrenome (Senna> Sena).

➤ Os Dirrematopônimos **Bom Jesus** (cf. p. 319-320), **Bom Milagre** (cf. p. 259-260), **Cidade Olímpica** (cf. p. 343-345), **Cidade Operária** (cf. p. 330-332), **Conjunto Habitacional Angelim** (cf. p. 211-212), **Conjunto Habitacional Anil I** (cf. p. 303-305), **Conjunto Habitacional Anil II** (cf. p. 305-306), **Conjunto Habitacional Anil III** (cf. p. 306-307), **Conjunto Habitacional Anil IV** (cf. p. 307-308), **Conjunto Habitacional Rio Anil** (cf. p. 213-214), **Conjunto Habitacional Turu** (cf. p. 206), **Conjunto Habitacional Vinhais** (cf. p. 196-198), **Jardim América Central** (cf. p. 334-336), **Planalto Aurora** (cf. p. 298-300), **Retiro Natal** (cf. p. 252-253) e **Salina do Sacavém** (cf. p. 322-325)

Dos treze topônimos que sugeriram da COHAB, os onze que têm, na sua estrutura toponímica oficial de origem, a expressão linguística conjunto habitacional, são: Conjunto Habitacional: Angelim, Anil I, Anil II, Anil III, Anil IV, Bequimão, Eney Santana-Radional, Rio Anil, Sacavém, Turu e Vinhais. Dessa forma, citamos, por exemplo, os Dirrematopônimos de natureza física que se referem à: hidrografia, aqui referenciada pelo nome do Rio Anil (Anil I, Anil II, Anil III, Anil IV e Conjunto Habitacional Rio Anil); a flora, representada pelo nome de uma árvore (Angelim) e a fauna, perpetuada no nome de um inseto (Turu). No que tange aos Dirrematopônimos de natureza antropocultural, figuram três, dois que resgatam e homenageiam personalidades de destaque no cenário ludovicense, o revolucionário Manuel Beckman (Bequimão) e a benemérita da APAE, Eney Santana (Radional) e um que resgata o Cronotopônimo Vinhais Velho (Vinhais). No caso do Conjunto Habitacional Eney Santana, como já dissemos anteriormente na ficha desse bairro, o nome oficial deixou de ser usado em detrimento de Radional, topônimo mais antigo que resgata a sede da Rádio da ITT Comunicações Mundiais S.A.

É interessante lembrarmos que, mesmo que os Dirrematopônimos de natureza física que se referem à hidrografia não sejam usados atualmente com o designativo de *conjunto habitacional*, eles permanecem como expressões linguísticas que diferenciam as diferentes etapas de construção das moradias, dessa forma, os algarismos romanos que identificam o Anil I, II, III e IV evidenciam que este, por exemplo, foi o último, de uma série de quatro etapas, a ser construído. Assim, os Dirrematopônimos Conjunto

Habitacional Anil I, Conjunto Habitacional Anil II, Conjunto Habitacional Anil III e Conjunto Habitacional Anil IV sofreram duas ATs, uma oficial, que lhes retirou o qualificativo de *conjunto habitacional* e outra popular, que operou de forma mais significativa nos topônimos, porque os transformou em um único topônimo, isto é, se perguntarmos, por exemplo, a uma pessoa onde ela mora, ela responderá que é na Cohab. Em contrapartida, se quisermos saber especificamente em que ponto da Cohab, ela poderá responder que é no 1º conjunto, no 2º e assim sucessivamente.

O que podemos inferir dessas ATs é que o nome da Companhia de Habitação Popular sofreu um esvaziamento semântico e uma ressemantização, ou seja, deixou de identificar a empresa que fazia as moradias para nomear o local onde as casas foram construídas pela referida Companhia que, uma vez inativa⁵³, perdeu sua referência como empresa, fortalecendo, dessa forma, sua função como topônimo. Moradores ludovicenses na faixa etária inferior a 40 anos não sabem ou têm dificuldades de resgatar as empresas COHAB, RADIONAL, COHEB e COHAFUMA, mas não têm o mesmo percalço com os topônimos Cohab, Radional, Coheb e Cohafuma.

Essa característica de Siglatopônimo que a Cohab adquiriu ao longo de sua existência é a mesma que aconteceu com os topônimos Radional, Cohafuma e Coheb. De nomes de empresas, passaram a figurar somente como siglas que identificavam as empresas e, posteriormente, como designativo de lugares que mantiveram uma relação estreita com os estabelecimentos que sediavam. Dessa forma, os topônimos que eram siglas e agora são substantivos próprios, evidenciam que o topônimo, assim como qualquer signo da língua, é passível dos mesmos fenômenos linguísticos que ocorrem no léxico de determinada Língua.

Diante do quadro desenhado acima, é interessante ressaltarmos que, quando a COHAB construía um conjunto habitacional em localidade já habitada e nomeada, recorria ao topônimo outrora existente para nomear o conjunto de moradias que era inserido na comunidade, isso justifica os Dirematopônimos que surgiram a partir dos povoados já existentes no Turu, no Angelim, no Sacavém, no Anil e no Vinhais, mas não o Corotopônimo Jardim América e os Dirematopônimos Jardim América Central e

⁵³ Erroneamente, as pessoas dizem que a COHAB foi extinta, na verdade ela apenas não opera mais com a mesma razão jurídica. No caso da COHAB-MA, esta é representada pela EMARHP, portanto, ainda existente.

Cidade Operária. Estes últimos originaram-se em terreno desabitado comprado pela referida Companhia de Habitação para a construção de moradias populares, por isso receberam topônimos originais.

O Dirrematopônimo de natureza antropocultural Cidade Operária, por exemplo, era o nome do projeto da COHAB para a construção de 15.000 casas populares destinadas aos trabalhadores de baixa renda da Capital. Mesmo não tendo sido construído o número de habitações previstas, o conjunto adquiriu proporções de uma cidade com as suas 7.500 casas, por isso a motivação toponímica de *cidade habitada por operários*. Já o Dirrematopônimo Jardim América, que deveria ser a segunda etapa do Projeto Cidade Operária, homenageava as unidades federativas dos Estados Unidos da América. Como este bairro também tinha uma área territorial extensa, os moradores acrescentaram ao topônimo o adjetivo *central*, formando assim o Dirematopônimo Jardim América Central. Notemos que tanto o Dirematopônimo Cidade Operária quanto o Jardim América (Central) não foram construídos em áreas já habitadas, por isso não têm outro qualificativo que não sejam aqueles dados pela COHAB e sua equipes de arquitetos.

É interessante ressaltarmos que todos os conjuntos de moradias construídos pela COHAB foram formas planejadas de ocupação de localidades, ou seja, a referida companhia adquiria os terrenos e, muitas vezes, construía casas ou prédios. Desse processo legal de uso da Terra surgiram duas tendências toponímicas em São Luís: a adoção do nome da localidade para nomear o *novo conjunto* que estava sendo implantado nela (Anilim, Anil, Radional, Sacavém, Turu, Vinhais) e, principalmente, a ocupação irregular/espontânea da Terra por pessoas que não tinham moradias e que viam como atrativo⁵⁴ morar nas cercanias de um *Conjunto*. É desse último processo de ocupação das localidades que São Luís foi expandindo, cada vez mais, intensa geográfica e demograficamente seu território, ocasionando, assim, o Hagiopônimo Santa Efigênia, o Cronotopônimo Novo Anilim, o Antropotopônimo Vila Janaína e os Dirrematopônimos Salina do Sacavém e Cidade Olímpica.

A ocupação espontânea do bairro da salina que fica dentro do Sacavém (Salina do Sacavém) só começou depois da construção do Conjunto Habitacional do Sacavém

⁵⁴ Era vantajoso morar perto de um conjunto habitacional por vários motivos, como é o caso do acesso ao transporte público, à iluminação, água encanada, escolas, postos de saúde, área de lazer, igrejas, feira etc.

(Sacavém), o mesmo aconteceu com o Dirrematopônimo Cidade Olímpica, que se originou em terras particulares próximas dos já habitados bairros da Vila Janaína, do Jardim América Central, do Jardim América e da Cidade Operária. Notemos que tanto este último Dirrematopônimo quanto o Cidade Olímpica têm o designativo de *cidade*. O que difere um do outro é o fato de Cidade Operária ter surgido primeiro e ter sido implantado de forma planejada e o Cidade Olímpica ter vindo depois e ter surgido de forma espontânea, mas também planejada. Contudo, a motivação toponomástica dos dois é a mesma: cidades que abrigam trabalhadores que se esforçavam para obter suas moradias e melhores condições de vida, uns pagaram pela moradia, outros, não.

A partir dessa explicação podemos afirmar também que tanto o Dirrematopônimo Cidade Olímpica quanto o Cidade Operária agregam em si a função de arquétipos toponímicos, característica assumida também pelo Dirrematopônimo Planalto Aurora, uma vez que este topônimo é formado por expressão linguística constituída por um substantivo comum (planalto) que funciona como estrutura motivada (superfície plana e elevada), ou seja, passará a ser uma forma descritiva que carrega em si a significância do topônimo que nomeia: o planalto⁵⁵, o monte ou o outeiro que fica na Aurora, em detrimento daqueles que ficam no seu bairro vizinho, o Anil (Planalto Anil I, Planalto Anil II e Planalto Anil III).

Todos os Dirrematopônimos presentes no período de 1913-2013 resgatam algum aspecto de natureza física ou antropocultural de São Luís, essa característica também se aplica aos topônimos Bom Jesus, Bom Milagre e Retiro Natal, que eram áreas de sítios situados nas cercanias do Centro da Cidade. Com exceção de Filipinho, Liberdade e Alemanha, os bairros Bom Jesus, Bom Milagre e Retiro Natal são os mais antigos desse início do século XX, por isso (também), guardam em suas histórias a tendência herdada desde o começo da povoação de São Luís de adotar a denominação de sítios em localidades que se desenvolviam e adquiriam *status* de bairro.

Além de terem sido propriedades privadas (sítios), os Dirrematopônimos Bom Jesus, Bom Milagre e Retiro Natal foram classificados como bairros proletariados e agregam em si a forte motivação toponomástica que homenageia a religião Católica no resgate do nome de Cristo (Bom Jesus), de milagres, de Cristo ou não (Bom Milagre) e

⁵⁵ Figuram na Microtoponímia ludovicense, além dos já citados, outros bairros que são qualificados como planaltos, caso do Planalto: do Calhau, Turu II, Vinhais II e Residencial Planalto Vinhais I.

do nascimento, de Cristo ou não (Retiro Natal). Mesmo sem sabermos o que motivou a adoção desses topônimos aos sítios que originaram os atuais bairros, as localidades onde eles surgiram foram importantes no desenvolvimento não só da ocupação geográfica e demográfica de São Luís, mas também como vias de acesso a outras localidades situadas no Caminho Grande ou para além dele. Isso se aplica, por exemplo, ao Bom Milagre que, além de sítio, já figurou como estrada que ligava o Centro ao Monte Castelo, ao Apeadouro, ao Bairro de Fátima e ao Retiro Natal e também como importante igarapé fornecedor de água potável, juntamente com o Rio das Bicas, para as áreas adjacentes (Monte Castelo, Retiro Natal, Apeadouro e Bairro de Fátima).

Em síntese, dentre os quinze Dirrematopônimos do período de 1913-2013, os de natureza antropocultural resgatam e memorizam a religiosidade (Bom Jesus, Bom Milagre, Retiro Natal), um grupo social (Cidade Operária), um evento esportista (Cidade Olímpica) e cidades ou regiões estrangeiras (Jardim América Central, Conjunto Habitacional Vinhais, Salina do Sacavém). De igual importância são os Dirrematopônimos de natureza física que também preservam, na memória da Quatrocentenária São Luís, a hidrografia (Conjunto Habitacional Anil I, Conjunto Habitacional Anil II, Conjunto Habitacional Anil III, Conjunto Habitacional Anil IV, Conjunto Habitacional Rio Anil) e um de seus aspectos (Salina do Sacavém), a flora (Angelim), a fauna (Conjunto Habitacional Turu) e a topografia de uma localidade (Planalto Aurora).

- Os Siglatopônimos **Radional** (cf. p. 284-286), **Cohafuma** (cf. p. 193-194) e **Coheb** (cf. p. 325-326)

Já dissemos anteriormente que a São Luís dos séculos XVIII e XIX assumira nova feição, de Cidade essencialmente mercantil, passa à industrial, o que exigiu profundas e significativas mudanças políticas, econômicas e sociais em sua estrutura para atender a uma demanda cada vez maior de habitantes. Dentre as ofertas de *serviços públicos* oferecidos até então, tivemos mais investimento em urbanização, saúde, educação, transporte, energia e saneamento básico, que continuaram a ser oferecidos nestes dois últimos séculos, no período de 1913 a atualidade.

Os três Siglatopônimos, Coheb, Radional e Cohafuma referem-se a empresas de outros estados e do Maranhão que prestavam serviços públicos em São Luís: energia

elétrica, fornecida pela Companhia Hidroelétrica de Boa Esperança (Coheb), sediada no Piauí; serviços de telecomunicações como a transmissão, emissão ou recepção de sinais, sons ou mensagens de telegrafia, telefonia e radiofonia/radioemissora (Radional), fornecidos pela ITT Comunicações Mundiais S.A., empresa estrangeira sediada no Rio de Janeiro, e, também, a construção de moradias para funcionários públicos (Cohafuma) por uma cooperativa estadual.

Quando um elemento local torna-se referência toponímica, muitas vezes ele suplanta o nome oficial da localidade, esse fenômeno toponomástico aconteceu com a estação de transmissão da ITT Comunicações Mundiais S.A. que se situava dentro da área em que a COHAB construiu o Conjunto Habitacional Eney Santana, nesse caso, ao nome oficial do conjunto foi adicionada a sigla da empresa de telecomunicações (Conjunto Habitacional Eney Santana-RADIONAL). Mesmo com esse acréscimo, o topônimo que foi usado popularmente e impôs-se como oficial foi a sigla que resgata historicamente o nome da empresa (Radional). Esse mesmo processo aconteceu com a sigla que identificava a estação da Companhia Hidroelétrica de Boa Esperança que, localizada no Sacavém, passa a ser usada acoplada a esse topônimo (COHEB-Sacavém), mas o topônimo que se popularizou e oficializou-se foi Coheb.

No que tange à Cooperativa Habitacional dos Funcionários da Universidade Federal do Maranhão – COHAFUMA, percebemos em nossos inquéritos que, além de ter sofrido o mesmo processo toponomástico ocorrido com a Radional, a Coheb e a Cohab, não é mais reconhecida como uma Cooperativa, por ludovicenses na faixa etária de 40 anos, e sim como topônimo. Uma análise mais aprofundada de todos os topônimos resultantes dessa mudança siglatoponímica⁵⁶ mostra que, em todos, houve um processo, concomitantes, de esvaziamento semântico e ressemantização. Esse é um mecanismo natural dentro do um léxico de uma língua: a toda hora são formadas novas palavras e, conseqüentemente, novos componentes semânticos, processo ocorrido com as siglas RADIONAL, COHEB, COHAB e COHAFUMA que se transformaram em topônimos.

⁵⁶ Além da COHAB e da COHAFUMA, outras empresas habitacionais tornaram-se referência toponomástica em São Luís: COHAJAP, COHAJOALI, COHAMA, COHAPAM, COHASERMA, COHATRAC, IPASE e IPEM.

- Os Corotopônimos **Alemanha** (cf. p. 261-263), **Parque Amazonas** (cf. p. 255-256) e **Jardim América** (cf. p. 337-339)

A tendência de homenagear aspectos da Terra Natal ou a de origem vem de longa data na história de São Luís. No primeiro século de habitação da Grande Ilha, tivemos esse tributo de forma direta no Corotopônimo Vinhais Velho, no período compreendido entre 1813-1912, tivemos Coréia e Sacavém e, atualmente temos não só os Dirrematopônimos Jardim América Central, Conjunto Habitacional Vinhais, Salina do Sacavém, mas naqueles que homenageiam: a Pátria de missionários alemães que atuaram na área do Caratatiua, do Sítio Veneza, do Alto e Baixo Paraíso (Alemanha); as unidades federativas dos Estados Unidos da América (Jardim América) e o resgate da hidrografia da região Norte do País, através do nome de seus rios e cidades, com a denominação do bairro e de suas ruas do Parque Amazonas.

Segundo NAM (09/07/2013) ex-engenheiro da COHAB, quando uma equipe de engenheiros ou construtora planeja um conjunto habitacional, ela tem também a responsabilidade de nomear seu empreendimento como um todo. Sendo um prédio, um conjunto de edifícios, de residências, todos têm que ser identificados toponimicamente. É a partir dessa necessidade que as povoações planejadas ou espontâneas receberam denominações que muitas vezes não se ajustam ao disposto na Lei nº 2.151, de 1975, obedecendo, dessa forma, à subjetividade do nomeador. O lado negativo desse fenômeno é que a Lei nº 2.151 acaba perdendo seu valor por ser ignorada, em contrapartida, possibilita uma gama significativa de aspectos físicos e antropoculturais na Toponomástica de São Luís.

Um claro exemplo dessa variedade de elementos simbolizados na Microtoponímia local é a adoção de termos genéricos como parque⁵⁷ (Parque Amazonas) e jardim⁵⁸ (Jardim América) que, além de referir-se às suas significações originais, passam a agregar aos elementos que qualificam e determinam ideias de conjunto, união, de junção de elementos semelhantes entre si. Nesse caso, o Parque Amazonas vai se referir à extensa área de rios e localidades banhadas pelo Amazonas, e

⁵⁷ Figuram na Microtoponímia ludovicense, além do Parque Amazonas, Parque: Ângela, Atenas, Aurora, dos Nobres, Guanabara, Olinda, Sabiá, Timbira, Universitário e Vitória.

⁵⁸ Figuram na Microtoponímia ludovicense, além do Jardim América, Jardim América Central e Jardim Atlântico, mais 10 ocorrências desse termo genérico, Jardim Araçagy, Coelho Neto, das Margaridas, das Oliveiras, de Fátima, Eldorado, Monterrey, São Cristóvão, São Cristóvão II, e Jardim São Raimundo.

o Jardim América, ao conjunto das unidades federativas que compõem os Estados Unidos da América.

Vale a ressalva de que os termos genéricos *jardim e parque* estão sendo usados atualmente para se referir a grandes empreendimentos imobiliários de luxo na Capital que, muitas vezes, equivalem ou são autodenominados de bairros. O Bairro Projetado *Jardins de São Luís*, por exemplo, é formado por um conjunto de cinco condomínios de prédios residenciais que são qualificados como jardins, nesse caso, os Jardins de: Provence, Lombardia, Toscana, Venêto e Andaluzia (<http://www.cyrela.com.br/ma>). No que tange ao qualificativo *parque*, citamos o exemplo do *Parque Renascença Florença*, empreendimento que também promete ser um diferencial a seus moradores.

Diferencial é um dos muitos qualificativos de imóveis de luxo porque eles agregam em suas áreas privativas tudo o que seus proprietários buscariam fora dali: salões de festas (adulto, infantil), praças, espaço gourmet e de leitura, brinquedoteca, playground (infantil, juvenil), quadra poliesportiva, churrasqueira, piscinas, salão de jogos, áreas para animais, academias, saunas, *spas*, ou seja, *Um jeito inédito de morar. Bairro privativo é inédito*, destaca a Construtora Cyrela nos muros das obras do Jardins São Luís.

➤ O Ecotopônimo **Chácara Brasil** (cf. p. 207)

Recentemente foi divulgado nos meios de comunicação de São Luís que nos últimos 30 anos, houve uma supervalorização de imóveis na Capital, essa elevação nos preços de terrenos e de moradias é resultado do intenso processo habitacional ocorrido na década de 1960/70, momento em que o Maranhão começou a comercializar casas e, conseqüentemente, a atrair empreendedores e novos moradores para seu território.

Na década de 70, por exemplo, o Ecotopônimo Chácara Brasil, era apenas uma extensa área de mata dentro do Turu, porém, com a construção da granja do agrônomo José de Jesus Reis Ataíde, a chácara desenvolveu-se, foi transformada em lotes que posteriormente foram vendidos e originaram o bairro cujos imóveis são os mais valorizados da grande área do Turu. Dessa forma, o Ecotopônimo Chácara Brasil vai manter a tendência toponomástica observada em quatro séculos da história de São Luís que é a adoção de nomes de sítios, quintas, chácaras e outros tipos de estabelecimentos

como topônimos. Nesse caso, a propriedade do Senhor Ataíde tem natureza coronímica, pois homenageia nosso País. Outro topônimo que também tem essa característica é o Poliotopônimo Jardim Atlântico.

➤ O Poliotopônimo **Jardim Atlântico** (cf. p. 206)

É sabido que a década de 1970 significou o *boom* do crescimento imobiliário ludovicense. Se nos três primeiros séculos o inchaço demográfico ocorreu no Centro e em Vilas Operárias, agora há o povoamento intenso (planejado ou não) da Grande Ilha em todas as suas direções. Esse crescimento/expansão acelerado de São Luís nos permite visualizar outras áreas toponímicas que não sejam só o Centro, o Centro-Rio Bacanga, o Centro-Rio Anil ou o Caminho Grande. Além dessas, citamos áreas do Caminho Grande que se transformaram em verdadeiros centros comerciais e importantes atrativos imobiliários para a classe média: Cidade Operária, Cohatrac, Cohab, Turu e São Cristóvão.

É na grande área do Turu que existe uma média de 20 bairros originados de forma planejados ou não. Entre os que surgiram de forma planejada citamos o Jardim Atlântico, que surgiu de um loteamento autorizado pela Secretaria de Urbanismo e Planejamento da Prefeitura de São Luís em 21/05/1963. Mesmo que desconheçamos a motivação toponímica desse lugar, acreditamos que homenageia ou o Oceano Atlântico⁵⁹, de quem é muito próximo, ou a Terra dos deuses gregos e latinos porque segue a mesma tendência de seus loteamentos vizinhos/próximos, os bairros do Jardim Eldorado e Parque Atenas.

Notemos ainda que o Jardim América, o Jardim América Central e o Jardim Atlântico são topônimos surgidos da ocupação regular da terra, logo, do universo de 81 topônimos, os três que figuram com o qualificativo *jardim* refletem uma tendência do nomeador de homenagear aspectos da Terra e não características da sua localidade. Esse processo toponomástico tanto da adoção do qualificativo de *jardim/parque* quanto do aspecto coronímico etnotoponímico se ajusta perfeitamente à atualidade, quando analisamos, por exemplo, os topônimos dos condomínios de luxo: Parque Renascença Florença, Naturam Reserva Rangedor, Ilhas Gregas Condomínio, Costa Araçagy

⁵⁹ O Oceano Atlântico além de banhar a orla marítima da Praia do Olho d'água, bairro vizinho do Jardim Atlântico, nomeia sua principal via costeira, a Avenida Atlântica.

Condomínio Clube, Monte Olimpo, Jardim de Provence, de Lombardia, de Toscana, de Venêto e Jardim de Andaluzia.

➤ Os Etnotopônimos **Caratatiua** (cf. p. 263-265) e **Itapiracó** (cf. p. 210-211)

Mesmo que ignoremos a significação dos Etnotopônimos Caratatiua e Itapiracó, eles têm uma função significativa na Microtoponímia ludovicense porque evidenciam a forte influência de étimos de origem indígena não só na atualidade, mas em todos os períodos de ocupação do território de São Luís. Nesse caso, (i) no período de 1612-1712, houve a herança toponímica de origem indígena em 05 Topônimos, 04 Etnotopônimos (Cutim Anil, Turu, Camboa, Vila Bacanga) e 01 Cronotopônimo (Vila Uçaguaba/Vinhais Velho); (ii) no período de 1713 a 1812, existiram 02 Etnotopônimos que se referem à hidrografia (Apicum, Maiobinha); (iii) no período de 1813-1912 tivemos o Mitotopônimo Olho d'água, que resgata as lendas do imaginário ludovicense e, na atualidade, além dos topônimos formados com os étimos Anil, Bacanga e Turu, ressaltamos os Etnotopônimos Caratatiua e Itapiracó.

➤ O Cronotopônimo **Novo Angelim** (cf. p. 297-298)

O Cronotopônimo Novo Angelim resgata a tendência presente na Microtoponímia ludovicense que é a apropriação de um topônimo já existente para formar outro que com ele tenha referência, isso é o qualificativo de *novo* especifica que há o *velho* Angelim, nesse caso, o bairro antigo do qual o nomeador do Novo Angelim tomou sua referência toponomástica. É interessante frisarmos que o qualificativo *velho* aqui especificado diz respeito ao Lugar do Angelim que já figurou como porto de abastecimento de água e povoado no século XIX.

Quando o Novo Angelim começou a se formar espontaneamente, a área onde se situou já estava ocupada pelo Conjunto Habitacional Angelim, construído pela COHAB em 1979. Sete anos depois da implantação desse conjunto habitacional, como processo normal, a área ociosa situada em suas adjacências foi sendo ocupada. É dessa maneira que resumimos o surgimento do bairro novo que se originou dentro da área do já existente Angelim. Igual fenômeno aconteceu com a ocupação do bairro Vila Palmeira, que se intensificou com o surgimento do Conjunto Habitacional Eney Santana-Radional.

➤ O Fitotopônimo **Vila Palmeira** (cf. p. 281-284)

O Fitotopônimo Vila Palmeira, igual a muitos outros topônimos, surgiu de forma espontânea nas cercanias de um dos conjuntos construídos pela COHAB na década de 1970, o Conjunto Habitacional Eney Santana-Radional. Mas o desenvolvimento demográfico da área não se deve somente ao fato de o conjunto habitacional ter possibilitado melhores condições de vida aos moradores da área com a prestação de alguns serviços básicos (transporte, água encanada, iluminação pública, posto de saúde), mas de a localidade já ter pertencido às terras do Barreto, isto é, o lugar ter sido uma extensa área agropastoril do governo.

Como resquícios da exuberância da flora que a grande área Barreto já teve, temos o fitotopônimo que resgata a presença de palmeiras que ainda existem na localidade e que os moradores aproveitavam como material de construção e também como fonte de alimentação. Segundo inquéritos com moradores do Antigo Barreto, a Vila das Palmeiras, como era conhecido o referido topônimo, abrigava palmeiras de babaçu, buriti, tucum e juçara (açai). Os primeiros habitantes da localidade retiravam/extraíam desses tipos de palmeiras praticamente tudo: a fruta (e dela a polpa para sucos, bebidas, vitaminas, sorvetes, óleos), a palha ou pindova/pindoba (para cobrir casas e extrair fibra para artesanato), o caule (para extração de palmito, ripas, madeira, esteios).

Vale a ressalva de que todas as palmeiras que o fitotopônimo representa são frutíferas e que delas os ludovicenses aproveitam tudo (caule, folhas, frutos e fibras). Logo, a vegetação local simbolizada pelo Fitotopônimo Vila Palmeira deixa transparecer não só um aspecto da flora, mas o sustento, o usufruto, uma possibilidade de renda para o nomeador/explorador da terra, já que havia atividades de uso e conhecimento das palmeiras e o extrativismo vegetal lhes possibilitava viver com os recursos que a natureza lhes oferecia gratuitamente, já que, muitas vezes, não podia comprar material de alvenaria para construir suas casas porque eram caros.

➤ O Zootopônimo **Vila Cascavel** (cf. p. 339-340)

O Zootopônimo Vila Cascavel, que surgiu de forma espontânea, assim como o Fitotopônimo Vila Palmeira, tem sua motivação toponomástica em um aspecto natural

da área que ocupou, a presença de animais peçonhentos, neste caso específico, a fauna vai ser representada por um tipo de cobra que se tornou referência toponímica aos novos moradores da área do Jardim São Cristóvão, a cascavel.

Segundo BNJP (18/07/2013), ex-Líder Comunitário e Professor do Bairro, o terreno onde surgiu a Vila Cascavel era uma mata fechada e inabitada, havia muitos animais, principalmente cobras do tipo cascavel, que picavam as pessoas e causavam várias mortes já que, ao desmatar os terrenos não tomavam cuidados básicos, não se protegiam com botas, luvas ou vestimentas apropriadas. Por isso o nome da vila, local onde havia muitas cobras da espécie cascavel. O fato de ter animais peçonhentos ou não nas áreas de mata virgem não fazia com que as pessoas não as desmatassem para construir suas moradias, nesse caso, garantir um teto é mais importante do que preservar a natureza.

O que podemos observar no surgimento de algumas ocupações (planejadas ou não planejadas) é que não houve e não há uma preocupação nem do Poder Público e nem do explorador espontâneo de respeitar ou preservar espécimes da fauna e da flora locais quando o assunto diz respeito à especulação imobiliária. Segundo CRS (26/02/2014), uma das primeiras moradoras do Bairro, em 1966, quando começou a ocupação de uma das áreas do Antigo Barreto, o Santa Cruz era só mato. Na localidade, havia muito animais e pés de fruta, como bacuri, tucum, pequi, juçara e coco babaçu. Ela explica que, quando construíram o Conjunto Habitacional da Radional, bichos como cobra, preá e cutia fugiam correndo para as casas e quintais das pessoas que já moravam lá na *sobra*⁶⁰ da Radional que era muito aguada pelos olhos d'água, aproveitados como poços.

Quando eles entraram com os tratores para arrumar o terreno, daí saíam os bichos pedindo socorro... Eu me lembrei até da Arca de Noé. Eles entravam na casa da gente, eu me sentia amedrontada com cobra e outros bichos. Mas teve um lado bom o Conjunto, como aqui era muito alagado, de noite a gente pegava o entulho de lá e botava prá cá (CRS 26/02/2014).

⁶⁰ CRS explica que *sobra* eram partes do terreno que, neste caso específico, eram da COHAB e que esta não usara durante a construção da Radional. Como o terreno ficava ocioso, as pessoas se apropriavam deles, obedecendo dessa forma, ao processo natural: onde há um conjunto habitacional, há também uma ocupação espontânea/irregular. A EMARHP classifica as terras ocupadas ilegalmente, perto de seus conjuntos habitacionais, como Áreas Remanescentes da COHAB, nesse caso, a referida empresa elenca como remanescentes os bairros da Vila Janaína, Santa Clara, Santa Efigênia, Vila América, Recanto dos Pássaros e Novo Horizonte.

Esse mesmo *crime ambiental* ocorrido nos atuais bairros do Antigo Barreto aconteceu, por exemplo, na Vila Janaína, na Cidade Olímpica, no Turu, no Itapiracó, no aterro da margem direita do Bacanga que deu origem ao atual bairro da Areinha, no aterro da península da Ponta d'Areia, que originou as residências na Ilhinha. Esse é um processo cíclico, fruto da necessidade de moradia (SEMO, 05/01/2014) e da, exploração, muitas vezes, desorganizada e inescrupulosa da Terra que causa grandes impactos ambientais porque interfere nos mananciais, contribui para a extinção de espécimes de animais e plantas, assim como para o desequilíbrio climático.

No que tange às APAs: Áreas de Influência das Nascentes do Rio Jaguarema, Parque do Diamante, Parque do Rio das Bicas, Parque Ambiental e Recreativo do Itaquí/Bacanga, Zona da Reserva Florestal do Sacavém, Estação Ecológica do Sítio do Rangedor, Parque Ecológico da Lagoa da Jansen e da Zona de Reserva Florestal Santa Eulália, todas essas áreas já foram tomadas, total ou parcialmente, por ocupações planejadas (jardins, conjuntos habitacionais, shoppings, loteamentos, casas, postos de combustível, construções de prédios para abrigar órgãos públicos), irregulares/espontâneas e também por vias de transportes como a Avenida Quarto Centenário (Via Expressa), que passa literalmente no meio da Zona de Reserva Florestal Santa Eulália.

- Os Hagiopônimos **Santa Cruz** (cf. p. 286-290), **São Bernardo** (cf. p. 300) e **Santa Efigênia** (cf. p. 332-334)

Seguindo a tendência toponomástica dos séculos anteriores de manter memorizados nos nomes de lugares os elementos da cultura, há a valorização da religiosidade nos Hagiopônimos Santa Cruz, São Bernardo e Santa Efigênia. Esse hábito antigo de homenagear os santos e as efemeridades Católicas deixa transparecer não só a fé do nomeador, mas também a confiança tenaz de depósito, nas mãos de seus padroeiros, da solução de seus problemas e aflições. Há, nesse caso, a crença de que só por intermédio dos santos e de Deus vai conseguir o melhor, que neste caso, é a moradia, um teto para abrigar-se com sua família e prover o sustento dela na localidade que conseguiu para construí-la.

É dessa forma, por exemplo, que a povoação espontânea da Santa Cruz, relembra o sofrimento de Cristo e homenageia-o por esse amor incondicional à

Humanidade em dois topônimos (Santa Cruz e Vera Cruz); a da Santa Efigênia homenageia a divindade que lhe possibilitou permanecer nas terras da COHAB, e os moradores do São Bernardo resolveram estender o nome de uma via (caminho e depois rua) da localidade para nomear todo o bairro que lá se formou e desenvolveu-se.

A devoção aos santos católicos no Maranhão é grande. Para termos uma noção do apego aos santos, basta visitar os municípios do Estado e sua Capital em junho, mês das festas do Bumba-Meu-Boi. Durante esse período, Santo Antonio (13/06), São João Batista (24/06), São Pedro (29/06) e São Marçal (30/06) são saudados com fogueiras, missas, procissões, (marítimas e terrestres), quermesses, festas com danças folclóricas e cantos para homenageá-los pelas *dádivas* alcançadas. Dessa maneira, a festa do Bumba-Meu-Boi, tipicamente realizada por agricultores, pescadores e devotos agradecidos aos santos, serve para homenageá-los pelo alimento conseguido, pelas graças alcançadas e, primordialmente, para manter viva a crença nos santos e efemeridades da Hagiologia Católica, mormente simbolizada nos topônimos, “que, nem no futuro, quando o modernismo determinasse a substituição de nomes de antigas localidades por outros sem nenhuma significação regional, o nome de Santo (...) seria substituído, eis que representa a tradição e os sentimentos de fé do seu povo” (IBGE, 1959, p. 59). Religiosidade essa também resgatada no Hierotopônimo: Anjo da Guarda.

➤ O Hierotopônimo **Anjo da Guarda** (cf. p. 308-312)

O Hierotopônimo Anjo da Guarda, como acabamos de mencionar, faz parte da atitude do nomeador de simbolizar na Toponomástica local a manifestação da sua religiosidade. Assim, o Anjo da Guarda, além de ser o nome de um sítio que se tornou referência toponímica, representa a Nova Jerusalém ludovicense na época da Semana Santa, porque desperta nas pessoas a necessidade de refletir sobre o amor de Cristo, quando encena por suas ruas a Paixão do Salvador. Essa atitude tradicional dos moradores da localidade reforça ainda mais a perpetuação viva da Hagiologia Católica na Toponomástica da Capital, representada também na denominação do Preventório Santo Antonio.

➤ O Sociotopônimo **Santo Antonio** (cf. p. 291-293)

A história do Sociotopônimo Santo Antonio é semelhante a muitas outras de localidades que surgiram a partir de instituições que prestavam algum tipo de serviço público aos ludovicenses, como é o caso: (i) das igrejas católicas da Madre Deus, do Desterro e do Bairro de Fátima; (ii) dos cemitérios da Madre Deus e da Vila Passos; (iii) dos educandários do Diamante e do Goiabal; (iv) dos bondes e trens que circulavam pelo Centro, pelo Apeadouro, pela Jordoa, pelo Túnel do Sacavém e pelo Outeiro da Cruz; (v) das fábricas do Anil, da Cambôa, da Fabril, do Sá Viana e do Monte Castelo; (vi) das fontes de água potável do Apicum e do Diamante; (vii) da Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança sediada na Coheb; (viii) da ITT Comunicações Mundiais S.A sediada na Radional; (ix) do matadouro bovino da Liberdade; (x) dos fortes/fortalezas da Ponta d'Areia, da Ponta do Farol, do São Francisco e (xi) dos hospitais da Madre Deus, do Centro e do Lira.

No que tange às instituições destinadas aos cuidados dos enfermos da Capital, tivemos muitos estabelecimentos destinados a esse fim em vários bairros, como é o caso da Santa Casa de Misericórdia (Centro), do Hospital Geral/Tarquínio Lopes (Madre Deus) do Hospital do Isolamento (Lira) e do Preventório Santo Antonio. Estes dois últimos órgãos estavam destinados aos acometidos pelos malefícios da tuberculose e da lepra, respectivamente. Nesse caso, o Preventório Santo Antonio é um órgão que se tornou referência toponímica porque, além de ser um hospital de destaque na assistência aos larazentos e na defesa da Lepra, possibilitou a construção de uma escola que, inicialmente prestava-se à instrução dos filhos dos enfermos, mas que depois passou a acolher crianças de outras áreas vizinhas ao Preventório.

É interessante ressaltarmos que órgãos públicos da iniciativa privada originaram alguns topônimos porque atraíam um grande contingente de pessoas para a localidade, tornando-se dessa forma atrativos. Por isso o nomeador, ao adotar as denominações de órgãos e estabelecimentos como topônimos, resgata-os na Microtoponímia ludovicense, mas também mostra como eles influenciaram na vida de seus moradores. Esse processo toponomástico comprova como o topônimo, muitas vezes, é a única testemunha dos processos migratórios, demográficos, históricos e sociais de um povo, prova disso são os Animotopônimos Liberdade e Coroadinho.

- Os Animotopônimos **Liberdade** (cf. p. 238-243) e **Coroadinho** (cf. p. 320-323)

Os Animotopônimos Liberdade e Coroadinho são dois bairros surgidos de forma espontânea nas proximidades do Centro de São Luís, um no início do século XX (Liberdade) e o outro no início da década de 1970 (Coroadinho). Mas, apesar da diferença de idade entre ambos, os dois foram e ainda são marcados por uma carga depreciativa que os qualifica como periferia, invasão e favelas, com alto índice de criminalidade. A explicação para todo esse preconceito está no processo de povoamento dessas localidades.

Segundo MMJB (11/02/2014), Historiógrafo da Universidade Federal do Maranhão, a grande maioria dos ocupantes de áreas como o Coroadinho, semelhantemente ao que acontecia na periferia de São Luís na conjuntura da década de 70, era de pessoas de baixa renda, originárias do interior do Estado, principalmente da Baixada Maranhense (cf. Barreto, Vila Palmeira, Vila Isabel Cafeteira, Vila Janaína Coheb, Liberdade, Santa Efigênia), nesse caso, a maior parte dos moradores ocupou, irregularmente, no Centro, as terras próxima de conjuntos habitacionais de empresas ou estabelecimentos.

MMJB (11/02/2014) explica que, mesmo surgindo dessa forma, os bairros periféricos *deveriam* chamar a atenção do Poder Público, que por sua vez, *poderia* empreender estratégias que deveriam diminuir as diferenças sociais, como a construção de hospitais, escolas, acesso a transporte público, água encanada e iluminação. Essas medidas serviriam para diminuir as diferenças sociais, uma vez que a ocupação direta do solo, também chamada pejorativamente de invasão, “já traz em si uma gama de problemas. Começa pela instabilidade quanto à regularidade fundiária, passando por profundos desajustes que desembocam em altos indicadores de violência, criminalidade e de insegurança” (MMJB, 11/02/2014).

Mas a verdade é que como essas comunidades, às vezes, já estão inchadas demograficamente, a prestação de serviços básicos não atende às expectativas ou nunca chega às localidades. É nesse ínterim que os Animotopônimos Liberdade e Coroadinho representam a feliz iniciativa de seus denominadores/moradores de requalificarem seus bairros começando, principalmente, pelos topônimos que os identificam, nesse caso, o Animotopônimo Liberdade simboliza, literalmente, a libertação do qualificativo

depreciativo matadouro (Matadouro Modelo). Já o Animotopônimo Coroadinho simboliza a associação dos seus moradores com os personagens humildes e guerreiros que viviam na fictícia cidade do Coroadado da novela Irmãos Coragem, segundo explicações de MMJB (11/02/2014).

➤ O Litotopônimo **Areinha** (cf. p. 253-255)

Todos os topônimos analisados até agora evidenciaram um aspecto da estrutura social de São Luís. Com o Litotopônimo Areinha não é diferente, pois ele reflete a necessidade de melhorar as vias de transporte como as avenidas e, também, a sedimentação de áreas alagadiças para diversos tipos de construções. Foi desse processo expansionista da malha viária de São Luís que surgiu o bairro da Ilhinha.

O Litotopônimo Areinha é uma área drenada e aterrada que surgiu no quadrilátero formado pelas Avenidas Presidente John Kennedy, Vitorino Freire, Africanos e pela margem esquerda do Lago do Bacanga, mais especificamente, é uma área situada às margens do Bacanga (Avenida dos Africanos), nos fundos dos bairros do Goiabal, Lira, Macaúba (Avenida Senador Vitorino Freire) e entre os bairros Parque Amazonas e Bairro de Fátima (Avenida Kennedy).

O aterro da margem do Rio Bacanga adjacente à Avenida dos Africanos foi iniciado, segundo CZS (20/06/2013), no mandato do Governador José de Matos Carvalho (09/07/1957 a 31/01/1966). Foi a partir dessa obra que surgiu o bairro Areinha que, antes de ser terraplanado, oferecia inúmeros malefícios aos seus moradores que sofriam com constantes inundações e doenças causadas pela umidade e salitre oriundo das águas do Bacanga, fato que justifica o topônimo Alagado. Como o Alagado foi drenado, aterrado e pavimentado, adquiriu um topônimo com uma carga semântica contextualizada para sua nova condição de área enxuta, seca, sem umidade, justificando dessa forma seu caráter de arquétipo toponímico do substantivo areia no diminutivo, ou seja, Areinha.

➤ O Geomorfotopônimo **Ilhinha** (cf. p. 185-186)

Já é sabido e amplamente justificado que São Luís é uma Ilha cercada de água marítima e fluvial. Dentre os rios que desaguam na Baía de São Marcos, temos o Bacanga e o Anil. O percurso do Centro ao São Francisco de forma mais rápida só foi

possível com a construção da ponte Governador José Sarney. O crescimento urbano da área do São Francisco exigiu tanto a melhoria de suas vias de acesso quanto a construção de avenidas que subsidiaram um trânsito melhor das pessoas.

O surgimento da povoação do Geomorfotopônimo Ilhinha, bairro do São Francisco, está intimamente relacionado ao aterro da Ponta d'Areia e ao represamento do Igarapé da Jansen, pois foi a partir dessas duas obras que houve o surgimento da Lagoa da Jansen e também da Avenida Maestro João Nunes. A área de maré/mangue que fica intermediária entre a Lagoa da Jansen, o Bairro da Ponta d'Areia e o do São Francisco foi ocupada por pessoas humildes que fizeram suas palafitas e passaram a morar na localidade, originando assim uma ilha pequena, a Ilhinha.

As conclusões a que chegamos

A partir da análise pormenorizada dos 46 topônimos que figuram no período de 1913-2013 da história de São Luís, encontramos 12 de natureza física, 33 de natureza antropocultural e 01 de natureza mista. Isso evidencia que o nomeador memorizou em 26% a presença de um elemento que se refere ao aspecto natural e físico da terra ocupada; em 72% dos nomes de lugares, os elementos de natureza antropocultural e, em 02%, elementos tanto de natureza física quanto antropocultural.

A parcela dos 26% dos topônimos de natureza física encontrados no período sincrônico de 1913-2013 refere-se basicamente: (i) ao aspecto natural dos terrenos que foram terraplanados para serem ocupados por construções, aqui representado por 01 Geomorfotopônimo, Ilhinha, 01 Litotopônimo, Areinha e 01 Dirrematopônimo de natureza mista (Planalto Aurora); (ii) à flora, representada pelo Fitotopônimo Vila Palmeira que se refere à exuberância de palmeiras típicas de áreas alagadiças e pelo Dirrematopônimo que resgata um tipo de árvore cuja madeira era nobre (Conjunto Habitacional Angelim); (iii) à fauna, representada por 01 Zootopônimo e 01 Dirrematopônimo que resgatam espécies de animais que foram desalojados de seus habitantes naturais com o surgimento dos bairros, neste caso temos a cobra (Vila Cascavel) um tipo de lagarta (Conjunto Habitacional Turu); (iv) à hidrografia, aqui representada no nome do Rio Anil em 05 Dirrematopônimos (Conjunto Habitacional Anil I, Conjunto Habitacional Anil II, Conjunto Habitacional Anil III, Conjunto Habitacional Anil IV, Conjunto Habitacional Rio Anil).

A natureza é representada também pelo Dirrematopônimo de natureza mista Salina do Sacavém que se refere tanto ao salitre oriundo da maré que adentra no bairro do Sacavém pelo Rio Bacanga, quanto pela localidade de onde surgiu o bairro onde as pessoas são atingidas por esse recurso natural (Sacavém). Portanto, o bairro Salina do Sacavém se refere à que fica no Sacavém e não a outras que existem na cidade, como é o caso, por exemplo, da Salina da Vila Palmeira.

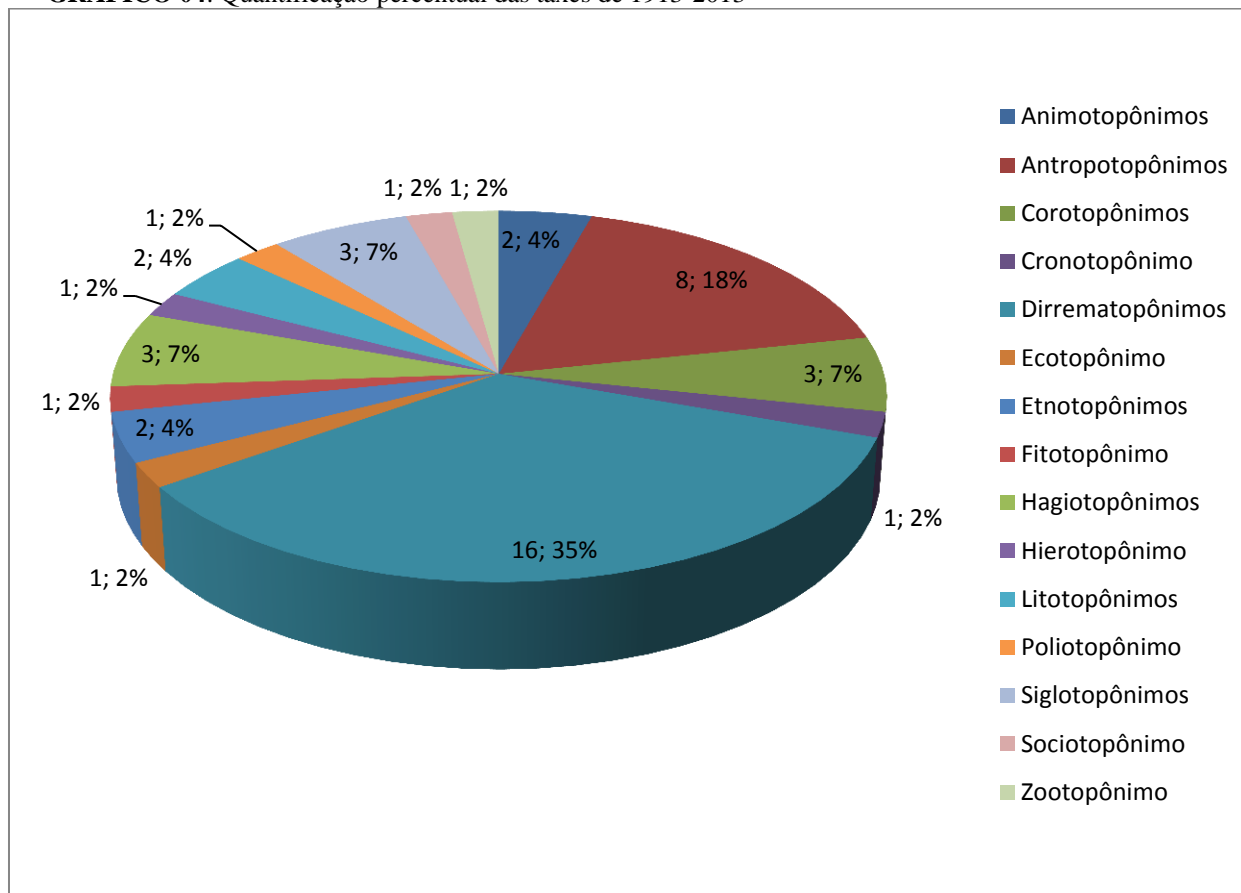
No que tange à parcela significativa dos 72% dos topônimos de natureza antropocultural, eles resgatam o acelerado desenvolvimento econômico e demográfico intensificado na Capital nos dois últimos séculos e também funcionam como reflexo das medidas tomadas pelos administradores municipais de São Luís no que tange à abertura da Capital aos investidores externos, à construção e comercialização de moradias populares para funcionários públicos e da iniciativa privada, à possibilidade de acesso a serviços públicos básicos como educação, transporte e saúde. Logo, para entendermos como o processo habitacional de São Luís é evidenciado nos 33 topônimos em estudo, devemos entender primeiramente como a Capital foi sendo organizada administrativamente ao longo de 401 anos já que isso influencia diretamente no surgimento das denominações dos bairros em estudo.

Dessa forma, o intenso progresso de São Luís vai ser simbolizado: pelos 02 Animotopônimos que resgatam a dignidade de seus moradores (Liberdade, Coroadinho); pelos 08 Antropotopônimos que homenageiam personalidades de destaque nacional (Vila Ayrton Senna), municipal (Filipinho, Ivar Saldanha, Vila Janaína, Vila Isabel Cafeteira, Mauro Fecury I, Mauro Fecury II) e estadual (Bequimão); pelos 02 Corotopônimos que relembram tanto os missionários religiosos que atuaram na localidade (Alemanha) quanto os afluentes e as cidades do Rio Amazonas (Parque Amazonas); por 01 Cronotopônimo que representa o processo expansionista da área onde foi construído o Conjunto Habitacional do Angelim (Novo Angelim); pelos 06 Dirrematopônimos que se referem à religiosidade ou crença Católica (Bom Jesus, Retiro Natal, Bom Milagre), a grupos sociais específicos (Cidade Operária), a um evento esportista mundial (Cidade Olímpica) e às unidades federativas que compõem os EUA (Jardim América Central); por 01 Ecotopônimo que homenageia nossa Pátria (Chácara Brasil); pelos 02 Etnotopônimos que também mantêm viva a influência indígena na Toponomástica ludovicense (Caratatiua e Itapiracó); pelos 03

Hagiotopônimos (Santa Cruz, São Bernardo, Santa Efigênia) e 01 Hierotopônimo (Anjo da Guarda) que se referem diretamente à religião Católica e ao conjunto de seus santos; por 01 Poliotopônimo que homenageia as Antiguidades Clássicas (Jardim Atlântico); pelos 03 Siglatopônimos que testemunharam a implantação de companhias de telecomunicações (Radional), de energia elétrica (Coheb) e também de uma cooperativa habitacional (Cohafuma) e, finalmente, por 01 Sociotopônimo que relembra um hospital-colônia destinado à profilaxia dos lázaros da Cidade (Santo Antonio).

A quantificação dos 33 topônimos de natureza antropocultural (Animotopônimos, Antropotopônimos, Corotopônimos, Cronotopônimo, Dirrematopônimos, Ecotopônimo, Etnotopônimos, Hagiotopônimos, Hierotopônimo, Poliotopônimo, Siglatopônimos, Sociotopônimo), dos 12 de natureza física (Dirrematopônimos, Litotopônimos, Fitotopônimo, Zootopônimo) e de 01 de natureza mista (Dirrematopônimo), presentes no período sincrônico de 1913-2013, encontra-se configurada no gráfico que segue.

GRÁFICO 04: Quantificação percentual das taxes de 1913-2013



6. CONCLUSÃO

Esta pesquisa, intitulada Análise toponímica de 81 nomes de bairros de São Luís/MA, foi dividida em sete capítulos. No capítulo da introdução, tecemos considerações sobre o processo de nomeação dos logradouros e sobre a normatização da Toponímia brasileira, centrando-nos em informações sobre a Micro e Macrotoponímia, do Maranhão. No capítulo intitulado de Visão panorâmica da Toponímia, fizemos um estudo sobre a Toponímia como ramo de estudo em países como Portugal, Espanha, França, estados Unidos, Chile e Brasil, no caso de nosso país, citamos as vertentes de pesquisa desenvolvidas de norte a sul do Território, com destaque para a elaboração de Atlas Toponímicos.

No que tange ao terceiro capítulo, *Aspectos conceituais e classificatórios da Toponímia*, dividimos a teoria que norteia nosso trabalho em partes que tratam especificamente da caracterização da Onomatologia, da Onomástica, da Toponímia ou Toponomástica e do caráter interdisciplinar da ciência que trata da nomeação de tudo que existe. Além disso, conceituamos o topônimo e abordamos também suas particularidades ou processos que o topônimo, como unidade do léxico, é capaz de sofrer: cristalização ou fossilização, esvaziamento semântico ou mudança de significado, ressemantização toponímica e arquétipos toponímicos.

No quarto capítulo, *Procedimentos metodológicos*, descrevemos os critérios para a delimitação do *corpus*, definimos as etapas para a coleta de dados, identificamos as fontes da pesquisa documental e de campo, elaboramos as ferramentas para o registro e arquivamento dos dados e especificamos quais são as taxas físicas e antropoculturais usadas para na classificação dos 81 topônimos. A partir da organização da metodologia, fizemos um breve histórico dos processos de urbanização de São Luís no capítulo *Processo habitacional ludovicense de 1612 a 2013*. Já o capítulo da análise toponímica, o sexto, está dividido em quatro partes que tratam dos topônimos que surgiram da fundação de São Luís à atualidade. Somente após a análise dos perfis toponomásticos de cada período sincrônico dos 401 anos de São Luís é que foi possível sabermos qual fator, o físico ou o antropocultural, foi mais relevante na nomeação dos 81 topônimos pesquisados.

A tendência toponímica de São Luís, no período de 1612 a 1712, seguiu duas linhas conforme o tipo de ocupação do território: a ocupação planejada do aglomerado urbano inicial (Centro), do São Francisco, da Ponta d'Areia, do Desterro e do Outeiro da Cruz deixa transparecer a estratégia militar e econômica dos europeus de explorar novos territórios além-mar, a partir das grandes navegações. Por outro lado, na ocupação espontânea do Cutim Anil, do Vinhais Velho, do Turu, da Camboa e da Vila Bacanga também transparece a estratégia militar e econômica de explorar o novo território, mas a partir do contato com as populações nativas, os tupinambás que, ao longo de todo o processo de fixação dos portugueses nessas terras, garantiram com seu trabalho, as condições necessárias para tal empreendimento, por isso é marcante a presença indígena numa parcela significativa os topônimos analisados.

A distribuição dos 10 topônimos, assim com de suas respectivas classificações taxonômicas, as alterações toponímicas (ATs), o ano em que figuram pela primeira vez no cenário ludovicense e a forma de ocupação do território, encontram-se organizadas no quadro resumo que segue.

QUADRO 05: Caracterização dos Topônimos do período de 1612-1712

TOPÔNIMOS	CLASSIFICAÇÃO	AT	ANO	POVOAÇÃO
Centro	Cardinotopônimo	X ⁶¹	1612	planejada
Cutim Anil	Etnotopônimo	X	1612	espontânea
Vinhais Velho	Cronotopônimo	X	1612	espontânea
Turu	Etnotopônimo	X	1612	espontânea
Camboa	Etnotopônimo	X	1612	espontânea
São Francisco	Hagiotopônimo	X	1615	planejada
Vila Bacanga	Etnotopônimo	X	1641	espontânea
Desterro	Hagiotopônimo	X	1641	planejada
Outeiro da Cruz	Dirrematopônimo	X	1642	planejada
Ponta d'Areia	Geomorfotopônimo	X	1689	planejada

A tendência toponímica de São Luís no período de 1713 a 1812 ainda lembra a ocupação planejada do território, memorizada no Dirrematopônimo Ponta do Farol e nos Hagiotopônimos São Marcos e Madre Deus, porque esses topônimos representavam tanto a estratégia militar e econômica quanto a religião dos europeus que exploraram a nova Terra. Por outro lado, em se tratando da ocupação espontânea, o Etnotopônimo Apicum, o Litotopônimo Diamante e os Hidrotopônimos Anil e Maiobinha representam a necessidade de obtenção e manutenção de elementos essenciais para a vida no Centro

⁶¹ A presença da marcação X indica que houve alteração toponímica.

e na Capital como um todo (água), assim como o processo natural de exploração de São Luís a partir da ocupação e do conseqüente tráfego a outras partes do território que não fosse somente o Centro (Forquilha). Dentre estes últimos topônimos, merecem destaque Anil, Maiobinha e Apicum porque mantêm representada a influência da etnia indígena nativa na hidrotponímia ludovicense.

Vale ressaltar que, nesse período, o governo português não vivia mais sob a ameaça da invasão de suas terras, a situação em sua recente possessão já estava instabilizada, dessa forma, tornou-se conveniente investir na estruturação da cidade para acomodar seus novos donos, por isso é que são instalados colégios tanto para a educação da nobreza desta Capitania (Madre Deus) quanto para a instrução dos desvalidos (Diamante) e, além disso, foi possível explorar não só o Centro, mas também as terras ao longo do curso do Rio Anil (Anil, Maiobinha, Forquilha) a partir do Caminho Grande, importante via no processo de expansão demográfica de São Luís.

O fato de 06 topônimos, do universo de 08, terem sofrido ATs não fez com que eles se distanciassem completamente de sua motivação toponímica original. Em Madre Deus, São Marcos, Anil, Forquilha e Apicum, por exemplo, não houve a perda do elemento que resgata, a partir do topônimo, a religião, a hidrografia e as vias de transporte, mas em Diamante houve o completo apagamento da motivação nominal que resultou na forma atual. O que era o Bairro do Diamante no contexto de 1713 a 1812 em São Luís? Ainda não temos como saber.

A distribuição dos 08 topônimos, assim como de suas respectivas classificações taxonômicas, as alterações toponímicas (ATs), o ano em que figuram pela primeira vez no cenário ludovicense e a forma de ocupação do território encontram-se organizadas no quadro resumo que segue.

QUADRO 06: Caracterização dos Topônimos do período de 1713-1812

TOPÔNIMOS	CLASSIFICAÇÃO	AT	ANO	POVOAÇÃO
Diamante	Litotopônimo	X	1713	espontânea
Madre Deus	Hagiotopônimo	X	1713	planejada
Anil	Hidrotopônimo	X	1728	espontânea
São Marcos	Hagiotopônimo	X	1753	planejada
Ponta do Farol	Dirrematopônimo		1753	planejada
Forquilha	Hodotopônimo	X	1761	espontânea
Maiobinha	Etnotopônimo		1761	espontânea
Apicum	Etnotopônimo	X	1812	espontânea

Entre a primeira década do século XIX e a primeira do XX, do total de 17 topônimos analisados, praticamente todos são de natureza antropocultural. Isso evidencia que o nomeador memorizou em 94% a presença dos elementos que se referem aos aspectos antropoculturais da terra que continuava num processo acelerado de desenvolvimento socioeconômico e demográfico. Os elementos sociais de mais destaque que figuraram no processo expansionista ludovicense e que influenciam na sua Microtoponímia, nesse momento, são: o processo industrial, a prestação de serviços públicos, a expansão da malha viária e, primordialmente, a construção de conjuntos habitacionais, evidentes nos topônimos surgidos de forma planejada no período histórico em questão: Fabril, Apeadouro e Vila Passos.

Em contrapartida, convém lembrar que alguns topônimos surgidos espontaneamente ao longo da primeira década do século XIX e da primeira do XX serviram de referência toponímica para a nomeação de outros criados de forma planejada (conjuntos habitacionais) ou espontânea no período que se estende de 1913 à atualidade, caso do Sacavém (Túnel do Sacavém, Coheb-Sacavém e Salina do Sacavém).

Assim, evidenciamos que o topônimo é o autêntico testemunho histórico de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma comunidade, por isso, encerram em si a importância que transcende ao ato de nomeação. “Se a Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal”. (DICK, 1990 p. 21-22). É a partir do topônimo que uma dada realidade social pode ser desvelada e conhecida através dos tempos.

A distribuição dos 17 topônimos, assim com de suas respectivas classificações taxonômicas, as alterações toponímicas (ATs), o ano em que figuram pela primeira vez no cenário toponomástico ludovicense e a forma de ocupação do território, encontram-se organizadas no quadro resumo que segue.

QUADRO 07: Caracterização dos Topônimos do período de 1813-1912

TOPÔNIMOS	CLASSIFICAÇÃO	AT	ANO	POVOAÇÃO
Santa Rosa	Hagiotopônimo		1800	espontânea
Monte Castelo	Historiotopônimo	X	1815	espontânea
Lira	Antropotopônimo		1830	espontânea
Fé em Deus	Dirrematopônimo	X	1833	espontânea

Coréia	Corotopônimo	X	1840	espontânea
Vila Passos	Hierotopônimo	X	1840	planejada
Barreto	Antropotopônimo		1850	espontânea
Fabril	Sociotopônimo		1854	planejada
Goiabal	Fitotopônimo	X	1855	espontânea
Bairro de Fátima	Dirrematopônimo	X	1863	espontânea
João Paulo	Antropotopônimo	X	1863	espontânea
Sá Viana	Antropotopônimo	X	1864	espontânea
Jordoa	Antropotopônimo		1893	espontânea
Apeadouro	Historiotopônimo	X	1893	planejada
Sacavém	Corotopônimo	X	1904	espontânea
Túnel do Sacavém	Dirrematopônimo	X	1904	espontânea
Olho d'água	Mitotopônimo	X	1905	espontânea

Em síntese, entre a primeira década do século XX e a primeira do XXI, do total de 46 topônimos analisados, os 33 de natureza antropocultural evidenciam que o nomeador memorizou em 72% a presença dos elementos que se referem aos aspectos antropoculturais da terra que continuava num processo acelerado de desenvolvimento socioeconômico e demográfico. Os elementos sociais de mais destaque que figuraram no processo expansionista ludovicense e que influenciam na sua Microtoponímia, nesse momento, são: a prestação de serviços públicos básicos, a expansão da malha viária e, primordialmente, a construção de conjuntos habitacionais, evidentes nos 21 topônimos surgidos de forma planejada no período histórico em questão: Santo Antonio, Jardim Atlântico, Conjunto Habitacional Anil I, Conjunto Habitacional Rio Anil, Anjo da Guarda, Conjunto Habitacional Anil II, Conjunto Habitacional Anil III, Parque Amazonas, Conjunto Habitacional Anil IV, Chácara Brasil, Conjunto Habitacional Turu, Cohafuma, Conjunto Habitacional Vinhais, Conjunto Habitacional Angelim, Bequimão, Mauro Fecury I, Mauro Fecury II, Planalto Aurora, Cidade Operária, Jardim América Central e Jardim América.

Liberdade, Filipinho, Alemanha, Bom Jesus, Retiro Natal, Ivar Saldanha, Caratatiua, Bom Milagre, Radional, Areinha, Santa Cruz, Vila Palmeira, São Bernardo, Itapiracó, Salina do Sacavém, Coheb, Ilhinha, Coroadinho, Novo Angelim, Vila Isabel Cafeteira, Vila Janaína, Vila Airton Senna, Cidade Olímpica, Santa Efigênia e Vila Cascavel. E o que podemos afirmar sobre esses 25 topônimos surgidos de forma espontânea em detrimento dos 21 planejados?

Os 25 topônimos surgidos espontaneamente ao longo desse período foram amplamente influenciados pelos conjuntos habitacionais, mas também influenciaram no surgimento de outros bairros, esse é um processo cíclico que ainda perdura em São Luís que agora passa por um processo habitacional novo em que há de um lado a construção de condomínios de luxo intitulados (parques/jardins) de *bairros planejados* e de outro lado a construção de moradias do *Programa Minha Casa, Minha Vida* que também possibilitou, mesmo que não tenha o mesmo padrão, o surgimento de bairros planejados. Dessa forma, reiteramos o caráter do topônimo como a autêntica testemunha histórica de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma comunidade, que, por isso, encerram em si, a importância que transcende ao próprio ato de nomeação. A partir do topônimo, uma dada realidade social pode ser desvelada e conhecida através dos tempos, neste caso, 401 anos.

A distribuição dos 46 topônimos, assim com de suas respectivas classificações taxonômicas, as alterações toponímicas (ATs), o ano em que figuram pela primeira vez no cenário toponomástico ludovicense e a forma de ocupação do território, encontram-se organizadas no quadro resumo que segue.

QUADRO 08: Caracterização dos Topônimos do período de 1913-2013

TOPÔNIMOS	CLASSIFICAÇÃO	AT	ANO	OCUPAÇÃO
Liberdade	Animotopônimo	X	1919	espontânea
Filipinho	Antropotopônimo	X	1922	espontânea
Alemanha	Corotopônimo	X	1929	espontânea
Bom Jesus	Dirrematopônimo		1929	espontânea
Retiro Natal	Dirrematopônimo		1929	espontânea
Ivar Saldanha	Antropotopônimo	X	1936	espontânea
Caratatiua	Etnotopônimo	X	1936	espontânea
Bom Milagre	Dirrematopônimo		1938	espontânea
Santo Antonio	Sociotopônimo	X	1941	planejada
Radional	Siglatopônimo	X	1948	espontânea
Areinha	Litotopônimo	X	1952	espontânea
Santa Cruz	Hagiotopônimo		1950	espontânea
Vila Palmeira	Fitotopônimo	X	1960	espontânea
São Bernardo	Hagiotopônimo	X	1960	espontânea
Jardim Atlântico	Poliotopônimo	X	1963	planejada
Itapiracó	Etnotopônimo	X	1967	espontânea
Conjunto Habitacional Anil I	Dirrematopônimo	X	1967	planejada
Salina do Sacavém	Dirrematopônimo		1966	espontânea
Conjunto Habitacional Rio Anil	Hidrotopônimo	X	1968	planejada
Anjo da Guarda	Hierotopônimo	X	1968	planejada
Conjunto Habitacional Anil II	Dirrematopônimo	X	1969	planejada
Coheb	Siglatopônimo	X	1969	espontânea

Ilhinha	Geomorfotopônimo		1970	espontânea
Coroadinho	Animotopônimo		1970	espontânea
Conjunto Habitacional Anil III	Dirrematopônimo	X	1970	planejada
Parque Amazonas	Cronotopônimo		1974	planejada
Conjunto Habitacional Anil IV	Dirrematopônimo	X	1975	planejada
Chácara Brasil	Ecotopônimo	X	1976	planejada
Conjunto Habitacional Turu	Dirrematopônimo		1976	planejada
Cohafuma	Siglatopônimo		1979	planejada
Conjunto Habitacional Vinhais	Dirrematopônimo		1979	planejada
Conjunto Habitacional Angelim	Dirrematopônimo	X	1979	planejada
Bequimão	Antropotopônimo	X	1979	planejada
Mauro Fecury I	Antropotopônimo		1983/85	planejada
Mauro Fecury II	Antropotopônimo		1983/85	planejada
Planalto Aurora	Dirrematopônimo		1986	planejada
Novo Angelim	Cronotopônimo		1986	espontânea
Vila Isabel Cafeteira	Antropotopônimo		1986	espontânea
Cidade Operária	Dirrematopônimo		1987	planejada
Vila Janaína	Antropotopônimo	X	1987	espontânea
Jardim América Central	Dirrematopônimo	X	1988	planejada
Jardim América	Corotopônimo		1988	planejada
Vila Airton Senna	Antropotopônimo		1994	espontânea
Cidade Olímpica	Dirrematopônimo		1996	espontânea
Santa Efigênia	Hagiotopônimo	X	1998	espontânea
Vila Cascavel	Zootopônimo		1997	espontânea

Dentre os 81 topônimos pesquisados não foi verificada a ocorrência direta de nenhum astrotopônimo, cromotopônimo, dimensiotopônimo, meteorotopônimo, morfotopônimos, axiotopônimo, ecotopônimo, ergotopônimo, numerotopônimo, poliotopônimo ou somatopônimo. Portanto, analisamos a motivação toponímica somente de 01 cardinotopônimo, 35 dirrematopônimos, 01 fitotopônimo, 01 geomorfotopônimo, 01 hidrotopônimo, 02 litotopônimos, 01 zootopônimo, 02 animotopônimos, 07 antropotopônimos, 03 corotopônimos, 02 cronotopônimos, 07 etnotopônimos, 08 hagiotopônimos, 02 hierotopônimos, 02 historiotopônimos, 01 hodotopônimo, 01 mitotopônimo, 03 siglatopônimos e 01 sociotopônimo.

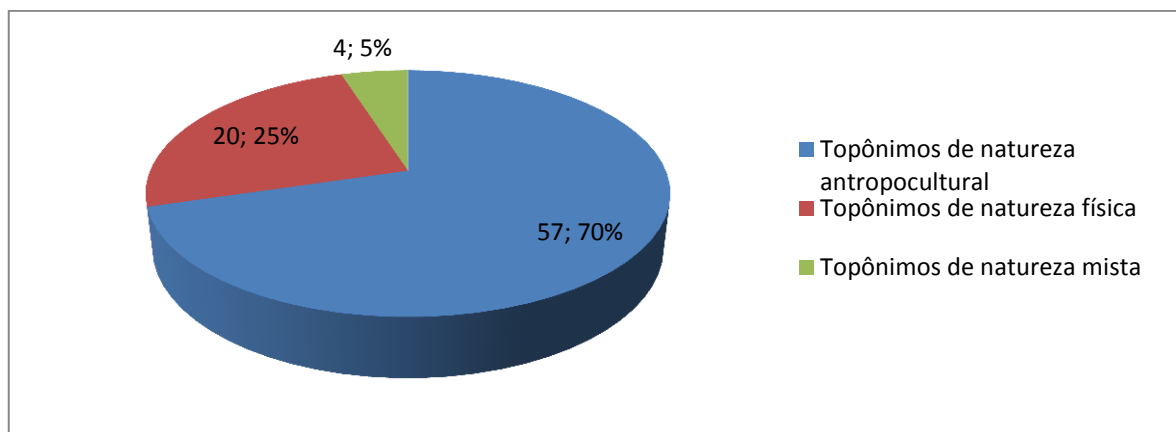
É importante frisarmos que consideramos como ocorrência indireta aquela que se refere aos outros topônimos que os bairros já tiveram e que foram substituídos pelos atuais. Dentre os 81 topônimos pesquisados, 55 sofreram ATs, resultantes de variadas motivações e 26 não passaram por esse processo. Destarte, ao longo dos 401 anos de São Luís sofreram ATs: Alemanha, Anil, Anjo da Guarda, Apeadouro, Apicum, Areinha, Bairro de Fátima, Camboa, Caratatiua, Centro, Chácara Brasil, Cidade

Operária, Coheb, Conj. Habitacional Bequimão, Conjunto Habitacional Angelim, Conjunto Habitacional Anil I, Conjunto Habitacional Anil II, Conjunto Habitacional Anil III, Conjunto Habitacional Anil IV, Conjunto Habitacional Rio Anil, Coréia, Cutim Anil, Desterro, Diamante, Fé em Deus, Filipinho, Forquilha, Goiabal, Itapiracó, Ivar Saldanha, Jardim América Central, Jardim Atlântico, João Paulo, Liberdade, Madre Deus, Monte Castelo, Olho d'água, Outeiro da Cruz, Ponta d'Areia, Radional, Sá Viana, Sacavém, Salina do Sacavém, Santa Efigênia, Santo Antonio, São Bernardo, São Francisco, São Marcos, Túnel do Sacavém, Turu, Vila Bacanga, Vila Janaína, Vila Palmeira, Vila Passos e Vinhais Velho.

Por outro lado, não sofrem nenhuma AT: Barreto, Bom Jesus, Bom Milagre, Cidade Olímpica, Cohafuma, Conjunto Habitacional Turu, Conjunto Habitacional Vinhais, Coroadinho, Fabril, Ilhinha, Jardim América, Jordoá, Lira, Maiobinha, Mauro Fecury I, Mauro Fecury II, Novo Angelim, Parque Amazonas, Planalto Aurora, Ponta do Farol, Retiro Natal, Santa Cruz, Santa Rosa, Vila Airton Senna, Vila Cascavel e Vila Isabel Cafeteira.

A quantificação dos 57 topônimos de natureza antropocultural (animotopônimos, antropotopônimos, corotopônimos, cronotopônimos, dirrematopônimos, etnotopônimos, hagiotopônimos, hierotopônimos, historiotopônimos, hodotopônimo, mitotopônimo, siglatopônimos e sociotopônimo), dos 20 natureza física (cardinotopônimo, dirrematopônimos, fitotopônimo, geomorfotopônimo, hidrotopônimo, litotopônimos e zootopônimo) e dos 04 de natureza mista (Dirrematopônimos), presentes na Microtoponímia ludovicense, encontra-se configurada no gráfico que segue.

GRÁFICO 05: Quantificação percentual de todas as taxes de 1612-2013



O alto percentual de topônimos de natureza antropocultural confirma nossa hipótese de que o fator determinante na nomeação dos 81 bairros ludovicenses foi o que privilegiou a presença dos desbravadores, dos migrantes de das várias atividades sociais desempenhadas por essas pessoas em São Luís. Dentre essas ações, destacamos a habitacional, já que foi ela a responsável pela criação dos bairros estudados e dos demais que evidenciam ainda mais o caráter documental do topônimo como elemento social que apreende “o processo comunicativo através de seus sistemas e códigos” (DICK, 1988, p. 84), tornando-se capaz de denotar fenômenos sociais como um todo, isto é, o nome de lugar resgata e memoriza os costumes e as tradições de um Povo, neste caso, o ludovicenses e sua história quatrocentenária.

As causas histórico-evolutivas que motivaram a nomeação dos 81 topônimos evidenciam que eles são autênticos testemunhos históricos de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da História de São Luís, por isso, encerram em si a importância que transcende ao próprio ato de nomeação dos logradouros. “Se a Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal”. (DICK, 1990 p. 21-22). É a partir do topônimo que uma dada realidade social pode ser desvelada, conhecida, desvencilhada através dos tempos, neste caso, 401 anos.

Em suma, ainda há muito a conhecermos sobre a Microtoponímia ludovicense quando nos reportamos aos 129 topônimos oficiais que, assim como os analisados, também descortinam elementos físicos e antropoculturais de São Luís. Dessa forma, o que poderemos afirmar sobre: Alameda dos Sonhos, Alto da Esperança, Anil, Anjo da Guarda Aurora, Barreto, Bom Jesus, Cidade Olímpica, Cidade Operária, Cohab Anil I, Cohab Anil II, Cohab Anil III, Cohab Anil IV, Cohapam, Cohatrac I, Cohatrac II, Cohatrac III, Cohatrac IV, Conjunto Centaurus, Conjunto Dom Sebastião, Conjunto Habitar, Conjunto Juçara, Conjunto Penalva, Conjunto Residencial Jeniparana, Conjunto São Carlos, Coroado, Cruzeiro de Santa Bárbara, Cruzeiro do Anil, Cutim Anil, Fumacê, Gancharia, Ilha Bela, Ipase, Ipem São Cristóvão, Ipem Turu, Jambeiro, Japão, Jardim das Margaridas, Jardim de Fátima, Jardim Eldorado, Jardim São Cristóvão, Jardim São Cristóvão II, Jardim São Raimundo, João de Deus, Loteamento do Valean, Maranhão Novo, Matões, Parque Aurora, Parque dos Nobres, Parque Guanabara, Parque Sabiá, Parque Timbira, Parque Universitário, Parque Vitória, Pindorama, Planalto Anil, Planalto Anil I, Planalto Anil II, Planalto Anil III, Planalto

Turu I, Primavera Cohatrac, Primavera-Coroado, Recanto dos Pássaros, Recanto dos Signos, Recanto Fialho, Redenção, Residencial Esperança, Residencial Primavera Turu, Residencial Turquesa, Santa Bárbara, Santa Clara, São Raimundo, São Raimundo-Santa Bárbara, Sítio Leal, Sítio Pirapora, Sítio São José, Tirirical, Vila América, Vila Ariri, Vila Brasil, Vila Conceição⁶², Vila conceição, Vila Cruzado, Vila Dom Luís, Vila dos Frades, Vila dos Nobres, Vila Embratel, Vila Isabel, Vila Itamar, Vila Jeniparana, Vila Lobão, Vila Nova, Vila Regina, Vila Roseana Sarney, Vila São Luís, Vila União, Vila Vitória, Vinhais IV e Vivendas do Turu?

⁶² Na lista oficial dos bairros de São Luís existem duas localidades com a mesma denominação: Vila Conceição, situada dentro do bairro do Anil e Vila Conceição, situada dentro do bairro do Coroadinho.

REFERÊNCIAS

A **PACOTILHA**, ano XLVI, nº 261, de 06 de novembro de 1926, p. 05. Na Vila Operária.

AAJA. **Inquérito sobre o Bairro Ivar Saldanha**. São Luís, 10/02/2014 (Inquérito realizado por Heloísa Reis Curvelo Matos).

AGUILERA, Vanderci de Andrade. Dialectologia e Toponímia. In: MOTA, Jacyra Andrade. et. al. **Documentos 2: Projeto Atlas Lingüístico do Brasil**. Salvador: Quarteto, 2006.

ALBINO, Lídia. **A relação da hidronímia com a história social do Paraná: uma descrição diacrônico-contrastiva**. 2004. 267f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

ALVES, Ana Paula Mendes. **Um estudo sociolingüístico da variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala de jovens de Barra Longa–MG que residem em Belo Horizonte**. 2008. 155f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. A ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos: um caso de variação diatópica em Minas Gerais. **Estudos Lingüísticos**– Revista do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, Campinas, v. 01, n. 33, p. 163-168, 2004.

AMARAL, José Ribeiro do. **O Maranhão Histórico** – artigos de jornal (1911-1912). São Luís: Instituto Geia, 2003.

AMC. **Inquérito sobre o Bairro Novo Angelim**. São Luís, 05/07/2013 (Inquérito realizado por Heloísa Reis Curvelo Matos).

ANDRADE, Karylleila dos Santos. A toponímia e os viajantes naturalistas estrangeiros na Província de Goiás. In: **SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA**, 01, 2008a, São Paulo. **Simpósio 14 do ...** São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008a.

_____. **Atlas Toponímico de Origem Indígena do Estado do Tocantins** – Projeto ATITO. 2006. 211f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Pesquisa cartográfica do Atlas Toponímico de Origem indígena do Tocantins - Projeto ATITO. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA, XII, 2008 Rio de Janeiro, **Cadernos do...** Rio de Janeiro, Círculo Fluminense de Estudos Filológicos – Instituto de Letras da UERJ, 2008b.

APAE SÃO LUÍS. Conheça a APAE. Disponível em: <http://www.apaesauluis.org.br>. Acesso em: 10 ago. 2013.

APER. Inquérito sobre o Bairro São Bernardo. São Luís, 29/07/2013 (Inquérito realizado por Heloísa Reis Curvelo Matos).

ARAÚJO SOUSA, Antonio Ari. Atlas Toponímico dos Bairros Bahia, Bahia Nova e João Eduardo, em Rio Branco/AC: uma contribuição aos estudos do EJA. In: **Revista Philologus** do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos – CiFEFiL, Rio de Janeiro: CiFEFiL, ano 14, n. 42, set./dez.2008, p. 26-39.

BNJP. Inquérito sobre o Bairro Jardim América do Norte. São Luís, 18/07/2013 (Inquérito realizado por Heloísa Reis Curvelo Matos).

BERNALES LILLO, Mario. **Toponímia Pré-Hispânica e Hispânica do Sul do Chile.** 1995. 176f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BORDONI, Orlando. **A Língua Tupi na Geografia do Brasil.** – Dicionário. São Paulo: BANESTADO/Pontes Editores, n/d.

BRAGA, Rosiane Cristina Gonçalves **Onomástica e terminologia:** da denominação à relação conceitual Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/eventos/simelp/new>>. Acesso em: 29 dez. 08.

BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. **A morfologia sufixal indígena na formação de topônimos do Estado do Rio De Janeiro.** Disponível em: <http://www.filologia.org.br/pub>. Acesso em: 20 jan. 08.

BRITO, Nathália de Souza. **Um resgate histórico das primeiras fábricas de São Luís:** o caso das fábricas Rio Anil e Santa Amélia. 2010. 45f. (Graduação no Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2010.

BURNETT, Frederico Lago. **São Luís por um triz:** escritos urbanos e regionais. São Luís: EdUEMA, 2012.

BJV. **Inquérito sobre o Bairro Cohafuma.** São Luís, 07/02/2014 (Inquérito realizado por Heloísa Reis Curvelo Matos).

BES. **Inquérito sobre o Parque Amazonas.** São Luís, 13/02/2014 (Inquérito realizado por Heloísa Reis Curvelo Matos).

CÂMARA DA PROVÍNCIA DE SÃO LUÍS. Lei Provincial nº 402, de 27 de agosto de 1856.

_____. Decreto Municipal nº 921, de 28 de abril de 1925.

_____. Decreto-Lei Estadual nº 27, de 21 de janeiro de 1938.

_____. Edital nº 11 de 20 de setembro de 1929.

_____. Lei Municipal nº 111, de 20 de maio de 1949. Diário Oficial do Município, ano XLIV, nº 117 de 24 de maio de 1949.

_____. Lei Municipal nº 425, de 1º de agosto de 1929.

_____. Lei Municipal nº 1.136, de 24 de março de 1961.

_____. Lei Municipal nº 1.662, de 18 de março de 1966.

_____. Lei Provincial nº.867 de 05 de março de 1919.

_____. Lei Provincial nº 460, de 06 de novembro de 1857.

_____. Lei Provincial nº 61, de 31 de dezembro de 1932.

_____. Lei Provincial nº 796, de 20 de julho de 1866.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Programas de Habitação. Disponível em: http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/habitar
Acesso em 10 ago. 2013.

CARDOSO, Alídio Valdo. **Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia**, São Luís, nº 46-L, 1ª Região: Memorial Descritivo, 04 de nov. de 1970.

CARDOSO, Armando Levy. **Toponímia Brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, v. 09, 1961. (Coleção General Benício).

CARNEIRO, João Paulo Jeannine Andrade. **A morada dos Wapixuna**: Atlas Toponímico da região indígena da Será da Lua – RREIS 2007. 167f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARRETER, Fernando Lázaro. **Diccionario de términos filológicos**. 3. ed. Madrid: Gredos, 1990.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. Estudos de Onomástica em língua portuguesa no Brasil: perspectivas para inserção mundial. In: SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 01, 2008, São Paulo. **Simpósio 14 do...** São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008.

_____. Antroponímia: Um velho caminho, um novo instrumental de análise lingüístico-literária. **Revista Álvares Penteadó**. Fundação Escola Álvares Penteadó. São Paulo, v.4, n. 8, p.115 –135, 2002.

_____. Hierotoponímia portuguesa. Os nomes de Nossa Senhora. In: CÍRCULO FLUMINENSE DE ESTUDOS FILOLÓGICOS E LINGÜÍSTICOS, 09, 2005, Rio de Janeiro, **Cadernos...** Rio de Janeiro, 2005.

_____. A Onomástica e o resgate semântico: as *Antas*. **Estudos Lingüísticos** – Revista do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, Campinas, v. 01, n. 33, p. 274-279, 2004.

_____. **Aplicações da teoria dos signos na Onomástica**. Disponível em <<http://bReisgroups.yahoo.com/group/toponimia-usp/files>>. Acesso em: 03 jan. 09.

_____. Arcaísmos morfológicos na toponímia de Portugal. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 11, 2007, Rio de Janeiro. **Outros Trabalhos/ Cadernos...** Rio de Janeiro: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos / Instituto de Letras da UERJ, 2007.n. 04, p. 26-38.

_____. Caminho das águas: os hidrotopônimos em Portugal. In: Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, 2003, São Paulo. **Anais...** São Paulo, Universidade de São Paulo, 2003, v.32.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus; ANTUNES, Alessandra Martins. Princípios teóricos de Onomástica. Toponímia e Antroponímia: a questão do nome próprio. In: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos, XI, 2007, Rio de Janeiro, **Cadernos...** Rio de Janeiro, 2007. p.108-121.

_____; _____. Toponímia brasileira. Origens históricas. In: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos, 2007, Rio de Janeiro, **Cadernos...** Rio de Janeiro, 2007. p. 141-158.

CARVALHO, Maria Aparecida de. Toponímia da região centro-sul matogrossense: contribuições para o Atlas toponímico do Estado de Mato Grosso. 475p. 2005. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade de São Paulo, São Paulo. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Banco de teses e dissertações** Disponível em: <http://www.capes.gov.br/servicos/bancoteses>. Acesso em: 10 set. 08.

CASAS do Estado para os sem-tetos. **O Imparcial**. Ano LXIX, nº 22.676, p. 10. São Luís, 30/12/1996.

CASSUCI TAVARES, Marineide. Toponímia do município de Campo Grande – MS: um estudo preliminares In: ENCONTRO NACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS DE LINGUAGEM DO CENTRO-OESTE – GELCO: Integração Lingüística, Étnica e Social, 02, 2003, Goiânia. **Atas do...** Goiânia: Universidade Federal de Goiânia, 2003. v. II, p. 729-735.

CASTIGLIONE, Ana Paula. Estudo preliminar a respeito dos designativos de fazendas (AH) do município de Chapadão do Sul. In: ENCONTRO NACIONAL DO GRUPO

DE ESTUDOS DE LINGUAGEM DO CENTRO-OESTE – GELCO: Integração Lingüística, Étnica e Social, 02, 2003, Goiânia. **Atas do...** Goiânia: Universidade Federal de Goiânia, 2003. v. III, p. 1483-1487.

CASTRO, Pe. João Bautista de. **Mappa de Portugal Antigo, e Moderno**, Tomo Primeiro, parte I e II. Lisboa, 1762-1763.

CAVALCANTE, Lynara Raquel; ANDRADE, Karylleila dos Santos. Análise e descrição dos topônimos tocantinenses no contexto da Belém-Brasília In: SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 01, 2008, São Paulo. **Simpósio do...** São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008.

CEJR. **Inquérito sobre o Bairro Santa Rosa**. São Luís, 19/07/2013 (Inquérito realizado por Heloísa Reis Curvelo Matos).

CHONICA MARANHENSE, vol. II, de 25 de agosto de 1838. Venda das Fábricas “Roma Nova” e “Roma Velha”.

_____. Aforamento de Sítio. São Luís, vol. II, nº 130, 1º de maio de 1838, p. 526.

CIDADE OLÍMPICA Feriado é marcado por muito trabalho. **O Estado do Maranhão**. Ano 37, nº 12.065, p. 3. São Luís, 21/04/1997.

CMSC. **Inquérito sobre o Bairro Santa Rosa**. São Luís, 19/07/2013 (Inquérito realizado por Heloísa Reis Curvelo Matos).

COA. **Inquérito sobre o Bairro Coheb**. São Luís, 11/09/2013 (Inquérito realizado por Heloísa Reis Curvelo Matos).

COARACY, Ana. Mágica e encantada. **O ESTADO DO MARANHÃO**. Revista edição especial em comemoração ao aniversário de São Luís. São Luís, 08 set., 2012, p. 183-185.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DO MARANHÃO – COHAB/MA: Memoria Descritivo das terras do Sítio São Raimundo ou Casaca, 05 de julho de 1973.

COMUNIDADE SANTA EFIGÊNIA: Relatório, de 29 de março de 1998.

COUTO, Hildo **Honório do. Ecolingüística**: estudo das relações entre língua e meio ambiente. Brasília: thesaurus, 2007, 253-273.

CRS. **Inquérito sobre o bairro Santa Cruz**. São Luís, 26/02/2014 (Inquérito realizado por Heloísa R. Curvelo Matos).

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Histórico das palavras portuguesas de origem tupi**. 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos – Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

CYRELA. Portfólio Cyrela. Disponível em: <http://www.cyrela.com.br/ma>. Acesso em: 10 abr. 2014.

CZS. **Inquérito sobre a História de São Luís**. São Luís, 20/06/2013 (Inquérito realizado por Heloísa Reis Curvelo Matos).

D'EVREUX, Yves. **Viagem ao norte do Brasil**: feita nos anos de 1613 a 1614. São Paulo: Siciliano, 2002. 435p. Tradução de: César Augusto Marques.

DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício; ISQUERDO, Maria Aparecida Negri. A toponímia do Bolsão sul-mato-grossense e a questão dos estratos lingüísticos formadores dos topônimos. **Estudos Lingüísticos** – Revista do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, Campinas, v. 01, n. 34, p. 310-315, 2005.

_____. Entre buritis e veredas: o desvendar da toponímia do Bolsão sul-mato-grossense. **Estudos Lingüísticos** – Revista do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, Campinas, v. 01, n. 33, p. 682-687, 2004.

DECRETO-LEI nº 311, de 02 de março de 1938. Disponível em: www.iterpa.pa.gov.brReis Acesso em: 30 jun. 09.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO MARANHÃO, ano XXIX, nº 5924, de 07 de junho de 1893, p. 01. Companhia de Ferro-Carril do Maranhão: Relatório da Construção da estrada de Ferro do Anil.

_____, 03 de julho de 1955, p. 02-03. Lei Municipal de São Luís, nº 501, de 05 de fevereiro de 1955.

- _____, 07 de março de 1949, p. 05. Projeto de Lei nº 09.
- _____, 11 de novembro de 1937. Inauguração do Ambulatório Neto Guterres no Areial.
- _____, 13 de novembro de 1935. Serviço de Obras Públicas, Viação e Agricultura.
- _____, 15 de outubro de 1927: Lei Municipal nº 381, de 11 de outubro de 1927.
- _____, 1º de março de 1939. Lançamento geral do Imposto predial, territorial e taxas da limpeza, das casas situadas nos Bairros Proletariados, a vigorar a partir do primeiro semestre do ano de 1939, exercício de 1939: Alterações.
- _____, 20 de fevereiro de 1954, p. 03. Lei Municipal nº 408, de 07 de outubro de 1953.
- _____, 20 de março de 1936: Edital nº 10, de 06 de março de 1936.
- _____, 21 de agosto de 1943. Pedra Fundamental do novo Quartel da Força Pública.
- _____, 21 de maio de 1935: Edital nº 15, de 26 de abril de 1935.
- _____, 27 de agosto de 1935: Edital nº 23, de 24 de agosto de 1935.
- _____, 27 de setembro de 1957, p. 01. Construção do Conjunto Newton Belo.
- _____, ano VIII, nº 244, de 25 de outubro de 1913, p. 02. Câmara Municipal do Maranhão, 1º de outubro de 1913.
- _____, ano X, nº 10, 06 de abril de 1964. Decreto nº 821, de 17 de março de 1964, p. 02.
- _____, ano XLIV, nº 117, de 24 de maio de 1949, p. 05. Lei Municipal nº 111, de 20 de maio de 1949.
- _____, ano XLVI, nº 249, de 13 de novembro de 1951, p. 07.
- _____, ano XXIII, de 29 de novembro de 1928: Lei Municipal nº 413, de 11 de novembro de 1928.
- _____, ano XXIV, nº 5.947, de 05 de julho de 1893
- _____, ano XXIV, nº 7.183, de 12 de agosto de 1893. Leilão – Sítio João Paulo.

_____, ano XXXIV, nº 10.508, de 27 de julho de 1908. Memorial de Reivindicação

_____, ano XXXVI, nº 9.700, de 05 de dezembro de 1905. Olho d'água.

_____, nº 15, de 15 de janeiro de 1910, p. 03. Céu.

_____. Decreto nº 61, de 31 de dezembro de 1932.

_____. Edital nº 10, de 06 de março de 1936.

_____. Edital nº 16, de 08 de maio de 1935.

_____. Edital nº 16, de 1º de julho de 1929.

_____. Edital nº 41, de 21 de outubro de 1933.

_____. Escola no bairro do Lyra. São Luís, 08/05/1944.

_____. Estatuto do Colégio Instituto Nossa Senhora da Vitória. São Luís, 30 de março de 1966.

_____. Lei Municipal nº.642 de 26 de março de 1956.

_____. Lei Municipal nº.832 de 19 de setembro de 1957.

_____. Lei Municipal nº 1.665, de 25 de março de 1966.

_____. Resolução nº 25, de 13 de julho de 1908. São Luís, 16 de julho de 1908, p. 06.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto-Lei Federal nº 6.833, de 26 de ago. de 1944.

DIAS, Márcio Bruno dos Santos. Uso e ocupação do solo: uma análise sobre o bairro do Turu. 2011. 63f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, São Luís, 2011.

DIAS, Marieta Prata de Lima Dias. A motivação toponímica dos municípios mato-grossenses. In: ENCONTRO NACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS DE LINGUAGEM DO CENTRO-OESTE – GELCO: Integração Lingüística, Étnica e

Social, 02, 2003, Goiânia. **Atas do...** Goiânia: Universidade Federal de Goiânia, 2003. v. III, p. 1332-1340.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Atlas Toponímico do Brasil: teoria e prática II. In: **Revista Trama**, v. 03, n. 05, p. 141-155, 2007a.

_____. A terminologia nas ciências onomásticas. Estudo de caso: o Projeto ATESP (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo). In: ISQUERDO, Aparecida Negri (org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. v. III. Campo Grande: Editora. UFMS, 2007b, p. 459-471.

_____. Fundamentos teóricos da Toponímia. Estudo de caso: o Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico de Estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (org.). **O léxico em Estudo**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006, p. 91-117.

_____. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. , v. II. Campo Grande: Editora. UFMS, 2004, p. 121-130.

_____. Aspectos de Etnolinguística – a Toponímia Carioca e Paulistana – contrastes e confrontos. **Seção Textos – Toponímia**, n. 56, p. 180-91, dez./2002-fev./2003. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/anais>>. Acesso em: 14 out. 08.

_____. O português do Brasil no Período Colonial. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA, 05, 2001, Rio de Janeiro. **Cadernos...** Rio de Janeiro: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos, 2001, p. 133-146.

_____. Contribuição do Léxico Indígena e Africano ao Português do Brasil. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE LUSITANISTAS**, 1999, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: http://www.geocities.com/ail_br/contribuicaodolexicoindigena. Acesso em: 29 dez. 08.

_____. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In: OLIVIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (org.). **As**

ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: Ed. UFMG, v. I, 1998a, p. 77-88.

_____. **A Motivação Etno-toponímica. Perspectivas Sincrônicas e Diacrônicas.** In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 13., 1998b, Campinas. **Resumos expandidos do...** Campinas: **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística, 1998, (s/p.). Disponível em:** <http://www.mel.ileel.ufu.br>. Acesso em: 22 dez. 08.

_____. Atlas Toponímico: um estudo dialetológico. **Revista Philologus**, São Paulo: Plêiade, v. 10, ano 4, p. 27-44, 1996.

_____. O léxico toponímico: marcadores e recorrências lingüísticas (um estudo de caso: a toponímia do Maranhão). In: **Revista Brasileira de Lingüística**. São Paulo: Plêiade, v. 08, n. 01, p. 59-67, 1995.

_____. O léxico toponímico: alegorias e constantes semiológicas. In: IX ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL. 1994, Caxambu. **Anais...** João Pessoa: ANPOLL, 1994a, p. 872-877.

_____. Toponímia e Línguas Indígenas do Brasil. In: **Revista Estudos Avançados**, v. 08, n. 22, São Paulo: IEA-USP, p. 435-436, 1994b.

_____. Tratamento lexicográfico toponímico do Estado de São Paulo. In: VIII ENCONTRO NACIONAL da ANPOLL. 1992, Porto Alegre. **Anais...** Goiânia: ANPOLL, 1992a, p. 675-679.

_____. Memória paulistana: os antropônimos quinhentistas na Vila de São Paulo do Carmo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB** da Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 33 p. 112-127, 1992b.

_____. **A motivação toponímica e a realidade brasileira.** São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1990a. 387p.

_____. Os vocabulários toponímicos básicos no “vocabulário na língua brasílica” e sua relação geográfica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB** da Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 31, p. 95-111, 1990b.

_____. Toponímia e imigração no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB** da Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 29, p. 83-92, 1988.

_____. Toponímia e cultura. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB** da Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 27 p. 93-101, 1987.

_____. A litotoponímia no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB** da Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 26 p. 66-72, 1986.

_____. Origens históricas da Toponímia Brasileira. Os nomes transplantados, **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB** da Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 24 p. 75-96, 1982.

DMD. **Inquérito sobre o bairro Santa Cruz**. São Luís, 27/02/2014 (Inquérito realizado por Heloísa R. Curvelo Matos).

DORO, Maria da Penha Marinovic. Pouco espaço com grandes ideais: os topônimos de Vila Nova Savóia. 309p. 2000. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade de São Paulo, São Paulo. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Banco de teses e dissertações**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/servicos/bancoteses>. Acesso em: 10 set. 08.

EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E NEGÓCIOS PÚBLICOS – EMARHP. Relação de todos os Conjuntos Habitacionais da Capital e do Interior do Estado. São Luís: EMARHP, s/d.

_____. Quadro resumo das áreas adjacentes ao Conjunto Cidade Operária, 2013.

ESPÍRITO SANTO, José Marcelo. **São Luís: uma leitura da cidade**. Prefeitura de São Luís/Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade. São Luís: Instituto da Cidade, 2006.

ESTADO DO MARANHÃO/SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS. Unidades de Conservação da Natureza do Estado do Maranhão – folheto. s/d FERNANDES, I. Avieíreis **Topónimos e gentílicos**. Porto: Editora Educação nacional, 1941.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.0**. Positivo Informática LTDA.

FIGUEIREDO, Carla Regina de Souza. A Toponímia da Rota da *Retira da Laguna*: marcas da História na nomenclatura geográfica. In: CONGRESSO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS DE MATO GROSSO DO SUL, 03; ENCONTRO DE PESQUISA EM GRADUAÇÃO EM LETRAS, 04; ENCONTRO DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS, 01, 2007, Mato Grosso do Sul. **Anais dos...** Mato Grosso do Sul: UEMS/Unidade Universitária de Dourados, 2007, s/p.

FMJR. **Inquérito sobre o Bairro Jardim América**. São Luís, 19/07/2013 (Inquérito realizado por Heloísa Reis Curvelo Matos).

FÓRUM MARANHENSE DE LUTA PELA MORADIA – FMLM: Manifesto de 1996.

FRANCISQUINI Ignez de Abreu. O nome e o lugar: uma proposta de estudos toponímicos da microrregião de Paranavaí. 283p. 1998. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Banco de teses e dissertações** Disponível em: <http://www.capes.gov.br/servicos/bancoteses>. Acesso em: 10 set. 08.

FREIRE, José Manuel de Amaral Branco. A Toponímia Céltica e os vestígios da cultura material da Proto-História de Lisboa. **Revista Guimarães** – Revista da Casa de Sarmento/ Centro de Estudos do Patrimônio da Universidade do Minho, Lisboa, v. Especial, n. 01, p. 265-275, 1999.

FROSI, Vitalina Maria. **Toponímia e turpilóquio: peculiaridades da pesquisa da linguagem da Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 13, 1998, Campinas. **Resumos expandidos do...** Campinas: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística, 1998, (s/p).

GARCÍA SÁNCHEZ Jairo Javiereis **Atlas toponímico de España**. Arcos Libros, 2007. Disponível em: <http://www.arcomuralla.com/Arco/Shop/Detail>. Acesso em: 04 jan. 09.

GENTE E NEGÓCIOS. INAGRO. Disponível em: <http://www.genteenegocios.com.br>. Acesso em: 18 ago. 2013.

GONSALVES, Doraci da Luz. A Toponímia do Baixo Pantanal – MS: nuances significativas. In: ENCONTRO NACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS DE LINGUAGEM DO CENTRO-OESTE – GELCO: Integração Lingüística, Étnica e Social, 02, 2003, Goiânia. **Atas do...** Goiânia: Universidade Federal de Goiânia, 2003. v. II, p. 451-457.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. Portaria de 27 de abril de 1903.

HAUILA, Antonio. **A toponímia fluminense**: uma visão histórico-cultural. 214p. 1987. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Banco de teses e dissertações** Disponível em: <http://www.capes.gov.br/servicos/bancoteses>. Acesso em: 10 set. 08.

HOUAISS, Antonio – **Notas do prefácio-estudo de Antonio Houaiss ao livro Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi** (autor, Antonio Geraldo da Cunha). Melhoramentos. São Paulo. Editora UNB. Brasília, 1999.

HOUAISS, A. et al. **Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa Versão 1.0**. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss/ Objetiva, 2001.

_____. **Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa Versão monousuário 3.0**. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss/ Objetiva, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1959.

_____, Monografias municipais (s/d).

_____/Conselho Regional de Estatística, Inspetoria Regional de Estatística do Maranhão – Municípios Maranhenses (São Luís). Disponível em <http://www.sebrae-legal.com.br> Acesso: 24/04/2009.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO MARANHÃO. Edital nº 35, de 12 de jan. de 1904, publicado no Diário do Maranhão, ano XXXV, de 13 de fev. de 1904.

ISQUERDO, Maria Aparecida. De Laguna de los Xarayes a Pantanal: mito e realidade impressos na Toponímia. In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (org.). **O léxico em Estudo.** Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006, p. 119-133.

_____. **História social e toponímia: um estudo na fronteira de Minas Gerais com Mato Grosso do Sul.** In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 13., 1998, Campinas. **Resumos expandidos do...** Campinas: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística, 1998, (s/p.). Disponível em: <http://www.mel.ileel.ufu.br/gtlex/xiiienanpoll/resumo/caderno>. Acesso em: 08 jan. 09.

ITT COMUNICAÇÕES MUNDIAIS S.A. Carta ao Presidente da Empresa de Telecomunicações do Maranhão S.A, Amaury Ritter Martins, em 27/05/1970 (parte 01-03).

JORNAL DO MARANHÃO, de 20 de julho de 1908. Sítio Alegre – Roma Nova.

JORNAL DO POVO, ano 3, nº 51, de 02 de março de 1952, p. 01. A Sociedade de Assistência Popular inaugura seu primeiro Posto de Bairro.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A Fundação Francesa de São Luís e seus Mitos.** São Luís: Editora UEMA, 2008.

LETELIER, Valentin. **Ensayo de Onomatología ó estudio de los nombres propios y hereditários.** Madrid: Libreria de Victoriano Suárez, s/d, p. 01-48.

LEWANDOWSKY, Theodo Reis **Diccionario de linguística.** 5. ed. Madrid: Cátedra, 2000, p. 245 e 359.

LONDERO, Renata; DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício. A influência dos cursos d'água nos nomes das fazendas (AH) do município de Chapadão do Sul. In: ENCONTRO NACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS DE LINGUAGEM DO CENTRO-OESTE – GELCO: Integração Linguística, Étnica e Social, 02, 2003, Goiânia. **Atas do...** Goiânia: Universidade Federal de Goiânia, 2003. v. III, p. 1580-1586.

LOPES, Lucilândia C. Lindoso (Org.) **Plano de reabilitação urbana do bairro do Diamante**: diagnóstico e diretrizes. São Luís/Fundação Municipal de Patrimônio Histórico – FUMPH, 2008.

MAEDA, Raimunda Madalena Araújo. **A Toponímia sul-mato-grossense**: um estudo dos nomes de fazendas. 2006. 281f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

MARANHÃO. Escritura Particular de Compra e Venda, 14 de março de 1940.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1970. (fac-símile da 1ª ed. Maranhão Typogravura do Frias, 1870).

_____. 3ª ed. São Luís: Edições Academia Maranhenses de Letras, 2008.

MATOS, Maria José Oliveira. Estudo onomástico contrastivo das regiões econômicas de Irêce e do Recôncavo Sul, Bahia. Estudo de caso: Municípios de Barra do Mendes e Nazaré. 213p. 2000. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade de São Paulo, São Paulo. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Banco de teses e dissertações** Disponível em: <http://www.capes.gov.br/servicos/bancoteses>. Acesso em: 10 set. 08.

MCM. **Inquérito sobre o Bairro Santo Antonio**. São Luís, 27/12/2013 (Inquérito realizado por Heloísa Reis Curvelo Matos).

MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão**. 2ª ed. São Luís: Fundação Cultral do Maranhão, 1980.

MELO, Magnólia Sousa Bandeira. **Índice toponímico de Centro histórico de São Luís**. São Luís: EDUFMA, 1990, 121p.

MENENDEZ PILDAL, Ramon. **Toponimia prerrománica hispana**. Madrid: Gredos, 1952. 316p.

MENEZES, Joara Maria de Campos. A toponímia de Pompéu. In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. **Estudos do Léxico**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006, p. 23-30.

MENEZES, Paulo Márcio Leal de; SANTOS, Cláudio João Barreto dos. Geonímia do Brasil: pesquisa, reflexões e aspectos relevantes. **Revista Brasileira de Cartografia**. Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia - Laboratório de Cartografia (GEOCART), n. 58/02, p. 193-200, agosto 2006. Disponível em: <http://www.rbc.ufrj.br> Acesso em: 06 jun. 08.

MMJB. **Inquérito sobre o Coroadinho**. São Luís, 11/02/2014 (Inquérito realizado por Heloísa Reis Curvelo Matos).

MN. **Inquérito sobre o Bairro Chácara Brasil**. São Luís, 15/08/2012 (Inquérito realizado por Heloísa Reis Curvelo Matos).

MOREIRA, Hélio Costa. **A hodotoponímia paranaense na rota dos tropeiros**: caminhos das Missões e Estrada das Palmas. 2006. 269f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

MOVIMENTO SÓCIO POPULAR DO COHATRAC A ADJACÊNCIA. Área de Proteção Ambiental do Itapiracó. Disponível em: <http://mspcohatrac.blogspot.com.br>. Acesso em: 14 ago. 2013.

MRRR. **Inquérito sobre o Bairro Ivar Saldanha**. São Luís, 10/02/2014 (Inquérito realizado por Heloísa Reis Curvelo Matos).

MTJD. **Inquérito sobre a atuação política do Presidente da Assembleia Legislativa Ivar Figueiredo Saldanha**. São Luís, 12/02/2014 (Inquérito realizado por Heloísa Reis Curvelo Matos).

NAM. **Inquérito sobre os Bairros construídos pela COHAB**. São Luís, 09/07/2013 (Inquérito realizado por Heloísa Reis Curvelo Matos).

NASCENTES, Antenor La Toponymie au Brésil. In: Coletânea de estudos de Antenor Nascentes. **Estudos Filológicos**: volume dedicado à memória de Antenor Nascentes. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003, p. 570-80.

NEMBRO, Metódio. **São José de Grajaú**: primeira Prelazia do Maranhão. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1955.

NIETO BALLETER, Emilio. **Breve diccionario de topónimos españoles**. (s/l): Alianza Editorial, 1997, 448 p.

NOVAES, Irlane Regina Moraes. **Ana Jansen**: empreendedorismo feminino no século XIX. 2012. 140 p. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. Rio de Janeiro, 2012.

O DIA, ano I, nº 180, 27 de dezembro de 1924, p. 01. O Natal na praia do Olho d'água.

O MARANHÃO, ano XIV, nº 964, de 02 de maio de 1948, p. 05. Núcleo Residencial do Timon – Areial.

_____, 02 de maio de 1948. Levantamento Topográfico do terreno do Sítio Caratatiua.

OLIVEIRA, Agenor Lopes de. **Toponímia Carioca** (Coleção Cidade do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal/ Secretaria Geral de Educação e Cultura, s/d.

OLIVEIRA, Carolina Torres de. **Requalificação da extremidade da Ponta d'areia São Luís/MA**. 128f. (Graduação no Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2011.

OLIVEIRA, Silvia Ribeiro de. **O Anil entre 1893 a 1960**: uma contribuição para a história urbana de São Luís. 2012. 62f. Monografia (Graduação no Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2012.

O JORNAL, 27/03/1919, p. 01. Matadouro Modelo. A Conclusão das obras, os diversos compartimentos, o funcionamento das máquinas.

ODJF. **Inquérito sobre o Bairro Apeadouro**. São Luís, 19/07/2013 (Inquérito realizado por Heloísa Reis Curvelo Matos).

PEREIRA, Ana Amélia. **Arari**: caracterização geográfico-histórico-social e toponímia. Vitória do Mearim. 2003. 155f. Trabalho de conclusão de curso (graduação em Letras) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

PEREIRA, Renato Rodrigues. A presença da mulher na toponímia urbana da cidade de Três Lagoas (MS) In: ENCONTRO NACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS DE LINGUAGEM DO CENTRO-OESTE – GELCO: Integração Lingüística, Étnica e Social, 02, 2003, Goiânia. **Atas do...** Goiânia: Universidade Federal de Goiânia, 2003. v. III, p. 1587-1595.

PIEL, Joseph-Maria. As águas na Toponímia Galego-Portuguesa. **Boletim de Filologia**, v. VIII, fasc. 01. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1945, p.305-342.

PMGL. **Inquérito sobre o bairro Vila Isabel Cafeteira**. São Luís, 04/07/2013 (Inquérito realizado por Heloísa Reis Curvelo Matos).

PMRG. **Inquérito sobre o Bairro Vila Palmeira**. São Luís, 02/07/2013 (Inquérito realizado por Heloísa Reis Curvelo Matos).

POSSEBOM, Francisco. Militares na toponímia paulistana: axiotopônimos militares nas vias públicas da cidade de São Paulo. 1996. 444p. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade de São Paulo, São Paulo. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Banco de teses e dissertações** Disponível em: <http://www.capes.gov.br/servicos/bancoteses>. Acesso em: 10 set. 08.

PREFEITURA DE SÃO LUÍS. Prefeitura entrega títulos de propriedade a moradores do Coroadinho. Disponível em: <http://www.saoluis.ma.gov.br> Acessado em: 13/02/2014.

_____. Decreto nº 360, de 04 de fevereiro de 1939.

_____. Divisão de Fiscalização Externa: Habite-se, 13 de fevereiro de 1975.

_____. Edital nº 10, de 06 de março de 1936.

_____. Edital nº 11, de 20 de setembro de 1929.

- _____. Edital nº 15, de 26 de abril de 1935.
- _____. Gabinete do Prefeito. Ofício nº 35, de 05 de fevereiro de 1970.
- _____. Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural – INCID. Mapa Temático dos Bairros e Arruamento de São Luís, escala numérica aproximada de 1: 40.000. São Luís: INCID, 2012.
- _____. Lei Municipal nº 1.749, de 17 de maio de 1967
- _____. Lei Municipal nº 1.631, de 30 de dezembro de 1965.
- _____. Lei Municipal nº 1.716, de 21 de dezembro de 1966.
- _____. Lei Municipal nº 1.900, de 03 de setembro de 1970.
- _____. Lei Municipal nº 1.904, de 21 de setembro de 1970.
- _____. Lei Municipal nº 3.252, de 29 de dezembro de 1992.
- _____. Lei Municipal nº 309, de 03 de novembro de 1965.
- _____. Lei n. 2. 151, de 04 de fevereiro de 1975. Prefeito Haroldo Tavares. Disponível em: <http://www.saoluis.ma.gov.br/institutocidade/conteudo>. Acesso em: 17 out. 08
- _____. Lei nº 425, de 1º de agosto de 1929.
- _____. Ofício, nº 29/75.
- _____. Palácio de La Ravardière. Decreto nº 30, de 22 de março de 2013.
- _____. Recebedoria Municipal: Relação das alterações verificadas no valor locativo dos Prédios, Palhoças e Terrenos situados nos Bairros proletários dessa Cidade, para efeito de arrecadação do imposto predial, territorial, no exercício de 1938 (1º) semestre, de 28 de fevereiro de 1938.
- _____. Secretaria de Urbanismo e Planejamento – SURPLAN. Declaração, 21 de maio de 1963.

RAMOS, Conceição de Maria de Araújo et. al. A presença das línguas indígenas na toponímia maranhense. In: RAMOS, Conceição de Maria de Araújo et. al. **O português falado no Maranhão**: estudos preliminares. São Luís: EDUFMA, 2005, p. 95-103.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim. Em busca de uma caracterização geral do topônimo. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 12, 2008, Rio de Janeiro. **Textos completos do...** Rio de Janeiro: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos, 2008, s/p.

_____. **Preliminares de um estudo lingüístico e histórico da toponímia Baiana**: o caso da região econômica oeste. Disponível em: <http://www.filologia.org.br>. Acesso em: 03 mai. 08.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL/Estado do Maranhão, 1º Cartório de Registro Geral de Imóveis Oswaldo Soares. Escritura Pública de Compra e Venda e Constituição de Hipoteca, livro de notas nº 348, fls. 119v a 122, 1º traslado, de 16 de julho de 1976.

_____, 1º Cartório de Registro Geral de Imóveis e Hipotecas: Certidão de Registro nº 2.723, fls. 211, do livro 3-E, de 04 de junho de 1920.

_____, 1º Cartório de Registro Geral de Imóveis e Hipotecas: Certidão de Registro, nº 3.206, fls. 88, do livro 3-G, de 18 de outubro de 1921.

_____, 2º Cartório de Registro Geral de Imóveis e Hipoteca Dr. Celso a Conceição Coutinho. Escritura Pública de Compra e Venda, livro de notas nº 313, fls. 36v a 39, 1º traslado nº 03, de 22 de fevereiro de 1967.

_____. 1º Cartório de Registro Geral de Imóveis e Hipoteca, Certidão de Imóveis de 19 de março de 1970.

_____. Escritura Pública de Compra e Venda e Constituição de Hipoteca, nº 39.110, p. 125 do protocolo, registro nº 27.974, p. 12 do livro 3AF de 03 de nov. de 1970.

_____, 2º Registro de Imóveis e Hipotecas Jurandy de Castro Leite. Registro de Loteamento, livro de notas nº 02, fls. 143v-144, de 23 de março de 1976.

_____, Cartório da 1ª Circunscrição de Registro Geral de Imóveis Dr. Celso da Conceição Coutinho: Escritura Pública de Compra e Venda, 3º traslado, livro de notas nº 344, fls. 26V, de 18 de março de 1976.

_____. Escritura Pública de Compra e Venda e Constituição de Hipoteca, livro de notas nº 353, fls. 21v a 25, 1º traslado, de 28 de outubro de 1976.

_____. Escritura Pública de Compra e Venda e Constituição de Hipoteca, livro de notas nº 346, fls. 167v a 172, 3º traslado, de 22 de junho de 1976.

_____. Comarca de São José de Ribamar Cartório do 1º Ofício: Escritura Pública de Compra e Venda de Imóvel, livro nº 19-A, fls. 82V a 83V, de 15 de setembro de 1978.

_____, 2º Cartório de Registro Geral de Imóveis e Hipotecas Jurandy de Castro leite: Pedido de pagamento de averbação expedido em 26 de junho de 1986.

_____, 2º Cartório de Registro Geral de Imóveis e Hipotecas Jurandy de Castro leite: Certidão de Registro nº 05, mat. 2.622, fls. 66, livro 2-I, de 26 de julho de 1986.

RMJ. Inquérito sobre o Bairro do Habitacional Turu. São Luís, 19/07/2013 (Inquérito realizado por Heloísa Reis Curvelo Matos).

RMLS. Inquérito sobre o Bairro Vila Janaina. São Luís, 19/07/2013 (Inquérito realizado por Heloísa Reis Curvelo Matos).

ROSTAING, Charles. Les noms de lieux. Paris: Presses Universitaires de France, 1948.

SAL. Inquérito sobre o Bairro Liberdade. São Luís, 08/08/2013 (Inquérito realizado por Heloísa Reis Curvelo Matos).

SANTOS, Daury da Silveira. **Bibliografia Toponímica e Linguística Nacionais.** Recife: Editora Universitária, 1983. 59p.

SANTOS, Severino Bernardo dos. Reconstituição dos fitotopônimos paraibanos. 174p. 1996. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL

SUPERIOREIS **Banco de teses e dissertações**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/servicos/bancoteses>. Acesso em: 10 set. 08.

SANTOS, Valquiria dos; DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício. Saudades da terra natal: corotopônimos na toponímia urbana da cidade de Chapadão do Sul – MS. In: ENCONTRO NACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS DE LINGUAGEM DO CENTRO-OESTE – GELCO: Integração Lingüística, Étnica e Social, 02, 2003, Goiânia. **Atas do...** Goiânia: Universidade Federal de Goiânia, 2003. v. III, p. 613-617.

SÃO LUÍS. Alvará da Quinta Vara de Comarca de São Luís, 10 de dezembro de 1973.

SCHNEIDER, Marlene. A toponímia como representação da realidade regional. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA – ABRALIN, 02, 2001, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Imprensa Universitária/UFC, 2001, p. 441-443.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. A formação e a fixação da língua Portuguesa em Minas Gerais: a Toponímia da região do Carmo. In: ISQUERDO, Aparecida Negri (org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. Campo Grande: Ed. UFMS, v. III; São Paulo: Humanitas, 2007, p. 93-103.

SECRETARIA DE JUSTIÇA FEDERAL DO MARANHÃO. Nada Consta do imóvel Conjunto Habitacional América: expedido em 09 de novembro de 1988.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE-SEMMAM. Áreas de Proteção Ambiental. Disponível em: www.saoluis.ma.gov.br/SEMMAM. Acesso em 26 set. 2013.

SJF. **Inquérito sobre o bairro Vila Palmeira**. São Luís, 13/10/2013 (Inquérito realizado por Heloísa Reis Curvelo Matos).

SEMO. **Inquérito sobre o bairro Vera Cruz/Santa Cruz**. São Luís, 05/01/2014 (Inquérito realizado por Heloísa R. Curvelo Matos).

SMP. **Inquérito sobre o Bairro Vila Palmeira**. São Luís, 02/07/2013 (Inquérito realizado por Heloísa Reis Curvelo Matos)

SRN. **Inquérito sobre o Bairro** Vila Palmeira. São Luís, 02/07/2013 (Inquérito realizado por Heloísa Reis Curvelo Matos).

SOARES Gilvan Mateus. A toponímia de Dores de Guanhães: história de um povo. In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. **Estudos do Léxico**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006, p.31-46.

_____. **Estudos do Léxico**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006, 66p.

SOARES, Franciângela Silva Araújo. **Cidade Olímpica**: a memória da luta pela terra urbana. 2008. 74f. Monografia (Graduação no Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2008.

SOCIEDADE BÍBLICA DO BRASIL. Bíblia de Estudo Plenitude. Barueri: 2002.

SOUSA, Alexandre Melo de. **Atlas Toponímico do Estado do Ceará (Projeto ATEC)**: primeiras notícias. In: **Revista Palpitar**, 2008, seção: Palpites. Disponível em: <http://www.palpitaReiscom.br/palpites>. Acesso em 02 jan. 09.

_____. Atlas toponímico da Amazônia ocidental brasileira: um projeto em andamento. **Revista Entrelinhas**. UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Rio Grande do Sul 2007a, ano IV, n. 02, jul/dez 2007a. Disponível em: <http://www.entrelinhas.unisinos>. Acesso em: 09 set. 08.

_____. Geografia Lingüística: intersecções no estudo toponímico. **Perspectiva Geográfica**. UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná/ Colegiados de Geografia. Paraná, n. 03, p. 115-128, 2007b.

_____. Estratos lingüísticos de origem Tupi na microtoponímia acreana: contribuições para o Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira. In: CONGRESSO DE LETRAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO – UERJ/São Gonçalo, 04, 2007c, São Gonçalo. **Comunicações do...** Rio de Janeiro, 2007c, p. 01-27.

_____. O sagrado na toponímia da Amazônia Ocidental brasileira: as colocações do Seringal Alagoas. In: FÓRUM DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS – FELIN, 09, 2007d. **Trabalhos completos do...** Rio de Janeiro, 2007d.

SOUZA, Bernardino José de. **Onomástica Geral da Geographia Brasileira**. Bahia: Secção Graphica da Escola de A. Artífices, 1927.

TAVARES Marilze. A toponímia da Região Sul de Mato Grosso do Sul: um estudo dos nomes dos municípios. In: ENCONTRO NACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS DE LINGUAGEM DO CENTRO-OESTE – GELCO: Integração Lingüística, Étnica e Social, 02, 2003, Goiânia. **Atas do...** Goiânia: Universidade Federal de Goiânia, 2003. v. II, p. 723-728.

TENÓRIO, Bem-Hur de Oliveira; DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício. Os numerotopônimos na nomenclatura onomástica das vias públicas da cidade de Costa Rica (MS). In: ENCONTRO NACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS DE LINGUAGEM DO CENTRO-OESTE – GELCO: Integração Lingüística, Étnica e Social, 02, 2003, Goiânia. **Atas do...** Goiânia: Universidade Federal de Goiânia, 2003. v. III, p. 1504-1508.

TRIBUZI, Bandeira. São Luís: síntese histórica da formação urbana. **O ESTADO DO MARANHÃO**. Revista edição especial em comemoração ao aniversário de São Luís. São Luís, 08 set., 2012, p. 272-275.

VASCONCELOS, José leite de. Opúsculos, v. III, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

_____. **Lições de Filologia Portuguesa**. 3. ed. (Edição Comemorativa do centenário do nascimento do autor) Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1959, p.213-214 (Coleção Brasileira de Filologia Portuguesa).

VIEIRA, Zara Peixoto **o reflexo da memória social na toponímia**: o espontâneo e o populares In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 05, 2001, Rio de Janeiro. **Cadernos...** Rio de Janeiro: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos, 2001.

VIEIRA FILHO, Domingos. **Breve história das ruas e praças de São Luís**. São Luís: Olímpica, 1971.

VILAÇA Cynthia Elias de Leles; ZAIDAN Dilene Vilaça. Estudo da Toponímia do município de Crucilândia – MG. In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. **Estudos do Léxico**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006, p.48-58.

ZAMARIANO, Márcia. **Toponímia paranaense do período histórico de 1648 a 1853**. 2006. 269f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

ZANON, Darlei. **Nossa Senhora de Todos os Nomes**. São Paulo: Paulus, 2008.

APÊNDICE

APÊNDICE: Fichas toponímicas dos 81 bairros

Topônimo	Ponta d'Areia (01)
Localização do bairro	Área litorânea de São Luís que fica entre os bairros: Ilhinha, Ponta do Farol, Conjunto São Marcos e a Lagoa da Jensen.
Taxonomia	AT: Ponta de João Dias > Forte de Santo Antônio da Barra > Ponta d'Areia = Geomorfotopônimo
Nota linguística	Literalmente, ponta de areia à beira mar.
Nota histórica	<p>A Praia da Ponta d'Areia começou a ser habitada no século XVII e tem sua história atrelada à construção da Fortaleza e do Farol da Barra de Santo Antônio, edificações estratégicas de defesa e proteção da Província de São Luís.</p> <p>Não é sabido o início da construção do Forte ou Fortaleza da Ponta d'Areia. A primeira notícia que temos desse lugar data de 18/02/1689 quando, segundo Marques (1870, p. 283), a Câmara de São Luís envia carta ao governador da Província, Artur de Sá de Meneses, esclarecendo que as obras da Fortaleza da Ponta de João Dias estavam paradas, mas que deveriam continuar estando a Câmara pronta para providenciar o que fosse necessário para esse fim desde que solicitado pelo Governador.</p> <p>Em Carta Régia de 17/02/1693 era informado ao Governador que pedreiros de alvenaria e cantaria trabalhavam na construção da Fortaleza. Já, em 27/02/1755 o Capitão-mor do Maranhão Gonçalo Pereira Lobato e Sousa informava ao Rei de Portugal que o Forte encontrava-se em estado precário, o que será confirmado pelo padre José de Moraes, que em 1759 ainda tinha alcançado nesse lugar uma bonita e bem idealizada “fortaleza sob a invocação de Santo Antônio, que então se achava quase desfeita pelos embates das ondas por serem as fundações sobre areia mais fáceis de cair que de levantar” (MARQUES, 1970, p. 283). O governador da Província Joaquim de Melo, em 21/01/1777 relata à Corte que tentou reedificar as ruínas da Fortaleza, não obteve êxito por estas vieram abaixo.</p> <p>Mesmo com todos os problemas estruturais, o lugar era estratégico e vantajoso não só para à navegação, mas para à defesa da Cidade, por isso, o Ajudante-de-Ordens Luís Antônio Sarmiento de Maia, em 14/03/1797, recomendou ao então governador do Estado, Fernando Antônio de Noronha, que o Reduto de Santo Antônio fosse edificado de pedra e cal. Aceita a recomendação, esta não durou muito, pois, em 14/07/1824 a Fortaleza da Barra de Santo Antônio era invadida por um agrupamento militar comandado pelo 2º Tenente da Artilharia Manuel Joaquim Gomes o que faz com que o local seja bombardeado três dias depois.</p> <p>Segundo Marques (1970, p. 277), o Farol da Barra ou da Ponta da Areia originou-se a partir de 26/06/1822, data em que a Comissão Particular de Administração e Interesse da Província convidou oficiais marítimos para que estes dessem parecer a respeito da construção de um farol, na Fortaleza da</p>

	<p>Ponta d'Areia, que substituiria fogueiras acesas diariamente para a orientação de navegantes. Sendo positiva a opinião solicitada, o farol começou a ser construído também para atender à solicitação dos moradores do local que se sentiam incomodados com a sinalização das fogueiras.</p> <p>Em 1822 já tínhamos uma povoação no local, isso é atestado por Marques (1970, p. 284) quando o historiador afirma que havia no interior do Forte construído duas “casas, edificadas pouco distantes uma das outras, e fora da fortaleza existem 23, sendo seis construídas de barro e cobertas de telha, e dezessete de madeira e com cobertura de palha, destinadas às pessoas que necessitam de banhos salgados”.</p> <p>O acesso a esse bairro, na época de sua povoação, só podia ser feito ou por embarcações ou pelas terras da Vila do Vinhais/Freguesia de São João Batista do Vinhais, a partir das terras do Povoado São Marcos, como atesta Marques (1870, p. 633) ao delimitar as terras da Vila do Vinhais.</p> <p style="padding-left: 40px;">terras que possuem os seus moradores desde o tempo em que foi constituída doutrina dos padres de Santo Antônio desta cidade como também a capela de São Marcos, a olaria, que foi dos padres da Companhia e vários sítios de fazendas e moradores, como são a do sobredito Cônego Manuel da Graça, do padre José Pimenta, de José de Sousa Rapôso, de Manuel Jorge, de Manuel Rodrigues, de Domingos Fernandes e ultimamente todos os que dentro dos referidos rumos e distritos se compreenderem sendo este suficiente para essa dita vila, sem prejudicar o da cidade.</p> <p>No século XX, necessariamente na década e (19)67 o acesso ao bairro pode ser feito via terrestre pela Estrada Tiririca-São Marcos já que esta abria caminho para a chegada à extremidade da Ponta D'areia (Escritura Pública de Compra e Venda, livro de notas nº 313, fls. 36v a 39, 1º traslado nº 03, de 22 de fev. de 1967).</p> <p>Atualmente a orla marítima ocupada pela Ponta d'Areia é um dos lugares mais caros de São Luís para adquirirmos um imóvel. Para Oliveira (2011, p. 38), isso é justificado pela “de verticalização e valorização imobiliária da Ponta D'areia como um dos pontos mais atrativos e privilegiados da cidade de São Luís”.</p>
Nota enciclopédica	<p>A Avenida Tupinambás corta o bairro ao meio que também é servido pelas avenidas: São Marcos e Holandeses. Além do bairro, temos a Praia de mesmo nome nessa orla: Praia da Ponta d'areia.</p>

Topônimo	Ilhinha (02)
Localização do bairro	O bairro fica entre: O Rio Anil, Ponta d'Areia, São Francisco e a Lagoa da Janssen.
Taxonomia	Geomorfotopônimo
Nota linguística	
Nota histórica	O surgimento da povoação do Geomorfotopônimo Ilhinha está intimamente relacionado ao aterro da Ponta

	<p>d'Areia e do represamento do Igarapé da Jansen, pois foi a partir dessas duas obras que houve o surgimento da Lagoa da Jansen e também da Av. Maestro João Nunes. A área de maré/mangue que fica intermediária entre a Lagoa da Jansen, o Bairro da Ponta d'Areia e o do São Francisco foi ocupada por pessoas humildes que fizeram suas palafitas e passaram a morar na localidade, originando assim uma ilha pequena, a Ilhinha.</p> <p>Segundo Silva (2012, p. 02), A Laguna da Jansen “consiste em um represamento artificial que se comunica com a água do mar, através de comportas, formadas por água salobra, salgada e de lençóis freáticos”. Ressalta ainda a Pesquisadora que o Parque Ecológico da Lagoa da Jansen foi criado pelo Decreto-Lei nº 4.878, de 23/06/1988, com o objetivo de preservar as áreas de mangue que ali existiam.</p> <p>O mas projeto de preservação da flora e da fauna do Parque Ecológico da Lagoa da Jansen permaneceu apenas no plano da referida Lei, pois a paisagem do lugar foi sendo gradativamente mudada com ocupações desordenadas das áreas de mangues do bairro que estava surgindo naquela atual conjectura de São Luís, a Ilhinha, que sozinha não era a única responsável pelo impacto ambiental negativo na Lagoa, mas estava acompanhada pela construção da Avenida Maestro João Nunes e dos conjuntos residenciais Renascença I, II e Ponta do Farol.</p> <p>Com a formulação do Plano Diretor na década de 70, a área da Ponta D'areia começa a ter maior destaque no cenário ludovicense com a proposição de um “Projeto de Urbanização da Ponta D'areia (...)”. É deste mesmo período, a construção da Av. Maestro João Nunes que ligaria de forma rápida e eficiente o Centro às praias e a Ponta D'areia. A construção dessa grande avenida foi responsável pelo represamento do Igarapé da Jansen e a formação da Lagoa da Jansen (OLIVEIRA, 2011, p. 36).</p> <p>Da sua origem à atualidade, o Bairro da Ilhinha obteve poucas, mas significativas conquistas como o asfaltamento da sua margem costeira com a construção da Avenida Ferreira Gullar e a classificação de Zona de Interesse Social – ZIS, pela Lei 3.252, de 29/12/1992, que dispõe sobre o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano e dá outras providências. Para a Lei 3.252 (29/12/1992, p. 69), “Zona de Interesse Social – é a área que, pelas suas características de ocupação já consolidadas, merece tratamento especial, ou que permitirá a implantação de cunho social”.</p>
Nota enciclopédica	
Topônimo	São Francisco (03)
Localização do bairro	O bairro fica entre: o Rio Anil, a lagoa da Jansen o Renascença.
Taxonomia	AT: Forte do Sardinha > Forte/Fortaleza de São Francisco > São Francisco = Hagiopônimo.

Nota linguística	O termo <i>ponta</i> na linguagem marítima significa o mesmo que <i>cabeceira</i> , neste caso, a <i>ponta do São Francisco</i> fica dentro do porto da Capital, do outro lado da cidade e é banhada pelo Rio Anil.
Nota histórica	<p>A data de construção da Fortaleza do São Francisco, 01/11/1615, é marcada no governo do português Alexandre de Moura, responsável pela expulsão das tropas francesas deste território nesse ano. Marques (1870, p. 281) afirma que o referido Capitão mandou construir na <i>Ponta de São Francisco</i> um forte de pau-a-pique e que no dia seguinte à construção as tropas invasoras, chefiadas pelo general Ravardière, se renderam, assinando assim um termo de entrega.</p> <p>Ressalta ainda o historiador que é provável que a fortaleza, a parti daí, tenha sido construída aos poucos ao longo de anos e que no seu início chamaram-na de Forte do Sardinha, o regente ou diretor responsável pelas obras da guarnição.</p> <p>Teremos notícias Fortaleza do São Francisco posteriormente, em 1716 quando o Governador e Capitão-Geral da Província, Cristóvão da Costa Freire designou uma comissão para avaliar a situação desse posto de segurança. A comissão constatou que a referida fortaleza estava em situações precárias em virtude das grandes correntezas que banhavam a localidade e que a solução era “só fazendo-se de novo e de cantaria vinda do reino e que fosse tirando da dita fortaleza todas as armas e munições para se não perderem” (Marques, 1870, p. 281).</p> <p>Depois do parecer do Conselho Ultramarino, o Re de Portugal Dom João V autoriza a construção de uma fortaleza na Ponta de São Francisco. Em 28/08/1720 o Capitão-Geral da Cidade de São Luís, Bernardo Pereira de Berredo junto com uma comitiva formada pelo bispo José Delgado, dos Capitão-Mor Francisco Manuel Nóbrega, e Vasconcelos, do Provedor-Mor da Fazenda real Jacinto de Moraes Rêgo, do Sargento-Mor Engenheiro Custódio Pereira se dirigiu à Ponta de São Francisco para lançar lá a primeira pedra da construção.</p> <p style="padding-left: 40px;">Assim foi assentada por primeiro fundamento deste real edificio e nova fortaleza, da qual o dito governador intitolou logo por seu legítimo padroeiro e defensor para perpetuar memória da devoção do santo do seu nome, ao gloriosíssimo São Bernardo (...) e porque a <i>ilha</i>, em que se funda a dita fortaleza, é de São Francisco, invocou também por seu poderosíssimo protetor a este glorioso santo (Marques, 1870, p. 282).</p> <p>Segundo Meirelles (1980, p. 179) e (Marques, 1870, p. 282) o Forte de São Francisco, feito para auxiliar na defesa da Capitania, foi reformado no governo de Joaquim de Melo e Póvoas. Em 15/04/1762 o referido governador encaminha ofício ao Marques de Pombal informando as precárias situações da fortaleza e que esta deveria ser reparada, caso contrário não serviria mais à função de guardar a Cidade.</p>

	Posteriormente, vamos ter notícias dessa edificação em 21/03/1797 quando era informado ao governador que a fortaleza estava desarmada e não tinha mais nenhuma função.
Nota enciclopédica	A Ponte José Sarney, sobre o Rio Anil é que faz o acesso do bairro do São Francisco ao Centro da cidade, este, por sua vez, pode ser a pés devido à proximidade entre esses bairros.

Topônimo	Ponta do Farol (06)
Localização do bairro	O bairro fia entre: Ponta d'Areia, São Marcos e Conjunto São Marcos.
Taxonomia	Dirrematopônimo
Nota linguística	<p>Literalmente, a ponta do bairro Ponta d'Areia onde fica o Farol do bairro São Marcos.</p> <p>O que separa o Ponta d'Areia do São Marcos é a rua denominada de farol por causa dessa edificação, ou seja, da povoação que surgiu lá no século XVIII.</p> <p>O atual bairro de São Marcos já abrigou um dos importantes postos de defesa da Capital São Luís, a Fortaleza e o Farol de São Marcos, locais de onde poderia/pode ser vista toda a Baía de São Marcos o que possibilitava ver tropas inimigas/invasoras ou orientar os marinheiros para que não encalhassem no Parcel de Manuel Luís.</p> <p>Segundo Marques (1870, p. 282) a Fortaleza de São Marcos estava situada na colina mais elevada de uma das linguetas ou pontas de terra ao norte da Ilha o que possibilitava visualizar os seguintes extremos ou Pontas de São Luís: a sudeste as Pontas: d'Areia, da Guia, do Norte e da Ilha do Medo, já a nordeste poderia ver vista a Ponta do Pirapema e a do Araçagi. Ainda hoje é possível vermos o encontro das águas do Rio Anil e Bacanga dentro da Baía de São Marcos, que fica no Oceano Atlântico, assim como uma parte de um município maranhense do outro lado da Baía, Alcântara.</p> <p style="padding-left: 40px;">Pela sua elevação domina ao sul a fortaleza da Ponta da Areia, e embocadura do Rio Anil, e descortina ao longe a capital da Província, ao norte vê o oceano; a leste as ilhas quase fronteiras à capital, e mais ou menos próximas ao terreno, que se estende da ponta do Bonfim até a Guia, e finalmente a noroeste – Alcântara e terras contíguas (MARQUES, 1870, p. 282).</p> <p>O que podemos deduzir dessa descrição é que a posição para a construção da Fortaleza e do Farol de São Marcos não poderia ser melhor escolhida já que possibilitava ver quem estava na Ilha e quem chegava a ela pelo mar.</p> <p>Segundo Meirelles (1980, p. 179), o Forte de São Marcos, começou a ser construído no governo de Joaquim de Melo e Póvoas (1761-1755), já a primeira notícia que temos da Fortaleza de São Marcos é de 21/03/1797 data em que o Ajudante-de-Ordens Luís Antônio Sarmento da Maia informou, ao então Governador da Província, Fernando Antonio de Noronha que a vigilância da Ilha a partir do Forte</p>

de São Marcos era conveniente por causa da altura onde foi edificado o Forte e que por isso “vê-se os navios em mais de 16 léguas de distância” (MARQUES, 1870, p. 283) no Oceano.

Depois de sua edificação o Forte juntamente com a Fortaleza onde estava precisaram de reparos devido aos desgastes provocados pelos efeitos do salitre da maré e outros fatores ambientais. Em 26/04/1799 o Governador Diogo de Sousa informava à Corte que era necessário reforçar a fraca e estreita muralha da Fortaleza assim como as instalações internas dela e a artilharia de defesa.

Marques afirma (1870, p. 283) que na Fortaleza e a área pertencente a ela compreendiam: (i) o Farol; (ii) uma casa que servia de moradia ao comandante do forte, de quartel aos nove soldados e aos dois presos e de alojamento a vários objetos bélicos; (iii) a casa de armazenamento de pólvora e; (iv) uma fonte de água potável que classifica como muito antiga e deteriorada. Além dessas edificações Marques elenca uma igreja construída pelos Padres da Companhia de Jesus, de onde obtemos o nome do topônimo São Marcos:

Os padres da Companhia de Jesus aí levantaram uma ermita sob a invocação de São Marcos, a qual ainda existia no tempo do Governador Gonçalo Pereira Lobato e Sousa [1753-1761], pois quando êle marcou o distrito da vila de Vinhais, falou nessa capela, na olaria dos jesuítas (hoje da Exma. D. Ana Jansen) para pertencer a esse distrito (MARQUES, 1870, p. 282) (acrêscimos da autora).

O que podemos deduzir daí é que a igreja de São Marcos estava sujeita à Freguesia de São João Batista do Vinhais já que estava dentro de seus limites territoriais em 18/06/1757, época em que foram demarcadas as terras. Os limites territoriais da Vila do Vinhais estavam assim determinados: começava no Porto do Angelim, acima da foz do Rio Anil, seguia daí pelo lado direito até as terras de Agostinho da Paz, prosseguindo até a Estrada que vai do Porto do Angelim à Fazenda Anindiba, de fundo com as terras de José de Araújo, seguindo ao sul à capela de São Marcos, detonando desta ao Porto do Angelim. Segundo Marques (1870, p. 633) a dita Vila do Vinhais compreende

terras que possuem os seus moradores desde o tempo em que foi constituída doutrina dos padres de Santo Antônio desta cidade como também a capela de São marcos, a olaria, que foi dos padres da Companhia e vários sítios de fazendas e moradores, como são a do sobredito Cônego Manuel da Graça, do padre José Pimenta, de José de Sousa Rapôso, de Manuel Jorge, de Manuel Rodrigues, de Domingos Fernandes e ultimamente todos os que dentro dos referidos rumos e distritos se compreenderem sendo este suficiente para essa dita vila, sem prejudicar o da cidade.

A Praia da Ponta d’Areia começou a ser habitada no século XVII e tem sua história atrelada à constução da

Fortaleza e do Farol da Barra de Santo Antônio, edificações estratégicas de defesa e proteção da Província de São Luís.

Não é sabido o início da construção do Forte ou Fortaleza da Ponta d'Areia. A primeira notícia que temos desse lugar data de 18/02/1689 quando, segundo Marques (1870, p. 283), a Câmara de São Luís envia carta ao governador da Província, Artur de Sá de Meneses, esclarecendo que as obras da Fortaleza da Ponta de João Dias estavam paradas, mas que deveriam continuar estando a Câmara pronta para providenciar o que fosse necessário para esse fim desde que solicitado pelo Governador.

Em Carta Régia de 17/02/1693 era informado ao Governador que pedreiros de alvenaria e cantaria trabalhavam na construção da Fortaleza. Já, em 27/02/1755 o Capitão-mor do Maranhão Gonçalo Pereira Lobato e Sousa informava ao Rei de Portugal que o Forte encontrava-se em estado precário, o que será confirmado pelo padre José de Moraes, que em 1759 ainda tinha alcançado nesse lugar uma bonita e bem idealizada “fortaleza sob a invocação de Santo Antônio, que então se achava quase desfeita pelos embates das ondas por serem as fundações sobre areia mais fáceis e cair que de levantar” (MARQUES, 1970, p. 283). O governador da Província Joaquim de Melo, em 21/01/1777 relata à Corte que tentou reedificar as ruínas da Fortaleza, não obteve êxito por estas vieram abaixo.

Mesmo com todos os problemas estruturais, o lugar era estratégico e vantajoso não só para à navegação, mas para à defesa da Cidade, por isso, o Ajudante-de-Ordens Luís Antônio Sarmento de Maia, em 14/03/1797, recomendou ao então governador do Estado, Fernando Antônio de Noronha, que o Reduto de Santo Antônio fosse edificado de pedra e cal. Aceita a recomendação, esta não durou muito, pois, em 14/07/1824 a Fortaleza da Barra de Santo Antônio era invadida por um agrupamento militar comandado pelo 2º Tenente da Artilharia Manuel Joaquim Gomes o que faz com que o local seja bombardeado três dias depois.

Segundo Marques (1970, p. 277), o Farol da Barra ou da Ponta da Areia originou-se a partir de 26/06/1822, data em que a Comissão Particular de Administração e Interesse da Província convidou oficiais marítimos para que estes dessem parecer a respeito da construção de um farol, na Fortaleza da Ponta d'Areia, que substituiria fogueiras acesas diariamente para a orientação de navegantes. Sendo positiva a opinião solicitada, o farol começou a ser construído também para atender à solicitação dos moradores do local que se sentiam incomodados com a sinalização das fogueiras.

Em 1822 já tínhamos uma povoação no local, isso é atestado por Marques (1970, p. 284) quando o historiador afirma que havia no interior do Forte construído duas “casas, edificadas pouco distantes uma das outras, e fora da fortaleza

	existem 23, sendo seis construídas de barro e cobertas de telha, e dezessete de madeira e com cobertura de palha, destinadas às pessoas que necessitam de banhos salgados”.
Nota histórica	Para entendermos a história do Dirrematopônimo Ponta do Farol devemos nos reportar literalmente à história tanto do bairro Ponta d’Areia quanto do São Marcos já que foram esses topônimos que originaram o Ponta do Farol, área litorânea entre os dois bairros banhados pela Baía de São Marcos.
Nota enciclopédica	

Topônimo	São Marcos (07)
Localização do bairro	O bairro fica ente: Calhau, renascença e Ponta do Farol.
Taxonomia	AT: Forte de São Marcos > Fortaleza de São Marcos > São Marcos = Hagiopônimo.
Nota linguística	O Hagiopônimo São Marcos/Praia de São Marcos originou outros dois topônimos: Conjunto São Marcos e Ponta do Farol.
Nota histórica	<p>O atual bairro de São Marcos já abrigou um dos importantes postos de defesa da Capital São Luís, a Fortaleza e o Farol de São Marcos, locais de onde poderia/pode ser vista toda a Baía de São Marcos o que possibilitava ver tropas inimigas/invasoras ou orientar os marinheiros para que não encalhassem no Parcel de Manuel Luís.</p> <p>Segundo Marques (1870, p. 282) a Fortaleza de São Marcos estava situada na colina mais elevada de uma das linguetas ou pontas de terra ao norte da Ilha o que possibilitava visualizar os seguintes extremos ou Pontas de São Luís: a sudeste as Pontas: d’ Areia, da Guia, do Norte e da Ilha do Medo, já a nordeste poderia ver vista a Ponta do Pirapema e a do Araçagi. Ainda hoje é possível vermos o encontro das águas do Rio Anil e Bacanga dentro da Baía de São Marcos, que fica no Oceano Atlântico, assim como uma parte de um município maranhense do outro lado da Baía, Alcântara.</p> <p style="text-align: center;">Pela sua elevação domina ao sul a fortaleza da Ponta da Areia, e embocadura do Rio Anil, e descortina ao longe a capital da Província, ao norte vê o oceano; a leste as ilhas quase fronteiras à capital, e mais ou menos próximas ao terreno, que se estende da ponta do Bonfim até a Guia, e finalmente a noroeste – Alcântara e terras contíguas (MARQUES, 1870, p. 282).</p> <p>O que podemos deduzir dessa descrição é que a posição para a construção da Fortaleza e do Farol de São Marcos não poderia ser melhor escolhida já que possibilitava ver quem estava na Ilha e quem chegava a ela pelo mar.</p> <p>Segundo Meirelles (1980, p. 179), o Forte de São Marcos, começou a ser construído no governo de Joaquim de Melo e Póvoas (1761-1755), já a primeira notícia que temos da Fortaleza de São Marcos é de 21/03/1797 data em que o Ajudante-de-Ordens Luís Antônio Sarmiento da Maia informou, ao então Governador da Província, Fernando</p>

	<p>Antonio de Noronha que a vigilância da Ilha a partir do Forte de São Marcos era conveniente por causa da altura onde foi edificado o Forte e que por isso “vê-se os navios em mais de 16 léguas de distância” (MARQUES, 1870, p. 283) no Oceano.</p> <p>Depois de sua edificação o Forte juntamente com a Fortaleza onde estava precisaram de reparos devido aos desgastes provocados pelos efeitos do salitre da maré e outros fatores ambientais. Em 26/04/1799 o Governador Diogo de Sousa informava à Corte que era necessário reforçar a fraca e estreita muralha da Fortaleza assim como as instalações internas dela e a artilharia de defesa.</p> <p>Marques afirma (1870, p. 283) que na Fortaleza e a área pertencente a ela compreendiam: (i) o Farol; (ii) uma casa que servia de moradia ao comandante do forte, de quartel aos nove soldados e aos dois presos e de alojamento a vários objetos bélicos; (iii) a casa de armazenamento de pólvora e; (iv) uma fonte de água potável que classifica como muito antiga e deteriorada. Além dessas edificações Marques elenca uma igreja construída pelos Padres da Companhia de Jesus, de onde obtemos o nome do topônimo São Marcos:</p> <p style="padding-left: 40px;">Os padres da Companhia de Jesus aí levantaram uma ermita sob a invocação de São Marcos, a qual ainda existia no tempo do Governador Gonçalo Pereira Lobato e Sousa [1753-1761], pois quando êle marcou o distrito da vila de Vinhais, falou nessa capela, na olaria dos jesuítas (hoje da Exma. D. Ana Jansen) para pertencer a esse distrito (MARQUES, 1870, p. 282) (acréscimos da autora).</p> <p>O que podemos deduzir daí é que a igreja de São Marcos estava sujeita à Freguesia de São João Batista do Vinhais já que estava dentro de seus limites territoriais em 18/06/1757, época em que foram demarcadas as terras. Os limites territoriais da Vila do Vinhais estavam assim determinados: começava no Porto do Angelim, acima da foz do Rio Anil, seguia daí pelo lado direito até as terras de Agostinho da Paz, prosseguindo até a Estrada que vai do Porto do Angelim à Fazenda Anindiba, de fundo com as terras de José de Araújo, <u>seguindo ao sul à capela de São Marcos</u>, detonando desta ao Porto do Angelim. Segundo Marques (1870, p. 633) a dita Vila do Vinhais compreende</p> <p style="padding-left: 40px;">terras que possuem os seus moradores desde o tempo em que foi constituída doutrina dos padres de Santo Antônio desta cidade como também a capela de São Marcos, a olaria, que foi dos padres da Companhia e vários sítios de fazendas e moradores, como são a do sobredito Cônego Manuel da Graça, do padre José Pimenta, de José de Sousa Rapôso, de Manuel Jorge, de Manuel Rodrigues, de Domingos Fernandes e ultimamente todos os que dentro dos referidos rumos e distritos se compreenderem sendo este suficiente para essa dita vila, sem prejudicar o da cidade.</p>
Nota enciclopédica	Ao contrário do que muitos pensam, São Marcos

	<p>Evangelista (João Marcos) não foi apóstolo/discípulo de Jesus, mas discípulo e interprete de São Pedro. Segundo a Sociedade Bíblica do Brasil (2002, p. 999),</p> <p>Mesmo que o evangelho de Marcos seja anônimo, a antiga tradição é unânime em dizer que o autor desse Evangelho foi João Marcos, seguidor próximo de Pedro e companheiro de Barnabé em sua primeira viagem missionária. Embora a Igreja antiga tenha tomado cuidado em manter a autoria apostólica direta dos Evangelhos, os pais da Igreja atribuíram coerentemente esse Evangelho a Marcos, que não era apóstolo. Esse fato fornece confirmação indireta da autoria de Marcos.</p> <p>As Avenidas dos Holandeses e Litorânea dão acesso ao bairro. Este, juntamente com Ponta d'Areia, Ilhinha, Ponta do Farol e Calhau, por estarem na orla marítima, são banhados pela Baía de São Marcos.</p>
--	---

Topônimo	Cohafuma (12)
Localização do bairro	O bairro fica na frente da Estação Ecológica do Rangedor, do Calhau, Quitandinha, Vinhais II e, rodeado pelo Sítio Santa Eulália, Vila Independente, Vila Marinha e Parque Olinda.
Taxonomia	Siglatopônimo
Nota linguística	Cohafuma = Co operativa H abitacional dos F uncionários da U niversidade Federal do M aranhão
Nota histórica	<p>O bairro do Cohafuma tem sua origem a partir do conjunto de casas feitas pela Cooperativa Habitacional dos Funcionários da Universidade Federal do Maranhão que foram entregues a seus moradores no final de dezembro de 1979, empreendimento que atraiu pessoas não só para o conjunto, mas para seu entorno.</p> <p>Segundo BJV (07/02/2014), um dos primeiros moradores do bairro, a pesar de as casas do Conjunto terem sido feitas para os funcionários da Universidade, algumas unidades, restantes do financiamento, foram disponibilizadas para a comunidade, dessa forma foi que ele adquiriu sua propriedade a mais de 35 anos atrás.</p> <p>As chaves das primeiras unidades foram entregues já no final de dezembro de 1979. Eram e são moradias bem idealizadas, de bom padrão e construídas com um diferencial em sua qualidade, todas mediam 12,5X 35m² e, inclusive, eram entregues com meio-muro. Não sabemos de nenhuma casa que tenha apresentado rachaduras ou outro problema estrutural. Os pedreiros, por exemplo, quando veem fazer reparos aqui têm bastante trabalho para quebrar uma parede ou o piso. Na época da construção do conjunto tinha até uma comissão da Universidade que inspecionava as obras, isso fez diferença! (BJV, 07/02/2014).</p> <p>BJV (07/02/2014) acrescenta ainda que o Cohafuma foi construído para os funcionários da UFMA com financiamento de 30 anos do Banco Bradesco e que a Construtora INOCOPE, da Bahia, estava à gente das obras. Quando o Conjunto foi entregue, assegura ele, os moradores não tinham somente</p>

	<p>casas de boa qualidade para morar, mas um lugar bem pavimentado com água encanada, ruas asfaltadas e bem espaçosas, área de lazer como uma quadra poliesportiva onde foi construída, com a aprovação dos moradores, a praça e a Igreja de Nossa Senhora Aparecida.</p> <p>O bairro foi tão bem estruturado que todas as suas avenidas e ruas receberam nomes de cursos ou de palavras que têm uma relação direta com a Universidade. As duas principais avenidas que dão acesso ao bairro intitulam-se Avenida da Universidade e Avenida da História, aquela segue paralela à Jerônimo de Albuquerque, frontalmente ao bairro, já esta o circunda por sua lateral esquerda no seguindo paralela à Cooperativa Hortifrutigranjeira de Abastecimento – Cohortifrut CEASA. As 24 vias que integram o bairro são as Ruas: da Arquitetura, das Ciências Contábeis, da Comunicação Social, do Desenho, do Direito, da Economia, da Enfermagem, da Engenharia, da Farmácia, da Filosofia, da Física, da Geografia, do Jornalismo, das Letras, da Matemática, da Medicina, da Pedagogia, dos Professores, da Psicanálise, da Psicologia, da Psiquiatria, da Química, do Serviço Social e da Sociologia.</p> <p>O bairro do Cohafuma está situado numa localidade de fácil acesso ao Centro da Cidade, aos principais shopping, à orla marítima, a órgãos públicos e pontos comerciais, por isso, desde a entrega do Conjunto o bairro vem atraindo a atenção tanto de pessoas que foram morar no entorno do bairro em áreas ocupadas irregularmente quanto de investidores imobiliários ou empresários de variados ramos. O bairro fica de frente para a Estação Ecológica do Rangedor, dos bairros Calhau, Quitandinha e Vinhais II, exatamente no lado onde está sendo construído um dos maiores e mais luxuosos conjuntos de prédios intitulados de Jardins, neste caso o São Luís. Além desse, há o Brisas Alto do Calhau e o Brisas Life, que juntos forma metade do bairro Quitandinha.</p>
Nota enciclopédica	<p>No lado oposto à Avenida Jerônimo de Albuquerque, isto é, do lado de toda a Avenida da Universidade, além do Cohafuma, temos o Sítio Santa Eulália, a Vila Independente, a Vila Marinha e o Parque Olinda. Toda essa área que circunda e fica nos fundos do Cohafuma está sendo amplamente afetada pela recente construção da Avenida Quarto Centenário, ou a popularmente conhecida Via Expressa, feita para comemorar os 400 anos de São Luís e melhor o trânsito na cidade, mas que tem representado uma grande ameaça ecológica à Zona de Reserva Florestal Santa Eulália já que passa dentro dela.</p>
Topônimo	Vinhais Velho (19).
Localização do bairro	O bairro fica entre: Jardim Monterrey, Belo Horizonte e o Recanto dos Vinhais.
Taxonomia	AT: Aldeia de Eussauap > Aldeia da Doutrina > Aldeia de São João dos Poções > Vila Uçaguaba > Vila dos Vinhais >

	Freguesia do Vinhais > Freguesia de São João Batista dos Vinhais > Vinhais Velho = Cronotopônimo.
Nota linguística	Por ser referência para a localidade, Cronotopônimo deu origem a 12 topônimos.
Nota histórica	<p>Oficialmente, o bairro do Vinhais Velho já existia quando aqui chegaram os desbravadores franceses e fundaram a França Equinocial em 08/09/1612. Nessa oportunidade, os franceses trataram prontamente de catequisar os índios, para tanto, saíam em expedições às aldeias com missionários e interpretes que pudessem facilitar não só a comunicação, mas a aproximação do homem branco com os silvícolas. Dessa forma, Meirelles (1980, p. 49-50) afirma que “De Razilly ... saiu a visitar as aldeias de Turu, Jaguarém, Junipará, a capital, Caranaupió, ... Coeup (Cutim), Eussauap (Vinhais)”.</p> <p>De todas as aldeias visitadas, somente a de Eussauap não se convenceu de que a aproximação com os expedicionários lhes faria bem. Após ser fincada a Cruz na aldeia, o cacique Momboré-açu disse aos índios de sua taba que os franceses fariam o mesmo que os portugueses, tomariam suas terras. Na expedição seguinte, foi mandado um interprete que conquistou a confiança do cacique porque vivia entre os índios desde criança. Essa estratégia foi decisiva para que a aldeia enviasse um de seus representantes ao rei da França em expedição chefiada pelo Senhor de La Ravardière em 30/11/1612.</p> <p>É do governo de Gonçalo Pereira Lobato e Sousa (1753-1761) que temos a execução do Decreto Real sobre a emancipação dos indígenas e instalação dos logradouros denominados de <i>vilas e lugares</i>, dessa forma é que surge em 01/08/1757, conforme atesta Meirelles (1980, p. 177), a Vila Uçaguaba (Vinhais), onde os jesuítas Manuel Gomes e Diogo Nunes fundaram uma missão para a catequese e doutrinação indígena (idem, p. 72) tanto dos ludovicenses quanto dos que trouxeram de Pernambuco. Marques (1870, p. 632), por sua vez, acredita que, por esse motivo, o lugar tenha sido chamado de Aldeia da Doutrina, já que servia de modelo, exemplo, padrão para as demais da Capital.</p> <p>A aldeia teve outros donos e conseqüentemente outras denominações. Marques (1870, p. 632) afirma que em 12/05/1698 a Câmara solicita ao Rei de Portugal missionários para educar os índios da Aldeia da Doutrina e, em 13/04/1757 já figura sob o domínio dos Frades da Ordem de Santo Antônio com a denominação de Aldeia de São João dos Poções.</p> <p>Os limites territoriais da Vila do Vinhais estavam assim determinados: começava no Porto do Angelim, acima da foz do Rio Anil, seguia daí pelo lado direito até as terras de Agostinho da Paz, prosseguindo até a Estrada que vai do Porto do Angelim à Fazenda Anindiba, de fundo com as terras de José de Araújo, seguindo ao sul à capela de São Marcos, detonando desta ao Porto do Angelim. Segundo Marques</p>

	<p>(1870, p. 633) a dita Vila do Vinhais compreende terras que possuem os seus moradores desde o tempo em que foi constituída doutrina dos padres de Santo Antônio desta cidade como também a capela de São marcos, a olaria, que foi dos padres da Companhia e vários sítios de fazendas e moradores, como são a do sobredito Cônego Manuel da Graça, do padre José Pimenta, de José de Sousa Rapôso, de Manuel Jorge, de Manuel Rodrigues, de Domingos Fernandes e ultimamente todos os que dentro dos referidos rumos e distritos se compreenderem sendo este suficiente para essa dita vila, sem prejudicar o da cidade.</p> <p>No mesmo dia em que foi elevada à categoria de Vila dos Vinhais/Vila Uçaguaba (denominação que cai em desuso), também foi criada a Freguesia do Vinhais “pela Resolução Régia de 18/06/1757, tendo como primeiro pároco o beneficiário Antônio Felipe Ribeiro” Marques (1870, p. 632).</p> <p>Marques (1870, p. 632) afirma que, em 05/05/1829 a Câmara da Província solicita a construção de uma igreja na Freguesia do Vinhais por que a que tinha na localidade havia desabado e, no dia 29/04/1835 a Lei Provincial nº 07, extinguiu a referida Freguesia por esta não apresentar resultados econômicos satisfatórios, já a Lei Provincial nº 460, de 06/11/1857 atesta o lugar como sendo a Freguesia de São João Batista do Vinhais, um dos limites da Freguesia de Santa Filomena com sede no Cutim Anil.</p>
Nota enciclopédica	<p>A partir do topônimo Vinhais Velho temos outros doze: Vinhais I, Vinhais II, Vinhais III, Vinhais IV, Vinhais V, Vinhais VI, Recanto dos Vinhais, Loteamento Vinhais, Residencial Vinhais III, Residencial Planalto Vinhais I, Residencial Planalto Vinhais II e Conjunto Habitacional Vinhais.</p>

Topônimo	Conjunto Habitacional Vinhais (29)
Localização do bairro	O bairro fia entre: Vila Menino Jesus de Praga, Cohama, Cohafuma, Vinhais II, Vinhais III, Vinhais V, Vinhais VI, Residencial Vinhais III, Residencial Planalto Vinhais I e Loteamento Residencial Vinhais.
Taxonomia	Conjunto Habitacional Vinhais = Dirrematopônimo
Nota linguística	Conjunto de habitações feitas pela COHAB no bairro do Vinhais.
Nota histórica	<p>Para entendermos a história do Dirrematopônimo Conjunto Habitacional Vinhais devemos nos reportar literalmente à história do <i>Vinhais Velho</i> já que foi esse topônimo que serviu de referência para a origem do Conjunto Habitacional Vinhais e de mais onze topônimos.</p> <p>Oficialmente, o bairro do Vinhais Velho já existia quando aqui chegaram os desbravadores franceses e fundaram a França Equinocial em 08/09/1612. Nessa oportunidade, os franceses trataram prontamente de catequisar os índios, para tanto, saíam em expedições às aldeias com missionários e interpretes que pudessem facilitar não só a comunicação, mas</p>

a aproximação do homem branco com os silvícolas. Dessa forma, Meirelles (1980, p. 49-50) afirma que “De Razilly (...) saiu a visitar as aldeias de Turu, Jaguarém, Junipará, a capital, Caranauíó, (...) Coeup (Cutim), Eussauap (Vinhais)”.

De todas as aldeias visitadas, somente a de Eussauap não se convenceu de que a aproximação com os expedicionários lhes faria bem. Após ser fincada a Cruz na aldeia, o cacique Momboré-açu disse aos índios de sua taba que os franceses fariam o mesmo que os portugueses, tomariam suas terras. Na expedição seguinte, foi mandado um interprete que conquistou a confiança do cacique porque vivia entre os índios desde criança. Essa estratégia foi decisiva para que a aldeia enviasse um de seus representantes ao rei da França em expedição chefiada pelo Senhor de La Ravardière em 30/11/1612.

É do governo de Gonçalo Pereira Lobato e Sousa (1753-1761) que temos a execução do Decreto Real sobre a emancipação dos indígenas e instalação dos logradouros denominados de *vilas e lugares*, dessa forma é que surge em 01/08/1757, conforme atesta Meirelles (1980, p. 177), a Vila Uçaguaba (Vinhais), onde os jesuítas Manuel Gomes e Diogo Nunes fundaram uma missão para a catequese e doutrinação indígena (idem, p. 72) tanto dos ludovicenses quanto dos que trouxeram de Pernambuco. Marques (1870, p. 632), por sua vez, acredita que, por esse motivo, o lugar tenha sido chamado de Aldeia da Doutrina, já que servia de modelo, exemplo, padrão para as demais da Capital.

A aldeia teve outros donos e conseqüentemente outras denominações. Marques (1870, p. 632) afirma que em 12/05/1698 a Câmara solicita ao Rei de Portugal missionários para educar os índios da Aldeia da Doutrina e, em 13/04/1757 já figura sob o domínio dos Frades da Ordem de Santo Antônio com a denominação de Aldeia de São João dos Poções.

Os limites territoriais da Vila do Vinhais estavam assim determinados: começava no Porto do Angelim, acima da foz do Rio Anil, seguia daí pelo lado direito até as terras de Agostinho da Paz, prosseguindo até a Estrada que vai do Porto do Angelim à Fazenda Anindiba, de fundo com as terras de José de Araújo, seguindo ao sul à capela de São Marcos, detonando desta ao Porto do Angelim. Segundo Marques (1870, p. 633) a dita Vila do Vinhais compreende

terras que possuem os seus moradores desde o tempo em que foi constituída doutrina dos padres de Santo Antônio desta cidade como também a capela de São Marcos, a olaria, que foi dos padres da Companhia e vários sítios de fazendas e moradores, como são a do sobredito Cônego Manuel da Graça, do padre José Pimenta, de José de Sousa Rapôso, de Manuel Jorge, de Manuel Rodrigues, de Domingos Fernandes e ultimamente todos os que dentro dos referidos rumos e distritos se compreenderem sendo este suficiente para essa dita vila, sem prejudicar o da cidade.

	<p>No mesmo dia em que foi elevada à categoria de Vila dos Vinhais/Vila Uçaguaba (denominação que cai em desuso), também foi criada a Freguesia do Vinhais <i>pela Resolução Régia de 18/06/1757, tendo como primeiro pároco o beneficiário Antônio Felipe Ribeiro Marques</i> (1870, p. 632).</p> <p>Marques (1870, p. 632) afirma que, em 05/05/1829 a Câmara da Província solicita a construção de uma igreja na Freguesia do Vinhais por que a que tinha na localidade havia desabado e, no dia 29/04/1835 a Lei Provincial nº 07, extinguiu a referida Freguesia por esta não apresentar resultados econômicos satisfatórios, já a Lei Provincial nº 460, de 06/11/1857 atesta o lugar como sendo a Freguesia de São João Batista do Vinhais, um dos limites da Freguesia de Santa Filomena com sede no Cutim Anil.</p> <p>Segundo dados da Escritura Pública de Compra e Venda do Cartório da 1ª Circunscrição de Registro Geral de Imóveis Celso da Conceição Coutinho, lavrada no dia 18/03/1976 o terreno onde a COHAB construiu o Conjunto Habitacional Vinhais pertencia à Sociedade de Melhoramento de Urbanismo da Capital – SUCARP S.A., esta, por sua vez, comprou a gleba de Raimunda Oliveira Gomes. A referida terra foi descrita como sendo um domínio útil do terreno foreiro à União, constituído pelas áreas A e B situadas, respectivamente à margem direita e esquerda da Rodovia Tirirical-Ponta d'Areia.</p> <p>No que diz respeito ao Dirrematopônimo Conjunto Habitacional Vinhais a EMARHP (Relação dos Conjuntos Habitacionais, s/d) atesta que o conjunto/bairro foi inaugurado em maio de 1979. Nessa ocasião, tinha 1.627 casas, distribuídas em 82 quadras, 04 avenidas e 110 ruas. O conjunto foi beneficiado com 01 centro de abastecimento, 01 delegacia, 01 administração, 01 creche, 01 CSU, 01 ambulatório, 02 colégios, 02 quadras de futebol, 18 locais para praças, 07 áreas verdes, 03 áreas para igrejas e 01 terminal urbano de transporte.</p>
Nota enciclopédica	A partir do topônimo Vinhais Velho temos outros doze: Vinhais I, Vinhais II, Vinhais III, Vinhais IV, Vinhais V, Vinhais VI, Recanto dos Vinhais, Loteamento Vinhais, Residencial Vinhais III, Residencial Planalto Vinhais I, Residencial Planalto Vinhais II e Conjunto Habitacional Vinhais.
Topônimo	Olho d'água (44)
Localização do bairro	O bairro fica entre: o Oceano Atlântico, toda a parte norte e margeado por terra pelo Calhau, Bela Vista, Primavera Cohajap, Primavera II (Cohajap II), Jardim das Oliveiras (Cohajoali), Jardim Atlântico, Conjunto Habitacional Turu, Chácara Brasil, Vivendas do Turu, Planalto Turu II e Santa Rosa
Taxonomia	AT: Praia do Jaguarema > Praia do Olho d'água =

	Mitotopônimo
Nota linguística	
Nota histórica	<p>O nome o Mitotopônimo Olho d'água tem sua explicação na lenda do amor de uma índia por um índio que foi levado pela Mãe-d'água. Segundo Coaracy (2012, p. 185), a silvícola, inconformada por ver seu amado levado pelo mar, sentou-se na areia da praia, chorou durante vários dias até ficar sega, cansada e morrer. Como a índia foi sepultada nesse local, <i>lá nasceram dois olhos d'água que nunca mais secaram</i> (COARACY, 2012, p. 185), dando origem à praia que é farta de água tanto doce dos rios (Rio Pimenta e Jaguarema) e olhos d'água quanto da salgada do mar (Oceano Atlântico).</p> <p>Em livro que está escrevendo sobre as praias da área metropolitana de São Luís, CZS (20/06/213), Historiador, Escritor e Ex-funcionário do Arquivo Público de São Luís, apresenta várias informações sobre o Olho d'água, dentre elas merece destaque o primeiro topônimo que teve esse lugar que foi Praia do Jaguarema, nome dado por causa do rio que ainda banha o local. CZS explica que o topônimo Olho d'água se aplicava a um sítio e não à praia, mas que, com o decorrer dos anos, a denominação do sítio se estendeu à praia, fato que aconteceu com inúmeros de bairros São Luís.</p> <p>CZS (20/06/213) que as pessoas, por recomendação médica ou superstição, precisavam tomar banho em água salgada, mas não alimentavam o costume de fazê-lo na orla marítima de São Luís por vários motivos, dentre os quais destacamos o difícil acesso às praias ou às águas delas, já que algumas eram lamacentas ou localizadas em mangues, tornando-se dessa forma, inadequadas para o banho profilático ou não atrativas para o lazer, nesse caso, o Historiógrafo destaca que era mais comum os ludovicenses atravessarem a Baía de São Marcos para tomar banho salgado no Município de Alcântara do que banharem-se nas praias de São Luís. É dessa necessidade que atendam aos anseios dos moradores da Ilha que o Coronel Alexandre Collares Moreira Júnior, Vice-Governador do Estado institui a Lei Estadual nº nº 394, de 28/04/1905, que decreta</p> <p style="padding-left: 40px;">Art. 1 – É o Governo autorizado a promover, pelo modo que julgar mais conveniente, a fundação de uma estação balnear no ponto da Costa que for mais apropriado pra servir à população da Capital do Estado.</p> <p style="padding-left: 40px;">Art. 2 – Gozará de isenção de impostos todo o material empregado em construções n'aquela lugar.</p> <p style="padding-left: 40px;">Art. 3 – Para atender às despesas que tiver o Governo de fazer em virtude desta lei, poderá elle abrir créditos que forem precisos (sic).</p> <p>O governador esteve tão empenhado nesse projeto de criação de uma cidade balneária para São Luís que se dispôs a visitar a localidade oito meses depois, conforme podemos evidenciar na notícia veiculada pelo jornal Diário do Maranhão (05/12/1905) que, dentre outras, informava que o Coronel Governador do Estado, acompanhado do Engenheiro</p>

Palmério Cantanhede havia feito uma excursão ao lugar Olho d'água, “destinado a ser mais tarde útil para quem precisar de banhos salgados, evitando viagens dispendiosas e longas em outros estados”.

Segundo Dias (2011, p. 21-22) o Plano de Expansão Urbana de São Luís de 1958 contemplava a ocupação da área que atualmente é conhecida como Turu e suas adjacências, com uma importante via de acesso à área marítima do Olho D'água, anteriormente denominada de Estrada do Turu (Plano Rodoviário de 1950), com a Rodovia *Anil/Olho D'água*. Salienta ainda o pesquisador que na década de 50 essa via era apenas um caminho ou mesmo uma estrada sem nenhuma pavimentação asfáltica.

Mas como essa estrada dava acesso à Praia mais badalada da Cidade, ela foi, constantemente, pavimentada e recuperada por vários Prefeitos de São Luís ao longo do século XX. Segundo Marques (2008, p. 653-655), os Prefeitos que deram atenção à melhoria de atual Avenida São Luís Rei de França foram: (i) Jaime Tavares, que administrou a Capital de 1926-1930, oportunidade em que mandou pavimentar a Estrada de Rodagem Anil-Olho d'água no Programa de melhoria das Estradas de Rodagens de seu governo; (ii) Pedro Neiva de Santana também mandou recuperar a estrada do Anil ao Olho d'água, durante o mandato de 1937-1945; (iii) Antonio Pires Ferreira, durante a administração que durou de 1946-1948, melhorou a estrutura da Estrada do Olho d'água, seguido por (iv) Euzébio da Costa Rodrigues, no mandato de 1948-1952 e por (v) José Ramalho Burnett da Silva, mandato de 1956-1957.

Mesmo que nos seus primórdios a atual Avenida São Luís Rei de França tenha sido considerada apenas como uma estrada de chão batido para chegar ao Olho d'água, ela chamou muito a atenção do Poder público porque a referida praia era a *Cidade Balneária* da Cidade, título dado simbolicamente no dia 07/09/1945 (DIAS, 2011, p. 21-22). Mas o principal motivo para haver tantos investimentos na pavimentação dessa via é que ela era o *único acesso*, por terra do Centro ao Litoral (pelo Antigo Caminho Grande) antes da construção da Ponte do Caratatiua em 1968 e da Ponte Governador José Sarney na década de 1970. Esses e outros motivos atraíram muitos investimentos, dentre eles o imobiliários, da alta elite ludovicense na localidade, como podemos evidenciar na notícia a seguir retirada do jornal O Dia (27/12/1924, p. 01), datado das primeiras décadas do século XX.

Não Passou o Natal despercebido na formosa praia do Olho d'água. Os veranistas que lá se encontram actualmente, quizeram também assinalar festivamente a grande data universal, o maior dia da humanidade.

Na noite do dia 24, foi exposta uma linda árvore, coberta de brinquedos e bombons, que foram

carinhosamente distribuídos às criancinhas pobres do lugar (sic).

A Estrada do Olho d'água ou simplesmente Avenida São Luís Rei de França vai figurar também em vários documentos de compra e venda de terrenos na área entre o Anil e o Turu, como é o caso da: (i) Escritura Pública de Compra e Venda lavrada pelo Cartório do 1º Ofício Dr. Celso da Conceição Coutinho (22/02/1967) das terras do Anil, adquiridas pela COHAB para a construção dos Conjuntos Habitacionais Cohab Anil I, II, III e IV que encontravam-se limitadas, também, com a Estrada Anil-Olho d'água; (ii) Escritura Particular de Compra e Venda das terras do Turu firmada por Bernardino Félix Nogueira e José Ferreira da Silva Cruz em 14/03/1940, em que o Turu aparece como distrito do Vinhais e vizinho ao Olho d'água; (iii) e da Declaração de criação do Loteamento Jardim Atlântico, emitida pela Prefeitura de São Luís (Secretaria de Urbanismo e Planejamento) em 21/05/1963, em que a estrada já figura com o *status* de Avenida Turu- Olho d'água.

Reduto de famílias ludovicenses como a Varão Monteiro e a Serpa, de portuguesas, como a Borges, Santos Silva e Maia e de famílias de descendência árabe e libanesa como os Salin, os Murad, os Duailibe, os Marão e os Aboud, a importância socioeconômica da Praia do Olho d'água não é atribuída somente ao fato de ser a principal área balneária de São Luís no início do século XX, já que abrigar (e ainda abriga) vários sítios e casas de veraneio luxuosas e exuberantes, mas por ter sido transformada em Distrito Fiscal da Capital pela Lei Municipal nº 1.416, de 02/12/1963, instituída pelo Prefeito de São Luís, Antonio Euzébio da Costa Rodrigues, conforme podemos evidenciar na publicação do Diário Oficial (06/04/1964, p. 02).

Art. 1º – Distrito Fiscal do Olho d'água, criado pela Lei Municipal nº 1.416, de 02-12-1963, compreendendo a seguinte área: partindo do Anil com uma reta até o cruzamento da SL-8 com a SL -3; daí segue pela SL-8 até o cruzamento deste com a SL-7, seguindo em reta até a Forquilha, continua pelo limite com a Vila do Paço até o Olho d'água, contornando a praia até o Rio Anil.

Antes de ter *status* de Distrito Fiscal, a Praia do Olho d'água já figurava como uma das áreas da 1ª Zona do Anil, conforme o Decreto Municipal nº 61, de 31/12/1932 (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, 02/01/1933). Essa informação será encontrada também no Decreto Municipal nº 360, de 04/02/1939 que, no seu 3º artigo, considera o Olho d'água, para efeitos de cobrança de impostos, como uma das partes centrais que integram os povoados sob a jurisdição do Distrito Fiscal do Anil. O Olho d'água figura também como um dos lugarejos do da Zona do Anil que foi notificado a pagar Imposto Predial (atual IPTU) em 1935, conforme evidenciamos no Edital nº 16, de maio do mesmo ano,

publicado no Diário Oficial do Estado de 21/05/1935.

Os títulos de Distrito Fiscal e Cidade Balneária têm custado caro aos moradores do Olho d'água por vários motivos, dentre os quais destacamos o alto valor dos impostos por propriedades e os danos causados pelo salitre da maré. São dois os tipos de impostos que os moradores da beira-mar pagam: o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e o Patrimônio Imobiliário da União – SPU. Esses insumos são pagos porque as propriedades ocupam tanto áreas do Município quanto da Marinha.

Outro incomodo pelo qual passam os moradores do Olho d'água é a perda de móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos por causa do salitre das marés, que além de causar avarias, em períodos de alta, invadem as casas e atolam os carros dos imprudentes motoristas que trafegam pela orla, atrapalhando o sossego dos banhistas. Recentemente mais de 15 carros (01/01/14) foram avariados na Praia do Araçagi, vizinha ao Olho d'água, pela maré alta ou de sizígia, comum entre março e setembro, mas variável durante todo o ano.

A água da maré não leva a culpa sozinha pelas avarias aos pertences dos moradores do Olho d'água. Ela é acompanhada pelos malefícios tanto das águas das chuvas quanto dos rios e esgotos que são lançadas no mar, gerando inclusive um sério problema de saúde pública já que tanto a praia quanto as poças e valas de água que se formam nela se tornam impróprias para banho e lazer, fato ignorado pelo Poder Público que não alerta a população e nem empreende campanhas para que os condomínios e empresas não lancem esgotos nos rios ou nas praias e pela população que arrisca-se a contrair doenças dermatológicas e gastrointestinais causadas por parasitas das águas contaminadas.

No início da ocupação mais intensiva da Praia, as famílias geralmente moravam no Centro e passavam as datas festivas e fins de semana na orla marítima, com o crescimento da atividade comercial no Centro da Cidade e a consequente ocupação das ruas com pontos comerciais em detrimento de casas de moradia, algumas famílias em vez de passarem temporadas de veraneio, acabavam se mudando do Centro, por isso, na década de 1980 o Olho d'água começou a desenvolver-se demográfica e socioeconomicamente. Onde tinha, por exemplo, apenas uma pequena quitanda ou mercearia para venda de poucos gêneros alimentícios, numa residência, passou a ter uma loja de uma grande rede de supermercados portugueses conhecida como Lusitana. A Lusitana deixou de existir na localidade, no lugar onde estava instalada existe atualmente um supermercado Hiper Bompreço.

O Olho d'água já alojou o Asilo Solar do Outono e atualmente conta não só com residências, mas com uma casa de repouso para doentes mentais que é o Sanatório Ravardiére,

	<p>um posto de Salva-Vidas, vários de gasolina, lojas, bares, restaurantes, hotéis, hospedarias e pousadas, condomínios residenciais de casas e prédios, casas para eventos, clubes recreativos, igrejas e escolas. No que se refere a este último item, pela Lei Municipal nº 1.230 de 08/04/1925, ficava autorizada a criação de uma escola, para ambos os sexos no povoado do Olho d'água. Evidenciando dessa forma, a preocupação do Governo do Estado com a Educação de todos os lugares fora do reduto do Centro desde o início do século XXI. Até hoje o bairro conta com duas escolas públicas, a Doutor Clarindo Santiago e a Vinícius de Moraes.</p> <p>No que se refere à implantação de condomínios residenciais no Olho d'água, salientamos que foi um dos primeiros bairros a adotar a denominação de <i>jardins</i> para conjuntos habitacionais, a exemplo dos Jardins: Allah, América, Atlântico, Eldorado, Libanês e Paulista. Dessas localidades, ainda figuram como áreas do Olho d'água somente os Jardins Allah, Libanês e Paulista. O América deixou de existir e os Atlântico e Eldorado, na década de 1960, eram loteamentos que, posteriormente foram transformados em bairros, como consta na escritura Pública de compra, venda e constituição de Hipoteca do Cartório Oswaldo Soares, lavrada no dia 16/07/1976.</p> <p>A referida Escritura trata do terreno que a COHAB comprou de Lourdes Dias de Sousa para construir o Conjunto Habitacional Turu em 1979. No documento o terreno é descrito como uma faixa de terras próprias situadas na parte do fundo do</p> <p style="text-align: right;">Jardim Paulista, no Lugar Olho d'água, (...) limitando-se com o Jardim Atlântico, (...) seguindo pelas terras da família Serpa, onde está o marco B, no limite do Jardim América nº 1 e o Jardim Paulista, no marco C, (...) seguindo por uma reta, limitando-se com a Granja do Agrônomo José Reis Ataíde, (...) seguindo por uma reta até o marco E, limitando-se com terras do General Artur Carvalho, no marco E, (...) seguindo por reta até o marco A, limitando-se com o loteamento Jardim Atlântico I (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 16/07/1976).</p>
Nota enciclopédica	
Topônimo	Turu (45)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Vila 07 de Setembro, Vila Regina, Vila Cruzado, Vila União, Jardim Eldorado, Jardim Atlântico, Residencial Primavera Turu, Conjunto Habitacional Turu, Chácara Brasil, Vivendas do Turu, Planalto Turu II, Santa Rosa, Parque Vitória, Ipem Turu, Matões, Itapiracó, APA Itapiracó, Angelim, Cohama, Jardim de Fátima e Conjunto Habitacional Anil I.
Taxonomia	AT: Boa Esperança > Turu = Enotopônimo.
Nota linguística	Turu/turú é vocábulo de origem Tupi que Bordoni (s/d, p. 690) descreve como espécie de molusco do Pará e “também

	<p>com molusco bivalente da família dos Terenídeos, e aspecto verminoso”. A mesma definição é compartilhada por Cunha (1989, p. 300) que acrescenta ainda a descrição feita em 1833 por A.C. Silva, na obra <i>Corografia Paraense</i>, em que este último afirma que turú “he uma especie de cabelo aquatico, corpo oblongo e branco, e flagella as embarcações, sendo necessario crenal-as de tempos em tempos, cria-se dentro dos mangues, e sua carne he saborosa”.</p> <p>Marque (2009, p. 104) afirma que turu é de origem Tipinambá – <i>Toroeupe</i> ou <i>Torooup</i> – e que era o nome de uma das 28 aldeias aqui encontradas pelos franceses.</p>
Nota histórica	<p>Oficialmente, o bairro já existia, como aldeia, quando aqui chegaram os desbravadores franceses e fundaram a França Equinocial em 08/09/1612. Nessa oportunidade, os franceses trataram prontamente de catequisar os índios, para tanto, saíam em expedições às aldeias com missionários e interpretes que pudessem facilitar não só a comunicação, mas a aproximação do homem branco com os silvícolas. Dessa forma, Meirelles (1980, p. 49-50) afirma que “De Razilly (...) saiu a visitar as aldeias de Turu, Jaguarém, Junipará, a capital, Caranaupió, (...) Coeup (Cutim), Eussauap (Vinhais)”.</p> <p>Para Marques (2008, p. 104) o número de aldeias dos Tupinambás aqui encontradas era de vinte e sete, dentre elas estava a de <i>Toroeupe</i> ou <i>Torooup</i> (Turu), topônimo que perdura até à atualidade.</p> <p>Em 12/08/1919 o jornal <i>Pacotilha</i> (ano XXXIX, nº 188) noticiava que uma moléstia chamada de <i>epizontia</i> havia infectado o gado do Sítio Santana de propriedade de Augusto Flávio de Almeida e que a doença estava se propagando aos demais sítios do Turu.</p> <p>O Edital nº 16, de 08/05/1935, notificava os interessados do lançamento do Imposto Predial dos lugares subordinados à 1ª Zona (sede no Anil). Dentre as áreas notificadas figurava tanto o Turú quanto o Caminho do Turú, atual Avenida São Luís Rei de França. Já, em 04/02/1939, o Decreto nº 360, no artigo 3º apresenta o povoado do Turu como zona urbana de São Luís somente para efeitos fiscais.</p> <p>Em 14/03/1940 Bernardino Félix Nogueira vendia a José Ferreira da Silva Cruz suas terras do Turu, adquiridas por herança de seus pais, assim discriminadas na Escritura Particular de Compra e Venda firmada por ambos:</p> <p style="padding-left: 40px;">Uma metade de uma posse de terras próprias, no lugar denominado Turúh, Distrito de Vinhais, neste município, medindo de frente 224 braças, com fundos até o Olho d’água, mística pela frente com a Estrada que vai de Miritiua ao porto Angelim, pelo lado esquerdo, com terras de Bevenuto de tal [Francisca Cordeiro], pelo lado direito com terras pertencentes aos Serpas [família], e pelo fundo, com a Estrada do Andiroba Mirim ao Jaguarema [rio que desembocava no Anil] (MARANHÃO, 14/03/1940) (acréscimos nossos).</p>

	<p>As terras ai descritas compreendem as que são percorridas pela atual Avenida São Luís Rei de França, que vão do retorno da Praia do Olho d'água ao retorno do Conjunto Habitacional Anil I, abrangendo, em média oito bairros (Turu, Conjunto Habitacional Turu, Vivendas do Turu, Planalto Turu I, Matões, Jardim Eldorado, Jardim Atlântico, Chácara Brasil). E mais o fundo do bairro Angelim.</p> <p>Em 04/04/1968 o DOE do Estado publicava a LM, nº 1.788, de 25/03/1968 que, entre outras delimitações, denominava Bairro Bôa Esperança o <i>antigo bairro</i> do Turu, topônimo que não vigorou.</p> <p>O terreno onde foi construído o Conjunto Habitacional Turu, por exemplo, era propriedade de Telmo Mendes da Silva, que autorizava a venda, em 10/12/1973 “do domínio útil de um terreno foreiro do Município e São Luís, situado na Estrada de Miritiua, no lugar Turu, desta cidade” (Alvará da Quinta Vara de Comarca de São Luís).</p> <p>Em 1973 o Turu figura como senda partes das terras do Itapiracó na descrição das terras que foi construído o Conjunto Habitacional Anil IV. Esse lugar era propriedade de José Ribeiro Salomão, este, em carta de 05/11/1970, oferece a sua gleba à COHAB, que a compra em 1973 segundo Memoria Descritivo dessa terra, que era assim delimitado:</p> <p style="padding-left: 40px;">fica situado no Município de São Luís a esquerda da carroçável Forquilha – Maioba tendo os seguintes limites: mede de frente para a estrada da Maioba 832,18m e com os fundos para o <u>Turu nas terras de Itapiracó</u>, mística por um lado com terras de Casimiro Batista e por outro, com terras da Companhia Rio Anil e hoje pertencentes à COHAB-MA, ocupadas pelos Conjuntos Anil I, II e III (COHAB, Memoria Descritivo, 05/07/1973), [grifo nosso].</p> <p>A partir da discriminação <i>da grande</i> área do Turu/Turú como sendo gleba povoada de sítios é que vamos encontrar os loteados que originaram bairros como os que já foram citados anteriormente e outros, como o Residencial Primavera Turu, Vivendas do Turu, Planalto Turu II e Ipem Turu.</p>
Nota enciclopédica	<p>A Avenida São Luís Rei de França é a principal avenida de acesso aos bairros do Turu. Duplicada em 2002, inicialmente não apresentava tráfego intenso, devido às poucas construções e escassos serviços fornecidos ao longo dela. Realidade mudada a partir de 2005 quando vamos encontra números investimentos imobiliários, construções de redes de supermercados, bancos, postos de gasolina, prédios comerciais, lojas, shoppings, escolas entre outros.</p> <p>A <i>São Luís Rei de França</i> atualmente apresenta tráfego intenso de veículos não só pelo investimento econômico nas terras dos sítios do Turu, mas por limita-se com outras: (i) Jerônimo de Albuquerque e a (ii) Holandeses, vias de acesso à orla marítima e aos bairros do Centro da cidade; (iii) Mário Andreazza e a (iv) Avenida General Artur carvalho permeadas de condomínios horizontais e escolas; (v) do Aririzal, via de</p>

	acesso os bairros da Cohama e a (vi) Avenida Nossa Senhora da vitória, que permite chegarmos ao parque Vitória e municípios como Ribamar e Paço do Lumiar.
--	--

Topônimo	Jardim Atlântico (59)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Turu, Conjunto Habitacional Turu, Olho d'água e Jardim Eldorado.
Taxonomia	AT: Loteamento Jardim Atlântico > Jardim Atlântico = Poliotopônimo.
Nota linguística	
Nota histórica	Historicamente, o bairro é oficializado, pela Prefeitura com a criação do loteamento em 17/10/1963. A SURPLAN, legalmente representada pelo Secretário de Urbanismo e Planejamento, Romeu Resende de Souza, declara “para os devidos fins, que o loteamento Jardim Atlântico, situado às margens da Avenida Turu-Olho D’água, foi aprovado pelo artigo Departamento de Viação e Obras Públicas, atualmente Departamento de Urbanismo e Planejamento, em 17 de outubro de 1963, conforme planta do loteamento existente em nossos arquivos” (Prefeitura de São Luís/Secretaria de Urbanismo e Planejamento. Declaração, 21/05/1963).
Nota enciclopédica	A Avenida Turu Olho D’água onde situaram o bairro é a atual São Luís Rei de França.

Topônimo	Conjunto Habitacional Turu (60)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Jardim Atlântico, Olho d’água, Turu e chácara Brasil.
Taxonomia	Conjunto Habitacional Turu > Habitacional Turu = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Conjunto de habitações feitas pela COHAB no bairro do Turu.
Nota histórica	<p>O terreno onde foi construído o Habitacional Turu era propriedade de Maria Braga Pires Maia e seu esposo e, de Raimundo Alberto Costa e sua esposa. Estes, por sua vez, venderam a Antonio Frazão e sua esposa Leonor Gomes Frazão; a George Boabaid Nahuz e sua esposa Myrtes Passarinho Nahuz e; à viúva Lourdes Dias de Sousa. Por último, o domínio da gleba passa a ser da COHAB quando esta registra a compra do terreno em 16/07/1976, segundo informações do Cartório Oswaldo Soares, Escritura Pública de Compra e Venda e Constituição de Hipoteca (livro de notas nº 348, fls. 119v a 122, 1º traslado).</p> <p>Segundo a EMARHP (Relação dos Conjuntos Habitacionais, s/d), o bairro foi inaugurado em 1979, tinha 767 casas, distribuídas em 32 quadras, 09 avenidas e 28 ruas. O conjunto foi beneficiado com 01 creche, um centro de abastecimento alimentício, 01 delegacia, 01 ambulatório, um CSU, 01 unidade escolar, 01 administração, 03 praças, 01 área verde e uma área administrativa.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	Chácara Brasil (61)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Conjunto Habitacional Turu, Vivendas do Turu, Turu, Olho d'água e Santa Rosa.
Taxonomia	Loteamento Brasil > Chácara Brasil = Ecotopônimo.
Nota linguística	Para Houaiss (2009) chácara é uma propriedade rural voltada para a avicultura ou mesmo a pequena criação de animais, o plantio de frutas, legumes e afins, descrição que faz jus ao bairro e que comprova a tradição dos bairros do Turu como área, ainda hoje, de sítios, chácaras, vivendas, casas de veraneio...
Nota histórica	<p>Segundo informações da Escritura Pública de compra e venda e constituição de hipoteca do Cartório Oswaldo Soares (livro de notas n° 348, fls. 119v a 122, 1° traslado, de 16/07/1976) a área do bairro é resultante da granja do agrônomo José de Jesus Reis Ataíde, atual presidente do INAGRO, que posteriormente transformou a gleba em lotes e os vendeu a particulares.</p> <p>Segundo MN (15/08/2012), moradora da Chácara Brasil a 28, o bairro surgiu da área ocupada pela granja do Senhora Ataíde que, por sua vez, vendeu os terrenos. Como os donos dos lotes queriam as terras compradas, este desapropriou a empresa e a transferiu para outra localidade.</p> <p>MN (15/08/2012) confirma ainda que na época da aquisição do terreno onde construiu sua casa só havia a granja e que aos poucos, a partir de 1985, é que foram surgindo casas na localidade que sempre foi muito valorizada não só pelo tamanho vantajoso dos terrenos de mansões e chácaras, mas pelo fato de as largas ruas e avenidas terem sido asfaltadas em 2012, oferecendo melhor acesso ao bairro e adjacências.</p>
Nota enciclopédica	Segundo o <i>site</i> Gente e negócios, o Instituto de Agronegócios do Maranhão – INAGRO foi fundado em 13/07/2003, através do Decreto n° 19.647. É uma instituição de direito privado e reconhecido pelo Estado e tem como objetivo articular agentes dos setores público e privado para atuarem nos processos de inovação tecnológica via pesquisa, formação e capacitação de talentos, planejamento estratégico, coleta e divulgação de informações ligadas aos agronegócios. Sua meta envolve a pequena e média empresa, recursos naturais, sistemas agroindustriais e qualidade de alimento e sanidade agropecuária e tem como missão institucional a promoção do desenvolvimento sustentável do agronegócio. O INAGRO que é presidido pelo empresário José de Jesus Reis Ataíde, tem ainda como finalidade, contribuir de forma sistemática e ativa, para o combate à desigualdade, à pobreza rural, estimular, apoiar e promover a produção científica, em parceria com o meio acadêmico.
Topônimo	Santa Rosa (64)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Olho d'água, Turu, Vivendas do Turu, Planalto Turu II e Chácara Brasil.

Taxonomia	Hagiotopônimo
Nota linguística	
Nota histórica	<p>O nome do bairro Santa Rosa originou-se do nome do sítio pertencente à primeira família que começou a morar na localidade, a Família Soares. Segundo a bisneta do dono do sítio, CMSC (19/07/2013), de 64 anos, que nasceu, foi criada e ainda vive no Santa Rosa, seu bisavô chamava-se Antonio Soares que era casado com Nhá Filistrina, dessa união nasceram os filhos: Fernando, Antonio, Joana, Maria Joaquina, Alice, Maria Eugênia e Aristides Gervásio Soares (Primeira Geração dos Soares).</p> <p>Aristides Gervásio Soares teve uma filha com Alzira Lima Martins, Raimunda do Espírito Santo Soares (Segunda Geração dos Soares), mãe de CMSC. Dona Raimunda do Espírito Santo Soares casou-se duas vezes, do primeiro matrimônio teve dois filhos: José Augusto e Edivaldo Raimundo Soares (Terceira Geração dos Soares). Já da união matrimonial com Faustino Cordeiro, nasceram: Reginiária, Marcos Roberto, Cláudio Ribamar, Euliélber, Cleber Davi, Rosângela, Marília, Faustino Filho e CMSC.</p> <p>CMSC, que herdou do pai dela a responsabilidade de continuar fazendo um festejo tradicional da família, em homenagem à Nossa Senhora do Bom Parto, no povoado de Santa Rosa. Ela e outros moradores organizavam várias atividades (bingo, rifas, festejos) para angariar fundos para a construção da ermida da comunidade Santa Rosa:</p> <p style="padding-left: 40px;">Um dia eu tava ajudando Dona Teresa Mudad em uma das festas de aniversário da família e disse pra ela que precisava sair mais cedo por causa do bingo que tava organizando para conseguir dinheiro pra fazermos a capela da comunidade, então ela me disse que quando pudesse me ajudaria (...). A gente fazia várias coisas para consegui dinheiro para a construção que era em multarão, eram poucos os que trabalhavam, a obra não ia pra frente, ai Dona Teresa providenciou tijolo, pedreiro e tudo que precisamos (...) ela deu tudo da igreja, da toalha à santa, uma imagem de Santa Rosa de Lima, que mandou buscar no Peru (CMSC, 17/09/2013).</p> <p>É desconhecida a data de criação do Sítio Santa Rosa e também sua motivação, porém o topônimo foi mantido e oficializado com a construção da igreja e da imagem da Santa para reforçar não só a tradição de termos uma edificação religiosa em localidade recém-criada, mas a perpetuação do nome oficial do bairro que veio da Família Soares, moradora do local desde o século XIX, (<i>sine die</i>) segundo descrição feita por CMSC das três gerações da família dela.</p> <p>Segundo MRRR (17/09/2013), nascida na localidade e moradora desta, 60 anos, “acabô o sítio e virou tudo Santa Rosa, inclusive a igreja e a rua/avenida principal, que esta aqui que moro. Quando me intendi como gente só morava aqui a família de meu avô com minha mãe, a família do sítio e os</p>

avós deste aqui” [CEJR] (acréscimo da autora).

Ressalta ainda MRRR que nesses mais de 60 anos de existência do bairro os moradores tinham uma vida tranquila, mas depois que começaram a ocupar as áreas próximas do bairro, o índice de criminalidade tirou a paz das pessoas, mudando consideravelmente o hábito de vida delas. Além desse problema, outro elencado pela moradora é a poluição do Rio Santa Rosa, de onde retravam água para beber, preparar os alimentos, tomavam banho e lavavam roupa..., “hoje em dia não presta pra mais nada, é só isgoto que o povo botô” (MRRR 17/09/2013). Essa informação é reforçada por CMSC quando afirma que o esgoto vem dos bairros vizinhos, principalmente do Conjunto Habitacional Turu.

As melhorias feitas no bairro foram poucas, como é o caso: do asfaltamento das ruas, da creche-escola comunitária Teresa Mudad e da linha própria de ônibus, que, a pesar de ter o nome do bairro, não circula nele, só abriga o ponto final da linha, obrigando os borradores a serviram-se do transporte de outros bairros vizinhos, como Bom Jardim, Divinéia, Sol e Mar.

CMSC explicou que os ônibus não circulavam pelo bairro por causa das condições precárias das ruas. Em 29/08/1999 teve uma reunião com o então Secretário de Saúde do Estado e disse a ele, quando lhe perguntou do que precisava o bairro: A comunidade tá doente, ele precisa de asfalto nas ruas. Não abro mão do asfalto nas ruas, não vou aberar, sangue pode dá no meio da canela, mas eu quero nossas ruas asfaltadas (CMSC 19/07/2013). E, assim, em outubro do mesmo ano as ruas estavam sendo pavimentadas.

CEJR, também morador da localidade, 25 anos, salienta que o bairro não adquiriu característica de bairro, continuou sendo uma área de sítios. Ele afirma que são praticamente as mesmas famílias e a mesma estrutura: *grandes sítios e a mesma rotina de sempre* (CEJR, 17/09/2013), mas é esperançoso quando sugestiona:

Para melhorar, deveriam visar os jovens da comunidade. Muitos estão se perdendo no mundo das drogas. Deveria ter uma rede social com os jovens, um trabalho de qualificação profissional... aqui não tem nem CSU..., assim a gente poderia qualificar esses jovens pra não se perder nas drogas. A comunidade sempre foi assim!

A pesar de o bairro ter uma associação regularmente cadastrada no Município e no estado, ainda não conta com posto de saúde, área de lazer (praças), um centro comercial, feira, delegacia e nem escola do Ensino Médio. Para CEJR que é catequista e tem uma vivência mais próxima aos jovens do Santa Rosa, estes não têm nenhum estímulo para estudar, pois têm que se deslocar a pés, no sol quente e percorrer uma longa distância até o Conjunto Habitacional Turu. Isso aumenta o número de meninos e meninas fora da escola e com pouca

	expectativa de ter uma vida mais digna, ressalta.
Nota enciclopédica	<p>A Virgem Santa Rosa de Lima, segundo Alves (2008, p. 476) nasceu em Lima (Peru) em 1586 e chamava-se Isabel Flores y de Oliva (apelido Rosa). Trabalhou como costureira e camponesa e aos 20 anos ingressou na Ordem Terceira de São Francisco. “Levava uma vida de austeridade, de abandono à vontade de Deus. (...) distinguiu-se por uma grande caridade para com os índios e os negros” (ALVES, 2008, p. 476).</p> <p>A Associação de Moradores do Santa Rosa tem Certidão de Utilidade Pública tanto estadual quanto Municipal, só não tem mais melhorias porque a comunidade não reivindica, segundo ressalta CMSC, que foi quem <i>conseguiu</i> a construção da igreja, da escola, a linha de ônibus e o asfalto para a comunidade.</p>

Topônimo	Itapiracó (68)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Parque Vitória, Turu, Ipem Turu, Matões, Cohab Anil I, Cohab Anil II, Cohab Anil IV, Planalto Anil II, Parque Aurora e Cohatrac IV.
Taxonomia	AT: Sítio Itapiracó > Itapiracó = Etnotopônimo
Nota linguística	
Nota histórica	<p>Conforme Escritura Pública de Compra e Venda lavrada pelo Cartório do 1º Ofício Dr. Celso da Conceição Coutinho (22/02/1967), o local denominado de Itapiracó já figurava como Sítio e era assim descrito da seguinte forma como limite das terras que a COHAB havia adquirido para construir os Conjuntos Habitacionais do Anil:</p> <p>(...) A outra parte do terreno, partes estas assim delimitadas: pela frente, limitando-se com a Estrada Tiririca-São Marcos (...) a começar do ponto que dista do cruzamento da referida estrada com a estrada Anil-Olho d'Água, (...) dirigindo-se até a via limítrofe com o Sítio Itapiracó na parte lateral direita (...).</p> <p>O Movimento Sócio Popular do Cohatrac a Adjacência – MSPCA, considerando a importância o APA do Itapiracó desenvolve campanha de preservação da área e mantém em seu blog (http://mspcohatrac.blogspot.com.br) um estudo detalha da área, assim como o histórico de como vem sendo administrada.</p> <p>O MSPCA atesta que na época de funcionamento da Estação de Pesquisa do Ministério da Agricultura, o APA do Itapiracó era conhecida como Campo Experimental do Itapiracó, pois atuava nas áreas de citricultura, fruticultura, suinocultura e avicultura. Com a desativação do Campo o local foi devolvido ao Departamento de Patrimônio da União (DPU), a quem de fato pertence.</p> <p>Fernando Mesquita, então Secretário de Meio Ambiente, ao tomar conhecimento de que o Exército (24º Batalhão de Caçadores) pretendia usar aquelas terras, conseguiu o Termo de Comodato, isto é, um documento que colocava sob a responsabilidade da Secretaria de Meio</p>

	<p>Ambiente de São Luís a administrar da Área do Itapiracó para o Estado do Maranhão.</p> <p>Em 1997 foram elaborados estudos da área do Itapiracó em que foi constatado que o local não possuía requisitos técnicos, exigidos pela Legislação Ambiental, para continuar como Parque de Proteção Ambiental.</p> <p>A Área de Preservação/Proteção Ambiental do Itapiracó – APA Itapiracó foi criada pelo Decreto Estadual de nº 15.618/97. Nessa época a reserva tinha uma área de 322 hectares, e era caracterizada com um local que ainda abrigava vegetação remanescente de Floresta Pré-Amazônica, como Angelim, Andiroba, Bacuri, além de abrigar várias espécies da fauna e flora nativas, “a área representa importante papel na manutenção do microclima da Ilha de São Luís” (ESTADO DO MARANHÃO/SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS, s/d).</p> <p>Atualmente a APA Itapiracó está sendo degradada não só trilhas para uso de carros, motos e bicicletas e por lixões, mas por moradores do bairro Itapiracó. A ocupação informal que resultou no bairro data da década de (19)80, como é confirmado por uma de suas primeiras moradoras, a Senhora Diolinéia Reis Pereira, dona Dió como é conhecida no bairro, mora, literalmente, dentro da Reserva: “quando cheguei aqui era tudo do meio ambiente, fiz minha casa e fiquei, depois vieram outras pessoas e fizeram o mesmo”.</p>
Nota enciclopédica	<p>O bairro é cortado ao meio, sentido longitudinal, pela avenida que recebe seu nome: Avenida do Itapiracó.</p> <p>A história da APA Itapiracó se confunde e bifurca com a do bairro porque quem se apropria das áreas de proteção as vê inicialmente como área livre, isso vai ser verificado também com a APA do Bacanga, que também foi parcialmente ocupada gerando assim impactos ambientais e habitacionais.</p>

Topônimo	Angelim (69)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Novo Angelim, Cruzeiro do Anil, Anil, Jardim de Fátima, Turu e Residencial Primavera Turu.
Taxonomia	AT: Lugar ou Povoado Angelim > Conjunto Habitacional Angelim > Angelim = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Conjunto de habitações feitas pela COHAB no bairro do Angelim.
Nota histórica	<p>Conforme Escritura pública de compra e venda e constituição de hipoteca (livro de notas nº 353, fls. 21v a 25, 1º traslado) de 28 de outubro de 1976, o terreno onde está construído o Conjunto Habitacional Angelim foi vendido à COHAB pela empresa Pouso Alto Empreendimentos Imobiliários LTDA. No referido documento de aquisição, o Lugar ou Povoado Angelim, era situado na margem esquerda da Avenida Tirirical-São Marcos e, pela descrição já tinha sido habitado mesmo antes do Conjunto da COHAB.</p> <p>Segundo a EMARHP (Relação dos Conjuntos</p>

	Habitacionais, s/d), o bairro foi inaugurado em 1979, tinha 654 casas, distribuídas em 28 quadras, 04 avenidas e 26 ruas. O conjunto foi beneficiado com 02 áreas verdes, 02 quadras poliesportivas comunitárias e 02 praças.
Nota enciclopédica	A parte norte-sul do bairro fica na confluência de duas avenidas, a Jerônimo de Albuquerque e a São Luís Rei de França.

Topônimo	Bequimão (70)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Turu, Cohama, Vinhais IV, Rio Anil, Anil, Japão, Maranhão Novo e Angelim.
Taxonomia	AT: Conjunto Habitacional Bequimão > Bequimão = Antropotopônimo
Nota linguística	Bequimão é apelido de Manuel Beckman, forma aportuguesada de um sobrenome germânico.
Nota histórica	<p>Nos primeiros anos da vida o Estado Colonial do Maranhão esteve envolvido em muitas crises, dentre elas a de 1684 chefiada por Manuel Beckman, o Bequimão que era contra todos os desmandos dos jesuítas, das autoridades do Estado e da Companhia de Comércio que, uma vez extinta, foi recriada em 1755 pelo Marquês de Pombal.</p> <p>Para Curvelo (2009, p. 157-158), no Maranhão o nome Bequimão não é lembrado somente como sendo o do patriota que lutou contra os desmandos praticados nestas terras no período da Colônia, mas como um mártir que despertou nos maranhenses a vontade de lutar pelos seus direitos de não serem obrigados a pagar elevados impostos à Coroa.</p> <p>Por sua repercussão histórica, política e social, Manuel Beckman ainda desperta o interesse de muitos pesquisadores, como é o caso de Amaral (2003, p. 23-28) que apresenta um extenso levantamento sobre os descendentes tanto do revolucionário morto em 02/11/1685, Manuel Beckman, quanto do seu irmão Tomás Beckman, e acrescenta que nos nomes dos descendentes deles, podemos encontrar as seguintes variações de <i>apelidos</i>: Bequimão, Beckman e Bequimanz.</p> <p>Conforme Escritura pública de compra e venda e constituição de hipoteca (livro de notas nº 346, fls. 167v a 172, 3º traslado) de 22 de junho de 1976, o terreno onde está construído o Conjunto Habitacional Bequimão foi vendido à COHAB pelo Estabelecimento James Frederick Clark S.A, propriedade de José Bruce de Mendonça Clark, sua cônjuge Anna Maria Meyer Mendonça Clark e Septimus Mendonça Clark.</p> <p>O imóvel adquirido pela COHAB compreendia: (i) duas partes do Sítio Serafim, uma medindo 141.871m² e outra com 203.919m²; (ii) uma área desmembrada do Sítio Porto-Grande-Santana, medindo 37.752m² e; (iii) uma parte desmembrada do Sítio Bentivi situada no Angelim, medindo 126.081m².</p> <p>Segundo a EMARHP (Relação dos Conjuntos</p>

	Habitacionais, s/d), o bairro foi inaugurado em 1979, tinha 1.190 casas, distribuídas em 65 quadras, 01 avenida e 58 ruas. O conjunto foi beneficiado com 01 centro de abastecimento alimentício, 01 CSU, 01 ambulatório, 01 creche, 01 delegacia, 01 administração, 01 escola do Ensino Médio, 01 do Ensino Fundamental, 02 praças e 06 áreas verdes.
Nota enciclopédica	O bairro é contornado por quatro avenidas: Jerônimo de Albuquerque em confluência com a Daniel de La Touche, Contorno I e a Alcântara Machado. O apodo Bequimão também é memoriado em São Luís em logradouros como numa praça que fica entre a Rua Parque 15 de Novembro e a Avenida Beira-Mar e bairros como o Bequimão e o Conjunto Manoel Beckman.

Topônimo	Rio Anil (72)
Localização do bairro	Área de mangue e palafitas, o bairro fica entre o: Anil, Bequimão, Ipase e o Rio Anil, que banha toda a costa leste do local.
Taxonomia	AT: Conjunto Habitacional Rio Anil > Rio Anil = hidrotopônimo
Nota linguística	Conjunto de habitações feitas pela COHAB no bairro às margens do Rio Anil. O topônimo Rio Anil faz jus ao nome por constitui-se de área banhada por quase todos os lados pelo dito rio. Segundo o Cartório de Registro Geral de Imóveis e Hipoteca da Comarca de São Luís (Certidão de Imóveis de 19/03/1970), o lugar limita-se ao norte e oeste com a Baía de São Marcos; ao sul com a margem direita do Rio Anil, da Baía de São Marcos, até a Ponte de Caratatiua; a leste, com a Rodovia Estadual MA-53, da Ponte do Caratatiua à Praia do Olho d'água.
Nota histórica	O terreno onde foi construído o Conjunto Habitacional Rio Anil foi doado à COHAB, em 22/05/1968, por José Bruce de Mendonça Clark e sua esposa Anna Maria Meyer de Mendonça Clark. O <i>Memoria Descritivo</i> assinado em 04/11/1970 pelo Agrimensor do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, Alídio Valdo Cardoso, mostra que a demarcação da localidade doada pelo empresário Clark ficava no lugar denominado Vinhais-Angelim e atingia áreas de três sítios, o: Bentivi, Porto-Grande e o Santana. Em virtude disso, a gleba foi dividida em duas, uma que compreendia o primeiro sítio e a outra os dois restantes. Segundo a EMARHP (Relação dos Conjuntos Habitacionais, s/d), o bairro foi inaugurado em 1979, tinha 345 casas, (20 feitas em regime de mutirão) distribuídas em 16 quadras. O conjunto foi beneficiado com área institucional, onde poderia ser construída qualquer instituição que beneficiasse a comunidade, 01 praça e 12 áreas verdes.
Nota enciclopédica	O Rio Anil, além de desaguar na Baía de São Marcos, nomear 12 bairros da Ilha e um Shopping já serviu de referência para

	nome de fábricas e da primeira estrada de expansão da Ilha de São Luís.
Topônimo	Centro (76)
Localização do bairro	O Centro é banhado a noroeste pelo Rio Anil e a sudeste pelo Bacanga e engloba os seguintes bairros: Apicum, Camboa, Desterro, Diamante, Fabril, Goiabal, Lira, Madre Deus e Vila Passos.
Taxonomia	AT: Upaon Açú/Ilha Grande > São Luís > Centro de São Luís > Centro = Cardinotopônimo.
Nota linguística	Gentílico: ludovicense ou são-luisense.
Nota histórica	<p>Com o advento da Descoberta do Brasil, Diogo Leite foi mandado em expedição oficial para reconhecimento do litoral norte destas terras em 1513. Esse explorador chegou até as costas do Rio Gurupi, mas não fez nenhuma tentativa de colonização do local visitado. Mais tarde, quando Dom João III dividiu o Brasil em Capitânicas Hereditárias, ficaram a cargo de Fernão Álvares de Andrade e do historiador João de Barros as duas do extremo norte. Esses colonizadores uniram-se a Aires da Cunha e, em 1535, resolveram tomar posse de suas donatárias. Segundo dados do <i>site</i> do SEBRAE LEGAL, “a expedição, composta de 10 navios e contando com 900 homens, naufragou nos baixios do Boqueirão, junto à ilha do Medo, tendo nela perdido a vida Aires da Cunha”.</p> <p>Os sobreviventes desse desastre deram à ilha o nome de Trindade e fundaram, em frente ela, a vila de Nossa Senhora de Nazaré. Segundo Amaral (2003, p. 20), desse naufrágio teria se originado o nome do Estado em virtude dos naufragados pensarem encontrar-se na embocadura do grande rio “(Amazonas), também conhecido por Marañon (Maranhão)”.</p> <p>Outras expedições foram mandadas para a exploração das riquezas do Maranhão, mas sem obter êxito, dentre elas, destacamos a de: Diogo Nuñez e João da Saúde; Miguel Henriques (1550); Luís de Melo e Silva (1554, 1573); Gabriel Soares de Souza (1591); Pero Coelho de Souza (1603) e a dos padres Francisco Pinto e Luís Figueira (1607). Os insucessos desses desbravadores portugueses foram suplantados pelos franceses que chegaram ao Maranhão em agosto de 1612.</p> <p>Para o IBGE (s/d), a Capital do Maranhão formou-se sobre o estuário dos rios Anil e Bacanga esse fato fez com que ela fosse caracterizada como porto fluvial e marítimo que desempenhou importante papel na produção econômica do Brasil – Colônia do século XVII ao XIX. São Luís foi considerada como o quarto centro exportador de algodão e arroz, depois de Salvador, Recife e Rio de Janeiro.</p> <p>Com a implantação do <i>Fort Saint Louis</i> estava confirmada a fundação de São Luís, em 08/09/1612, pelos franceses Daniel de La Touche e François de Razilly, cujo objetivo era estabelecer a <i>França Equinocial</i>. A Capital</p>

	<p>recebeu o nome do então Rei da França e de Navarra, Luís XIII. Mesmo sendo a versão histórica mais corrente, há controvérsias a respeito dessa homenagem. Lacroix (2008, p. 87), por exemplo, afirma que o nome da cidade foi dado em invocação ao santo francês Luís IX “canonizado muito antes do descobrimento do Brasil e muito reverenciado pelos fiéis portugueses”.</p> <p>Upaon Açú (do Tupinambá Ilha Grande) foi conquistada e incorporada ao domínio português em 1615, três anos depois de fundada pelos franceses. Ao tomarem posse da Ilha, os portugueses deram ao forte o nome de São Felipe e mantiveram a denominação que a ilha já tinha. Mais tarde, porém, esse local seria alvo também de holandeses que foram expulsos pelos portugueses em 1644, segundo consta na literatura do IBGE (1959, p. 341). Dessa forma, começa definitivamente nossa colonização portuguesa. E, segundo o IBGE (s/d), é dessa época o conjunto urbanístico composto de sobrados revestidos de azulejos portugueses que compõe nosso Centro Histórico.</p> <p>Nos primeiros anos da vida, o Estado Colonial esteve envolvido em muitas crises, dentre elas a de 1684 chefiada por Manuel Bequimão que era contra todos os desmandos dos jesuítas, das autoridades e da Companhia de Comércio que, uma vez extinta, foi recriada em 1755 pelo Marquês de Pombal. Essa nova Companhia de Comércio impulsionou consideravelmente a economia do Estado, conforme dados do IBGE (1959, p. 341).</p> <p>Falar do Centro é também falar das avenidas, becos, casarões, igrejas fontes, pontes, ladeiras, largos, parques, portos, praças, praias, rampas, ruas, sítios, travessas, vilas e dos bairros do Centro Antigo da Capital: Apicum, Camboa, Desterro, Diamante, Fabril, Goiabal, Lira, Madre Deus, Vila Passos e Aterro do Bacanga.</p> <p>Cada um desses logradouros guarda um traço, uma característica impar da história ludovicense que foi sendo urdido ao longo de 4001 anos. Quatro séculos e um ano se passaram e podem ser conhecidos a partir da história que cada um dos <i>210 bairros</i> que foram sendo criados, a partir da expansão do Centro de São, têm entre suas linhas, entre sua Gente.</p>
Nota enciclopédica	<p>São Luís foi elevada à categoria de Patrimônio Histórico da Humanidade, pela UNESCO, em 1997. Além desse título é conhecida por vários epítetos, dos quais destacamos alguns: Atenas Brasileira, Ilha do Amor, Jamaica Brasileira e Cidade dos Azulejos.</p>

Topônimo	Desterro (77)
Localização do bairro	O bairro fica literalmente dentro do Centro de São Luís e de frente para o Rio Bacanga.
Taxonomia	AT: Praia das Mercês > Praia da Igreja Nossa Senhora do

	Desterro > Praia da Igreja São José do Desterro > Praia do Desterro > Desterro = Hagiotopônimo.
Nota linguística	
Nota histórica	<p>A Praia do Desterro ou simplesmente Desterro, como é conhecido o bairro, faz parte do núcleo inicial da Cidade que é composto pela Praia Grande, que representava o centro comercial de São Luís e o Desterro, que abrigava as residências e o porto, por isso é permeado de becos, ladeiras, sobrados e solares de azulejaria portuguesa.</p> <p>O Desterro deve o início de sua ocupação e seu nome à Igreja de Nossa Senhora do Desterro e não a São José do Desterro como é conhecida a Igreja que só está edificada atualmente por causa de <i>benfeitores</i> que lutaram para que não fosse demolida e em seu lugar construída uma praça ou mesmo um mercado para venda de peixe.</p> <p>Marques explica que a Igreja Nossa Senhora do Desterro é mais antiga que a de São José do Desterro quando justifica que em 1654</p> <p style="padding-left: 40px;">Intentaram os frades Marcos e Cerveira a edificação do Convento de N^a Sr^a das Mercês no lugar da ermida de N^a Sr^a do Desterro e chão a ela pertencentes, cuja posse tinham obtido dos oficiais da Câmara, que serviam em 1648, saiu a irmandade da dita Senhora com embargos e os frades procuraram outro rumo./ É anterior ao ano de 1641, como vimos num papel antigo (...) a Carta da Data de Terras, que o Senado da Câmara doou a Jacinto de Moraes Rego, em 5.dez.1722, lê-se a ermida de N^a Sr^a do Desterro, e não a de São José do Desterro. Como é conhecida (MARQUES, 2008, P. 404).</p> <p>Na verdade o lugar da edificação é o mesmo, mas a imagem de santos foi que mudou nesses 4001 anos da Capitania de São Luís. Marques afirma que a igreja de Nossa Senhora do Desterro foi a primeira igreja construída na Capital, mas com a invasão holandesa (1641-1644) a imagem da santa foi despedaçada e a igreja parcialmente destruída e abandonada pela arquidiocese ludovicense que iria vender as terras das <i>ruínas</i> do Desterro à Câmara Municipal da Capital, onde esta almejava construir uma praça ou mesmo um mercado para a comercialização de peixe.</p> <p style="padding-left: 40px;">Em 25. nov. 1641, após 25 anos de ócio e longa paz, assomou em nossa barra uma esquadra holandesa, composta de 18 velas que, audazes, como invasoras que eram, deslizaram pelo rio Bacanga acima, e fundearam na praia junto a esta ermida./Dessa esquadra desembarcou um exército de mais de mil homens sob o comando de João de Cornelles. Esses soldados (...) cometeram o bárbaro sacrilégio de despedaçara a imagem de N^a Sr^a do Desterro, orago da ermida do mesmo sítio do seu desembarque (MARQUES, 2008, P. 404).</p> <p>Quando a esquadra holandesa desembarcou na foz do Rio Bacanga (25/11/1641), imprimiu terror nos moradores e saqueou os bens públicos da Cidade. Entre os templos</p>

assolados estava a igreja que, além de roubar os pertences, avariaram sua estrutura física que era de barro e palha. A partir daí, as *ruínas* da ermida ficaram abandonadas até 1832, ano em que um morador da localidade, conhecido como José Lé (devoto de São José) tentou reedificar a igreja com a ajuda de outros moradores e material que tirava da natureza (barro, cal, madeira, pedra), conseguindo, dessa forma, construir as paredes mestras. José Lé morreu e foi seguido na tarefa voluntária de levantar o templo pelo escrivão José Antônio Furtado de Queixo, que esmolava para conseguir fundos para as obras que finalmente ficou pronta em 1839.

Em 16 do mesmo mês [novembro], o Exmo. Sr. D. Marcos Antônio de Sousa mandou passar provisão para seu benzimento a pedido do escrivão Queixo./Com a morte de Furtado de Queixo, a irmandade entregou-se ao mais criminoso desleixo que é possível./O arquivo, trancado em um grande baú e pinho, foi confiado ao cuidado das traças, que o consumiram de todo, e a ermida, entregue à ação destruidora do tempo, foi pouco a pouco se arruinando e desmoronando, especialmente no inverno (MARQUES, 2008, P. 405).

Em 01/06/1865 a Câmara Municipal da Capital encaminhou proposta ao bispo diocesano para que este autorizasse a demolição da igreja, pois intentava construir no terreno uma praça para venda de peixe. Esse pedido causou repúdio ao historiógrafo da Província, César Augusto Marques, que empreendeu vários protestos e impediu que esse monumento histórico, *o único templo de feição bizantina existente no Brasil* (VIEIRA FILHO, 1971, p. 68) fosse demolido.

Marques formou uma comissão com outras pessoas que compartilhavam do desejo de ver a igreja de São José do Desterro edificada e no dia 05/09/1867 começaram a trabalhar em prol dessa causa que estaria realizada em 21/10/1869, data em que ficou pronta a igreja.

Segundo Vieira Filho (1971, p. 68) a praça ou largo da Igreja do Desterro foi terraplanada em 1903 no governo de Nuno Álvares de Pinho e, atualmente faz parte do acervo tombado pelo Patrimônio da Humanidade. Vieira Filho acrescenta ainda uma fiel descrição do lugar como se fosse uma pintura. Para ele, o Desterro é

Um dos lugares mais pitorescos da cidade de porque repositório vivo de São Luís velha com suas casinhas de meia-morada e suas portas-e-janelas e os sobradinhos esguios de mirantes gracís. Os bécos íngremes e sinuosos que vão ter a êsse largo dão-lhe um colorido impressivo de antiga aquarela colonial [grifos do autor], (Vieira Filho, 1971, p. 69).

Consta no Diário Oficial de 30/01/1936 que a Praia do Desterro também já foi chamada de Praia das Mercês. Na referida data Alberto Tavares da Silva pedia o aforamento de um terreno da Marinha situado “à antiga Praia das Mercês, atual Praia do Desterro, desta Capital”. A denominação deve-

	se provavelmente ao fato de o Convento das Mercês situar-se logo acima da Igreja.
Nota enciclopédica	O dia de Nossa Senhora do Desterro/ Nossa Senhora dos Imigrantes é comemorado em 02 de abril. A devoção a essa Santa deve-se ao fato de Ela ter sido obrigada a fugir ao Egito para dar a luz ao Menino Jesus. No Brasil a devoção à referida Santa deve-se principalmente no período Colonial, “talvez pelo sentimento dos portugueses de encontrar na Virgem exilada o consolo que necessitavam para o seu próprio desterro” (ZANON, 2008, p. 101).

Topônimo	Apicum (78)
Localização do bairro	O bairro fica literalmente no Centro, sendo ligado por uma minúscula extremidade ao Coreia. Faz parte do Centro Histórico de São Luís.
Taxonomia	AT: Fonte do Apicum > Rua do Apicum das Quinta > Rua das Ingazeiras > Bairro do Porto do Apicum > Apicum = Etnotopônimo.
Nota linguística	No que diz respeito á etimologia da palavra apicum, há um consenso entre os lexicólogos sobre o significado do étimo e suas variações. Houaiss (2009) define apicu/picum como: (i) elevação de areia formada pelo movimento do mar; (ii) terreno alagadiço situado à beira mar; (iii) brejo/pântano ou mesmo a vegetação típica desse terreno; (iv) terreno arenoso impróprio para a plantação da cana-de-açúcar; (v) local limite da terra firme com o mangue. Bordoni (s/d, p. 82) e Cunha (1989, p. 56) apresentam as seguintes variações linguísticas para apicum: apecu, apicu, apicú, apecú, apecûr, derivados de ape'kûr: lagoa ou brejo de água salgada à beira-mar. Entre os dois, figura em Cunha o registra do Etnotopônimo Apicum.
Nota histórica	A Fonte do Apicum deu origem à rua do Apicum das Quintas e (também) à popularmente conhecida Rua das Ingazeiras que, por sua vez, transformou-se em um Bairro do Centro de São Luís: Bairro do Porto do Apicum, ou simplesmente Apicum, como é conhecido atualmente. Marques (1870, p. 279) informa que, em 25/08/1823 a Junta provisória e Administrativa do Governo Civil ordenou à Câmara Municipal que examinasse, com urgência, a qualidade das águas das fontes do Apicum das Quintas já que estas abasteciam a cidade e estavam sendo objeto de falácias. Além disso, ordenava que os encarregados dessa tarefa fizessem bicas nas fontes que achassem convenientes e que, se necessário, poderiam levantar à altura de 80 cm as bicas das fontes. Marques salienta ainda que, em 01/09/1827, por Ofício Câmara Municipal, a Fonte do Apicum tornava-se pública, isto é, poderia ser usada sem que os consumidores pagassem impostos pelo produto. Atualmente consiste em um tanque, coberto por uma casa de pedra e cal, com portas arqueadas e cercadas

por grades de ferro. Do lado do sul e norte tem êste tanque 46 palmos de comprimento e 51 por cada um dos outros lados. A água corria outrora por seis bicas. Além do tanque tinha também seis poços, dois dos quais já estão abandonados (MARQUES, 1870, p. 279).

Mas essa *bonança* não duraria muito, pois 39 anos depois, a Lei Provincial nº 796, de 20/07/1866, no art. 2º, § 12º estipulava o valor de quarenta réis para cada pipa de água que fosse retirada das fontes do Apicum. A Intendência justificava que o imposto seria aplicado na manutenção dessas fontes já que elas abasteciam toda a Capital.

A Junta provisória e Administrativa do Governo Civil mandou que examinassem as águas das fontes do Apicum porque haviam fortes rumores da população de que os lençóis freáticos da referida Fonte estariam contaminados pelos cadáveres do Cemitério dos Passos. Então, o Intendente da Província, Brás Florentino Henrique de Sousa nomeou em 25/11/1869 uma comissão de médicos para avaliar a veracidade dos fatos. Essa primeira comissão não terminou a avaliação porque foi desfeita. Então, o Presidente da Província, José da Silva Maia, em 1870, pediu a extinção do Cemitério ou a sua remoção para outro lugar mais conveniente porque sua posição tornava-se prejudicial à Fonte do Apicum e,

sem o menor exame, e sem aguardar o parecer da comissão que estudava a questão (...) o presidente sancionou a Lei nº 924, de 22/07//1870, proibindo os enterramentos no Cemitério dos Passos, por estar situado nas proximidades da fonte do Apicum (MARQUES, 2008, p. 337).

Posteriormente, as comissões que foram designadas para avaliar se o Cemitério prejudicava ou não as fontes foram unânimes em afirmar, cientificamente, que não prejudicava, mesmo assim o Cemitério dos Passos (atual bairro da Vila Passos) que ficava no início da principal via de saída do Centro (Caminho Grande), que era destinado a enterrar pessoas humildes foi fechado, passando sua função ao recém-inaugurado Cemitério do Gavião, no atual bairro da Madre Deus.

Há historiadores que afirmam ser essa desativação do Cemitério dos Passos uma medida arbitrária e política por vários motivos: (i) era um cemitério para enterrar pessoas humildes, logo não revertia verbas à Intendência; (ii) maculava o início do Caminho Grande e; (iii) o Cemitério do Gavião reverteria lucros, por ser inaugurado, precisava do retorno do investimento. Por isso, o argumento de que o Cemitério dos Passos prejudicava as Fontes foi acatado pelo intendente, pelo presidente e pela Câmara da Província e ignorado o laudo dos peritos. Dessa forma, nem o Cemitério dos Passos e nem as fontes sobreviveram aos descasos do Poder público.

No que se refere à rua, o lugar que vai da Rua do Passeio

	<p>ao Caminho da Boiada e compreende toda a área do Parque do Bom Menino recebeu a denominação de Rua do Apicum das Quintas pelo fato de lá existir um apicum que servia a várias quintas (grandes sítios). Dentre as elencadas, temos a Quinta: do Barão de Bagé, do Monteiro, do Cabeça do Morgado, do Lomba e a Quinta das Laranjeiras, sendo que esta última foi a que deu alusão ao nome da rua, como ressalta Vieira Filho (1971, p. 35-36): “mas a alusão a apicum da quinta prendeu-se á quinta famosa das Laranjeiras, cabeça do Morgado do mesmo nome instituído em 1812 pelo Alcáide Mor José Gonçalves da Silva”.</p> <p>Vieira Filho informa ainda que esse micro topônimo chamou-se popularmente de Rua das Ingazeiras, sem, contudo explicar o porquê, mas quando apresenta um trecho do relatório escrito em 1865 pelo Presidente desta Província Ambrósio Leitão da Cunha ao governador José Caetano Vaz Júnior, cita que aquele pedia a este que executasse obras de reparos na Rua do Apicum das Quintas no trecho que compreendia a Quintas do Lomba e a Fonte do Ingazeiro (árvore frutífera) já que o lugar estava em precárias condições por causa da água das chuvas.</p> <p>Se considerarmos que quintas são grandes propriedades rurais (sítios), podemos deduzir que perto desses sítios havia uma fonte sombreada por pés de frutas e, dentre eles, um de ingá, daí o nome Rua das Ingazeiras. Afirmamos isso levando em consideração também que</p> <p style="padding-left: 40px;">No Apicum da Quinta reuniam-se frequentemente bando de escravos em algazarra infernal que perturbava o sossego público. O basto arvoredo então ali existente servia de abrigo aos cativos que reproduziam certos folguedos típicos de sua terá nativa. A esse respeito em 1855 um morador das imediações do Apicum da Quinta reclamava (...) contra a folgança dos negros que, dizia, “ali fazem certas brincadeiras ao costume de suas nações” (VIEIRA FILHO 1971, p. 36).</p> <p>A primeira notícia que temos do Apicum sendo elevado à categoria de bairro é de 28/02/1938, quando a Prefeitura de São Luís fez publicar a relação das alterações do valor do imposto predial que alguns proprietários deveriam pagar à Recebedoria Municipal pelos prédios, palhoças e terrenos situados nos bairros proletários da Capital, dentre os elencados, figurava o Bairro do Porto do Apicum. Considerando o histórico do lugar, porto e abastecimento de água potável.</p>
Nota enciclopédica	<p>Ingá é uma fruta da qual se come comente a polpa que é doce e parece com algodão. Segundo Houaiss (2009) alguma espécie de ingazeiras são cultivadas para fazer sombra ou como ornamentos pela beleza de sua floração ou das bagas cumprias de onde tiramos a polpa.</p> <p>Esse tipo de árvore ainda é conhecido e cultivado pelos maranhenses.</p>

Topônimo	Camboa (79)
Localização do bairro	O bairro fica dentro do Centro Histórico de São Luís, entre o Liberdade e o Fé em Deus e de frente ao Rio Anil.
Taxonomia	AT: Gamboa do Mato > Camboa = Etnotopônimo
Nota linguística	<p>Para Bordoni (s/d, p. 141), camboa é descrito como étimo derivado de <i>caa</i> + <i>mbo</i> e significa cercado de tranqueiras ou fecho de paus e cipós. Essa denominação é compartilhada por Cunha (1989, p. 90) que além de explicá-la, apresenta as seguintes variações linguísticas do étimo: camboa/ cambôa, gamboa/gambôa.</p>
Nota histórica	<p>O bairro ou avenida Camboa ou Gamboa do Mato foi uma antiga comunidade de pescadores situada à beira do Rio Anil no centro da Cidade, que só tornou-se mais conhecida com a implantação da Companhia de Fiação e Tecidos Maranhenses ou Fábrica de Fiação e Tecidos Camboa S.A, que, por sua vez adquiriu as terras da fábrica do comendador Antônio Meireles.</p> <p>A Fábrica de Fiação e Tecidos Camboa S.A, montada pela Companhia de Fiação e Tecidos Maranhenses, começou a ser incorporada à Capital em 17/10/1887, contudo só foi inaugurada em 01/01/1890 pelos seus fundadores Inácio do Lago Parga, Virgílio Cantanhede e Cândido José Ribeiro. Teve como diretores José Veloso Viana, Henrique Delfim da Silva Guimarães, Inácio do Lago Parga e José Pedro Ribeiro.</p> <p>Assentou-se a pedra fundamental na manhã de 15.abr.1888, com a presença do presidente da Província, Dr. José Bento de Araújo, no lugar Camboa do Mato, à beira do esteiro do Anil./ Dirigidas pelo engenheiro Palmério de Carvalho Cantanhede, as obras tiveram rápida marcha, de modo que a 1º.jan.1890 se inaugurou o estabelecimento (MARQUES, 1870, p. 463).</p> <p>Inicialmente, seu patrimônio constava de duas máquinas e 200 teares que produziam pano branco e riscado, mas esse número foi elevado, em 21 anos de funcionamento, a 7.900 fusos e 292 teares o que representou um salto significativo na economia ludovicense e a geração de emprego não só à mão-de-obra masculina, mas à feminina. Segundo Marques (1870, p. 463) a fábrica foi a primeira a recrutar operárias da classe plebeia, que eram “senhoras ou moças de família de distinção, que haviam ficado pobres com a abolição do elemento servil, ou por outras causas”.</p> <p>A primeira fábrica de tecido que foi instalada em São Luís foi a Fábrica de Fiação e Tecidos Camboa S.A que foi seguida por outras, como é o caso da: Companhia de Fiação e Tecidos de Cãnhamo (tecidos de juta); Companhia Progresso Maranhense (panos de algodão); Companhia Fabril Maranhense – Santa Isabel (tecidos de algodão riscado e para uso doméstico); Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil (morins e madapolões); Fábrica de Tecidos de Malha Ewerton (meias e tecidos para camisas); Companhia Industrial</p>

Maranhense (manufatura de fio, punhos e linha de pesca); Companhia Lanifícios Maranhenses (produtos de lã, seda e algodão) e a Fábrica Santa Amélia (tecidos de algodão).

Erroneamente alguns estudiosos/pesquisadores da história ludovicense atribuem a essas fábricas o surgimento de alguns bairros, o que não é verdade, haja vista que já existiam sítios, vivendas, quintas, chácaras ou aldeias nas localidades onde as fábricas foram instaladas. A implantação das fábricas possibilitava (ou deveria) mais desenvolvimento da comunidade com a geração de empregos, transporte, educação, saúde e outros serviços públicos.

Com o crescimento demográfico nas cercanias das fábricas e conseqüentemente em São Luís, tivemos os chamados núcleos de população proletariada, os cortiços ou as vilas operárias e não a criação de novos bairros, isso aconteceu, por exemplo, com o Anil (Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil), Madre Deus (Companhia de Fiação e Tecidos de Cânhamo) e com a aldeia de pescadores da Cambôa do Mato. A fábrica só agregou a seu nome a denominação da localidade que já existia e não o contrário, como é conhecido na memória do bairro do Centro da Capital, que é um étimo indígena, câmbua ou gamboa.

A Lei Municipal nº 381, de 11/10/1927, promulgada pelo Prefeito de São Luís, Jayme Tavares, no 2º artigo desapropriava, por utilidade pública, bem do estado sanitário e estética do progresso da Capital, todos os terrenos particulares constituídos em núcleos de população proletariada. A Cambôa do Mato era uma dessas áreas de cortiços que estava sendo desapropriada por ser um núcleo de população proletariada, cortiços, vila operária ou bairro proletário que se adensou com a Fábrica de Fiação e Tecidos Camboa S.A.

As fábricas, como a de Fiação e Tecidos Camboa S.A, que ficavam no subúrbio, permitiram o desenvolvimento ou ocupação de bairros de operários, estimulavam o comércio, a especulação imobiliária, exigia serviços urbanos públicos que garantissem qualidade de vida dos moradores das localidades, por isso, a Lei Municipal nº 381 deixava subjacente que as terras municipais aforadas não deveriam ser fonte de renda aos foreiros, que faziam casas para alugar e que os cortiços eram áreas que ofereciam danos à saúde pública e à estética da Cidade, por isso o Município, querendo ter lucro e afastar do Centro a classe operária, promulgou a referida Lei.

A Lei Municipal nº 413, de 24/11/1928 em que o Prefeito Jayme Tavares divide o Município de São Luís em quatro zonas para efeito de aplicação das leis municipais, no seu art. 4º, § 1º denomina bairro proletário,

“Codozinho”, “Belyra”, “Câmbua do Mato”, “Baixinha” e outros agrupamentos operários de mais de cinquenta casa habitadas pelos respectivos proprietários, que são classificados como zona urbana, mesmo quando localizados zonas diferentes (DIÁRIO

	<p style="text-align: center;">OFICIAL DO ESTADO, ano XXIII, 29/11/1928, p. 06-07).</p> <p>Em 1936 o bairro Cambôa do Mato já estava <i>inchado</i> demograficamente, as casas tinham melhor pavimentação, podendo ser de palha ou telha, próprias ou alugadas, conforme pode ser evidenciado no Edital nº 10, de 06/03 em que o Prefeito Municipal notificava os interessados no lançamento do imposto predial, para o 1º semestre daquele ano, das casas de palha e de telha situadas nos bairros proletários da Capital.</p> <p>Dentre as localidades, quantidades de propriedades e os donos delas, figuram as seguintes do Cambôa do Mato: “Saboia de Albuquerque & Comp., Edifício da Fábrica, com 12 casas alugadas; Saboia de Albuquerque & Comp., Depósito, consta ter 59 casas, o se. Leopoldo Ribeiro com 7 casas alugadas (...)” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, 20/03/1936: Edital nº 10, de 06/03).</p> <p>A área do bairro Cambôa do Mato já figurou como propriedade da Marinha como podemos evidenciar no Edital de 26/12/35, do Ministério da Fazenda/Delegacia Fiscal do Tesouro, Administração Pública do Domínio da União, onde constava o pedido de aforamento de terras da Marinha no Cambôa do Mato feito “pelos Senhores Saboia de Albuquerque & Cia”.</p> <p>Como avenida⁶³, a Camboa começa na rua Barão de Itapary e termina, segundo Vieira Filho (1971, p. 48) “na praça existente próximo à fábrica, cujo prédio foi adquirido pelo govêrno do estado para transformá-lo em moderna estação rodoviária”. Acrescenta ainda Vieira Filho que a avenida foi pavimentada na administração do Prefeito Antônio Pires Ferreira (1946-1948), que além de melhorar as condições de acesso à Camboa, construiu um mercado no bairro.</p> <p>A descrição feita por Vieira Filho a 42 anos da Av. Camboa ainda é a mesma a pesar de a via ser conhecida como Av. José Sarney. Isso provavelmente aconteça porque a Ponte Governador José Sarney termina em duas avenidas que dão acesso ao Centro: a Beira-Mar (noroeste) e a José Sarney (nordeste), que deveria terminar onde termina a rua Barão de Itapary e não prolongar-se por toda a Av. Camboa, essa, por sua vez, é conhecida apenas como uma das avenidas que o bairro tem, a Av. Camboa do Mato.</p> <p>Atualmente, o bairro abriga o Porto do Jenipapeiro, o Departamento de Ensino Profissional Marítimo, a Vila Militar da Marinha, o Residencial Rio Anil (Programa de Aceleração do Crescimento–PAC), o Sistema Difusora de Comunicações, o Centro de Ensino Nerval Lebre, o Centro de Ensino Professora Joana Batista S. Silva/Unidade Integrada Alfredo de Assis, entre outros estabelecimentos.</p> <p>O Porto do Jenipapeiro está localizado na Praia de mesmo nome no antigo bairro dos Remédios (atual Praça Gonçalves</p>
--	---

⁶³ É mais conhecida como Av. José Sarney do que pelo seu nome original.

Dias), área da Camboa. Esse porto abriga o Cais da Sagração, importante edificação que começou a ser construída em 14/09/1841 com várias finalidades: barrar as escavações da maré; acabar com o lamaçal pantanoso que existia na localidade; facilitar o acesso entre a Praia Grande e os Remédios; embelezar a Cidade com uma muralha protetora e; promover a salubridade pública. No que se refere a esta última, Meireles (2008, p. 283-284) afirma que

a influência da destruição do mangal e lamaçal que bordavam São Luís entre o Baluarte e essa praça [Praça Gonçalves Dias] foi, na opinião de muitos médicos, indubitavelmente vantajosa para o saneamento da cidade e da saúde pública.

O Residencial Rio Anil da Camboa é resultado da estratégia do Governo Federal e Estadual para erradicar palafitas, promover a urbanização e a regularidade fundiária, nesse caso, os moradores das palafitas da margem esquerda do Rio Anil, trecho da Camboa, foram beneficiados com 288 apartamentos.

A ligação que os moradores da Camboa têm com o Rio Anil vem desde a fundação da Cidade porque na margem direita do dito rio (bairro São Francisco) tínhamos uma comunidade de pescadores e nesta margem também, a diferença entre uma e outra é que aquela ocupou uma Fortaleza/Forte e esta permaneceu como local de pescaria, realidade denunciada no étimo tupi câmbua/gamboá, “lago artificial a beira-mar, cercado por uma estacada de paus e pedras, onde, na maré cheia, entra o peixe miúdo, o qual na maré baixa, fica aprisionado e é recolhido” (CUNHA, 1989, p. 90).

Cunha (1989, p. 90) elenca onze ocorrências do étimo tupi camboa no Brasil com seus respectivos anos e contextos em que aparecem. Para a camboa maranhense temos: “1698 J. F. Betendorf Cron. Do Maranhão in RIH, LXXII. (1901) 12: [...] a segunda mais chegada a esta é Itapary, assim chamada em razão das Camboas que havia para banda de São José de; a terceira Carnapijô”; [grifo do autor].

O trecho da *Crônica do Maranhão* faz referência à Ponta de terra banhada pela Baía do município de São José de Ribamar, local onde ancoraram os portugueses em 03/12/1614 e que era povoado de aldeias tupinambás. Segundo Marques (2008, p. 486), quando Alexandre de Moura pariu do Maranhão a Pernambuco, deixou as terras próximas ao forte de São José de Ribamar do Itapari, primeira propriedade que possuiu a vice-província da Companhia de Jesus, guardada pelo capitão Antônio de Albuquerque e uma tropa de 50 soldados.

O topônimo Ponta de Itapari que abrigava o Forte/Fortaleza de Itapari ou São José de Ribamar é um étimo indígena que, para Bordoni (s/d, p. 278) significa muro, cerca, parede de pedra (Cais de Sagração) e para Marques (2008, p.

	<p>486) também, quando este explica que os indígenas formavam um</p> <p style="padding-left: 40px;">pano de pedra uma, uma espécie de esteira, tecida de varinha e paxiúba, com que fazem as tapagens dos igarapés e currais de apanhar peixe./Acharam neste lugar o que chamam gamboa ou camboa, disposta pela natureza e assim denominaram eles Itapari a prisão já feita para os peixes.</p> <p>Do estudo pormenorizado da palavra camboa, suas variações e sinônimos podemos afirmar que o topônimo Camboa do Mato estava entre as terras portuguesas guarnecidas por Antônio de Albuquerque e que fazer camboas para pescar era (e ainda é) uma estratégia típica dos indígenas herdada pelos maranhenses e memorizada no bairro do Centro Histórico da Capitania de São Luís: Camboa Gamboa do Mato.</p>
Nota enciclopédica	As camboas que foram construídas ao longo dos 4001 anos da localidade foram o Cais da Sagração e o Residencial Rio Anil da Camboa.

Topônimo	Diamante (80)
Localização do bairro	O Diamante é uma parte do Centro cercada pelos bairros da Camboa, Liberdade e Fabril.
Taxonomia	AT: Litotopônimos: Sítio Vila Maria, Rua do Mamoim > Fonte do Mamoim > Largo do Diamante, Praça da República > Largo do Quartel do Corpo de Infantaria do Estado > Rua ou Largo dos Educandos > Diamante.
Nota linguística	
Nota histórica	<p>Para conhecermos a história do Bairro do Centro Histórico de São Luís conhecido como Diamante temos que nos aventurar em conhecer primeiro as denominações e os elementos mais significativos que teceram a história dessa localidade que são: a Casa de Pólvora, a Casa dos Educandos Artífices, a Fonte do Mamoim, a APA do Diamantes, o recém criado Parque Temático da Quinta do Diamante, o Largo do Diamante, a Praça da República, o Largo do Quartel do Corpo de Infantaria do Estado e a Rua ou Largo dos Educandos.</p> <p>Segundo Marques (1870, p. 279) a notícia mais antiga que temos da Fonte do Mamoim, uma das muitas que abasteciam São Luís, é de 1796, época em que o Administrador do Quartel do Corpo de Infantaria do Estado, Anacleto Henriques Franco, mandou construir uma muralha em uma das fachadas da fonte onde tinha duas carrancas de onde corria água para o pátio da muralha. Informa ainda o Historiógrafo que a calçada dessa fonte já se encontrava bastante deteriorada nessa época e que a situação da fonte, quase inutilizada, chamava a atenção da Junta Administrativa da Câmara Municipal, que pedia a esta última esmero no cuidado do lugar, o que provavelmente não foi feito tendo em vista que a fonte não existe mais.</p> <p>Atualmente é muito difícil irmos ao Centro da Cidade</p>

pelo Canto da Fabril, seguindo a Rua Oswaldo Cruz, e sermos indiferentes à exuberância do verde do Parque de Proteção Ambiental do Diamante ou do Antigo Sítio da Vila Maria. Esse lugar se destaca, em meio a tantos prédios e residências adjacentes ao bairro, principalmente na época de floração dos pés de ipê amarelo que lá existem. Segundo Lopes (2008, p. 31) “a localização do Diamante próxima ao Centro explica a presença maciça de vegetação remanescente das antigas quintas, chácaras e propriedades rurais (sítios)”. De todos os bairros do Centro Histórico de São Luís, o Diamante e o Centro são os únicos que ainda guardam áreas remanescentes de quintas e sítios, este tem o Parque de Proteção Ambiental do Diamante e aquele o Parque do Bom Menino.

Segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMAM, o Parque de Proteção Ambiental do Diamante foi criado pela Lei nº 3.019 de 28/12/1989. Mesmo tendo sido criado há 24 anos, somente este ano o referido parque obteve a devida atenção do poder público municipal com a criação do Decreto nº 30, de 22/03/2013 que cria o Parque Temático da Quinta do Diamante.

O Parque Temático da Quinta do Diamante foi criado este ano pela instituição do Decreto nº 30, assinado pelo então Prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior. O referido Decreto esclarece que a criação do Parque é importante porque, entre outras ações: amplia e protege as áreas verdes da Cidade, oferecendo qualidade de vida para à população: pode ser utilizado para desenvolver atividades ecoturísticas, lúdicas e socioeducativas;

proteger e recuperar os recursos hídricos e edáficos; recuperar e ou restaurar os ecossistemas degradados; e garantir a conservação de fragmento florestal em ambiente urbano e suas características ecológicas, fisiográficas, hidrológicas, geológico-geotécnicas e pedológicas, bem como proteger paisagens e belezas cênicas (PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 22/03/2013).

Toda a área do bairro é caracterizada por uma acentuada declividade do terreno resultante de amontoados de entulhos provenientes de áreas do Cento que eram aterradas, a exemplo do Cais da Sagração e do Largo dos Remédios. O material que não era utilizado no serviço de terraplanagem ou que era retirado das áreas alagadiças do Centro era descartado no Diamante. Para Lopes (2008, p. 32)

as áreas mais baixas, logo atrás das residências que se localizavam na Rua do Mamoin, serviam de depósito para descarte de todo tipo de entulho. A desvalorização dessa área não deixa de ser um os fatores de preservação do que hoje conhecemos como Parque do Diamante.

Além do Parque, tivemos também uma importante Escola no Diamante que foi a Casa dos Educandos Artífices. Conforme Meireles (1980, p. 286), essa Instituição deveria ter sido entregue pelo Desembargador do Segundo Reinado do

Maranhão, o Ex-Presidente da Província João Antônio de Miranda, que governou esta terra somente dez meses (13/05/1841 a 03/04/1842). Nesse período criou a Lei n. 105, de 23/08/1841 para a construção do Educandário, porém, este não foi feito em seu mandato, sendo inaugurado somente em 25/11/1843, conforme Meireles. Essa data não é compatível com a defendida por Lopes (2008, p. 37), Vieira Filho (1971, p. 161) e nem por Marques (1870, p. 252) que afirmam ter sido inaugurado o Educandário no mesmo ano em que foi promulgada a Lei, ou seja, em 25/11/1841. Mesmo que estes estudiosos estejam de acordo com uma data que evidencia que a Casa dos Educandos Artífices foi inaugurada somente três depois de sua criação nos questionamos: como poderia ter sido inaugurada em três meses com toda a estrutura que oferecia aos internos? Já estaria pronta e equipada? Os internos já haviam sido escolhidos? Os professores e instrutores já estavam contratados? Questionamentos gerados por uma discordância de datas que outras pesquisas responderão.

O certo é que a Instituição foi locada no edifício do Armazém de Pólvora, propriedade da Fazenda Real do qual restou somente, nos idos da história do Diamante, “uma mármore com uma inscrição do final do mandato do governador do Estado Cristóvão da Costa Freire, em 3 de abril de 1713, que foi mencionado como fundador do prédio” (LOPES, 2008, p. 37).

Segundo Marques, o principal objetivo dos idealizadores da Casa dos Educandos Artífices era o de proporcionar algum ofício (profissão) aos meninos e rapazes desvalidos da Cidade, acolhendo-os, educando-os e fazendo deles cidadãos de bem. Inicialmente as famílias dessas crianças ficaram temerosas em confiar seus filhos a esse órgão, mas com o passar do tempo e os resultados obtidos, o número inicial de internos que era de 28 aumentou consideravelmente, chegando a quase 800, “sendo tantos os pedidos de admissão, que nem podem ser atendidos” (Marques, 1870, p. 252).

Os internos da Casa dos Educandos Artífices tinham oportunidade de estudar dentro da Instituição e fora dela. Marques salienta que nos três primeiros anos de funcionamento da escola os educando aprendiam os ofícios fora da casa por falta de comodidade, mas depois passaram a ser instruídos somente dentro do Educandário que, além de alimentação fornecia fardamento que era “conforme o permite o estado da casa, não há luxo, mas sim decência e limpeza” (Marques, 1870, p. 252).

As normas de conduta do Estabelecimento eram militares e seguiam a religião Católica, os meninos eram divididos em grupos, por idade, e poderiam receber instruções das mais variadas possíveis. Além de aprenderem a ler e escrever os educandos tinham instruções e aulas de: Alfaiate,

	<p>Carpina (carpinteiro), Coronheiro (fabricante ou reparador de armas), Escritura e desenho aplicado às Artes, Espingardeiro, Francês, Geografia, Geometria e Mecânica aplicada às Artes, Instrumentos de corda, Marceneiro, Música, Noções gerais de Aritmética e Álgebra, Pedreiro, Sapateiro e Surrador de cabedal (curtidor de couro para o fabrico de calçados e sola).</p> <p>Ao explicar que a Praça da República ou antigo Largo do Diamante também era chamada de Rua ou Largo dos Educandos, Vieira Filho (1971, p. 161) afirma que a Casa dos Educandos e Artífices “prestou ao Maranhão inestimáveis serviços e luzido e competente era o seu corpo de professores”. Marques (2008, p. 419) acrescenta que, “nunca teve em vista o legislador, quando a criou, convertê-la em empresa industrial, puramente lucrativa e especialmente pecuniária”. Essas explicações dos dois estudiosos confirmam mais ainda o favoritismo dessa instituição e a larga procura, pelas famílias das camadas populares, de vagas para que seus filhos pudessem ter acesso à instrução e instrução de qualidade, mantida pela Governo do Estado.</p> <p>Mas, a pesar de ser uma importante Instituição que se encarregava da educação profissional, cívica, religiosa e militar dos meninos e rapazes desvalidos do Estado, a Casa dos Educandos Artífices foi legalmente considerada extinta, ou seja, impedida de funcionar pelo Decreto de 23/12/1889, assinado pelo Governador do Estado Pedro Augusto Tavares Júnior (Marques, 2008, p. 420). Nesse local passaria a funcionar o Corpo de Segurança e Companhia Cívica, posteriormente substituído pela Seção de Fomento Agrícola, órgão do Ministério da Agricultura e também a Delegacia Federal de Agricultura do Maranhão (LOPES, 2008, p. 37).</p> <p>Largo do Diamante, Praça da República, Largo do Quartel do Corpo de Infantaria do Estado e Rua ou Largo dos Educandos. Todas essas denominações de um mesmo logradouro perpetuam a história de órgãos ou nomes que fizeram a história do Bairro do Diamante. A designação de Praça da República dada ao Largo do Diamante, oficializada, conforme Vieira Filho (1971, p. 161), por uma Resolução datada de 08/10 de 1894, era uma forma de a Câmara Municipal de São Luís prestar homenagem à Programação da República. Já a justificativa de a Praça ter sido chamada de Largo do Quartel do Corpo de Infantaria do Estado deve-se ao fato de abrigar o referido órgão.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	Madre Deus (81)
Localização do bairro	O bairro literalmente dentro do Centro e margeado pelo Goiabal e Lira.
Taxonomia	AT: Ponta de Santo Amaro > Sítio da Roça > Sítio da Madre Deus > Madre Deus = Hagiotopônimo.
Nota linguística	A motivação toponímica de Madre Deus advém da ermida

	<p>construída para abrigar a imagem de Nossa Senhora da Madre de Deus, ou seja, quando a imagem foi transplantada para São Luís, o nome da santa, mesmo que já estivesse adaptado ao português de Portugal (<i>de Deus</i>) ainda mantinha resquícios da influência linguística do espanhol, por meio do galego-português (<i>Madre</i>). Dessa forma, o atual Hagiotopônimo Madre Deus sofreu apenas uma AT ortográfica, a perda da preposição <i>de</i>.</p>
Nota histórica	<p>O bairro Madre Deus surgiu de <i>sítio de roça</i> no lugar denominado de Ponta de Santo Amaro ou Sítio da Madre Deus, como ficou conhecido. Nessa localidade o Capitão-Mor Manuel da Silva Serrão construiu uma ermida para abrigar a imagem de Nossa Senhora da Madre Deus em 04/10/1713. Posteriormente, a capela passou ao domínio dos padres jesuítas que a transformaram em colégio.</p> <p>Depois do banimento e proscrição dos jesuítas em 1759, por Cara Régia de 11 de junho de 1761 determinou Sua Majestade, que este colégio, (...) fosse destinado para a educação da nobreza desta Capitania e da do Piauí até os confins das <u>minas da Natividade</u> [grifos do autor] (MARQUES, 1870, p. 434).</p> <p>O governador da Capitania, Joaquim de Melo Póvoas (1761 a 1779), reconhecendo a importância do seminário da Madre Deus buscou investimentos financeiros da Fazenda Real para manter o funcionamento do estabelecimento que servia à educação dos filhos dos capitães-mores, sargentos-mores e capitães dos índios, mas não obteve sucesso. Então o padre Inácio da Costa Quintal doou sua propriedade, a Fazenda de Grajaú, para esse fim.</p> <p>Marques (1870, p. 434) informa que em 1771 o seminário não existia mais, restando das instalações apenas a igreja ainda coberta de telha e as torres de palha de pindoba. A partir daí, essa instalação passou a funcionar como enfermaria (hospital) militar, onde eram tratados os soldados, os presos e os desvalidos que eram infeccionados pela varíola.</p> <p>Os moradores da Madre Deus ainda tentaram reedificar o Seminário da localidade, porém sem sucesso. Contudo, o estabelecimento figura em 10/09/1793 como Palácio da Madre de Deus, propriedade de Luis Raposo do Amaral, concedida pelo governador Fernando Antônio de Noronha. O referido prédio foi incorporado aos bens nacionais “por Alvará de 25 de fevereiro de 1761 (...) e em 19 de dezembro de 1828 foi avaliado em 52.138\$000” (1870, p. 435).</p> <p>Quando as instalações do antigo seminário da Madre Deus passaram a funcionar como o Hospital Militar (atual Geral/Tarquínio Lopes) sua situação era precária, por isso o então governador da Capitania, Joaquim de Melo Póvoas, informou à Rainha Dona Maria que, ao assumiu a Capitania, percebeu que o encarregado da administração do Hospital, Capitão José de Ascensão, não empregava adequadamente os 200 réis que recebia da Corte à assistência dos doentes, por</p>

	<p>isso pedia providências ao caso, “haja vista que o encarregado cuidou mais na conveniência própria do que na caridade, pelo que os doentes queriam antes padecer suas moléstias do que <u>irem para o hospital</u>, e assim suspendeu o ajuste e mandou curar os doentes por conta da Fazenda Real” [grifos do autor] (MARQUES, 1870, p. 379).</p> <p>Encontraremos notícias do Hospital da Madre Deus/Hospital Real em, 11/10/1811 quando os doentes são transferidos para o prédio do Tribunal da Relação, anterior Junta da Fazenda Real e também na época (?) da administração do Dr. Lafaiete Rodrigues Pereira extinguiu-se este hospital, quando estava muito bem montado, havendo até aí uma botina muito bem sortida e sob o pretexto de economia por um contrato começaram os doentes militares a ser tratados na Casa de Saúde <u>Previdência</u> [grifos do autor] (MARQUES, 1870, p. 379).</p> <p>Além da igreja, do colégio/seminário e do hospital, tivemos também a Quinta da Madre Deus, propriedade legada à Santa Casa de Misericórdia, vendida por esta, em 18/02/1838 a Manuel Duarte Godinho e pelos herdeiros deste à Câmara Municipal.</p>
Nota enciclopédica	<p>Atualmente funciona no prédio do original Hospital Miliar, o Hospital Geral Tarquínio Lopes Filho, que fica de frente ao Largo de mesmo nome. Segundo Vieira Filho (1971, p. 97) esse largo já foi chamado de Largo do Osório e do Hospital Miliar, remodelado/reformado na vigência do Prefeito Ivar Saldanha (04/03/1977-14/08/1978), que logrou a esse lugar uma imponente escadaria na ribanceira do Rio Bacanga ao concluir a construção do Anel Viário.</p>

Topônimo	Goiabal (82)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Madre Deus, Lira e a margem esquerda do Rio Bacanga.
Taxonomia	AT: Bairro Santa Tereza > Goiabal = Fitotopônimo
Nota linguística	
Nota histórica	<p>O Fitotopônimo Goiabal seguiu de uma das tendências toponomástica ludovicense corrente do século XVIII e XIX que era a de denominar logradouros com nomes de frutas típicas do Estado. Dentre os lugares que perpetuam os elementos da flora na Microtoponímia do Centro Histórico de São Luís, destacamos aqui, além do Bairro Goiabal, outros que memorizam a variedade de frutas que tínhamos e ainda temos no Estado e na Capital: Rua da Ingazeira, Rua da Manga, Rua da Mangueira, Rua da Amendoeira, Rua das Cajazeiras, Rua do Coqueiro, Porto do Genipapeiro, Beco das Laranjeiras e Rampa da Praia do Caju.</p> <p>Como a tendência toponomástica da época era a adoção ou de nomes e sobrenomes próprios como topônimos ou de alguns elementos que se destacava e que servia de referência para a identificação da localidade, acreditamos que</p>

	<p>o Fitotopônimo Goiabal tenha surgido da abundância da fruta goiaba na localidade ou de algum sítio/quinta onde encontrávamos goiabas ou plantação destas.</p> <p>Ignoramos os motivos reais pelos quais foi adotado o Fitotopônimo Goiabal ou mesmo o seu denominador, mas o certo é que a história desse topônimo está atrelada também à denominação Santa Tereza. A Lei Municipal nº 1.136, de 24/03/1961 (CÂMARA DA PROVÍNCIA DE SÃO LUÍS, 24/03/1961), promulgada pelo Prefeito Ivar Saldanha, no art. 1º, denominava o Bairro do Goiabal de Santa Teresa, topônimo que não se popularizou e nem se oficializou na atualidade, mas que serve para resgatarmos uma instituição social importante de São Luís que foi o Asilo de Santa Tereza.</p> <p>Na História de formação de São Luís a única a denominação Santa Tereza é aplicada a um asilo que foi inaugurado em 14/03/1855. Segundo Marques (2008, p. 152) esse local destinava-se a acolher e educar as meninas desamparadas, especialmente as órfãs sem amparo e expostas da Santa Casa de Misericórdia.</p> <p>Acreditamos que a mudança toponímica de Goiabal para Santa Tereza tenha se dado em virtude de homenagear o dito Asilo, pois, em se tratando de localidade, o Goiabal fica distante de onde foram edificadas as duas instalações do Santa Tereza: inicialmente no Largo dos Remédios (Centro) e depois na Rua Formosa, que iniciava-se no Largo do Carmo e segue até o Portinho (Anel Viário), distantes, portanto do Goiabal que fica entre a Madre Deus e o Lira, de frente para a Marquem noroeste do Rio Bacanga. Porém se pensamos que o Centro do século XIX não era dividido em bairros e que algumas localidades ganhavam o nome dos órgãos que abrigavam, há sim a possibilidade de a denominação do Asilo ter uma relação direta com o Goiabal, bairro que integra o Centro Histórico de São Luís.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	Lira (83)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Goiabal, Madre Deus, Centro, Coreia e Areinha.
Taxonomia	Antropotopônimo
Nota linguística	O surgimento do topônimo seguiu a tendência da época que era de o nome do proprietário ou do sobrenome dele servir de referência na nomeação da localidade, esse fenômeno toponomástico aconteceu com o Sítio da Machadilha ou Quinta do Machadinho (Vila Passos), com o Sítio Barreto (Barreto), com o Sítio Filipinho (Filipinho), entre outros.
Nota histórica	A história do Bairro Lira está intrinsecamente relacionada ao Hospital de Isolamento mantido pela Santa Casa de Misericórdia de São Luís, pois foi essa instituição que adquiriu a Quinta do Lira para a edificação do Hospital em 1916.

O Hospital de Isolamento era destinado a abrigar os tuberculosos que, desabrigados e entregues à própria sorte, perambulavam pelas ruas da Capital ameaçando a saúde pública e pedindo esmolas. Dessa forma, Marques (2008, p. 613) afirma que

em 1916 a Santa Casa cogitou da construção, junto ao seu hospital, de um pavilhão para tuberculosos, (...) deliberou-se, porém, não fazer o pavilhão junto ao hospital, o que era desaconselhado pela higiene, (...) o Estado deu à Santa Casa, na Quinta do Lira, terreno para um hospital destinado a tuberculosos que aí foi construído.

Marques explica que o referido hospital foi construído e inaugurado no dia 01/11/1919, nessa solenidade estavam presentes várias autoridades maranhenses, dentre elas, o governador do Estado, Urbano Santos da Costa Araújo, o bispo do Maranhão, Helvécio Gomes de Oliveira, o desembargador do Superior Tribunal de Justiça, Artur Bezerra de Meneses e o diretor da Santa Casa de Misericórdia Godofredo Mendes Viana.

É ignorada a data em que o Hospital do Isolamento deixou de funcionar. A notícia que temos é que nos anos seguintes à sua inauguração passou a abrigar todos os enfermos portadores de moléstias infectocontagiosas, como salienta Marques (2008, p. 614) ao afirmar que “atualmente é o Hospital de Isolamento para doenças contagiosas”.

Mesmo não sabendo quando o Hospital deixou de funcionar, a localidade onde foi construída originou o Bairro do Centro Histórico conhecido como Lira por causa do sobrenome do Proprietário da Quinta que ali existia. As terras da Quinta eram extensas pois, além do Hospital do Isolamento, também foi construído no local o Cemitério Municipal do Gavião (MARQUES, 2008, p. 614) e o Leprosário do Gavião, entidade mantida pela Santa Casa de Misericórdia (DIÁRIO OFICIAL, 08/05/1944).

Segundo o Diário Oficial (08/05/1944), quando o Leprosário do Gavião foi transferido para a Colônia do Bonfim os terrenos do Lira, que pertenciam aos Domínios da União, começaram a ser aforados, cedidos ou alugados pelo Serviço Regional do Domínio da União a pessoas humildes que construíam palhoças para sua moradia nesses terrenos impróprios para habitar por causa da contaminação tanto do Cemitério quanto do Leprosário. Dessa forma,

o Exmo. Sr. Interventor Federal determinou a imediata demolição daquelas construções, por constituir o fato um atentado às posturas municipais e um desrespeito às regras do Regulamento Sanitário, tanto mais em se tratando de pessoas de condições na sua maioria desconhecedoras dos perigos da contaminação de graves moléstias (DIÁRIO OFICIAL 08/05/1944).

Mesmo que as moradias tinham sido demolidas ou que houvesse o perigo iminente de as pessoas contraírem

	<p>doenças, o local foi habitado, prosperou e adquiriu <i>status</i> de Bairro por vários motivos, mas o mais determinante é que ficava muito próximo do Centro (hoje dentro do Centro Histórico) o que facilitava: o acesso a serviços públicos como transporte, hospitais, cemitérios; a conseguir serviços em fabricas ou outras vantagens, como é o caso do acesso à educação institucionalizada em uma escola pública que passou a funcionar na localidade em 1951, segundo noticiava o Dário Oficial (08/05/1944) do aluguel de um estabelecimento, localizado na rua São Judas Tadeu, nº 28, para funcionar uma escola pública no Lyra.</p> <p>Mesmo que não precisemos o nomeador toponomástico completo do bairro Lira o certo é que esse Antropotopônimo surgiu entre 1830 e 1916, época em que foram adquiridas propriedades (Sítio do Gavião e Quinta do Lira) para a construção do Leprosário do Gavião (1830), do Cemitério do Gavião (1855) e do Hospital de Isolamento (1916). Atualmente, a área ocupada pelo bairro Lira corresponde à que era ocupada nos séculos XIX e XX pelos referidos órgãos.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	Coréia (84)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Retiro Natal, Areinha, Lira, Vila Passos, Centro e Apicum.
Taxonomia	AT: Vila Nova > Coréia = Corotopônimo.
Nota linguística	
Nota histórica	<p>Segundo CZS (20/06/2013), Historiador, Escritor e Ex-funcionário do Arquivo Público de São Luís, o Corotopônimo Coréia chamava-se Vila Nova, sendo substituído este por aquele na década de 1950 em decorrência da Guerra da Coréia ocorrida de 1950 a 1953. De fato, vamos encontrar evidências da existência do topônimo Coréia em 1952 em uma notícia publicada no Jornal do Povo sobre a inauguração de escolas mantidas pela filantrópica Sociedade de Assistência Popular – S.A.P.</p> <p>Batalha de recuperação social dos Aglomerados Humildes – núcleos serão instalados no Areal, Campina, Correio, Fé em Deus, Baixinha, Lira, Belira, Madre Deus, Alagado, Macaúba, Alto Paraíso, Coréia e Cerâmica.</p> <p>Ontem, foram inauguradas duas escolas, na Cerâmica e no João Paulo, no dia 3, será inaugurada uma em Monte Castelo; uma, no dia 4, na Tancredo Cordeiro; uma, na Campina do Matadouro; dia 5, uma na Fé me Deus; dia 7, uma no Correio; dia 9, uma, na Baixinha; uma no dia 11, em São Benedito, no Lira; dia 13, uma na Belira; dia 14, na Madre Deus; dia 15, no Alagado; dia 17, no Alto Paraíso; dia 18, no Caratatiua; ia 19, na Macaúba e dia 20, na Coréia (Jornal do Povo, 1952, p. 01).</p> <p>O Jornal do Povo informa ainda que a Sociedade de Assistência Popular destinava-se ao amparo, em largo alcance,</p>

	<p>aos moradores de bairros humildes de São Luís, por isso, os 5.000 sócios, que nada pagavam, recebiam, dentre outros, auxílio escolar, médico-hospitalar, odontológico e judicial. No caso das escolas que a S.A.P. instalava nos bairros suburbanos, as diurnas destinavam-se às crianças e as noturnas aos adultos.</p> <p>Essa notícia do Jornal do Povo evidencia um importante fator de melhorias nos bairros periféricos ao Centro de São Luís, nos lugares citados ou noutros quase nenhum serviço de utilidade pública chegava ou era disponibilizado para os humildes, neste caso específico, percebemos que os bairros adjacentes ao Centro contavam não só com educação para adultos e crianças, mas com amparo judicial e médico.</p> <p>Mas a história da Coréia não começa na década de 50 e sim com a da Vila Passos. O atual bairro que é conhecido como Coréia de Cima e Coréia de Baixo também era uma área de sítios como todas as outras do Centro Histórico de São Luís e pertencia à Vila Passos, esta, por sua vez, surge em 1840 com Cemitério da Santa Cruz dos Passos de Nosso Senhor Jesus Cristo, por isso é classificada como um dos 11 bairros que integram os antigos do Centro da Capital.</p> <p>CZS (20/06/2013) afirma, por exemplo, que quando morava na localidade não havia a divisão entre a Vila Nova (Coréia) e a Vila Passos. A denominação de Vila Nova foi empregada antes da década de 50 para /mostrar a localidade já não pertencia à antiga Vila (Vila Passos). O Historiógrafo afirma que esse topônimo rapidamente foi substituído por Coréia porque homenageava o país que passava por dificuldades (guerra).</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	Vila Passos (85)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Coreia, Centro, Fabril, Retiro Natal e Monte Castelo.
Taxonomia	AT: Sítio da Machadilha > Quinta do Machadinho > Cemitério da Santa Cruz dos Passos de Nosso Senhor Jesus Cristo > Cemitério da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos > Vila Passos = Hierotopônimo.
Nota linguística	De uma expressão linguística substantivada, Cemitério da Santa Cruz dos Passos de Nosso Senhor Jesus Cristo, tivemos Hierotopônimo Vila Passos por este memorizar a Irmandade dos Passos.
Nota histórica	<p>À trajetória dos topônimos Sítio da Machadilha, Quinta do Machadinho, Cemitério da Santa Cruz dos Passos de Nosso Senhor Jesus Cristo ou Cemitério da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos é, que resumimos a história do bairro Vila Passos.</p> <p>O Sítio da Machadilha, onde foi edificado o Cemitério da Santa Cruz dos Passos de Nosso Senhor Jesus Cristo, pertencia a José de Oliveira de Abreu Machado que o vendeu</p>

em 1870, conforme atesta o jornal Chonica Maranhense (1840, p. 832) em um anúncio de venda de propriedades: “Vende-se o Sítio denominado da Machadinha, quem pretender, fale com eu dono, José d’Oliveira d’Abreu Machado”.

O Cemitério da Santa Cruz dos Passos de Nosso Senhor Jesus Cristo pertencia à Irmandade de mesmo nome. A princípio, essa edificação serviria apenas para enterrar os membros da referida confraria, mas por causas humanitárias, a Irmandade passou a acolher também os mortos da Casa dos Educandos Artífices, do Asilo de Santa Teresa e os desvalidos que morriam no Hospital da Real Sociedade Humanitária 1º de Dezembro.

Por essas caridades, a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos tornou-se um assaz concorrente da Santa Casa de Misericórdia, e por isso, houve várias tentativas de parar seu funcionamento. “Foi apenas desejo de matar a concorrência! Foi finalmente vontade de aumentar as rendas da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia” (MARQUES, 2008, p. 337). E também de beneficiar o recém-inaugurado Cemitério do Gavião.

Antes de ser obrigado a fechar as portas, por Lei Provincial nº 924, de 22/07/1870, o Cemitério dos Passos, em sua existência (1849-1870), foi avaliado mais de quatro vezes por comissões de médicos que sempre comprovavam que o estabelecimento não era danoso à saúde pública e nem às águas das fontes do Apicum, contudo, os interesses políticos e financeiros foram mais fortes, por isso foi desativado.

A Junta provisória e Administrativa do Governo Civil mandou que examinassem as águas das fontes do Apicum porque havia fortes rumores da população de que os lençóis freáticos da referida Fonte estariam contaminados pelos cadáveres do Cemitério dos Passos. Então, o Intendente da Província, Brás Florentino Henrique de Sousa nomeou em 25/11/1869 uma comissão de médicos para avaliar a veracidade dos fatos. Essa primeira comissão não terminou a avaliação porque foi desfeita. Então, o Presidente da Província, José da Silva Maia, em 1870, pediu a extinção do Cemitério ou a sua remoção para outro lugar mais conveniente porque sua posição tornava-se prejudicial à Fonte do Apicum e,

sem o menor exame, e sem aguardar o parecer da comissão que estudava a questão (...) o presidente sancionou a Lei nº 924, de 22/07//1870, proibindo os enterramentos no Cemitério dos Passos, por estar situado nas proximidades da fonte do Apicum (MARQUES, 2008, p. 337).

Posteriormente, as comissões que foram designadas a avaliar se o Cemitério prejudicava ou não as fontes foram unânimes em afirmar, cientificamente, que não prejudicava, mesmo assim o Cemitério dos Passos (atual bairro da Vila Passos) que: (i) ficava no início do Caminho Grande

	<p>maculando a única via de saída da Ilha; (ii) abrigava os corpo de desvalidos; (iii) prejudicava as finanças da Santa Casa de Misericórdia e; (iv) seria concorrente do Cemitério do Gavião (atual Madre Deus) – foi obrigado a fecharas portas, restando à localidade somente as propriedades que lá já figuravam e “de onde começa a formar-se um alegre arrabalde” (MARQUES, 2008, p. 336).</p> <p>O alegre <i>arrabalde</i> ou vizinhança do (Centro) ai descrito adensou-se e transformou-se no bairro de Vila Passos, como figura no Edital n° 15, de 26/04/1935. O referido documento notificava os interessados do lançamento das casas de palha e de telha situadas no subúrbio da Cidade. Dentre os lugares onde essas habitações estavam disponíveis, temos a Rua Nova do Bairro Vila Passos.</p> <p>O Vila Passos também figura no Edital n° 23, de 24/08/1935 em que o Prefeito de São Luís, Manoel Vieira de Azevedo, convoca as pessoas que solicitaram aforamento de terrenos do Patrimônio Municipal. Dentre os moradores elencados, estavam 39 pessoas do bairro Vila Passos.</p>
Nota enciclopédica	Atualmente, o bairro abriga o Estádio Nozinho Santos.

Topônimo	Fabrill (86)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Diamante, Vila Passos, Monte Castelo e Liberdade.
Taxonomia	Sociotopônimo
Nota linguística	Topônimo oficial Fabrill, popular/usual Canto da Fabrill.
Nota histórica	<p>Fabrill ou Canto da Fabrill? Esse bairro que é conhecido pelo nome da Companhia Fabrill Maranhense Santa Isabel e tem sua história atrelada à Fábrica de Fiação e Tecidos Camboa S.A, fundada em 01/01/1890 por Inácio do Lago Parga, Virgílio Cantanhede e Cândido José Ribeiro.</p> <p>Quando a Companhia de Fiação e Tecidos Maranhenses deixou de operar e mudou de razão social para Francisco Aguiar & Cia foi seguida pela Fabrill que, segundo Meireles (2008, p. 464) “fundou-se em 1890 e abrangeu, sobre a denominação da primeira, as fábricas Santa Isabel e São Jorge”.</p> <p>Construída no início do Caminho Grande e da Boiada, a Companhia Fabrill Maranhense – Santa Isabel produzia tecidos de algodão, riscado, linha de pesca e tecido para uso doméstico. Marques (2008, p. 464) ressalta que essa fábrica, em 1921, contava com um patrimônio de 574 teares 14.148 fusos e máquinas de 570 cavalos.</p> <p>Atualmente nem a Companhia Fabrill Maranhense – Santa Isabel e nem a Fábrica de Fiação e Tecidos Camboa S.A existem, mas contribuíra, mormente para o desenvolvimento econômico e demográfico de São Luís porque atraíram investidores e um grande contingente de migrantes que vieram, principalmente do Interior do Estado, para a Capital em busca de melhores condições de vida.</p>

Com o crescimento demográfico nas cercanias das fábricas e conseqüentemente em São Luís, tivemos os chamados núcleos de população proletariada, os cortiços ou as vilas operárias e não a criação de novos bairros, isso aconteceu, por exemplo, com o Anil (Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil), Madre Deus (Companhia de Fiação e Tecidos de Cânhamo), Cambôa do (Mato Companhia de Fiação e Tecidos Maranhenses/Fábrica de Fiação e Tecidos Camboa S.A) e, com a Fabril, sucessora da Fábrica de Fiação e Tecidos Camboa S.A. Nesse caso, mesmo que a Fabril tenha sido fundada em 1890, as comunidades da Camboa do Mato e o Caminho Grande já existiam antes de sua instalação, por isso podemos considerar a motivação toponímica com a implantação da fábrica e não o surgimento do logradouro, propriamente dito.

A Lei Provincial nº 402, de 27/08/1856, promulgada pelo Presidente da Assembleia Provincial do Maranhão, Barão do Coroatá, estabelecia a divisão das três freguesias da Capital do Estado: Freguesias de Nossa Senhora da Vitória, de São João e a de Nossa da Conceição. Os bairros que surgiram a partir desta última estão intimamente ligados ao desenvolvimento do chamado Caminho Grande em virtude de a referida Freguesia abranger toda a sua extensão: *A de Nossa da Conceição, do lado Sul, compreendida pela rua da Paz e o Caminho Grande em todo o seu comprimento até o rio Cutim, e pela rua da Manga* (Lei Provincial nº 402, de 27/08/1856). É interessante ainda frisarmos que a transferência da sede da Freguesia de Santa Filomena para o lugar Cutim influenciou decisivamente no curso do Caminho Grande. Este, agora, iria até essa Freguesia e não depois dela, ao Distrito do Anil.

O Caminho Grande era a estrada de chão batido, que depois de um tempo, passou, a agregar a linha de bonde que ia ao Distrito do Anil. Foi por esse lugar que a Ilha começou sua primeira expansão porque as outras extremidades dela eram rios (são), o Bacanga e o Anil. O único acesso por eles à Ponta do São Francisco e adjacências (atual São Francisco) ou ao Povoado do Furo (Freguesia de São Joaquim do Bacanga, atual área Itaqui-Bacanga) era o transporte marítimo.

Estrada até a vila Paço – o único trânsito por onde a capital se comunica com várias localidades da Ilha do Maranhão (...). parte do Caminho Grande está transformada na estrada de rodagem ou, mais rigorosamente, carroçável que vai do Anil a São José de Ribamar, parte convertida num trecho da rodovia asfaltada que põe São Luís em comunicação com a base aérea do Tirirical e a parte, entre o Areal e o antigo Campo de Ourique, constituiu hoje um trecho calçado a paralelepípedo (MARQUES, 2008, P. 294).

A partir dessa importante via de acesso foram surgindo e se desenvolvendo bairros como: Anil, Cutim, Outeiro da Cruz, Filipinho, Túnel do Sacavém, João Paulo, Jordoa, Apeadouro, Monte Castelo, Vila Passos, Liberdade, Fabril e Diamante.

	Atualmente esses logradouros ocupam a área que compreende as Avenidas Casemiro Júnior, Edson Brandão, João Pessoa, São Marçal, Getúlio Vargas, a Rua Osvaldo Cruz e a Rua Grande, lembrança do topônimo Caminho Grande.
Nota enciclopédica	A pesar de o nome oficial ser Fabril, o topônimo que se popularizou foi Canto da Fabril. Logo, se alguém perguntar, por exemplo, onde fica o Ministério da Fazenda/Receita Federal, o Centro de Ensino Governador Edson Lobão – CEGEL ou a Procuradoria Geral de Justiça/Ministério Público será informado que fica no Canto da Fabril e não na Fabril.

Topônimo	Liberdade (87)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Fé em Deus, Monte Castelo, Fabril, Diamante e Camboa.
Taxonomia	AT: Sítio Itamacaca > Travessa Itamacaca > Matadouro Modelo > Matadouro > Estrada do Matadouro Modelo > Caminho do Matadouro > Campina do Matadouro > Campina/Campinas > Bairro da Floresta do Matadouro Modelo > Floresta do Matadouro > Alto do Bode > Matadouro > Liberdade = Animotopônimo
Nota linguística	Para entendermos a alteração toponímica de Matadouro para Liberdade, temos que analisar três relações metonímicas resultantes dessa troca. Acreditamos que, em relação a Matadouro, Liberdade expressa a relação metonímica de: <i>continente pelo conteúdo</i> , ou seja, da localidade onde encontrava-se o Matadouro Modelo pelos moradores do Bairro; de uma <i>parte pelo todo</i> , isto é, a generalização profissional de abater gado pela discriminação pejorativa e assassina de matar pessoas de todo o local; a <i>qualidade pelo qualificado</i> , que é o mesmo que dizer, o local era matadouro de pessoas assim como o Estabelecimento era de animais.
Nota histórica	<p>Para conhecermos a história do Animotopônimo Liberdade temos que nos reportar tanto à história do Sítio Itamacaca quanto a do Matadouro Modelo, estabelecido onde funciona o Centro de Ensino Médio Nerval Lebre (SAL, 08/08/2013). O Sítio abrigou o Abatedouro de gado, este, por sua vez, originou a Estrada do Matadouro Modelo, o Caminho do Matadouro, a Campina do Matadouro e o Bairro da Floresta do Matadouro Modelo, que sofre alteração toponímica para Liberdade, pela Lei Municipal nº 1.749, de 17/05/1967.</p> <p>A história do Bairro Liberdade é igual a muitas outras no que se trata do surgimento de bairros, ou seja, é oriundo de sítio que se localizava fora do Centro da Cidade (em zona considerada pela Prefeitura como suburbana), neste caso, o Sítio Itamacaca. Vamos encontrar notícias desse lugar n’<i>O Jornal</i> (27/03/1919), na ocasião em que esse veículo de comunicação tornava pública a conclusão das obras do Matadouro Modelo, abatedouro de gado bovino e suíno que abastecia a população da Cidade.</p>

Atendendo ao gentil convite que nos foi feito pela importante Firma J. S. de Freitas & Cia., do Pará, construtora do Matadouro Modelo, fomos fazer uma visita ontem, à tarde, a este novel estabelecimento. Partimos do cais (...) com destino ao sítio Itamacaca, a marguem direita do Rio Anil, onde se acha situado o Matadouro, ali chegando minutos depois (...) (O JORNAL, 27/03/1919, p. 01).

Segundo CZS (20/06/2013) e Novaes (2012, p. 80) o Sítio Itamacaca ou Tamacaca era propriedade de Ana Joaquina Jansen Pereira, a popularmente conhecida Ana Jansen. Vieira filho (1971, p. 100) acrescenta que, além do Sítio ou Quinta, a localidade ainda agregava a Travessa Itamacaca, que, na década de (19)70 servia de via ao populoso bairro do Matadouro. Para o Folclorista (1971, p. 100) a Travessa começava na atual Avenida Getúlio Vargas, na rua onde temos o sobrado da família das Irmãs Valois e, “com o crescimento do bairro e sua consequente urbanização a travessa Itamacaca se alongou sensivelmente”.

SAL (08/08/2013) esclarece que existiam vários bairros dentro da área que é conhecida como o Bairro da Liberdade: Floresta, Japão, Brasília do Matadouro e Camboa. Ele explica que o Alto da Carneira, por ficar mais distante, não pertencia à localidade, como pensam alguns historiadores, mas a seu bairro vizinho, o Monte Castelo:

Tinha o Alto da Carneira [Sítio de Francisco Carneiro], mas não era Liberdade. Hoje deve ser Monte Castelo. Fica do outro lado da estrada de ferro que era onde tinha a linha da divisão. Que alto da Carneira é enfrente da Liberdade, enfrente da Fera e do lado da fera, na parte alta que era o Alto do Bode, no final da Rua Tomé de Sousa, fazia parte da Liberdade (Acréscimo da autora conforme PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 28/02/1938).

A urbanização da Liberdade começou a partir de ocupações ilegais, nos terrenos que eram da Marinha, por pessoas que chegavam à Capital dos mais diversos municípios do Estado, principalmente de Alcântara e Guimarães. Segundo SAL (08/08/2013) os terrenos ocupados eram áreas de mangues, vegetação típica das margens do Rio Anil por isso o Bairro era chamado de Floresta, “*Floresta do Matadouro, por causa da presença maciça do mangue, onde inclusive, as pessoas faziam palafitas, ainda hoje tem tanto palafitas quanto o mangue*”. As palafitas que se refere SAL (08/08/2013) foram substituídas, grande parte, por prédios do Residencial Rio Anil (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC) no atual Bairro Rio Anil.

Mesmo com o desenvolvimento da Travessa, importante via que resgatou o nome do sítio Itamacaca na década de 70, o topônimo que serviu de referência à identificação da Liberdade de 1919 a 1967 foi Matadouro, fato que comprovamos em vários documentos e notícias de jornais que circularam na Capital ao longo desses 94 anos de história

da Liberdade e de sua Gente. Mas antes de falarmos sobre a influência toponímica do Matadouro é necessário que conheçamos sua história.

O Matadouro Modelo (grafia encontrada somente nesse jornal), segundo O Jornal (27/03/1919, p. 01), foi construído pela Firma paraense J.S de Freitas & Cia. e não servia apenas como abatedouro de gado bovina e suíno, mas a várias outras funções, dentre elas destacamos: (i) o salgamento do coró do gado; (ii) a preparação das vísceras para venda; (iii) o alojamento do gado para abate; (iv) a refrigeração da carne preparada para venda; (v) o exame veterinário das carnes e vísceras das rezes e, (vi) o armazenamento de água para a higienização dos compartimentos e descartes de dejetos. Já no que se refere às mangas, pasto, curral ou via de encaminhamento do gado para o Matadouro, O Jornal (27/03/1919, p. 01) destaca que, para o

Repouso do gado, que não chegou em condições de ser abatido ou mesmo incluído no número dos que o devem ser, existe um grande terreno de capim, cercado com segurança, possuindo bons pastos de fartos capinzais. As mangas para desembarque e condução de gado à matança é à campina, são fortes e bem acabadas. Todas as conduções de um salão para outro, são feitas em carris suspensos em trilhos ou em carrinhos de mão.

A respeito dessa explicação das funções do Matadouro que era, de fato, Modelo, vale três comentários: Primeiro, o Porto que servia para desembarque dos animais era o do Jenipapeiro, localizado em área da Marinha, muito próximo do que hoje é a Liberdade, a Camboa e o Bairro Fé em Deus, o que justifica a afirmativa de SAL (08/08/2013) no que se refere à ocupação do Bairro. Segundo, a presença não só de floresta de árvores de mangues, mas de vegetação rasteira, ou seja, o capim. A existência de capinzal conferiu ao lugar, além dos topônimos Matadouro e Floresta do Matadouro Modelo, Campina do Matadouro, Campinas ou simplesmente Campina.

Em terceiro lugar evidenciamos também a motivação toponímica de Estrada do Matadouro Modelo, essa via se tornou importante não só por servir de escoadouro dos produtos provenientes do abatedouro, mas por ser muito bem pavimentada, conforme justifica O Jornal (27/03/1919, p. 02) “Desde a sedo do Matadouro até Lá fora, na estrada geral, o percurso é feito por uma estrada larga e excelentemente macadamizada, por onde tem de ser feita a condução de carnes para o Mercado”.

O topônimo Estrada do Matadouro Modelo ou simplesmente Estrada do Matadouro também vai figurar como Caminho do Matadouro no Edital nº 16, de 1º de julho de 1929. No referido documento, o Logradouro é discriminado como uma das localidades que teria que pagar o Imposto de Indústria e Profissão.

De ondem do sr. Dr. Diretor da Recebedoria da Capital e de acordo com o art. 3º do decreto 199, de 5 de julho de 1919, faço público para conhecimento dos interessados, que estarão sendo confeccionados os lançamentos de imposto de Indústria e Profissão, a vigorarem no exercício entre 1929 a 1930, como abaixo discriminado: Caminho do Matadouro, Bellira, Câmboa Aral (...) (PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 1929).

Na Lei Municipal nº 425, de 1º de agosto de 1929, que autorizava o Poder Executivo a demarcar, dividir em lotes e aforar os terrenos da antiga Praça 13 de Maio (atual Praça da Alegria), para a construção de habitações a preço popular, encontramos o artigo 2º que trata das despesas com as aquisições, compras ou desapropriações dos terrenos onde se encontravam as zonas de habitações Operárias e proletárias, dentre elas figura a Campinas, isto é, Campinas também vai ser classificada como um das áreas de habitações operárias ou proletariada quanto como Bairro Proletariado, como estipulava a Lei Municipal nº 413, de 24/11/1928, que definia essas áreas como “agrupamentos operários de mais de cinquenta casas habitadas pelos respectivos proprietários”.

No Edital nº 15, de 26/04/1935, que notificava os interessados no lançamento das casas de palha e de telha, situadas no subúrbio de São Luís, tanto o Alto do Bode quanto Campinas vão figurar como localidades em que encontrávamos casas, não especificando, porém, o referido documento, a quantidade das casas de palha ou de telha disponíveis nos lugares citados. Conforme o Edital nº 10, de 06/03/1936, vamos ter a cobrança de Imposto Predial (atual IPTU) de uma casa em Campinas e no Alto do Bode de: 29 casas, propriedades de Joanna F. Costa, 06 dessas alugadas e de 07 casas alugadas, propriedade de José Laureta. Para todas as habitações não há especificação das características, se de palha ou telha.

Três nos depois do Edital nº 15, o Alto do Bode é já era classificado como Bairro Proletariado, por ter mais de 50 casas habitadas (Lei Municipal nº 413, de 24/11/1928) começava a pagar Imposto Predial. Neste caso, o lançamento geral do Imposto Predial, Territorial e a taxa de limpeza, para as casas situadas nos Bairros Proletariados, a vigorar a partir do primeiro semestre de 1939, previa a cobrança, das referidas taxas no Alto do Bode, na “Rua (paralela com a estrada da Vitória), rua Dois, Tv. Um, (paralela com a Estrada do Matadouro Modelo), rua Três, rua Alto do Bode e a rua Quatro” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, 1º/03/1939).

Além do Alto do Bode e de Campinas, a Travessa do Itamacaca também pagaria Imposto Predial das casas localizadas na direção Norte-Sul, Rua 18 de novembro. A cobrança de Imposto Predial poderia ser boa para os moradores das localidades porque regulamentava a denominação das ruas, facilitando a localização de endereços,

	<p>propiciavam acesso a serviços públicos essenciais como a higienização das ruas, mas em alguns casos, servia como forma discriminatória já que os bairros eram classificados como zonas suburbanas e de moradias proletariadas, evidenciando a clara divisão entre Centro (Cidade) e periferia (Vilas ou bairros Operários) e entre pobres e ricos.</p> <p>Como já dissemos anteriormente, o Matadouro sofreu alteração toponímica em 1967 para Liberdade, mesmo desconhecendo os reais motivos dessa mudança, acreditamos que ela se deve ao fato de o Bairro ser estigmatizado como local de mortes (matadouro) pelo alto índice de criminalidade. Metonimicamente o nome do estabelecimento onde abatiam gado estendeu-se ao bairro, lugar onde há abatimento de pessoas. Para dirimir essa imagem pejorativa e discriminatória dos moradores do bairro, para libertá-los desse estigma, nada melhor do que um qualificativo que expressa qualidades que valorizam o real caráter dos moradores: Liberdade.</p> <p>Para entendermos a alteração toponímica de Matadouro para Liberdade, temos que analisar três relações metonímicas resultantes dessa troca. Acreditamos que, em relação a Matadouro, Liberdade expressa a relação metonímica de: <i>continente pelo conteúdo</i>, ou seja, da localidade onde encontrava-se o Matadouro Modelo pelos moradores do Bairro; de uma <i>parte pelo todo</i>, isto é, a generalização profissional de abater gado pela discriminação pejorativa e assassina de matar pessoas de todo o local; a <i>qualidade pelo qualificado</i>, que é o mesmo que dizer, o local era matadouro de pessoas assim como o Estabelecimento era de animais.</p>
Nota enciclopédica	<p>A figura da lendária Ana Jansen⁶⁴ situa-se na sociedade maranhense do século XVIII, ocasião em que seus pais, de descendência europeia, radicaram-se no Maranhão. Segundo Novaes (2012, p. 62-100), Ana Jansen foi uma mulher muito rica e considerada a primeira figura feminina latifundiária e empreendedora do Maranhão. O patrimônio de Ana Jansen era fruto dos matrimônios e enlaces amorosos que contraiu ao longo de seus 86 anos. Ela era dona de casas, fazendas, sítios, louças, gados, veículos e ferramentas de lavoura, distribuídos na Capital e nos municípios do Estado.</p> <p>Dentre os bens de Ana Jansen elencados por Novaes (2012, p. 78-83), destacamos: o Sítio Tamancão e o Piranhenga, ambos no Bacanga; Terras na Ponta do São Francisco que atualmente englobam os bairros do São Francisco, da Ponta d’Aria, do São Marcos, da Lagoa da Jansen e do Asilo de Mendicidade; o Sítio Tamacaca e Saudade, na Liberdade; propriedades no Centro no Largo do Palácio (Praça Pedro II), na Rua Grande, no Canto da Viração,</p>

⁶⁴ Apesar de ser conhecida popularmente pelo nome de Ana Jansen, seu nome de batismo era Ana Joaquina de Castro Muller Albuquerque, o de primeiro matrimônio, Ana Joaquina Jansen Pereira e o de segundo casamento, Ana Jansen Pereira Leite.

	<p>na Rua dos Afogados, Rua das Hortas, na Rua de São Pantaleão e na Rua da Concórdia; terras e propriedades nos municípios maranhenses de São Luís Gonzaga, Vargem Grande, Vitória do Mearim, Codó, Itapecuru-Mirim e Coroatá.</p> <p>Além dessas e outras propriedades de terras, Ana Jansen era dona de muitos escravos e tinha bens valiosos como uma <i>Peça religiosa Jesus Crucificado</i> (NOVAES, 2012, p. 83), importado de Lisboa, muitos chafarizes espalhados por todas as suas propriedades e uma carruagem de luxo que herdou de do Coronel Isidoro Pereira, um de seus maridos (idem, p. 87).</p> <p>A respeito desse veículo e dos escravos que Ana Jansen açoitava surgiu a lenda da Carruagem Encantada de Ana Jansen, que segundo o folclore maranhense e a descrição feita por Novaes (2012, p. 98), a referida lenda conta que Ana Jansen teria sido condenada a pagar seus pecados vagando eternamente pelas ruas da cidade ludovicense numa carruagem encantada. Esse veículo seria conduzido por um escravo sem cabeça e por cavalos decapitados, saía do Cemitério do Gavião em noites de quinta para sexta-feira e se a Bruxa Malvada encontrasse alguém perverso pelo caminho, o açoitava. Diz também que, aos ingênuos, Ana Jansen oferece uma vela acesa que na manhã do dia seguinte se transformava em osso de defunto.</p>
--	---

Topônimo	Fé em Deus (88)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Monte Castelo, Liberdade e Alemanha.
Taxonomia	AT: Sítio Bom Gosto > Fé em Deus = Dirrematopônimo
Nota linguística	
Nota histórica	<p>A história do Dirrematopônimo Fé em Deus está intimamente ligada ao Sítio Bom Gosto, propriedade que José Maria Farias de Matos arrendou em 1838 de José Antonio de Abreu. Na ocasião do arrendamento do sítio, o jornal <i>Chonica Maranhense</i> (1º/05/1838, p. 526) informava que o terreno situava-se próximo à Fábrica Roma Nova, era muito bem conservado e limpo, tinha um tanque, dois jardins, “um aterroso para horta no verão, e além do arvoredo antigo, tem muita planta nova e, não se duvida arrendar por menos alguma coisa do que tem estado arrendado à, cinco anos”.</p> <p>Depois de praticamente um século vai figurar em São Luís tanto o topônimo Bom Gosto quanto Fé em Deus. No Edital nº 11, de 20/09/1929, da Recebedoria da Prefeitura Municipal de São Luís consta a relação de casas situadas no subúrbio da Cidade. Dentre os lugares onde essas casas se encontravam estava tanto o Fé em Deus, fato também verificado no Edital nº 41, de 11/10/1933 em ficavam notificados os interessados das alterações verificadas na revisão do lançamento de casas cobertas de palha, alugadas e das cobertas e telha, situadas na zona suburbana da Cidade. Dentre as propriedades citados no Bom Gosto encontramos 05</p>

	<p>casas, 04 de telha e 01 de palha.</p> <p>Três anos depois de lançados esses dois editais encontramos, concomitantemente, Fé em Deus e Bom Gosto no Edital nº 10, de 06/03/1936 que notificava os interessados do imposto predial das casas de palha e de telha situadas nos bairros proletários. Dentre as propriedades citadas, encontramos 09 no Fé em Deus e 11 no Bom Gosto. É evidente a associação desses dois lugares a uma nova denominação: bairro proletário em detrimento a suburbano. Isso é justificado pela grande incidência de fábricas adjacentes à localidade ou na localidade, como é o caso da Roma Nova mencionada pelo Chonica Maranhense (1º/05/1838, p. 526).</p> <p>Ignoramos a época e os motivos pelos quais o topônimo Bom Gosto tenha sido substituído por Fé em Deus e o que motivou a nomeação deste. O fato é que pela Lei Municipal nº 1.665, de 25/03/1966, promulgada pelo Prefeito Epitácio Afonso Pereira Cafeteira, art. 1º, ficava denominado de Bairro Fé em Deus o lugar de mesmo nome, comprovando assim o surgimento oficial de um bairro que, igual a muitos que temos em São Luís é oriundo de sítios (de recreio e frutíferos) que se situavam fora da Cidade, ou seja, fora do Centro da Capital.</p>
Nota enciclopédica	<p>Segundo Marques (2008, p. 745), José Maria Farias de Matos era médico e abriu a primeira casa de saúde que existiu aqui na Capital. A Instituição à qual Marques se refere era o Hospital Nossa Senhora da Conceição que servia aos desvalidos da Capital. Primeiramente passou a funcionar na casa de José Maria Farias de Matos, já que este era um dos benfeitores do hospital e não existia lugar para atender os pacientes. Além de trabalhar no Nossa Senhora da Conceição, esse médico exerceu suas atividades na comissão que avaliou o Cemitério da Vila dos Passos (op. cit., p. 336-337) e na de Higiene Pública da Província, na qualidade de substituto do médico Fábio Augusto Baima (op. cit., p. 598).</p>

Topônimo	Monte Castelo (89)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Fé em Deus, Liberdade, Fabril, Vila Passos, Retiro Natal, Bom Milagre, Apeadouro e Caratatiua.
Taxonomia	AT: Roma > Areial > Monte Castelo = Historiotopônimo.
Nota linguística	
Nota histórica	<p>O tradicional Bairro do Monte Castelo, localizado ao longo do antigo Caminho Grande, foi sede de fábricas e já teve vários nomes em virtude não só das fábricas ou conjunto habitacional que abrigou, mas por ser povoado por variados sítios que se tornaram referência toponímica em São Luís. Por esses e outros fatores, afirmamos que, depois do Centro de São Luís, o local que mais se desenvolveu, socioeconômico e topograficamente ao longo dos séculos XIX e XX, foi o Monte Castelo. Dentre as fábricas que foram decisivas para esse desenvolvimento, destacamos as Roma Nova, Roma Velha e</p>

Rominha.

Dentre os sítios ou lugares situados ao longo do antigo Caminho Grande, a maior parte tem uma relação direta com o Monte Castelo ou por situar-se após o Caminho Grande ou por sediarem empresas e órgãos públicos instalados no Bairro. Entres os sítios que eram acessados por via do Caminho Grande, situados antes, dentro, perto ou depois do Monte Castelo, destacamos o: Céu, ex-Monte Cristo, início do Caminho Grande; Machadinho (Vila Passos); Cavaco (Bairro de Fátima); João Paulo, (João Paulo); João Força, um dos topônimos do Apeadouro; Alto e Baixo Paraíso (Alemanha); Itamacaca, onde foi construído o Matadouro Público (liberdade); Dois Leões, onde foi construído o Hospital-Colônia Nina Rodrigues; Timon e Areal, onde foi construído o primeiro conjunto habitacional destinado à classe operariada e o Roma, que foi desmembrado após sucessivas vendas, surgindo, essa forma, os Sítios: Roma Nova, Velha e Rominha.

Um dos sítios mais antigos situados no início do Caminho Grande é o Monte Cristo, ele já figurava em 1841 como um lugar confinante ao Cemitério dos Passos. Segundo Marques (2008, p. 335), o lugar ficava sobre um outeiro e era propriedade do Comendador João Gualberto da Costa. Posteriormente, o sítio sofrerá mudança toponímica para Céu. Segundo o Diário Oficial (15/01/1910) o Sítio Céu, outrora Monte Christo, era propriedade de Raimundo Mendes Pereira, este o vendeu a Joaquim dos Santos Ramos que, “desejando fazer a demarcação e arrumação do mesmo terreno, convida aos proprietários dos terrenos confinantes afim de assistirem às referidas demarcações, que deverão ser realizadas no dia 25 deste mês, às 8 horas da manhã”.

Passado quase um século (94 anos), em 1935 o Céu já se tornara referência toponímica na Capital, deixando de ser um mero sítio para abrigar várias residências em terrenos loteados para foro pela Prefeitura, conforme podemos evidenciar na intimação do Serviço de Obras Públicas, Viação e Agricultura do Estado, publicada no Diário Oficial de 13/11/1935.

Ficam intimados para comparecerem nesta Repartição, dentro do prazo de 10 dias a contar desta data, as pessoas abaixo, afim de legalizarem a sua posse dos terrenos. (Céu), Romão Narareth, lote nº 19-Q-K, Jovelina H. Silva, lote nº 18-Q-K-F, Miranda, lote nº 17QK, Otávio Barbosa, lote nº 16-Q-K, Raimundo Serra, lote nº 14-Q-K.

Nessa intimação da Prefeitura fica evidente que, pelo menos nessa parte do Caminho Grande, ao crescer demograficamente, a ocupação foi organizada já que os terrenos eram loteados e identificados, o que facilitaria não só a cobrança de impostos, mas a localização de residências.

O Sítio Baixinha, atual Travessa da Baixinha, recebeu

esse nome em virtude do acentuado declive do terreno onde se encontrava. Era uma área abaixo, baixinha do atual Elevado do Monte Castelo onde existia uma vasta quantidade de capim onde o gado do Matadouro pastava algumas vezes, segundo CZS (20/06/2013). O Baixinha vai figurar no início do século XX, como bairro Proletariado pela Lei Municipal nº 413, de 24/11/1928. Na referida Lei, em que o Prefeito Jayme Tavares divide o Município de São Luís em quatro zonas, para efeito de aplicação das leis municipais, no art. 4º, § 1º temos não só a denominação do que seja bairro proletário, mas a nomeação desses.

“Codozinho”, “Belyra”, “Câmba do Mato”, “Baixinha” e outros agrupamentos operários de mais de cinquenta casa habitadas pelos respectivos proprietários, que são classificados como zona urbana, mesmo quando localizados zonas diferentes (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, ano XXIII, 29/11/1928, p. 06-07).

Em 1936 o bairro proletariado Baixinha já estava *inchado* demograficamente, as casas tinham melhor pavimentação, podendo ser de palha ou telha, próprias ou alugadas, conforme pode ser evidenciado no Edital nº 10, de 06/03 em que o Prefeito Municipal notificava os interessados no lançamento do Imposto Predial (atual IPTU), para o 1º semestre daquele ano, das casas de palha e de telha situadas nos bairros proletários da Capital. Nesse caso, na Baixinha figuravam “a Tv. S. Benedito, com 06 casas, Tv. da felicidade, com 13 e a Paulino de Souza com 22” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, 20/03/1936).

Como já dissemos anteriormente, a história do Monte Castelo se confunde com a dos sítios e órgãos que sediava, isso se aplica perfeitamente ao Sítio e Fábrica Roma que, por mais de um século (1838 a 1939) serviu de referência toponímica, demográfica e socioeconômica ao atual Bairro não só por ter sido uma fonte de renda dos seus donos, mas por significar mais emprego para os moradores da Capital, por atrair outros investimentos para a localidade, possibilitando, dessa forma o acesso a serviços públicos como transporte, saúde, educação e moradia.

Segundo o Chonica Maranhense (25/08/1838) o proprietário do Sítio Roma era o português Bernardo Pereira de Souza, retirando-se este para sua Pátria, incube seu irmão, Caetano Pereira de Souza de vender todos os seus bens, constantes de:

Duas fábricas de socar arroz, que se denominão Romanova e Roma-velha, com noventa Escravos d’ambos os sexos, e uma morada de casas térreas todas de pedra e ca, sitas na rua das Violas nº 24, aonde o anunciante mora; os Senrs. que pretenderem comprar o assima mencionado o poderão procurar nas ditas casas (...); assim como se alugão-se as mesmas Fábricas, e escravos em quanto se não vendem (*sic*).

A notícia mais antiga que temos sobre essa

propriedade de Bernardo Pereira de Souza consta do início do século XIX, 1815, quando este assinou o termo de aforamento do terreno do Sítio Roma Velha, “com as braças que tem de frete, no Caminho grande, entre os marcos de Itamacaca e do sítio de José Antonio de Abreu e fundos até o rio Anil. (Abrange Roma Nova e Roma Velha)” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, 1º/10/1913).

Mediante descrição feita por Anísio de Carvalho Palhano ao intendente da Capital, Alexandre Collares Moreira Júnior (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, 1º/10/1913), passados 38 anos do aforamento do Sítio Roma Velha, este fica desfalcado de 60 braças de terras (cerca da terça parte do sítio) que Bernardo Pereira de Souza vende a Antonio Dias de Araújo Guimarães, em 1853, a partir dessa data o primeiro dono das terras pede divisão dos foros anuais pagos à Prefeitura, já que eram duas as propriedades.

Posteriormente a essa venda de partes das terras do Sítio Roma Velha, segundo o Diário Oficial do Estado, (1º/10/1913), outras foram efetuadas, sendo seus donos em: (1864) Constantino José Vieira, por comprá-lo da viúva de Antonio Dias de Araújo Guimarães; (1867) Januário Pereira Guimarães Caldas compra 90 braças do Sítio; (1902) Eduardo Pereira Guimarães, adquirido por herança. Além desses donos, o referido Jornal, a pesar de não informa como o Sítio passou a denominar-se Roma Nova, cita que os donos desse lugar foram e quando isso aconteceu, dessa forma, foram donos do Sítio Roma Nova: Joaquim Gonçalves dos Santos (1858), Alexandre C. Moreira Nina (1901) e João Soares Domingues (1912). Esse fato de o Sítio que sediava a fábrica de socar arroz ter tido vários donos fez com que concorressem ao mesmo tempo dois topônimos: Roma Velha e Roma Nova, este começado a ser usado em 1858 e aquele desde 1815.

O Sítio Roma Velha, segundo CZS (20/06/2013), localizava-se na área onde funcionam os prédios da COMABEL e da loja City Lar e prosseguia, aproximadamente, até as imediações da antiga Casa Inglesa e Cantos das Valois, na Avenida Getúlio Vargas. Acrescenta ainda o Historiógrafo que esse sítio fazia limites com o Boa Vista e o Baixinha. Já o Sítio Roma Nova, conforme CZS (idem), começava onde hoje é a Praça e a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e terminava na entrada do antigo Matadouro Público da Liberdade, ou seja, o referido sítio situava-se na frente do Hospital Nina Rodrigues, entre a Rua 1º de Maio e a Avenida Newton Bello, ambas terminando no Bairro da Fé em Deus, na Estrada da Vitória, às margens do Rio Anil. Curiosamente, entre essas duas vias existe a Rua Nova Roma, que serve de resgate histórico do nome da Fábrica Roma Nova.

É bem provável que após a venda de parte do terreno da fábrica Roma e de seu conseqüente desmembramento e

adoção toponímica de Roma Nova (para distinção da original Roma Velha) o referido estabelecimento tenha adotado também outro nome para o sítio de sua sede, encontramos evidência dessa mudança toponímica na notícia de venda do Sítio Alegre – Roma Nova, publicada no Jornal do Maranhão, datado de 20/07/1908: *Sítio Alegre – Roma Nova às margens do Rio Anil, está a venda.*

No que se refere ao Sítio Rominha, CZS (20/06/2013) afirma que este se localizava no local onde funcionou o Cine Monte Castelo, ou seja, na praça em frente ao SENAI-MA.

O Sítio Dois Leões foi uma área de referência toponímica não só por sediar o atual Hospital-Colônia Nina Rodrigues, mas por figurar como ponto de delimitação da Zona Distrital Urbana de São Luís em 1939. No Decreto nº 360, (04/02/1939), a Prefeitura da Capital menciona o Dois Leões como a área onde havia a intercessão da linha divisória, que demarcava a zona urbana de São Luís, entre a antiga Estrada do Matadouro (atual Liberdade) e a Avenida Getúlio Vargas (atual Monte Castelo), na margem esquerda.

O primeiro conjunto habitacional de São Luís foi construído num área composta de dois sítios, o Timon e o Areal. No que se refere ao Timon, segundo o artigo 1º do Decreto-Lei Municipal nº 92, de 03/08/1943, promulgado pelo prefeito Pedro Neiva de Santana, ficava autorizada a desapropriação do domínio útil do Sítio Timon, suas edificações e benfeitorias, para que este fosse doado ao Governo do Estado para a construção do Quartel da Força Policial. Já no que se refere ao Areal, essa denominação já foi usada na formação do topônimo: Vila Operária do Areal (Diário Oficial do Maranhão, 11/11/1937), como nome do Bairro, Areal (Diário Oficial do Maranhão, 07/03/1949) e como ponto de referência na demarcação dos trechos da construção da estrada de ferro do bonde que trafegava do Centro ao Anil (Diário Oficial do Maranhão, 07/06/1893).

Em 1893 o Engenheiro Civil da Companhia de Ferro-Carril do Maranhão ao fazer um relatório da estrada de ferro do bonde que trafegava do Centro ao Anil descrevia em que partes do antigo Caminho Grande as obras estavam ou não prontas. No caso do Areial, Paulo Emílio L. de Andrade informava que ainda estava por fazer a “terraplanagem nas extensões: de 60m, na passagem do Areial (estacas 35 a 38); de 100m (estacas 79 a 84) onde apenas havia começo de trabalho” (Diário Oficial do Maranhão, 07/06/1893).

Como o Monte Castelo abrigava vários sítios, os topônimos referentes a essas localidades eram usados indistintamente, com o passar dos anos as denominações foram sendo substituídas por nomes de ruas e travessas, perpetuando assim, a denominação original abarcada pela denominação de Bairro Monte Castelo. Dessa forma temos, por exemplo, a Lei Municipal nº 381, de 11/10/1927,

promulgada pelo Prefeito de São Luís, Jayme Tavares, no 2º artigo desapropriava, por utilidade pública, bem do estado sanitário e estética do progresso da Capital, todos os terrenos particulares constituídos em núcleos de população proletariada. As localidades Roma e Baixinha erma uma dessas áreas de cortiços que estavam sendo desapropriadas por serem um núcleos de população proletariada, cortiços, vila operária ou bairro proletário que se adensaram com a Fábrica de Fiação e Tecidos Camboa S.A e também com as Roma Velha, Nova e Rominha.

Dois anos depois de promulgada a Lei nº 381, a Câmara da Província de São Luís lança a Lei Municipal nº 425, de 1º/08/1929, autorizando o Poder executivo a demarcar, dividir em lotes e aforar os terrenos da antiga Praça 13 de Maio, para a construção de habitações de baixo custo. O artigo 2º da referida Lei institucionaliza que as despesas com as aquisições, compra ou desapropriações dos terrenos onde se encontravam as zonas de habitações operárias e proletárias seriam pagas com verbas públicas. Dentre os lugares considerados pela Câmara da Província como Zona Operária e Proletária, temos: a Vila Operária, Baixinha, Roma, Roma Nova, Roma Velha e Rominha.

Ser considerado como Zona de Habitações Operárias e proletariada (CÂMARA DA PROVÍNCIA De SÃO LUÍS, 01/08/1929) foi vantajoso para o João Paulo por que chamava a atenção do Poder Público para a prestação de serviços básicos como saúde, educação, transporte e saneamento básico, tornando assim, o lugar mais atrativo para moradia e investimento em atividades comerciais.

O Edital nº 15, de 26/04/1935 notificava os interessados do lançamento das casas de palha e de telha situadas no subúrbio da Cidade. Dentre os lugares onde essas habitações estavam disponíveis, temos: da Baixinha, a Travessa São Benedito, a da Felicidade, a Paulino de Souza, a Estação de Bondes e a Rua das flores; de Roma Velha, a Travessa Tancredo Cordeiro, a da Rua Nova, a Rua Nova, a da Glória, a da Santa e a Vila Operária.

O lugar Vila Operária também figura no Edital nº 23, de 24/08/1935 em que o Prefeito de São Luís, Manoel Vieira de Azevedo, convoca as pessoas que solicitaram aforamento de terrenos do Patrimônio Municipal a regularizarem suas situações. Dentre os moradores elencados no referido Documento, encontramos na Rua: Roma Nova e Rominha, 09 pessoas; Tancredo Cordeiro 03; Paulino Sousa, 09; no lugar Roma Velha, Rua da Vitória, 19 e no Areial 03 pessoas.

Transcorridos 55 anos da pavimentação dos trilhos do bonde ao longo do Caminho Grande, o Areial desenvolveu-se consideravelmente ao ponto de ser escolhido para sediar o primeiro conjunto habitacional para trabalhadores assalariados. Isso se deu em virtude da acelerada expansão

urbana de São Luís a partir do Caminho Grande, que além de já sediar um conjunto de habitações populares no Filipinho, construído pelo IAPC, passou a contar com o Núcleo Residencial do Timon-Areal, construído pela Fundação da Casa Popular.

Segundo O Maranhão (02/05/1948) a Fundação da Casa Popular foi criada durante o mandato do Presidente Eurico Gaspar Dutra que, usando de suas atribuições legais como Presidente, assinou o Decreto-Lei nº 9.218 no dia 21/08/1946 que instituiu no Brasil a Fundação que se ocuparia da construção de casas populares para resolver o problema habitacional da classe trabalhadora do País. Além do Decreto-Lei nº 9.218 foram assinados também dois outros, o 9.621 e o 9.777 que tratavam, respectivamente, da execução dos serviços e do estabelecimento das bases financeiras da Fundação.

Foi a partir da Fundação da Casa popular que houve a construção e entrega de dois Núcleos Habitacionais ao longo do Caminho Grande, o Núcleo Residencial do Timon – Areal, constante de 50 casas e o Vila Nova do João Paulo (João Paulo) que dava continuidade ao projeto que previa a construção de 1.500 habitações populares (O MARANHÃO, 02/05/1948).

o Núcleo Residencial do Timon-Areal é a estaca zero de uma grande jornada, 1500 casas para resolver o problema habitacional do trabalhador maranhense (...). O Núcleo do Timon, no qual foram construídas cinquenta casas, é situado na zona hoje considerada urbana, servida por numerosas linhas de Ônibus e de Bondes, permitindo transporte de minuto a minuto. Este local, considerado pela própria “Fundação” como o melhor que lhe foi doado em todo o Brasil, foi a ela cedido gratuitamente pela Prefeitura de São Luís, em ato que traduz o patriotismo e o espírito público do atual chefe da edilidade ludovicense (O MARANHÃO, 02/05/1948).

O chefe da edilidade ludovicense do qual tratava o Jornal era o Governador do Estado, Sebastião Acher da Silva, que na época participou da entrega do Núcleo do Timon juntamente com o Prefeito de São Luís, Antonio Pires Ferreira e o então Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, “a quem coube inaugurar em primeiro lugar as casas construídas pela “Fundação”, que só foram entregues no dia 16 daquele mês (O MARANHÃO, 02/05/1948), a pesar de serem inauguradas no início do mês para homenagear o Trabalhador”.

Praticamente um ano depois da entrega das casas do Núcleo do Timon, a localidade onde estava situado o Conjunto sofreu alteração toponímica oficializada pelo Projeto Lei nº 09, publicado no Diário Oficial (07/03/1949). A partir dessa data, o Bairro deixaria de chamar-se Areal, para denominar-se Monte Castelo em homenagem às Forças Armadas do Brasil –

FAB que lutaram na Itália na Batalha de 21/02/1945. No parecer nº06, da mesma data da Lei, a Segunda Comissão Permanente da Câmara Municipal, aprovava o referido Projeto e enfatizando que esse tributo à FAB “é um ato de justiça aos nossos heróis que tombaram, é um ato de civismo digno dos que lhe cultuam a memória”. (Diário Oficial 07/03/1949).

Vamos encontrar evidências da existência de outros topônimos tanto do Monte Castelo quanto de seus lugarejos (Baixinha, Areal, Campina do Matadouro⁶⁵) em 1952 em uma notícia publicada no Jornal do Povo sobre a inauguração de escolas mantidas pela filantrópica Sociedade de Assistência Popular – S.A.P.

Batalha de recuperação social dos Aglomerados Humildes – núcleos serão instalados no Areal, Campina, Correio, Fé em Deus, Baixinha, Lira, Belira, Madre Deus, Alagado, Macaúba, Alto Paraíso, Coréia e Cerâmica.

Ontem, foram inauguradas duas escolas, na Cerâmica e no João Paulo, no dia 3, será inaugurada uma em Monte Castelo; uma, no dia 4, na Tancredo Cordeiro; uma, na Campina do Matadouro; dia 5, uma na Fé me Deus; dia 7, uma no Correio; dia 9, uma, na Baixinha; uma no dia 11, em São Benedito, no Lira; dia 13, uma na Belira; dia 14, na Madre Deus; dia 15, no Alagado; dia 17, no Alto Paraíso; dia 18, no Caratatiua; ia 19, na Macaúba e dia 20, na Coréia (Jornal do Povo, 1952, p. 01).

O Jornal do Povo informa ainda que a S.A.P. destinava-se ao amparo, em largo alcance, dos moradores de bairros humildes de São Luís, por isso, os 5.000 sócios que nada pagavam, recebiam, dentre outros, auxílio escolar, médico-hospitalar, odontológico e judicial. No caso das escolas que a S.A.P. instalava nos bairros suburbanos, as diurnas destinavam-se às crianças e as noturnas aos adultos.

Dentre os outros órgãos que foram implantados no atual Monte Castelo, além das fábricas de socar arroz e das escolas, destacamos também o Hospital-Colônia Nina Rodrigues que foi instalado no Sítio Dois Leões, o Ambulatório Neto Guterres, um mercado público e um chafariz para abastecimento, gratuito, de água à população da Vila Operária do Areal. Segundo Marques, (2008, p. 614), a Colônia Nina Rodrigues era um hospital para doentes mentais mandado construir pelo Interventor Federal Godofredo Viana em 1939. Acrescenta ainda o Historiógrafo, que depois de edificada o atual Nina Rodrigues,

Foram transferidos para a colônia os psicopatas que a Santa Casa de Misericórdia abrigava nos baixos do seu hospital, em alojamentos que muito deixavam a desejar e com prejuízo à saúde desses e da tranquilidade dos outros doentes internados nesse nosocômio (Marques, 2008, p. 614).

⁶⁵ A pesar de Campina do Matadouro ter originado o Bairro Liberdade, nesta notícia de 1952 o local faz parte do Bairro Monte Castelo, ou seja, ainda não tem *status* de bairro.

	<p>O Ambulatório Neto Guterres foi inaugurado, conforme o Diário Oficial do Estado (11/11/1937), em novembro de 1937, pelo então governador do Estado Paulo Martins de Sousa Ramos e situava-se na Rua 19 de Março. A Lei nº 341, de maio de 1952, autorizava o Prefeito de São Luís a terminar a construção do Mercado Municipal do Monte Castelo e, o chafariz para o abastecimento grátis à população carente, assim como a regulamentação de algumas ruas do Bairro, foi construído durante o mandato do Presidente do Estado, José Maria Magalhães de Almeida e,</p> <p>Conforme fora noticiado, inaugurou domingo último, no subúrbio na Vila Operária, antiga Roma Velha, e bem assim, um chafariz de água para abastecimento grátis à pobreza, e bem assim, as ruas que ficaram denominadas Paulino Souza, 1º de Maio, Prof. Antonio Luiz, Eduardo Caldas, S. Luiz e Tancredo Cordeiro (A Pacotilha 06/11/1926).</p>
Nota enciclopédica	Sítios do Monte Castelo: Areal, Baixinha, Céu, ex-Monte Cristo, Dois Leões, Roma Nova/Alegre, Roma Velha, Roma, Rominha e Timon.

Topônimo	Retiro Natal (90)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Areinha, Coreia, Vila Passos, Monte Castelo, Bom Milagre e Bairro de Fátima.
Taxonomia	Dirrematopônimo
Nota linguística	
Nota histórica	<p>O Dirrematopônimo Retiro Natal já aparece no cenário ludovicense na segunda metade do século XX como um dos lugares que deveria pagar Imposto Predial à Prefeitura, conforme evidenciamos no Edital nº 11, de 20 de setembro de 1929, assinado pelo Prefeito Jaime Tavares. Pelo referido Edital deveria ser pago à prefeitura, “dentro do próximo mês (...) improrrogavelmente, o imposto predial, de acordo com o lançamento já feito e alterações na respectiva revisão (...) as casas situadas no subúrbio para o primeiro semestre do exercício de 1929/1930”. Dentre as localidades elencadas encontramos a Estação do Retiro Natal.</p> <p>No Edital nº 15, de 26/04/1935, que notificava os interessados no lançamento das casas de palha e de telha, situadas no subúrbio de São Luís, o Retiro Natal vai figurar como uma das localidades em que encontrávamos 48 casas. O referido documento não especifica a quantidade das de palha ou de telha disponíveis no lugar. No ano seguinte, vamos ter a cobrança de Imposto Predial (atual IPTU) de 09 casas (sem especificação das características, se de palha ou telha), conforme o Edital nº 10, de 06/03/1936.</p> <p>Percebemos que a urbanização do Bairro vai desencadear outras cobranças de impostos dos seus moradores. Isso vai acontecer em 1938 conforme podemos evidenciar na Relação das alterações verificadas no valor locativo dos prédios, Palhoças e Terrenos situados nos Bairros proletários</p>

	<p>em que o Retiro Natal já figura como Bairro onde as ruas Retiro Nata, Dois e a Nova, assim como a Travessa Um e a Quinta Casaes pagariam Imposto Predial nesse ano.</p> <p>Três nos depois Edital nº 15, em 1939 o Retiro Natal é classificado como Bairro Proletariado, isto é, local que teria mais de 50 casas habitadas (Lei Municipal nº 413, de 24/11/1928). Neste caso, o lançamento geral do Imposto Predial, Territorial e a taxa de limpeza, para as casas situadas nos Bairros Proletariados, a vigorar a partir do primeiro semestre de 1939, previa a cobrança, das referidas taxas no Retiro Natal, nas Travessas Um e Dois e nas ruas da Vila Chaves, da Estrela do Norte, Nova e Casaes (Diário Oficial do Estado, 1º/03/1939).</p> <p>A cobrança de Imposto Predial poderia ser boa para os moradores das localidades porque regulamentava a denominação das ruas, facilitando a localização de endereços, propiciavam acesso a serviços públicos essenciais como a higienização das ruas, mas em alguns casos, servia como forma discriminatória já que os bairros eram classificados como zonas suburbanas e de moradias proletariadas, evidenciando a clara divisão entre Centro (Cidade) e periferia (Vilas ou bairros Operários).</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	Areinha (91)
Localização do bairro	O Bairro fica entre: Parque Amazonas, Bairro de Fátima, Retiro Natal, Coreia, Lira, Goiabal e Rio Bacanga.
Taxonomia	AT: Alagado > Areinha = Litotopônimo
Nota linguística	
Nota histórica	<p>O Litotopônimo Areinha é uma área drenada e aterrada que surgiu no quadrilátero formado pelas Avenidas Presidente John Kennedy, Vitorino Freire, Africanos e pela margem esquerda do Lago do Bacanga, mais especificamente, é uma área situada às margens do Bacanga (Avenida dos Africanos), nos fundos dos bairros do Goiabal, Lira, Macaúba (Avenida Senador Vitorino Freire) e entre os bairros Parque Amazonas e Bairro de Fátima (Avenida Kennedy).</p> <p>O aterro da margem do Rio Bacanga adjacente à Avenida dos Africanos foi iniciado, segundo Castro (20/06/2013), no mandato do Governador José de Matos Carvalho (09/07/1957 a 31/01/1966). Foi a partir dessa obra que surgiu o bairro Areinha que, antes de ser terraplanado, oferecia inúmeros malefícios aos seus moradores que sofriam com constantes inundações e doenças causadas pela unidade e salitre oriundo das águas do Bacanga, fato que justifica o topônimo Alagado.</p> <p>Como o atual Bairro da Areinha era um terreno muito encharcado, inundado diariamente pelas águas do Bacanga, CZS (20/06/2013) afirma que a área era constantemente dragada por máquinas para que o lugar pudesse se tornar</p>

salubre aos moradores, mas que o governador da época (José Sarney) poderia ter retirado as famílias de lá. Acrescenta ainda o Historiógrafo, que ter aterrado a área foi um crime ecológico já que não respeitaram a diversidade de vidas mantidas pelo Bacanga, “por outro lado, deu melhores condições de vida aos moradores do Goiabal, Madre Deus e Macaúba. Tudo era um lugar só. A Areinha surgiu do aterro do Bacanga nos fundos desses lugares!”

Os malefícios que os charcos do Rio Bacanga e de seu lago ofereciam à salubridade era preocupação antiga que vinha desde o século XIX e estava atrelada às discussões sobre a interdição do Cemitério da Santa Cruz dos Passos de Nosso Senhor Jesus Cristo (atual Vila Passos). Na ocasião de uma das sindicâncias para inutilizar o cemitério, a comissão, formada por médicos e sanitaristas, sugere ao Presidente desta Província que não se preocupe com o cemitério que não oferecia risco algum, mas com outras coisas que mais diretamente podiam influir sobre a saúde do povo. Pede então a Comissão: “Mandai antes secar esses imensos e imundos charcos, a que chamamos de pântanos sobretudo os da Bacanga, onde nascem, vivem e morrem animais e vegetais de toda espécie” (Marques, 2008, p. 336).

Mesmo que os charcos do Bacanga já chamassem a atenção dos sanitaristas em 1870, vamos encontrar evidências da existência do topônimo Alagado, uma das denominações do Bairro, em 1952 em uma notícia publicada no Jornal do Povo sobre a inauguração de escolas mantidas pela filantrópica Sociedade de Assistência Popular – S.A.P.

Batalha de recuperação social dos Aglomerados Humildes – núcleos serão instalados no Areal, Campina, Correio, Fé em Deus, Baixinha, Lira, Belira, Madre Deus, Alagado, Macaúba, Alto Paraíso, Coréia e Cerâmica (...). Ontem, foram inauguradas duas escolas, na Cerâmica e no João Paulo, no dia 3, será inaugurada uma em Monte Castelo; uma, no dia 4, na Tancredo Cordeiro; uma, na Campina do Matadouro; dia 5, uma na Fé me Deus; dia 7, uma no Correio; dia 9, uma, na Baixinha; uma no dia 11, em São Benedito, no Lira; dia 13, uma na Belira; dia 14, na Madre Deus; dia 15, no Alagado; dia 17, no Alto Paraíso; dia 18, no Caratatiua; ia 19, na Macaúba e dia 20, na Coréia (Jornal do Povo, 1952, p. 01).

O Jornal do Povo informa ainda que a Sociedade de Assistência Popular destinava-se ao amparo, em largo alcance, aos moradores de bairros humildes de São Luís, por isso, os 5.000 sócios, que nada pagavam, recebiam, dentre outros, auxílio escolar, médico-hospitalar, odontológico e judicial. No caso das escolas que a S.A.P. instalava nos bairros suburbanos, as diurnas destinavam-se às crianças e as noturnas aos adultos.

Com a construção da Avenida Kennedy na década de 1970 o Bairro da Areinha ganhou mais notoriedade, já que foi

	<p>a partir dela, como afirma Vieira Filho ((1971, p. 122).) que nasceu o aterro de acesso ao Rio Bacanga, solução encontrada pelos administradores da Capital para “encurtar a distância de São Luís ao pôrto do Itaqui”. O referido pesquisador acrescenta ainda que foi o governador José Sarney (01/02/1966 a 15/03/1971) que mandou asfaltar a avenida e colocar a iluminação a mercúrio na via.</p> <p>Outra importante via que muito contribuiu para a expansão da Areinha é a Avenida que corta esse bairro, a Senador Vitorino Freire, construída durante o mandato de Ivar Figueiredo Saldanha, que voltando-se para a conclusão da construção do Anel Viário (MARQUES, 2008, p. 658), homenageia o chefe político com o nome da avenida onde estão instalados vários órgãos do Poder Público, dos quais destacamos o: Tribunal de Contas da União, Tribunal Regional Eleitoral, os prédios da Justiça Federal Maranhão e o do Ministério Público Federal Maranhão.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	Parque Amazonas (92)
Localização do bairro	O bairro fica entre: o Rio Bacanga, Areinha e Bairro de Fátima.
Taxonomia	Corotopônimo
Nota linguística	
Nota histórica	<p>O Bairro do Parque Amazonas surgiu do conjunto habitacional homônimo de 27 casas que foram construídas às margens do Lago do Rio Bacanga, em uma área de mangue, e entregues a seus moradores no ano de 1974, conforme atesta BES (13/02/2014), uma de suas atuais e das primeiras moradoras.</p> <p>A construtora Cedro Fortaleza fez inicialmente 27 casas e entregou. Depois foi construindo mais casas, mas não muitas, por causa disso é que o bairro não é maior (...). Quando me mudei para cá com minha família, aqui todo era só mato de mangue, por causa do Bacanga! Tinha muitos córregos de água cristalina, potável, limpa mesmo, transparente! Quando tínhamos problemas com o poço pegávamos água nesses córregos, algumas pessoas usavam para tudo: tomar banho, lavar roupa, beber, levar para casa para utilidades domésticas... eram córregos do Rio das Bicas, que ainda existe aqui!. Os córregos ficavam aqui dentro do bairro (BES, 13/02/2014).</p> <p>BES ressalta ainda que, para o Conjunto Habitacional Parque Amazonas ser construído o terreno teve que ser aterrado porque além da vegetação de mangue, a área era alagadiça, mas isso não impediu que as casas adquiridas fossem de qualidade. Quando comprou a dela, Baima diz que mesmo as ruas sendo de piçarra, tinha água de poços artesianos, luz elétrica, somente dentro das residências, que eram amuradas no fundo e meio-muro na frente. “Eram casas boas, maravilhosas, de bom padrão para a época, podemos</p>

	<p>dizer que eram feitas para a classe média!” Explica BES.</p> <p>No que tange à estrutura comercial do bairro, a Moradora é categórica em afirmar que o bairro, em relação a outros vizinhos, regrediu. Não tem escolas, supermercados, postos de saúde, conta somente com uma farmácia. “Aqui não tem quase nada, o que queremos compramos fora daqui, no Bairro de Fátima, no Centro e João Paulo. O bairro continua a mesma coisa da época que foi construído!” Ressalta BES (13/02/2014).</p> <p>Esse problema estrutural fez com que muitos moradores se mudassem do local que abriga, além das casas do original Conjunto Habitacional Parque Amazonas, o Residencial Lençóis Maranhenses e a Subestação de Energia Elétrica da Cemar/Centro, mantendo uma aparência de conjunto somente de moradias e não moradias com comércio, órgãos públicos e similares, caso da Areinha e Bairro de Fátima, vizinhos do Parque Amazonas.</p> <p>Mesmo tendo essa característica original, BES ressalta a beleza do Bairro que fica de frente para o Lago do Rio Bacanga e ainda abriga o Rio das Bicas. É uma região onde podemos presenciar a beleza da natureza refletida no verde da vegetação típica do mangue e também dos animais que ainda se veem no local. Outra qualidade curiosa que tem o Bairro é a motivação toponímica das ruas que, quase na sua totalidade, lembram nomes de rios, afluentes de rios, cidades e municípios da Região Norte, fazendo jus ao nome de Parque do Rio Amazonas.</p>
Nota enciclopédica	<p>Dentre as suas 14 ruas somente a Tancredo Neves não se relaciona à Região Norte, as demais homenageiam: (i) os afluentes ou municípios do Amazonas são: Humaitá, Itacoatiara, Juruá, Mamoré, Parintins, Solimões (avenida), Tapajós, Trombetas e Xingu; (ii) os municípios ou cidades do Estado do Pará: Bragança, Itaituba, Jamundá, Marabá e, (iii) um rio do Acre, Purus.</p>

Topônimo	Bairro de Fátima (93)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Retiro Natal, Areinha, Parque Amazonas, Bom Milagre, João Paulo. Ao sul, além de limitar-se com o Parque Amazonas, é banhado pelo Rio Bacanga.
Taxonomia	AT: Sítio Cavaco, Sítio Nova Olinda > Sítio Cavaco, Fazenda Estadual > Bairro Nossa Senhora de Fátima > Bairro de Fátima = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Bairro de Nossa Senhora de Fátima
Nota histórica	A história do Dirrematopônimo Bairro de Fátima ou Bairro da Igreja da Santa Nossa Senhora de Fátima, figura no cenário ludovicense na segunda metade do século XIX com o Sítio Cavaco, propriedade de José Maria Henriques Cavaco. Todavia esse topônimo, de 1863 à atualidade, sofreu mais duas alterações antes chegar a Bairro de Fátima: Sítio Nova

Olinda e Fazenda Estadual.

Nos primeiros anos de ocupação habitacional e expansão da malha viária de São Luís identificamos que o surgimento de alguns topônimos seguia uma tendência que era a de adotar o nome ou sobrenome de proprietários de terras como sítios, chácaras ou quintas. Esse fenômeno toponomástico aconteceu com: o Sítio da Machadinha ou Quinta do Machadinho, que originou o Hierotopônimo Vila Passos; o Sítio Barreto, que originou Antropotopônimo Barreto; o Sítio Filipinho, que originou o Antropotopônimo Filipinho; o sítio de João Paulo das Chagas, que originou o Antropotopônimo João Paulo e com o sítio de José Maria Henriques Cavaco que originou o Dirrematopônimo Bairro de Fátima.

O Bairro de Fátima, originário do Cavaco, é um dos bairros mais antigos situados próximo ao antigo Caminho Grande, atual Avenida Getúlio Vargas e João Pessoa. Segundo o Memorial de Ação Reivindicatória, publicado no Diário do Maranhão (27/07/1908), o Sítio Cavaco já existia desde 1863, época em que José de Souza Gayoso e Francisco Gomes de Souza

tomaram por aforamento à Câmara Municipal, conforme o termo respectivo, lavrado em 30 de março de 1863, um terreno ao Caminho Grande, com uma área de cem braças quadradas, contendo duzentas braças de frente e cem de fundo, além das terras adjacentes, confrontando com os sítios João Paulo, Cavaco, Texeira e outros (Diário do Maranhão, 27/07/1908).

Além de ser denominado com o sobrenome de seu proprietário, o Bairro de Fátima também foi conhecido como Sítio Nova Olinda que, segundo o GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO (Portaria de 27/04/1903), era uma propriedade de Raimundo de Carvalho Palhano, adquirida pelo Estado para a construção de um hospital que não chegou a ser edificado.

O Vice-Governador do Estado, usando da autorização que lhe confere o art. 6º da Lei nº 336 de 7 do corrente, resolve abrir o crédito da quantia de Rs 9:500\$000 para ser aplicado a compra de uma propriedade com casa, sob a denominação de “Nova Olinda” vulgarmente conhecida por “Cavaco” sita no “Caminho Grande”, pertencente ao Senhor Raimundo de Carvalho Palhano, afim de ser ali instalado um hospital para tratamento de variolosos.

Castro (17/07/13) afirma que o Sítio Nova Olinda foi comprado para esse fim, porém não construíram o hospital, mas uma fazenda que “foi levada prá lá pelo Presidente da Província do Maranhão, com gado, veterinários e toda a estrutura de fazenda, que era conhecida como a Fazenda Real, que deu origem ao bairro que conhecemos hoje”.

A fazenda da qual tratam CZS (17/07/13) vai figurar como área de referência toponímica 32 anos depois de

comprado o Sítio Nova Olinda. No Edital nº 15, de 26/04/1935, que notificava os interessados no lançamento das casas de palha e de telha, situadas no subúrbio de São Luís, o Lugar Fazenda Estadual é citado como uma das localidades em que encontrávamos esses tipos de moradias, contudo, não informava o referido documento quantas casas de cada tipo estariam disponíveis para aquisição por compra ou aluguel.

Em 1939, três anos depois de publicado o Edital nº 15, o lugar conhecido popularmente como Sítio Cavaco ou Fazenda Estadual, era classificado, pela Lei Municipal nº 413 de 24/11/1928, como Bairro Proletariado por ter mais de 50 casas habitadas. Devido a essa característica, o Cavaco, segundo noticiava o Diário Oficial do Estado de 1º/03/1939, estava incluído entre as localidades da Capital que começariam a pagar impostos tanto o Predial (atual IPTU) quanto a Taxa de Limpeza Pública, pagos para todas as casas situadas nos Bairros Proletariados, no primeiro semestre de 1939.

A cobrança de Imposto Predial poderia ser boa para os moradores das localidades porque, entre outras vantagens, regulamentava a denominação das ruas, facilitando a localização de endereços, propiciava acesso a serviços públicos essenciais como a higienização das ruas, mas em alguns casos, servia como forma discriminatória já que os bairros eram classificados como zonas suburbanas e de moradias proletariadas, evidenciando a clara divisão socioeconômica entre Centro (Cidade) e periferia (Vilas ou bairros Operários) e entre população rica e pobre.

Mesmo que o topônimo oficial Fazenda Real não fosse tão difundido em detrimento de Cavaco, este foi alterado, conforme Diário Oficial (20/02/1954, p. 03), para Bairro Nossa Senhora de Fátima pela Lei Municipal nº 408, de 07/10/1953, o que nos possibilitou o surgimento do Dirrematônimo Bairro de Fátima, confirmando assim a forte tendência em homenagear santos do hagiológico romano e de perpetuar o credo da religião Católica, já evidenciado, por exemplo, nos topônimos Desterro, Madre Deus, Santa Efigênia, Santa Rosa, São Bernardo, São Francisco, São Marcos e Vila Passos.

A respeito do Bairro de Fátima encontramos também, no artigo 1º da Lei 1.663, de 25/03/1966, a autorização ao Prefeito da Capital de receber, em cruzeiros, a doação de \$1.650 dólares do Conselho das Entidades do Bairro Nossa Senhora de Fátima. O referido documento ressalta ainda, no artigo 2º, que a importância doada deveria ser revertida na construção de Gabinete Dentário do Bairro, ou seja, num consultório odontológico.

Atualmente o Bairro de Fátima é importante Centro Comercial não só por situar-se entre as Avenidas Kennedy e Africanos ou por ser próximo do João Paulo e ao Centro da

	Cidade, mas por abrigar a Igreja da Santa que denominou o bairro, um mercado público próprio, dois ginásios poliesportivos, uma agência dos Correios, vários estabelecimentos de peças automotivas e de materiais de construção e também órgãos como (i) a Superintendência Estadual de Investigações Criminais – SEIC e a Secretaria Municipal de Fazenda; (ii) o Centro de Ensino Doutor Antônio Jorge Dino, o Centro de Ensino Médio Gonçalves Dias, a Unidade Integrada Estado do Amazonas e a Unidade Escolar General Artur Carvalho; (iii) a Biblioteca Pública José Serra; (iv) o Clube dos Oficiais da Polícia Militar do Estado; (v) a Vila Militar e (vi) o Centro Médico Guarás.
Nota enciclopédica	

Topônimo	Bom Milagre (94)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Monte Castelo, Retiro Natal, Apeadouro e Bairro de Fátima.
Taxonomia	Dirrematopônimo
Nota linguística	
Nota histórica	<p>A história do Dirrematopônimo Bom Milagre é igual a muitas outras no que trata do surgimento de bairros, ou seja, é oriundo de sítios que se localizavam fora do Centro da Cidade. Em 1949 o Diário Oficial do Estado publicava a Lei Municipal nº 111, promulgada pelo então Prefeito Antonio E. Costa Rodrigues, que tratava dos pontos de demarcação das zonas urbanas e suburbanas da Capital. Na referida Lei o Bom Milagre figura como sítio, estrada e igarapé na descrição tanto da zona urbana quanto da suburbana de São Luís, conforme podemos evidenciar a seguir.</p> <p>O perímetro da zona urbana de São Luís (...) começa no eixo da via férrea São Luís-Teresina no ponto em que o mesmo é cortado pelo eixo da rua Veneza (...) desse ponto segue até a sua interseção com a Avenida Getúlio Vargas (...) segue pelo eixo da, dita avenida até o ponto de contacto do mesmo, com o da pequena estrada que, procedendo do sítio Bom Milagre, sai paralela ao muro do lado leste, que circunda o edifício da Escola Técnica de São Luís; desse ponto de contacto segue pelo eixo a dita estrada de Bom Milagre, até o ponto em que a mesma atravessa o pequeno igarapé de Bom Milagre (...) (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, 24/05/1949, p. 05).</p> <p>A pesar de alguns topônimos que se originaram de sítios já terem <i>status</i> de bairro em 1938, o Bom Milagre ainda era denominado e conhecido como Sítio pertencente a João Goitacazes Ribeiro, segundo consta na Relação das alterações verificadas no valor locativo dos prédios, palhoças e terrenos situados nos Bairros proletariados de São Luís, divulgada pela Prefeitura Municipal em 28/02/1938. Mas esse fato não tira o mérito do Bom Milagre enquanto topônimo uma vez que este era usado como referência não só como ponto de demarcação da zona urbana e suburbana de São Luís, mas por ser via de</p>

	acesso entre bairros (Centro, Monte Castelo, Apeadouro, Bairro de Fátima e Retiro Natal) e fornecedor de água potável para as áreas adjacentes, juntamente o Rio das Bicas.
Nota enciclopédica	

Topônimo	Apeadouro (95)
Localização do bairro	O bairro fica entre: João Paulo, Caratatiua, Bom Milagre, Alemanha e Monte Castelo.
Taxonomia	AT: Apeadeiro > 1º Apeadouro > Apeadouro = Historiotopônimo.
Nota linguística	O movimento de descer dos cavalos chama-se apeaar, daí o nome apeadeiro, lugar de apeaar: Apeadouro.
Nota histórica	<p>O bairro Apeadouro nasceu de um verbo, ou seja, chama-se assim porque os moradores dos bairros periféricos da Ilha eram obrigados a descerem de seus cavalos lá para ir ao Centro. Este movimento de descer dos cavalos chama-se apeaar, daí o nome apeadeiro, lugar de apeaar: Apeadouro, informação confirmada por ODJF, morador que nasceu e viveu no bairro 25 anos. Ele resssalta que o Apeadouro era um <i>bairro de passagem</i> para o Centro, isto é,</p> <p>fazia limites com o centro da cidade, era um dos bairros comerciais e mais populosos da cidade, então, a partir do Apeadouro vinha o Monte Castelo e o Centro. As pessoas vinham dos bairros mais distantes para lá [Apeadouro] que não fazia limite com o João Paulo. Então as pessoas vinham de cavalo e apeavam naquela região para poder ir para o Centro porque não podia entrar com cavalo no centro da cidade. Apeavam do cavalo na área que era o Apeadouro e iam para o centro, então, a partir dali o local passou a ser chamado de Apeadouro (ODJF, 19/07/2013).</p> <p>A pesar de o bairro ter surgido de uma norma da Companhia de Ferro Carril, ele se desenvolveu a partir das necessidades das pessoas que passavam pela região. ODJF explica que quando os proprietários deixavam os cavalos no apeadouro já tinha alguém para cuidar e guardar os animais e também pontos comerciais como botecos, quitandas ou lojinhas. Ressalta ainda ODJF, que esse povoamento começou de forma organizada já que “todas as residências do bairro possuem o mesmo tamanho de lote de terra. Tem um padrão de lote lá, 15X45m, então todas as residências tem um lote padrão, já foi bem organizado”.</p> <p>Oficialmente podemos definir a data da criação do bairro Apeadouro a partir de 05/07/1893, marco em que a Companhia de Ferro Carril, responsável pelos bondes que faziam o transporte público de São Luís, instituiu a norma de conduta para que moradores dos arredores do Caminho Grande (atual Avenida Getúlio Vargas) descessem de seus cavalos para serem transportados nos bondes ao centro (se tivessem condições de pagar a passagem). “Pede-se aos srs. Moradores do Caminho Grande que dese desejam fazer apeadeiros em lugar que a locomotiva possa parar, de se</p>

	<p>entender com o Engenheiro Lourenço de Alerade para ser demarcado” (Diário Oficial do Município, ano XXIV, n° 5.947, p. 03, de 05/07/1893).</p> <p>O que Menandro Brasileiro Gonçalves, gerente interino da Ferro Carril, fez não foi somente possibilitar a demarcação do que hoje é o bairro do Apeadouro, mas organizar o trânsito de veículos de tração animal, cavalo ou gado, com o intuito de higienizar o centro da cidade, já que esses animais deixavam seus dejetos ao longo das vias por onde passavam sem que seus donos recolhessem esses dejetos, por isso esse código de conduta deveria ser respeitado, caso contrário, o dono do animal seria multado.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	Alemanha (96)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Fé em Deus, Monte Castelo, Apeadouro, Caratatiua e Ivar Saldanha.
Taxonomia	AT: Sítio Alto Paraíso, Sítio Baixo Paraíso, Sítio Veneza > Alemanha = Corotopônimo.
Nota linguística	
Nota histórica	<p>O atual bairro da Alemanha surgiu principalmente de sítios em áreas adjacentes ao antigo Caminho Grande. Dentre os principais, destacamos os Sítios: Caratatiua, Veneza, Alto e o Baixo Paraíso. Estes últimos adquirem <i>status</i> de Bairro e sofrem alteração toponímica para Paraíso pela Lei Municipal n° 1.716, de 21/12/1966.</p> <p>Segundo CZS (20/06/2013) as localidades Alto Paraíso e Baixo Paraíso ficavam em frente à atual Igreja de São Vicente de Paula (Bairro Apeadouro), sentido Av. Getúlio Vargas – João Paulo. Nesse caso, tanto o Alto quanto o Baixo Paraíso localizavam-se na área da Alemanha, fazendo a distinção entre um e outro somente o declive acentuado do terreno onde se encontravam. A diferença entre esses dois topônimos antigos da Alemanha ainda é bem visível nas ruas enladeiras dessa parte do Bairro, justificando dessa forma, a motivação toponímica de Alto Paraíso e Baixo Paraíso.</p> <p>A Lei Municipal n° 425, de 1°/08/1929, que autorizava o Poder executivo a demarcar, dividir em lotes e aforar os terrenos da antiga Praça 13 de Maio, para a construção de habitações de baixo custo, institucionaliza no seu artigo 2° que as despesas com as aquisições, compra ou desapropriações dos terrenos onde se encontravam as zonas de habitações operárias e proletárias seriam pagas com verbas públicas. Dentre os lugares considerados pela Câmara da Província como Zona Operária e Proletária temos o Paraíso.</p> <p>O lugar Paraíso vai figurar em vários outros documentos oficiais da Prefeitura de São Luís. No Edital n° 15, de 26/04/1935, aparece como um dos lugares onde notificados do lançamento das casas de palha e de telha situadas no subúrbio da Cidade. Já no Edital n° 23, de</p>

24/08/1935, em que o Prefeito de São Luís, Manoel Vieira de Azevedo, convoca as pessoas que solicitaram aforamento de terrenos do Patrimônio Municipal, no Paraíso contam 08 pessoas que deveriam regulamentar a situação de suas propriedades com a Prefeitura.

Vamos encontrar também evidências da existência do topônimo Alto Paraíso em 1952 em uma notícia publicada no Jornal do Povo sobre a inauguração de escolas mantidas pela filantrópica Sociedade de Assistência Popular – S.A.P.

Batalha de recuperação social dos Aglomerados Humildes – núcleos serão instalados no Areal, Campina, Correio, Fé em Deus, Baixinha, Lira, Belira, Madre Deus, Alagado, Macaúba, Alto Paraíso, Coréia e Cerâmica.

Ontem, foram inauguradas duas escolas, na Cerâmica e no João Paulo, no dia 3, será inaugurada uma em Monte Castelo; uma, no dia 4, na Tancredo Cordeiro; uma, na Campina do Matadouro; dia 5, uma na Fé em Deus; dia 7, uma no Correio; dia 9, uma, na Baixinha; uma no dia 11, em São Benedito, no Lira; dia 13, uma na Belira; dia 14, na Madre Deus; dia 15, no Alagado; dia 17, no Alto Paraíso; dia 18, no Caratatiua; dia 19, na Macaúba e dia 20, na Coréia (Jornal do Povo, 1952, p. 01).

O Jornal do Povo informa ainda que a Sociedade de Assistência Popular destinava-se ao amparo, em largo alcance, aos moradores de bairros humildes de São Luís, por isso, os 5.000 sócios, que nada pagavam, recebiam, dentre outros, auxílio escolar, médico-hospitalar, odontológico e judicial. No caso das escolas que a S.A.P. instalava nos bairros suburbanos, as diurnas destinavam-se às crianças e as noturnas aos adultos.

O atual bairro da Alemanha foi construído também em lotes de terrenos do Sítio Caratatiua adquiridos pelo Governo do estado para a construção do Conjunto Habitacional Newton Belo e também em terras do Sítio Veneza, local onde foi construído o Hospital Doutor Odorico Amaral de Mattos (Hospital da Criança). Segundo CZS (20/06/2013) a localidade Veneza sofreu alteração toponímica para Alemanha para homenagear padres alemães que desenvolviam atividades religiosas, na atual Igreja da Glória, que beneficiavam os moradores do bairro.

Em 1936 o Caminho da Veneza (atual Av. dos Franceses) já tinham casas com melhor pavimentação, podendo ser de palha ou telha, próprias ou alugadas, conforme pode ser evidenciado no Edital nº 10, de 06/03 em que o Prefeito Municipal notificava os interessados no lançamento do Imposto Predial (atual IPTU), para o 1º semestre daquele ano, das casas de palha e de telha situadas nos bairros proletários da Capital. Nesse caso, no Caminho da Veneza figuravam 02 casas, não especificando o referido documento, de que tipo.

Já em 1939 o Diário Oficial do Estado (1º/03/1939)

	<p>noticiava o lançamento geral tanto do Imposto predial territorial quanto da taxa de limpeza das casas situadas nos Bairros Proletariados, a vigorar a partir do primeiro semestre daquele ano para algumas propriedades, dentre elas figurava o Sítio Veneza, cujo dono, segundo o referido Jornal, era Arão Arassuama de Rego Brito.</p> <p>CZS (20/06/2013) assegura que o Sítio Veneza foi adquirido para transforma-se em área arborizada para embelezar a Cidade, projeto que não floresceu, sendo substituído pelo Hospital da Criança. Mesmo que Veneza tenha deixado de ser usado em detrimento de Alemanha, ainda se faz presente na memória desse bairro no nome de uma rua, de um estádio poliesportivo e de um Parque, todos na Alemanha.</p> <p>No que tange ao Sítio Caratatiua, segundo o Diário Oficial do Estado (07/1955, p. 02-03), a Lei Municipal, nº 501, de 05/02/1955, promulgada pelo Prefeito Carlos de Souza Vasconcelos, autorizava o Poder Executivo de São Luís a adquirir e dividir em 358 lotes o terreno localizado no Sítio Caratatiua, de propriedade de Ernani Ferreira Pinto. Praticamente um ano depois de oficializada a divisão da área do Caratatiua, esse lugar sofre alteração toponímica e passa a denominar-se Bairro Nossa Senhora da Glória, conforme estipulava a Lei Municipal nº 642, de 26/03/1956.</p> <p>O proprietário do Sítio Caratatiua, Ernani Ferreira Pinto, o adquiriu por aforamento conforme consta no Edital nº 12, de 04/06/1948 publicado no Jornal O Maranhão no dia 02 de maio de 1948, que informava o seguinte:</p> <p style="padding-left: 40px;">De ordem, e de acordo com o art. 119, do decreto-lei nº 9.769, de 05 de setembro de 1.946, o Auxiliar de Engenheiro, resp. exp. da Delegacia acima [Delegacia do Serviço de Patrimônio da União], neste Estado, torna público para conhecimento dos confinantes e a quem interessar possa, que decorridos 15 dias a contar esta data, será procedido no terreno acrescido da Marinha, situado no Sítio “Caratatiua”, subúrbio desta Capital, o levantamento topográfico do terreno acima aludido, para efeito de aforamento, conforme se verifica do processo em trânsito nesta Delegacia, de interesse do sr. Ernani Ferreira Pinto (Acréscimo da autora).</p> <p>Na extensa área adquirida pelo Poder Executivo de São Luís de Ernani Ferreira Pinto foi construído o Conjunto Habitacional Newton Belo, conforme noticiou o Diário Oficial de 27/09/1957. Esse conjunto de moradias passou a pertencer ao bairro que já possuía as áreas do Paraíso e da Veneza, ou seja, o Corotopônimo Alemanha passou a integrar uma extensa faixa de terrenos entre o Monte Castelo e o Caratatiua.</p>
Nota enciclopédica	
Topônimo	Caratatiua (97)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Ivar Saldanha, João Paulo, Alemanha,

	Apeadouro e Monte Castelo.
Taxonomia	Sítio Caratatiua > Bairro Nossa Senhora da Glória > Caratatiua = Etnotopônimo
Nota linguística	Caratatiua apresenta a variação linguística Caratateua.
Nota histórica	<p>Mesmo ignorando o significado da palavra Caratatiua encontramos em Ferreira (versão eletrônica) a variação linguística Caratateua como sendo um topônimo paraense e uma breve explicação do termo em Marques (2008, p. 305) que afirma ser Caratatiua “lugar da Ilha do Maranhão, bem próximo da capital, em cuja zona suburbana está praticamente incluído”. Descrição evidenciada já que o bairro, a pesar de figurar próximo ao antigo Caminho Grande, fica distante do Centro da Cidade, mas ganhou notoriedade em 1968, segundo Espírito Santo (2006, p. 66), com a construção da primeira ponte sobre o Rio Anil ligando o Bairro Caratatiua ao Ivar Saldanha.</p> <p>O Caratatiua já figurava como lugar habitado na terceira década do século XX conforme consta entre as propriedades citadas no Edital nº 10, de 06/03/1936 que notificava os interessados do imposto predial das casas de palha e de telha situadas nos bairros proletários, nesse caso, encontramos 10 casas, todas alugadas no Caratatiua. Esse Edital torna evidente a associação do Caratatiua a uma nova denominação: bairro proletário em detrimento a suburbano. Isso é justificado pela grande incidência de fábricas adjacentes à localidade ou na localidade, como é o caso da Roma Nova mencionada pelo jornal Chonica Maranhense (1º/05/1838, p. 526).</p> <p>Segundo o Diário Oficial do Estado (07/1955, p. 02-03), a Lei Municipal, nº 501, de 05/02/1955, promulgada pelo Prefeito Carlos de Souza Vasconcelos, autorizava o Poder Executivo de São Luís a adquirir e dividir em 358 lotes o terreno localizado no Sítio Caratatiua, de propriedade de Ernani Ferreira Pinto. Praticamente um ano depois de oficializada a divisão da área do Caratatiua, esse lugar sofre alteração toponímica e passa a denominar-se Bairro Nossa Senhora da Glória, conforme estipulava a Lei Municipal nº 642, de 26/03/1956.</p> <p>O proprietário do Sítio Caratatiua, Ernani Ferreira Pinto, o adquiriu por aforamento conforme consta no Edital nº 12, de 04/06/1948 publicado no Jornal O Maranhão no dia 02 de maio de 1948, que informava o seguinte:</p> <p style="padding-left: 40px;">De ordem, e de acordo com o art. 119, do decreto-lei nº 9.769, de 05 de setembro de 1.946, o Auxiliar de Engenheiro, resp. exp. da Delegacia acima [Delegacia do Serviço de Patrimônio da União], neste Estado, torna público para conhecimento dos confinantes e a quem interessar possa, que decorridos 15 dias a contar esta data, será procedido no terreno acrescido da Marinha, situado no Sítio “Caratatiua”, subúrbio desta Capital, o levantamento topográfico do terreno acima aludido, para efeito de aforamento, conforme se</p>

	<p>verifica do processo em trânsito nesta Delegacia, de interesse do sr. Ernani Ferreira Pinto (Acréscimo da autora).</p> <p>Em 1957, o então Prefeito da Capital, José Ramalho Burnett da Silva, doa ao Estado uma faixa de terreno situada no Lugar Caratatiua, medindo “1.400,00m², para a construção de um edifício destinado a um Grupo Complementar” (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS, 19/09/1957). Nesse mesmo lugar seria construído, posteriormente o Conjunto Habitacional Newton Belo, conforme noticiou o Diário Oficial de 27/09/1957.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	João Paulo (98)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Coroado, Coroadinho, Jordoa, Ivar Saldanha, Caratatiua, Apeadouro e Bairro de Fátima.
Taxonomia	AT: Sítio João Paulo > Vila Nova do João Paulo > João Paulo = Antropotopônimo
Nota linguística	Antropotopônimo advém do nome próprio de João Paulo das Chagas.
Nota histórica	<p>Nos primeiros anos de ocupação habitacional e expansão da malha viária de São Luís identificamos que o surgimento de alguns topônimos seguia uma tendência que era a de adotar o nome ou sobrenome de proprietários de terras como sítios, chácaras ou quintas. Esse fenômeno toponomástico aconteceu com: o Sítio da Machadilha ou Quinta do Machadinho, que originou o Hierotopônimo Vila Passos; o Sítio Barreto, que originou Antropotopônimo Barreto; o Sítio Filipino, que originou o Antropotopônimo Filipino e como o sítio de João Paulo das Chagas, que originou o Antropotopônimo João Paulo.</p> <p>O João Paulo é um dos bairros mais antigos situados ao longo do antigo Caminho Grande, atual Avenida Getúlio Vargas e João Pessoa. Segundo o Memorial de Ação Reivindicatória publicado no Diário do Maranhão (27/07/1908) o Sítio João Paulo já existia desde 1863, época em que José de Souza Gayoso e Francisco Gomes de Souza tomaram por aforamento à Câmara Municipal, conforme o termo respectivo, lavrado em 30 de março de 1863, um terreno ao Caminho Grande, com uma área de cem braças quadradas, contendo duzentas braças de frente e cem de fundo, além das terras adjacentes, confrontando com os sítios João Paulo, Cavaco, Texeira e outros (Diário do Maranhão, 27/07/1908).</p> <p>Trinta anos depois de figurar como terreno adjacente às terras aforadas por José de Souza Gayoso e Francisco Gomes de Souza, o Diário do Maranhão (12/08/1893) noticiava a venda pública do Sítio João Paulo no Leilão Mercantil do Agente Bastos. No anúncio de oferta, o referido sítio é declarado como sendo propriedade de foro da Intendência da Capital, avizinhado por dois sítios, pelo Rio</p>

das Bicas que fornecia água potável e de boa qualidade, constava de bens como uma casa de pedra e cal servida por um terreno que poderia ser “utilizado até para solta de gado, com grande pindobal, baixa extensa para o plantio de capim, grande quantidade de árvore frutífera, pedreira” (...).

Com a expansão urbana de São Luís a partir do Caminho Grande, do eixo Itaqui-Bacanga e da ponte sobre o Rio Anil (Ponte Governador José Sarney), além do IAPC vão surgir outros órgãos que estimularão a fixação de moradias não só para funcionários públicos (federais, estaduais e municipais), mas para os da iniciativa privada, atendendo dessa forma a classe operariada. Dentre os órgãos que construíram conjuntos habitacionais em São Luís na primeira metade século XX destacamos a Fundação da casa Popular.

Segundo O MARANHÃO (02/05/1948) a Fundação da casa Popular foi criada durante o mandato do Presidente Eurico Gaspar Dutra que, usando de suas atribuições legais como Presidente, assinou o Decreto-Lei nº 9.218 no dia 21/08/1946 que instituía no Brasil a Fundação que se ocuparia da construção de casas populares para resolver o problema habitacional da classe trabalhadora do País. Além do Decreto-Lei nº 9.218 foram assinados também dois outros, o 9.621 e o 9.777 que tratavam, respectivamente, da execução dos serviços e do estabelecimento das bases financeiras da Fundação.

Foi a partir da Fundação da casa Popular que houve a construção e entrega de dois Núcleos Habitacionais ao longo do Caminho Grande, o Núcleo Residencial do Timon – Aerial (atual Monte Castelo), constante de 50 casas e o Vila Nova do João Paulo (João Paulo) que dava continuidade ao projeto que previa a construção de 1.500 habitações populares: “Prosseguem as construções – Mais 250 casas serão construídas no local Vila Nova do João Paulo, em terreno que a Prefeitura já está terraplanando” (O MARANHÃO, 02/05/1948).

De sítio a núcleo residencial o João Paulo foi adquirindo importância socioeconômica até obter *status* de um dos bairros comerciais mais importantes de São Luís atualmente. As principais melhorias que contribuíram para o desenvolvimento e notoriedade desse logradouro foram: ser reconhecido como Zona de Habitações Operárias e ter seus logradouros nomeados, ter escolas, áreas como praça, mercado, igrejas e avenidas que possibilitassem o acesso de pessoas e meios de transportes à localidade.

Ser considerado como Zona de Habitações Operárias e proletariada (CÂMARA DA PROVÍNCIA De SÃO LUÍS, 01/08/1929) foi vantajoso para o João Paulo por que chamava a atenção do Poder Público para a prestação de serviços básicos como saúde, educação, transporte e saneamento básico, tornando assim, o lugar mais atrativo para moradia e

investimento em atividades comerciais.

Outro fator de extrema importância foi o acesso ao ensino institucionalizado de seus moradores, com a criação da Escola de Ensino Primário Rudimentar (Ensino Fundamental) Hemetério dos Santos (CÂMARA DA PROVÍNCIA de SÃO LUÍS, 21/01/1938). Quando essa Escola pública foi criada, o Decreto-Lei nº 27 da Câmara da Província de São Luís, previa que fosse destinada a menores carentes, que poderiam frequentá-la trajados com qualquer vestimenta, calçados ou não, mas que pudessem receber o *ensino primário rudimentar*. Outro colégio que foi fundado (14/12/1964) na localidade foi o Instituto Nossa Senhora da Vitória, segundo costa no Diário Oficial do Estado, de 30/03/1966.

A oficialização de ruas e áreas de um lugar é interessante não só por facilitar a localização de endereços, mas por requerer o cumprimento de prestação de serviços públicos já que são recolhidos impostos dos seus moradores, dessa forma, ressaltamos que foram oficializadas as áreas pertencentes ao Bairro, como é o caso do conhecido Bairro Barés ou antigo Bairro Aldeias (PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 30/12/1965). Além disso, foram denominadas algumas de suas ruas e travessas o Barés: Tabajaras, Tapajós, Timbiras, Tamoios, Tupinambás, Tupiniquins, Barés, Guarani, Travessa dos Timbiras (PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 30/12/1965). Além desses logradouros foram oficializadas também as ruas: Arcebispo Adalberto Sobral, da Cerâmica, Ladislau Diniz e a da Malária (PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 03/11/1965).

Ter locais de acesso público como praça, (Praça João Paulo, Duque de Caxias) mercado público e igreja (Capela de São Roque) também facilitou a vida dos moradores do João Paulo por que não precisariam se deslocar com mais frequência para o Centro da Cidade a procura daquilo que não teriam no Bairro, ao contrário, o Bairro começava a servir de referência tanto para os bairros adjacentes quanto para os do Centro da Cidade, conforme evidenciamos com a pavimentação das avenidas Avenida Getúlio Vargas e João Pessoa.

A pavimentação e ampliação do antigo Caminho Grande transformando-o nas Avenidas Getúlio Vargas e João Pessoa (VIEIRA FILHO, 1971, P. 84) melhorou consideravelmente a malha viária e a estrutura física dos bairros que figuram ao longo dessa via porque foram construídas *calhas para o escoamento da água da chuva* que emundava as casas e dificultava o tráfego de pessoas e a circulação de meios de transporte.

As melhorias listadas aqui e outras feitas no Bairro do João Paulo aliadas à consolidação dos bairros do Centro Histórico e dos que se encontram ao longo do Caminho Grade, são ser determinantes para que

O João Paulo, até então considerado subúrbio, tornou-

	<p>se sub-centro funcional. Antes da ampliação desta via a ocupação era esparsa e, com o seu prolongamento, esta área passou a exercer atividades diversificadas no uso e ocupação do solo, onde as tradicionais lojas do Centro Antigo passaram a manter suas filiais (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 66).</p> <p>Atualmente quem frequenta o João Paulo tem à sua disposição: escolas públicas e particulares, feira livre, supermercados, igrejas, lojas de roupa, calçado, material de construção, móveis, eletrodomésticos, bancos, a sede do 24º Batalhão de Caçadores, Cartórios e uma ampla rede de armazéns fornecedores de produtos dos mais variados gêneros.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	Ivar Saldanha (99)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Vila Palmeira, Barreto, João Paulo, Alemanha, Caratatiua e banhado a oeste, em direção ao Bairro do Ipase, pelo Rio Anil.
Taxonomia	AT: Caratatiua > Ivar Saldanha = Antropotopônimo.
Nota linguística	
Nota histórica	<p>A história do Bairro Ivar Saldanha está intrinsecamente ligada à do Bairro Caratatiua porque surgiu dentro da área do Sítio Caratatiua, adquirido pela Prefeitura do Estado em 1955, conforme evidenciamos na Lei Municipal, nº 501, de 05/02/1955, promulgada pelo Prefeito Carlos de Souza Vasconcelos.</p> <p>Segundo o Diário Oficial do Estado (07/1955, p. 02-03), a Lei Municipal, nº 501, do Prefeito Carlos de Souza Vasconcelos, autorizava o Poder Executivo de São Luís a adquirir e dividir em 358 lotes o terreno localizado no Sítio Caratatiua, de propriedade de Ernani Ferreira Pinto. Praticamente um ano depois de oficializada a divisão da área do Caratatiua, esse lugar sofre alteração toponímica e passa a denominar-se Bairro Nossa Senhora da Glória, conforme estipulava a Lei Municipal nº 642, de 26/03/1956.</p> <p>O topônimo Nossa Senhora da Glória não vigorou, mas como era muito grande o aglomerado de lotes, ao longo do processo de urbanização de São Luís, foi se dividindo originando o Bairro da Alemanha, do Caratatiua e o do Ivar Saldanha, que surge com o <i>status</i> de Bairro a partir da construção do Conjunto Habitacional Iolanda Costa e Silva, segundo afirmação de CZS (20/06/13).</p> <p>O Conjunto Habitacional Iolanda Costa e Silva foi feito pela HELC Construtora e entregue em 1969. O nome do conjunto foi dado para homenagear a esposa do militar e presidente do Brasil Artur da Costa e Silva, Iolanda Barbosa da Costa e Silva, Primeira-Dama do País de 1967 a 69.</p> <p>Segundo AAJA (08/02/2014) umas das primeiras moradoras da localidade, as casas do conhecido Conjunto Iolanda eram de alto padrão social, bem estruturadas e feitas em terrenos grandes e amurados. Em 34 anos de moradia na</p>

	<p>localidade, Amorim^a ressalta que é bem visível a diferença entre as casas do referido Conjunto e as outras que foram sendo construídas por moradores vindos de outros bairros da Cidade.</p> <p>Quando eu me mudei para cá em 1980 com meus dois filhos, já existia o Conjunto Iolanda, não sei quem é! (...) Não sei quando deram o nome para o bairro de Ivar Saldanha, mas sei que era o Prefeito de São Luís na época, acho que foi para homenageá-lo. (...) É bom viver aqui porque fica perto de tudo, da feira do João Paulo, de hospitais, de comércio e escolas (AAJA, 08/02/2014).</p> <p>Assim como outros bairros do entorno, como Vila Palmeira, Barreto e Alemanha, o Ivar Saldanha era constantemente alagado não só pelas águas das chuvas, mas pelas da maré do Rio Anil. AMRR (08/02/2014), filha de AAJA, ressalta que mesmo tendo o Conjunto Iolanda na parte mais pavimentada do bairro, <i>as casas, na sua maioria, eram palafitas feitas sobre pontes, as ruas eram alagadas pelas águas das chuvas e da maré, mas os próprios moradores entulhavam para poder viver lá, que era um mangue.</i></p> <p>Em mais de meio século de existência, o bairro prosperou em vários aspectos não só por agregar um conjunto residencial destinado à classe média, mas por (i) ter escolas, dentre elas as públicas Centro de Ensino Coelho Neto e Doutor João Bacelar Portela; (ii) sediar o 6º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo; (iii) ter todas as ruas asfaltadas e por (iv) ficar muito próximo de um dos maiores centros comerciais da Cidade que é o Bairro do João Paulo.</p>
Nota enciclopédica	<p>Ivar Figueiredo Saldanha foi um político maranhense que se destacou no cenário ludovicense como Deputado Federal e Estadual, Presidente da Assembleia Legislativa, Governador do Estado de (14/05/1982 a 15/03/1983) e como Prefeito. Segundo Marques (2008, p. 655) Ivar Saldanha esteve à frente da administração de São Luís em três mandatos: 1º/02/1956 a 24/03/1956 e depois em duas outras oportunidades:</p> <p>em 1º de jun. 1959, depois de licenciar-se da Assembleia Legislativa, pela segunda vez, retornava ao cargo de prefeito de São Luís (...). Em pouco tempo de ação na Prefeitura, sua administração começou a aparecer. Os bairros da periferia passaram a sofrer alterações em suas fisionomias, com a construção de colégios, postos médicos, praças, uma das quais em homenagem a Catulo da paixão Cearense, mercados, asfalto de ruas e abertura de avenidas. As obras que começavam chegavam ao fim, porque ele fiscalizava tudo (marques, 2008, p. 656).</p> <p>Marques acrescenta, oportunamente, (idem) que Ivar Figueiredo Saldanha conquistou a simpatia da população tanto para ele próprio quanto para o partido e candidato dele para Governador, isso fez com que elege-se seu aliado a Governador e se elege-se a Deputado Federal com expressiva</p>

	<p>quantidade de votos nas eleições de 1962 e, em 04/04/1977, na qualidade de Deputado Estadual, volta a ocupar a Prefeitura de São Luís. À frente da administração pública da Cidade novamente, ele se destaca pela conclusão das obras do Anel Viário e da Avenida Senador Vitorino Freire (ibidem, p. 658). Para MTJD (12/02/2014) ex funcionária da Assembleia Legislativa de São Luís, enquanto político, Ivar Saldanha não era bem quisto somente pela população, mas pelos funcionários públicos porque lutava pelos direitos e conquistas salariais desse seguimento. Monteiro lembrar que quando era funcionária da Assembleia Legislativa, via constantemente Ivar Saldanha ser muito elogiado pelos funcionários do Estado. “Ele era excelente, muito bom mesmo, acho até que ele ajudava as pessoas do município de onde ele era, Rosário”, ressalta ela.</p>
--	---

Topônimo	Jordoa (100)
Localização do bairro	O bairro fica entre: João Paulo, Coroadinho, Redenção, Filipinho, Túnel do Sacavém e Barreto.
Taxonomia	Antropotopônimo
Nota linguística	O Antropotopônimo não sofreu alteração linguística, mas ortográfica: Jordôa > Jordoa.
Nota histórica	<p>Não sabemos a data precisa da criação do Bairro da Jordoa, mas o certo é que em 1893 o logradouro já agregava uma estação dos bondes que trafegavam pelo Caminho Grande em direção ao Anil, segundo informações do Diário Oficial do Maranhão (05/07/1893). A respeito dessa afirmativa, vale a ressalva de que os bairros que surgiram ao longo do Caminho Grande dispunham de algum elemento de prestação de serviço público que se tornava referência aos transeuntes da referida via, que poderia ser: um cemitério (Vila Passos), fábricas (Fabrill, Monte Castelo, Anil), escola (Diamante), matadouro (Liberdade), sítios, chácaras (João Paulo) e, é claro trechos por onde passavam trens (Outeiro da Cruz) ou bondes (Apeadouro e Jordoa).</p> <p>Além de figurar como um dos bairros do Caminho Grande que tinha uma parada de bonde, a Jordoa vai servir de ponto de referência na demarcação da APA do Sacavém em 1934, conforme podemos evidenciar no Decreto-Lei, nº 6.833, de 26/08/1944, no artigo 2º que trata da delimitação da área da APA.</p> <p>Os limites da área a que se refere o art. Anterior são os seguintes: Ao Norte, a Estrada de Ferro S. Luís-Teresina, no trecho compreendido entre o ponto de cruzamento dessa ferrovia com a linha do Telégrafo Nacional e o lugar denominado Jordôa, a uma linha partindo desse lugar até alcançar a foz do rio das Bicas (...).</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	Filipinho (102)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Redenção, Sítio Leal, Coroado e Túnel do Sacavém.
Taxonomia	AT: Sítio Filipinho > Bairro Filipinho > Bairro Remy Acher.
Nota linguística	
Nota histórica	<p>O bairro Filipinho, assim como a maioria dos bairros povoados no início do século XX originou-se de um sítio que foi comprado para sediar uma empresa. Posteriormente sofreu mudança toponímica, mas o nome oficial não perdurou.</p> <p>No dia 26/01/1922 era noticiado no DO o leilão de um sítio situado no Caminho Grande denominado de Filipinho. O referido imóvel continha uma casa de vivenda coberta de telha em ruínas, árvores frutíferas, um rio e capim para pasto.</p> <p>Quem no dito Sítio quiser arrematar, poderá comparecer no dia, hora e lugar designados, onde a público pregão será vendido a quem mais der e melhor lance oferecer feita a dinheiro à vista e sinal de 20% como determina o Cod. De Proc. Civil e Comercial do Estado (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, ano XVII, nº 19, de 26/01/1922, p. 08).</p> <p>No dia 01/04/1929 era noticiado no DO a escritura de compra e venda do Filipinho pela Empresa Industrial Koblitz cujos donos eram os sócios Antonio Luiz de Castro, Arthur Koblitz e Nestor Madureira. Os dois primeiros proprietários resolveram vender a parte que lhes cabia da empresa a seu sócio Nestor Madureira que pagou a quantia de vinte e cinco contos de réis pela empresa e as terras onde esta estava edificada.</p> <p>A Lei Estadual nº 196 de 23/12/1950 denominava Engenheiro Remy Acher, o bairro do Filipinho, conforme é atestado no Diário Oficial de 29/12/1990.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	Túnel do Sacavém (105)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Sacavém, Outeiro da Cruz, Barreto, Sítio Leal, Filipinho e Jordoa.
Taxonomia	AT: E.F.S.L.T da Vitória > Túnel do Outeiro da Cruz > Via Férrea da Estrada da Vitória > Túnel do Sacavém = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Bairro do Sacavém que surgiu a partir do túnel da Estrada de Ferro São Luís a Teresina.
Nota histórica	<p>Para entendermos a história do Dirrematopônimo Túnel do Sacavém devemos nos reportar literalmente à história da Estrada de Ferro São Luís-Teresina – E.F.S.L.T já que foi essa ferrovia que serviu de referência à origem da povoação de um dos bairros do Sacavém, a Túnel do Sacavém, local que teve outras denominações que se referiam aos trechos ludovicenses por onde passava a E.F.S.L.T.</p> <p>A Estrada de Ferro São Luís Teresina começou a ser construída por trechos, o primeiro a ser pavimentado teve início em 1888, foi inaugurado em 1895 e circulava de Caxias</p>

(MA) a Cajazeiras (PI), posteriormente foram feitos os outros trechos tanto em municípios do Maranhão quanto do Piauí. O trecho que corresponde a São Luís começou a ser construído em 1905 e em 30/12/1920, Marques (2008, p. 453) afirma que foi denominada E.F.S.L.T em virtude do Decreto Federal nº 14.589, já que este formalizava a incorporação do trecho de Caxias ao de São Luís.

Em 1986 a E.F.S.L.T foi desativada, no entanto, enquanto circulou percorreu os seguintes municípios maranhenses até chegar ao Piauí: São Luís, Rosário, Itapecuru-Mirim, Coroatá, Timbiras, Codó, Caxias e Timon, último município entre os dois Estados.

Ao entrar no município de São Luís, o trem que vinha de Teresina poderia seguir dois percursos a partir da BR 135: ou ele seguia pelo bairro de Pedrinhas ao Porto do Itaqui, ou seguia de Pedrinhas, passava pelo bairro do Maracanã e ia ao Centro de São Luís. No que se refere a este último percurso, os trilhos do trem seguiam: (i) da BR 135; (ii) pelo bairro do Tirirical, por dentro da atual Parque Estadual do Bacanga, paralelo à atual Av. dos Franceses; (iii) por cima de seu elevado, no atual Coheb-Sacavém em direção ao Outeiro da Cruz); (iv) Av. Guaxenduba; (v) toda a extensão da Av. Getúlio Vargas, que compreendiam os bairros do Filipinho, João Paulo, Monte Castelo e; (vi) chegava ao Centro no conhecido Prédio da REFESA.

A estação central de linha férrea foi construída às margens da boca do rio Anil, no local onde hoje é a Beira-Mar, no Centro da cidade. O prédio grande, largo e com quatro andares passava a abrigar a estação e os escritórios da E.F.S.L.T. Esse estabelecimento ainda funciona abrigando delegacias da Secretaria da Segurança Pública do Estado.

No Prédio da REFESA, como é conhecida atualmente a antiga estação da E.F.S.L. T, ainda é possível ver um vagão/reliquia do trem que vinha de Teresina, guardado em um espaço que preserva à memória do Maranhense a passagem do trem por estas terras. Outro local em que é possível rever os trilhos é o túnel, a ponte e uma extensa faixa da E.F.S.L.T que fica dentro do Parque Estadual do Bacanga, lugar onde *nesceram* os bairros do Sacavém.

No trecho da E.F.S.L.T que fica dentro do Parque Estadual do Bacanga, que passa pelo elevado no Coheb-Sacavém e segue para o Cento existe um túnel que é visível na atual Estrada da Vitória. Nesse local os moradores do Sacavém foram se alojando, surgindo assim o bairro Túnel do Sacavém que, em 1966 figurava com a denominação de E.F.S.L.T da Vitória, segundo consta no DO de 25/04/1966.

O túnel da E.F.S.L.T já foi denominado como Túnel do Outeiro da Cruz, pelo Decreto nº 921, de 28/04/1925 por passar pelo referido lugar que, por sua vez, pertencia ao Distrito do Anil e, em 1929 a Prefeitura Municipal de São

	<p>Luís, através do Edital nº 11, de 20 de setembro de 1929 cobrava imposto predial sobre as casas situadas no subúrbio da Capital, dentre os lugares elencados para pagar o referido imposto, figurava o lugar da Via Férrea da Estrada da Vitória, outra denominação do bairro Túnel do Sacavém.</p> <p>Em 1949 o Prefeito Antonio E. Costa Rodrigues promulgava a Lei Municipal nº 111, de 20/05/1949, que no 2º artigo cita o Túnel do Sacavém como sendo ponto de referência nos limites da zona urbana da sede do Distrito do Anil.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	Sacavém (106)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Outeiro da Cruz, Vila Conceição, Sítio Leal, Coheb, Coroadinho, Túnel do Sacavém e Salina do Sacavém.
Taxonomia	AT: Bairro Nossa Senhora da Penha > Conjunto Habitacional do Sacavém > Sacavém = Corotopônimo.
Nota linguística	Conjunto de habitações feitas pela COHAB no bairro do Sacavém.
Nota histórica	<p>Não temos notícia da etimologia do topônimo Sacavém no Maranhão, mas há fortes indícios de que esse topônimo tenha sido adotado nestas terras por influência portuguesa já que é registrado por Castro (1762-1763) como nome de rio, lugarejo e também freguesia.</p> <p>O local Sacavém já figurava desde o início do século XX como é atestado pela Intendência Municipal no Edital nº 35, de 12 de jan. de 1904, publicado no Diário do Maranhão, ano XXXV, de 13 de fev. de 1904.</p> <p>Em 12/01/1904 a Intendência Municipal tornava público que Filomena Rosa da Conceição requeria para foro um terreno pertencente ao Patrimônio Público do município n luar denominado Sacavém, localizado no Caminho Grande. Tal terreno estava devoluto e media tanto ao norte quanto ao sul, de fundo 275m, com área de 756m.</p> <p>A área ocupada pelos bairros do Sacavém (Salina do Sacavém, Coheb do Sacavém, Túnel do Sacavém, Redenção e Coroado) é resultante da apropriação irregular das terras Área de Proteção Florestal instituída pelo Decreto-Lei Federal nº 6.833, de 26/08/1944, sancionado pelo então Presidente Getúlio Vargas.</p> <p>No art. 1º da referida Lei ficavam declaradas como Área de Proteção Florestal “de acordo com o art. 11, parágrafo único, do decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934, toda área de matas que interessam os mananciais abastecedores da Cidade de São Luís” (DIÁRIO OFICIAL DO RIO DE JANEIRO, 29/08/1944).</p> <p>A área que se refere o Decreto era delimitada no art. 2º da seguinte forma: (i) ao norte, a E.F.S.L.T, no trecho que compreende o cruzamento desta com a linha do Telégrafo</p>

Nacional e o Bairro Jordôa, numa linha que partia desse bairro até alcançar a foz do Rio das Bicas; (ii) a oeste, o Rio Bacanga até sua confluência com o Rio Maracanã; (iii) ao Sul, o Rio Maracanã, da foz às cabeceiras; (iv) a leste, uma linha que parte da das nascentes do Rio Maracanã até chegar às cabeceiras do Rio Batatan e desse ponto até a E.S.F.L.T, até alcançar a linha do Telégrafo Nacional.

A Lei Estadual nº 2.467, de 09/10/1964 estabelecia crédito indenizatório aos moradores ou donos das terras do Sacavém que tinham sido denominadas como Floresta Protetora de Mananciais no Decreto-Lei Federal nº 6.833, de 1944 para que as pessoas desocupassem a localidade, fato não ocorrido porque o lugar continuou a ser habitado trazendo, inclusive risco de vida a seus moradores não só por viverem próximas de uma subestação (Eletronorte I), mas por causa das barreiras que desmoronam constantemente causando mores, acentuados no inverno.

Atualmente, o conjunto de bairros do Sacavém figura dentro da área do Parque Estadual do Bacanga, o Sacavém, por exemplo, é lateralizado na parte sul somente por área verde, o Salina do Sacavém recebe esse nome em virtude do salitre que vem das marés, o Coroadinho sofre com aos desmoronamentos causados por barreiras, a metade do Coheb fica sobre colinas e a outra em um nível bem inferior.

Segundo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais, Unidades de Conservação da Natureza, o Decreto Estadual nº 7.545, de 1980 criava o Parque Estadual do Bacanga, que por sua vez, contava com uma área de 2.633 hectares, entre a margem direita do Rio Bacanga e a região do Maracanã. O local abrigava área remanescente de floresta pré-amazônica, que protegem as nascentes que alimentam a Represa do Batatã, responsável pelo abastecimento de água de 16% da Ilha. Além disso, apresenta (i) manguezais sob influência das marés, pequenas colinas (barreiras) e vales nas áreas centrais; (ii) vegetação constituída de árvores como angelim, barrigudeira, babaçu; (iii) fauna representada pelo bicho preguiça, cutia e várias espécies de aves, como o pica-pau, maracanã-do-buriti, gavião-da-cauda-branca e; (iv) ruínas do Complexo fabril conhecidas como Sítio do Físico, com área de cerca de 1.600m² com ruínas de curtume, fornos, tangues, e armazéns.

A Lei Municipal nº 1.662, de 18/03/1966, publicada no Diário Oficial de 1º/04/1966, em seu artigo 1º autorizada a mudança denominativa do lugar Sacavém para Bairro Nossa Senhora da Penha. Em 26/05/1965, segundo o Diário Oficial do Estado, de 26/03/1966, era criada a Associação e Moradores do bairro Sacavém.

Segundo a EMARHP, o Conjunto Habitacional Sacavém foi inaugurado em 23/03/1972 e tinha 477 casas, distribuídas em 42 quadras. O conjunto foi beneficiado com 01 igreja, 01

	<p>centro comercial com 08 boxes, 01 mercado, 01 área reservada para a subestação de transmissão de São Luís, a Adutora do Sacavém.</p> <p>A COHAB fez o Registro do Loteamento do Sacavém em 23/03/1976 no Cartório Jurandy de Castro Leite (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 23/03/1976). No referido documento a área do imóvel era descrita como sendo desmembrada e constava das seguintes características: (i) confrontava no quilometro 07 com a Estada de Ferro São Luís-Teresina; (ii) a noroeste e sudeste com o terreno da Estação Abaixadora da Companhia Hidroelétrica de Boa esperança – COHEB e com (iii) terrenos da Marinha na Bacia do Rio das Bicas; (iv) a sudeste também com o vale da Malária e; (v) a nordeste com a rua da garagem do bairro do Sacavém, voltando para a faixa de terras da E.F.S.L.T até a estrada das terras do Educandário Santo Antonio.</p>
Nota enciclopédica	<p>Castro (1762-1763, p. 138) afirma que “ette rio difcorre pelo Lugar de feu nome duas legoas diftante de Lisboa, defemboca no Tejo, faz huma profundiffima foz” e, tem sobre si uma ponte edificada pelos roanos Já o lugarejo Sacavém situa-se nas margens do dito talvegue, fica distante de Lisboa duas léguas e tem terras valiosas por causa de um porto da Paróquia dedicada a Nossa Senhora da Purificação, que tem sob suas ordens, conforme Castro (idem, p. 487-488) os seguintes templos: (i) o Mosteiro de Nossa Senhora dos Martyres e as Ermias do/de: (ii) Espirito Santo, (iii) São José, (iv) Nossa Senhora Madre de Deos, (v) Nossa Senhora da Saude, (vi) São Sebastião e (vii) Nossa Senhora da Vitória.</p> <p>A Freguesia de Nossa Senhora da Purificação de Sacavém é apresentada da seguinte forma por Castro (ibidem, p. 595)</p> <p>O lugar de Sacavem fica duas degoas de Lisboa para o Norte, tem hũa Igreja Paroquial dedicada ao myfterio da Purificação da Senhora, com hum Prior, que aprefenta a Cafa de Bragança, & feis Beneficiados; terá trezentos vizinhos, hũa Ermita de N. Senhora da Vitoria, outra do Espirito Santo, & outra de N. Senhora da Saude, com muytas quintas nobres (...).</p> <p>No que diz respeito à Igreja da Nossa Senhora Madre de Deos portuguesa, esta originou o bairro da Madre Deus no Centro Histórico de São Luís em 1713 quando sua imagem é posta em uma ermida por um descendente de Portugal já, quanto à Igueja de Nossa Senhora da Vitória, além de originar uma freguesia de mesmo nome nesta Capital, ainda nomeia a estrada que serve de acesso às terras do Sacavém, do Túnel do Sacavém e do Outeiro da Cruz: Estrada da Vitória.</p> <p>Erroneamente o bairro Coheb (Companhia Hidroelétrica de Boa Esperança) é conhecida como sendo um conjunto habitacional da COHAB e não o Sacavém. Pensamos que essa confusão aconteça porque todos os topônimos que são siglas e que começam com a sílaba <u>CO</u>, são atribuídos à COHAB.</p>

	A partir do topônimo Sacavém, temos: Túnel do Sacavém, Salina do Sacavém e Coheb Sacavém (topônimo popular).
--	--

Topônimo	Outeiro da Cruz (107)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Santo Antonio, Santa Cruz, Barreto, Túnel do Sacavém, Sacavém, Vila Palmeira e Cutim.
Taxonomia	AT: Oiteiro > Outeiro = Dirrematopônimo
Nota linguística	Oiteiro é o mesmo que outeiro e significa pequena elevação de terreno ou monte, fazendo jus ao topônimo, pois é uma das partes mais elevadas de São Luís, de onde podemos visualizar uma grande área da cidade.
Nota histórica	<p>O local onde hoje é o bairro do Outeiro da Cruz começou a ser povoado em 1662 em virtude de uma das Batalhas para expulsão dos holandeses da Capital e, posteriormente, por fazer parte do Caminho Grande, via de acesso do Centro ao Distrito do Anil. Mas esse local não é conhecido somente por esses dois motivos, por lá passava a <i>Estada de Ferro São Luís-Teresina</i>, importante ferrovia de escoamento de produtos de São Luís para as outras partes do País.</p> <p>Chefiados por João Maurício, Conde de Nassau-Siegen (Maurício de Nassau), os holandeses ocuparam São Luís de 1641 a 1644. Quando chegaram à Ilha, saquearam a igreja do Desterro, tomaram todos os mantimentos e fundos monetários que encontraram, imprimiram terror na população, enforcaram e degredaram os revoltosos, tomaram o município de Alcântara e os cinco engenhos açucareiros do Itapecuru, mas foram expulsos no levante chefiado pelo: ex-capitão-mor Antônio Muniz Barreiros Filho, Sargento-mor Antonio Teixeira de Melo, Capitão Paulo Soares de Avelar e pelos chefes indígenas Henrique Albuquerque e Joacaba Mitagaí.</p> <p>Os conjurados tomaram os engenhos do Itapecuru em 30/09/1642, deixaram-os protegidos e marcharam para a Capital, acampando a “três léguas da cidade, no hoje chamado Outeiro da Cruz, despachando uma pequena vantagem até a margem do rio Anil” (MEIRELES, 1980, p. 96). Quando os holandeses chegaram nessa localidade, foram emboscados e vencidos em 21/11/1642. Após essa data outras batalhas ainda aconteceriam para a expulsão dos invasores de Alcântara e outras partes do Estado, o que findaria em 1644.</p> <p>A Batalha do Outeiro da Cruz, como ficou conhecido o embate entre os portugueses, representados pelo ex-capitão-mor Antônio Muniz Barreiros Filho e as tropas holandesas vai ser memorizada então por</p> <p style="padding-left: 40px;">uma cruz de pau e bem tosca para perpetuar a memória de uma batalha havida entre a tropa de Antônio Muniz Barreiros e as holandesas, e tão ferido o combate, que dos invasores apenas ficaram seis. Berredo diz que aqui foi o sítio, em que se emboscaram os portugueses, e que a batalha foi além do Cotim (MARQUES 1870, p. 501).</p>

	<p>O local aí descrito ainda existe. O marco histórico, além de sinalizado com duas placas de monumento histórico, é marcado por uma cruz no alto de uma elevação pétrea onde lemos a seguinte gravação em mármore:</p> <p style="padding-left: 40px;">a tradição popular consagrou este monumento à memória dos bravos que, ao mando de Moniz Barreiros e Texeira de Mello expulsaram os holandeses da Capitania, 30 IX-1642, 21-XI-1642, 26-I-1643, 28-II-1644.</p> <p>Segundo noticiava o DO nº 269, de 30/11/1924, no dia 27 de novembro do mesmo ano, para comemorar a passagem de bonde elétrico que passava pelo bairro, os moradores do Outeiro da Cruz inauguraram a Praça Dr. João Vieira.</p>
Nota enciclopédica	<p>Atualmente, o bairro é cortado pela Avenida dos Franceses e a Avenida Granja Barreto (trecho que era do Caminho Grande) que se bifurca com a Avenida Getúlio Vargas, antiga Guaxenduba (trecho por onde passava a EFSLT). Nesse sentido da via temos o Condomínio Residencial Rio Parnaíba.</p> <p>O encontro dessas três avenidas acontece no Elevado do Café, mas este, curiosamente, é conhecido como Viaduto do Outeiro da Cruz, servindo de referencia ao bairro e não o contrário. O local é conhecido pelo viaduto e não como bairro.</p>

Topônimo	Barreto (108)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Vila Palmeira, Radional, Santa Cruz, Anil, Rio Anil e Ivar Saldanha.
Taxonomia	Antropotopônimo
Nota linguística	O nome do bairro provém do sobrenome de José Maria Barreto, denominação que se estendeu ao sítio e originou o Bairro.
Nota histórica	<p>O atual bairro do Barreto já figurou como importante área econômica de São Luís porque essas terras abrigaram: a sede da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo do Maranhão–EMATER, o primeiro parque agropecuarista da Cidade, uma Granja denominada White Hoop, horta, pedreira para extração de pedra e barro, fazendas, estação de rádio, fábrica de ração para gado e área de lazer tanto de famílias abastardas quanto das humildes.</p> <p>Segundo Silva (13/10/2013), ex-hortaliceiro do Barreto, na década de (19)60 a localidade, que era uma extensa área de terras do Governo, abrigava sítios e grandes propriedades agropecuaristas que abasteciam São Luís com gêneros alimentícios como carne bovina, suína, aviária, laticínios, frutas e hortaliças. Silva na verdade, se referia à gleba de propriedade do Governo Federal que sediava a EMATER, órgão público que tinha como missão apoiar produtores e trabalhadores rurais do Estado.</p> <p>A sede da EMATER localizava-se exatamente no local onde as propriedades rurais de São Luís, destinadas à criação de animais para consumo próprio ou para venda, se</p>

encontravam. Logo, os produtores agropecuaristas dispunham de assistência direta de técnicos e veterinários para auxiliarem no trato com o gado, conforme atesa Silva (13/10/2013) quando explica que os donos das fazendas não dispunham de capim nem ração adequada para alimentar o gado e cavalos, então os agrônomos resolveram importar de outros Estados sementes de capim, que

quando chegavam aqui, eles preparavam a terra e plantavam elas, depois espalhavam as mudas no terreno para que elas pudessem crescer e alimentar as criações. Eu mesmo trabalhei muito nesse plantio, foi assim que o capim adequado para o gado foi introduzido aqui em São Luís e que aprendemos a fazer ração para galinha. Eles traziam os toneis cheios de sangue, a gente derramava, ele secava, a gente raspava e misturava com o preparo que eles mandavam (SILVA, 13/10/2013).

A primeira Exposição Agropecuarista do Maranhão–EXPOEMA foi feita no Barreto (SILVA 13/10/2013), as demais no Parque Independência, no bairro do São Cristóvão. Outro fato curioso sobre o Barreto é a presença e uma granja, a White Hoope que, segundo o Diário Oficial do Município (1949, p. 05), figurava como limite na divisão da Zona suburbana da Sede do Distrito Administrativo do Anil na década de (19)40. Mas, desta não temos mais nenhum resgate informativo além do fornecido por Silva e pela descrição do Diário Oficial. O que resta de concreto é a denominação da avenida que passa em um dos lados do bairro, que herdou o nome de Granja Barreto, que não sabemos ser a White Hoope ou outra que possa ter existido na localidade já que Marques salienta que nesse local foram edificadas granjas aviárias e leiteiras.

Neste caso, granja seria um termo genérico e significaria então, pequena propriedade rural em que é explorada uma atividade agrícola em escala pequena, que pode ser a lavoura, a criação de gado ou mesmo o sentido atualmente usado: lugar onde criamos aves dos mais variados tipos tanto para consumo quanto para comércio, a exemplo do que aconteceu com o Bairro Chácara Brasil, que era uma granja.

Silva lembra com clareza dos fatos mais marcantes do Barreto, como é o caso da construção do Conjunto Habitacional Radional, no qual trabalhou informalmente para obter renda para comprar um cavalo, das instalações da Rádio ITT Comunicações Mundiais, onde foi pedir permissão para usar um terreno dessa empresa para fazer uma horta onde plantou verduras para venda em vários locais de São Luís.

Eu fui falar com o responsável pela Rádio e disse que não tinha ido pedir nem emprego e nem dinheiro, só queria um terreno que já tava de olho para fazer uma horta. Então eu tive a permissão, comecei a plantar verdura em toda essa área [área central do bairro que corresponde à avenida principal], foi daí que tirei o sustento de minha família, logo me mudei pra cá com a

mulher e as crianças, cheguei aqui, fiz a horta, colhia e vendia no João Paulo, no Mercado Central, no Anil..., depois pedi um terreno para construir minha casa, me mudei pra cá definitivamente em 12/12/1966. Só terminei com a horta porque a Rádio vendeu o terreno pra COHAB construir o conjunto (SILVA, 13/10/2013).

Ressalta ainda Silva que a área correspondente ao bairro da Santa Cruz e Vera Cruz era uma enorme pedreira do senhor João de Deus Nunes, João Nunes, seu sogro. Era esse último que fornecia pedra e barro para as construções nessa área ou em outras partes da Cidade. *Existiam barreiras para todo lado, não era só a de meu sogro, toda esta área aqui já foi e ainda é muito acidentada*, explica Silva (13/10/2013).

A área que corresponde aos bairros Vila Palmeira, Outeiro da Cruz, Radional e Santa Cruz tinha uma só denominação que era Barreto. Posteriormente, a COHAB comprou o Sítio Liberdade (ITT Comunicações Mundiais S.A, 1970, p. 01) e construiu o Conjunto Habitacional Eney Santana-Radional, originando o Bairro popularmente conhecido como Radional. Além desse bairro, surgiram também a Vila Palmeiras e o Santa Cruz, resultantes do processo migratório de pessoas que vinham de todas as partes do Estado à procura de melhores condições de vida, caso da família de Silva que veio do Município de Barreirinhas, se instalou no na área metropolitana de São Luís, Paço do Lumiar e, depois para a Radional, sendo Silva um dos moradores e conhecedores mais antigos do Bairro. *Eu e o vigia da rádio fomos demarcando as linhas de terreno, dividindo, e as pessoas que chegavam iam invadindo, ocupando, isso aconteceu mais rápido com a construção do Conjunto da Radional* (SILVA, 13/10/2013).

Mesmo que as propriedades agrícolas de outrora tenham sido desativadas os núcleos populacionais que já existiam lá permaneceram e foram ampliados adquirindo estrutura de bairro, ou seja, deixaram de ser simplesmente propriedades rurais, agropastoris, sítios ou hortas e obtiveram *status* de zona urbana não restando quase nenhum resquício das atividades agropecuaristas de então, mas sim um lugar que, atualmente vive imerso na insegurança causada pelo alto índice de criminalidade em virtude da comercialização de drogas.

Segundo Silva (13/10/2013) o Barreto teve muitos mananciais de água cristalina e potável o que era bom e ruim ao mesmo tempo. Bom porque as nascentes serviam *as pessoas com água para beber e outros afazeres e ruim porque inundava a maior parte dos terrenos transformando-os em brejos, principalmente quando se juntava com a água do Rio Anil e da chuva*. As águas do Barreto se juntavam as do Rio Anil pelo Igarapé Barreto que, segundo o Diário Oficial do Município (1949, p. 05), era um afluente da margem esquerda

	<p>do Anil.</p> <p>Marques descreve o lugar Barreto a partir do Igarapé de mesmo nome e ressalta que o rio nasce na encosta do Outeiro da Cruz e foi o primeiro que serviu de água encanada para a Capital, mesmo antes de existir a Companhia de abastecimento de água no Anil em 1850 e acrescenta que</p> <p style="padding-left: 40px;">Hoje esse manancial pertence ao Estado do Maranhão e lá foram recentemente construídas edificações para granja avícola e leiteira (...) aproveitado a reserva d'água e a vegetação que havia em torno do manancial, prepararam piscinas de natação e outras atrações e diversões populares, principalmente algumas destinadas às crianças que não dispõem, em São Luís, de um logradouro público arborizado e saudável onde possam passear e brincar aos domingos e feriados (MARQUES, 2008, p. 196).</p> <p>Como a primeira versão do <i>Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão</i>, obra de Marques, foi lançado em 1870 e o autor afirma que <i>Hoje esse manancial pertence ao Estado do Maranhão</i>, acreditamos que o Barreto, diante de todos os vestígios descritos por um de seus moradores mais antigos (Silva) e pelo Historiador Marques tenha surgido em meados do século XIX, mais precisamente em 1850, época do início da calização das águas do Rio Anil e período em que José Maria Barreto já havia atuado como médico desta capital por mais de 30 anos.</p>
Nota enciclopédica	<p>Silva, por exemplo, explica que no momento em que começou a desenvolver suas atividades como ortalceiro na área do Barreto, a localidade já era assim denominada, mas Marques afirma que esse lugar abrigou o sítio da família do cirurgião José Maria Barreto e, com a morte deste, as propriedades foram herdadas pelo Barão de Anajatuba, José Maria Barreto Júnior, filho do referido cirurgião, logo, o topônimo advém do sobrenome da família de médicos Barreto, informação confirmada em Marques (2008, p. 127) quando é descrito sobre a Companhia de abastecimento de água no Anil que foi antecedida pelo aproveitamento e <i>captação das águas do sítio Barreto, assim denominado por ter pertencido ao cirurgião-mor José Maria Barreto e a seu filho, o médico José Maria Barreto Júnior.</i></p> <p>O médico-cirurgião português José Maria Barreto, apelidado de Cirurgião Surdo, foi proprietário da Quinta Boa Horta (Centro) e do Sítio Barreto, foi nomeado Cirurgião da Casa Real pela Junta Proviória e Administrativa da Província do Maranhão no dia 13/12/1822 (MARQUES, 2008, p. 598, 740) em substituição do também médico-cirurgião Sebastião José Vieira; trabalhou como médico homeopata da Santa Casa de Miericórdia (idem, p. 604, 742), sendo nomeado para esse cargo em 12/09/1824; foi um dos benfeitores do Hospital Nossa Senhora da Conceição, fundado em 03/04/1859 (ibidem, p. 614). Em reconhecimento pelos bons serviços prestados à Nação durante 30 anos que atuou como médico, o</p>

	Rei Dom Pedro II o nomeou cirurgião onorário da Câmara Imperial em 25/01/1842 (MARQUES, 2008, p. 742). É ignorada a data que nasceu e a que veio para o Brasil por problemas de saúde, mas Marques salienta que faleceu em 26/09/1855.
--	--

Topônimo	Vila Palmeira (109)
Localização do bairro	Área suburbana de São Luís que fica entre os bairros: Rio Anil, Ipase, Ivar Saldanha, Barreto, Radional e Santa Cruz.
Taxonomia	AT: Vila das Palmeiras > Vila Palmeira = Fitotopônimo.
Nota linguística	
Nota histórica	<p>Oficializado o topônimo em 21/09/1970 pela Lei Municipal nº 1.904, o atual bairro da Vila Palmeira, outrora Vila das Palmeiras, começou a ser povoado espontaneamente no final da década de 1960 por pessoas que não tinham moradia e que viviam de aluguel, agregadas ou mesmo que vinha do interior do Estado de municípios como Caxias, São Bento e Bacurituba em busca de melhores condições de vida.</p> <p>O nome do bairro foi dado por causa dos vários tipos de palmeiras que tinham na localidade quando esta começou a ser povoada. A área era alagada pelas águas tanto da maré do Rio Anil quanto do Rio Jaguarema e da chuva, por isso crescia lá a vegetação típica, palmeiras como a do coco babaçu, buriti, juçara, tucum e outro tipo de vegetação que se mesclava a elas. Por isso Vila das Palmeiras ou simplesmente, Vila Palmeira, como ressalta SRN (02/07/2013), moradora do Bairro há 42 anos, ao afirmar que</p> <p style="padding-left: 40px;">Quando meu pai chegou aqui com minha família, já tinha gente aqui, era invadido. Tinha um pessoal responsável pela invasão, que justamente chamavam <i>os invasores</i>, eles tiravam os lotes, por exemplo, tinham vários vizinhos, um tirava daqui, outro tirava dali, foi quando cresceu Vila das Palmeiras (...) e tinha esse nome por causa das palmeiras do coco babaçu, tucum e juçara, que inclusive eram aproveitadas para fazer as casas (SRN, 02/07/2013).</p> <p>SRN explica que as casas eram pequenas e muito humildes e as classifica como casebres tapados de barro ou mesmo tapados ou cobertos de <i>palha braba</i>, isto é, folhas de palmeira que a natureza oferecia e que era a única opção que as pessoas tinham devido às suas condições econômicas. Mas essa realidade mudou consideravelmente como confirma PGRM, moradora do bairro há 43 anos.</p> <p style="padding-left: 40px;">As casas antigamente eram cobertas de palha, hoje em dia você vê as casas de alvenaria, hoje já tem uma garagem, a maioria das casas já são de andares. Então, pessoas que vêm, querem comprar casa na Vila Palmeira, hoje o valor das casas está na faixa de até 90 a 120 mil reais onde, na época em que compramos nosso terreno foi 10 cruzeiros (PGRM, 02/07/2013).</p> <p>Os primeiros moradores da Vila Palmeira enfrentaram muitos desafios para permanecerem na localidade, dificuldades não só de ordem econômica, mas as impostas pela</p>

natureza e pelo Homem.

Um dos desafios constantes era conviver com a água que alagava as ruas, invadia e derrubava as casas. A pavimentação das ruas era precária porque as águas da maré, do rio e das chuvas invadiam as ruas, não havia escoamento o que ocasionava desabamento das casas e dificultava o acesso ao bairro, informação confirmada em inquérito às três moradoras do bairro que são unânimes em afirmar que atualmente o lugar é nobre, elitizado em comparação à realidade do início da povoação:

Hoje a gente já se considera até um bairro nobre, pro que ele era no passado, hoje é um bairro nobre! (...). Meu bairro é nobre, posso ir ao centro a pé, é perto de tudo, tem escolas (...), tudo que eu quero tem no meu bairro! (...) Eu me casei na Vila Palmeira, tive meus filhos na Vila Palmeira, tô acabando de criar meus netos na Vila das Palmeiras e talvez vou sair da Vila das Palmeiras só pro cemitério! (SRN, 02/07/2013).

Mas as dificuldades impostas pela natureza eram dribladas por causa das necessidades que tinham os moradores e nem se comparavam ao terror pelos quais passavam seus moradores, pela violência física e psicológica que eram impostas por um cidadão conhecido como sargento Silva.

Segundo PGRM e SMP (02/07/2013) ele saía anunciando na localidade que ia queimar as casas das pessoas. Ameaçava e cumpria. Ele fazia isso porque a área era de apropriação irregular, por não ter uma representação política e nem uma comunitária. Então, como estava começando a povoação, ele, por ser uma *autoridade*, saía derrubando e queimando as casas para intimidar as pessoas e fazê-las desistir do intento de permanecer na localidade.

Ele era tão mal que fez a pessoa que trouxe a palavra, o evangelho para pregar aqui na região [Pastor Fonseca], ele castigou, mandou subir, de joelhos uma ladeira muito alta daqui do bairro. Naquele tempo, as pessoas não sabiam reclamar, reivindicar seus direitos (...) foi verídico mesmo! (PGRM, 02/07/2013), [acréscimo da autora].

O período de penúrias passou e o bairro progrediu consideravelmente. SMP (02/07/2013), por exemplo, salienta que ele se desenvolveu muito e que atualmente já não são chamados de índios, pois *antigamente quem morava na Vila Palmeira era índio, né, no sentido pejorativo porque tinha um índice de criminalidade muito grande, por ser invasão, porque era periférica e hoje não, já é um bairro mais centralizado*. Ressalta ainda que as pessoas cresceram com o bairro. As pessoas que estão lá desde o início já têm seus filhos formados, têm muitas escolas lá que formaram esses filhos. Para ela, que é Professora, o fato de ter muitas escolas fez com o bairro se tornasse referência para os bairros vizinhos e melhorasse a condição de vida de todos que resistiram às dificuldades.

As escolas trouxeram uma boa educação, um bairro

	<p>mais elitizado! Hoje o bairro é um bairro de referência, é fácil o acesso, é muito conhecido por causa do complexo do Castelão [estádios Castelão e Castelinho], por causa do DETRAN, do COLUN. Então a referência é muito boa para nós. O bairro cresceu tanto que deu origem a outros bairros de invasão que são a Divinéia-Santa Cruz, o Santa Júlia (palafita), ou Salina da Vila Palmeira, porque tem a Salina do Sacavém (SMP 02/07/2013), [acréscimos da autora].</p> <p>As escolas das quais SMP se refere fazem parte tanto da Vila Palmeira quanto dos bairros adjacentes. São elas: (i) o 2 de Julho, o antigo Colégio Poli Valente, que é administrado pelos militares dos bombeiros; (ii) o Pio XII; (iii) o Estado do Rio Grande do Norte, inaugurado em 1976; (iv) o Colégio Universitário – COLUN I e II que, a pesar de está desativado a comunidade busca seu funcionamento; (v) o Militar Tiradentes I, antigo Centro de Educação do Maranhão – CEMA; (vi) os municipais: Nelton Neves (educação infantil) e Maria de Jesus Carvalho (jardim de infância); o (vii) Airton Sena (comunitário) e o Novo Horizonte (particular).</p> <p>Outro fator de desenvolvimento e ganho à qualidade de vida dos moradores da Vila Palmeira foi a construção da Avenida dos Franceses que significou uma melhoria significativa ao bairro porque facilitou o acesso ao centro da cidade, já que este era feito somente pelo bairro do João Paulo, não tinha o acesso via bairro da Alemanha. A construção de dois viadutos, o do Café (Outeiro da Cruz) e o Alcione Nazaré foi fator importante também não só por melhorar o tráfego de veículos, mas por possibilitar mais investimentos econômicos na localidade.</p> <p>Nós percebemos que o bairro cresceu, a parte de saneamento básico, a parte de pavimentação. Expandiu mais do que os bairros vizinhos, que dependem da Vila Palmeira, de uma feira maior, da casa lotérica, do posto de saúde... (SMP, 02/07/2013).</p> <p>O bairro e seus adjacentes agregam vários órgãos públicos, estabelecimentos comerciais e de lazer, como: (i) o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN; (ii) a Delegacia da Polícia Interestadual de Roubo de Carros – POLINTER; (iii) o Centro de Saúde Pública Genésio Rego, que está sendo transformado em uma Unidade de Pronto Atendimento – UPA; (iv) o 9º Distrito Policial – 9º DP; (v) o Parque Folclórico, local de eventos como a Festa do Trabalhador, a de São João e shows de Reggae; (v) várias oficinas mecânicas, autoescolas, lojas automotivas, escritórios de despachantes, clínicas conveniadas com o DETRAN para exames de qualificação da Carteira Nacional de Habilitação, lojas comerciais e de material de construção, restaurantes, lanchonetes, panificadora, padaria, salões de beleza, casas e quitinetes para alugar.</p>
Nota enciclopédica	Dentre as lojas comerciais do bairro, a Magnífica e a Shopping das Calcinhas contribuíram para mudar a rotina do

	bairro ao veicularem propagandas nos meios de comunicação de seus produtos. O bairro ficou mais conhecido na cidade, mais frequentado, principalmente por revendedores de roupas íntimas, mas o trânsito na rua desses estabelecimentos se tornou difícil já que não comporta os carros dos moradores, dos fornecedores e nem dos compradores e transeuntes.
--	--

Topônimo	Radional (110)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Santa Cruz e a Vila Palmeira.
Taxonomia	AT: Sítio Liberdade > Conjunto Habitacional Eney Santana – Radional > Radional = Siglatopônimo
Nota linguística	Ra > rádio + nal > internacional = Radional ou, Ra > rád + ional > internacional = Radional. Rádio Internacional do Brasil.
Nota histórica	<p>As terras onde foi construído o Conjunto Habitacional Eney Santana-Radional foram motivo de disputas judiciais ente a Prefeitura de São Luís e a empresa ITT Comunicações Mundiais S.A., ambas <i>denominadas</i> donas da gleba que a Empresa de Telecomunicações do Maranhão S.A – TELMA adquiriu na década de 70. No final do embate judicial, a ITT Comunicações sai vencedora porque provou como adquiriu, legalmente, as terras situadas na Avenida João Pessoa, no lugar Outeiro da Cruz, desmembrado do Sítio <i>Liberdade</i>.</p> <p>Em carta encaminhada a Amaury Ritter Martins, Presidente da TELMA, em 27/05/1970, o Presidente da ITT Comunicações Mundiais S.A. esclarece que é a legítima possuidora de terras onde funciona uma Estação Transmissora de Rádio na Capital e, que pode vendê-la já que a adquiriu por aforamento.</p> <p>A história da transferência do domínio útil do imóvel da Radional à ITT Comunicações Mundiais S.A. foi feita mediante cláusulas de benfeitoras no terreno como é esclarecido a seguir pela legítima dona na Carta de 27/05/1970, ao fundamentar que:</p> <p>Pela Lei nº 180, de 17/11/1948, artigo 1º, o Governo do Estado desapropriou o domínio útil dos terrenos do Sítio <i>Liberdade</i>. O § 2º do referido artigo tratava da finalidade da desapropriação que era a construção de uma estação de rádio comunicações para a Capital, ficando o Governo autorizado a alienar, ceder ou doar a referida área à empresa que se comprometesse a fazer as instalações.</p> <p>A Lei nº 251, de 29/12/1948, no artigo 1º, fixava a área necessária à instalação da estação e no 2º artigo, estipulava que a alienação das terras seria efetivada por escritura pública, caducando a doação dentro de dois anos se os serviços compromissados não fossem executados pela empresa responsável.</p> <p>A Escritura Pública de 07/02/194, lavrada no cartório Domingos Barbosa, livro 234, fls. 162, registrada no Registro Geral de Imóveis e Hipotecas, sob o nº 12.655, fls. 256, livro</p>

3-F, e transcrição das Transmissões, em 10/02/1948, formalizava a doação da área de terreno para a construção da Estação de Rádio que caducaria caso não fosse obedecido o 2º artigo da Lei nº 251.

A ITT Comunicações Mundiais S.A, nova denominação da Companhia Rádio Internacional do Brasil – RADIONAL, assentou e fez funcionar a Estação no prazo estipulado até que a EMBRATEL, órgão do Governo Federal, assumir o controle de das telecomunicações no país em 1969.

Diante do histórico comprobatório da posse das terras, o diretor financeiro da ITT Comunicações Mundiais S.A, C.G. Todd, solicita que Amaury Ritter Martins transmita à Prefeitura tais informações, feito isso, Vicente Cavalcante Fialho, Prefeito Municipal, expede o Ofício nº 35, em 05/02/1970 declarando que nada tem contra a transferência do terreno aforada da RADIONAL à TELMA.

Dessa forma, a ITT Comunicações Mundiais S.A vende as terras da RADIONAL à COHAB em 30/10/1970, conforme testa a Escritura Pública de Compra e Venda de Imóvel Urbano, lavrada no Cartório de Registro Geral de Hipotecas, nº 39.110, p. 125 do protocolo, registro nº 27.974, p. 12 do livro 3AF de 03/11/1970:

Saibam quantos virem esta pública escritura de compra e venda, que esta aos trinta dias do mês de outubro, do ano de mil novecentos e setenta nesta cidade de São Luís (...) compareceram partes entre si (...) a outorgante vendedora ITT Comunicações Mundiais S.A. (...) e como outorgada compradora a Companhia de Habitação Popular do Maranhão – COHAB MA.

Conforme o instrumento particular de contrato de empreitada com a Companhia de Desenvolvimento Rodoviário do Maranhão – CODERMA, firmado em 16/11/1972, a COHAB começava a construção do Conjunto Habitacional Eney Santana-Radional em 1972.

Em 07/02/1975 Emílio Biló Murad, presidente da COHAB solicitava (Ofício do Presidente 026/75) o *Habite-se* do Conjunto Habitacional Eney Santana-Radional ao então prefeito de São Luís Haroldo Tavares. Segundo informa o Ofício nº 29/75, a inauguração do Radional foi autorizada 13/02, mas a SURPLAN só encaminhou o documento solicitado dela COHAB 25/02.

A prefeitura de São Luís, após a vistoria no local pela seção competente, e de acordo com as informações contidas no Processo nº 573/74 resolve conceder o presente HABITE-SE para o prédio situado no Conj. Eney Santana – “Radional”, Bairro Outeiro da Cruz (PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 13/02/1975).

Segundo a EMARHP (Relação dos Conjuntos Habitacionais, s/d), quando o conjunto foi inaugurado em 1975, tinha 366 casas, foi beneficiado com 01 centro comercial que tinha 05 lojas e 05 boxes, 01 colégio, 01 CSU e 01 igreja católica.

	<p>A pesar de o Conjunto Habitacional ter o nome oficial de Eney Santana, desde seu surgimento a referência sempre foi a Companhia Rádio Internacional do Brasil, já que esta anteceder aquele. Logo, RADIONAL deixou de ser uma sigla que memorava uma empresa para ser um bairro que memora a ocupação e expansão do território de São Luís, comprovando assim que o topônimo não é mera denominação de um lugar, mas o testemunho vivo dos fatores históricos, sociais, econômicos, culturais que contribuem para a consolidação de uma comunidade, um bairro, uma capital, um estad...</p>
Nota enciclopédica	<p>Eney Santana como esposa do governador Pedro Neiva de Santana foi uma mulher engajada e preocupada com a educação em nosso estado. Segundo dados o <i>site</i> da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Luís – APAE, em 10 de março de 1971 quando a APAE foi fundada, Eney Santana, a então Primeira dama do Estado, coordenou grupo de empresários, assistentes sociais da UFMA que tomaram a iniciativa de alicerçar essa instituição filantrópica, isso justifica a escolha do nome oficial do Conjunto.</p> <p>O prédio onde funciona uma agência dos Correios é o local onde foi instalada estação de Transmissão de Radio da ITT Comunicações Mundiais S.A.</p>

Topônimo	Santa Cruz (111)
Localização do bairro	O bairro fica entre: santo Antonio, Cutim Anil, Barreto, Vila Palmeira e Anil.
Taxonomia	Hagiotopônimo
Nota linguística	O nome do bairro remete à cruz em que Jesus foi sacrificado.
Nota histórica	<p>O tradicional Bairro da Santa Cruz pode ser considerado como uma área que abriga várias outras, ou seja, é um lugar formado, por no mínimo, quatro bairros de criação espontânea ou não: Bom Clima, Vera Cruz, Matança e Divinéia. Logo, não podemos falar de um desconsiderando a história dos demais. Mesmo que o Santa Cruz tenha sido o pioneiro, os outros lugares que o integram é que legitimam sua história.</p> <p>Tanto os moradores da Santa Cruz quanto os do Vera Cruz são enfáticos em afirmar que eles se reuniram e elegeram as atuais denominações que conhecemos. Coincidentemente, os dos bairros acima citados são vizinhos do Outeiro da Cruz, fato que chama a atenção à preferência, na localidade, pela palavra <i>cruz</i> que, por sua vez, remete ao credo religioso também presente no nome do Educandário Santa Cruz, que, segundo Oliveira (2012, p. 46), situava-se no Anil e era dirigido, em 1950, pelas Freiras Franciscanas.</p> <p>A pesar de os moradores mais antigos da Santa Cruz desconhecerem de onde se originou o referido topônimo, temos fortes e convincentes indícios de que tenha surgido da denominação do Educandário das Freiras Franciscanas por vários motivos, dentre os quais destacamos a marcante</p>

presença dessas religiosas não só no Bairro do Anil, mas nas suas adjacências. Comprovadamente, as referidas religiosas já faziam serviços comunitários na Santa Cruz antes da década de 1980, por isso é que deram assistência humanitária aos desabrigados que fundaram a Vera Cruz, nesse caso, além do apoio político que foi decisivo para que os moradores ficassem na terra recém-conquistada, eles tiveram ajuda da Igreja Católica que deu auxílio espiritual e material.

Era um grupo de freiras, tinha o Frei e a irmã Piedade que fazia jus ao nome, ela era muito boa para nós, ela e os outros membros da Igreja. Uma vez a gente fez uma reunião aqui e veio muita gente, veio até o arcebispo de São Luís, Dom João Mota, o Deputado Cid Carvalho (SEMO, 05/01/2014).

Segundo SEMO e o Centro Catequético do Santa Cruz (s/d, p. 01), a história da Vera Cruz começa em 07/02/1980, momento em que aproximadamente 72 famílias tiveram que se mudar das margens do Rio Anil por causa da enchente que os desabrigou. A situação de desespero dessas “famílias chegou ao conhecimento das irmãs Capuchinhas e das legionárias do bairro Santa Cruz que fizeram chegar ao conhecimento do Conselho Paroquial do Anil”. Foram enviados, então, remédios, roupas e alimento para amenizar o sofrimento daquelas pessoas.

A ocupação da área começou em fevereiro de 1980, no Carnaval de 80, mas a origem mesmo foi uma grande enchente na área que hoje é ocupada pela Matança, uma área de mangue alagada. O povo daqui morava lá, ai ocorreu uma grande enchente e esse povo subiu prá cá, era uma alternativa, já que aqui era muito mais acima e seco! Aqui não tinha casa, mas tinha vigia. Diziam que era propriedade particular do governo, a gente não sabia se estava legal ou não. Eu sei que o povo vendo que a grande inundação que tinha dado aqui em baixo, subiu prá cá, e ai ocuparam a área do campo de futebol que era mais Santa Cruz do que Anil (SEMO, 05/01/2014).

Etimologicamente *vera* significa verdadeiro, daí cruz verdadeira, ou seja, cruz santa. Ambas as denominações dos Bairros, Santa Cruz e Vera Cruz, se referem ao sacrifício de Jesus Cristo que foi crucificado e morto injustamente. Metonimicamente, a palavra cruz é tomada como símbolo máximo do Catolicismo e reforça não só a fé dos moradores humildes das localidades, mas a presença de irmandades que estimulava os moradores (pedreiros, marceneiros, lavadeiras, cozinheiras, costureiras, empregadas domésticas) a se envolverem em atividades como missas e grupos de catequese.

Depois da ocupação a gente procurava um nome para o lugar, todos os lugares aqui de perto já tinham nome: a Santa Cruz, o Bom Clima e a Matança. Rua da Matança ou Matança era um abatedouro de gado que tinha aqui perto. Mas o nome do Vera Cruz foi assim, depois da ocupação os moradores fizeram uma convenção, se reuniram e chegaram a uma conclusão: só queria colocar o nome diferente de Santa Cruz

porque esse bairro já existia a muito tempo, mas queríamos que tivesse o mesmo significado! Ai demos o nome Vera Cruz para poder registrar uma Associação para melhorar a fixação na terra, foi uma luta pela moradia (SEMO, 05/01/2014).

A área que corresponde aos bairros Vila Palmeira, Outeiro da Cruz, Radional e Santa Cruz tinha uma só denominação: Barreto. Posteriormente, a COHAB comprou o Sítio Liberdade (ITT Comunicações Mundiais S.A, 1970, p. 01) e construiu o Conjunto Habitacional Eney Santana-Radional, originando o bairro popularmente conhecido como Radional. Além desse bairro, surgiram também a Vila Palmeiras e o Santa Cruz, resultantes do processo migratório de pessoas que vinham de todas as partes do Estado e da Cidade à procura de melhores condições de vida, caso da família de SJF que veio do Município de Barreirinhas e se instalou no Município de Paço do Lumiar, área metropolitana de São Luís.

SJF é um claro exemplo desse processo de ocupação espontânea da Radional. Ele foi um dos primeiros moradores do bairro, por isso mostra um vasto conhecimento de como a área era na década de 60, momento em que começou a cultivar uma horta na localidade para poder vender os produtos no Anil e no Mercado do Centro da Cidade para ter condições de casar com a filha do proprietário das terras onde atualmente é o bairro da Santa Cruz.

Eu e o vigia da rádio fomos demarcando as linhas de terreno, dividindo as terras porque as pessoas iam chegando e ficando tudo de qualquer jeito. Elas iam invadindo e ocupando tudo, isso aconteceu mais rápido com a construção do Conjunto da Radional, que atraiu mais gente prá cá. O conjunto trouxe melhorias para a área que já era um pouco desenvolvida por causa das fazendas do Barreto e dos sítios que tinha na Santa Cruz. Ali onde é a garagem da Gonçalves era onde começava as pedreiras do meu sogro, o João Nunes. Existiam barreiras para todo lado, não era só a de meu sogro, toda esta área aqui já foi e ainda é muito acidentada. (SJF, 13/10/2013).

CRS (26/02/2014), uma das primeiras moradoras da localidade, afirma que, em 1966, quando começou a ocupação de uma das áreas, o Santa Cruz era só mato. Lá tinha muito animais e pés de fruta como bacuri, pequi, juçara e coco babaçu. Ela explica que, quando construíram o Conjunto da Radional os bichos como cobra, preá e cutia fugiam correndo a casa e quintal dos moradores que já moravam lá na *sobra* da Radional que era muito aguada pelos olhos d'água que foram aproveitados para fazer poços.

Quando eles entraram com os tratores para arrumar o terreno, daí saiam os bichos pedindo socorro... eu me lembrei até da Arca de Noé. Eles entravam na casa da gente, eu me sentia amedrontada com cobra e outros bichos. Mas teve um lado bom o Conjunto, como aqui era muito alagado, de noite a gente pegava o entulho de

lá e botava prá cá (CRS 26/02/2014).

Mas o Conjunto Habitacional Eney Santana-Radional, entregue em 13/02/1975, foi benéfico tanto aos seus moradores quanto aos dos bairros vizinhos, pois eles, via de regra, se aproveitaram das melhores condições infraestruturais que o conjunto possibilitava. Dessa forma, CRS ressalta que depois de entregue o Radional, foi construída uma igreja católica no bairro o que melhorou as condições dos moradores, pois eles tinham que assistir missa no Anil. Outro fato interessante foi a entrega aos moradores da Santa Cruz de um tele posto, local onde as pessoas assistiam televisão à noite. CRS enfatiza que o Prefeito Eptácio Cafeteira *colocou o tele posto prá gente, cada um levava seus banquinhos e ia assistir televisão. Melhorou muito da época que eu cheguei prá cá, hoje a gente tem até duas linhas de ônibus, asfaltaram as ruas.*

Seguindo do Santa Cruz, o caminho mais curto para chegar ao Anil era a Rua da Matança, que tinha esse nome por ser um abatedouro de gado e também um curtume de couro de gado proveniente das fazendas do Barreto. CRS (26/02/2014) explica que os curtidores do couro até davam os restos de carne para as pessoas darem a seus cães. Com o passar do tempo, as pessoas foram fazendo suas casas/palafitas lá porque era a via de acesso a bairros e conjuntos habitacionais. Atualmente a realidade da localidade de surgimento espontânea é outra.

Não se pode dizer que a Matança ainda é palafita. Nós, os primeiros moradores, fizemos nossas casas no mangue de qualquer jeito. Depois que saímos de lá outras pessoas ocuparam a área. São mais experientes, são mestres de obra, pedreiros e marceneiros, fizeram as casas melhores, que resistem tanto às águas das chuvas quanto às da maré do Anil, pena que seja perigoso morar ou passar por lá!

Mesmo que não existam mais as palafitas, o índice de criminalidade na Matança é acentuado, por isso é que a significação de curtume e abatedouro de gado foi estendida metonímica e pejorativamente ao bairro. Toda área de ocupação espontânea está sujeita a esse tipo discriminação. No caso da Matança, percebemos não são somente os moradores da área da Vila Palmeira, Santa Cruz e Anil que discriminam, mas os próprios moradores vizinhos ao Bairro. Percebemos em depoimentos de funcionários de escolas, moradores da Radional, Santa Cruz, Vera Cruz e Bom Clima que há um repúdio à localidade e moradores da Matança.

No que tange ao conjunto residencial Bom Clima, este foi entregue, pela Construtora Santos Ltda., a seus moradores no mês de janeiro de 1970, segundo depoimento e documentação de aquisição do imóvel de DMD, uma de suas primeiras moradoras do bairro que pertencia ao Anil,

O Bom Clima é um conjunto de uma rua só. A construtora fez 36 casas, 18 de cada lado. As casas

	<p>foram feitas num terreno grande e eram bem divididas e de boa estrutura, tanto é que quase ninguém a modificou. As pessoas pensavam que a minha era melhor porque eu fui a única pessoa que tive de modificar para fazer mais quartos para meus filhos e mudar, melhorar a estrutura do muro.</p> <p>Morar lá foi muito bom, ficava perto do clube do Lítro e do Jaguarema. Está tudo mudado lá, o bairro pertence agora a Santa Cruz, está cheio de invasão, o que aumenta a insegurança. A Prefeitura nem cobra mais o IPTU, eu até gostaria que cobrasse, talvez assim, não desvalorizasse meu imóvel! (DMD, 27/02/2014).</p> <p>Segundo a Construtora Santos Ltda (s/d, p. 01-05), as casas de alvenaria do Jardim Bom Clima tinham as seguintes características: tinham sala, cozinha, sanitário social, varanda, 3 dormitórios, copa e corredor de circulação, dependência para empregada, lavanderia, jardim de inverno, abrigo para automóveis; foram construídas em terrenos regulares de 12X27 metros; foram entregues pintadas, com rede de esgoto, instalação elétrica e hidráulica, piso em todos os cômodos, muro e lavadas. Diante dessa descrição das dependências do Bom Clima fica evidente o padrão de morador que poderia pagar por elas no contexto da década de 70: funcionários públicos de classe média alta.</p> <p>O Bairro que surgiu dentro das terras do Barreto e do Anil e que abrigava as propriedades de João de Deus Nunes, desenvolveu-se consideravelmente em seus 64 anos de existência, abrigando, dessa forma não só outras localidades como a Vera Cruz, o Bom Clima, a Divinéia e a Matança, mas estabelecimentos como: (i) as Unidades de Educação Básica José Assub e Zuleide Bogéa, o Centro de Ensino Lara Rivas, o Centro de Ciências Professor Ivo Anselmo Hohn, o Centro de Apoio Pedagógico Professora Ana Maria Patello Saldanha, o Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual do Maranhão e o colégio particular Educator; (ii) a garagem da empresa de transportes públicos Gonçalves; (iii) o Estádio Fecurão; (iv) a Feira Municipal da área Santa Cruz; (v) o Centro Comunitário Eclesial e a Igreja da Santa Cruz.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	Cutim Anil (112)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Santa Cruz, Santo Antonio e Anil.
Taxonomia	AT: Aldeia Coeup > Regato do Cutim > Rio Cutim > Lugar do Cutim > Freguesia de Santa Filomena do Cutim > Cutim = Etnotopônimo
Nota linguística	<p>Marques (1980, p.238) elenca as seguintes variações para o topônimo: Coti, Cutim e Cotim. Acrescenta ainda que cotim deveria ser a forma original porque <i>co</i> = roça+<i>tim</i> = nariz, saliência, ou seja, o rio nasce da ponta da roça.</p> <p>Para Bordoni (s/d, p. 171) <i>cotim</i> significa existir, viver.</p> <p>Cutim Anil significa, literalmente, o rio do rio Anil, isto é, o</p>

	rio que desagua no Anil, mas originalmente, Cutim era o nome de uma das aleias aqui encontradas na época da tomada das terras: <i>Coeup</i> .
Nota histórica	<p>Oficialmente, o bairro já existia quando aqui chegaram os desbravadores franceses e fundaram a França Equinocial em 08/09/1612. Nessa oportunidade, os franceses trataram prontamente de catequisar os índios, para tanto, saíam em expedições às aldeias com missionários e interpretes que pudessem facilitar não só a comunicação, mas a aproximação do homem branco com os silvícolas. Dessa forma, Meirelles (1980, p. 49-50) afirma que <i>De Razilly ... saiu a visitar as aldeias de Turu, Jaguarém, Junipará, a capital, Caranaupió, ... Coeup (Cutim)</i> e outras.</p> <p>Esse bairro, além de aldeia, já figurou como parte dos domínios da Freguesia de Santa Filomena em 1856, conforme atesta a Lei Provincial nº 402, de 27/08/1856. Mas por pouco tempo, um ano depois, devido à sua localização estratégica como importante via acesso do Caminho Grande ao Anil e deste ao Vinhais e outros <i>lugares</i> vizinhos, foi nomeado sede da referida Freguesia pela Lei Provincial nº 460, de 06/11/1857 (art. 1º), promulgada pelo Presidente da Província, Francisco Xavier Paes Barreto.</p> <p>A Freguesia de Santa Filomena foi criada a partir de áreas da Freguesia da Conceição e estabelecida no lugar Maiobinha, pertencente a Manoel do Nascimento da Silva – Patrão-Mór (Lei Provincial nº 460, de 06/11/1857). Ao ser transferida para o lugar denominado Cutim, limitava-se a leste o rio Cutim e a Lagoa da Brígida Cruz; a oeste com a estrada da Estiva, a partir da estrada que vai do Tibiry ao Batatan até o ponto de interseção do Caminho Grande, daí seguia, por uma linha reta a entestar com os limites da Freguesia de São João Batista de Vinhais.</p> <p>Além de criar a Freguesia o governo autorizava a construir uma igreja que lhe servisse de matriz e limitava o Caminho Grande até esse lugar.</p>
Nota enciclopédica	O Rio Cutim é um afluente do Rio Anil.

Topônimo	Santo Antonio (113)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Anil, Cutim Anil e Sítio Pirapora.
Taxonomia	Preventório Santo Antonio > Santo Antonio = Sociotopônimo.
Nota linguística	
Nota histórica	<p>A história do bairro Santo Antonio é semelhante a muitas outras de localidades que surgiram a partir de instituições públicas ou privadas que ofereciam algum tipo de serviço ou abrigavam órgãos de uso comum, como é o caso de: igrejas (Madre Deus, Desterro), cemitérios (Madre Deus, Vila Passos), educandários (Diamante, Goiabal), vias de acesso de bondes e trens (Apeadouro, Jordoá, Túnel do Sacavém, Outeiro da Cruz), fábricas (Anil, Cambôa, Fabril), fontes de água potável (Apicum, Diamante), sede de</p>

Companhia Hidrelétrica (Coheb) e de Empresa de Telecomunicações (Radional), matadouro público (Liberdade), fortes (Ponta d'Areia, Ponta do Farol, São Francisco) e hospitais (Madre Deus, Centro, Lira).

No que tange às instituições destinadas aos cuidados dos enfermos da Capital tivemos muitos estabelecimentos destinados a esse fim em vários bairros, como é o caso da Santa Casa de Misericórdia (Centro), do Hospital Geral/Tarquínio Lopes (Madre Deus) do Hospital do Isolamento (Lira) e do Preventório Santo Antonio. Estes dois últimos órgãos estavam destinados aos acometidos pelos malefícios da tuberculose e da lepra, respectivamente.

Segundo Houaiss (2009) a palavra preventório significa, entre outras denominações, instituição destinada a acolher os tuberculosos ou morféticos para evitar o contágio de outras pessoas, nesse caso, Marques (2008, p. 613) afirma que o Preventório Santo Antonio funcionou como elemento de fundamental importância na erradicação da lepra. Estabelecimentos como esse chamavam a atenção de muitos órgãos encarregados da saúde pública, mais especificamente da parte profilática. No caso do Preventório Santo Antonio, por exemplo, Marques (2008, p. 613) afirma que foi construído com recursos do Governo Federal e com a colaboração da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra.

Mesmo que a oficialização toponímica do Santo Antonio do Anil só tenha sido assegurada em 03/09/1970, pela Lei Municipal nº 1.900, o local onde hoje é o Bairro surgir do então Preventório Santo Antonio inaugurado, conforme atesta Marques (2008, p. 613), em 08/12/1941, entregue à administração da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra. O hospital situava-se no

Excelente terreno com área para horta e pomar, à margem do poente da linha de carris elétricos de São Luís, então a primeira parada do Cutim e a ponte sobre a qual os bondes hoje cruzam este rio, construída pela antiga estrada de ferro suburbana sanluisense. Tem uma escola primária anexa ao estabelecimento denominado Preventório Santo Antonio.

A área descrita por Marques, na citação acima, era conhecida como um trecho do antigo Caminho Grande (atual Av. Edson Brandão) que fica no bairro do Cutim e tinha uma estação (ponto de parada) de bonde. Mesmo que o Preventório de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra aí implantado não exista mais, seu nome motivou o surgimento do topônimo Santo Antonio e sobrevive ainda no nome de uma escola conhecida como Educandário Santo Antonio. Ignoramos se é a mesma construída próximo ao Preventório, mas esta permanece no mesmo lugar descrito pelo Historiógrafo Marques.

Segundo MCM (27/12/2013), ex-moradora da

	<p>localidade, o Educandário Santo Antonio destinava-se a acolher e instruir crianças filhas de pais humildes, diferentemente do Lar de José – Centro Espírita Poço de Jacó, que acolhia crianças que não tinham pais, ou seja, a primeira era, de fato uma escola e a última um orfanato, ambas situadas no bairro em questão.</p> <p>Os pais levavam seus filhos para serem educados lá no Educandário Santo Antonio e depois levavam eles para casa. Eles passavam o dia lá estudando e de noite iam para casa. No Lar de José, não, as crianças eram internas porque não tinham para onde ir, não tinham família. O Educandário Santo Antonio ainda funciona no mesmo lugar, entre o UNICEUMA e o Supermercado Maciel assim como o Lar de José que fica mais adiante. Essas duas instituições foram muito importantes no resgate e na educação de crianças ao longo da história de São Luís.</p> <p>A descrição feita por MCM (27/12/2013) a respeito o Educandário Santo Antonio assemelha-se grandemente à da Casa dos Educandos Artífices (Diamante) e à do Asilo de Santa Tereza (Centro/Largo dos Remédios), ambas instituições que abrigavam crianças de classes sociais menos abastadas para educá-las. A Casa dos Educandos Artífices surgiu como internato e depois passou a funcionar como escola para ensinar uma profissão a garotos desvalidos, já o Asilo de Santa Tereza era um internato para moças órfãs e sem amparo da Santa Casa de Misericórdia.</p>
Nota enciclopédica	<p>O antigo bairro do Preventório de Santo Antonio do Anil, que fica entre as Avenidas dos Franceses e a Edson Brandão, desenvolveu-se consideravelmente nesses 72 anos de existência chamando a atenção, principalmente, do setor imobiliário e comercial. Dessa forma, além dos já citados Educandário Santo Antonio, do orfanato Lar de José, do Campus da Faculdade CEUMA e do Supermercado Maciel, o logradouro abriga o Terminal Rodoviário de São Luís, que funcionava no Bairro da Alemanha, a escola Unidade Integrada Odylo Costa Filho e vários condomínios verticais com nomes de rios, dentre os quais, destacamos os Residenciais do Rio Anil, do Pericumã, do Itapecuru, do Mearim e do Parnaíba.</p>

Topônimo	Anil (118)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Angelim, Novo Angelim, Cruzeiro do Anil, Cutim Anil, Aurora, João de Deus, Vila Conceição, Conjunto Penalva, Sítio Pirapora, Santo Antonio, Santa Cruz, Vila Palmeira, Rio Anil, Bequimão.
Taxonomia	AT: Distrito Administrativo do Anil > Vila do Anil > Anil = Hidrotopônimo.
Nota linguística	Etimologicamente anil figura em Houaiss (2009) como: <i>an-níl</i> ou <i>annír</i> , do persa <i>níl</i> , <i>índigo</i> , este do sânscrito <i>nílí id</i> , de <i>níla</i> , coloração azul. O anil é uma substância azul encontrada na planta do gênero <i>Indigofera tinctoria</i> muito utilizada como

	corante têxtil o que fez com que fosse conhecido como o <i>índigo blue</i> o responsável pela coloração do <i>jeans</i> .
Nota histórica	<p>Anil é o nome do rio que nasce no leste de São Luís, desagua no Bacanga e banhando a Ilha pelo lado sul. Também é nome de planta cultivada pelos índios que os desbravadores do Maranhão encontraram nestas terras, a científica <i>Indigofera tinctoria</i>. Desse vegetal era extraída uma substância de cor azul muito utilizado como corante na coloração de roupas e tecidos. Algumas pessoas tinham o hábito de <i>botar a roupa para quarar no anil</i>, isto é, dissolver anil em uma porção de água, colocar roupa branca dentro e expor ao sol para que a roupa ficasse branca quase azul. Brito (2010, p. 32) afirma que,</p> <p style="padding-left: 40px;">nessa grande ocupação [nas margens do rio] que se dá uma das atividades mais rudimentares, a maceração das folhas de anil, retirando a substancia azul que era colocada em depósitos e após misturadas com cal virgem era colocada para secar. Durante esse processo, algumas vezes o extrato azul misturava-se às águas do rio, que tornava-se azul.</p> <p>Morar perto de rio é propício porque, além de usar a água em proveito particular, as pessoas podem desenvolver atividades econômicas como a agricultura e instalação de fábricas ou indústrias, foi o que propiciou o Rio Anil aos povoadores de suas terras no início do séc. XVII, época em que esse lugar passou a ser explorado pelos colonizadores da Ilha de São Luís.</p> <p>Em 14 de maio de 1728 Pedro Miguel pede licença, ao rei de Portugal, para instalar uma fábrica de beneficiamento do anil em São Luís, não levando o projeto adiante, é substituído pelo seu filho, José Miguel Aires, que, pelo Alvará e 01 de abril de 1729 era autorizado a instalar a referida fábrica desde que o fizesse no prazo de 24 meses.</p> <p>Sob o governo de Pedro César de Meneses (1671-1678) que se concretizou a fundação de uma fábrica de anil às margens do Cutim, em São Luís. Para a instalação desse estabelecimento, trouxeram de Portugal “um operário anileiro e mandaram buscar cinquenta negros em Angola. Não obstante fosse boa a produção, foi pequena, foi motivo das chuvas, e o Governador, transferindo-se para Belém, vendeu o estabelecimento” (MEIRELLES, 1980, p. 132).</p> <p>O anil produzido por José Miguel Aires foi exportado para Lisboa, teve boa aceitação e foi requisitada maior produção e qualidade deste. Segundo Marques (1870, p. 83), em “1762, exportaram-se 42 libras e à vista delas mandou o Ministério que se fizessem grandes plantações, o que se cumpriu, havendo uma nas imediações do Rio Anil e outra em São João de Córtes”. A fábrica para a preparação do anil, apesar de conseguiu manter o padrão de qualidade europeu exigido não preparava a quantidade que justificasse o investimento Del-Rei, por isso foi destituída em 24/12/1771.</p>

Além da fábrica de anil, houve duas tentativas de implantação de uma Companhia de abastecimento de água no Anil. A Lei Provincial nº 287, de 04/12/1850 autorizava o Presidente da Província de São Luís Antônio Cândido da Cunha Machado a abastecer a Capital com águas do Rio Anil, este por sua vez, assina contrato para tal fim com o Tenente-coronel Raimundo de Brito Gomes, que não cumpre as cláusulas do acordo, sendo a empresa embargada, pelo então Presidente da Província, Antônio Manuel de Campos Melo em 22//12/1862. Segundo Marques (1870, p. 83), nova tentativa foi feita em 28/10/1867 pelo Presidente da Província Franklin Américo de Meneses Dória, mas sem êxito, pois este obrigava o empresário John a implantar a Empresa de Abastecimento em dez meses, o que não foi cumprido.

Na jurisdição do Capitão da *Companhia Geral do Comércio do Maranhão e Grão-Pará*, o Tenente-coronel José de Carvalho instalou, em 1766, nas margens do Rio Anil, uma Fábrica de socar arroz, mas no ano seguinte, por o Estabelecimento servir de modelo, “outros engenhos que exportavam 285 arrôbas e, em 1771, subiu a exportação a 2.847 arrôbas e 23 libras, e, hoje, nem vestígios existem desta fábrica” (MARQUES, 1870, p. 83).

No ano de 1893 houve a implantação da Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil (hoje Colégio Cintra). Esse marco trouxe inúmeras vantagens para a localidade, dentre elas podemos elencar: (i) a implantação de linha de bonde que ligavam o Distrito do Anil ao Centro da Ilha; (ii) a criação de vilas de operários na localidade ou em sua cercania; (iii) a valorização de propriedades como sítios, chácaras e vivendas de famílias abastadas da localidade; (iv) a geração de emprego e; (v) uma expectativa financeira atrativa que impulsionou a economia do Distrito e da Capital.

Depois da implantação da fábrica, em 1893, o local ficou conhecido como Vila do Anil pela Lei Provincial nº.867 de 05/04/1919. Em 28/12/1932 o local passava ser sede da 1ª Zona de Fiscalização do Interior da Ilha, criada pelo Decreto Municipal nº 57, publicado no DOM de 02/01/1933. Essa Zona compreendia os seguintes lugares: a avenida do João Paulo até o Filipinho, Cutim Grande, Sacavém, Alto do Cutim, Batatan, Tibiri, São Raimundo, Cujúpe, Santa Bárbara, Tajassuába, Andiroba, Baiacu, Bom Jardim, Santa Maria, Tagipurú do Lindoso, São Lourenço, São Paulo, Guarapiranga, Coquilho, Cajupará, Mato Grosso (1º), Tagipurú do Copo, Vinhais, Ponta se São Francisco, Ponta da Areia, São Marcos, Olho d'água, Calhau, Cabeceira, Miritiua, Mato Grosso (2º), Maiobinha, Aprendizado Cristino Cruz e Uruturetama.

A Lei Municipal nº 111, de 20/05/1949, (Diário Oficial do Município, ano XLIV, nº 117, 24/05/1949) do prefeito Antonio E. Costa Rodrigues determinava que os perímetros

das Zonas Urbanas e Suburbanas de São Luís, denominava o Anil como Distrito Administrativo que compreendia tanto uma zona urbana quanto uma suburbana. Tal importância não se aplicava somente ao âmbito distrital, mas ao social, já que abrigava a elite ludovicense que passava temporada em casas de veraneio, sítios ou chácaras no Anil e que desfrutavam dos clubes sociais, como é o caso dos desativados Grêmio Recreativo Litero Português e o Jaguarema.

Segundo Oliveira (2012, p. 26) o Anil era um local servido por escolares, educandários, cinemas (Rialto, Anil), praças, igrejas, convento, portos, agência de Prefeitura, posto fiscal, estradas pavimentadas, linha de bondes e ônibus, e de um comércio atrativo. *Essa infraestrutura colocava o Anil entre as vilas mais importantes de São Luís na época, com uma área de influência considerável na zona rural, situada a leste da Ilha.*

Assim como as demais fábricas do bairro, a Companhia de Fiação e Tecidos do Maranhão, que funcionou por 68 anos, deixou de operar em 17/11/1961. Oliveira (2012, p. 33) afirma que a partir desse momento foram vendidas as ações, os maquinários e os terrenos da empresa. Este último foi comprado pela COHAB para a construção e conjuntos habitacionais.

Conforme Escritura Pública de Compra e Venda lavrada pelo Cartório do 1º Ofício Dr. Celso da Conceição Coutinho (22/02/1967), o local denominado de Anil já figurava com bairro em 28/01/1891, data em que Raymundo Abílio Ferreira Franco, Albino da Cruz Xavier e a esposa deste, Ângela Trindade da Cruz venderam seus terrenos a José Clementino Bezerra, dono da Companhia de fiação e Tecidos do Rio Anil, este, por sua vez, vendeu as denominadas *Terras do Anil* à COHAB em 22/02/1967. A gleba adquirida pela COHAB era assim descrita:

(...) parte do entroncamento das Estradas de São José e Maioba, no lugar Forquilha, à margem direita da Estrada de São José, (...) daí, com o rumo Norte-Sul, à margem esquerda da Estrada que liga Forquilha a Maioba, com perímetro de 12.297,30m totalizando uma área de 6.910.635,50m². A outra parte do terreno, partes estas assim delimitadas: pela frente, limitando-se com a Estrada Tiririca-São Marcos (...) a começar do ponto que dista do cruzamento da referida estrada com a estrada Anil-Olho d'Água, (...) dirigindo-se até a via limítrofe com o Sítio Itapiracó na parte lateral direita (...) a lateral esquerda se dirige até a via que contorna a propriedade do Senhor Alberto Aboud, (...) linha de fundo, limitando-se com a faixa que separa a gleba ora desmembrada do terreno pertencente ao Senhor Alberto Aboud, a partir do ponto da lateral esquerda (...), medindo nesta parte, 425,00m, tendo forma irregular e área de 295.247.00m² (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1967, fls. 36v-38).

A área descrita acima pode ser entendida como sendo a

	<p>que é percorrida por um trecho da Rodovia MA 201 – Estrada do Município de São José de Ribamar até a rotatória onde esta se entrecruza com a Av. Nossa Senhora da Conceição, sentido Ribamar Anil; no outro extremo, temos a Av. Gerônimo de Albuquerque que se entrecruza com a Casimiro Júnior e a São Luís Rei de França. No sentido Anil-Centro, a Nossa Senhora da Conceição funde-se com a Casimiro Júnior, que é a principal avenida de acesso ao Anil. Voltando por esta, sentido Anil-Olho d'água, a São Luís Reis de França é o principal acesso aos birros do Turu, estes, por sua vez, margeiam a Av. Itapiracó que se bifurca com a Joaquim Giordano Mochel. Toda essa área margeada de estradas e ocupadas por sítios foi adquirida pela COHAB para a construção de conjuntos habitacional, dos quais resultaram somente quatro: Anil I, II, III e IV. Os demais bairros são remanescentes, ou seja, resultaram de aquisições das terras da COHAB.</p> <p>Já a construção do Conjunto Habitacional Anil IV é proveniente tanto dessa área adquirida na década de 60 quanto das terras do sítio São Raimundo ou Casaca. Esse lugar era propriedade de José Ribeiro Salomão, este, em carta de 05/11/1970, oferece a sua gleba à COHAB, que a compra em 1973 segundo Memoria Descritivo dessa terra, que era assim delimitado:</p> <p style="padding-left: 40px;">fica situado no Município de São Luís a esquerda da carroçável Forquilha – Maioba tendo os seguintes limites: mede de frente para a estrada da Maioba 832,18m e com os fundos para o Turu nas terras de Itapiracó, mística por um lado com terras de Casimiro Batista e por outro, com terras da Companhia Rio Anil e hoje pertencentes à COHAB-MA, ocupadas pelos Conjuntos Anil I, II e III (COHAB, Memoria Descritivo, 05/07/1973).</p>
Nota enciclopédica	<p>A partir do topônimo Anil, temos mais onze: Rio Anil, Cutim Anil, Cruzeiro do Anil, Planalto Anil, Cohab Anil I, Cohab Anil II, Cohab Anil III, Cohab Anil IV, Planalto Anil I, Planalto Anil II e Planalto Anil III.</p>

Topônimo	Novo Angelim (119)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Cruzeiro do Anil, Anil e Angelim.
Taxonomia	Cronotopônimo.
Nota linguística	Novo Angelim por ser originário do Angelim velho.
Nota histórica	<p>Para entendermos a história do Cronotopônimo Novo Angelim devemos nos reportar literalmente à história do Conjunto Habitacional Angelim já que foi a partir desse topônimo que tivemos o terreno e o nome do bairro Novo Angelim, que está situado em área remanescente da COHAB e foi fundado em 1986 por pessoas que não tinham moradias, que viviam de aluguel, agregadas ou mesmo por oportunistas que ocupavam os terrenos e depois vendiam, transformando-os numa fonte de renda ou mesmo fonte de interesses políticos.</p> <p>Conforme Escritura pública de compra e venda e</p>

	<p>constituição de hipoteca (livro de notas nº 353, fls. 21v a 25, 1º traslado) de 28 de outubro de 1976, o terreno onde está construído o Conjunto Habitacional Angelim foi vendido à COHAB pela empresa Pouso Alto Empreendimentos Imobiliários LTDA. No referido documento de aquisição, o lugar ou Povoado Angelim, era situado na margem esquerda da Avenida Tirirical-São Marcos e, pela descrição já tinha sido habitado mesmo antes do Conjunto da COHAB. Dessa forma, a COHAB construiu o Conjunto Habitacional Angelim, mas não ocupou a área da qual era dona, abrindo precedente para que fosse ocupada irregularmente, o que aconteceu em 1986.</p> <p>Segundo AMC (05/07/2013), morador do Novo Angelim desde o começo da povoação em 1986, quando as ocupações começaram a ir para a localidade já existia o Conjunto Habitacional Angelim, o Angelim Velho e as terras ao lado do terreno do Conjunto, que estavam desocupadas, então as pessoas foram chegando, derrubando o mato e fazendo suas casas de taipa, tapadas de barro e cobertas de palha.</p> <p>A avenida principal era só toco, [Av. Paulista] as casinhas eram uma aqui e outra lá longe. Um dia chegou uns policiais aqui tentando nos intimidar dizendo que este terreno aqui era dos donos da fábrica do Anil. Ele tentou mais não conseguiu, as terras eram da União, a gente ficou e foi muito ajudado por Jairzinho, que foi quem botou esse nome de Novo Angelim, já que existia o Angelim velho (AMC, 05/07/2013) (acréscimo da autora).</p> <p>Araújo explicou ainda que a maioria das pessoas que se apossaram do terreno da COHAB não tinha casa, como é o caso dele que vivia de aluguel no Bairro do Turu. Acrescenta ainda que Jair da Silva ajudou a povoação se firmar na localidade por interesses políticos, já que na época era vereador e cabo eleitoral de políticos de São Luís, como a Prefeita da qual era Vice.</p>
Nota enciclopédica	<p>Raimundo Nonato Jairzinho da Silva, Jairzinho da Silva ou apenas Jairzinho, como era conhecido, morreu com 66 (04/01/2013). Em vida, atuou como: apresentador de programas de rádio, de televisão, comentarista político e político, nessa última função, foi eleito vereador por diversas vezes e vice-prefeito de Gardênia Gonçalves em 1986.</p>

Topônimo	Planalto Aurora (134)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Forquilha, Planalto Anil, Parque e Aurora.
Taxonomia	Dirrematopônimo
Nota linguística	O bairro não sofreu alteração toponímica oficialmente, mas é conhecido como Planalto Pingão e não como Planalto Aurora.
Nota histórica	<p>O popular Bairro Planalto do Pingão é um local que fica entre dois outros: o Anil e a Aurora. A denominação que o associa a este último é em detrimento do Planalto Anil que por sua vez pode ser, além do já citado, o Planalto Anil I, Planalto Anil II e o Planalto Anil III.</p>

A denominação de planalto é de longa data, mas precisamente do início do século XX, quando toda a localidade compreendida entre a Rua Frei Hermenegildo e a Avenida Nossa Senhora, que ligam a Aurora e o Anil ao retorno do Bairro da Forquilha, era chamado de Outeiro do Giz, fazendo jus tanto a planalto quanto a outeiro, já que ambos significam superfície ou pequena elevação plana de terreno, monte.

No terreno onde surgiu a Aurora e o Planalto Aurora surgiu uma via que facilitava/facilita o tráfego de pessoas, mercadorias e meios de transporte a várias partes da cidade para além do Anil, dentre essas localidades, podemos destacar os Municípios de São José de Ribamar, (Rodovia MA 201) Paço do Lumiar, o Aeroporto e, a partir deste, a saída de São Luís também pela Rodovia BR 135.

Conforme uma notícia da “Pacotilha”, já se acham bastante adiantados os trabalhos a pouco iniciados neste Outeiro, verdadeira utilidade para o tráfego de automóveis desta Capital a S. José de Ribamar.

O aterro está sendo feito a carvão, com os melhores resultados, achando já a ladeira inteiramente empedrada.

O tenente João Pedro, encarregado dos trabalhos, recebeu os seguintes auxílios de capitalistas do prospero povoado Anil.

Coronel José Pinto de Souza, 13 carradas de carvão; Capitão André Pinto de Souza, 60 carradas; Sr. Jorge Sírio, 26 carradas e o Sr. Carlos Massett, 13 carradas (O ESTADO, 10/01/1916).

Ao que tudo indica, a ligação do Anil com a conhecida Estrada de S. José de Ribamar e a do Bairro do Tirirical não atraiu somente a atenção da alta elite que já vivia no Anil nas cercanias da Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil em 1893, mas de trabalhadores e de outras classe sociais que adquiriram ou construíram suas moradias na Auro e seu entorno.

É a partir do povoamento da área do antigo Outeiro do Giz, atual Aurora, que surgiu um Planalto Aurora, bairro predominantemente de conjuntos habitacionais. Dentre esse tipo de moradias, destacamos o: Parque álamo, Parque das Rosas, Condomínio Residencial Sol Nascente, Residencial Filadélfia e o Conjunto da Vila Turquesa. No que tange a este último, Macedo (12/02/2014) ressalta que quando

adquiri minha casa e mudei para esse conjunto em 1986 o bairro Planalto já existia. Por isso não sei dizer exatamente quando surgiu esse bairro, quanto ao nome posso dizer que ficava em um moro e bem próximo do bairro da Aurora, daí pode ter surgido Planalto Aurora. O bairro teve início nos anos 70, com a construção de conjuntos residenciais e as pessoas vinham de localidades próximas ao Centro da Cidade (Monte Castelo, João Paulo, Cohab e outros).

Macedo afirma ainda que, apesar de o Bairro ter algumas melhorias como A construção de igrejas (católicas e

	<p>Evangélicas), o asfaltamento das ruas e avenidas, os moradores têm carência de escolas, posto de saúde, mercado público e creches, mas a pesar desses problemas infraestruturais, o Bairro conta com uma associação dos moradores que realização de festas juninas e outros eventos.</p> <p>Uma curiosidade sobre o bairro diz respeito à denominação de Pingão, referência toponímica por causa de um posto de gasolina chamado Pingão que fica exatamente no entroncamento, na Forquilha entre a Rua Frei Hermenegildo e a Avenida Nossa Senhora, justificando o popular topônimo Planalto Pingão em detrimento de Planalto Aurora.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	São Bernardo (135)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Vila Brasil, Parque Sabiá, Parque Universitário, Ipem São Cristóvão, Ilha Bela, Cohapam, Forquilha, João de Deus e Planalto Anil.
Taxonomia	AT: Rua São Bernardo > Bairro São Bernardo = Hagiotopônimo
Nota linguística	
Nota histórica	<p>O atual bairro do São Bernardo surgiu na década de (19)60 de uma rua de mesmo nome que servia de acesso entre os bairros São Cristóvão e o entroncamento que vai ao município de São José de Ribamar, o bairro da Forquilha.</p> <p>Segundo APER (29/07/2013), morador do São Bernardo há 30 anos, as pessoas que não queriam ir à Forquilha seguindo pela Avenida Guajajaras, cortavam caminho por uma rua de fazendas, sítios e vacarias. A referida rua denominava-se São Bernardo, daí em diante, quando a área foi sendo <i>mais</i> povoada, se desenvolvendo não só com as propriedades que havia lá, mas com casas. Nesse caso, o nome da rua estendeu-se ao bairro que ocupa uma extensa área de frente à Avenida Guajajaras e todo norte com a Estrada do município de São José de Ribamar (acesso direto à Forquilha).</p> <p>Atualmente a rua São Bernardo pertence ao bairro Parque Sabiá, povoação surgida a partir de terras do São Bernardo, que consta somente de seis ruas, incluindo a que deu nome ao São Bernardo. “O Parque Sabiá é uma extensãozinha, uma pontinha do São Bernardo”, afirmou (APER, 29/07/2013).</p> <p>Certo é que, de uma via de acesso entre o (Ipem) São Cristóvão e a Forquilha formou-se um bairro que, além de estender o nome da rua que já existia ao topônimo, o fez em relação às ruas do bairro que receberam nomes de santos. Seguindo a tendência de São Bernardo e de seu vizinho, temos os seguintes nomes de rua do bairro: Santa Bárbara, São José, São Pedro, Sano Antonio, Padre Marcos, São Francisco, São Bernardo, entre outras.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	Forquilha (138)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Planalto Aurora, Planalto Anil III São Bernardo, Vila Brasil, Parque Sabiá, Parque Guanabara, Conjunto Centaurus, Cohab Anil III, Cohab Anil IV, Jardim das Margaridas, Maiobinha e terras de São José de Ribamar,
Taxonomia	AT: Entroncamento das Estradas de São José e Maioba, Carroçável Forquilha – Maioba, Forquilha = Hodotopônimo.
Nota linguística	Etimologicamente, a palavra forquilha é registrada por Houaiss (2009) como sendo “ramo de árvore ou arbusto que se bifurca, com o formato aprox. da letra Y, forqueta”. A mesma ideia é compartilhada também por Ferreira (versão eletrônica) que acrescenta ainda outras significações à forma arquetípica do Hodotopônimo Forquilha: “pequeno forcado de três pontas; longa vara, aforquilhada numa das extremidades, que serve para impulsionar a canoa”.
Nota histórica	<p>A palavra forquilha se refere à forma de duas linhas que se bifurcam resultando em uma figura geométrica com formato da letra Y, isto é, de entroncamento que resulta em divisão de linhas. Essa explicação ajusta-se perfeitamente ao Bairro que indica o vértice entre as Rodovias MA 201, que segue para o Município de São José de Ribamar e a MA 202, que dá acesso ao Município de Paço do Lumiar, a partir de terras da Capital.</p> <p>Carroçável, estrada, caminho, rodovia, entroncamento e via de acesso. De todos esses qualificativos o Bairro da Forquilha, antes de ter esse <i>status</i>, já disfrutou ao longo dos seus 253 anos. Um dos registros mais antigos sobre a atual MA 202, que parte de São Luís para o Paço do Lumiar é de 1867. Marques (2008, p. 294) afirma que o Caminho Grande ou Estrada que vai até a Vila do Paço foi mandado construir em 30/07/1867 pelo Presidente da Província. Acrescenta ainda o Historiógrafo que a incumbência de pavimentar a referida via que media 4.500 metros coube a João Pereira Leite. Além dessa estrada</p> <p style="padding-left: 40px;">Parte do Caminho Grande está transformada na estrada de rodagem ou, mais rigorosamente, carroçável que vai do Anil a São José de Ribamar, parte convertida num trecho da rodovia asfaltada que põe São Luís em comunicação com a base aérea do Tirirical e a parte restante, entre o Areal e o Campo de Ourique (MARQUES, 2008, p. 294).</p> <p>A partir dessa descrição de Marques deduzimos, acertadamente, que o Bairro da Forquilha surge no século XVIII como carroçável, estrada, caminho, rodovia, entroncamento e via de acesso junto com os Municípios de São José de Ribamar (1755) e Paço do Lumiar (1761).</p> <p>Além desse registro, encontramos notícias do <i>entroncamento</i> da Forquilha na descrição das terras onde foi construída a fábrica da Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil. Conforme Escritura Pública de compra e venda lavrada pelo Cartório do 1º Ofício Dr. Celso da Conceição Coutinho</p>

(22/02/1967), o local denominado de Anil já figurava como bairro em 28/01/1891, data em que Raymundo Abílio Ferreira Franco, Albino da Cruz Xavier e a esposa deste, Ângela Trindade da Cruz venderam seus terrenos a José Clementino Bezerra, dono da Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil, este, por sua vez, vendeu as denominadas *Terras do Anil* à COHAB em 22/02/1967. A gleba adquirida pela COHAB era assim descrita:

(...) parte do entroncamento das Estradas de São José e Maioba, no lugar Forquilha, à margem direita da Estrada de São José, (...) daí, com o rumo Norte-Sul, à margem esquerda da Estrada que liga Forquilha a Maioba, com perímetro de 12.297,30m totalizando uma área de 6.910.635,50m².

Como a Forquilha é um bairro limítrofe dos conjuntos habitacionais da COHAB, vai figurar também da descrição das terras adquiridas pela Companhia para a construção a construção do Conjunto Habitacional Anil IV, que é proveniente tanto dessa área adquirida em 1967 quanto das terras do sítio São Raimundo ou Casaca. Esse lugar era propriedade de José Ribeiro Salomão, este, em carta de 05/11/1970, oferece a sua gleba à COHAB, que o compra em 1973 segundo Memoria Descritivo dessa terra, que era assim delimitado:

fica situado no Município de São Luís a esquerda da carroçável Forquilha – Maioba tendo os seguintes limites: mede de frente para a estrada da Maioba 832,18m e com os fundos para o Turu nas terras de Itapiracó, mística por um lado com terras de Casimiro Batista e por outro, com terras da Companhia Rio Anil e hoje pertencentes à COHAB-MA, ocupadas pelos Conjuntos Anil I, II e III (COHAB, Memoria Descritivo, 05/07/1973).

Mas a Forquilha não é importante somente como carroçável, mas também como uma das primeiras feira livres que teve São Luís. Segundo SJF (13/10/2013), morador e ex-hortaliceiro do Bairro do Barreto, na década de 1960, quando ele começou sair da Maiobinha para ir às terras do atual bairro da Radional, a Maiobinha era o grande fornecedor de frutas e verduras para os outros bairros de São Luís. Ele acrescenta ainda que os produtores que vinham da Maiobinha reuniam-se, para expor e vender suas mercadorias na Forquilha, onde atualmente é o posto de gasolina X.

Eles se juntavam na Forquilha hoje, para expor e vender suas mercadorias que eram das mais variados possíveis, animais como galinha, pato, peru, porco a frutas, legumes e verduras. Quem comprava dos agricultores de lá eram pessoas que consumiam ou revendiam em outras feiras e mercados. Não tinha dentro de São Luís quem plantasse, eu vinha trabalhar, ai tive a ideia de produzir nas terras da Radional. Eu vinha todo dia, bem cedinho de lá, andando, era muito longe, passava o dia trabalhando e de noite voltava, foi quando decidi que não iria mais fazer isso, então pedir um pedacinho de chão para fazer minha casa e me

	<p>mudar com minha mulher e meus filhos.</p> <p>O Hodotopônimo Forquilha desenvolveu-se consideravelmente ao longo de sua história até ter a estrutura de bairro que tem hoje. Em 1965, por exemplo, era autorizada, Decreto nº 905, de 17/08/1965, a abertura de crédito de Cr\$ 500.000,00 para auxiliar nas obras de construção da Igreja de São Benedito, no Bairro da Forquilha. Além dessa melhoria, atualmente o referido Bairro sedia: (i) a Subestação Elétrica da Forquilha; (ii) a Associação Atlética do Banco do Estado do Maranhão e um campo de futebol; (iii) as garagens das empresas de transporte: 1001 Expresso, Maranhense e Prime Plus; (iv) o Complexo de apartamentos da Cohab- Forquilha, composto dos Residenciais: Gramada, Solar dos Encantos, Begônia, Ipês, Samambaia, Antúrios e Manacás e; (v) os Condomínios: Vitória, São Luís, Vila Esmeralda, Vila magnólia, Vila Louisy e o Conjunto São Raimundo.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	Vila Isabel Cafeteira (142)
Localização do bairro	O bairro fica entre: o Cruzeiro do Anil, Conjunto Centauros, Aurora e Cohab Anil III.
Taxonomia	Antropotopônimo
Nota linguística	Mesmo que o bairro tenha o nome de Vila Isabel Cafeteira os moradores preferem nomeá-lo como Isabel Cafeteira Cohab Anil para diferenciá-lo de outra invasão com o mesmo nome mas que não é considerada como bairro pela Prefeitura.
Nota histórica	Historicamente, esse bairro começou a ser habitado por famílias que vinham do interior do Estado. Segundo PMGL (04/07/2013), uma das primeiras moradoras do local, os invasores construíram suas simplórias casas de barro e cobriram de palha. Com medo de serem desabrigados porque o terreno não era deles, nomearam um advogado, Fernando Mendonça, e foram em passeata falar com o então governador do Estado, Epitácio Cafeteira Afonso Pereira para que este lhes desse garantia de que permaneceriam no local. Como conseguiram o que almejavam, colocaram o nome da esposa do governador, Isabel Cafeteira, em forma de agradecimento.
Nota enciclopédica	Epitácio Cafeteira Afonso Pereira foi governador do Estado de 15/03/1987 a 03/04/1990.

Topônimo	Cohab Anil I (144)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Itapiracó, Matões, Jardim de Fátima, Cohab Anil II e Cohab Anil III.
Taxonomia	AT: Conjunto Habitacional Anil I > Cohab I = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Conjunto de habitações da COHAB no bairro do Anil, etapa I.
Nota histórica	Conforme Escritura Pública de Compra e Venda lavrada pelo Cartório do 1º Ofício Dr. Celso da Conceição Coutinho (22/02/1967), o local denominado de Anil já figurava com

	<p>bairro em 28/01/1891, data em que Raymundo Abílio Ferreira Franco, Albino da Cruz Xavier e a esposa deste, Ângela Trindade da Cruz venderam seus terrenos a José Clementino Bezerra, dono da Companhia de fiação e Tecidos do Rio Anil, este, por sua vez, vendeu as denominadas <i>Terras do Anil</i> à COHAB em 22/02/1967. A gleba adquirida pela COHAB era assim descrita:</p> <p>(...) parte do entroncamento das Estradas de São José e Maioba, no lugar Forquilha, à margem direita da Estrada de São José, (...) daí, com o rumo Norte-Sul, à margem esquerda da Estrada que liga Forquilha a Maioba, com perímetro de 12.297,30m totalizando uma área de 6.910.635,50m². A outra parte do terreno, partes estas assim delimitadas: pela frente, limitando-se com a Estrada Tiririca-São Marcos (...) a começar do ponto que dista do cruzamento da referida estrada com a estrada Anil-Olho d'Água, (...) dirigindo-se até a via limítrofe com o Sítio Itapiracó na parte lateral direita (...) a lateral esquerda se dirige até a via que contorna a propriedade do Senhor Alberto Aboud, (...) linha de fundo, limitando-se com a faixa que separa a gleba ora desmembrada do terreno pertencente ao Senhor Alberto Aboud, a partir do ponto da lateral esquerda (...), medindo nesta parte, 425,00m, tendo forma irregular e área de 295.247.00m² (República Federativa do Brasil, 1967, fls. 36v–38).</p> <p>A área descrita acima pode ser entendida como sendo a que é percorrida por um trecho da Rodovia MA 201 – Estrada do Município de São José de Ribamar até a rotatória onde esta se entrecruza com a Av. Nossa Senhora da Conceição, sentido Ribamar Anil; no outro extremo, temos a Av. Gerônimo de Albuquerque que se entrecruza com a Casimiro Júnior e a São Luís Rei de França. No sentido Anil-Centro, a Nossa Senhora da Conceição funde-se com a Casimiro Júnior, que é a principal avenida de acesso ao Anil. Voltando por esta, sentido Anil-Olho d'água, a São Luís Reis de França é o principal acesso aos birros do Turu, estes, por sua vez, margeiam a Av. Itapiracó que se bifurca com a Joaquim Giordano Mochel. Toda essa área margeada de estradas e ocupadas por sítios foi adquirida pela COHAB para a construção de conjuntos habitacional, dos quais resultaram somente quatro: Anil I, II, III e IV. Os demais bairros são remanescentes, ou seja, resultaram de invasões ou aquisições das terras da COHAB.</p> <p>Segundo a EMARHP (Relação dos Conjuntos Habitacionais, s/d), o Conjunto Habitacional Anil I foi inaugurado em 1967, tinha 512 casas, distribuídas em 21 quadras. O conjunto foi beneficiado com 05 praças e 01 escola.</p>
Nota enciclopédica	<p>Anil é o nome do rio que nasce no leste de São Luís, desagua no Bacanga e banhando a Ilha pelo lado sul. Também é nome de planta cultivada pelos índios que os desbravadores do Maranhão encontraram nestas terras: <i>Indigofera tinctoria</i>. Desse vegetal era extraída uma substância de cor azul muito</p>

	utilizado como corante na coloração de roupas e tecidos. Algumas pessoas tinham o hábito de <i>botar a roupa para quarar no anil</i> , isto é, dissolver anil em uma porção de água, colocar roupa branca dentro, colocar no sol para que a roupa ficasse branca quase azul.
--	--

Topônimo	Cohab Anil II (145)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Itapiracó, Cohab Anil I, Cohab Anil III e Cohab Anil IV.
Taxonomia	AT: Conjunto Habitacional Anil II > Cohab II = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Conjunto de habitações da COHAB no bairro do Anil, etapa II.
Nota histórica	<p>Conforme Escritura Pública de Compra e Venda lavrada pelo Cartório do 1º Ofício Dr. Celso da Conceição Coutinho (22/02/1967), o local denominado de Anil já figurava com bairro em 28/01/1891, data em que Raymundo Abílio Ferreira Franco, Albino da Cruz Xavier e a esposa deste, Ângela Trindade da Cruz venderam seus terrenos a José Clementino Bezerra, dono da Companhia de fiação e Tecidos do Rio Anil, este, por sua vez, vendeu as denominadas <i>Terras do Anil</i> à COHAB em 22/02/1967. A gleba adquirida pela COHAB era assim descrita:</p> <p>(...) parte do entroncamento das Estradas de São José e Maioba, no lugar Forquilha, à margem direita da Estrada de São José, (...) daí, com o rumo Norte-Sul, à margem esquerda da Estrada que liga Forquilha a Maioba, com perímetro de 12.297,30m totalizando uma área de 6.910.635,50m². A outra parte do terreno, partes estas assim delimitadas: pela frente, limitando-se com a Estrada Tiririca-São Marcos (...) a começar do ponto que dista do cruzamento da referida estrada com a estrada Anil-Olho d'Água, (...) dirigindo-se até a via limítrofe com o Sítio Itapiracó na parte lateral direita (...) a lateral esquerda se dirige até a via que contorna a propriedade do Senhor Alberto Aboud, (...) linha de fundo, limitando-se com a faixa que separa a gleba ora desmembrada do terreno pertencente ao Senhor Alberto Aboud, a partir do ponto da lateral esquerda (...), medindo nesta parte, 425,00m, tendo forma irregular e área de 295.247.00m² (República Federativa do Brasil, 1967, fls. 36v–38).</p> <p>A área descrita acima pode ser entendida como sendo a que é percorrida por um trecho da Rodovia MA 201 – Estrada do Município de São José de Ribamar até a rotatória onde esta se entrecruza com a Av. Nossa Senhora da Conceição, sentido Ribamar Anil; no outro extremo, temos a Av. Gerônimo de Albuquerque que se entrecruza com a Casimiro Júnior e a São Luís Rei de França. No sentido Anil-Centro, a Nossa Senhora da Conceição funde-se com a Casimiro Júnior, que é a principal avenida de acesso ao Anil. Voltando por esta, sentido Anil-Olho d'água, a São Luís Reis de França é o principal acesso aos birros do Turu, estes, por sua vez, margeiam a Av.</p>

	<p>Itapiracó que se bifurca com a Joaquim Giordano Mochel. Toda essa área margeada de estradas e ocupadas por sítios foi adquirida pela COHAB para a construção de conjuntos habitacional, dos quais resultaram somente quatro: Anil I, II, III e IV. Os demais bairros são remanescentes, ou seja, resultaram de invasões ou aquisições das terras da COHAB.</p> <p>Segundo a EMARHP (Relação dos Conjuntos Habitacionais, s/d), o Conjunto Habitacional Anil II foi inaugurado em 1969, tinha 486 casas, distribuídas em 20 quadras. O conjunto foi beneficiado com 05 praças e 01 escola.</p>
Nota enciclopédica	<p>Anil é o nome do rio que nasce no leste de São Luís, desagua no Bacanga e banhando a Ilha pelo lado sul. Também é nome de planta cultivada pelos índios que os desbravadores do Maranhão encontraram nestas terras: <i>Indigofera tinctoria</i>. Desse vegetal era extraída uma substância de cor azul muito utilizado como corante na coloração de roupas e tecidos. Algumas pessoas tinham o hábito de <i>botar a roupa para quasar no anil</i>, isto é, dissolver anil em uma porção de água, colocar roupa branca dentro, colocar no sol para que a roupa ficasse branca quase azul.</p>

Topônimo	Cohab Anil III (146)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Cohab Anil I, Cohab Anil II, Cohab Anil IV, Cruzeiro do Anil, Vila Isabel Cafeteira, Conjunto Centaurus e Forquilha.
Taxonomia	AT: Conjunto Habitacional Anil III > Cohab III = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Conjunto de habitações da COHAB no bairro do Anil, etapa III.
Nota histórica	<p>Conforme Escritura Pública de Compra e Venda lavrada pelo Cartório do 1º Ofício Dr. Celso da Conceição Coutinho (22/02/1967), o local denominado de Anil já figurava com bairro em 28/01/1891, data em que Raymundo Abílio Ferreira Franco, Albino da Cruz Xavier e a esposa deste, Ângela Trindade da Cruz venderam seus terrenos a José Clementino Bezerra, dono da Companhia de fiação e Tecidos do Rio Anil, este, por sua vez, vendeu as denominadas <i>Terras do Anil</i> à COHAB em 22/02/1967. A gleba adquirida pela COHAB era assim descrita:</p> <p>(...) parte do entroncamento das Estradas de São José e Maioba, no lugar Forquilha, à margem direita da Estrada de São José, (...) daí, com o rumo Norte-Sul, à margem esquerda da Estrada que liga Forquilha a Maioba, com perímetro de 12.297,30m totalizando uma área de 6.910.635,50m². A outra parte do terreno, partes estas assim delimitadas: pela frente, limitando-se com a Estrada Tiririca-São Marcos (...) a começar do ponto que dista do cruzamento da referida estrada com a estrada Anil-Olho d'Água, (...) dirigindo-se até a via limítrofe com o Sítio Itapiracó na parte lateral direita (...) a lateral esquerda se dirige até a via que contorna a</p>

	<p>propriedade do Senhor Alberto Aboud, (...) linha de fundo, limitando-se com a faixa que separa a gleba ora desmembrada do terreno pertencente ao Senhor Alberto Aboud, a partir do ponto da lateral esquerda (...), medindo nesta parte, 425,00m, tendo forma irregular e área de 295.247.00m² (República Federativa do Brasil, 1967, fls. 36v–38).</p> <p>A área descrita acima pode ser entendida como sendo a que é percorrida por um trecho da Rodovia MA 201 – Estrada do Município de São José de Ribamar até a rotatória onde esta se entrecruza com a Av. Nossa Senhora da Conceição, sentido Ribamar Anil; no outro extremo, temos a Av. Gerônimo de Albuquerque que se entrecruza com a Casimiro Júnior e a São Luís Rei de França. No sentido Anil-Centro, a Nossa Senhora da Conceição funde-se com a Casimiro Júnior, que é a principal avenida de acesso ao Anil. Voltando por esta, sentido Anil-Olho d'água, a São Luís Reis de França é o principal acesso aos birros do Turu, estes, por sua vez, margeiam a Av. Itapiracó que se bifurca com a Joaquim Giordano Mochel. Toda essa área margeada de estradas e ocupadas por sítios foi adquirida pela COHAB para a construção de conjuntos habitacional, dos quais resultaram somente quatro: Anil I, II, III e IV. Os demais bairros são remanescentes, ou seja, resultaram de invasões ou aquisições das terras da COHAB.</p> <p>Segundo a EMARHP (Relação dos Conjuntos Habitacionais, s/d), o Conjunto Habitacional Anil III foi inaugurado em 1970, tinha 1.417 casas. O conjunto foi beneficiado com 01 escola, 01 centro comercial, 01 caixa d'água, 01 delegacia, 01 cada de administrador (o responsável/responsável pelo conjunto)</p>
Nota enciclopédica	<p>Anil é o nome do rio que nasce no leste de São Luís, desagua no Bacanga e banhando a Ilha pelo lado sul. Também é nome de planta cultivada pelos índios que os desbravadores do Maranhão encontraram nestas terras: <i>Indigofera tinctoria</i>. Desse vegetal era extraída uma substância de cor azul muito utilizado como corante na coloração de roupas e tecidos. Algumas pessoas tinham o hábito de <i>botar a roupa para quarar no anil</i>, isto é, dissolver anil em uma porção de água, colocar roupa branca dentro, colocar no sol para que a roupa ficasse branca quase azul.</p>

Topônimo	Cohab Anil IV (147)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Cohab Anil I, Cohab Anil II, Cruzeiro do Anil, Vila Isabel Cafeteira, Conjunto Centaurus e Forquilha.
Taxonomia	AT: Conjunto Habitacional Anil IV > Cohab IV = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Conjunto de habitações da COHAB no bairro do Anil, etapa IV.
Nota histórica	A construção do Conjunto Habitacional Anil IV é proveniente tanto dessa área adquirida na década de 60 quanto das terras do sítio São Raimundo ou Casaca. Esse lugar era

	<p>propriedade de José Ribeiro Salomão, este, em carta de 05/11/1970, oferece a sua gleba à COHAB, que o compra em 1973 segundo Memoria Descritivo dessa terra, que era assim delimitado:</p> <p>fica situado no Município de São Luís a esquerda da carroçável Forquilha – Maioba tendo os seguintes limites: mede de frente para a estrada da Maioba 832,18m e com os fundos para o Turu nas terras de Itapiracó, mística por um lado com terras de Casimiro Batista e por outro, com terras da Companhia Rio Anil e hoje pertencentes à COHAB-MA, ocupadas pelos Conjuntos Anil I, II e III (COHAB, Memoria Descritivo, 05/07/1973).</p> <p>Segundo a EMARHP (Relação dos Conjuntos Habitacionais, s/d), o Conjunto Habitacional Anil IV foi inaugurado em 1975, tinha 1.111 casas, distribuídas em 47 quadras. O conjunto foi beneficiado com 01 cada de administrador, 01 delegacia (6º Distrito Policial), 01 administração, 01 Centro Social Urbano – CSU, e um grupo escolar do Ensino Médio.</p>
Nota enciclopédica	<p>Anil é o nome do rio que nasce no leste de São Luís, desagua no Bacanga e banhando a Ilha pelo lado sul. Também é nome de planta cultivada pelos índios que os desbravadores do Maranhão encontraram nestas terras: <i>Indigofera tinctoria</i>. Desse vegetal era extraída uma substância de cor azul muito utilizado como corante na coloração de roupas e tecidos. Algumas pessoas tinham o hábito de <i>botar a roupa para quarar no anil</i>, isto é, dissolver anil em uma porção de água, colocar roupa branca dentro, colocar no sol para que a roupa ficasse branca quase azul.</p>

Topônimo	Anjo da Guarda (159)
Localização do bairro	O bairro fica em frente ao Parque Botânico da VALE e entre os Bairros Vila Isabel, Gancharia, Vila Mauro Fecury II, São Raimundo e Fumacê.
Taxonomia	AT: Sítio Itapicuraíba > Sítio Anjo da Guarda > Conjunto de Telha > Vila Anjo da Guarda > Anjo da Guarda = Hierotopônimo
Nota linguística	
Nota histórica	<p>Localizado em frente ao Parque Botânico da VALE e entre os Bairros Vila Isabel, Gancharia, Vila Mauro Fecury II, São Raimundo e Fumacê, o Anjo da Guarda, um dos maiores da área Itaqui-Bacanga, já teve vários topônimos ao longo de sua história antes de chegar ao atual: Sítio Itapicuraíba, Sítio Anjo da Guarda, Conjunto de Telha e Vila Anjo da Guarda.</p> <p>A história oficial dos moradores originais do Anjo da Guarda começa na margem direita do Rio Bacanga, necessariamente no Bairro do Goiabal (bairro das margens da Madre Deus), local alagado que abrigava as casas simples, sobre o mangue do Bacanga, popularmente conhecidas como palafitas. No fim da década de 60 essas residências pegaram</p>

fogo e as famílias foram transferidas para a margem esquerda do referido rio, dando origem ao bairro Anjo da Guarda.

Anjo da Guarda era um sítio onde hoje é chamado de Residencial Ana Jansen, lá era o Sítio Anjo da Guarda. Inclusive, o nome desse sítio está no livro O Mulado, de Aluísio Azevedo. Como esse nome já era conhecido, depois da fundação do bairro, eles colocaram o nome de Vila Anjo da Guarda, mas antes de ser Anjo da Guarda, onde o bairro iniciou, era chamado de Conjunto de Telha e antes, também disso, esta localidade aqui que eram vários sítios, era chamada de Itapicurafba, pedra miúda de igarapé pequeno, o nome do teatro daqui da comunidade. Depois de Vila Anjo da Guarda, mudou para o bairro Anjo da Guarda. Aqui era zona rural, depois se transformou e hoje está no perímetro urbano (ARAÚJO, 19/07/2013).

De forma organizada, o Anjo da Guarda foi sendo ocupado aos poucos. Araújo (10/07/2013) explica que o primeiro ciclo de povoamento do Bairro iniciou-se a partir de um dos maiores incêndios que teve no Goiabal, ocorrido no dia 14 de outubro de 1968. O incêndio aconteceu no dia 14, saiu nos jornais no dia 15 e já no dia 26 foram transferidas as primeiras 17 famílias para a área do sítio que foi esquecido em detrimento do bairro que acabava de surgir. Segundo O Estado do Maranhão (25/10/2004, p. 05), na época, o governador do Estado construiu 80 casas e a Comissão Executiva da Transferência da População – ETRAP promoveu a transferência das famílias.

Depois do incêndio eles decidiram que as casas das palafitas não seriam refeitas, por isso providenciaram logo a transferência das famílias prá cá. As primeiras 80 e tantas casas, que foram feitas, com recursos do BNH, foram organizada em quatro quadras. Inicialmente foram construídas de tijolo e cobertas de palha, depois eles cobriram de telha, daí o nome de Conjunto de Telha. O Anjo da Guarda foi um dos primeiros bairros de São Luís que teve, não um planejamento, mas um ordenamento: tem a planta do bairro, as ruas têm nomes de países e são numeradas, deixaram lugares para praças, clube, igreja, hospital, teatro. Tudo foi pensado. As pessoas pensam, erroneamente, que o Anjo da Guarda foi uma invasão, não é uma invasão! Anjo da Guarda é um bairro planejado! Pena que o planejamento para o Distrito Industrial não tenha se cumpriu totalmente e que as pessoas tenham invadido as áreas restantes, por isso pensam que é invasão (ARAÚJO, 19/07/2013).

A maior parte das ruas do povoamento original ainda mantêm os nomes de países, inclusive as ocupações espontâneas que surgiram na localidade, a exemplo do Fumacê, disfrutam dessa nomeação. Dessa forma, o Anjo da Guarda tem três avenidas que homenagem países: Avenida Moçambique, Estados Unidos e Vaticano e, mais de quinze ruas que lembraram outras nações, a exemplo das Ruas: Palestina, Bolívia, China, Camboja, Dinamarca, Espanha,

Guadalupe, Holanda, Honduras, Martinica, Nicarágua, Polônia, Quênia e Suriname.

Como profundo conhecedor da história e da realidade do Anjo da Guarda, Araújo (10/07/2013) enfatiza que o governo, na verdade, providenciou prontamente a transferência das famílias porque queria dá outra feição à cidade. Os Bairros nos arredores do Centro, nas margens dos rios, eram de palafitas. Araújo explica que, na visão do governo, os lugares como o Bairro de Fátima e o Goiabal, que na época era a maior palafita de São Luís, *enfeavam* a Cidade, por isso é que foi interessante para o Poder Público retirar essas famílias de lá. O objetivo deles era modificar a feição urbana da Cidade de São Luís, então, para isso, eles pensaram em fazer o Anel Viário, mas para fazê-lo era necessário retirar as casas dos arredores para fazer esse anel.

Então, essa parte todinha da Madre Deus, onde tem a Capela, o Goiabal e a Areinha, isso tudo foi entulhado, tinha gente que morava ali em palafitas. O governo queria retirar as famílias dali, mas ninguém queria sair de lá. Há inclusive uma desconfiança de que o incêndio tenha sido proposital, mas não temos prova disso. Em todas as áreas em que o governo precisava construir, trazia as pessoas prá cá (ARAÚJO, 19/07/2013).

Nenhum morador de bairro de criação espontânea gosta de ser classificado como habitante de invasão. Mas a realidade histórica do Anjo da Guarda fez com que a localidade fosse sendo, aos poucos, tomada por bairros onde as pessoas chegavam, faziam suas casas cobertas de palha e tapadas de barro, originando, assim, mais um núcleo populacional. Com o Conjunto de Telha do Anjo da Guarda, via de regra, aconteceu o mesmo que aconteceu no restante da Cidade com os outros conjuntos habitacionais construídos. Araújo (10/07/2013) afirma que isso era e ainda é um processo normal, pois os moradores

faziam as casas de barro, cobriam de palha em terrenos de 10X25. Depois disso foi *minando*! E com nós do Anjo da Guarda aconteceu o que acontece com todos os conjuntos habitacionais: surgem várias ocupações nos seu entorno, isso justifica o fato de as pessoas pensarem que o Anjo da Guarda é uma invasão. A verdade é que esta localidade aqui já era pensada pelo governo da época, que era Sarney, como o lugar que fosse abrigar uma cidade industrial. O pensamento dele era fazer da área Itaqui-Bacanga o Distrito Industrial do Itaqui a partir do Porto de mesmo nome, de fato, a primeira parte do Porto foi inaugurada.

Sendo de ocupação espontânea ou planejada, o fato é que o Bairro do Anjo da Guarda vem ganhando a simpatia de muitos moradores de outros bairros da Cidade por causa de um grande e importante evento artístico-cultural que promove durante a Semana Santa em suas ruas: a Via Sacra. Para Araújo (10/07/2013), esse evento mudou a visão que as pessoas têm sobre o bairro, inclusive internamente, pois

	<p> aumentou a autoconfiança dos moradores. <i>Em dois dias de apresentação, vem mais de duas mil pessoas para a localidade. Tivemos também outras melhorias, os movimentos ligados à Igreja Católica mobilizaram os mais moradores.</i> Ele ressalta ainda que, em seus 45 anos, o Anjo da Guarda conseguiu alavancar-se, fez um movimento fantástico, se compararmos a outros bairros que são mais velhos, como o Anil, João Paulo e o próprio Centro. Ele diz que esse avanço não é só o Anjo da Guarda, mas a área Itaqui-Bacanga.</p> <p>É a <i>bola da vez</i> na questão do desenvolvimento comercial, urbano. Temos vários hospitais, escolas públicas, privadas e Técnicas, a UFMA e muitas empresas, como a OGX do Eike Batista, as empresas portuárias. São 58 comunidades da área Itaqui-Bacanga. Aqui temos a Igreja e o Hospital Comunitário Nossa Senhora da Penha Araújo (10/07/2013).</p> <p>Esse desenvolvimento consideravelmente do ex-Conjunto de Telha desenvolveu-se é percebido também em vários estabelecimentos que abriga, dentre eles, destacamos: (i) o Hospital da Mulher, o Centro de Saúde Clodomir Pinheiro Costa, o Hospital Comunitário Nossa Senhora da Penha; (ii) as empresas Metalúrgica Alcima, a Costa Norte Marítima, a Taguatur Turismo, a Transportes Della Volpe; (iii) a Unidade de Educação Básica Doutor Carlos Macieira, o Centro de Ensino Anjo da Guarda, o Centro de Ensino Vicente Maia, a Unidade Escolar Anjo da Guarda, a Unidade Integrada Guapiaçu; (iv) a Praça da Ressurreição ou Viva Anjo da Guarda, a Praça da Paixão, a da Roseira e a Igreja Nossa Senhora da Penha; (v) um Posto da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão, posto de gasolina e de venda de gás, além da Feira e supermercados.</p>
Nota enciclopédica	<p>A área Itaqui-Bacanga onde está situado o Bairro Anjo da Guarda vem ganhando mais notoriedade desde o século XIX com a construção de obras que fez da área o Polo industrial de São Luís. Dentre as melhorias feitas nessa região, destacamos: (i) a abertura do Canal do Arapapaí, no Bairro Vila Maranhão; (ii) a criação da Companhia de navegação costeira do porto de São Luís e (iii) a construção da Barragem do (Rio) Bacanga em 1970.</p> <p>A Barragem sobre o Rio Bacanga ou eixo Itaqui-Bacanga, como é conhecida, situa-se a oeste do Centro. Sua instalação significou um avanço significativo não só na ocupação do solo, pelo desenvolvimento e surgimento de mais de 34 bairros para além do Bacanga, mas por abrigar a Estrada de Ferro São Luís-Carajás (PA), órgãos e estabelecimentos ou vias de transportes importantes na manutenção da educação, da cultura e da economia maranhense, como é o caso: (i) do Campus da Universidade Federal do Maranhão; (ii) da Vale S.A (Companhia Vale do Rio Doce) e de sua estação de passageiros de trem, que liga o Porto de Itaqui ao município de Parauapebas (PA); (iii) do Consórcio de Alumínio do</p>

	<p>Maranhão – ALUMAR; (iv) da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMARP e do Complexo Portuário de São Luís; (v) da Avenida dos Portugueses e da BR 135 que acessa o Estreito dos Mosquitos ao Porto do Itaqui e; (vi) do Viva Anjo da Guarda, local onde acontece o imponente espetáculo tradicional da Senama Santa: a Via Sacra, evento realizado a mais de 30 anos no Anjo da Guarda e que atrai espectadores de todas as partes de São Luís, do Estado e do País.</p> <p>A pesar de o eixo Itaqui-Bacanga abrigar todas essas empresas e ter tido todas essas melhorias ao longo dos 401 anos de São Luís, os bairros dessa área, assim como de outras, não são beneficiados diretamente com investimentos nem do poder público e nem da iniciativa privada, o que contribui para o crescimento do índice de pobreza, de criminalidade e do aumentando dessa das diferenças sociais. Enquanto a área Centro-São Francisco é considerada nobre e recebeu investimentos que a tornou atrativa comercialmente, a Itaqui-Bacanga pode ser classificada como uma área rica, porém, empobrecida!</p>
--	---

Topônimo	Mauro Fecury II (160)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Anjo da Guarda, São Raimundo e Vila São Luís.
Taxonomia	Mauro Fecury II = Antropotopônimo
Nota linguística	
Nota histórica	<p>O primeiro mandato de Mauro de Alencar Fecury durou apenas um ano e dois dias (23/03/1979 – 25/03/1980) já o segundo, durou de 22/03/1983 a 15/11/1985, quando os prefeitos passaram a ser eleitos por voto direto. Em último seu governo, destacamos as seguintes realizações: a entrega de 42 colégios, 14 postos de saúde, a construção da Avenida Luíz Rocha, construída sobre o leito da E.F.S.L.T, a Avenida Presidente José Sarney, a duplicação das Avenidas Collares Moreira e a dos portugueses, uma maternidade no bairro da Estiva e os dois conjuntos habitacionais que lhe homenageiam.</p> <p>Mauro de Alencar Fecury fez a implantação de um loteamento social entre o Anjo da Guarda e a Vila Nova que deu origem aos bairros Mauro Fecury I e Mauro Fecury II. Marques (2008, p. 659) atesta que nesse local foram assentadas cerca de 10 mil lotes para famílias de baixa renda.</p>
Nota enciclopédica	<p>O Prefeito constantemente fazia visitas à periferia e à zona rural nos fins de semana acompanhado de seus assessores e alguns vereadores para inteirar-se dos problemas sociais que a comunidades passavam, essas peregrinações ficaram conhecidas por <i>mauratonas</i> (MARQUES, 2008, p. 659).</p>

Topônimo	Mauro Fecury I (162)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Vila São Luís, Vila Nova e Vila Ariri.

Taxonomia	Mauro Fecury I = Antropotopônimo
Nota linguística	
Nota histórica	<p>O primeiro mandato de Mauro de Alencar Fecury durou apenas um ano e dois dias (23/03/1979 – 25/03/1980) já o segundo, durou de 22/03/1983 a 15/11/1985, quando os prefeitos passaram a ser eleitos por voto direto. Em último seu governo, destacamos as seguintes realizações: a entrega de 42 colégios, 14 postos de saúde, a construção da Avenida Luíz Rocha, construída sobre o leito da E.F.S.L.T, a Avenida Presidente José Sarney, a duplicação das Avenidas Collares Moreira e a dos portugueses, uma maternidade no bairro da Estiva e os dois conjuntos habitacionais que lhe homenageiam.</p> <p>Mauro de Alencar Fecury fez a implantação de um loteamento social entre o Anjo da Guarda e a Vila Nova que deu origem aos bairros Mauro Fecury I e Mauro Fecury II. Marques (2008, p. 659) atesta que nesse local foram assentadas cerca de 10 mil lotes para famílias de baixa renda.</p>
Nota enciclopédica	<p>O Prefeito constantemente fazia visitas à periferia e à zona rural nos fins de semana acompanhado de seus assessores e alguns vereadores para inteirar-se dos problemas sociais que a comunidades passavam, essas peregrinações ficaram conhecidas por <i>mauratonas</i> (MARQUES, 2008, p. 659).</p>

Topônimo	Vila Bacanga (170)
Localização do bairro	O bairro é margeado pelas águas do Rio Bacanga e lateralizado pela Vila Dom Luís.
Taxonomia	AT: Aldeia de <i>Maecan</i> > Freguesia de São Joaquim do Bacanga > Vila Bacanga > Bacanga = Etnotopônimo
Nota linguística	<p>Bacanga é o mesmo que Ibacanga: <i>iba</i> é braço e <i>canga</i>, cabeça, logo o Rio Bacanga é tanto o início quanto o receptor dos afluentes que desaguam na Baía de São Marcos pela parte oeste da Cidade.</p> <p>TIBIRIÇA (1985, p. 27) registra <i>ybá-canga</i> que, dependendo do contexto onde figure, pode significar rio do Maranhão e também fruto seco, baga, coquinho.</p>
Nota histórica	<p>Mesmo que o topônimo só exista explicitamente na denominação de um bairro, Vila Bacanga, Bacanga figura no cenário maranhense como nome de vários outros lugares, dentro os quais destacamos o nome: de um dos Rios que desagua na Baía de São Marcos; da Freguesia de São Joaquim do Bacanga; da área onde está situado o Polo industrial de São Luís; do Parque Estadual do Bacanga e do Parque Ambiental e Recreativo do Itaqui/Bacanga.</p> <p>Etimologicamente, Marques (1870, p. 101) afirma que Bacanga originou-se de <i>Ibacanga</i>, termo encontrado em documentos da Câmara de São Luís em 04/09/1741 e que se constitui dos seguintes significados: <i>iba</i> significa braço, e <i>canga</i>, cabeça, logo Bacanga é o rio que tem a função tanto de cabeça quanto de braço que desaguam na Baía de São Marcos.</p>

É interessante ressaltarmos que o Bacanga é alimentado por outros rios, dos quais destacamos o Rio das Bicas, o Batatã, o Tibiri e o Rio dos Mosquitos. Todo esse volume de água é regressado pela Barragem construída em 1970. Portanto, Bacanga faz justiça ao nome porque, junto com o Anil, abastecem a orla marítima que margeia a Upaon Açú, a Grande Ilha.

O Rio Ibacanga vai emprestar seu nome à Freguesia de São Joaquim do Bacanga 94 anos depois de mencionado nos documentos da Câmara de São Luís em 1741. Marques (1870, p. 101) descreve a referida Freguesia como o lugar criado pela Lei Provincial nº 13, de 08/05/1835, situado nos limites da Ponta do Bonfim, na foz do Batatã, que deste à cabeceira do Bacanga até o Tibiri e o Mosquito e deste, volta à Ponta do Bonfim. Acrescenta ainda o Historiógrafo que a Freguesia, um dos colégios eleitorais da Capital, possuía: (i) a povoação do Arapapaí, que estava em estado precário; (ii) uma escola de primeiras letras para meninos, criada pela Lei Provincial nº 111, de 28/08/1841; (iii) um pequeno templo para servir de matriz, criado pela Lei Provincial nº 186, de 30/06/1841; (iv) um Distrito de Paz e; (v) alguns pequenos estabelecimentos comerciais de secos e molhados, alguns engenhos de açúcar, 5 olarias e 5 pedreiras.

No que tange à população que vivia na Freguesia de São Joaquim do Bacanga, Marques afirma (1870, p. 101) que ela sobrevivia da pequena produção da lavoura de cana de açúcar, de fumo, de mandioca, de arroz e algodão. Os habitantes da atual Vila do Bacanga, acrescenta ele, somavam um contingente de *2.802 indivíduos, sendo livres 881 do sexo masculino, e 73 do feminino, e escravos 576 do masculino e 482 do feminino.*

É interessante frisarmos também que, assim como acontecia nas outras partes da Grande Ilha, os moradores da Freguesia de São Joaquim do Bacanga seguiam algum credo religioso, que, pelas evidências encontradas em uma notícia do jornal O Maranhão (21/05/1908), era a Religião Católica, com seus rituais, dogmas e santos.

Os moradores do povoado São Joaquim do Bacanga, resolveram festejar este ano o Glorioso São Francisco de Assis, cuja imagem foi oferecida à Capela do Glorioso Santo pelo Sr. H. Seabra – A festa será feita expressas de 50 e tantos moradores e começará no dia 25 de setembro, terminando a 4 de outubro, com Missa Solene e Ladainha à noite.

A menção ao Rio Bacanga é de longa data, sendo encontrada historicamente na descrição de vários acontecimentos ou lugares próximos ao Centro, onde este margeia a cidade. A título de ilustração destacamos que foi na foz do Bacanga que os holandeses atracaram, em 25/11/1641, para saquear São Luís e também lembramos que um dos mais antigos bairros da Capital, Madre Deus, foi fundado às

margens do Bacanga em 1713, com a construção de uma ermida à Santa Mãe de Deus.

Além de todas essas denominação, o Bacanga é classificado pela Lei 3.252, de 29/12/1992, como Zona de Proteção Ambiental do Bacanga – ZPA2 e como Zona Rural do Bacanga – ZRU. Para a Lei que dispõe sobre o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano, (29/12/1992, p. 69) uma ZPA é uma “área que, pelos seus elementos naturais, merece tratamento especial com a finalidade de preservar, recuperar ou revitalizar o meio ambiente”. Nesse caso, a ZPA2 está situada, segundo a Lei 3.252 (p. 14) na área circunvizinha das bacias hidrográficas, das correntes, dos rios, dos riachos, das pontes, dos lagos e lagoas, periodicamente inundáveis pela própria bacia ou marés, que estão contidas em todo território municipal.

Segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMAM, com relação às áreas protegidas, através de tecnologia de geoprocessamento, utilizando imagens de satélite de alta resolução espacial, são redefinidos os limites de quatro APAs de São Luís. Dentre as Áreas de Proteção Ambiental elencadas pela SEMMAM, destacamos o Parque Ambiental e Recreativo do Itaqui/Bacanga, criado pela Lei nº 4.177, de 20 de março de 2003.

Segundo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais/Unidades de Conservação da Natureza, o Decreto Estadual nº 7.545, de 1980 criava o Parque Estadual do Bacanga, que por sua vez, contava com uma extensão de 2.633 hectares e estava situado entre a margem direita do Rio Bacanga e a região do Maracanã. O local é remanescente de floresta pré-amazônica, protege as nascentes que alimentam a Represa do Batatã, responsável pelo abastecimento de água de 16% da Ilha. Além disso, apresenta (i) manguezais sob influência das marés, pequenas colinas (barreiras) e vales nas áreas centrais; (ii) vegetação constituída de árvores como angelim, barrigudeira, babaçu; (iii) fauna representada pelo bicho preguiça, cutia e várias espécies de aves, como o pica-pau, maracanã-do-buriti, gavião-da-cauda-branca e; (iv) ruínas do Complexo fabril conhecidas como Sítio do Físico, com área de cerca de 1.600m² com ruínas de curtume, fornos, tangues, e armazéns.

Já a e Zona Rural do Bacanga – ZRU, tem seu limite no ponto de interseção da linha de preamar do Rio Bacanga com a Estrada Vila Embratel/Vila Maranhão, seguindo pela primeira até encontrar o cruzamento da Estrada Maracanã/Vila Maranhão com a antiga Estrada de Ferro São Luís - Teresina, prosseguindo pela última até encontrar o limite da ZR 10, donde segue por este com rumo à direita até interceptar a Estrada Maracanã/Vila Maranhão, dobrando à direita e seguindo pela mesma até atingir a Estrada Vila Maranhão/Anjo da Guarda, prolongando-se pela última à esquerda até encontrar o ponto inicial deste perímetro

(PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS, 1992, p. 15).

O que a Lei 3.252 delimita como as terras integrantes de toda a ZRU do Bacanga é a mesma que é conhecida como Polo industrial ou Eixo Itaqui-Bacanga, que por sua vez, é composto por mais de 34 bairros oficializados pela Prefeitura e também por uma gama considerável de terrenos ocupados irregularmente. Dentro os bairros que se localizam do lado oeste do Centro de São Luís, para o além da Barragem do Bacanga, elencamos: Alegria, Alto da Esperança, Anapora, Anjo da Guarda, Cajueiro, Conceição, Fumacê, Gancharia, Gapara, Jambreiro, Juçara, Mauro Fecury I, Mauro Fecury II, Pereira, São Benedito, São Raimundo do Gapara, São Raimundo, Tamancão, Vila Ariri, Vila Bacanga, Vila Conceição, Vila Dom Luís, Vila Embratel, Vila Isabel, Vila Maranhão, Vila Nova e Vila São Luís.

A área Itaqui-Bacanga onde está situado o Bairro da Vila Bacanga vem ganhando mais notoriedade desde o século XIX com a construção de obras que fez da área o Polo industrial de São Luís. Dentre as melhorias feitas nessa região, destacamos: (i) a abertura do Canal do Arapapaí, no Bairro Vila Maranhão; (ii) a criação da Companhia de navegação costeira do porto de São Luís e (iii) a construção da Barragem do (Rio) Bacanga em 1970.

A Barragem sobre o Rio Bacanga ou eixo Itaqui-Bacanga, como é conhecida, situa-se a oeste do Centro. Sua instalação significou um avanço significativo não só na ocupação do solo, pelo desenvolvimento e surgimento de mais de 34 bairros para além do Bacanga, mas por abrigar a Estrada de Ferro São Luís-Carajás (PA), órgãos e estabelecimentos ou vias de transportes importantes na manutenção da educação, da cultura e da economia maranhense, como é o caso: (i) do Campus da Universidade Federal do Maranhão; (ii) da Vale S.A (Companhia Vale do Rio Doce) e de sua estação de passageiros de trem, que liga o Porto de Itaqui ao município de Parauapebas (PA); (iii) do Consórcio de Alumínio do Maranhão – ALUMAR; (iv) da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMARP e do Complexo Portuário de São Luís; (v) da Avenida dos Portugueses e da BR 135 que acessa o Estreito dos Mosquitos ao Porto do Itaqui e; (vi) do Viva Anjo da Guarda, local onde acontece o imponente espetáculo tradicional da Senama Santa: a Via Sacra, evento realizado a mais de 30 anos no Anjo da Guarda e que atrai espectadores de todas as partes de São Luís, do Estado e do País.

A pesar de o eixo Itaqui-Bacanga abrigar todas essas empresas e ter tido todas essas melhorias ao longo dos 401 anos de São Luís, os bairros dessa área, assim como de outras, não são beneficiados diretamente com investimentos nem do poder público e nem da iniciativa privada, o que contribui para

	o crescimento do índice de pobreza, de criminalidade e do aumentando dessa das diferenças sociais. Enquanto a área Centro-São Francisco é considerada nobre e recebeu investimentos que a tornou atrativa comercialmente, a Itaqui-Bacanga pode ser classificada como uma área rica, porém, empobrecida!
Nota enciclopédica	A pesar de existir o bairro Vila Bacanga, a localidade é conhecida popularmente como Bacanga.

Topônimo	Sá Viana (171)
Localização do bairro	O Bairro fica entre: O Campus da UFMA, o Jambreiro e o Rio Bacanga.
Taxonomia	AT: Sítio Sá Vianna > Sá Viana = Antropotopônimo
Nota linguística	O nome do dono do sítio era Sá Vianna, houve, portanto, duas alterações, a toponímica com a elipse do termo <i>sítio</i> e a ortográfica, com a supressão da letra <i>n</i> em <i>Vianna</i> .
Nota histórica	<p>O Antropotopônimo do Sá Viana surgiu dentro da área Itaqui-Bacanga, assim como muitos outros bairros de São Luís, de sítios, neste caso, temos o de propriedade do Jurista Sá Vianna, dono das terras onde hoje temos não só o referido Bairro, a Universidade Federal do Maranhão e onde poderia ter vingado um hospital-colônia para abrigar e tratar enfermos de lepra.</p> <p>O Sá Viana é um dos bairros mais antigos situados após a Barragem do Rio Bacanga. Segundo Marques (2008, p. 149), o local já figurava em 1864 como sendo a sede de uma fábrica de socar arroz. Quando Marques se refere à Fábrica São Félix ele a “situa à margem esquerda do Bacanga (no sítio hoje chamado de Sá Viana) e já então pertencente à firma da Viúva de Sá Viana & Cia”.</p> <p>O referido Sítio aparecerá também como a localidade onde o Serviço de Profilaxia Rural do Maranhão tinha um projeto de construir um hospital-colônia para transferência dos lazarentos do Hospital do Gavião. Marques (2008, p. 613) salienta que o referido Preventório, que começou a ser construído em 12/02/1920, com recursos federais, poderia ter sido um dos maiores e melhores hospitais do Maranhão se tivesse sido concluído. Acrescenta ainda que</p> <p style="padding-left: 40px;">(...) a construção de um grande hospital à margem esquerda do esteiro do Bacanga, no sítio Sá Viana, (...) ficou inacabado, gastando-se nele muito dinheiro. Surgiram algumas ideias sobre o seu aproveitamento para serviços públicos, como escola agrícola e penitenciária, mas nenhum vingou. E, todavia, não só será de grandes proporções como também construído e situado excelentemente num dos lugares saudáveis e férteis da Ilha do Maranhão.</p> <p>Como o Sá Viana situa-se às margens do Bacanga e este é banhado pelas águas do Rio das Bicas, muitos são os problemas infraestruturais que os moradores enfrentam: alagamento e perdas de suas moradias, acúmulo de lixo,</p>

muitas vezes, carregados pelas águas da chuva, esgoto a céu aberto, falta de políticas públicas que beneficiem os moradores com melhores condições para viverem em uma área que deveria ser melhor estruturada por sediar a UFMA e fazer parte do polo industrial da Cidade. Para Barbosa (s/d, p. 12), a área do Sá Viana

encontram na planície de inundação do Rio das Bicas. Devido às características físicas do bairro, os seus habitantes sofrem pela insegurança de terem suas casas fixadas em encostas, ou pelo risco iminente delas serem inundadas, quando se refere as que se encontram nos pontos mais baixos. Contudo, todos os problemas vividos neste bairro são potencializados pela falta de políticas públicas direcionada, e, sobretudo pela forte degradação ambiental. Em diversas ruas pode-se encontrar o escoamento de esgoto *in natura* a céu aberto junto com resíduos sólidos.

A área Itaqui-Bacanga onde está situado o Bairro do Sá Viana vem ganhando notoriedade desde o século XIX com a construção de obras que fez da área o Polo industrial de São Luís. Dentre as melhorias feitas, destacamos: (i) a abertura do Canal do Arapapaí, no Bairro Vila Maranhão; (ii) a criação da Companhia de navegação costeira do porto de São Luís e (iii) a construção da Barragem do (Rio) Bacanga.

A Barragem sobre o Rio Bacanga ou área/eixo Itaqui-Bacanga, como é conhecida, situa-se a oeste do Centro. Sua instalação significou um avanço significativo não só na ocupação do solo, pelo desenvolvimento e surgimento de mais de 34 bairros para além do Bacanga, mas por abrigar a Estrada de Ferro São Luís-Carajás (PA), órgãos e estabelecimentos ou vias de transportes importantes na manutenção da educação, cultura e economia maranhense, como é o caso: (i) do Campus da Universidade Federal do Maranhão; (ii) da Vale S.A (Companhia Vale do Rio Doce) e de sua estação de passageiros de trem, que liga o Porto de Itaqui ao município de Parauapebas (PA); (iii) do Consórcio de Alumínio do Maranhão – ALUMAR; (iv) da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMARP e do Complexo Portuário de São Luís; (v) da Avenida dos Portugueses e da BR 135 que acessa o Estreito dos Mosquitos ao Porto do Itaqui e; (vi) do *Viva Anjo da Guarda*, local onde acontece o imponente espetáculo tradicional da Senama Santa: a Via Sacra, evento realizado a mais de 30 anos no Anjo da Guarda e que atrai espectadores de todas as partes de São Luís e do Estado.

A pesar de a área/eixo Itaqui-Bacanga abrigar todas essas empresas e ter tido todas essas melhorias ao longo dos 401 anos de São Luís, os bairros dessa área, assim como de outras, não são beneficiados diretamente com investimentos nem do poder público e nem da iniciativa privada, o que contribui para o crescimento do índice de pobreza, de criminalidade, aumentando dessa forma as diferenças sociais. Enquanto a área Centro-São Francisco é considerada nobre e

	recebeu investimentos que a tornou atrativa comercialmente, a Itaquí-Bacanga pode ser classificada como uma área rica, porém, empobrecida!
Nota enciclopédica	<p>Escassas são as informações sobre o primeiro dono das terras do Sá Viana. Além de sabermos que a viúva dele tinha uma firma intitulada <i>Viúva de Sá Viana & Cia</i> (MARQUE, 2008, p. 149), O Diário Oficial (12/02/1923), por exemplo, noticia a morte desse <i>notável</i> Professor de Direito como uma grande perda para a Magistratura brasileira e internacional.</p> <p>A Faculdade de Direito do Rio de Janeiro sofreu um golpe extremamente rude com o falecimento do seu notável professor Sá Vianna; o Direito Internacional experimenta a queda dolorosa de um dos seus mais convencidos cultores e dedicado paladino, e o Direito Brasileiro cobriu-se de luto com o desaparecimento do seu grande amigo e defensor.</p>

Topônimo	Bom Jesus (176)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Primavera Coroado, Coroadinho, Vila dos Frades e Conjunto Dom Sebastião.
Taxonomia	Dirrematopônimo
Nota linguística	
Nota histórica	<p>O Dirrematopônimo Bom Jesus aparece no cenário ludovicense na segunda metade do século XX como um dos lugares que deveria pagar Imposto Predial (atual IPTU) à Prefeitura, conforme evidenciamos no Edital nº 11, de 20 de setembro de 1929, assinado pelo Prefeito Jaime Tavares. Pelo referido Edital deveria ser pago à prefeitura, “dentro do próximo mês (...) improrrogavelmente, o imposto predial, de acordo com o lançamento já feito e alterações na respectiva revisão (...) as casas situadas no subúrbio para o primeiro semestre do exercício de 1929/1930”. Dentre as localidades elencadas, encontramos a Rua São Raimundo Nonato, do Bom Jesus.</p> <p>No Edital nº 15, de 26/04/1935, que notificava os interessados no lançamento das casas de palha e de telha, situadas no subúrbio de São Luís, o Bom Jesus vai figurar como uma das localidades em que encontrávamos casas tanto nas Travessas Bôa Vista e São Raimundo Nonato quanto na Rua São Raimundo Nonato. O referido documento não especifica a quantidade das casas de palha ou de telha de cada um desses locais. No ano seguinte, vamos ter a cobrança de Imposto Predial de 05 casas (sem especificação das características, se de palha ou telha) da Rua São Raimundo Nonato, conforme o Edital nº 10, de 06/03/1936.</p> <p>A cobrança de Imposto Predial poderia ser boa para os moradores das localidades porque regulamentava a denominação das ruas, facilitando a localização de endereços, propiciava acesso a serviços públicos essenciais como a higienização das ruas, mas em alguns casos, servia como</p>

	forma discriminatória já que os bairros eram classificados como zonas suburbanas e de moradias proletariadas, evidenciando a clara divisão entre Centro (Cidade) e periferia (Vilas ou bairros Operários).
Nota enciclopédica	

Topônimo	Coroadinho (182)
Localização do bairro	O bairro fica entre: João Paulo, Coroado, Sítio Leal, Sacavém, Vila dos Frades, Bom Jesus, Pindorama, Conjunto Dom Sebastião, Parque dos Nobres, Parque Timbira, Vila Conceição, Salina do Sacavém e parte do Parque Estadual do Bacanga.
Taxonomia	Animotopônimo
Nota linguística	Coroadinho é o diminutivo de Coroado, nome da cidade fictícia da novela Irmãos Coragem.
Nota histórica	<p>Para entendermos o significado do topônimo Coroadinho devemos nos reportar à história do Bairro Coroado, surgido no início da década de 1970 e motivado toponimicamente pela denominação da cidade fictícia, da novela de Janete Eclair, Irmãos Coragem, lançada pela Rede Globo em 1970. MMJB (11/02/2014), Historiógrafo e Professor da UFMA, crer que o</p> <p style="padding-left: 40px;">nome Coroadinho tem a ver com a denominação dada anteriormente ao bairro do Coroado! O bairro do Coroado surgiu no início dos anos de 1970 e recebeu essa denominação em alusão à cidade fictícia da novela Irmãos Coragem. Assim, quando foi dado início ao processo de ocupação da área do atual Coroadinho, a denominação foi estendida ao ele como uma projeção menor. Daí, ao que me parece, o diminutivo!</p> <p>MMJB acrescenta ainda que a grande maioria dos ocupantes da área do Coroadinho, semelhantemente ou que acontecia na periferia de São Luís naquela conjuntura, era de pessoas de baixa renda originárias do interior do Estado, principalmente da Baixada Maranhense, caso que já mencionamos quando descrevemos sobre a história de bairros como Barreto, Vila Palmeira, Vila Isabel Cafeteira, Vila Janaína Coheb, Liberdade e Santa Efigênia, em que a maior parte dos moradores ocuparam irregularmente a terra.</p> <p>Mas mesmo tendo surgido dessa forma, que era e ainda é bastante discriminada socialmente, ao longo de sua história, o Bairro do Coroadinho tornou-se um polo estratégico para a região e seus moradores por vários motivos. MMJB (11/02/2014) ressalta que o local</p> <p style="padding-left: 40px;">passou a atrair a atenção dos gestores públicos para a realização de obras públicas de interesse da população da região, como unidade mista, escolas, unidades militares, delegacia, entre outros, bem como foram asfaltadas ruas e feitas algumas intervenções no que tange ao saneamento básico.</p> <p>Quando MMJB se refere a unidades mistas, escolas e afins, ele na verdade esta afirmando que o bairro foi</p>

beneficiado com: hospital, neste caso, com a Unidade Mista do Coroadinho; escolas, como a Unidade de Educação Básica Professor Rubem Almeida, a Escola paroquial Frei Alerto e a tradicional Fundação Bradesco.

Essas melhorias não impediram que o Bairro seja classificado pela mídia como a maior favela do Maranhão e como bairro com um alto índice de criminalidade. É provável que essa associação pejorativa aconteça em decorrência da forma de ocupação da terra, que MMJB (11/02/2014) classifica como ocupação direta do solo, também chamado de “invasão, já traz em si uma gama de problemas. Começa pela instabilidade quanto à regularidade fundiária, passando por profundos desajustes que desembocam em altos indicadores de violência, criminalidade e de insegurança”.

Ao perguntarmos a MMJB se havia algo significativo sobre o bairro que tivesse chamado a atenção ou envolvido os moradores da localidade, o Historiógrafo é enfático ao afirmar e explicar que ao longo da história do Coroadinho e de outros bairros surgidos em decorrência de ocupação direta do solo, os lugares passaram por longo período em que sua imagem foi altamente depreciada. Muitos habitantes de São Luís se referiam a tais bairros com muito preconceito,

todavia, é perceptível o modo como os habitantes desses bairros (e do Coroadinho, em especial) tomaram para si a tarefa de requalificar essa imagem desgastada, por meio de ações conjugadas dos movimentos sociais existentes na área ou fora dela, cobrando do Poder Público, principalmente, o atendimento de demandas que historicamente foram negadas e são cruciais para que essa comunidade venha a ter condições de mudar sua imagem no concerto das demais comunidades ludovicenses (MMJB, 11/02/2014).

Uma amostra de que o Coroadinho está sendo requalificando socialmente é o beneficiamento de 500 famílias com o título de propriedade de terra dado, no dia 06/02/2014, pelo Prefeito de São Luís Edivaldo Holanda Júnior. Segundo a Prefeitura (13/02/2014), essa foi a segunda etapa do *Projeto Minha Casa é Legal*, que tem como objetivo regularizar áreas do município e da União em bairros nos quais as pessoas já estão instaladas há muito tempo, no caso do Coroadinho, mais de 44 anos.

Ele ressaltou a importância da regularização fundiária (...). Nós tivemos a oportunidade de lançar na última segunda-feira uma grande obra para o polo Coroadinho. Será um grande benefício para a região. O prefeito destacou que a meta é que até o final da gestão sejam entregues 10 mil títulos (...).

Agora, foram mais 500 títulos e na terceira etapa, serão contempladas de 300 a 500 famílias. O secretário Antônio Araújo garantiu que o programa irá regularizar todo o Coroadinho para poder partir para uma nova área. Pela programação, a região do Itaqui-Bacanga será contemplada após a finalização do bairro atual.

Após a entrega dos títulos, o prefeito Edivaldo Holanda

Júnior visitou as obras de pavimentação das ruas do Coroadinho. As vias estão na fase de terraplanagem. O prefeito parou de casa em casa ouvindo os moradores e recebeu vários elogios pelo trabalho no bairro (PREFEIRUTA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS, 13/02/2014).

A notícia veiculada no *site* da Prefeitura ressalta ainda que a entrega os títulos de terra em áreas de ocupação irregular começou 22 anos atrás, em 1992, na administração do então Prefeito Jackson Lago, para atender a Lei que autorizava a regularização fundiária no Estado. Nessa oportunidade somente 200 famílias foram beneficiadas.

Toda essa atenção ao Bairro do Coroadinho tem uma explicação lógica por vários motivos, dentre os quais destacamos: o pertencimento do bairro à área ocupada pelos bairros do Sacavém, que fica numa Área de Proteção Florestal, que por sua vez, figura dentro do Parque Estadual do Bacanga e ser classificado como Zona de Interesse Social – ZIS, pela Lei 3.252, de 29/12/1992, que dispõe sobre o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano e dá outras providências. Para a Lei 3.252 (29/12/1992, p. 69),

Zona de Proteção Ambiental – é a área que, pelos seus elementos naturais, merece tratamento especial com a finalidade de preservar, recuperar ou revitalizar o meio ambiente.

Zona de Reserva Florestal – é a área considerada de preservação permanente, por ser indispensável à proteção do equilíbrio ecológico da região.

Zona de Interesse Social – é a área que, pelas suas características de ocupação já consolidadas, merece tratamento especial, ou que permitirá a implantação de cunho social.

A área ocupada pelos bairros do Sacavém (Salina do Sacavém, Coheb do Sacavém, Túnel do Sacavém, Redenção, Coroado e Coroadinho) é resultante da apropriação irregular das terras Área de Proteção Florestal instituída pelo Decreto-Lei Federal nº 6.833, de 26/08/1944, sancionado pelo então Presidente Getúlio Vargas.

No art. 1º da referida Lei ficavam declaradas como Área de Proteção Florestal “de acordo com o art. 11, parágrafo único, do decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934, toda área de matas que interessam os mananciais abastecedores da Cidade de São Luís” (DIÁRIO OFICIAL DO RIO DE JANEIRO, 29/08/1944).

A área que se refere o Decreto era delimitada no art. 2º da seguinte forma: (i) ao norte, a E.F.S.L.T, no trecho que compreende o cruzamento desta com a linha do Telégrafo Nacional e o Bairro Jordôa, numa linha que partia desse bairro até alcançar a foz do Rio das Bicas; (ii) a oeste, o Rio Bacanga até sua confluência com o Rio Maracanã; (iii) ao Sul, o Rio Maracanã, da foz às cabeceiras; (iv) a leste, uma linha que parte da das nascentes do Rio Maracanã até chegar às cabeceiras do Rio Batatan e desse ponto até a E.S.F.L.T, até

	<p>alcançar a linha do Telégrafo Nacional.</p> <p>A Lei Estadual nº 2.467, de 09/10/1964 estabelecia crédito indenizatório aos moradores ou donos das terras do Sacavém que tinham sido denominadas como Floresta Protetora de Mananciais no Decreto-Lei Federal nº 6.833, de 1944 para que as pessoas desocupassem a localidade, fato não ocorrido porque o lugar continuou a ser habitado trazendo, inclusive risco de vida a seus moradores não só por viverem próximas de uma subestação elétrica (Eletronorte I), mas por causa das barreiras que desmoram constantemente causando mortes no período de chuvas intensas.</p> <p>Atualmente, o conjunto de bairros do Sacavém figura dentro da área do Parque Estadual do Bacanga, o Sacavém, por exemplo, é lateralizado na parte sul somente por área verde, o Salina do Sacavém recebe esse nome em virtude do salitre que vem das marés, o Coroadinho sofre com aos desmoronamentos causados por barreiras e pelas águas das chuvas que se juntam com a do Rio das Bicas, a metade do Coheb fica sobre colinas e a outra em um nível bem inferior.</p> <p>Segundo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais, Unidades de Conservação da Natureza, o Decreto Estadual nº 7.545, de 1980 criava o Parque Estadual do Bacanga, que por sua vez, contava com uma área de 2.633 hectares, entre a margem direita do Rio Bacanga e a região do Maracanã. O local abrigava área remanescente de floresta pré-amazônica, que protegem as nascentes que alimentam a Represa do Batatã, responsável pelo abastecimento de água de 16% da Ilha. Além disso, apresenta (i) manguezais sob influência das marés, pequenas colinas (barreiras) e vales nas áreas centrais; (ii) vegetação constituída de árvores como angelim, barrigudeira, babaçu; (iii) fauna representada pelo bicho preguiça, cutia e várias espécies de aves, como o pica-pau, maracanã-do-buriti, gavião-da-cauda-branca e; (iv) ruínas do Complexo fabril conhecidas como Sítio do Físico, com área de cerca de 1.600m² com ruínas de curtume, fornos, tanguês e armazéns.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	Salina do Sacavém (184)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Coheb, Coroadinho e Sacavém.
Taxonomia	Salina do Sacavém = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Bairro do Sacavém que fica na área de salitre/salina e não o bairro da Vila Palmeira, Salina da Vila Palmeira, que também é banhado pelas águas da maré de rio, neste caso, o Anil e não o Bacanga.
Nota histórica	Para entendermos a história do Dirrematopônimo Salina do Sacavém, povoado em 1966, devemos nos reportar literalmente à história do Parque Estadual do Bacanga e do bairro Sacavém já que foram esses topônimos que originaram o Salina do Sacavém, área salitrada pelas águas das marés que

invadem os mangues do Rio Bacanga.

Não temos notícia da etimologia do topônimo Sacavém no Maranhão, mas há fortes indícios de que esse topônimo tenha sido adotado nestas terras por influência portuguesa já que é registrado por Castro (1762-1763) como nome de rio, lugarejo e também freguesia.

Castro (1762-1763, p. 138) afirma que “este rio difcorre pelo Lugar de feu nome duas legoas distante de Lisboa, defemboca no Tejo, faz huma profundiffima foz” e, tem sobre si uma ponte edificada pelos roanos Já o lugarejo Sacavém situa-se nas margens do dito talvegue, fica distante de Lisboa duas léguas e tem terras valiosas por causa de um porto da Paróquia dedicada a Nossa Senhora da Purificação, que tem sob suas ordens, conforme Castro (idem, p. 487-488) os seguintes templos: (i) o Mosteiro de Nossa Senhora dos Martyres e as Ermidas do/de: (ii) Espirito Santo, (iii) São José, (iv) Nossa Senhora Madre de Deos, (v) Nossa Senhora da Saude, (vi) São Sebastião e (vii) Nossa Senhora da Vitória.

A Freguesia de Nossa Senhora da Purificação de Sacavém é apresentada da seguinte forma por Castro (ibidem, p. 595)

O lugar de Sacavem fica duas degoas de Lisboa para o Norte, tem hũa Igreja Paroquial dedicada ao myfterio da Purificação da Senhora, com hum Prior, que aprefenta a Cafa de Bragança, & feis Beneficiados; terá trezentos vizinhos, hũa Ermita de N. Senhora da Vitoria, outra do Efpirito Santo, & outra de N. Senhora da Saude, com muytas quintas nobres (...).

No que diz respeito à Igreja da Nossa Senhora Madre de Deos portuguesa, esta originou o bairro da Madre Deus no Centro Histórico de São Luís em 1713 quando sua imagem é posta em uma ermida por um descendente de Portugal já, quanto à Igreja de Nossa Senhora da Vitória, além de originar uma freguesia de mesmo nome nesta Capital, ainda nomeia a estrada que serve de acesso às terras do Sacavém, do Túnel do Sacavém e do Outeiro da Cruz: Estrada da Vitória.

O local Sacavém já figurava desde o início do século XX como é atestado pela Intendência Municipal no Edital nº 35, de 12 de jan. de 1904, publicado no Diário do Maranhão, ano XXXV, de 13 de fev. de 1904.

Em 12/01/1904 a Intendência Municipal tornava público que Filomena Rosa da Conceição requeria para foro um terreno pertencente ao Patrimônio Público do município n luar denominado Sacavém, localizado no Caminho Grande. Tal terreno estava devoluto e media tanto ao norte quanto ao sul, de fundo 275m, com área de 756m.

A área ocupada pelos bairros do Sacavém (Salina do Sacavém, Coheb do Sacavém, Túnel do Sacavém, Redenção e Coroado) é resultante da apropriação irregular das terras Área de Proteção Florestal instituída pelo Decreto-Lei Federal nº 6.833, de 26/08/1944, sancionado pelo então Presidente

	<p>Getúlio Vargas.</p> <p>No art. 1º da referida Lei ficavam declaradas como Área de Proteção Florestal “de acordo com o art. 11, parágrafo único, do decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934, toda área de matas que interessam os mananciais abastecedores da Cidade de São Luís” (DIÁRIO OFICIAL DO RIO DE JANEIRO, 29/08/1944).</p> <p>A área que se refere o Decreto era delimitada no art. 2º da seguinte forma: (i) ao norte, a E.F.S.L.T, no trecho que compreende o cruzamento desta com a linha do Telégrafo Nacional e o Bairro Jordôa, numa linha que partia desse bairro até alcançar a foz do Rio das Bicas; (ii) a oeste, o Rio Bacanga até sua confluência com o Rio Maracanã; (iii) ao Sul, o Rio Maracanã, da foz às cabeceiras; (iv) a leste, uma linha que parte da das nascentes do Rio Maracanã até chegar às cabeceiras do Rio Batatan e desse ponto até a E.S.F.L.T, até alcançar a linha do Telégrafo Nacional.</p> <p>A Lei Estadual nº 2.467, de 09/10/1964 estabelecia crédito indenizatório aos moradores ou donos das terras do Sacavém que tinham sido denominadas como Floresta Protetora de Mananciais no Decreto-Lei Federal nº 6.833, de 1944 para que as pessoas desocupassem a localidade, fato não ocorrido porque o lugar continuou a ser habitado trazendo, inclusive risco de vida a seus moradores não só por viverem próximas de uma subestação (Eletronorte I), mas por causa das barreiras que desmoronam constantemente causando mores, acentuados no inverno.</p> <p>Atualmente, o conjunto de bairros do Sacavém figura dentro da área do Parque Estadual do Bacanga, o Sacavém, por exemplo, é lateralizado na parte sul somente por área verde, o Salina do Sacavém recebe esse nome em virtude do salitre que vem das marés, o Coroadinho sofre com aos desmoronamentos causados por barreiras, a metade do Coheb fica sobre colinas e a outra em um nível bem inferior do referido Parque.</p> <p>Segundo COA (11/09/2013), moradora da Coheb a mais de 40 anos, o Salina do Sacavém começou a ser povoado em 1966 por famílias que vinham do interior do Estado, não tinham onde morar,</p> <p>ai faziam suas casas em qualquer lugar, inclusive em local de risco para a vida delas, como é o do Salina, que a água da maré leva tudo, derruba tudo... a água da chuva também causa muitos desmoronamentos das barreiras de lá perto, derruba as casas, a Defesa Civil tira todo mundo de lá, mas no ano seguinte é tudo de novo (COA, 11/09/2013).</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	Coheb (185)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Sacavém, Salina do Sacavém e Santo Antonio.
Taxonomia	AT: Coheb-Sacavém > Coheb = Siglatopônimo
Nota linguística	Companhia Hidroelétrica de Boa esperança – COHEB, de

	sigla a substantivo próprio – Coheb.
Nota histórica	<p>O povoamento do Coheb-Sacavém, como é conhecido o bairro, começou na década de 60, mais precisamente, em 1968 conforme atesta Dona Onesinda Amaral Costa, uma das primeiras moradoras do local, que se estabeleceu lá ao vir do município de Matinha. Com oitenta anos, ela relembra que a localidade era ocupada por sítios e afirma “que isto aqui era tudo mato quando me mudei para cá com meu marido e minha filha, que na época tinha 12 anos, hoje ela tá com 56. As casas eram uma aqui outra lá longe, com o passar dos tempos é que foi chegando mais gente”.</p> <p>Apesar de Dona Onesinda morar na Coheb a mais de 50 anos ela desconhece como e quem começou a chamar o bairro de Coheb-Sacavém e o que significa a sigla que faz referência à Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança – COHEB, que tinha uma subestação nessa localidade que fornecia energia à capital, como consta no Registro de loteamento das terras em que a COHAB construiu o Conjunto Habitacional Sacavém em 1976.</p> <p>A COHAB fez o <i>Registro de Loteamento</i> do terreno do futuro Conjunto Habitacional Sacavém em 23/03/1976 no Jurandy de Castro Leite. No referido documento a área do imóvel era descrita como sendo desmembrada e constava das seguintes características: (i) confrontava no quilometro 07 com a Estada de Ferro São Luís-Teresina; (ii) a noroeste e sudeste com o terreno da Estação Abaixadora da Companhia Hidroelétrica de Boa esperança – COHEB (...) (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 23/03/1976).</p> <p>É provável que o fato de a subestação da COHEB ter estado próximo ao terreno da COHAB tenha gerado o equivoco de que é o Coheb que seja o conjunto habitacional da COHAB e não o Sacavém. Pensamos que essa confusão aconteça porque todos os Siglatopônimo ludovicenses que começam com a sílaba <u>CO</u>, são atribuídos à COHAB erroneamente e que isso também nos possibilite entender o porquê de o primeiro nome do topônimo: Coheb-Sacavém ou Coheb do Sacavém.</p>
Nota enciclopédica	<p>Atualmente, no Maranhão, é a Companhia Energética do Maranhão – CEMAR que administra o fornecimento da energia elétrica que é gerada na Usina de Boa Esperança e operada pela Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco – CHESF.</p> <p>A Avenida dos franceses (sentido nordeste) e a Presidente Médice (sentido noroeste) servem de acesso direto ao bairro por permeá-lo por esses dois extremos. O bairro limita-se também com a Subestação São Luís I da Eletronorte.</p>
Topônimo	Maiobinha (189)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Vila Brasil, Forquilha, Recanto dos Signos, Cidade Operária e as terras do Município de São José

	de Ribamar.
Taxonomia	Etnotopônimo
Nota linguística	<i>Mayoïe</i> > Maioba.
Nota histórica	<p>Ignoramos a significação do topônimo Maioba. Encontramos na literatura maranhense apenas três informações sobre esse etino: nome de rio, de povoação e de aldeia, no que tange a esta última palavra, ao elencar as aldeias que existiam em São Luís na época da Invasão Francesa, Marque (2008, p. 104) cita o topônimo <i>Mayoïe</i> como sendo a denominação original da Aldeia da Maioba, bairro de Paço do Lumiar.</p> <p>O Bairro da Maiobinha, que é conhecido em São Luís por sua longínqua tradição de fornecedor de produtos hortifrutigranjeiros a todas as partes da Região Metropolitana da Ilha, já figurou neste cenário como terras da Freguesia de Santa Filomena e como sede de uma das mais importantes instituições de ensino-aprendizagem de técnicas agrícolas e hortifrutigranjeiras de São Luís, o Aprendizado Agrícola Christino Cruz, criado nas primeiras décadas do século XX.</p> <p>Maioba, Maiobão e Maiobinha são Etnotopônimos que pertencem à área Metropolitana de São Luís. Apesar de serem bairros vizinhos, Maioba pertence ao Município de Paço do Lumiar, Maiobão ao de São José de Ribamar e o último a São Luís. Ao longo da história do Estado não podemos precisar quando foi que Maioba e Maiobinha passaram a figurar como topônimos desvinculados um do outro. Ora aparecem como logradouros distintos, ora como um só localidade ou povoado. Quando Marques (2008, p. 623) descreve o território de São Luís ele situa indistintamente tanto o povoado da Maioba quanto o da Maiobinha, porém, quando se refere à Vila do Paço do Lumiar (atual Município Paço do Lumiar), criada em 11/06/1761, ele elenca (p. 779-780) tanto o Rio quanto o Povoado Baioba. Logo, <i>maioba</i> era usado tanto para identificar um elemento da hidrografia quanto das etnias maranhense.</p> <p>No que tange à categoria de Freguesia, a Maiobinha pertenceu à de Santa Filomena. A Lei Provincial nº 402, de 27/08/1856, promulgada pelo Presidente da Assembleia Provincial do Maranhão, Barão do Coroatá, estabelecia a divisão de território de cinco Freguesias da Capital do Estado: (i) Nossa Senhora da Vitória, que compreendia a parte leste do Centro, delimitada pela Rua do Ribeirão e a Rua do Sol; (ii) Sé, também leste, seguia a Rua do sol (canto do Teatro Artur Azevedo) até a da Manga; (iii) Nossa Senhora da Conceição, ao sul, compreendendo a Rua da Paz e toda a extensão do Caminho Grande até o rio Cutim; (iv) São João Batista ao norte, sendo matriz do Centro e englobando as outras áreas da Cidade assim como seu subúrbio até o Rio Cutim e; (v) a Freguesia de Santa Filomena, descrita pela Lei Provincial nº 402 da seguinte forma:</p> <p style="text-align: center;">O resto do território da Freguesia da Conceição óra</p>

dividida, que se compreende entre o rio Cutim e a Lagoa Brigida da Cruz, formará uma outra Freguesia com a invocação de Santa Filomena, a qual se estabelecerá no lugar Maiobinha, pertencente a Manoel Nascimento Silva – Patão-Mór (sic).

Mais de ano depois de promulgada Lei Provincial nº 402 a Maiobinha, perde para o Cutim, o *status* de sede da Freguesia de Santa Filomena com a instituição da Lei Provincial nº 460, de 06/11/1857. Ao ser transferida para o lugar denominado Cutim, a referida Freguesia limitava-se a leste o rio Cutim e a Lagoa da Brígida Cruz; a oeste com a estrada da Estiva, a partir da estrada que vai do Tibiry ao Batatan até o ponto de interseção do Caminho Grande, daí seguia, por uma linha reta a entestar com os limites da Freguesia de São João Batista de Vinhais.

No início do século XX, a Maiobinha deixará de ser território do Cutim e para pertencer ao Anil que, depois de implantada a Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil em 1893, fica reconhecido oficialmente como Vila do Anil pela Lei Provincial nº 867 de 05/04/1919. Em 28/12/1932 o Anil passava ser sede da 1ª Zona de Fiscalização do Interior da Ilha, criada pelo Decreto Municipal nº 57, publicado no Diário Oficial do Maranhão de 02/01/1933. Dentre os lugares compreendidos por essa Zona estavam tanto a Maiobinha quanto o Aprendizado Cristino Cruz, uma das mais importantes escolas agrícolas da Capital.

A história do Aprendizado Cristino Cruz, segundo Marques (2008, p. 86) começa em 1891, momento em que o País tinha que se reestruturar econômica e socialmente por causa da Lei Áurea. O Historiógrafo afirma que, no Maranhão *os conservadores* apelaram para o Poder Público para que este criasse escolas que formassem profissionais que entendessem do cultivo da terra. Foi a partir daí que o Estado ganhou quatro escola agrícolas, uma delas “a Escola de Agricultura da Capital, com terras como as a Maioba, que oferecessem as condições necessárias” (MARQUES, 2008, p. 86).

Marques ressalta ainda que a outrora Escola de Agricultura da Capital, atual Aprendizado Agrícola Christino Cruz, foi instalada, em 1916, em terras do lugar Maiobinha, num sítio de 40 hectares, com casa de morada e dependências, comprado por 3 contos e 300 mil réis. O lugar propiciaria curso primário, complementar e ensino agrícola prático a 10 alunos internos e outros externos. Não obtendo os resultados esperados, a referida Escola “sofreu reformas e finalmente foi extinto s 12/12/1932, por iniciativa particular foi fundada em São Luís a Escola da Agronomia do Maranhão” (MARQUES, 2008, p. 86).

O Aprendizado Agrícola Christino Cruz foi criado pelo Decreto nº 28, de 22/11/1916. Segundo o referido documento, o Governador do Estado decretava que o referido estabelecimento, que estava subordinado à Secretaria do

Interior, tinha como função no Estado; (i); ministrar conhecimentos de agricultura e de zootecnia elementares, assim como conhecimentos industriais que se relacionassem com as atividades da escola; (iii) selecionar plantas e aves para cultivo e criação; (iv) propiciar o melhoramento introdução no Estado de raças de gado mais apropriadas a fins industriais; (v) promover a distribuição de sementes e plantas; (vi) fazer propaganda em defesa das matas e cultura racional de plantas industriais e econômicas que melhor se aitassem às condições climáticas e agrológicas das várias regiões do Estado; (vii) estudar as moléstias e promover o tratamento das plantas e animais domésticos; e (viii) divulgar os processos mais convenientes de conservação dos produtos agrícolas.

No que tange ao ensino, no artigo 3º, a Lei previa que este fosse ministrado de forma prática e tendesse a preparar feitos agrícolas, trabalhadores rurais, aradores e tratadores de animais. Para tal função, a escola contaria com um: Diretor formado em Agronomia, Professor, secretário, Mestre de campo, feitores e serventes operários que atuariam em conformidade com o desenvolvimento dos serviços da Escola. Já o Art. 6º do Decreto nº 28, previa também que o Aprendizado Agrícola Christino Cruz ia dispor de área suficiente para as diversas atividades e culturas e

campo de experiências; de um viveiro de plantas, pomar e horta para ensino prático de pomicultura e horticultura; de um parque avícola e pequeno posto técnico: de instrumentos, máquinas, aparelho suficientes para o serviço de campo e beneficiamento dos produtos e para serem cedidos aos agricultores que adaptam os métodos e conselhos cultuados pelo estabelecimento (sic).

Diante de toda essa descrição do Aprendizado justificamos de onde vem a larga e atual tradição da Maiobinha como área produtora e distribuidoras de produtos alimentícios para as outras partes da Cidade, o que pode ser evidenciado também pelos relatos de um seus ex-moradores. Segundo SJF (13/10/2013), ex-hortaliceiro do Bairro do Barreto, na década de 1960, quando ele começou sair da Maiobinha para ir às terras do atual bairro da Radional, a Maiobinha era o grande fornecedor de frutas e verduras para os outros bairros de São Luís.

Os produtores vinham da Maiobinha e se reuniam, se juntavam onde é a Forquilha hoje, para expor e vender suas mercadorias que eram das mais variados possíveis, animais como galinha, pato, peru, porco e também frutas, legumes e verduras. Quem comprava dos agricultores de lá eram pessoas que consumiam ou revendiam em outras feiras e mercados. Não tinha dentro de São Luís quem plantasse, eu vinha trabalhar, aí tive a ideia de produzir nas terras da Radional. Eu vinha todo dia, bem cedinho de lá, andando, era muito longe, passava o dia trabalhando e de noite voltava, foi quando decidi que não iria mais fazer isso porque era

	<p> muito cansativo, então pedir um pedacinho de chão para fazer minha casa e me mudar com minha mulher e meus filhos, foi assim que sair da casa de meus pais na Maiobinha.</p> <p> Como lugar que cultivou, por séculos, a tradição de abrigar uma das primeiras escolas de agricultura do Estado, a Maiobinha tem atraído uma gama significativa de investimentos das mais diversas ordens. Localizada estrategicamente entre dois municípios Paço do Lumiar (MA 202) e São José do Ribamar (MA 201), atualmente a Maiobinha conta com: (i) área de lazer como um estádio de futebol e a Associação Maranhense de Esportes do Estado; (ii) escolas, como o Centro de Ensino Sete de Setembro, a Escola Municipal Nossa Senhora de Nazaré, a Escola Municipal São Francisco e o Centro de Ressocialização da Juventude da FUNAC; (iii) União de Moradores; (iv) condomínios residenciais como o: Jardim dos Faraós, Casa Blanca, Vilage do Bosque I e II, Maravilha, Lírio, Verde e o Loteamento Parque Santa Luzia; (v) estabelecimentos comerciais com: pousadas, motéis, postos de combustível e prédios comerciais de construtoras da Cidade.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	Cidade Operária (191)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Conjunto Habitar, Santa Clara, Jardim América, Jardim América Central, Jardim São Cristóvão II, Santa Efigênia, Recanto dos Signos e Maiobinha.
Taxonomia	AT: Projeto Cidade Operária > Conjunto Habitacional Cidade Operária > Cidade Operária = Dirrematopônimo.
Nota linguística	Literalmente, a Cidade Operária foi o maior conjunto de habitação destinada à classe operária entregue pela COHAB. Eram 7.500 casas que faziam jus ao nome de <i>cidade</i> dado ao bairro que hoje conta com ampla rede de supermercados, hospitais, escolas públicas e privadas, bancos, além de ser servida por várias linhas de ônibus, um terminal de transportes e ser onde está localizada a Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.
Nota histórica	<p>O Projeto-Lei Estadual nº 8021, artigo 1º, de 29/01/1981, publicado no Diário Oficial do Estado de 30/01/1981, promulgado pelo então governador João Castelo Ribeiro Gonçalves, autorizava o Poder Executivo a alienar, à COHAB, duas áreas de terras do Patrimônio, uma denominada Boretama, situada no <i>lugar</i> Santa Bárbara (Sítio Santa Bárbara) na Matinha, junto ao Aprendizado Agrícola Cristino Cruz e a outra, sem denominação, situada no <i>lugar</i> Maiobinha, entre as Estradas Real que vai para São Braz e a Estrada que vai do Anil ao Aprendizado Agrícola Cristino Cruz.</p> <p>As terras que foram alienadas conforme o Projeto-Lei Estadual nº 8021 eram do Governo do Estado. Em Memorial descritivo de suas terras a COHAB mostra um levantamento do cartório onde elas estavam registradas e também dos dados</p>

das escrituras das duas glebas com nomes dos seus expropriatórios.

Em 04/06/1920 Manoel Jansen Ferreira e a esposa dele Anna Athila de Oliveira Jansen Ferreira vendem ao Governo do Estado 123.7787ha de suas terras situadas tanto no lugar Santa Bárbara-Matinha quanto as que compreendiam o Aprendizado Agrícola Cristino Cruz, conforme atesta a Certidão de Registro nº 2.723, fls. 211, do livro 3-E lavrada no 1º Cartório de Registro Geral de Imóveis e Hipotecas da Comarca de São Luís.

Em 18/10/1921 Isabel Martinha Araújo vende, por dois contos de reis, 8.7090ha do seu terreno ao Governo do Estado, conforme atesta a Certidão de Registro nº 3.206, fls. 88, do livro 3-G lavrada no 1º Cartório de Registro Geral de Imóveis e Hipotecas da Comarca de São Luís. As terras que Isabel Martinha Araújo vendia eram as Estradas Real que vai para São Braz e a Estrada que vai do Anil ao Aprendizado Agrícola Cristino Cruz.

Os imóveis em questão, que estavam situados nas terras do Município de São José de Ribamar, área Metropolitana da São Luís, seriam destinados *ao Projeto Cidade Operária*, em que a COHAB deveria ter construir de 1.500 unidades habitacionais para a classe trabalhadora/operários.

A primeira etapa do *Projeto Cidade Operária* consta de 7.500 unidades habitacionais que ficaram prontas em 1986, segundo o pedido de pagamento de averbação do Conjunto, expedido no dia 26/06/1986 pelo Cartório do 2º Registo de Imóveis e Hipotecas da Comarca de São Luís, Jurandy de Castro Leite ao presidente da COHAB. Essa informação ai ser confirmada com a Certidão expedida pelo mesmo cartório em 26/07/1986. O referido órgão certificada “que as 7.500 unidades habitacionais da Cidade Operária estavam prontas” (livro 2-I, nº 05, mat. 2.622, fls. 66).

Como as casas da Primeira etapa do *Projeto Cidade Operária* ficaram prontas e não foram de imediato entregues, tanto os contemplados no sorteio para financiamento quanto outras pessoas invadiram as casas o que dificultou consideravelmente a legalização das entregas. Quando a COHAB resolveu o impasse de desapropriação das casas invadidas quem ficou sem moradia invadiu os terrenos da COHAB adjacentes ao Loteamento Cidade Operária, surgindo assim as *ocupações espontâneas/irregulares* denominadas pela EMARHP como *Áreas Remanescentes da COHAB*, que são as áreas ocupadas pelos bairros: Vila Janaína, Santa Clara, Santa Efigênia, Vila América, Recanto dos Pássaros, Novo Horizonte (EMARHP: Quadro resumo das áreas adjacentes ao Conjunto Cidade Operária, 2013).

Vila Riód, Vila Pavão Filho e Apaco não figuram no *corpus* desta pesquisa ou por não serem oficializados (considerados como ocupação espontânea/irregular) pela

	<p>Prefeitura de São Luís ou por figurarem como domínios do Município de São José de Ribamar.</p> <p>Na construção da segunda etapa do <i>Projeto Cidade Operária</i>, a COHAB usou as terras remanescentes que já possuía e as compradas do foreiro José Carlos de Jesus Ribeiro e da esposa deste Cleidimar Santos Ribeiro. A gleba adquirida pela COHAB pertencia ao referido casal desde 30/04/1968, estavam situadas na Estrada da Mata, no município de São José de Ribamar. A venda do terreno foi feita para a construtora da COHAB a STILL-Topografia e Consultora LTDA, segundo consta na Escritura Pública de Compra e Venda lavrada no Cartório do 1º Ofício da Comarca de São José de Ribamar em 15/09/1978.</p> <p>Segundo a EMARHP (Relação dos Conjuntos Habitacionais, s/d), o bairro foi inaugurado em 1987, tinha 7.500 casas, distribuídas em 28 quadras, 04 avenidas e 26 ruas. O conjunto foi beneficiado com 05 unidades de pré-escola, 04 escolas do Ensino Fundamental e 02 do Ensino Médio, 04 CSUs, 02 postos policiais, 02 postos de saúde, 03 módulos esportivos, 01 delegacia, 01 centro de saúde, 01 horto supermercado, 01 galpão, 01 escritório da COHAB. Através da resolução de Diretoria 008/87, foi cedido um prédio, na unidade 201, rua 201 com a Av. Oeste ao Centro Evangélico de Educação e Assistência.</p> <p>Já a segunda etapa do <i>Projeto Cidade Operária</i>, o Conjunto Habitacional América, que corresponde atualmente ao Jardim América Central e o Jardim América teve <i>Nada Consta</i> expedido em 09/11/1988 pela Secretaria de Justiça Federal do Maranhão. Vale ressaltar que as unidades habitacionais entregues não corresponderam ao restante das habitações pretendidas no Projeto inicial que eram 15.000 casas populares.</p> <p>Com relação a esse Projeto de casas destinadas ao operariado, vale ressaltar que os próprios moradores fizeram a renomeação do Jardim América que, por ser um bairro com uma área extensa e para localizarem adequadamente endereço, por exemplo, passou a ser denominado como Jardim América e Jardim América Central. Essa denominação é oficialidade e aceita tanto pela Prefeitura quanto pelos moradores da área que fizeram tal divisão.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	Santa Efigênia (192)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Recanto dos Pássaros, Recanto dos Signos, Cidade Operária, Conjunto residencial Jeniparana, Vila Jeniparana e Jardim América Central.
Taxonomia	AT: Vila Santa Efigênia > Santa Efigênia = Hagiopônimo
Nota linguística	
Nota histórica	O atual bairro Santa Efigênia, outrora Vila Santa Efigênia, está situado em área remanescente da COHAB e

começou a ser povoado por pessoas que não tinham moradias e que viviam de aluguel, agregadas ou mesmo por oportunistas que ocupavam os terrenos e depois vendiam, transformando-os numa fonte de renda ou de interesses políticos que inclusive causavam mortes.

Como as casas da Primeira etapa do *Projeto Cidade Operária* ficaram prontas (26/07/1986) e não foram de imediato entregues, tanto os contemplados no sorteio para quanto outras pessoas invadiram as casas o que dificultou a legalização das entregas. Quando a COHAB resolveu o impasse das desapropriações das casas invadidas, quem ficou sem moradia apossou-se dos terrenos da COHAB adjacentes ao Loteamento Cidade Operária, surgindo assim as *ocupações espontâneas/irregulares* denominadas pela EMARHP como *Áreas Remanescentes da COHAB*, que são as áreas ocupadas por seis bairros, dentre eles, a Vila Santa Efigênia (EMARHP: Quadro resumo das áreas adjacentes ao Conjunto Cidade Operária, 2013).

A área ocupada atualmente pelo bairro Vila Santa Efigênia faz parte das terras em que a COHAB construiria a 2ª etapa do *Projeto Cidade Operária*. Como o empreendimento não foi concretizado totalmente, as terras que ficaram devolutas foram ocupadas. Segundo o memorial descritivo do surgimento bairro, intitulado de Relatório Comunidade Santa Efigênia (29/03/1998), fornecido pela Associação de Moradores do Santa Efigênia, a ocupação começou

Pelos anos de 1988 a 1990 pelo guerreiro e lutador Luizão [Luiz Gonzaga Ferreira], que foi o grande incentivador e batalhador pela ocupação da área desabitada e regularização da Vila (...). Com a demarcação dos lotes, houve discursões entre os ocupantes para manterem o seu pedacinho de chão para construir suas casinhas. Era uma área totalmente fechada e foi desmatada pelos seus futuros ocupantes, as árvores eram derrubadas e eram utilizadas nas construções dos cazebres de taipas e cobertas de palhas [sic], (COMUNIDADE SANTA EFIGÊNIA: Relatório, 29/03/1998) [acréscimo da autora].

Há quatro versões para a motivação toponímica Santa Efigênia, que seria o nome: (i) da mãe do deputado que apoiou Luizão na ocupação das terras; (ii) da avó de Luizão; (iii) da santa protetora das famílias e; (iv) da santa que intercedeu por todas aquelas famílias que fizeram promessas à santa para não serem desabrigados. Versão mais aceita pelos moradores, segundo o Relatório da COMUNIDADE SANTA EFIGÊNIA, já que tiveram que lutar para construir da igreja em homenagem à santa que não deixou as casas deles serem derrubadas.

A construção da singela casinha (capela) de taipa, coberta de palha iniciou-se em 1991 quando um grupo de moradores fez um mutirão e começou a construí-la, mas, Luizão, que se dizia dono da Vila, destruiu os alicerces do empreendimento

	<p>porque desejava que lá fosse construído um campo de futebol. Então os moradores que queriam a apela, com a ajuda de um padre, denunciaram Luizão, que acabou sendo preso, o padre oficializou a doação do terreno junto à doadora COHAB e assim a Igreja Católica da Vila Santa Efigênia foi erguida.</p> <p>Conforme o Relatório da COMUNIDADE SANTA EFIGÊNIA muitos conflitos, brigas e mortes pela posse e tranquilidade naquela terra aconteceram, <i>só não aconteceu a desocupação</i> do lugar que contava, na época em que o memorial descritivo foi escrito, com três mil famílias que se organizaram em pastorais e grupos que trabalhavam em torno de ações comunitárias ligadas à Igreja Católica da Vila Santa Efigênia para conseguir algumas melhorias para o bairro. As Pastorais que tinham no bairro eram a: do Dízimo, da Criança, da Mulher e a da Legião de Maria, e, os Grupos eram os: de Catequese, de Jovens, de Casais e do Conselho de Pastorais.</p>
Nota enciclopédica	<p>Luiz Gonzaga Ferreira, o Luizão, foi um ex-presidiário, invasor de propriedades e cabo eleitoral de políticos que incentivavam e financiavam apropriação de terrenos em épocas de eleição. Luizão tentou eleger-se várias vezes como vereador de São Luís, não obteve sucesso, mas <i>incitou</i> em várias apropriações, inclusive fundou uma, a Vila Luisão, local onde foi assassinado.</p>

Topônimo	Jardim América Central (197)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Cidade Operária, Santa Efigênia, Jardim América, Vila América, Vila Jeniparana e Vila Janaína.
Taxonomia	Dirrematopônimo
Nota linguística	Oficialmente a COHAB construiu o Jardim América, mas como esse conjunto era muito extenso os moradores passaram a denominá-lo como Jardim América Central para melhor localizarem seus endereços. A mudança é aceita e oficializada pela Prefeitura de São Luís e também pelos Correios.
Nota histórica	<p>Para entendermos a história do Corotopônimo Jardim América e do Dirrematopônimo Jardim América Central devemos nos reportar literalmente à história do Projeto Cidade Operária e, conseqüentemente, ao bairro que deu nome ao Projeto de habitações populares para trabalhadores. Tal projeto foi executado em duas etapas, sendo o Jardim América e o Jardim América Central partes da segunda etapa.</p> <p>O Projeto-Lei Estadual n° 8021, artigo 1°, de 29/01/1981, publicado no Diário Oficial do Estado de 30/01/1981, promulgado pelo então governador João Castelo, autorizava o Poder Executivo a alienar, à COHAB, duas áreas de terras do Patrimônio, uma denominada Boretama, situada no <i>lugar</i> Santa Bárbara (Sítio Santa Bárbara) na Matinha, junto ao Aprendizado Agrícola Cristino Cruz e a outra, sem denominação, situada no <i>lugar</i> Maiobinha, entre as Estradas Real que vai para São Braz e a Estrada que vai do Anil ao Aprendizado Agrícola Cristino Cruz.</p>

As terras que foram alienadas conforme o Projeto-Lei Estadual nº 8021 eram do Governo do Estado. Em Memorial descritivo de suas terras a COHAB mostra um levantamento do cartório onde elas estavam registradas e também dos dados das escrituras das duas glebas com nomes dos seus expropriatórios.

Em 04/06/1920 Manoel Jansen Ferreira e a esposa dele Anna Athila de Oliveira Jansen Ferreira vendem ao Governo do Estado 123.7787ha de suas terras situadas tanto no lugar Santa Bárbara-Matinha quanto as que compreendiam o Aprendizado Agrícola Cristino Cruz, conforme atesta a Certidão de Registro nº 2.723, fls. 211, do livro 3-E lavrada no 1º Cartório de Registro Geral de Imóveis e Hipotecas da Comarca de São Luís.

Em 18/10/1921 Isabel Martinha Araújo vende, por dois contos de reis, 8.7090ha do seu terreno ao Governo do Estado, conforme atesta a Certidão de Registro nº 3.206, fls. 88, do livro 3-G lavrada no 1º Cartório de Registro Geral de Imóveis e Hipotecas da Comarca de São Luís. As terras que Isabel Martinha Araújo vendia eram as Estradas Real que vai para São Braz e a Estrada que vai do Anil ao Aprendizado Agrícola Cristino Cruz.

Os imóveis em questão, que estavam situados nas terras do Município de São José de Ribamar, área Metropolitana da São Luís, seriam destinados *ao Projeto Cidade Operária*, em que a COHAB deveria ter construir de 1.500 unidades habitacionais para a classe trabalhadora/operários.

A primeira etapa do *Projeto Cidade Operária* consta de 7.500 unidades habitacionais que ficaram prontas em 1986, segundo o pedido de pagamento de averbação do Conjunto, expedido no dia 26/06/1986 pelo Cartório do 2º Registo de Imóveis e Hipotecas da Comarca de São Luís, Jurandy de Castro Leite ao presidente da COHAB. Essa informação ai ser confirmada com a Certidão expedida pelo mesmo cartório em 26/07/1986. O referido órgão certificada “que as 7.500 unidades habitacionais da Cidade Operária estavam prontas” (livro 2-I, nº 05, mat. 2.622, fls. 66).

Como as casas da Primeira etapa do *Projeto Cidade Operária* ficaram prontas e não foram de imediato entregues, tanto os contemplados no sorteio para financiamento quanto outras pessoas invadiram as casas o que dificultou consideravelmente a legalização das entregas. Quando a COHAB resolveu o impasse de desapropriação das casas invadidas quem ficou sem moradia invadiu os terrenos da COHAB adjacentes ao Loteamento Cidade Operária, surgindo assim as *ocupações espontâneas/irregulares* denominadas pela EMARHP como *Áreas Remanescentes da COHAB*, que são as áreas ocupadas pelos bairros: Vila Janaína, Santa Clara, Santa Efigênia, Vila América, Recanto dos Pássaros, Novo Horizonte (EMARHP: Quadro resumo das áreas adjacentes ao

	<p>Conjunto Cidade Operária, 2013).</p> <p>Vila Riód, Vila Pavão Filho e Apaco não figuram no <i>corpus</i> desta pesquisa ou por não serem oficializados (considerados como ocupação espontânea/irregular) pela Prefeitura de São Luís ou por figurarem como domínios do Município de São José de Ribamar.</p> <p>Na construção da segunda etapa do <i>Projeto Cidade Operária</i>, a COHAB usou as terras remanescentes que já possuía e as compradas do foreiro José Carlos de Jesus Ribeiro e da esposa deste Cleidimar Santos Ribeiro. A gleba adquirida pela COHAB pertencia ao referido casal desde 30/04/1968, estavam situadas na Estrada da Mata, no município de São José de Ribamar. A venda do terreno foi feita para a construtora da COHAB a STILL-Topografia e Consultora LTDA, segundo consta na Escritura Pública de Compra e Venda lavrada no Cartório do 1º Ofício da Comarca de São José de Ribamar em 15/09/1978.</p> <p>Já a segunda etapa do <i>Projeto Cidade Operária</i>, o Conjunto Habitacional América, que corresponde atualmente ao Jardim América Central e o Jardim América teve <i>Nada Consta</i> expedido em 09/11/1988 pela Secretaria de Justiça Federal do Maranhão. Vale ressaltar que as unidades habitacionais entregues não corresponderam ao restante das habitações pretendidas no Projeto inicial que eram 15.000 casas populares.</p> <p>Com relação a esse Projeto de casas destinadas ao operariado, vale ressaltar que os próprios moradores fizeram a renomeação do Jardim América que, por ser um bairro com uma área extensa e para localizarem adequadamente endereço, por exemplo, passou a ser denominado como Jardim América e Jardim América Central. Essa denominação é oficialidade e aceita tanto pela Prefeitura quanto pelos moradores da área que fizeram tal divisão.</p> <p>Segundo FMJR (19/07/2013), morador do Jardim América desde que foi entregue conjunto a vinte e sete anos atrás (1986), o bairro surgiu a partir de um dos conjuntos habitacionais da COHAB. Mas a pesar de ser financiado pela Caixa Econômica Federal, <i>a qualidade das casas era péssima, o padrão das casas era igual para todos independente do valor das prestações, era tudo material de segunda categoria.</i></p>
Nota enciclopédica	<p>Segundo NAM (09/07/2013), Engenheiro civil e ex-funcionário da inativa COHAB, ele teve a tarefa de fazer o projeto do conjunto, por isso resolveu colocar os nomes dos estados que compõem o Estados Unidos da América nas 23 ruas. Essa ideia não foi aceita pelos demais engenheiros, que resolveram trocar as denominações sugeridas por números, mas mantiveram o nome do conjunto para lembrar a ideia inicial de NAM.</p> <p>NAM acrescentou ainda que os nomes das ruas não foram aceitos porque eram de difícil pronuncia e escrita.</p>

Topônimo	Jardim América (198)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Jardim América Central, Cidade Operária, Santa Clara e Vila Janaína.
Taxonomia	Corotopônimo
Nota linguística	Jardim América é uma menção aos Estados Unidos da América. Os nomes dos estados seriam dados às ruas do bairro.
Nota histórica	<p>Para entendermos a história do Corotopônimo Jardim América e do Dirrematopônimo Jardim América Central devemos nos reportar literalmente à história do Projeto Cidade Operária e, conseqüentemente, ao bairro que deu nome ao Projeto de habitações populares para trabalhadores. Tal projeto foi executado em duas etapas, sendo o Jardim América e o Jardim América Central partes da segunda etapa.</p> <p>O Projeto-Lei Estadual nº 8021, artigo 1º, de 29/01/1981, publicado no Diário Oficial do Estado de 30/01/1981, promulgado pelo então governador João Castelo, autorizava o Poder Executivo a alienar, à COHAB, duas áreas de terras do Patrimônio, uma denominada Boretama, situada no <i>lugar</i> Santa Bárbara (Sítio Santa Bárbara) na Matinha, junto ao Aprendizado Agrícola Cristino Cruz e a outra, sem denominação, situada no <i>lugar</i> Maiobinha, entre as Estradas Real que vai para São Braz e a Estrada que vai do Anil ao Aprendizado Agrícola Cristino Cruz.</p> <p>As terras que foram alienadas conforme o Projeto-Lei Estadual nº 8021 eram do Governo do Estado. Em Memorial descritivo de suas terras a COHAB mostra um levantamento do cartório onde elas estavam registradas e também dos dados das escrituras das duas glebas com nomes dos seus expropriatórios.</p> <p>Em 04/06/1920 Manoel Jansen Ferreira e a esposa dele Anna Athila de Oliveira Jansen Ferreira vendem ao Governo do Estado 123.7787ha de suas terras situadas tanto no lugar Santa Bárbara-Matinha quanto as que compreendiam o Aprendizado Agrícola Cristino Cruz, conforme atesta a Certidão de Registro nº 2.723, fls. 211, do livro 3-E lavrada no 1º Cartório de Registro Geral de Imóveis e Hipotecas da Comarca de São Luís.</p> <p>Em 18/10/1921 Isabel Martinha Araújo vende, por dois contos de reis, 8.7090ha do seu terreno ao Governo do Estado, conforme atesta a Certidão de Registro nº 3.206, fls. 88, do livro 3-G lavrada no 1º Cartório de Registro Geral de Imóveis e Hipotecas da Comarca de São Luís. As terras que Isabel Martinha Araújo vendia eram as Estradas Real que vai para São Braz e a Estrada que vai do Anil ao Aprendizado Agrícola Cristino Cruz.</p> <p>Os imóveis em questão, que estavam situados nas terras do Município de São José de Ribamar, área Metropolitana da São Luís, seriam destinados <i>ao Projeto Cidade Operária</i>, em</p>

que a COHAB deveria ter construir de 1.500 unidades habitacionais para a classe trabalhadora/operários.

A primeira etapa do *Projeto Cidade Operária* consta de 7.500 unidades habitacionais que ficaram prontas em 1986, segundo o pedido de pagamento de averbação do Conjunto, expedido no dia 26/06/1986 pelo Cartório do 2º Registo de Imóveis e Hipotecas da Comarca de São Luís, Jurandy de Castro Leite ao presidente da COHAB. Essa informação ai ser confirmada com a Certidão expedida pelo mesmo cartório em 26/07/1986. O referido órgão certificada *que as 7.500 unidades habitacionais da Cidade Operária estavam prontas* (livro 2-I, nº 05, mat. 2.622, fls. 66).

Como as casas da Primeira etapa do *Projeto Cidade Operária* ficaram prontas e não foram de imediato entregues, tanto os contemplados no sorteio para financiamento quanto outras pessoas invadiram as casas o que dificultou consideravelmente a legalização das entregas. Quando a COHAB resolveu o impasse de desapropriação das casas invadidas quem ficou sem moradia invadiu os terrenos da COHAB adjacentes ao Loteamento Cidade Operária, surgindo assim as *ocupações espontâneas/irregulares* denominadas pela EMARHP como *Áreas Remanescentes da COHAB*, que são as áreas ocupadas pelos bairros: Vila Janaína, Santa Clara, Santa Efigênia, Vila América, Recanto dos Pássaros, Novo Horizonte (EMARHP: Quadro resumo das áreas adjacentes ao Conjunto Cidade Operária, 2013).

Vila Riod, Vila Pavão Filho e Apaco não figuram no *corpus* desta pesquisa ou por não serem oficializados (considerados como ocupação espontânea/irregular) pela Prefeitura de São Luís ou por figurarem como domínios do Município de São José de Ribamar.

Na construção da segunda etapa do *Projeto Cidade Operária*, a COHAB usou as terras remanescentes que já possuía e as compradas do foreiro José Carlos de Jesus Ribeiro e da esposa deste Cleidimar Santos Ribeiro. A gleba adquirida pela COHAB pertencia ao referido casal desde 30/04/1968, estavam situadas na Estrada da Mata, no município de São José de Ribamar. A venda do terreno foi feita para a construtora da COHAB a STILL-Topografia e Consultora LTDA, segundo consta na Escritura Pública de Compra e Venda lavrada no Cartório do 1º Ofício da Comarca de São José de Ribamar em 15/09/1978.

Já a segunda etapa do *Projeto Cidade Operária*, o Conjunto Habitacional América, que corresponde atualmente ao Jardim América Central e o Jardim América teve *Nada Consta* expedido em 09/11/1988 pela Secretaria de Justiça Federal do Maranhão. Vale ressaltar que as unidades habitacionais entregues não corresponderam ao restante das habitações pretendidas no Projeto inicial que eram 15.000 casas populares.

	<p>Com relação a esse Projeto de casas destinadas ao operariado, vale ressaltar que os próprios moradores fizeram a renomeação do Jardim América que, por ser um bairro com uma área extensa e para localizarem adequadamente endereço, por exemplo, passou a ser denominado como Jardim América e Jardim América Central. Essa denominação é oficialidade e aceita tanto pela Prefeitura quanto pelos moradores da área que fizeram tal divisão.</p> <p>Segundo o Senhor Manuel de Jesus Rocha Fonseca, morador do Jardim América desde que foi entregue conjunto a vinte e sete anos atrás (1986), o bairro surgiu a partir de um dos conjuntos habitacionais da COHAB. Mas a pesar de ser financiado pela Caixa Econômica Federal, <i>a qualidade das casas era péssima, o padrão das casas era igual para todos independente do valor das prestações, era tudo material de segunda categoria.</i></p>
Nota enciclopédica	<p>Segundo o Engenheiro civil e ex-funcionário da inativa COHAB, Antonio Mendes Neto, ele teve a tarefa de fazer o projeto do conjunto, por isso resolveu colocar os nomes dos estados que compõem o Estados Unidos da América nas 23 ruas. Essa ideia não foi aceita pelos demais engenheiros, que resolveram trocar as denominações sugeridas por números, mas mantiveram o nome do conjunto para lembrar a ideia inicial do Senhor Mendes Neto.</p> <p>Seu Mendes, como é conhecido, acrescentou ainda que os nomes das ruas não foram aceitos porque eram de difícil pronuncia e escrita.</p>

Topônimo	Vila Cascavel (200)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Cruzeiro de Santa Bárbara, São Raimundo-Santa Bárbara, Jardim São Cristóvão II e Tirirical.
Taxonomia	Zootopônimo
Nota linguística	
Nota histórica	<p>O atual bairro da Vila Cascavel, foi fundado em 1997 por pessoas que não tinham moradias e que viviam de aluguel, agregadas ou mesmo por oportunistas que ocupavam os terrenos e depois vendiam, transformando-os numa fonte de renda.</p> <p>Segundo o ex-secretário da Associação de Moradores da Vila Airton Senna, BNJP (18/07/2013) Professor e ex-líder comunitário da Vila Cascavel, a povoação aconteceu depois que o Jardim São Raimundo foi construído e não foi prontamente entregue, então as pessoas começaram a ocupar as casas desse conjunto, foram desabrigas, começaram a povoar as áreas vizinhas, como foi o caso da Vila Airton Senna. Quando esta já estava praticamente habitada, outras pessoas, ou muitos dos que já tinham casas na Airton Senna, começaram também outra ocupação, a da Vila Cascavel.</p> <p>Eu e meu irmão viemos do interior e não tínhamos onde morar, ai começaram a invasão, fomos e tiramos</p>

	<p>um terreno um para cada um de nós. Um dia eu ia pra lá [Vila Airton Senna] aí as pessoas que estavam desmatando e cercando os terrenos da Vila Cascavel perguntaram se eu não queria um terreno lá, eu disse que já tinha um na Airton Senna e não fiquei, mas outras pessoas ficavam com os terrenos e vendiam. Às vezes era até mesmo morador do Conjunto São Raimundo que ficava com os terrenos, [acréscimo da autora] (BNJP, 18/072013).</p> <p>Barros explica que a área da Vila Cascavel era uma mata fechada e inabitada, tinha muitos animais, principalmente cobras do tipo cascavel, que picavam as pessoas e causavam várias mortes já que, ao desmatar os terrenos não tomavam cuidados, não se protegiam. Por isso o nome da vila, local onde tinha muitas cobras cascavel, que nem por isso fez com que as pessoas desistissem de permanecer lá.</p>
Nota enciclopédica	

Topônimo	Vila Airton Senna (203)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Loteamento do Valean e São Raimundo-Santa Bárbara.
Taxonomia	Antropotopônimo
Nota linguística	
Nota histórica	<p>O atual bairro da Vila Airton Senna, foi fundado em 1994 por pessoas que não tinham moradias e que viviam de aluguel, agregadas ou mesmo por oportunistas que ocupavam os terrenos e depois vendiam, transformando-os numa fonte de renda.</p> <p>Segundo o ex-secretário da Associação de Moradores da Vila Airton Senna, Nivaldo de Jesus Pereira Barros, a povoação aconteceu depois que o Jardim São Raimundo foi construído e não foi prontamente entregue.</p> <p>As pessoas começaram a invadir as casas do Jardim São Raimundo, demorou, mas elas foram desabrigadas, tiveram que sair de lá, pois as casas não eram suas. Para onde iriam? Então começaram a invadir o terreno baldio perto do Jardim São Raimundo, foi assim que começou a invasão, da área da pedreira do Jardim São Raimundo (Barros, 18/072013).</p> <p>Barros explica que a área era muito acidentada, com morros de mato e pedra. Um terreno de topografia muito irregular, mesmo assim foi decidido que o ocupariam. O ex-secretário da Associação de Moradores determinou que a área da barreira não seria desmatada para não causar desmoronamento no período das chuvas, o que não foi respeitado, por isso, o bairro conta com desabamentos, apresenta locais com buracos e acentuadamente desnivelados, <i>onde não dá nem para construir uma casa, foi o que aconteceu com meu terreno. Se eu decidisse construir uma casa lá não teria nenhuma condição</i>, ressalta Barros.</p> <p>As pessoas que ocuparam as terras da barreira do Jardim São Raimundo queriam uma casa, mas às vezes tinha uns oportunistas que após se apossarem das casas continuavam a</p>

	<p>ocupar outras áreas devolutas, transformando-as em uma fonte de renda.</p> <p>Eu e meu irmão viemos do interior e não tínhamos onde morar, ai começaram a invasão, fomos e tiramos um terreno um para cada um de nós. Um dia eu ia pra lá [Vila Airton Senna] ai as pessoas que estavam desmatando e cercando os terrenos da Vila Cascavel perguntaram se eu não queria um terreno lá, eu disse que já tinha um na Airton Senna e não fiquei, mas outras pessoas ficavam com os terrenos e vendiam. Às vezes era até mesmo morador do Conjunto São Raimundo que ficava com os terrenos, [acréscimo da autora] (Barros, 18/072013).</p> <p>Como a ocupação começou na mesma época (ano) em que morreu o tricampeão de Fórmula 1 Ayrton Senna da Silva, os moradores decidiram homenageá-lo com o nome da Vila. Barros ressalta que eles se reuniram e organizaram também os nomes das ruas, que decidiram por nomes de santos.</p>
Nota enciclopédica	<p>Ayrton Senna da Silva foi um piloto brasileiro de Fórmula 1, tricampeão mundial que morreu com 34 anos em Ímola, na Itália no dia 01/05/1994.</p>

Topônimo	Vila Janaína (208)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Cidade Olímpica, Santa Clara, Jardim América, Jardim América Central e Vila Jeniparana.
Taxonomia	AT: Vila Janaína Cafeteira > Vila Janaína = Antropotopônimo.
Nota linguística	
Nota histórica	<p>O atual bairro da Vila Janaína, outrora Vila Janaína Cafeteira, está situado em área remanescente da COHAB e foi fundado em maio de 1987 por pessoas que não tinham moradias e que viviam de aluguel, agregadas ou mesmo por oportunistas que ocupavam os terrenos e depois vendiam, transformando-os numa fonte de renda que inclusive causava mortes.</p> <p>A gleba onde surgiu o bairro era uma extensa área de mata com palmeiras e animais silvestre (tatu, paca) margeada por duas estradas/caminhos, a que levava ao aterro sanitário que a COHAB havia feito na época da construção da Cidade Operária, a atual Avenida Brasil e a que dava acesso ao bairro, a atual José de Ribamar Oliveira, nome líder comunitário morto nos conflitos pelo uso de terras na localidade.</p> <p>Historicamente, esse bairro começou a ser habitado em maio de 1987 por famílias que vinham do interior do Estado, principalmente da Baixada, de municípios como Pinheiro, São Bento e Bacurituba. Segundo RMLS (19/07/2013) uma das primeiras moradoras da localidade e esposa de um dos líderes comunitários da Vila Janaína, uma das primeiras moradoras e cujo marido foi um dos fundadores da localidade, o bairro tem esse nome em homenagem à filha de Epitácio Cafeteira Afonso Pereira, governador do Estado na época da ocupação irregular do terreno. RMLS explica que a homenagem é</p>

porque ele [Epitácio Cafeteira] “foi quem deu uma grande força para que isto tudo aqui exista”.

O bairro surgiu a partir da iniciativa de um grupo de pessoas que não tinham terras para construir suas casas, estavam alojados por perto do terreno e o almejavam. Esse grupo, junto com o Presidente da União de Moradores da *Janaína*, José de Ribamar Oliveira, se reuniu e foi até o Palácio falar com o Governador do Estado. O grupo foi atendido prontamente por uma comissão composta pela Primeira-Dama, Isabel Cafeteira, pela filha do governador, Janaína Cafeteira e outros parlamentares, que posteriormente foram visitar a comunidade para conhecê-la e liberar a povoação do lugar solicitado.

Quando de fato os moradores começaram a dividir a área em lotes, por que tiveram a garantia de que suas casas não seriam derrubadas, a comissão retorna à localidade e coloca o nome dela de Vila Janaína Cafeteira, topônimo modificado para Vila Janaína, mas aceito já que foi o governador e a Família dele que ajudou na apropriação do terreno que pertencia à COHAB.

O bairro, em 25 anos de existência, tem algumas melhorias, como é o caso de uma linha de ônibus própria que, mesmo não atendendo à demanda, serve aos moradores. Outra conquista é posto de saúde, que possibilita o atendimento para consultas no próprio local sem a necessidade de ir ao centro ou outros bairros. Mas, a pesar dessas melhorias, os moradores do Janaína não têm feira, supermercado, banco, farmácia só tem uma, “tudo que nós queremos nós vamos para a Cidade Olímpica. Cidade Olímpica tem supermercado, banco, casa lotérica”, (RMLS, 19/07/2013).

Outro problema que o bairro enfrenta é a falta de pavimentação das ruas que, além de não serem todas asfaltadas, são esburacadas e mal estruturadas, isso aconteceu porque

na época do loteamento cada um tirava o seu pedaço ou se não você ganhava um terreno medindo 20m de frente com 10m de fundo, ficava com preguiça de fazer a limpeza dele, então o que você fazia, limpava um pedacinho e deixava o resto sujo, então outra pessoa chegava e se apossava do restante (...) ai, as ruas não ficaram bem cortadas, bem talhadas (RMLS, 19/07/2013).

Inquirida do porque da falta de estrutura do bairro, Maria Lúcia explica que *Janaína é isso bem aqui, é uma quadra da Cidade Olímpica*, ou seja, as pessoas veem o bairro como parte de outro bairro maior e com estrutura, além de não terem forças para reivindicar melhorias para o bairro, o que não acontece com o Cidade Olímpica. Em que as ruas são pavimentadas e os títulos de terra são mais facilmente conseguidos nos órgãos responsáveis “isso porque o político que ajudou/ajuda os moradores de lá não foi o mesmo de

	daqui (...) os votos que saem de lá elegem um vereador, um deputado (...) ela está no mapa como o maior loteamento da América do Sul, já feito” (RMLS, 19/07/2013).
Nota enciclopédica	<p>José Ribamar de Oliveira era o líder comunitário que estava com os moradores da Vila Janaína desde a época em que as pessoas ainda sonhavam em adquirir aquela terra para construir suas moradias. Ele conhecia a necessidade daquelas pessoas porque era um deles, porém, quando conseguiram a garantia do Governador de que poderiam permanecer na localidade, ele começou a agir como se fosse dono das terras e não organizador da posse delas.</p> <p>As pessoas do grupo <i>dos sem terra</i> falavam com José Ribamar de Oliveira, este por sua vez, determinava em que lote uma família ficaria. A família demarcava o terreno com estacas e arame farpado, roçava/limpava e, se não construísse logo uma casa imediatamente, José Ribamar de Oliveira passava, cedia ou vendia o terreno para outra pessoa, por agir assim, acabou sendo assassinado.</p>

Topônimo	Cidade Olímpica (209)
Localização do bairro	O bairro fica entre: Conjunto Residencial Jeniparana, Vila Jeniparana e Vila Janaína.
Taxonomia	Dirrematopônimo
Nota linguística	Cidade (assemelha-se a uma cidade) + Olímpica (Olimpiada de Atlanta, ano 1996).
Nota histórica	<p>O atual bairro da Cidade Olímpica está situado nas terras que foram da Companhia Gás Butano LTDA. Foi fundado em 1996 por pessoas que não tinham moradias e que viviam de aluguel, agregadas com parentes ou mesmo por oportunistas que ocupavam os terrenos e depois vendiam, transformando-os numa fonte de renda que inclusive causava mortes.</p> <p>A gleba onde surgiu o bairro era uma extensa área de mata abandonada com palmeiras, animais silvestres e roças de lavradores que residiam nas proximidades. Era margeada por duas estradas/caminhos, a que levava ao aterro sanitário que a COHAB havia feito na época da construção da Cidade Operária, a atual Avenida Brasil e a que dava acesso ao atual bairro da Vila Janaína, a José de Ribamar Oliveira.</p> <p>Segundo Manifesto do Fórum Maranhense de Luta pela Moradia – FMLM de 1996 as terras conhecidas como São Braz/Macacos era um latifúndio improdutivo dentro de São Luís. A referida área media 1400 hectares e pertenceria à Companhia Gás Butano LTDA. Vislumbrando a possibilidade de ter sua casa própria, um local para plantar hortaliças, ter uma fonte de renda, um grupo de pessoas ocupou o referido terreno em 08/06/1996, período em que estava acontecendo a Olimpíada de Atlanta, por isso o topônimo Cidade Olímpica.</p> <p>Para RMLS, (19/07/2013), moradora do bairro Vila Janaína, vizinho ao Cidade Olímpica, o vocábulo <i>cidade</i> foi adotado porque <i>toda invasão ela começa assim muito miúda e</i></p>

a de lá não, ela já começou mesmo exorbitante, como se fosse uma cidade (...) tem o nome cidade por isso, até hoje é assim, Cidade Olímpica é conhecido pelos ludovicenses como a maior área de invasão de terras da Capital.

Em 25/08 houve a primeira tentativa de expulsão do grupo que invadiu as terras pela Polícia Militar, que derrubou as casas e tentou intimidar os ocupantes. De nada adiantou, pois permaneceram na localidade. Nesse momento o FMLM começa a apoiar os sem moradia tentando “encontrar uma solução pacífica para os sem teto em audiências com órgãos governamentais e passados dois meses, nenhum avanço, nenhuma promessa concreta”.

No dia 20/12/1996 o FMLM e o movimento dos sem teto da Cidade Olímpica (como se intitularam os *ocupantes*) solicitou ao INCRA a vistoria das terras Braz/Macacos para que fossem desapropriadas já que eram uma extensa área rural improdutiva com aptidão agrícola.

No dia 29/12 houve uma assembleia e nela foi decidido que o movimento dos sem teto da Cidade Olímpica tentariam novamente se apossar das terras, o que fizeram, segundo noticiavam vários jornais da Capital. O jornal O Imparcial (30/12/1996, p.09), por exemplo, ressaltava que

Os sem-teto voltaram a ocupar novamente a Vila Olímpica no final da tarde de ontem, entrando em confronto com jagunços que estavam no local para protegê-lo da invasão. A polícia também foi chamada para acalmar o clima que estava bastante tenso (...). Houve troca de tiros, mas ninguém saiu ferido.

A pesar de muitas passeatas, atos públicos, manifestos, uma vasta especulação da mídia jornalística e da indiferença dos órgãos públicos, os conflitos pela posse das terras da *Gás Butano* chegaram ao fim depois de oito meses, em janeiro de 1997, conforme atesta o jornal o Estado do Maranhão do dia 24, p. 01:

Roseana Sarney preocupada com o problema de moradia e a incidência de invasões mandou fazer um levantamento preliminar na Solecit em São Luís, constatou-se que há cerca de 90 mil famílias sem casa para morar. Sobre a ação da polícia durante a retirada dos ocupantes da Vila Olímpica, César Viana explicou que os policiais 40 apenas cumpriram a ordem do juiz que determinou a reintegração de posse. (O ESTADO DO MARANHÃO, 24/01/1997, p. 1).

Soares (2008, p.30) afirma que, apesar da Cidade Olímpica ser uma área de apropriação irregular, tem características de conjunto habitacional: (i) a área é dividida em blocos; (ii) cada um dos três blocos é dividido em 412 quadras; (iii) cada quadra é dividida em 22 lotes; (iv) cada lote, em terrenos de 10x20m e; (v) teve também áreas destinadas a cemitérios, praças e áreas verdes, que posteriormente foram ocupadas por casas de que não respeitou o traçado original do bairro.

Na visão de moradores dos bairros vizinhos ao Cidade

	<p>Olímpica, a tese defendida por Soares (2008) também é ressaltada não só no plano estrutural, mas porque tem praticamente tudo de que precisam: <i>tudo que nós queremos nós vamos para a Cidade Olímpica. Cidade Olímpica tem supermercado, banco, casa lotérica</i>, (RMLS, 19/07/2013).</p> <p>Inquirida do porque da falta de estrutura do seu bairro, Maria Lúcia explica que <i>Janaína é isso bem aqui, é uma quadra da Cidade Olímpica</i>, ou seja, as pessoas veem o bairro como parte de outro bairro maior e com estrutura, além de não terem forças para reivindicar melhorias para o bairro, o que não acontece com o Cidade Olímpica. Em que as ruas são pavimentadas e os títulos de terra são mais facilmente conseguidos nos órgãos responsáveis <i>isso porque o político que ajudou/ajuda os moradores de lá não foi o mesmo de daqui (...) os votos que saem de lá elegem um vereador, um deputado (...) ela está no mapa como o maior loteamento da América do Sul, já feito</i> (RMLS, 19/07/2013).</p>
Nota enciclopédica	<p>No final do mandato do prefeito João Castelo Ribeiro Gonçalves (2012) o bairro teve uma significativa melhora e valorização imobiliária de seus terrenos pelo fato de as ruas terem sido asfaltadas o que ofereceu melhor acesso ao bairro e adjacências, possibilitou mais linhas de ônibus ao local e investimentos econômico como a construção de lojas, supermercados entre outros.</p>

ANEXO

ANEXO: Mapa dos bairros e arruamentos de São Luís

MAPA - BAIRROS E ARRUAMENTO DE SÃO LUÍS

LEGENDA

- POVOADOS
- LIMITE MUNICIPAL - CENSO, 2010 (IBGE)
- ARRUAMENTO

1	PONTA D'ÁGUA	108	BARRETO
2	BOVINA	109	VIA PAZERA
3	SANTO ANTONIO	110	BOVINA
4	BOVINOÇA	111	BOVINOÇA
5	CONJATO SÃO MARCOS	112	CETRAL
6	PARQUE D'ÁGUA	113	SANTO ANTONIO
7	SÃO MARCOS	114	STO. FRANCISCO
8	ARACATY	115	VIA SANGRE
9	BOVINOÇA	116	VIA ROSA LINDA
10	OLINDA	117	ALAMEDA DOS SONS
11	VIA APOSA	118	ARL
12	CONJATO	119	BOVINOÇA
13	BOVINA	120	CRISTO DO ANIL
14	BOVINOÇA	121	VIA SANGRE
15	BOVINOÇA	122	BOVINOÇA
16	VIA APOSA	123	CONJATO SANGRE
17	BOVINOÇA	124	CONJATO SANGRE
18	BOVINOÇA	125	BOVINOÇA
19	BOVINOÇA	126	CONJATO SANGRE
20	BOVINOÇA	127	BOVINOÇA
21	BOVINOÇA	128	CONJATO
22	BOVINOÇA	129	CONJATO
23	BOVINOÇA	130	CONJATO
24	BOVINOÇA	131	CONJATO
25	BOVINOÇA	132	CONJATO
26	BOVINOÇA	133	CONJATO
27	BOVINOÇA	134	CONJATO
28	BOVINOÇA	135	CONJATO
29	BOVINOÇA	136	CONJATO
30	BOVINOÇA	137	CONJATO
31	BOVINOÇA	138	CONJATO
32	BOVINOÇA	139	CONJATO
33	BOVINOÇA	140	CONJATO
34	BOVINOÇA	141	CONJATO
35	BOVINOÇA	142	CONJATO
36	BOVINOÇA	143	CONJATO
37	BOVINOÇA	144	CONJATO
38	BOVINOÇA	145	CONJATO
39	BOVINOÇA	146	CONJATO
40	BOVINOÇA	147	CONJATO
41	BOVINOÇA	148	CONJATO
42	BOVINOÇA	149	CONJATO
43	BOVINOÇA	150	CONJATO
44	BOVINOÇA	151	CONJATO
45	BOVINOÇA	152	CONJATO
46	BOVINOÇA	153	CONJATO
47	BOVINOÇA	154	CONJATO
48	BOVINOÇA	155	CONJATO
49	BOVINOÇA	156	CONJATO
50	BOVINOÇA	157	CONJATO
51	BOVINOÇA	158	CONJATO
52	BOVINOÇA	159	CONJATO
53	BOVINOÇA	160	CONJATO
54	BOVINOÇA	161	CONJATO
55	BOVINOÇA	162	CONJATO
56	BOVINOÇA	163	CONJATO
57	BOVINOÇA	164	CONJATO
58	BOVINOÇA	165	CONJATO
59	BOVINOÇA	166	CONJATO
60	BOVINOÇA	167	CONJATO
61	BOVINOÇA	168	CONJATO
62	BOVINOÇA	169	CONJATO
63	BOVINOÇA	170	CONJATO
64	BOVINOÇA	171	CONJATO
65	BOVINOÇA	172	CONJATO
66	BOVINOÇA	173	CONJATO
67	BOVINOÇA	174	CONJATO
68	BOVINOÇA	175	CONJATO
69	BOVINOÇA	176	CONJATO
70	BOVINOÇA	177	CONJATO
71	BOVINOÇA	178	CONJATO
72	BOVINOÇA	179	CONJATO
73	BOVINOÇA	180	CONJATO
74	BOVINOÇA	181	CONJATO
75	BOVINOÇA	182	CONJATO
76	BOVINOÇA	183	CONJATO
77	BOVINOÇA	184	CONJATO
78	BOVINOÇA	185	CONJATO
79	BOVINOÇA	186	CONJATO
80	BOVINOÇA	187	CONJATO
81	BOVINOÇA	188	CONJATO
82	BOVINOÇA	189	CONJATO
83	BOVINOÇA	190	CONJATO
84	BOVINOÇA	191	CONJATO
85	BOVINOÇA	192	CONJATO
86	BOVINOÇA	193	CONJATO
87	BOVINOÇA	194	CONJATO
88	BOVINOÇA	195	CONJATO
89	BOVINOÇA	196	CONJATO
90	BOVINOÇA	197	CONJATO
91	BOVINOÇA	198	CONJATO
92	BOVINOÇA	199	CONJATO
93	BOVINOÇA	200	CONJATO

Fonte: INCE, 2012
Dados: SEMURB, 2011; AEROCONSULT, 2011; IBGE, 2010

ESCALA - 1:40.000

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA
DE MERCATOR - UTM
DATUM HORIZONTAL - SAD 69

